ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLV Nº 217 Brasília - DF, segunda-feira, 12 de novembro de 2018 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Congresso Nacional 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 20
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 25
Ministério da Cultura 30
Ministério da Defesa 34
Ministério da Educação 35
Ministério da Fazenda 45
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 50
Ministério da Integração Nacional 53
Ministério da Justiça 54
Ministério da Saúde 57
Ministério da Segurança Pública 66
Ministério de Minas e Energia 68
Ministério do Desenvolvimento Social 75
Ministério do Esporte 77
Ministério do Meio Ambiente 78
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 78
Ministério do Trabalho 85
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 92
Ministério Público da União 94
Tribunal de Contas da União 96
Poder Judiciário 123
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 127
..... Esta edição completa do DOU é composta de 128 páginas.....

N. da COEJO: Na edição de 9/11/2018 do DOU, Seção 1, no sumário, onde se lê: Esta edição completa do DOU é composta de 316 páginas, leia-se: Esta edição completa do DOU é composta de 158 páginas.

Atos do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 68, DE 2018

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 852, de 21 de setembro de 2018**, publicada no Diário Oficial da União no dia 24, do mesmo mês e ano, e republicada em 25 de setembro do corrente ano, que "Dispõe sobre a transferência de imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social para a União, sobre a administração, a alienação e a gestão dos imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, extingue o Fundo Contingente da Extinta RFFSA - FC e dispõe sobre a gestão dos imóveis da União", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 9 de novembro de 2018
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 69, DE 2018

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 853, de 25 de setembro de 2018**, publicada no Diário Oficial da União no dia 26, do mesmo mês e ano, que "Reabre o prazo de opção para o regime de previdência complementar de que trata o § 7º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 9 de novembro de 2018
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

Processo nº 00100.016738/2018-06
Interessado: AR GOLD
DEFIRO o pedido de alteração de endereço de ITS da AR GOLD, vinculada à AC SAFEWEB CD e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:

Nome da ITS: CENTRO- GERMANO GREVE

Endereço Anterior: RUA MARIA DOS ANJOS BRAGA, Nº 596, CENTRO, MIRASSOL D'OESTE/MT

Endereço Atual: RUA GERMANO GREVE, Nº 753, SALA 01, CENTRO, NA CIDADE DE MIRASSOL D'OESTE/MT

Processo nº 00100.018028/2018-11
Interessado: AR CERTIGITAL
DEFIRO o pedido de alteração de endereço de ITS da AR CERTIGITAL, vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:

Nome da ITS: OSASCO

Endereço anterior: RUA DOS MARIANOS, Nº 132, CENTRO, OSASCO/SP

Endereço atual: RUA ANDRE MANOJO, Nº 74 SALA 101, CENTRO, OSASCO/SP

Processo nº 00100.015384/2018-74
Interessado: AR Jsousa
DEFIRO o pedido de alteração de endereço de IT da AR JSOUSA vinculada à AC BR RFB e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:

Nome da IT: JSOUSA

Endereço Anterior: ESTRADA M`BOI MIRIM, Nº 4013 SALA 05, JARDIM DIONÍSIO, SÃO PAULO/SP

Endereço Atual: ESTRADA M`BOI MIRIM, Nº 4013 SALA 05, JARDIM ÂNGELA, (ZONA SUL), SÃO PAULO/SP

Processo nº 00100.015622/2018-41
Interessado: AR INFINITY TECNOLOGIA
DEFIRO o pedido de alteração de endereço de IT da AR INFINITY TECNOLOGIA vinculada à AC DOCCLOUD RFB e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:

Nome da IT: INFINITY TECNOLOGIA

Endereço Anterior: AVENIDA NASCIMENTO DE CASTRO, Nº 2014, LAGOA NOVA, NATAL/RN

Endereço Atual: AVENIDA CORONEL NORTON CHAVES, Nº 815, LAGOA NOVA, NATAL/RN

Processo nº 00100.016305/2018-42
Interessado: AR IDENTIDADOS
DEFIRO o pedido de alteração de endereço de IT da AR IDENTIDADOS, vinculada à AC SAFEWEB CD e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:

Nome da IT: IDENTIDADOS

Endereço Anterior: RUA ALMIRANTE BARROSO, Nº 27, SALA B, CENTRO, ITAJAI/SC

Endereço Atual: RUA SAMUEL HEUSI, N° 190, SALA 903, GARAGEM 16, ED. ITAJAHY TRADE CENTER, CENTRO, CIDADE DE ITAJAÍ/SC.

Processo nº 00100.016427/2018-39
Interessado: AR KIJIRO
DEFIRO o pedido de alteração de endereço de IT da AR KIJIRO, vinculada à AC SINCOR RFB e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:

Nome da IT: KIJIRO

Endereço Anterior: RUA FRANCISCO VAZ COELHO, Nº 239, VILA LAVINIA, MOGI DAS CRUZES/SP.

Endereço Atual: RUA GERTRUDES DA CONCEIÇÃO CABRAL, Nº 345, VILA NANCY, MOGI DAS CRUZES/SP.

Processo nº 00100.016750/2018-11
Interessado: AR GOLD
DEFIRO o pedido de alteração de endereço de ITS da AR GOLD, vinculada à AC SAFEWEB CD e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:

Nome da ITS: CENTRO- BEIJA FLORES?

Endereço Anterior: RUA DOS CEDROS, Nº 557 W, CENTRO, NOVA MUTUM/MT

Endereço Atual: AVENIDA DOS BEIJA FLORES, Nº 471, SALA 02, CENTRO, NA CIDADE DE NOVA MUTUM/MT

Processo nº 00100.017223/2018-15
Interessado: AR HÍBRIDO
DEFIRO o pedido de alteração de endereço de IT da AR HÍBRIDO vinculada à AC BR RFB e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:

Endereço da IT: HÍBRIDO

Endereço Anterior: RUA PASSO DA PÁTRIA, Nº 105 SALA 101, JARDIM VINTE CINCO DE AGOSTO, DUQUE DE CAXIAS/RJ

Endereço Atual: AV P MARECHAL DEODORO, Nº 392 LOJA 09, JARDIM VINTE E CINCO DE AGOSTO, DUQUE DE CAXIAS/RJ

Processo nº 00100.017646/2018-35
Interessado: AR NACIONAL
DEFIRO o pedido de alteração de endereço de ITS da AR NACIONAL, vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:

Nome da ITS: HSS

Endereço Anterior: RUA CUNHA GAGO, Nº 700 ANDAR 06 SALA 01, PINHEIROS, SÃO PAULO/SP.

Endereço Atual: RUA CUNHA GAGO, Nº 700 ANDAR 1 CONJ 11, PINHEIROS, SÃO PAULO/SP

Processo nº 00100.016511/2018-52
Interessado: AR NACIONAL
DEFIRO o pedido de alteração de endereço de ITS da AR NACIONAL, vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:

Nome da ITS: ACF

Endereço Anterior: RUA CORONEL SOUZA FRANCO, Nº 966, CENTRO, MOGI DAS CRUZES/SP.

Endereço Atual: RUA CORONEL SOUZA FRANCO, Nº 949, CENTRO, MOGI DAS CRUZES/SP.

Processo nº 00100.017297/2018-51
Interessado: AR SESCON MG
DEFIRO o pedido de alteração de endereço de ITS da AR SESCON MG, vinculada à AC INSTITUTO FENACON RFB e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:

Nome da ITS: MONTES CLAROS

Endereço Anterior: AVENIDA DR. JOSE MAGALHÃES PINTO, 33, GIOVANINI, CORONEL FABRICIANO/MG.

AVISO

CIRCULOU EM 09/11/2018 A EDIÇÃO EXTRA Nº 216-A

Também disponível no endereço: www.in.gov.br – Pesquisa Avançada

Endereço Atual: RUA CORREIA MACHADO, Nº 1025, SALA 603, CENTRO, MONTES CLAROS/MG.

Processo nº 00100.015959/2018-59
Interessado: AR PS CERTIFICADOS

DEFIRO o pedido de alteração de endereço de IT da AR PS CERTIFICADOS, vinculada à AC LINK RFB e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:

Nome da IT: PS CERTIFICADOS

Endereço Anterior: AVENIDA AMAZONAS, N°314, SALA 1606, CENTRO, BELO HORIZONTE/MG

Endereço Atual: RUA PADRE JOSE MARIA DE MAN, N° 784, LETRA A, RIACHO DAS PEDRAS, CONTAGEM/MG

Processo nº 00100.015613/2018-51
Interessado: AR ONECORP CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS

DEFIRO o alteração de endereço de IT da AR ONECORP CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS vinculada à AC SINCOR RFB e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:

Nome da IT: ONECORP CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS

Endereço Anterior: RUA VERGUEIRO, Nº 1421 TORRE SUL CONJ 1011 E 1012, VILA MARIANA, SÃO PAULO/SP

Endereço Atual: RUA VERGUEIRO, Nº 1353 TORRE NORTE CONJ 811 E 812, VILA MARIANA, SÃO PAULO/SP

Processo nº 00100.017632/2018-11
Interessado: AR OAB SP

DEFIRO o pedido de alteração de endereço de ITS da AR OAB SP, vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:

Nome da ITS: GUARUJÁ

Endereço Anterior: RUA UBALDO SÓRIO, Nº 56, VILA MAIA, GUARUJÁ/SP

Endereço Atual: RUA BUENOS AIRES, Nº 800, PITANGUEIRAS, GUARUJÁ/SP

Processo nº 00100.016789/2018-20
Interessado: AR NEO SIGN

DEFIRO o pedido de alteração de endereço de ITS da AR NEO SIGN, vinculada à AC BR RFB e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:

Nome da ITS: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Endereço Anterior: RUA ALMIRANTE ALEXANDRINO Nº 531, SL J 02, AFONSO PENA, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR

Endereço Atual: RUA DOUTOR M ANOEL RIBEIRO DE CAMPOS, Nº 144, CENTRO, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

PORTARIA Nº 654, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Institui o Selo Nacional da Agricultura Familiar - SENAF e dispõe sobre os procedimentos relativos à solicitação, renovação e cancelamento.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso das atribuições conferidas pelo inciso II do artigo 35 do Anexo I do Decreto nº 8.889, de 26 de outubro de 2016 e inciso II do artigo 1º da Portaria da Casa Civil nº 1.390, de 8 de julho de 2016. resolve:

Art.1º Fica instituído o Selo Nacional da Agricultura Familiar - SENAF, sinal identificador da origem dos produtos, destinado a fortalecer a identidade social da agricultura familiar perante os consumidores e a população.

Art.2º O Selo Nacional da Agricultura Familiar se constituirá de componentes, voltados à caracterização e à rastreabilidade do produto como da agricultura familiar, conforme Anexos de I a VII.

Art 3º Caberá à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário manter, na rede mundial de computadores, plataforma digital especificamente dedicada ao Selo Nacional da Agricultura Familiar, denominada Vitrine da Agricultura Familiar.

§1º Fica delegada à Subsecretaria de Agricultura Familiar estabelecer os procedimentos operacionais necessários ao cumprimento desta Portaria.

§2º O sítio eletrônico da Vitrine da Agricultura Familiar será www.vitrine.mda.gov.br.

CAPÍTULO I - DO SELO PRINCIPAL E DOS SELOS ASSOCIADOS

Art 4º O Selo Nacional da Agricultura Familiar, que pode ser na modalidade principal ou associada, compõe-se do seguinte elenco de denominações:

I- Selo Nacional da Agricultura Familiar - SENAF: selo principal destinado à identificação dos produtos de agricultores familiares e de suas organizações;

II- Selo Nacional da Agricultura Familiar Mulher - SENAF Mulher: selo associado destinado à identificação dos produtos da produção da mulher na agricultura familiar;

III- Selo Nacional da Agricultura Familiar Juventude - SENAF Juventude: selo associado destinado à identificação dos produtos da produção do jovem na agricultura familiar;

IV- Selo Nacional da Agricultura Familiar Quilombola - SENAF Quilombola: selo associado destinado à identificação dos produtos da produção do quilombola na agricultura familiar;

V- Selo Nacional da Agricultura Familiar Indígena - SENAF Indígena: selo associado destinado à identificação dos produtos da produção do indígena na agricultura familiar;

VI- Selo Nacional da Agricultura Familiar Sociobiodiversidade - SENAF Sociobiodiversidade: selo associado destinado à identificação dos produtos da sociobiodiversidade na agricultura familiar; e

VII- Selo Nacional da Agricultura Familiar Empresas - SENAF Empresas: selo associado destinado à identificação de empresas que comercializam ou processam produtos da agricultura familiar.

Art 5º O enquadramento para obtenção do selo principal e de quaisquer dos selos associados dependerá do agricultor familiar ou sua forma associativa deter a declaração de Aptidão ao PRONAF Ativa (DAP Ativa) ou o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar Ativo (CAF Ativo), além de requisitos específicos para cada uma das modalidades do Selo Nacional da Agricultura Familiar.

§1º A emissão do respectivo selo dependerá do prévio cadastramento do agricultor familiar e de sua forma associativa em plataforma digital disponibilizada.

§2º Para fins desta portaria, consideram-se beneficiários exclusivos do selo principal e das modalidades associadas:

I- Selo Nacional da Agricultura Familiar: o (a) agricultor (a) familiar ou sua forma associativa;

II- Selo Nacional da Agricultura Familiar Mulher: a agricultora familiar ou que, estando organizada em forma associativa da agricultura familiar, possua em seu quadro social pelo menos 50% mais um de integrantes mulheres;

III- Selo Nacional da Agricultura Familiar Juventude: o agricultor familiar entre 15 e 29 anos ou que, estando organizado em formas associativas da agricultura familiar, possua em seu quadro social pelo menos 50% mais um de integrantes jovens;

IV- Selo da Agricultura Familiar Quilombola: agricultor (a) familiar quilombola ou que, estando organizado em forma associativa da agricultura familiar, possua em seu quadro social pelo menos 50% mais um de integrantes quilombolas;

V- Selo da Agricultura Familiar Indígena: agricultor (a) familiar indígena ou que, estando organizado em formas associativas da agricultura familiar, possua em seu quadro social pelo menos 50% mais um de integrantes;

VI- Selo da Agricultura Familiar Empresas: pessoa jurídica que comprove a aquisição de produtos de agricultor familiar ou sua forma associativa detentora DAP Ativa ou CAF Ativo, mediante nota fiscal no valor mínimo de:

a) R$ 8.000,00 (oito mil reais), no ano anterior à solicitação, no caso de micro e pequenas empresas; e

b) R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), no ano anterior à solicitação, no caso de médias e grandes empresas.

§3º O Selo Nacional da Agricultura Familiar Sociobiodiversidade será concedido exclusivamente aos produtos cuja matéria-prima esteja listada na Portaria Interministerial MDS/MMA nº 163, de 11 de maio de 2016.

CAPÍTULO II - DAS CARACTERÍSTICAS DO SELO

Art. 6º O Selo na modalidade principal ou associada será identificado com uma imagem específica, um Código QR e um número de série.

Art. 7º A imagem do Selo na modalidade principal ou associada deverá ser utilizada nos produtos produzidos pelo beneficiário, conforme disposto no manual de identidade visual disponibilizado pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

§1º Cada imagem será composta por três formatos para cada produto da agricultura familiar identificado, com registro das expressões "Brasil", "Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário" e "SEAD";

§2º A imagem poderá ser explorada em adesivo afixado no produto ou impresso em rótulo ou embalagem, além de material de divulgação do beneficiário.

Art. 8º O número de série do Selo na modalidade principal ou associada será composto por 12 (doze) caracteres, somado a uma barra (/), sendo que:

I- Os dois primeiros caracteres correspondem à sigla do estado de origem do agricultor familiar ou da organização da agricultura familiar;

II- Os seis caracteres seguintes correspondem ao número do produto identificado naquele estado, em ordem de cadastro; e

III- Os dois caracteres restantes correspondem aos dois últimos dígitos do ano no qual o Selo Nacional da Agricultura Famillliar foi emitido pela primeira vez.

Parágrafo único. A renovação do Selo na modalidade principal ou associada não importará alteração do número de série, ressalvada a hipótese de mudança da unidade da federação de do beneficiário.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • CASA CIVIL • IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

Art. 9º Fica garantida à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, a qualquer tempo, realizar visita técnica ao beneficiário para verificação dos padrões e normas de uso da imagem.

CAPÍTULO III - DOS PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO, RENOVAÇÃO E CANCELAMENTO

Art. 10 A solicitação e a renovação do Selo na modalidade principal ou associada será realizada por intermédio da plataforma digital denominada Vitrine da Agricultura Familiar, sendo exigido os seguintes requisitos:

I- Cadastramento de dados pessoais do agricultor familiar ou sua forma associativa da agricultura familiar para obtenção de login e senha;

II- Indicação da modalidade de Selo pretendido, principal ou associado;

III- Aceitação das condições de uso do respectivo Selo, disponibilizado eletronicamente; e

IV- Cadastramento das informações relacionadas aos produtos a serem identificados pelo Selo.

§ 1º A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário terá um prazo de até trinta dias para análise do pedido de solicitação original ou de renovação do Selo.

§2º O deferimento da solicitação original ou de renovação do Selo gerará automaticamente as imagens, em alta resolução, para cada produto cadastrado.

§3º Será indeferida a solicitação original ou de renovação em caso de desconformidade entre os dados e/ou documentos apresentados pelo beneficiário.

§4º Poderá ser incluído novo produto, mediante prévio cadastramento na plataforma digital, a qualquer tempo no período de validade do Selo Nacional da Agricultura Familiar.

Art. 11 O Selo Nacional da Agricultura Familiar, seja na modalidade principal seja nas modalidades associadas, terá validade de dois anos.

§1º Caberá ao beneficiário solicitar a renovação do Selo a partir de 60 dias antes do término da validade, na respectiva plataforma digital.

§ 2º Decorrido o prazo sem que haja a solicitação de renovação, ficará o beneficiário automaticamente impedido do uso do Selo Nacional da Agricultura Familiar

Art. 12 Ficará impedido o beneficiário do uso do Selo Nacional da Agricultura Familiar, seja na modalidade principal seja na modalidade associada que, entre outros aspectos, incorrer nas seguintes condutas:

I- Descumprir as regras de uso do Selo Nacional da Agricultura Familiar;

II- Inobservar os prazos de renovação do Selo Nacional da Agricultura Familiar;

III- Realizar alteração no quadro social da pessoa jurídica sob a forma associativa da agricultura familiar que descumpra os requisitos mínimos previstos no art. 5°;

IV- Apresentar DAP cancelada ou suspensa ou ainda ser considerado cancelado ou suspenso no CAF; e

V- Deixar de ostentar os requisitos específicos para a modalidade principal ou associada do Selo Nacional da Agricultura Familiar.

§1º Na hipótese do beneficiário incorrer em quaisquer das situações elencadas nos incisos será encaminhada notificação pela Subsecretaria de Agricultura Familiar da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, observado o disposto no artigo 26 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e ainda contendo os seguintes elementos:

I - prazo de quinze dias para que o beneficiário responda à notificação; e

II - descrição da conduta que ensejou a notificação;

§2º Caberá à Subsecretaria de Agricultura Familiar aferir a tempestividade da defesa, eventualmente apresentada ou ainda informar a ausência de apresentação de defesa e exarar decisão deferindo ou indeferindo a defesa apresentada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§3º Será notificado o beneficiário do desfecho da defesa apresentada.

§4º Da decisão de indeferimento da defesa caberá recurso para o Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da regular notificação do beneficiário, conforme §2º.

§5º Com o deferimento da defesa será restaurado sem restrições o uso do Selo Nacional da Agricultura Familiar.

§6º Com o indeferimento da defesa ficará impedido o beneficiário do uso do Selo Nacional da Agricultura Familiar, até que seja sanada a causa do impedimento.

CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13 Ficará automaticamente renovado o uso do Selo aos beneficiários preteritamente autorizados pela Portaria nº 129, de 07 de março de 2018, desde que procedam à renovação mediante cadastramento na plataforma digital denominada Vitrine da Agricultura Familiar.

Parágrafo único. Será concedido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Portaria, para que seja realizada a renovação do Selo, sob pena de impedimento do uso do Selo Nacional da Agricultura Familiar na modalidade principal ou associada.

Art. 14 A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário poderá celebrar convênios, contratos, termos de cooperação ou outros instrumentos para a realização dos procedimentos relativos à solicitação, permissão, manutenção e cancelamento de uso do selo principal e dos selos associados.

Art. 15. Os casos omissos serão objeto de apreciação da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

Art. 16. Fica revogada a Portaria nº 129, de 07 de março de 2018.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEFFERSON CORITEAC

ANEXO I



ANEXO II



ANEXO III



ANEXO IV



ANEXO V



ANEXO VI



ANEXO VII



CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR
COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO Nº 83, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Instaura processo de avaliação de interesse público, pelo Grupo Técnico de Avaliação de Interesse Público - Gtip, referente à aplicação de direito antidumping definitivo e investigação em curso para aplicação de medida compensatória sobre as importações brasileiras de corpos moedores em ferro fundido e/ou aço ligado ao cromo, para aplicação em moinhos, originárias da Índia.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuições que lhe conferem o art. 2º, VIII, e o art. 5º, § 4º, inciso II, ambos do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, com fundamento no art. 3º, § 5º, do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, no art. 73, § 3º, do Decreto nº 1.751, de 19 de dezembro de 1995, e no art. 7º da Resolução CAMEX n° 29, de 7 de abril de 2017, tendo em vista a deliberação de sua 161ª reunião, realizada em 23 de outubro de 2018, o que consta Nota Técnica SEI nº 25/2018/COPOL/SUREC/SAIN-MF, de 19 de setembro de 2018, resolveu, **ad referendum** do Conselho de Ministros:

Art. 1º Fica instaurado processo de avaliação de interesse público pelo Grupo Técnico de Avaliação de Interesse Público - Gtip, referente à aplicação de direito antidumping e investigação em curso para aplicação de medida compensatória sobre as importações brasileiras de corpos moedores em ferro fundido e/ou aço ligado ao cromo, para aplicação em moinhos, com percentual de cromo de 17,6 a 22 e diâmetro de 57 a 64 mm, percentual de cromo de 22 a 28 e diâmetro de 11 a 28 mm, e percentual de cromo de 28 a 32 e diâmetro de 22 a 35 mm, comumente classificados no subitem 7325.91.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da Índia.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE DE LIMA
Presidente do Comitê Executivo de Gestão

RESOLUÇÃO Nº 84, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Altera a lista de autopeças constante dos Anexos I e II da Resolução CAMEX nº 116, de 18 de dezembro de 2014.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 2º, inciso XIV, e 5º, § 4º, inciso II, do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e tendo em vista a deliberação de sua 161ª reunião, ocorrida em 23 de outubro de 2018, e o disposto no Decreto nº 6.500, de 2 de julho de 2008, no Decreto nº 8.278, de 27 de junho de 2014, e no Decreto nº 8.797, de 30 de junho de 2016, e a Resolução nº 61, de 23 de junho de 2015, da Câmara de Comércio Exterior, resolveu, **ad referendum** do Conselho de Ministros:

Art. 1º Ficam incluídos no Anexo I da Resolução nº 116, de 18 de dezembro de 2014, da Câmara de Comércio Exterior, os seguintes Ex-Tarifários de autopeças:

NCM (SH 2012)	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA
3926.90.90	Outras	18%
	Ex 008 - Anel de travamento dos fios do induzido fabricado em resina termofixa "baquelite" sem adição de amônia através do processo de injeção aplicado em motores de partida utilizados para dar ignição em veículos equipados com motores de combustão interna.	2%
4016.93.00	Juntas, gaxetas e semelhantes	16%
	Ex 005 - Anel de vedação dinâmica e estática em forma de "X", de borracha flúor-carbono com 60 Shore-A de dureza, ponto de transição vítrea <= -15°C, TR test (ASTM) <= -24°C, dimensões: diâm.interno 4,6+/-0,1mm, diâm.externo 9+/-0,1mm e comprimento 4+/-01mm todas medidas com CpK >1,33.	2%
	Ex 006 - Junta de borracha butílica de alta densidade não vulcanizada, auto-adesiva para redução de ruído e amortecimento de vibração, para aplicação em polipropileno e alumínio, cortadas conforme tamanho e forma requerido para a "unidade de aquecimento, ventilação e condicionamento do ar automotivo" (HVAC).	2%
4016.99.90	Outras	16%
	Ex 007 - Amortecedor limitador de porta automotiva, produzido com borracha natural e butadieno, coberta com flúor α-C5301, espessura da membrana mínima de 6 µm e condições de secagem 80°C x 30 minutos, altura comum de 11,6 mm capaz de suportar carga de 750 N a 22°C e compressão máxima de 7,3 mm.	2%
6813.89.10	Disco de fricção para embreagens	14%
	Ex 001 - Revestimento de embreagem (disco de fricção) composto por dupla camada, sendo uma camada base estrutural que garante integridade e resistência, e uma camada de atrito, fabricado em processo livre de solventes químicos, funcionando como elemento de transmissão de torque pelo atrito com o volante do motor e a placa de pressão do platô para discos de embreagem.	2%
	Ex 002 - Revestimento de Embreagem (disco de fricção), fabricado com fios metálicos e polímeros trançados, formando uma fita com resina impregnada por processo de extrusão a quente, livre de solventes químicos, com diâmetro externo de 252mm até 430mm, funcionando como elemento de transmissão de torque pelo atrito com o volante do motor e a placa de pressão do platô para disco de embreagem automotiva.	2%
7306.50.00	Outros, soldados, de seção circular, de outras ligas de aço	14%
	Ex 001 - Tubo bruto de aço laminado com costura comprimentos entre 247,55mm +/- 0.1 à 360,50mm +/- 0.1, diâmetro interno de 18mm +/- 0.04, diâmetro externo de 24.5mm +/-0.03, rugosidade superficial de Ra1.6, batimento axial de 0.15mm, batimento radial de 0.05mm, dois chanfros nas extremidades finais internas de 45graus +/-2 e 15graus +/- 2 e um chanfro nas extremidades finais externas de 15graus +/- 2, para árvore de cames integrada à tampa de cabeçote.	2%
8301.70.00	Chaves apresentadas isoladamente	16%
	Ex 001 - Blank de chave (Inserto de metal) sem segredo, em liga de cobre níquel (CuNi7Zn30Pb1), espessura de 3,0 ± 0,06 mm, planicidade de 0,1 mm e acabamento superficial niquelado com espessura de camada entre 2 a 6 µm, para aplicação em fechadura de portas de veículos automotores.	2%
8409.91.14	Válvulas de admissão ou de escape	16%
	Ex 002 - Válvula de escape de gases oriundos da combustão interna de motores de ignição por centelha (ciclo Otto), naturalmente aspirados, de veículos automotores, com região de assentamento em liga de CoMo400, dureza HV min 600, dureza do cerne interno entre 30 a 40 HRC, massa de 41,4g, temperatura de trabalho entre 795°C a 870°C, pressão de trabalho de 89 a 110bar.	2%
8409.91.90	Outras	16%
	Ex 038 - Eixo do balancim em aço STKM13C, sem costura, processo de montagem de tubo interno através de Interferência de 0,009mm no diâmetro, com 4 furos perpendiculares descentralizados ao longo do eixo, contendo pluges laterais de vedação do lado direito e esquerdo e junta do balancim de material NA6G, para acionamento variável de abertura e fechamento das válvulas de admissão e escape para aplicação em motores de pistão de ignição por centelha com sistema de sincronização e abertura variável de válvulas (Variable Valve Timing & Lift Electronic Control System - VTEC) de veículos automotivos.	2%

	Ex 039 - Conjunto tubo do sistema de arrefecimento do inversor de tensões de veículos híbridos, resistente a fluido de transmissão automática, aplicável em sistema de arrefecimento de veículos híbridos, com pressão máxima de 630 kPa e temperatura máxima de 140°C, composto por tubo de aço soldado com revestimento anti- estático e anticorrosivo, conector hexagonal e tubo flexível multicamadas composto por borracha acrílica e reforço têxtil.	2%
	Ex 040 - Dispositivo de aquecimento Diesel para uso em combustível aplicado em veículos com motores ciclo Otto, composto por uma resistência elétrica de perfil espiral envolvida com pó óxido de magnésio, por tubo metálico e carcaça que serve de base para a conexão elétrica e fixação, possui efeito fusível, potência máxima de 500W, tensão nominal de trabalho de 12V, permite variação da tensão de 6 a 16V e temperatura ambiente de trabalho entre -40°C e 140°C.	2%
	Ex 041 - Dispositivo de aquecimento Diesel para uso em combustível aplicado em veículos com motores ciclo Otto, composto por uma resistência elétrica de perfil espiral envolvida com pó óxido de magnésio, por tubo metálico e carcaça que serve de base para a conexão elétrica e fixação, com característica PTC que protege o sistema contra sobreaquecimento, potência máxima de 460W, tensão nominal de trabalho de 12V, permite variação de tensão de 6 V a 16V e temperatura ambiente de trabalho entre -40°C e 140°C.	2%
8409.99.12	Blocos de cilindros e cárteres	16%
	Ex 002 - Bloco do motor usinado contendo 6 camisas pré-montadas, utilizando a tecnologia FCT (Fractured Cap Technology) para motores de ignição por compressão a diesel com volume funcional total de 12,9 litros e espaçamento entre a usinagem dos mancais de 163mm com tolerância de 0,2mm.	2%
	Ex 003 - Cárter de óleo para motores de ignição por compressão (Ciclo Diesel) de 4 cilindros em linha, 2.442 cm³, fabricado em liga de alumínio ADC10 ou ADC12, com peso entre 1,20 e 3,20 kg, utilizados em veículos comerciais leves (Pick-ups).	2%
	Ex 004 - Bloco de ferro fundido contendo no máximo 0,15% de fosforo, 0, 08 a 0,15% de enxofre e 3,8 a 4,05% de carbono, para motor a Diesel de ignição por compressão e combustão interna de 6 cilindros em linha, para fabricação de motores de tratores e máquinas agrícolas com potência de 100 a 250kW, peso entre 180 a 250 kg, com diâmetro interno da câmara de combustão de 100 a 110 mm e suporte do virabrequim com diâmetro de 85 mm a 95 mm.	2%
8409.99.29	Outros	16%
	Ex 004 - Cabeça do pistão acabada de liga de Cromo-molibdênio forjado contendo 3 anéis raspadores, pino de travamento e clip de fixação com dimensões totais de 130mm de diâmetro e 120,5mm de altura utilizada em motores diesel de combustão interna.	2%
8409.99.99	Outras	16%
	Ex 018 - Acumulador para alta pressão de combustível para motores diesel de grande porte, pressão de trabalho até 2600 bar.	2%
8412.31.10	Cilindros pneumáticos	14BK
	Ex 007 - Amortecedor hidráulico, diâmetro externo 41,28 mm, diâmetro nominal interno do cilindro 25,35 mm, comprimento estendido 232,0 mm, curso 59,0 mm, velocidade do pistão 0,08 m/s, com força de tração de 805 N e compressão de 205 N, utilizado em assentos automotivos.	2%
8413.30.20	Injetoras de combustível para motor de ignição por compressão	18%
	Ex 003 - Bomba bi cilíndrica completa de baixa e alta pressão de combustível para motores diesel de grande porte, pressão de trabalho pilotada até 2400 bar e vazão de 116 Kg/h de combustível.	2%
8413.30.30	Para óleo lubrificante	18%
	Ex 004 - Bomba de óleo lubrificante de pressurização mecânica, aplicada em motores a diesel de combustão por compressão interna de 3,4 ou 6 cilindros em linha, para fabricação de motores de tratores e máquinas agrícolas, com vazão nominal de 60 a 65L/min com rotação no motor de 2.300 rpm.	2%
	Ex 005 - Conjunto integrado de bomba de óleo lubrificante e compensador de massa de carcaça de ferro fundido, composta por bomba de pressurização mecânica com vazão nominal de 60 a 65 L/min a 2.300 rpm, aplicada em motores a diesel de máquinas agrícolas.	2%
8413.30.90	Outras	18%
	Ex 004 - Bomba de arrefecimento de velocidade variável com embreagem eletromagnética integrada a polia e pressão de trabalho de 40kPa até 120kPa para motores de ignição por compressão (Diesel).	2%
	Ex 005 - Bomba mecânica de água do sistema de arrefecimento, de carcaça em ferro fundido e tampa de alumínio, para motor a diesel, 4 cilindros em linha, com pressão interna na cabeça de 100 a 160 KPa, velocidades de 4300 a 4700 rpm e vazões de 2,8 a 4 Litros/segundo, aplicados em tratores e maquinas agrícolas.	2%
8413.50.90	Outras	14BK
	Conjunto pressurizador hidráulico para sistemas de freios de veículos híbridos com função regenerativa, formado por bomba tipo êmbolo, motor elétrico de acionamento e reservatório de pressão hidráulica com câmara específica para simulação de frenagem em ciclo regenerativo.	2%
8413.91.90	Outras	14BK
	Ex 017 - Eixo para bomba de óleo automotiva, fabricada em aço S55 ou SWRCH55K com níveis de micro inclusão máximos de 1,5 para série grossa e 3 para série fina, com camada superficial de 100 % martensítica e núcleo de perlita e ferrita, suporta 204 milhões de ciclos em óleo de motor, a temperatura de 120°C.	2%
	Ex 018 - Impulsor estampado para bomba de água automotiva, fabricado em chapa SUS409LT e espessura 1,5 mm, com sistema integrado para fixação do eixo do rolamento de 12 mm e tolerância milesimal nessa região, com aletas voltadas para frente e resistência mínima à extração do eixo do rolamento de 3920 N, suporta 291 milhões de ciclos imerso em fluído de radiador a temperatura de 80°C.	2%
	Ex 019 - Rotor sinterizado para bomba de óleo automotiva, fabricado em aço padrão FH16 ou D40, com perfil de dente patenteado, tolerâncias de milésimo de milímetro e capacidade de operar em rotações de até 6600 rpm e suportar 198 milhões de ciclos em óleo de motor a temperatura de 120°C.	2%
	Ex 020 - Turbina de disco cilíndrico com espessura de 3,81 mm e tolerâncias de +- 0,005mm e +- 0,003 com capabilidade de processo CpK >=1,33, com aletas em "V" de espessuras de paredes inferiores a 0,32mm com tolerância de perfil de +- 0,02mm e +- 0,03mm, planicidade e paralelismo de 0,006mm.	2%
8414.30.91	Com capacidade inferior ou igual a 16.000 frigorias/hora	18%
	Ex 003 - Compressor de Ar Condicionado, acionado por motor de corrente contínua sem escovas (BLDC - Brushless DC) integrado, exclusivo para veículos de propulsão híbrida, com capacidade de deslocamento de 20cm³ por revolução, com rotação máxima de 8600 rpm, tensão máxima de 310 volts.	2%
8414.59.90	Outros	14BK
	Ex 025 - Conjunto ventilador radial, com motor sem escovas (brushless), corrente contínua (DC), potência de entrada nominal 50 W a 14V, range de trabalho 8,0V a 16,0 V (DC), 600 a 3400 rpm, capacidade de ventilação 150m³/h a 3400rpm e 373Pa, utilizado em resfriamento do pacote de baterias de veículos híbridos.	2%
8414.80.19	Outros	14BK
	Ex 128 - Compressor de ar de pistão para sistema de suspensão do assento, com função de pressurização, enchimento da bolsa de ar de posicionamento vertical e do amortecedor regulável do banco, com voltagem nominal de 24 Volts (corrente contínua), pressão máxima de 10 bar, enchimento do reservatório entre 1 e 6bar em no máximo de 40 segundos, corrente de operação máxima de 10 Amperes.	2%
8414.90.39	Outras	14BK
	Ex 050 - Carcaça central com prato do compressor integrado em ferro fundido perlítico lamelar, sendo no máximo 90% perlítico, utilizada na montagem de turboalimentadores de ar acionados pelos gases de escapamento dos motores de combustão interna de veículos automotivos.	2%
	Ex 051 - Carcaça de turbina em ferro fundido dúctil ferrítico com no mínimo 90% de ferrita, utilizada na montagem de turboalimentadores de ar acionados pelos gases de escapamento dos motores de combustão interna de veículos automotivos.	2%
	Ex 052 - Rotor do compressor forjado ou extrudado e usinado em liga de alumínio, através de processo de forjamento do blank ou extrusão em barra, posterior usinagem em 5 eixos, processo de jateamento controlado "shot peening", utilizado na montagem de turboalimentadores de ar para motores de combustão interna de veículos automotivos.	2%
8418.99.00	Outras	14BK
	Ex 015 - Evaporador com ejetor interno, produzido em liga de alumínio, montado na Unidade de aquecimento, ventilação e condicionamento do ar automotivo (HVAC), caracterizando-se pela presença de um componente denominado "ejetor" montado internamente à colmeia do evaporador.	2%
8421.99.99	Outras	14BK
	Ex 054 - Elemento filtrante descartável, utilizado no filtro de combustível do motor, composto de meio filtrante fabricado em composto de celulose soldado em tampas de plástico através de solda infravermelha, com as seguintes dimensões 250 mm de altura, diâmetro externo de 90 mm, com diâmetro interno do orifício de encaixe de 20 mm e diâmetro do orifício de entrada de 48 mm.	2%
8481.10.00	Válvulas redutoras de pressão	14BK
	Ex 019 - Válvula controladora de pressão máxima do óleo lubrificante de sistemas hidráulicos, constituída de corpo metálico, com rosca para fixação ao sistema, anéis o'ring, para vedação do meio externo, mola, pino e sede para vedação do circuito de alta pressão, calibrada para atuar a partir de 80 bar vazão máxima de 3 L/min, utilizada em sistemas automatizados para troca de marchas de veículos automotores.	2%
8481.20.11	Com pinhão	14%
	Ex 001 - Válvula de direção hidráulica, do tipo orbitrol, com pressão máxima de trabalho igual ou superior a 200 bar para sistema de direção hidráulica de máquinas autopropulsadas.	2%
8481.40.00	Válvulas de segurança ou de alívio	14BK
	Ex 020 - Válvula de alívio composta por corpo plástico, tampa, membrana e anel de vedação, com pressão mínima de estanqueidade contra água a 60bar por 30segundos, vazão volumétrica de ar entre 15,0L/h e 45,0L/h na pressão de 70mbar, certificação IP6K9K, utilizada em módulos eletrônicos automotivos.	2%
8482.91.19	Outras	14%
	Ex 003 - Corpo rolante fabricado em aço 100Cr6, com dureza superficial de 740+140 HV10, geometria esférica com diâmetros compreendidos entre 4mm até 20mm, acabamento superficial lapidado e rugosidade Ra correlacionada com as classes de qualidade com grades G05 = Ra0,007; G10 = Ra0,012; G16 = Ra0,018; G20 =	2%

	Ra0,025; G28 = Ra0,04; e G40 = Ra0,04, tolerâncias compreendidas de -0,006mm até +0,006mm distribuídas em grupos com intervalo de 0,002mm, para Rolamentos de alta precisão.	
8483.10.19	Outros	16%
	Ex 005 - Virabrequim aplicado a motores Flex Fuel ou Diesel, com potência entre 1.998 cm^3 e 2.442 cm^3, de deslocamento com 4 cilindros utilizados em veículos automóveis e comercias leves.	2%
	Ex 006 - Virabrequim de ferro fundido com grafite esferoidal contendo de 3,6% a 3,8% de Carbono, de 1,9% a 2,20% de Silício, de 0,50% a 0,80% de Magnésio e 0,9% a 1,15% de Cobre, para aplicação em motores a diesel, 4 cilindros em linha, aplicados em tratores e máquinas agrícolas de potência entre 40 e 120 KW.	2%
8483.10.90	Outros	16%
	Ex 005 - Eixo cilíndrico com engrenagem de diâmetro externo máximo 18,427 mm, diâmetro base 13,3 mm e comprimento 117,6 mm, prensado em pacote de lamelas de comprimento 26 mm e diâmetro 52,5 mm, utilizado em motores de partida.	2%
	Ex 006 - Eixo de aço cilíndrico, com rosca M27 X 1,5 e rosca de recartilho, usinado com diâmetro de 26 mm, utilizado em rotor com momento de inércia entre 17,5 e 33,5 $Kgcm^2$, para produção de alternadores.	2%
	Ex 007 - Eixo excêntrico do induzido do motor para motor do sistema de freios ABS, em aço resistente ao desgaste com tratamento térmico e usinado em alta pressão com rugosidade RZ 1,0 mm.	2%
8483.50.10	Polias, exceto as de rolamentos reguladoras de tensão	16%
	Ex 005 - Polia de transmissão de torque para acionamento de compressor de ar condicionado automotivo, formada por duas partes principais, rotor e cubo, sendo o rotor termoconformado em plástico de engenharia com inserção de rolamento de esfera de contato angular de simples carreira, cubo constituído principalmente de borracha vulcanizada e aço sinterizado, conjunto possui sistema de absorção da flutuação do torque do motor e controle do limite do torque de transmissão entre 42 e 90Nm.	2%
	Ex 006 - Polia estampada em chapa de aço carbono laminada à quente com limite mínimo de escoamento de 270MPa, pintada através de eletrodeposição catódica, com suporte integrado de fixação do eixo do rolamento com a polia criado diretamente através do processo de estampagem, com diâmetro interno de 17,2mm, utilizada em bombas de água automotiva, suportar no mínimo 10.000.000ciclos sob força radial de 1350 Newton.	2%
8501.10.19	Outros	18%
	Ex 013 - Motor elétrico de corrente contínua, para aplicação em fechaduras elétricas para veículos automotores, com corrente de 2,7A no bloqueio, rotação na máxima eficiência de 8.270r/min e potência na máxima eficiência de 3,42W.	2%
	Ex 014 - Motor elétrico de corrente contínua, para aplicação em fechaduras elétricas de veículos automotores, com corrente máxima de 4,3A no bloqueio, rotação máxima sem carga 9.600 ± 1.200r/min e potência na máxima eficiência de 3,44W.	2%
	Ex 015 - Motor elétrico de corrente contínua, para aplicação em fechaduras elétricas de veículos automotores, com corrente máxima de 4,5A no bloqueio, rotação máxima sem carga 11.650 ± 1.500r/min e potência na máxima eficiência de 4,11W.	2%
8505.90.90	Partes	14BK
	Ex 013 - Carcaça do estator da embreagem magnética para compressores do sistema de ar condicionado automotivo com diâmetro externo de 96,6 mm, altura de 21,6 mm e diâmetro de montagem de 40 mm com tolerância de 50 µm, composta por duas partes: carcaça e suporte da carcaça, unidos por processo de rebitagem, fabricados em aço tratado superficialmente com banho a base de Zn+Al+Mg.	2%
	Ex 014 - Disco da embreagem magnética para compressores do sistema de ar condicionado automotivo fabricado em aço baixo carbono (0,03~0,06%), tratado superficialmente com revestimento zinco-níquel, com relação espessura da chapa versus largura de estampo de 2,43.	2%
	Ex 015 - Estator da embreagem magnética para compressores do sistema de ar condicionado automotivo com diâmetro externo de 96,6mm, altura de 28mm e diâmetro de montagem de 40mm com tolerância de 50µm, composto por três partes: carcaça e suporte da carcaça, fabricados em aço tratado superficialmente com banho a base de Zn+Al+Mg e carretel, contendo bobina de fio de cobre, fixado na carcaça por co-injeção de Nylon-66.	2%
	Ex 016 - Rotor integrado da embreagem magnética para compressores do sistema de ar condicionado automotivo fabricado em aço baixo carbono (C: 0,08%; Si: 0,15%; Mn: 0,40%), com diâmetro interno de 48mm, diâmetro externo de 120,9 mm e diâmetro sobre abas (polia integrada) de 125 mm mínimo.	2%
8507.50.00	De níquel-hidreto metálico	18%
	Ex 001 - Acumulador elétrico de Níquel Hidreto Metálico (Ni-MH), utilizado em veículos híbridos, consistindo de 28 módulos independentes, com cada módulo possuindo até 6 células, num total de até 168 células (6 células x 28 módulos) que combinada apresentam tensão nominal de 201,6 V (1,2 V x 168 células), com capacidade de 6,5A.h, com ou sem conjunto de ventilador.	2%
8511.90.00	Partes	16%
	Ex 011 - Carcaça da chave magnética fabricada em aço de baixo carbono com tratamento superficial capaz de resistir no mínimo 2000 horas em exposição em ambientes com névoa salina, aplicado em motores de partida utilizados na ignição de veículos equipados com motores de combustão interna.	2%
	Ex 012 - Carcaça polar fabricada em aço com tratamento superficial capaz de resistir no mínimo 2000 horas em exposição em ambientes com névoa salina aplicado em motores de partida, utilizados na ignição de veículos equipados com motores de combustão interna.	2%
	Ex 013 - Engrenagem interna com absorvedor de impacto montada combinando engrenagens estampadas em aço de baixo carbono com tratamento térmico para garantir uma dureza entre 500 e 650HV e um erro de perfil de dente máximo de 0,022mm e lâminas estampadas de aço mola todas empilhadas em uma gaiola estampada para a sustentação do componente, aplicado em motores de partida utilizados na ignição de veículos equipados com motores de combustão interna.	2%
	Ex 014 - Roda polar com 6 garras de 22,1 (+/- 0,4) a 23,8 (+/- 0,4) mm de largura, 35,3 (+/- 0,5) a 38 (+/- 0,5) mm de altura e dois chanfros simétricos, diâmetro externo de 99,1 (+0,2/-0,5) a 103,8 (+0,5/-0,1) mm espaçadas com ângulo de 60graus (+/-1°) entre elas, núcleo com altura de 22,5 (+0,2/0) a 24 (+0,2/-0) mm e diâmetro interno do furo do núcleo de 17,28 (+/- 0,0215) mm, utilizadas em alternadores.	2%
	Ex 015 - Roda polar com 6 garras de 22,1 (+/- 0,5) a 27,9 (+/-0,7) mm de largura, 34,5 (+/-0,5) a 38 (+/-0,5) mm de altura espaçadas com ângulo de 60graus (+/-1°), dois chanfros não simétricos, diâmetro externo de 89,4 (+/-0,2) a 104 (+0,5/-0,1) mm, núcleo com altura de 22,5 (+/-0,1) a 24 (+/-0,1) mm e diâmetro interno do furo do núcleo de 17,28 (+/-0,0215) mm, aplicada em alternadores.	2%
8523.59.10	Cartões e etiquetas de acionamento por aproximação	12BIT
	Ex 001 - Transponder de comunicação por radiofrequência entre 100 e 150 KHz (RF-ID) de acionamento por aproximação para identificação de chave veicular, envolto em encapsulamento plástico.	2%
	Ex 002 - Transponder de comunicação por radiofrequência entre 100 e 150 KHz (RF-ID), de acionamento por aproximação para identificação de chave veicular, envolto em encapsulamento vítreo.	2%
8529.90.90	Outras	16%
	Ex 007 - Câmera para auxilio em manobras com resolução de 648 até 1312(H) x 488 até 1041(V), resposta de frequência espacial de MTF50P > 95LP/PH, sensibilidade a captura de imagens em baixa luminosidade de no máximo 5 lux (EIA639), certificação IP6K9K e ângulo de visão mínimo de 150graus(H) e 100graus(V) com ajuste de imagem e recursos de calibração das linhas guias de auxílio ao estacionamento, com conexões de alimentação e vídeo independentes.	2%
8536.50.90	Outros	16BIT
	Ex 024 - Interruptor rotativo de ignição elétrica de alta corrente (até 65 Amperes) por 0,1 segundo no contato de partida, para veículos automotores a combustão, com carcaça externa sobre injetada em plástico de engenharia PA66 GF30, com sistema de pistas metálicas, montado com contatos metálicos.	2%
	Ex 025 - Mini comutador utilizado para acionamento das funções de lavador, limpador, faróis e setas da chave de seta para aplicações em caminhões.	2%
	Ex 026 - Módulo sensor da maçaneta da porta, aplicado no sistema de travamento e destravamento da fechadura de veículos automotores, composto por sensor capacitivo para destravamento da porta por aproximação da mão, interruptor para travamento da porta e conector elétrico, encapsulados em moldura plástica.	2%
8536.90.90	Outros	16%
	Ex 008 - Interruptor elétrico de acionamento do alerta de cinto de segurança não afivelado e de ativação/desativação do airbag do passageiro de veículos automóveis.	2%
8537.10.90	Outros	18%
	Ex 015 - Módulo eletroeletrônico para controle de cargas de diversas naturezas, responsável pela pilotagem de antenas de acesso e partida mãos livres ("hands free"), pela segurança da partida via verificação de transponder, pelo diagnóstico centralizado do veículo e pelo gerenciamento das redes veiculares CAN e LIN.	2%
	Ex 016 - Conjunto de acionamento das palhetas do limpador de para brisas dianteiras, composto de motor elétrico, hastes para acionamento das palhetas lado motorista e passageiro, juntas e pivôs, os pontos de articulação estão distantes 491,6mm (+1,0mm) e peso total de 2,650Kg (+/- 0,2Kg).	2%
8538.90.90	Outras	16%
	Ex 002 - Módulo central de comutação produzido de plástico e circuito metálico sobre injetado utilizado como pista e guia para a comutação de chaves de seta de automóveis.	2%
8544.30.00	Jogos de fios para velas de ignição e outros jogos de fios do tipo utilizado em quaisquer veículos	16%
	Ex 003 - Conjunto cabo conector do motor elétrico, utilizado em veículos híbridos, com resistência a tração maior ou igual a 150N nos terminais, para tensão de 600V e corrente máxima de 180A(rms), composto por tubo contráctil, fios de cobre com tratamento superficial de estanho, blindagem de malha e conector de PBT selado.	2%
8544.42.00	Munidos de peças de conexão	16%
	Ex 002 - Cabo condutor flexível em alumínio ISO-6722-2, munidos, ou não, de peças de conexão, via única, diâmetro externo máximo variando de 1,40 mm a 3mm, protegido por isolação externa em PVC, com temperatura de aplicação -40°C/+105°C e tensão não superior a 60 V, para aplicação em chicotes elétricos para veículos automóveis.	2%
	Ex 003 - Fita flexível com conectores montados e soldados utilizado em sistemas de alimentação de periféricos de volante automotivo, composto por liga de cobre, polímeros de engenharia, liga de aço e tratamento supercial, sistema de proteção contra tração de até 10 N, resistência máxima de 850 mOhms por via.	2%

8545.20.00	Escovas	12%
	Ex 001 - Escova de carvão do comutador com planicidade 0,05 mm da face de contato, perpendicularidade de 0,05 mm entre a face de contato e perfil da escova, rugosidade Rz máxima de 40microns, largura de 4 +/- 0,05 mm, face plana do perfil 7 +-0,05 mm com CpK >=1,33, espessura 4,5 -0,04 -0,14 mm e largura 5,8 -0,04 -0,14 mm ambas medidas com CpK>=1,33.	2%
	Ex 002 - Escovas de carbono, fabricada em cobre e aditivos para motores de partida utilizados na ignição de motores de combustão interna, de veículos automotores.	2%
8708.29.99	Outros	18%
	Ex 072 - Painel de dupla injeção de resina, de adorno lateral 300 mm x 265 mm, para o acoplamento do ar condicionado, difusores e som, com tolerância máxima das peças injetadas de ±0,05 mm.	2%
	Ex 073 - Sub-montagem da alavanca do limitador de porta automotiva, constituída de aço de alta resistência - SPH780 ou SAFH690 e limite de tensão mínimo de 690 MPa, coberto com peça de design complexo feita de PA66, comprimento entre 120 a 190 mm, durabilidade de no mínimo 50.000 ciclos sem perda de mais de 30% de torque operacional.	2%
	Ex 074 - Trava de direção, aplicado no sistema de direção de veículos automotores, constituída por corpo em Zamac, mecanismo com trava mecânica em aço C45 com dureza de 260 Hv, interruptor e conector elétrico.	2%
	Ex 075 - Trinco da porta automotiva produzido em aço nos padrões derivados da norma JIS com tratamento superficial de zinco, capaz de suportar uma tração longitudinal mínima de 11,13 KN e tração transversal mínima de 8,93 KN, medindo aproximadamente 66 mm x 50 mm x 33,8 mm.	2%
8708.30.90	Outros	18%
	Ex 033 - Unidade moduladora do sistema de freios, exclusiva para sistemas de freios de veículos híbridos com função regenerativa de energia, com tensão de trabalho de 11,0V a 16,0V e conector elétrico de até 46 pinos.	2%
	Ex 034 - Conjunto de cilindro mestre para sistemas de freios de veículos compatíveis com tecnologia híbrida e função regenerativa, composto de reservatório de fluido, unidade eletrônica de comando, motor elétrico de acionamento e atuador cilindro mestre.	2%
	Ex 035 - Atuador acionado eletronicamente com controle de curso e refrigeração a água, com motor de corrente contínua sem buchas ("brushless"), software flexível e customizável e alta variedade de torques de saída, com limites de temperatura entre -15°C a 150°C, tensão de operação 12V/24V e conexão via rede CAN do veículo.	2%
	Ex 036 - Haste de regulagem do freio a disco de veículos automotores, fabricado em aço 38Cr4, com rosca especial de quatro entradas de diâmetro de 9,5mm e comprimento de 32mm e com tolerância de batimento de 0,05mm.	2%
	Ex 037 - Calipers Freio de Serviço com configuração flutuante; com pistões duplos ou simples de 44mm, 48mm ou 52 mm de diâmetro; Pressão de trabalho de 120bar; Torques de frenagem entre 2900Nm e 6300Nm, aplicados em veículos comerciais com peso bruto total entre 3,5 e 6 ton.	2%
8708.40.80	Outras caixas de marchas	18%
	Ex 023 - Transmissão 6 A/T - Caixa de transmissão automática de 6 velocidades a frente e 1 a ré com tração 4x2 dianteira utilizada em veículos de passeio.	2%
	Ex 024 - Transmissão 7 DCT - Caixa de transmissão automática de 7 velocidades a frente e 1 a ré, DCT (Dual Clutch Transmission) com sistema de dupla embreagem utilizada em veículos de passeio.	2%
	Ex 025 - Caixa de transmissão automática transversal de 9 marchas, com conversor hidrodinâmico de torque, suportando a função ligadesliga sem bomba de óleo adicional, torque variando de 200Nm a 480Nm e potência máxima de 185 Kwa.	2%
	Ex 026 - Transmissão automática de 6 velocidades à frente + marcha ré com função RDT (Redutor de Tração), com limitação eletrônica do torque do motor de 235 Nm em 1ª marcha, 245Nm em 2ª marcha e 265Nm em todas as outras, e pontagem do regime freio motor em 2800rpm, fabricada em aço, alumínio, latão, cobre, chumbo, níquel, minerais, e componentes eletrônicos.	2%
	Ex 027 - Conjunto transmissão automática, fabricada em alumínio, engrenagens e polias multiplicadoras feitas de liga de ferro, utilizado na propulsão de veículos híbridos, integra um grupo de engrenagens, dois motores-geradores e um conjunto de diferencial, altura: 469.5mm; comprimento: 362.4mm e largura: 537.4mm.	2%
8708.40.90	Partes	18%
	Ex 057 - Amortecedor torcional, composto por disco metálico e molas com diâmetro de 271,5mm, utilizado em veículos híbridos para reduzir as vibrações e choques causados pelas variações de torque do motor de combustão interna no sistema de transmissão.	2%
	Ex 058 - Engrenagem anelar helicoidal combinada num mesmo corpo com luva sincronizadora, composta por 72 e 77 dentes com ângulo de 12,5graus e 24graus, em aço forjado, cementado com tratamento superficial tempera sob pressão e revenido, com diâmetro de externo de 270mm, largura de 89mm e peso 6,5 kg, utilizada em transmissões automatizadas de torque de 2400Nm ou 3100Nm.	2%
	Ex 059 - Cilindro atuador do grupo planetário composto por carcaça de liga de alumínio integrada com 2 válvulas solenoides, 1 sensor indutivo para controle do curso de acionamento, certificação IP6K9K, temperatura de trabalho entre -30°C a + 120°C, pressão de trabalho entre 5,5bar e - 8,5bar, aplicado em transmissões automatizadas.	2%
8708.50.80	Outros	18%
	Ex 020 - Eixo de tração com dois motores elétricos acoplados, eles são síncronos de ímãs permanentes, com potência nominal de 75 KW, máxima de 90 KW e torque de 350 Nm, inclui freios a disco, cubos de roda, molas pneumáticas, amortecedores e caixas de redução, pesando ao todo 1120Kg.	2%
	Ex 021 - Eixo de tração com motores elétricos acoplados, de corrente contínua, com potência nominal de 110KW e potência máxima de 150KW, tem motor síncrono de ímãs permanentes, com torque por motor de 400Nm, inclui freios a disco, cubos de roda, molas pneumáticas, amortecedores e caixas de redução com peso de 1.152Kg.	2%
	Ex 022 - Eixo de tração traseiro com motores elétricos acoplados, de corrente contínua, com potência máxima entre 150KW e 180KW, motor síncrono de ímãs permanentes, com torque por motor de 700Nm, inclui freios a disco, cubos de roda, molas pneumáticas, amortecedores e caixas de redução com peso de 1.540kg.	2%
8708.50.99	Outras	18%
	Ex 020 - Anel de engrenamento em aço do sistema de bloqueio do diferencial, com diâmetro externo de 117,0mm, largura 79,0mm, entalhado menor com 34 dentes, entalhado maior com 23 dentes.	2%
	Ex 021 - Caixa das engrenagens planetárias acabada, com diâmetro externo do flange de 376,0mm, largura total 272,0mm, diâmetro interno de 101,4mm, utilizada para alojar as engrenagens planetárias.	2%
	Ex 022 - Flange da engrenagem coroa acabada de aço, diâmetro externo do flange de 241,0mm, largura de 91,4mm, diâmetro interno de 84,5mm, com entalhado externo de 64 dentes e entalhado interno de 41 dentes.	2%
	Ex 023 - Kit caixa dos satélites e conjunto de engrenagens em aço na redução 5,63.	2%
	Ex 024 - Perfil de torsão hidroformado do eixo traseiro da suspensão de veículos leves, feito de aço 22MnB5, com seção transversal em forma de "V", curvatura e dobras com tolerância de 0,5mm.	2%
	Ex 025 - Ponteira de aço com largura assimétrica do rasgo de 4mm + 0,014/- 0,002, diâmetro de 18.07 mm ± 0,02, comprimento do rasgo de 17,2 mm ± 0,05, forma assimétrica do rasgo 0,04 A-B, diâmetro das ranhuras de 18,25 mm ± 0,05, largura das ranhuras de 15 mm ± 1, folga no diâmetro da cavidade interna de ∅ 18,6 J8 mm (-0.013/+0.020), comprimento do segmento interno de no mínimo 20 mm, batimento axial de 0,02 A-B, rosca do segmento interno M8-6H, para acoplamento e transmissão de movimento da árvore de cames integrada à tampa de cabeçote axial de 0,02 A-B, rosca do segmento interno M8-6H.	2%
8708.80.00	Sistemas de suspensão e suas partes (incluindo os amortecedores de sus- pensão)	18%
	Ex 008 - Articulação dianteira e/ou traseira do sistema de suspensão, tipo manga de eixo em alumínio injetado, na condição bruta, de peso entre 2,5 Kg e 3,8 Kg, com dimensão máxima 400 mm (C) x 400 mm (L) x 150 mm (A), utiliza processo de injeção de baixa pressão tipo PCPC (Pressure Counter Pressure Casting) e tratamento térmico T6.	2%
8708.93.00	Embreagens e suas partes	18%
	Ex 008 - Anel de articulação elástico, estampado em aço mola especial, tratado termicamente de 44HRC - 55 HRC, com aplicação de "shot peening".	2%
	Ex 009 - Anel rampa de auto ajuste para sistema de embreagem, em aço, diâmetro externo 360mm, torneado, furado e fresado com paralelismo inferior a 0,10mm.	2%
	Ex 010 - Cremalheira de auto ajuste de sistema de embreagem, fabricado em aço mola especial de espessura 4,00mm +- 0,2mm, submetido a tratamento térmico de 44HRC - 50 HRC.	2%
	Ex 011 - Subconjunto de auto ajuste de sistema de embreagem, composto por uma cadeia cinemática de componentes, com precisão de auto ajuste menor que 0.05mm, fabricado em aço.	2%
9029.90.90	Outros	16%
	Ex 001 - Sensor de rotação ativo de efeito Hall constituído por circuito integrado capaz de diferenciar sentido de rotação temperatura de trabalho de -40°C a +130°C, frequência de aquisição de até 12KHz quando em rotação direta e até 6KHz em rotação reversa, certificação IP69 e IP67, tensão de alimentação direta entre 4,3V e 24V e reversa em -18V com consumo de corrente em espera de 4,0 a 9,0mA e em operação de 12 a 17mA largura de pulso para rotação direta de 38us a 53us e reversa de 76us a 104us utilizado em transmissões para veículos comerciais.	2%
9032.89.23	De sistemas de transmissão	16BIT
	Ex 019 - Unidade de gerenciamento de sistema de transmissão continuamente variável (CVT) e conversor de torque, de peso igual ou inferior a 0,260 kg, composto de placa de circuito impresso, conector elétrico, memória, software dedicado, equipadas com unidade eletrônica de dados e componentes eletrônicos, com operação entre 5 volts (1mA) a 30 volts (100 mA) DC e resistência máxima de 1 MOhm.	2%
	Ex 020 - Comando de embreagem eletropneumático composto por carcaça de atuação em alumínio carcaças de controle em PA com adição de fibra de vidro integrado com 4 válvulas solenoides e 1 sensor indutivos com precisão de 5% para controle do curso de acionamento pré carga máxima de 180N e força de liberação maior que 6000N índice de proteção IP6K9K, temperatura de trabalho entre -30°C + 90°C, pressão de trabalho entre 6,5 - 8,5bar, utilizado em transmissões para veículos comerciais.	2%
9032.89.25	De sistemas de injeção	16BIT
	Ex 006 - Unidade dosadora de ARLA 32 com função de aquecimento para motores diesel de grande porte, com capacidade de redução de níveis de NOx para valores inferiores a 0,46g NOx/kWh para WHTC (World Harmonized Transient Cycle).	2%
9032.89.81	De pressão	14BIT
	Ex 003 - Sensor de pressão de óleo, com dimensões principais de 44,3mm x 26mm x 24mm, pressão de trabalho entre 0bar a 80bar, tensão de alimentação entre 4,5V e 5,5V, composto por corpo metálico, elemento sensor e conector plástico com terminais elétricos, aplicado para medição de pressão em sistemas hidráulicos de transmissões automatizadas de veículos automotores.	2%

9032.89.90	Outros	18%
	Ex 004 - Controlador Eletrônico, microprocessado, para monitoramento, diagnóstico funcional e controle de sistemas de máquinas agrícolas autopropulsadas, com monitoramento de entradas analógicas, digitais, e de frequência (PWM), com canais de comunicação CAN ISO 11783, tensão de trabalho entre 9 e 16V, e temperatura de trabalho entre -40°C a +85°C.	2%
	Ex 005 - Módulo de controle eletrônico de potência, utilizado no sistema de atuação e controle para máquinas agrícolas, microcontrolado, programável, com protocolo de comunicação CAN ISO 11783, de corrente máxima de regime permanente de até 100A, com até 8 saídas, podendo ser H-bridge, corrente de até 25A ou chaveadas, com corrente de até 15A, monitoramento de corrente individual por saída com precisão de 0,5A, com possibilidade de três estados de saída: ligada, desligada e PWM (pulse width modulation), homologada com proteção contra agentes químicos, de acordo com a norma ASTM B827, com proteção contra óleo de motor, óleo combustível e agentes corrosivos, e qualificada conforme JDQ-53.2.	2%
	Ex 006 - Controlador do Sistema de gerenciamento de baterias (BMS - Battery Management System), composto de alumínio fundido, gerencia o carregamento e descarregamento dos conectores de potência da bateria, limita a potência, detecta a corrente e monitora a temperatura da bateria.	2%
9401.90.90	Outros	18%
	Ex 021 - Conjunto de trilho para fixação, ajuste e/ou movimento de bancos automotivos com 24 posições do lado direito e/ou esquerdo, fabricado com material High Tension SPFC 980, de alta durabilidade, contendo ou não encaixe interno para alavanca de movimentação, utilizado em veículos automotivos.	2%
	Ex 022 - Base inferior da suspensão de assento automotivo, confeccionada em chapa de aço estampada e dobrada, com largura entre 400,0 mm e 419,0 mm, com profundidade entre 291,6 mm e 356,0 mm, suportes de amortecedores, caminho de rolamento da tesoura pantográfica, reforços soldados, pivôs, nervura para acoplamento da bolsa de ar, batentes, furações alinhadas para acoplamento de eixos.	2%
	Ex 023 - Conjunto base deslizante estampado de posicionamento do assento para frente e para trás do assento automotivo.	2%
	Ex 024 - Conjunto base deslizante do giratório, estampado composto, por furações de indexação de giro, porcas solda projeção para fixação dos componentes do giratório, porcas de localização, trilhos dobrados/integrados na base, projetado com função de giro do assento e ajuste frontal e traseiro do assento, acoplado à estrutura da parte superior do assento.	2%
	Ex 025 - Conjunto de alavanca do sistema de ajuste da altura de banco automotivo fabricado com alguns componentes incluindo chapa aço de alta resistência nos padrões derivados da norma JIS com limite de tensão de 590 MPa mínimo, tolerância de paralelismo +/-0,2mm e furos +/-0,05 com durabilidade superando os 30.000ciclos.	2%
	Ex 026 - Estrutura do assento em ABS alta performance, com largura entre 253,0mm a 508,0mm, com profundidade entre 272,0mm e 520mm, com função de receber a espuma injetada na forma em sua parte inferior, com o perfil superior da estrutura ABS do assento, contém alojamento e passagem do cabeamento, para os dispositivos de aquecimento, ventilação e massageamento que ficam integrados na espuma do assento automotivo.	2%
	Ex 027 - Suporte da tampa do encosto estrutural, lado direito suspensão de assento automotivo, confeccionada em chapa de aço estampada e dobrada, com largura de 158,3mm, com altura entre 160,3mm e 176,5mm, com a função de acoplar a tampa traseira estrutural do encosto, acoplar a base estrutural do assento, contendo reforços soldados pivôs, batentes, com furações alinhadas com o suporte do encosto lado esquerdo do assento automotivo.	2%
	Ex 028 - Suporte da tampa do encosto estrutural, lado esquerdo da suspensão de assento automotivo, confeccionada em chapa de aço estampada e dobrada, com largura de 158,3mm, com altura entre 160,3mm e 176,5mm, com a função de acoplar a tampa traseira estrutural do encosto, acoplar a base estrutural do assento, contendo reforços soldados pivôs, batentes, com furações alinhadas com o suporte do encosto lado direito do assento automotivo.	2%
	Ex 029 - Suporte de estrutura para banco automotivo, fabricada em aço de alta resistência, conforme norma SAEJ2340XF, por processo de estampagem e tolerância crítica paralelismo de +/-0,15mm e tolerância de perfil de +/-0,2mm.	2%
	Ex 030 - Suporte estrutural estampado do assento, com largura entre 286,0mm a 367,0mm, com altura entre 183mm e 243,5mm, nervurado para estabilidade e rigidez do assento, furações para acoplamento do conjunto do encosto, conjunto do assento e fixação do assento no equipamento.	2%
	Ex 031 - Tampa superior da suspensão de assento automotivo, confeccionada em chapa de aço estampada e dobrada, com largura entre 337,4mm e 409,1mm, profundidade entre 323,8mm e 342,0mm, com a função de acoplar suportes de guias de deslocamento, suportes de console, suportes conjugados de guias de deslizamento e cremalheira de posicionamento do assento, suportes de amortecedores, caminho de rolamento da tesoura pantográfica em sua parte inferior, reforços soldados, pivôs, batentes com furações alinhadas para acoplamento de eixos.	2%
	Ex 032 - Tampa traseira estampada do encosto de assento automotivo, confeccionada em chapa de aço estampada e dobrada, com nervuras de reforço, soldados tubos anti - torção, com largura entre 437,0mm e 470,0mm, altura entre 410,0mm e 445,8mm, com a função estrutural, com suporte do dispositivo de regulagem lombar, reforço do comando de regulagem lombar, coroa dentada do dispositivo de inclinação e tubos guias do suporte de cabeça soldados.	2%
	Ex 033 - Tesoura pantográfica do conjunto suspensão do assento automotivo confeccionada em chapa de aço cortada para os braços, dobrada para suportes, estampagem profunda , com largura entre 296,7mm e 336,0mm, profundidade entre 354,6mm e 362,0mm com a função de acoplar suportes do micro compressor, bolsa pneumática, amortecedor de regulagem infinita de absorção de impactos, rolamentos de agulhas componentes de conexão da tesoura com a tampa superior base inferior da suspenção, eixo embutido na base inferior da suspensão.	2%

Art. 2º Fica incluído o código da Nomenclatura Comum do Mercosul abaixo descrito, referente ao Sistema Harmonizado 2012, na lista de autopeças constante do Anexo I da Resolução nº 116, de 2014, da Câmara de Comércio Exterior, com vigência até 31 de dezembro de 2019, conforme descrição a seguir discriminada:

NCM (SH 2012)	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA
8708.50.80	Outros	18%
	Ex 023 - Eixo dianteiro em U para ônibus elétricos de piso baixo com dois amortecedores, duas molas pneumáticas, duas câmaras de freio de atuação pneumática Knorr SN7, dois cubos e barra de estabilização lateral, flange a flange mede 2468 mm, tem ângulo do pinhão de 8,5graus, ângulo de caster de 3,5graus, ângulo de camber zero, curso da roda de +- 80mm (roda de 8,25polegadas x 22,5polegadas) e carga máxima de 8500kg.	2%

Art. 3º Ficam incluídos no Anexo II da Resolução nº 116, de 18 de dezembro de 2014, da Câmara de Comércio Exterior, os seguintes Ex-Tarifários de autopeças:

NCM (SH 2012)	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA
8412.21.10	Cilindros hidráulicos	14BK
	Ex 051 - Cilindro hidráulico de dupla ação para aplicação em máquinas pá-carregadeiras com camisa fabricada pelo processo de trefilagem com relação de redução mínima de 17%, com diâmetro interno de 220mm e diâmetro externo de 256mm, e haste de diâmetro externo 110mm, com comprimento mínimo retraído de 908mm e comprimento máximo estendido de 1320mm e pressão máxima de trabalho de 26Mpa (260bar).	2%
8412.21.90	Outros	14BK
	Ex 067 - Cilindro hidráulico de dupla ação para aplicação no basculamento da caçamba do caminhão articulado fora-de-estrada com pressão máxima de trabalho de 25Mpa (250bar), composto por camisa de diâmetro externo 140mm e diâmetro interno de 125mm e uma haste com diâmetro externo de 80mm e comprimento 2453mm, soldada pelo processo de fricção ao olhal de fixação, conferindo ao conjunto um comprimento de 2790mm quando retraído e de 5066mm quando estendido.	2%
8413.60.11	De engrenagem	14BK
	Ex 022 - Conjunto de bombas volumétricas rotativa de engrenagens contendo 2 bombas acopladas em série, ambas com carcaças de ferro fundido, com pressão máxima de 20,6Mpa, rotação máxima de 3000rpm e vazão máxima de 181,8l/min, para aplicação em sistemas de transmissão de máquinas autopropulsadas.	2%
	Ex 023 - Bombas hidráulicas volumétricas rotativas de engrenagens, com corpo de ferro fundido, com pressão máxima de 24,5MPa, rotação máxima de 3000rpm, vazão máxima de 89,7l/min, para aplicação em linha de ventilador de sistema de arrefecimento de máquinas autopropulsadas.	2%
8433.90.90	Outras	14BK
	Ex 012 - Rolete guia, de aço médio carbono, zincado, temperado sem cor, denominado rolete superior, rolete inferior ou rolete central, para barra de corte de plataformas de colheitadeiras agrícolas, com função de segurar a navalha triangular (faca) em linha reta evitando que a secção se incline para a frente e cause vibrações e atritos.	2%
	Ex 013 - Elemento de separação de trilha e separação de grãos, aplicado no rotor de colheitadeiras de cereais autopropelidas, fabricado em ferro fundido nodular com deposição de material de alta dureza através de tratamento "Gopalite [R]" de espessura mínima de 0,7mm.	2%
	Ex 014 - Teto interno da cabine do operador para máquinas agrícolas autopropulsadas, constituído de materiais como ABS (acrilonitrila butadieno estireno) ou polipropileno com fibra de vidro ou polipropileno e composto fibroso, conformado ou injetado em bloco único, próprio para o fechamento interno superior da cabine e acomodação para receber componentes de sistemas como ar condicionado, espelhos retrovisores, rádio, som e sistema elétrico.	2%
8481.20.90	Outras	14BK
	Ex 049 - Válvula para transmissão de óleo-hidráulico acionada eletricamente, utilizada para controle do sistema de levante de tratores agrícolas, com pressão máxima igual ou inferior a 25.000kPa.	2%
	Ex 050 - Válvula seccional eletro-hidráulica de alta pressão, aplicada no comando do sistema de direção com piloto automático de máquinas agrícolas autopropulsadas, com pressão máxima de trabalho igual ou superior a 200bar e tensão de bobina de 12V.	2%

	Ex 051 - Válvula controladora para sistema hidráulico, tipo direcional, com 2 posições, 3 vias, corpo de alumínio e solenoide de 12V, com pressão máxima de trabalho igual ou superior a 2900PSI para aplicação em máquinas agrícolas autopropulsadas.	2%
	Ex 052 - Bloco de válvulas prioritárias para sistema hidráulico, para aplicação em máquinas agrícolas autopropulsadas, acionadas por sinal de pressão, com pressão máxima de trabalho igual ou superior a 200bar.	2%
	Ex 053 - Válvulas hidráulicas de controle, com corpo de ferro fundido, pressão máxima de 19,5MPa, vazão máxima de 30l/min, para controlar o cilindro de inclinação ou direção da lâmina de trabalho, com controle de fluxo por pressão no retorno ou na entrada, para aplicação em máquinas autopropulsadas de nivelamento de solo.	2%
	Ex 054 - Válvulas hidráulicas de controle, com corpo de ferro fundido, pressão máxima de 19,1mpa, vazão máxima de 46l/min, para controlar o cilindro de elevação da lâmina de trabalho ou escarificador traseiro, com controle de fluxo por pressão na entrada, para aplicação em máquinas autopropulsadas de nivelamento de solo.	2%
	Ex 055 - Blocos de válvulas hidráulicas, com bloco de ferro fundido, para pressão máxima de 21,75MPa, vazão máxima de 46l/min, com controle de fluxo de entrada, para controlar a pressão na linha do cilindro de angulação da roda dianteira, para aplicação em máquinas autopropulsadas de nivelamento de solo.	2%
	Ex 056 - Válvulas hidráulicas de controle, com corpo de ferro fundido, pressão máxima igual ou superior a 23MPa, vazão máxima igual ou superior a 24l/min, para controle de pressão da linha do freio e do motor hidráulico da hélice do ventilador do sistema de arrefecimento, mantendo a carga prioritária no acumulador da linha do freio, para aplicação em maquinas autopropulsadas.	2%
	Ex 057 - Válvulas hidráulicas de queda rápida, para sistema de transmissão óleo - hidráulica, com pressão máxima igual ou superior a 27MPa, vazão máxima entre 85 e 180l/min, aplicada entre válvula de controle e cilindros de elevação de lâmina de maquinas autopropulsadas.	2%
	Ex 058 - Válvulas hidráulicas direcionais prioritárias, com corpo de ferro fundido, pressão máxima igual ou superior a 20,6MPa, vazão máxima de até 160l/min, utilizada no sistema de direção e controle do equipamento de trabalho de maquinas autopropulsadas.	2%
	Ex 059 - Válvulas hidráulicas de corte, para sistema de transmissão óleo - hidráulico, para controle do equipamento de trabalho de pá carregadeiras, com pressão máxima de 20,6mpa e vazão máxima de 64l/min.	2%
	Ex 060 - Válvula hidráulica central móbil de controle direcional sensível à carga própria para distribuição de óleo e controle de pressão para o motor hidráulico do ventilador do sistema de arrefecimento do motor, para o sistema de freio, sistema de direção e sistema hidráulico de máquinas pás-carregadeiras, composta por corpo monobloco em aço rebarbado termicamente, contendo em mesmo corpo válvula redutora de pressão para sistema de freio, válvula redutora de pressão para sistema servo hidráulico, válvula limitadora de pressão para sistema de direção hidráulica, válvula prioridade, duas restrições de óleo, duas válvulas alternadoras e dois pontos de verificação de pressão, com pressão nominal de 245bar, pressão máxima permitida de 280bar e vazões variando de 5 litros por minuto a 200litros por minuto nas diferentes portas e temperatura admissível de trabalho do óleo compreendida entre -30? e + 80?.	2%
8481.80.92	Válvulas solenóides	14BK
	Ex 019 - Eletro-válvula de controle de direção de fluxo de soluções líquidas, com duas saídas, pressão de trabalho igual ou maior a 150 PSI e vazão maior ou igual a 35 GPM para aplicação em máquinas agrícolas autopropulsadas.	2%
8483.40.10	Redutores, multiplicadores, caixas de transmissão e variadores de velocidade, incluindo os conversores de torque	14BK
	Ex 218 - Módulo multiplicador e variador de velocidades (Powershift e Powershuttle) composto por carcaça de ferro fundido, engrenagens e eixos, pacote de embreagem e válvulas eletro/hidráulica, sendo o conjunto gerenciado pelo sistema eletrônico do trator, controlando neste módulo o sistema eletro-hidráulico, o pacote de embreagem dispostos ao longo dos eixos de entrada e saída e o conjunto de planetárias, proporcionando a máquina diferentes velocidades tanto na direção de avanço quanto na de reversão.	2%
	Ex 219 - Redutores velocidade para acionamento de equipamentos de esteiras, com entrada para flangear motores hidrostáticos, relação de redução entre 30:1 até 35:1 e torque de saída máximo igual ou superior a 40.000Nm.	2%
	Ex 220 - Caixa de distribuição e direcionamento de força, para acionamento do sistema de alimentação central, das navalhas e da bomba hidráulica da plataforma de corte, com rotação de entrada 520rpm, torque máximo de entrada de 1900Nm, com relação entrada-facas 1:1, relação entrada-bomba 1:1, e relação entrada-CFS (seção central) 2,14:1, aplicada em plataforma de corte de máquinas autopropulsadas.	2%
8483.40.90	Outros	14BK
	Ex 199 - Caixa reversora, de acionamento mecânico, para inversão do sentido de giro do eixo principal do sistema de esteiras alimentadoras de colheitadeiras de cereais autopropulsadas.	2%
8483.60.90	Outros	14BK
	Ex 036 - Acoplamentos de disco de aço, provido de cubo central com dentes internos de aço liga temperado e 6 molas de aço acopladas na face do disco, utilizado para acoplar motor e bomba principal, transmite potência do motor para bomba e absorve a vibração torsional para proteger o sistema de transmissão, aplicado em máquinas autopropulsadas.	2%
	Ex 037 - Acoplamentos fabricados de PA12-CF15 (náilon e fibra de carbono), providos de ressalto dentado de aço no centro, utilizado para acoplar motor e bomba HST, transmite potência do motor para bomba e absorve a vibração torsional para proteger o sistema de transmissão, aplicado em maquinas autopropulsoras.	2%
9032.90.99	Outros	8BIT
	Ex 012 - Monitor de funções, dotado de microprocessador, display de LCD e protocolo de comunicação tipo CAN, para monitoramento de operações, códigos de diagnóstico de problemas, configuração de segurança e configurações da máquina, utilizado em maquinas autopropulsadas.	2%

Art. 4º O Ex-Tarifário abaixo descrito, incluído no Anexo I da Resolução nº 116, de 2014, da Câmara de Comércio Exterior, pelo art. 3º da Resolução nº 24, de 2018, da Câmara de Comércio Exterior, passa a vigorar com a seguinte redação, e vigência até 30 de junho de 2019:

NCM (SH 2012)	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA
8511.40.00	Ex 002 - Motor de partida para aplicação veicular que necessita de uma durabilidade igual ou superior a 250.000 ciclos com potência maior ou igual a 1.7KW, 1.9KW ou 2.7KW, com espessura entre dentes com tolerância máxima de 0,08mm, com auto-controle no processo de fabricação do pinhão e nível de vedação sem lacre, semi selado ou selado aplicados a motores de combustão de 2.0 L gasolina (240cv), 2.0 L Flex Fuel (240cv), 2.0 L TD4 diesel (180cv) e 2.0 L SD4 diesel (240cv).	2%

Art. 5º Fica excluído o Ex-Tarifário descrito abaixo da lista de autopeças constante do Anexo I da Resolução nº 116, de 2014, da Câmara de Comércio Exterior:

NCM (SH 2012)	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA
8533.21.20	Ex 001 - Resistência elétrica, para potência não superior a 20 W, própria para montagem em superfície SMD - "Surface Mounted Device", do tipo usado em produto automotivo.	2%

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE
Presidente do Comitê Executivo de Gestão

RESOLUÇÃO Nº 85, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Altera para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital que menciona, na condição de Ex-Tarifários.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, tendo em vista a deliberação de sua 161ª reunião, ocorrida em 23 de outubro de 2018, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 2º, inciso XIV, e 5º, § 4º, inciso II, do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e considerando o disposto nas Decisões nºs 34/03, 40/05, 58/08, 59/08, 56/10, 57/10, 35/14 e 25/15 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, os Decretos nº 5.078, de 11 de maio de 2004, e nº 5.901, de 20 de setembro de 2006, e a Resolução nº 66, de 14 de agosto de 2014, da Câmara de Comércio Exterior, resolve, **ad referendum** do Conselho de Ministros:

Art. 1º Ficam alteradas para zero por cento até 30 de junho de 2020, as alíquotas **ad valorem** do Imposto de Importação incidentes sobre os seguintes Bens de Capital, na condição de Ex-Tarifários:

NCM	DESCRIÇÃO
8404.90.90	Ex 001 - Economizadores de duplo passe, formados por 98 serpentinas dispostas em 37 fileiras de tubos aletados de diâmetro 42mm e espessura 5,5mm, com espaçamento entre serpentinas de 137mm fabricado em aço carbono SA-210C estirado a frio com os seguintes parâmetros operacionais: lado água (tubos/interno): pressão de entrada 20,065MPa, temperatura de entrada 278°C, temperatura de saída 317°C e vazão de 1.150t/h; lado gás de combustão (tubos/externo): temperatura de entrada 483°C, temperatura de saída: 357°C e vazão 1.614t/h.
8407.21.90	Ex 053 - Motores marítimos de pistão, de ignição por centelha, partida elétrica ou manual, 2 tempos, com 3 cilindros em linha, de fixação externa na popa do caso, dispositivo de arrefecimento por água, sistema de alimentação de combustível por carburador, capacidade volumétrica de 0,7 litro, potência de 50HP e rotação entre 5.000 e 5.700 rpm, equipados com alternador de 11ª (quando equipados com partida elétrica).
8415.90.90	Ex 015 - Bombas de dreno, acionadas por motor elétrico de indução monofásico de 2 polos e potência de 10/11W em AC 220/240V 50/60Hz, com corpo, rotor e tampa concebidos em poliestireno (PS), com vazão nominal de 400cm³/min e altura manométrica entre 200 e 1.125mm, para bombeamento de água oriunda do processo de resfriamento e desumidificação em serpentinas de unidades evaporadoras, do tipo cassete, de sistemas de ar condicionado com volume de refrigerante variado.
8415.90.90	Ex 016 - Unidades eletrônicas receptoras de sinais, integram o sistema de configuração e controle de unidades evaporadoras de sistemas de ar condicionado com tecnologia VRF, dotadas de placa de circuito impresso com grau de retardância a chama conforme UL94-V, microprocessador, "dips" "switchs", "buzzer", módulo-elemento receptor de sinais e Leds, nas dimensões de 85 x 63mm, com construção em acordo com a diretiva RoHS Europa.
8418.69.99	Ex 056 - Máquinas para produção de gelo em cubos com unidade de refrigeração remota, capacidade de produção diária de 116 a 489kg, variável por modelo, com tecnologia de automonitoramento no painel, sistema de refrigeração ultra silencioso, sensor de água que reduz o acúmulo de resíduos, gás ecológico de refrigeração R404A (mistura de gases refrigerantes HFC).
8419.40.20	Ex 004 - Destiladores para análise de nitrogênio total, "Kjeldahl", com condensador de refluxo com serpentina em titânio, estrutura interna em tecnopolímero resistente a químicos, caldeira geradora de vapor em liga metálica que trabalha a baixa pressão com resistências fundidas no bloco e alimentada com água destilada.
8419.50.21	Ex 088 - Combinações de máquinas para pré-aquecimento e filtragem de gás combustível, para melhoria da eficiência da combustão de turbina a gás e proteção contra admissão de partículas danosas, com temperatura de saída entre 204 e 226°C e eficiência de filtragem de 99,5%, compostas de: trocador de calor; filtro redutor de impurezas; instrumentação; válvulas de segurança; painéis de controle, tubulações; plataforma de instalação e abrigo de proteção de ambiente.
8419.89.19	Ex 119 - Máquinas para triturar e descontaminar resíduos potencialmente infectados, com ciclos de 30 a 35min, dotadas de: câmara de esterilização operando a uma temperatura de 135°C e pressão interna de 320kPa (3,2 bar), triturador de 2 eixos com lâminas para a destruição de resíduos infecciosos, com capacidade de 20, 40 e 80L por ciclo, com alimentação elétrica de 220V ou 380-400V, trifásicas, 50/60Hz, com necessidade de fonte de alimentação de 10, 15 ou 20kW, descontaminação dos resíduos por meio de vapor sob pressão (135°C/3,2bar), controlador lógico programável (CLP), filtros de ar HEPA de 0,2µm, bombas de impulsionamento e extração de líquidos, "display touchscreen" de 7 polegadas e impressora térmica integrada para registro das operações.

8419.89.99	Ex 236 - Combinações de máquinas para processamento e esterilização de queijos fundidos diversos, com capacidade de processamento mínima de 50 e máxima de 6.000L/h, por meio de ultra alta temperatura (UHT - Ultra High Temperature) pela injeção direta de vapor, compostas de: equipamento de pré-aquecimento; tanque de equilíbrio e ou tanque de alimentação; equipamento de esterilização "UHT"; tanque de texturização após esterilização; válvulas, filtros, medidores de vazão, sensores de pressão, câmara de vácuo, injetor de vapor e painel de controle.
8419.89.99	Ex 237 - Máquinas de aquecimento, constituídas em alumínio e/ou nylon, com 2 cavidades (1RH + 1LH), próprias para uso em máquinas automáticas para recorte, aquecimento e conformação de perfis, de borracha ou de plástico, das canaletas dianteiras, traseiras e pestanas externas e internas, dianteiras e traseiras, de comprimento mínimo de 340mm e máximo de 1.540mm, destinadas à acomodação dos vidros nas portas de veículos automotores; sistema de aquecimento por ar quente com funções antideformação e antiavaria, com intervalo de temperatura da operação entre 150 e 200°; primeiro ciclo de aquecimento entre 60 a 80s , dotadas de guias de entrada do cabeçote usinados em inox; altura máxima de até 950mm, largura máxima de até 870mm e peso máximo de até 150kg; dotadas de sistema troca-rápida (plug and play) e fixação por blocagem.
8419.90.40	Ex 003 - Conjuntos de placas de transferência de calor circulares confeccionados em aço inox laminado ou forjado, para trocadores de calor casco, trabalhando com pressão igual ou inferior a 40bar, e temperaturas variáveis compreendidas entre -60 e +150°C, utilizados em processos industriais de aquecimento, arrefecimento, condensação, evaporação e recuperação de calor.
8420.10.10	Ex 010 - Máquinas laminadoras automáticas, alimentadas por folhas de papel e/ou cartão com formato mínimo igual a 320 x 290mm e formato máximo igual a 1.050 x 820mm, para laminação com filmes de BOPP, PET, NYLON e outros, através de termolaminação e/ou adesivos à base de água, dotadas de: sistema de secagem; sistema automático separador e cortador de folhas laminadas através de faca quente (hot knife); velocidade máxima de 100m/min.
8421.21.00	Ex 084 - Combinações de máquinas para tratamento de chorume, para filtrar substância líquida resultante do processo de putrefação (apodrecimento), procedente de aterro sanitário mediante tecnologia de membranas, montadas em base única "reboque", compostas de: 1 conjunto de pré-filtração (constituído por 1 filtro de areia em plástico reforçado a fibra de vidro, 1 bomba centrífuga de pré-pressão com caudal nominal: 1,65m³/h, altura manométrica: 62m e 1 filtro de cartucho); 1 bomba em linha centrífuga e de alta pressão, volume nominal: aprox.17m³/h e altura manométrica: aprox. 40m; módulos espirais de membranas que são montados num total de 3 tubos de pressão dos quais: 2 tubos 1ª etapa (com 6 módulos de membranas "espirais" específicos para chorume) e 1 tubo 2ª etapa (com 3 módulos); 2 unidades de dosificação: 1 bomba de dosagem de ácido sulfúrico resistente a este químico, caudal máximo/pressão máxima: 7,5L/h -16bar, 1 bomba de dosagem de antiscalant resistente a este químico, caudal máximo/pressão máxima: 6/h -10bar, com tanque de 30L; 1 bomba de pistão de muita alta pressão com pressão/caudal de operação: 80bar 10 - 28L/min;-1 bomba circular de alta pressão com caudal nominal: 4m³/h, altura manométrica: 275m; 2 válvulas de regulação de caudal; 3 condutivímetros; 1 medidor de pH; 5 caudalímetros eletromagnéticos; 1 controlador lógico programável (CLP) com PC industrial para visualização e registo de dados com respetivo software; 1 quadro elétrico com 1 porta e com os respetivos equipamentos elétricos de potência para o acionamento do sistema; manômetros; válvulas de corte com acionador pneumático e manuais em aço e em plástico (PVC); transmissores de pressão; válvulas de manutenção de pressão; tubos em PVC; tubos em aço inoxidável; 2 tanques em PEAD de 570L; 2 bombas submersíveis, sendo uma para alimentação da máquina e outra para mistura do tanque de lavagem, caudal/pressão máxima: 12m3/h/0,4bar; 1 lavador de gases e 1 ventilador.
8421.21.00	Ex 085 - Módulos verticais de membranas de ultrafiltração de fibras ocas, confeccionadas em fluoreto de polivinilideno hidrofílico (H-PVDF) de alta permeabilidade, resistente até 2.000mg/l de hipoclorito de sódio, de diâmetro nominal interno de 0,7mm e diâmetro nominal externo de 1,3mm, com um tamanho nominal de poro de 0,03µm, com área de membrana de 51 a 77m², volume 35 a 39 litros por módulo, para tratamento de águas e terciário de efluentes, com fluxo de fora para dentro e operação pressurizada, trabalhando com uma faixa de pressão transmembrana entre 0 e 2,1bar, com pressão de alimentação máxima admissível de 6,25bar, carcaça do módulo em formato cilíndrico de 225mm de diâmetro externo nominal e altura variando de 1.860 a 2.360mm (±3mm) construída em cloreto de polivinil não plastificado (U-PVC), dotada de uma porta de alimentação, uma porta de filtrado, uma porta de concentrado e uma porta de entrada de ar.
8421.21.00	Ex 086 - Sistemas de tratamento de água efluente para redução do teor de zinco, baseado em flotação e filtração, dotados de: 1 tanque de tratamento físico-químico com sistema de aeração por bolhas finas e placas para remoção dos resíduos em flotação, com volume de armazenamento de 4,5m³ e capacidade para purificar 1.000m³/h, 1 tanque de tratamento biológico com volume de armazenamento de 1.000m³ que utiliza oxigenação e nutrientes biológicos, bombas para circulação do líquido entre os tanques, filtros por membrana abastecidos por um tanque de 56m³, gerador de ozônio e sistema de controle de qualidade da água purificada.
8421.21.00	Ex 087 - Sistemas de tratamento de água com pré-tratamento e filtragem com: 2 tanques com sistema de filtragem com cinco camadas de minerais para remoção de partículas superiores a 10 mícron; 2 tanques com sódio bissulfito para tratamento do cloro; 1 tanque para filtragem por osmose reversa; 2 sistemas de filtragem por membranas; tanque de controle de PH, alcalinização e remoção de CO2; e tanque para armazenamento da água tratada.
8421.21.00	Ex 088 - Geradores de água purificada por osmose reversa, utilizados na purificação de água em qualidade predeterminada e pronta para utilização na produção de insumos farmacêuticos, com capacidade produtiva igual a 4.000L/h, sistema de pré-tratamento (abrandamento de água), sistema de sanitização feito por gerador de ozônio eletrolítico de aproximadamente 6g/h, lâmpadas de esterilização UV (ultravioleta), sistema de recirculação/reprocessamento, controlados localmente por computadores tipo PC industrial para controle de processo e armazenagem de informações.
8421.29.90	Ex 131 - Filtros de discos aplicados em processos de filtração à vácuo de alta velocidade, utilizados para a filtragem de líquidos em mineração, contendo área de filtração igual ou superior a 40m², constituídos de discos de 48 ou 60 setores dotados de tecidos filtrantes de matéria plástica (polipropileno, poliéster, nylon ou poliamida), diâmetro dos discos variando entre 5,4 e 7,5mm, velocidade máxima de rotação igual ou inferior a 5rpm, e montados em eixo de diâmetro igual ou superior a 1.400mm.
8421.39.10	Ex 006 - Equipamentos para precipitação de partículas em suspensão, na produção de celulose, por meio de filtro eletrostático, constituídos de eletrodo de descarga, placas coletoras, transformadores e controladores, sistema de isoladores do precipitador, com capacidade para operar um fluxo total de gás de até 313.582Nm³/h, pressão do gás de -5.000Pa, densidade do gás de até 1,22kg/Nm³ e temperatura de até 255°C.
8421.99.99	Ex 053 - Módulos de membranas para operação em até 3 estágios, aplicados na purificação de biogás, através de fibras ocas poliméricas de Poliimida (PI) alojadas em tubos em aço inoxidável, para obtenção de biometano com um grau de pureza de até 99% com eficiência de 99% e perda de metano menor que 1% na purificação, com pressão de operação de 2 a 25bar, eficiência energética na purificação <0,2kWel/Nm3 de biogás bruto e <0,4kWel/Nm3 de biometano.
8422.30.29	Ex 442 - Máquinas automáticas para envasar materiais viscosos (adesivos, selantes, graxas) e fechar cartuchos cilíndricos, confeccionados em material plástico, alumínio ou composto, com volume de 250 a 400ml e velocidade máxima de enchimento de 57cartuchos/min, dotadas de: 1 magazine para cartuchos vazios com capacidade máxima de 400 cartuchos com elevador para transporte; 1 magazine de tampas/êmbolos com capacidade de 2.000 unidades com elevador para transporte; 1 estação para lubrificação das tampas/êmbolos; 1 estação de enchimento dos cartuchos; 1 estação de aplicação do êmbolo/tampa dentro do cartucho; 1 estação de giro do cartucho; 1 estação de rejeição automática de cartuchos; 1 estação de expansão para êmbolos de alumínio; painel de comando com interface homem máquina (IHM); painel elétrico com controlador lógico programável (PLC).
8422.40.90	Ex 781 - Máquinas automáticas para embalagem a vácuo de produtos diversos como carne fresca, embutidos, queijos, cortes de aves e de suínos, peixes, frutas e vegetais, dotadas de 2 barras de selagem paralelas de comprimento de 950 ou 1.350mm, distância entre barras de 600 ou 750mm, altura da tampa de 250mm, contendo câmara de vácuo, esteiras de movimentação, aplicação de solda simples ou biativa, controlador lógico programável.
8422.40.90	Ex 782 - Combinações de máquinas com controle lógico programável para encartuchamento e encaixotamento de produtos de panificação, compostas de: 1 eretor de caixas com sistema de transição totalmente servoacionado, 1 seladora de fundo horizontal, painel de controle "touchscreen", 1 seladora de superior vertical de caixas e cartuchos, sistema de fechamento de cola quente e 4 embaladoras robotizadas cartesianas, painel integrado com tela de "touchscreen".
8422.40.90	Ex 783 - Combinações de máquinas para envolver e empacotar até 40.320copos/h, copos de 95mm de diâmetro, altura 79mm e capacidade de 340g de produto, compostas de: robôs de transferência entre envasadora e linha de aplicação de "sleeve" através de moldes transportadores, túnel para encolhimento de "sleeve" através de injeção de vapor, máquina empacotadora de caixas completa capaz de empacotar até 1.680caixas/h, com equipamento de raio X para detectar corpo estranho nos copos e máquina para checar peso da caixa com sistema de esteiras ARB que rejeita caixas defeituosas.
8422.40.90	Ex 784 - Máquinas automáticas para embalar tomates cereja em embalagens, quantidades e pesos diversos e pré-programáveis, dotadas de 10 canais de alimentação vibratórios com célula de carga e escova, com capacidade máxima de até 55embalagens/min, controladas por quadro eletrônico de comando.
8422.40.90	Ex 785 - Combinações de máquinas para embalar medicamentos dotadas de controladores lógico programável (CLPs), painéis de operação com tela tipo "touchscreen" e interface de operação intuitiva tipo "SmartControl" dotadas de ajustes de parâmetros automáticos, compostas de: 1 máquina emblistadeira para formar, encher e selar carteias de plástico/alumínio e/ou alumínio/alumínio para comprimidos e/ou cápsulas, munidas de 1 jogo de ferramental para 1 tamanho e formato, capacidade máxima de 80ciclos/minuto e velocidade máxima igual a 750blisters/minuto, estação de aquecimento dotada de movimentos intermitentes com configuração individual de 6 zonas de temperaturas, contendo 1 ou mais carrinhos para bobinas de filme de formação com diâmetro máximo de até 800mm, "buffer" com suporte para bobina de filme de formação adicional e sistema para troca de bobina sem parada da máquina, ajuste lateral automático do filme de formação para tarugo de 74,5 a 76mm de diâmetro, sensor de quantidade mínima de consumíveis, mesa de emenda e corte de filme, detecção automática de emenda do filme de formação e filme de selagem, alimentador automático de produtos no alvéolo com parada automática da alimentação quando detectado emenda de filme, estação de resfriamento com monitoramento de temperatura da água, câmera de visão para inspeção/controle de blisters defeituosos e vazios do enchimento de todos os alvéolos do blister com rejeição automática e individual de blisters não aprovados, sensor para monitoramento da pressão de selagem, sistema antiestático para eliminar atração de partículas de poeira e cargas eletrostáticas, estação de desbobinamento do filme de selagem para bobina com diâmetro máximo de até 400mm, estação de fechamento/selagem, tipo rotativo contínuo, por rolos de selagem, estação combinada para carimbo, perfuração e corte com comandos por servo motor, estação de corte indexado sem deixar retalho entre os blisters com controle a laser de posicionamento dos alvéolos, esteira de transferência de blisters contínua, por vácuo, livre de peças de formato; 1 máquina encartuchadeira de movimento contínuo com desenho ergonômico e capacidade máxima de 500 cartuchos/minuto, esteira de cartuchos retrátil facilitando uma alta acessibilidade e fácil limpeza, sistema de autoajuste dotado de servomotores e servocontroladores para referenciamento automático dos parâmetros de formatos de todas as estações, alimentador rotativo de cartuchos com 3 braços de armação, estação de alimentação automática de blister com capacidade para trabalhar com pilha de blisters de até 85mm de altura e sensor para controle de presença de blister, estação dotada de aparelho dobrador de bulas com dispositivo basculante e transferência automática de bulas com sensor de monitoramento/controle de bula, estação de inserção de bulas, estação de inserção de blister no cartucho com sensor para monitoramento e controle de introdução de produtos no cartucho, sensor para detecção de bula dentro do cartucho, sensor para controle do nível de consumíveis, sistema para inspeção de códigos de barra nas bulas e cartuchos, sensor para monitoramento e rejeição automática de cartuchos defeituosos, balança eletrônica dinâmica para controle em linha de peso com sistema de pesagem em movimento por esteiras de alta precisão com capacidade máxima igual a 500cartuchos/min, detector de abas abertas, célula de pesagem com sistema de compensação de vibração, detector de erros seriais com parada automática da esteira de saída de cartuchos, sensor de monitoramento/controle com dispositivo de rejeição de cartuchos defeituosos.

8422.40.90	Ex 786 - Máquinas automáticas para enrolamento e embalagem de travesseiros, almofadas e edredons, em tubo de polietileno, com diâmetros de 12 a 40cm, capacidade de processamento de até 9peças/min com impressora térmica vídeo jet, fotocélula cromática para centralização de logotipo, perfurador automático e aplicador de silicone.
8422.40.90	Ex 787 - Máquinas automáticas verticais para embalar massa curta em pacotes de 500g, tipo almofada (pillow bags), com dimensões largura de 90 a 290mm e comprimento de 150 a 650mm, com velocidade de até 130pacotes/min, ou tipo duplo fundo quadrado, com controlador lógico programável (CLP), com ou sem dosador com 20 cabeças.

8422.40.90	Ex 788 - Máquinas envolvedoras rotativas, automáticas, para embalar paletes de caixas de papelão ondulado com filme plástico tipo "stretch", com velocidade de produção máxima maior ou igual a 130paletes/h (variável em função das dimensões das cargas e características de embalo), estrutura de 4 colunas, 2 braços orbitais para aplicação de filme com desbobinadores pré-estiradores e pinças de corte e solda individualizadas, prensador pneumático para estabilização da carga, transportadores de paletes com sistema de centralização, grades de segurança, barreira fotoelétrica, controladas por controle lógico programável (CLP).
8423.30.11	Ex 018 - Alimentadores de polímero super absorvente (SAP) por dosagem e pesagem gravimétrica para uso em processo de produção de fraldas descartáveis infantis, com capacidade máxima de vazão de 700kg/h, dotados de tanque em aço inox com capacidade de 75L e diâmetro de 500mm, com sistema pneumático, atuador e válvula, unidade injetora de polímero em liga de aço especial tipo 1.4571 com diâmetro de 40mm e difusor em liga de aço especial tipo 42 CR4, caixa de regulação e controle automático de dosagem, painel de controle e automação interface homem máquina (IHM) com teclado e visor.
8423.90.29	Ex 001 - Indicadores de pesagem programáveis, para controle de carregamento e descarregamento de misturadores de ração, com "display" de gráfico "WVGA" a cores de 2 até 10 polegadas, com precisão de <+/-0,015%, com cadastro de até 48 receitas de carga e 48 receitas de descargas.
8424.89.90	Ex 335 - Máquinas para aplicação de películas aquosas e solventes em comprimidos farmacêuticos, com controlador lógico programável, comando computadorizado e "software" embarcado para desenvolvimento e simulação de processos, com caçamba totalmente perfurada de 48 polegadas de diâmetro, volume bruto de 210L e com 4 defletores removíveis, equipadas com: 1 sistema de pulverização por bomba peristáltica com 4 cabeças e 4 pistolas de aplicação em aço inoxidável 316L com sistema "Anti-Bearding"; 1 unidade de tratamento/condicionamento de ar (pré-filtração de 30 e 85% de eficiência, aquecimento, desumidificação, sistema "face and bypass" para controle de temperatura e filtragem HEPA) com vazão de 4.248m³/h; 1 unidade de exaustão de ar com filtro HEPA; disponibilização de "software" e "hardware" para utilização de sistema de limpeza automático "Wash In Place" (WIP).
8427.10.19	Ex 136 - Empilhadeiras autopropulsadas sobre rodas, para elevação, empilhamento, transporte e/ou armazenamento de cargas, autoguiadas à distância (sem condutor), por intermédio de sistema de orientação por meio de raios laser, controladas e monitoradas por sistema automático de controle via rede sem fio (wi-fi), acionadas por motor elétrico, com ou sem baterias recarregáveis do próprio equipamento, com capacidade máxima de carga de 2.500kg a 610mm do centro de carga e a altura máxima de elevação igual a 4m, distância entre os garfos ajustável entre 352 e 600mm centro a centro, contendo sistema de freio eletromagnético, sistema anticolisão frontal lateral e traseiro por meio de sensores e tela "touchscreen".
8427.10.90	Ex 167 - Empilhadeiras robotizadas, para movimentação vertical, horizontal e também frontal, de paletes e outras cargas, para empilhamento e armazenagem em estrutura porta-paletes de diversos modelos, com velocidade controlada de até 2m/s, alimentadas por baterias de "Lithium" e recarga em linha por contato, com capacidade de 1 a 4 paletes e demais cargas, com capacidade máxima de carga de até 3.100kg, equipadas com 4 forquilhas, dotadas de dispositivos de segurança eletromecânicos, sensores ópticos de proximidade, controladas por sistema computadorizado de rádio com tecnologia "wireless" (WI-FI).
8427.20.90	Ex 227 - Empilhadeiras autopropulsadas sobre 3 pneus para serem acopladas em caminhões sem contrapeso, para uso em qualquer terreno, com peso próprio compreendido entre 1.570 e 3.410kg, distância livre de solo compreendido entre 145 e 265mm, acionadas por motor diesel com potência máxima igual ou superior a 18kW (25HP), mas inferior ou igual a 37,5kW (50HP), com transmissão hidrostática, capacidade de carga compreendida entre 1.500 e 3.500kg, elevação máxima do garfo em relação ao solo igual ou inferior a 3.600mm, equipadas com garfos fabricados em aço forjado, dispositivo telescópico e hidráulico de sustentação da carga com 1, 2 ou 3 estágios, para transporte, movimentação e elevação de cargas em geral.
8428.20.10	Ex 001 - Combinações de maquinas para transporte pneumático à vácuo com tecnologia de fase ultra densa, trabalhando com relação de 1 parte de ar para 80 partes de pó, com funções adicionais de recepção e transporte de materiais em "pó", próprias para alimentação de unidades de envase, compostas de: 1 esvaziador de sacos de 25kg com base em peneira vibratória, 1 peneira vibratória, 2 barras rotativas magnética para remoção de contaminações, 1 "hopper" de alimentação de pó com unidade de descarga do fluidizador na saída, conjunto de tubulações em aço 304 completa com suportes de apoio, injetores de ar, acoplamentos BSM e curvas de raio longo para transporte do pó, filtros para drenagem de linha, 1 sistema de pré-gaseamento de vácuo, 1 descarregador vibratório, sistema de controle de vácuo contendo válvula de controle de vácuo e 1 transdutor de pressão montado na câmara receptora, filtro de linha secundário em aço inoxidável 304, 3 bombas de vácuo montadas em "skid" com motor de acionamento, linha de vácuo com tubulação de 100mm em aço inoxidável, 1 unidade de descarga do fluidizador na saída de cada silo de armazenamento, 2 válvulas rotativas em aço inoxidável desmontável, 1 sistema de coleta de pó com filtro eletrônico tipo IPC DP atex cat 3d com estrutura de vedação em aço carbono, dutos do coletor de pós, 1 dispositivo de transição para conectar o "hooper" à máquina de envase em aço inox 304 com 300mm e manga flexível totalmente controlada por CLP.
8428.33.00	Ex 061 - Equipamentos automáticos, utilizados para resfriamento dos feixes de mola por meio de uma esteira metálica com motorredutores elétricos, transporte e acondicionamento das peças em paletes, através de um imã com potência de entrada ajustável por controlador eletrônico, com 900mm de comprimento, específicos para temperatura de até 500°C, dotados com trava de segurança para eventuais picos de energia elétrica ou pneumática.
8428.39.90	Ex 202 - Transportadores espirais verticais, com esteiras de ripas sobrepostas suportadas por correntes de rolos de aço, largura da esteira igual a 400mm, mudança de elevação máxima maior ou igual a 7.350mm, com 2 esteiras de entrada de produtos, 1 esteira de saída de produtos, uma entrada de retorno das correntes, dispositivo tensionador de corrente pneumático, capacidade de carga máxima maior ou igual a 2.000kg, velocidade mecânica a 60Hz igual a 48m/min, equipados com motor elétrico trifásico de indução rotor gaiola de esquilo com potência de 5,36HP(4kW).
8428.90.90	Ex 503 - Equipamentos de movimentação de carga, dotados de: estrutura metálica bipartida e customizada para as dimensões dos conversores e com 18.679 x 9.038 x 10.200mm; sistema de movimentação de cargas através de guincho elétrico com cabos de aço com resistência de 60kN e capacidade de elevação de aproximadamente 20t; sistema de segurança com controle de movimentação e parada/ trava de emergência; mesa de rolos com estrutura de aço acionada eletricamente para abastecimento dos pallets no elevador de duplo compartimento (2.800 x 7.400mm), com mesa rotativa de abastecimento; carro transportador de pallets; plataforma metálica de trabalho com extensões ajustáveis à forma interna do conversor (diâmetro variável de 3.500, 5.000 e 6.800mm e a altura variável de 10.000mm); escada telescópica para acesso dos colaboradores; elevador de duplo compartimento com capacidade de transportar pallets de 2,5t e altura de 940mm e capacidade de 40,82t de materiais refratários/h (1.700 x 1.500 x 2.300mm); mesa de elevação tipo tesoura com mesa de rolos de saída e unidade elétrica e de automação.
8428.90.90	Ex 504 - Equipamentos semiautomáticos, pneumáticos, para movimentação de cargas, do tipo garra de vácuo de manipulação, usados na indústria de robôs para automação industrial, para movimentação, separação, classificação e despaletização de produtos densos e porosos, constituídos de ejetores de vácuo tipo "venturi", cilindro pneumático com alimentação a ar para soltura rápida das peças, placa de espuma com orifícios predefinidos para vedação na geração do vácuo, módulos padrão ou personalizados, medindo de 200 a 6.000mm de comprimento e 80 a 120mm de largura.
8428.90.90	Ex 505 - Máquinas automatizadas, para movimentação de cargas, (carga, descarga, transporte e armazenagem vertical), constituídas de torres de armazenamento com até 80 gavetas, transportador, transelevador sobre trilhos e estação de entrada e saída, carga e descarga de materiais, com ventosas à vácuo, dotadas de CLP - Controle Lógico Programável com terminal "touchscreen" e barreiras de segurança.
8428.90.90	Ex 506 - Máquinas automáticas para envelopar e empilhar placas positivas e negativas de baterias estacionárias e de motocicleta tipo VLRA, com capacidade para processar até 5baterias/min, dotadas de 8 cabeçotes independentes, sistema de aplicação de filme envolvedor de polipropileno, esteira de abastecimento, mesa de transferência e posicionamento, ar comprimido requerido de 5 a 6kg/cm², sistema de controle com controlador lógico programável (CLP) e interface homem-máquina (IHM).
8428.90.90	Ex 507 - Manipuladores hidráulicos com cabine de operação, com sistema de condicionamento de ar e controle operacional manual (Joystick), para manipulação/movimentação de peças fundidas, com capacidade operacional de até 650kg, alcance horizontal e vertical da garra a 1 metro de elevação de até 3.660-5.810 x 1.980-4.100mm, respectivamente, com potência de 45kVA, unidade hidráulica e capacidade para manipular peças com temperatura máxima até 700°C.
8428.90.90	Ex 508 - Alimentadores vibratórios para robôs industriais, com seleção óptica infravermelha para seleção de componentes, dotados de calha vibratória e calha de coleta, com capacidade máxima de alimentação da calha vibratória de 12kg ou 15L, capacidade máxima de alimentação da calha de 1,5kg, área útil de 1.462cm².
8428.90.90	Ex 509 - Plataformas elevatórias inclinadas para o transporte de deficientes físicos ou pessoas portadoras de mobilidade reduzida, possibilitando o deslocamento da pessoa junto ao percurso da escada, capacidade nominal até 325kg, velocidade até 8m/min, percurso linear máximo de 30m, operando em inclinações de até 45°, dotadas de base do carro, com braços articulados, flaps de proteção, motor redutor com placa eletrônica de controle, conjunto de trilhos de alumínio com suportes metálicos e cremalheira.
8429.52.19	Ex 048 - Escavadeiras hidráulicas autopropulsadas sobre esteiras, com superestrutura, capazes de efetuar rotação de 360graus a uma velocidade de giro de 11rpm, potência líquida (no volante) de 60HP (44,5kW) a 2.200rpm, profundidade máxima de escavação de 4.030mm, capacidade coroada da caçamba padrão de 0,32m3, peso operacional de 7.500 a 7.700kg, força máxima de desagregação da caçamba de 56kN, velocidade máxima de deslocamento de 4,8km/h.
8431.31.10	Ex 045 - Subconjuntos com placas eletrônicas interligadas para controle de elevador, dotados de:1 placa de processamento e 1 placa de interface, com no mínimo 10 e no máximo 14 entradas para sinais discretos em 30Vcc, conforme configuração; no mínimo 9 e no máximo 11 entradas para sinais discretos em 110Vca, conforme configuração; com 4 saídas para sinais discretos em 30Vcc; contendo, entre outros, fonte de energia em corrente alternada; com "hardware" e "software" para controle das demandas de um elevador operando em um grupo de até 8 elevadores; atendimento de até 100 paradas; com 1 ou 2 entradas na cabina; comunicação com dispositivos de chamada e sinalização por meio de linha serial (serial link) de 4 fios; interfaces com protocolo CAN incorporadas; interface RS422 para ferramenta externa de configuração, diagnóstico de falhas e execução de testes; interface RS422 e "software" para comunicação com sistema para monitoramento remoto de elevadores.
8431.39.00	Ex 015 - Componentes eletrônicos para separação de pedidos por meio de "displays" luminosos que indicam posição e quantidade a ser separada para uso em transportador automatizado, contendo entre 2.100 a 2.300 "displays" coloridos de 4 dígitos, entre 15 a 25 lâmpadas de orientação rápida para parte traseira, 15 a 25 controladores da zona e 40 a 60 lâmpadas do corredor.
8432.80.00	Ex 020 - Equipamentos revolvedores de leiras de composto orgânico (compostagem) para uso agrícola ou industrial, autopropulsados com motor à diesel e grupo hidráulico integrado ao equipamento, dotados de : cabine pressurizada com filtro de partículas e carvão ativado, rotor de revolvimento com diâmetro de 1.100mm com aletas, túnel de revolvimento com largura de 5.000mm e altura de 2.100mm, sistema de propulsão com tecnologia hidráulica; sistema de tração composto por 4 rodas motrizes com tração independente ou esteira metálicas, velocidade ajustável em contínuo, independente esquerda/direita, de 0 a 4,5km/h; sistema de transmissão hidrostático realizado por comandos hidráulicos; sistema de regulagem de altura do chassis do equipamento com capacidade de elevação de 50cm independente frontal/traseiro e sistema de transporte realizado por meio de rodas e pneus ou esteiras metálicas, ajustável na altura máxima de transporte de até 4.100mm e altura máxima de operação de até 4.600mm.

8433.20.10	Ex 010 - Segadeiras para engate traseiro, ou duplas de engate traseiro ou de engate frontal em tratores, utilizadas para corte de forragens, com 7 ou 14 discos de corte contendo um total de 14 ou 28 lâminas (duas lâminas por disco), com velocidade de corte de 3.200rpm, com condicionador com dedos de aço que giram com velocidades de 700 e/ou 1.000rpm, sistema de pressão constante sobre o solo, sistema de suspensão em 3 dimensões com possibilidade de movimentação para frente e para trás com ângulo de até 25graus, transversalmente com ângulo de até 30graus, e para cima e para baixo para as segadeiras de engate traseiro, e sistema de suspensão independentemente do engate frontal do trator, com movimentação transversal e para cima e para baixo para as segadeiras de engate frontal, permitindo o acompanhamento mudanças de relevo do terreno durante o trabalho de corte ou em caso de colisão da barra de corte com pequenos obstáculos.
8433.20.10	Ex 014 - Segadoras de discos para cortes de forragens, para engate traseiro com cabeçalho central ou lateral; ou para engate traseiro duplo com cabeçalhos laterais; ou para engate dianteiro com cabeçalho central; ou para fixação traseira de terceiro ponto, em tratores, com barra de corte soldadas com as partes sobrepostas e discos redondos que minimizam vibrações e impactos de pedras, com largura de trabalho máxima igual ou superior a 1,6m, mas inferior ou igual a 10,2m, com sistema de elevação do braço através de cilindro hidráulico com ângulos flexíveis de trabalho para cima igual ou superior a 8,5graus, mas inferior ou igual 35graus, e para baixo igual ou superior a 8,5graus, mas inferior ou igual 45graus, com suspensão da mola central para adaptação ao solo com ajuste hidráulico ou sistema de flutuação responsivo, com dispositivo de acondicionamento móvel ou semimóvel constituído por rotor de dedos de aço e pente ou com dispositivo de acondicionamento móvel ou semimóvel constituído por rotor de dedos de nylon e pente.
8433.20.90	Ex 014 - Segadoras de discos para cortes de forragens, para engate traseiro com cabeçalho central ou lateral; ou para engate traseiro duplo com cabeçalhos laterais; ou para engate dianteiro com cabeçalho central; ou para fixação traseira de terceiro ponto, em tratores, com barra de corte soldadas com as partes sobrepostas e discos redondos que minimizam vibrações e impactos de pedras, com largura de trabalho máxima igual ou superior a 1,6m, mas inferior ou igual a 10,2m, com sistema de elevação do braço por meio de cilindro hidráulico com ângulos flexíveis de trabalho para cima igual ou superior a 8,5graus, mas inferior ou igual 35graus, e para baixo igual ou superior a 8,5graus, mas inferior ou igual 45graus, com suspensão da mola central para adaptação ao solo com ajuste hidráulico ou sistema de flutuação responsivo.
8433.40.00	Ex 040 - Enfardadoras de palha, feno e forragem, de câmera variável para produção de fardos cilíndricos, dotadas de rolos de aço e correias de borracha sem emendas, com sistema de densidade progressiva, não autopropelidas, tracionadas por trator, produzem fardos com largura fixa de 1,20m e diâmetro igual ou superior a 0,60m, mas inferior ou igual a 2m, com plataforma recolhedora com excêntrico rolamentado nos dois lados e rolamentos de suportes intermediários com largura de trabalho de 2 ou 2,20m, com sistema de alimentação através de rotor "PowerFeed" ou "SuperCorte" com 14 facas, ou "SuperCorte" com 25 facas, ou "Single Fork Feeder", ou "Dual Fork Feeder", com ou sem sistema hidráulico de desbloqueio de forragem "dropfloor" controlado diretamente do trator, com 3 diferentes zonas de densidades de fardos, com sistema de amarração do fardo através do uso de rede e/ou sisal na câmara de prensagem.
8433.51.00	Ex 005 - Colheitadeiras-debulhadoras para pesquisa agrícola, autopropulsadas, acionadas por motor a diesel com potência igual ou superior a 50HP, para colheita de parcelas agrícolas experimentais de diferentes cultivos, com cabine para operador para controle automático de funções, plataforma de corte para colheita de plantas com altura de 1,25 a 2,0m de largura de corte, transporte de sementes por sistema de ar composto por dutos e sopradores, debulha por tambor com diâmetro igual ou superior a de 350mm e largura de 780mm e velocidade variável (400 a 1.500rpm), entrega pneumática de sementes no tanque de armazenagem ou distribuição em bolsas para amostras, sistema de pesagem e alojamentos para instalação posterior do sensor de mistura.
8434.20.90	Ex 014 - Filadeiras contínuas em aço inoxidável para filar coalhada, com capacidade de produção variável de 400 a 6.000kg/h, realizando funções de carregamento de coalhada, corte da coalha, pré-aquecimento e aquecimento a vapor, filagem, transporte da massa filada, adição ou não de salmoura líquida, contendo: túnel de pré-filagem com eixo duplo com roscas contrarrotativas, 1 a 3 câmaras de mistura, partes internas em contato com o produto com tratamento mecânico e eletroquímico antiaderente (dispensando revestimento PTFE nas partes principais do equipamento), sistema de braços mecânicos para filagem, sistema de aquecimento direto do produto por vapor, alimentador e cortador de coalhada acoplado, sistema de limpeza (CIP); sistema de controle de injeção de vapor, sensores de temperatura, controladas por PLC acondicionado em painel de controle com tela "touchscreen" e centro de controle de motor, formando corpo único.
8436.10.00	Ex 041 - Alimentadores automáticos de ração líquida para suínos, com controle computadorizado de quantidade e horário da alimentação, capazes de atender a suínos em todas as fases de criação, dotados de: tanque quadrado em inox com capacidades de 500 a 12.000L ou redondo de fibra de vidro com capacidades de 12.000 a 15.000L, com 1, 3 ou 4 pontos de pesagens (células de carga) controlados por computador, válvulas de alimentação pneumáticas, bombas hidráulicas e painel de controle.
8437.10.00	Ex 008 - Máquinas de separação por gravidade, de uso industrial, utilizadas para separar o caule das folhas de erva-mate, com capacidade de produção de 600kg/h, dotadas de: alimentador, sistema de sopro, inversores de velocidade, túnel pneumático de 700mm de largura com duas câmaras (zig-zag) e tanque de descarga gravitacional dos caules e folhas.
8437.80.90	Ex 018 - Cortadores (fatiadores) de pré-corte, de uso industrial, utilizados para cortar folhas frescas e secas de erva-mate, com capacidade de produção de 4.000kg/h, acionados por 1 motor elétrico de 7,5kW, largura de corte até 600mm, contendo 3 facas principais com 700mm de largura e 1 contra-faca com 600mm de largura, velocidade de corte de 768batidas/min, sistema pneumático de pressão sobre as folhas para precisão do corte, tamanho da fração após corte de aproximadamente 5cm e esteira controlada por inversor de frequência.
8438.10.00	Ex 191 - Máquinas para fabricação contínua e automática, para produção de massa para até 30.000pães redondos/h, com pesos de 13 a 23g pronto, dotadas de controlador lógico programável (CLP) com painel sensível ao toque, funil com estrelas rotativas, extrusora divisora com pistões 22 x 34mm, precisão de +/-1%, boleadora de massa com operação de até 10 fileiras reduzíveis para 9 fileiras,
	umidade da massa de 48 a 70%, cintas separadoras com farinhador.
8438.20.90	Ex 058 - Combinações de máquinas automáticas para produção e depósito de massa alimentícia cremosa aerada em placas de "wafer", compostas por: equipamento de aeração de capacidade contínua de executar macroaeração de produtos à base de gordura maior que 25%, com taxa de produção de 180 até 1.100L/h, pressão máxima de 12bar e limite de temperatura máxima de camisa de 50°C; equipamento depositador com sistema de controle integrado para posicionamento de placas de "wafer" de até 1m de largura, com velocidade máxima de produção de 30placas/min; painel elétrico centralizado para alimentação e controle do aerador e do dosador.
8439.10.30	Ex 014 - Desfibradores totalmente automáticos, autopressurizados, para a produção de microfibras de madeira, controlados por um controlador lógico programável (PLC), com diâmetro do rotor com 1.800mm, com potência 500kW, com controle de temperatura automático, com 910 martelos de aço temperado, com condutor vibratório, com um separador gravimétrico de média pressão, com separador rotativo de granulometria, com roscas cônicas de alimentação equipadas por um motor de 6 polos W22 DIP zona 21 ABNT (anti-incêndio, antiexplosão automático), 1 joeira vibradora, com eletroventilador de extração com sistema ciclone de 37kW, com ciclone de sedimentação para o moinho de martelos, com sistema de detecção e extinção de faíscas e incêndio.
8439.20.00	Ex 006 - Unidades de controle manual de gramatura e orientação de fibras por meio de água de diluição na linha de alimentação da caixa de entrada da máquina de fabricação de papel ou folha de celulose.
8439.30.20	Ex 013 - Unidades aplicadoras de tinta através de uma cortina em queda livre altamente uniforme para (impregnar) revestir o papel, constituídas por estrutura metálica, cabeçote aplicador de tinta, com ou sem rolos guia papel, calha de fechamento, calha de retorno, dispositivo de corte de arraste de ar, cabine de ar condicionado e com ou sem rolo de sucção.
8439.99.90	Ex 041 - Elementos de carga flexível em material polimérico para aplicação de carga de NIP menor ou igual a 150kN/m, comprimento maior ou igual a 2.400mm, produzidos em peça única sem emendas, dotados de câmaras para injeção de óleo e superfície de contato com dimensões e geometria do perfil definidas e controladas, aplicados para fabricação de papel para fins sanitários.
8441.80.00	Ex 099 - Máquinas automáticas para fabricação de hastes de papel, no diâmetro externo de 2 a 3,5mm para comprimento de 68 a 80mm, diâmetro externo de 3,6 a 6mm para comprimentos de 81 e 305mm, com capacidade máxima de produção de 3.000unid/min, dotadas de sistema de abertura da folha, barra de quebra de papel (fibra), dispositivo de alinhamento automático de papel, estação de alimentação com corte transversal, estação de enrolamento com corte longitudinal, com sistema de umedecimento de papel de vedação das hastes, com barra de ejeção, com sistema de secagem das hastes, com estação dupla para disposição e orientação das hastes, suporte de caixa vibratório para embalagem.
8442.30.10	Ex 011 - Máquinas de exposição simultânea (frente e verso) de chapas para impressão flexográfica, operando por meio de exposição do fotopolímero por luz UV Led, com ou sem unidade de processamento de dados para o seu controle, formato máximo da chapa compreendido entre 1.200 x 900mm e 1.270 x 2.032mm.
8443.16.00	Ex 041 - Máquinas de impressão flexográficas, rotativas, de 7 cores, para papel cartão, com tensão do papel de 2.200N, largura máxima de impressão de 1.650mm e velocidade de 600m/min, dotadas de estações de desbobinamento e rebobinamento, unidade vincadora, "festoon" com emenda de topo e troca de rolos de 1.950mm de diâmetro, controle automático de registro de impressão e eixo elétrico nas unidades.
8443.39.10	Ex 226 - Máquinas de impressão digital modular dotadas de mesa plana fixa estilo "flatbed" com dispositivo a vácuo para fixação da mídia, com sistema de impressão de gotículas de tamanho variável de 9 a 42 picolitros, utilizando tintas sem solventes, com 4 canais de cores e com 8 cabeças de impressão, para impressão em mídias rígidas e flexíveis, com sistema de trabalho de fluxo contínuo de reversão para abastecimento frente/verso, com cabeças de impressão por jato de tinta com tecnologia piezoelétrico (DOD - Dot on Demand), operando nas cores Ciano, Magenta, Amarelo, Preto (CMYK) e cores auxiliares com canal opcional de impressão em verniz e primer localizado para impressão em vidro ou alto relevo, utilizando tintas com processo de cura por meio de lâmpadas com espectro ultravioleta, resolução visual de 2.160dpi, com sistema de manutenção auxiliar automatizado, com velocidades entre 9m^2/h modo arte fina e 180m^2/h no modo rascunho, controladas por "software" próprio, com área total útil de impressão de 2,5 x 2,0m ou 3,2 x 2,0m, para impressão em rolos com 2,5m x infinito ou 3,2m x infinito (largura x comprimento do rolo abstrato), espessura máxima (altura do substrato) de 5cm, peso máximo admitido de 100kg/m^2 com 2 bombas de vácuo, unidade antiestática, acompanhadas de estação de trabalho informatizada com PC e monitor.
8443.91.99	Ex 076 - Conjuntos impressores para serem montados em impressoras flexográficas de tambor central, dotados de estrutura em ferro fundido material GG25, de comprimento igual ou superior a 3.400mm, de largura igual ou superior a 1.000mm e altura igual ou superior a 2.600mm, com tambor central em aço DIN ST52 de diâmetro igual ou superior a 1.350mm e largura igual ou superior a 700mm, 1 motor elétrico com torque nominal igual ou superior a 850Nm e corrente elétrica nominal igual ou superior a 15A, 8 unidades de impressão com 16 motores elétricos de potência nominal igual ou superior a 4kW e rotação nominal igual ou superior a 800rpm, com painel elétrico, mesa de comando, unidade CPU e monitor de visualização.
8454.30.90	Ex 074 - Máquinas de fundição de componentes de chumbo para baterias com: sistema de injeção antiporosidade, separação automática de componentes, remoção automática de excedente para reutilização e com ciclo de produção de 30-50 segundos.
8455.21.90	Ex 039 - Combinações de máquinas automatizadas para laminação com dimensão total de 6.400mm de comprimento, 3.400mm de largura e 3.000mm de altura, para posicionar, desempenar e laminar barras de aço mola, a quente, em até 10 passadas, com capacidade de laminação para barras com largura de laminação compreendido entre 40 e 120mm, espessura de laminação entre 10 e 70mm e tolerância de 15mm tanto para mais, quanto para menos, com força de laminação de até 1.000kN, com 2 cilindros de 200mm de diâmetro, máquina de acionamento hidráulico para desempenar barras de aço mola de até 1.600mm de comprimento, com força de 630kN, com duas garras de fixação e uma garra de alinhamento, com capacidade produtiva de 240peças/h.
8455.30.90	Ex 010 - Cilindros de laminação em aço forjado ligados, com diâmetro da mesa cilíndrica compreendido entre 750 e 1.100mm, comprimento da mesa cilíndrica compreendido entre 1.550 e 1.900mm e comprimento total entre as extremidades compreendido entre 3.500 e 4.500mm.
8455.30.90	Ex 019 - Cilindros de laminação em aço forjado ligados, com diâmetro da mesa cilíndrica compreendido entre 100 e 460mm, comprimento da mesa cilíndrica compreendido entre 500 e 2.300mm e comprimento total entre as extremidades compreendido entre 1.000 e 3.950mm.

8455.30.90	Ex 029 - Cilindros de aço forjado especial AISI 4010 para laminação contínua de chapas de alumínio, com diâmetro da mesa cilíndrica de 450 a 550mm, comprimento nominal da mesa cilíndrica de 1.851mm e comprimento nominal total do cilindro de 3.561mm.
8455.90.00	Ex 030 - Camisas de aço forjado especial para cilindros de laminação de máquinas de fundição contínua, diâmetro interno de 495 a 990mm, diâmetro externo de 660 a 1.180mm, comprimento de 1.500 a 2.280mm, para produção de bobinas de alumínio de 2 a 6mm de espessura.
8457.10.00	Ex 150 - Centros de usinagem vertical de 3 eixos, com comando numérico computadorizado (CNC), podendo fresar, mandrilar, furar e roscar, com curso em X, Y e Z, iguais a 700, 400 e 330mm, respectivamente, avanço rápido dos eixos X, Y e Z de 54m/min e avanço de usinagem de 30m/min, tamanho da mesa de 850 x 410mm com capacidade máxima de carga sobre a mesa de 300kg, eixo-árvore com rotação máxima de 24.000rpm, cone de fixação da ferramenta BT30 ou BBT30, torre com capacidade de 14 ou 21 ferramentas, com diâmetro máximo de 80mm e tempo de troca em até 1,6s, precisão bidirecional de posicionamento de um eixo de 0,006mm, repetibilidade bidirecional de posicionamento de um eixo de 0,004mm, com ou sem um 4º eixo trabalhando em deslocamento circular (DDR/DDRT), com torque máximo de usinagem de 260Nm, velocidade máxima de 200rpm e avanço máximo de 30.000mm/min.
8457.10.00	Ex 361 - Centros de usinagem vertical de 3 eixos, de duplo palete, com comando numérico computadorizado (CNC), podendo fresar, mandrilar, furar e roscar, com curso em X, Y e Z iguais a 800, 600 e 600mm, respectivamente, avanço rápido em X, Y e Z igual a 42m/min, tamanho da mesa igual a 900 x 650mm em cada palete, com capacidade máxima de carga sobre cada palete de 400kg, tempo de troca de mesa de 5,2s, com opção de conter 4º eixo sobre a mesa, eixo-árvore com rotação máxima de 12.000 ou 15.000rpm, cone de fixação da ferramenta BT40, torre com capacidade para 24 ferramentas com diâmetro máximo de 90 ou 150mm.
8457.10.00	Ex 362 - Centros de usinagem vertical de 3 eixos, de duplo palete, com comando numérico computadorizado (CNC), podendo fresar, mandrilar, furar e roscar, com curso em X, Y e Z iguais a 600, 460 e 570mm, respectivamente, avanço rápido em X e Y igual a 40m/min, avanço rápido em Z igual a 30m/min, tamanho da mesa igual a 700 x 500mm em cada palete, com capacidade máxima de carga sobre cada palete de 350kg, tempo de troca de mesa de 6s, com opção de conter 4º eixo sobre a mesa, eixo-árvore com rotação máxima de 10.000 ou 12.000rpm, cone de fixação da ferramenta BT40, torre com capacidade para 24 ou 30 ferramentas com diâmetro máximo de 90 ou 150mm.
8457.10.00	Ex 363 - Centros de usinagem vertical de 3 eixos, de duplo palete, com comando numérico computadorizado (CNC), podendo fresar, mandrilar, furar e roscar, com curso em X, Y e Z iguais a 570, 410 e 580mm, respectivamente, avanço rápido em X e Y igual a 36m/min, avanço rápido em Z igual a 30m/min, tamanho da mesa igual a 650 x 410mm em cada palete, com capacidade máxima de carga sobre cada palete de 250kg, tempo de troca de mesa de 5,2s, com opção de conter 4° eixo sobre a mesa, eixo-árvore com rotação máxima de 10.000rpm, cone de fixação da ferramenta BT40, torre com capacidade para 24 ferramentas com diâmetro máximo de 90 ou 150mm.
8457.10.00	Ex 364 - Centros de usinagem vertical de dupla coluna para usinagem de peças metálicas, com comando numérico computadorizado - CNC, com 3 eixos controlados simultaneamente em modo de operação automática, para furar, mandrilhar, alargar, interpolar, fresar e rosquear, com capacidade para usinagem nos cursos dos eixos X, Y, Z iguais ou superiores a 1.200, 1.200, 600mm, respectivamente, com rotação máxima do cabeçote principal igual ou inferior a 15.000rpm; avanço rápido nos eixos X, Y e Z de 30/30/24m/min, sistema de troca automática de ferramentas, magazine com capacidade de 24 ou mais ferramentas.
8457.30.10	Ex 001 - Máquinas verticais, de estações múltiplas, com comando numérico computadorizado (CNC), com curso no eixo X de 1.600mm, eixo Y de 100mm e eixo Z de 300mm, velocidade de avanço no eixo X de 60m/min e nos eixos Y e Z de 30m/min, com capacidade para tornear e retificar peças de diâmetro máximo de 250mm, com carga, descarga e transferência entre as estações de forma automática.
8458.11.99	Ex 193 - Tornos horizontais para tornear e/ou fresar peças metálicas, de comando numérico computadorizado (CNC), de duplo "spindle" frontal (2 árvores paralelas) com 2 torres porta-ferramentas independentes com capacidade de 10 ou 12 ferramentas cada, curso do eixo X igual ou superior a 140mm, curso do eixo Z igual ou superior a 165mm, comprimento máximo de torneamento igual ou superior a 150mm, diâmetro máximo de torneamento igual ou superior a 250mm, com um ou mais manipuladores de peças tipo "gantry".

8458.11.99	Ex 194 - Centros de torneamento horizontal, com sete eixos controláveis, para tornear, fresar, furar, rosquear, mandrilar e alargar, tanto na linha de centro quanto fora de centro, tanto em direção axial quanto na radial ou oblíqua, tanto externa quanto internamente à peça, com dois fusos e duas torres, uma delas podendo conter eixo Y (torre 1), com cursos de 165mm em X1, 246mm em Z1, 80mm em Y1 (+/- 40mm), e 85mm em X2, 590mm em Z2 no fuso 2 e indexação de 0,001° em C1(fuso1) e C2(fuso2), capacidade para usinagem simultânea de ambos fusos em sistema de escravismo na torre 1, com doze estações (acionadas ou não), e na torre 2 até 8 ferramentas (sendo até 4 acionadas) com rotação máxima de 6.000rpm e potência de 2,2kW (ferramentas acionadas da torre1) e com rotação máxima de 3.000rpm e potência de 0,75kW (ferramentas acionadas da torre2), com capacidade máxima de fixação de diâmetro no fuso 1 de até 51mm e no fuso 2 de até 42mm, potência máxima de 15kW no fuso 1 e 7,5kW no fuso 2, com transportador de peças e transportador de cavacos inclusos.
8458.91.00	Ex 077 - Centros de torneamento verticais, para peças metálicas, com comando numérico computadorizado (CNC), com interpolação simultânea dos 5 eixos (X, Y, Z, B e C), para tornear, mandrilar, furar, fresar, rosquear e alargar, inclusive fora de centro, com diâmetro máximo torneável igual a 1.250mm, altura máxima torneável igual a 1.250mm, cursos dos eixos X de 1.875mm, eixo Y de 1.060mm e Z de 1.595mm respectivamente, eixo B com inclinação de 150graus (-30graus ~ +120graus) e incremento de indexação mínimo de 0,0001°, eixo C com rotação de 360graus (contínuos) e incremento de indexação mínimo de 0,0001°, cabeçote fresador com rotação máxima de 10.000rpm, com sistema de troca automática de ferramentas, com magazine independente e braço trocador com capacidade para 40 ou mais ferramentas, dotado de trocador automático para 2 paletes, mesa com rotação máxima de 500rpm e com capacidade de carga de 2.700kg.
8459.21.99	Ex 092 - Máquinas para furação profunda horizontal, controladas por controle numérico computadorizado (CNC), para furação de canais de refrigeração em moldes e matrizes de aço carbono e materiais não ferrosos, diâmetro de furação mínimo de 3mm e máximo de 35mm, comprimento máximo de furação inferior ou igual a 1.500mm, curso do eixo X igual a 1.600mm, curso do eixo Y igual a 1.200mm, curso máximo do eixo Z inferior ou igual a 1.500mm, eixo-árvore com potência igual ou superior a 7,5kW, com velocidade máxima de 6.000rpm e velocidade de movimentação de até 3.000m/min, mesa de trabalho com dimensões de 1.700 x 1.200mm, capacidade de peso sobre a mesa 12.000kg, bomba de refrigeração com fluxo de até 110 L/min e pressão de até 8MPa.
8460.90.90	Ex 097 - Máquinas automáticas para tratamento, rebarbação e limpeza interna e externa de peças metálicas, por processo combinado, dotadas de: cascata controlada de esferas circulares abrasivas de aço, e vibro acabamento de alta frequência $^{3}/_{16}$ polegadas (4,76mm) - $^{1}/_{4}$ polegadas (6,35mm), controle de processos por PLC, transportador com sistema de triagem e classificação de microesferas de aço, para eliminação de rebarbas em orifícios das peças metálicas e para rebarbação de peças ásperas e usinadas.
8460.90.90	Ex 098 - Máquinas automáticas de rebarbação em linha, rotativas, entre dois rolos, acionadas por inversor de frequência, para remoção de resíduos metálicos nas bordas inferiores de placas de aço em processo de lingotamento contínuo, em temperaturas de até 900°C, largura de trabalho entre 2.318 e 2.834mm, curso de trabalho vertical entre 45 e 55mm, dotadas de rotor de martelos móveis em forma de eixo com flanges divididas e diâmetro entre 436,5 e 533,5mm, navalhas simétricas com bordas duplas, suportes, calhas, fixadores e caçamba para recolhimento das rebarbas.
8462.21.00	Ex 255 - Máquinas de comando numérico computadorizado (CNC) para conformar, enrolar e dobrar arames, utilizadas na produção de molas e/ou corpos de mola, podendo ser configuradas com até 24 eixos controlados, dotadas de: unidade de alimentação giratória; guia giratória para corte individualmente programável e unidade de enrolamento e dobra, para processar arames com diâmetros compreendidos entre 0,8 e 2,5mm, velocidade de alimentação do arame de até 120m/min, acompanhadas de gabinete de controle, com monitor multitoque "FULL HD" e ferramentais universais para enrolar e dobrar para trabalhar com diversos diâmetros de arames diferentes.
8462.91.19	Ex 056 - Prensas-tesouras hidráulicas, móveis (montadas sobre rodas 5 eixos), próprias para deslocamento por meio de cavalo mecânico, para compactar e cortar sucatas ferrosas, com câmara de compressão de 3 estágios, torre de corte com cilindros de estampagem e corte, independentes, com força respectiva de 600t, dotadas de sensores eletrônicos de posicionamento dos cilindros, operando através de sistema hidráulico de até 350bar de pressão, e controladas a partir de unidade hidráulica e elétrica, móvel, tipo contêiner, com sistema eletroeletrônico, controle lógico de programação (CLP) e telas digitais de operação.
8463.30.00	Ex 118 - Máquinas automáticas para enrolamento do arame de aço com diâmetro igual ou maior 0,62mm, para conformação a frio de insertos roscados heliocoidais, com produção de até 15peças/min, com alimentador automático do arame e controlador lógico programável (CLP).
8464.10.00	Ex 047 - Serras contornadoras automáticas, tipo ponte, com controle numérico com 5 eixos interpolados - cabeça para disco até Ø 725mm, orientável de 370graus, inclinação automática de 0 a 90graus para corte paralelos, ortogonais, diagonais, polígonos, arcos e circunferências - bancada fixa em aço zincado com tampo de madeira, colimador óptico, "touchscreen", programa intuitivo na configuração de base, mandril elétrico cone ISO40, trocador de ferramenta pneumático, lubrificação automática centralizada, revestimento em borracha especial dentada, par de suportes em caldeiraria, barreira de segurança com painéis, câmara para aquisição fotográfica dos contornos, climatizador de 800W com filtro para quadro elétrico.
8465.20.00	Ex 012 - Máquinas para trabalhar com madeira e derivados, com comando numérico computadorizado (CNC), capazes de fresar, furar, cortar e ranhurar, para usinagem completa nos quatro cantos e na superfície do painel, com sistema de fixação das peças por vácuo por meio de mesa com ranhuras nas direções X e Y, com sistema de otimização de corte reto ou curvo (nesting), com sistema de manutenção e acesso remoto, com potência do mandril principal de 8kW ou mais, com sistema de troca automática de ferramentas, com sistema autônomo de controle das bombas de vácuo.
8465.20.00	Ex 013 - Máquinas para trabalhar com madeira e derivados, com comando numérico computadorizado (CNC), capazes de fresar, furar, cortar e ranhurar, para usinagem completa nos quatro cantos e na superfície do painel, com sistema de "standby" para economia de energia, com sistema de vácuo com ventosas para fixação das peças, com "software" embarcado de criação e ambientação de móveis modulares com geração automática de planos de corte para seccionadora e centro de usinagem, com eletromandril com fixação HSK, com velocidade vetorial de 100m/min ou mais, com sistema de vácuo de 100m3/h ou mais para fixação das peças, com potência do mandril principal de 8kW ou mais, com mandril de 3 eixos ou mais, com sistema de troca de ferramentas automático.
8465.91.20	Ex 009 - Máquinas ferramentas para serrar madeira maciça, com otimizadoras eletrônicas de cortes transversais, capacidade de processamento de 55m/min por otimizadora, com leitor óptico de defeitos e carregador automático.
8465.95.11	Ex 005 - Máquinas-ferramentas para furar painéis de madeiras e aglomerados, com comprimento máximo de 2.550mm e mínimo de 250mm no eixo X, controladas por um controlador numérico computadorizado (CNC), dotadas de 6 ou mais grupos furadores inferiores, com 4 ou mais grupos furadores superiores, com dispositivo de substituição rápida dos cabeçotes, com 2 cabeçotes horizontais, com ferramental para troca rápida das brocas, com uma entrada e uma saída automatizada para a peça, sendo que a entrada é com 3 seções: dispositivo de posicionamento traseiro controlado por servomotor, posição rápida e liberação.
8465.95.11	Ex 006 - Máquinas para furar e/ou contornar placas de circuito impresso, utilizando tecnologia de comando numérico computadorizada (CNC), com área útil de trabalho igual ou superior a 2.600cm², por cabeçote, com 1 ou mais cabeçotes, com eletromandril, dotados de mancal de ar comprimido com rotação igual ou superior a 10.000rpm.
8466.93.20	Ex 015 - Equipamentos para refrigeração e limpeza com tanque vertical, aplicados em centros de usinagem horizontal, equipados com bomba de 4bar para limpeza e refrigeração, bomba de 50bar com incremento para 70bar para refrigeração centro de ferramenta, filtro a papel para controle de contaminação no primeiro estágio, rolo magnético para controle de contaminação no segundo estágio, trocador de calor para

	controle de temperatura, sistema de recirculação de óleo refrigerante para final de semana, separador de óleo/refrigerante e sensores para controle de nível.
8467.19.00	Ex 002 - Chaves de impacto, pneumáticas, compactas, em alumínio, com sistema de martelo simples, reversíveis com rotação máxima de 10.000rpm, capacidade de torque de 770Nm e encaixe de ½ polegadas, nível de pressão sonora 102dB, nível de potência sonora 113dB e nível de vibração de 7,5m/s², com peso de 1,3kg, em conformidade com a diretiva de máquinas 2006/42/CE E EM ISO 11148-6.
8467.89.00	Ex 016 - Cilindros expansores hidráulicos, tipo macaco telescópico para resgate, pressão de trabalho máxima de 720bar, comprimento retraído máximo 945mm, conector face plana, empunhadura ambidestra, cabeça cruzada com rotação de 360graus sem mangueira incorporada aos seus corpos.
8468.20.00	Ex 003 - Máquinas semiautomáticas para solda do tipo brasagem, com estações e queimadores em aço inoxidável, misturador de ar/gás identificados com "hi" e "low" e medidor na passagem do gás com instrumentos para eliminar picos de aquecimento e economizar combustível no processo, com 2 alimentadores automáticos de fio de solda permitindo a soldagem de soquete, tubo e suporte de manômetro no tempo de 60peças completas/h, controladas por CLP com interface ao operador.
8474.80.10	Ex 049 - Máquinas de prensa automáticas, para o processo de fabricação de machos inorgânicos, dotadas de robô captador de peças produzidas, acionadas por ciclo automático com painel e tacômetro digital, para todos os comandos e indicadores, com ciclo de contagem dos moldes, com tamanhos de peças produzidas de 50 x 50cm, produção de 50 a 200peças/h, curso máximo 1.300mm, com largura do espaço de trabalho de 1.000mm, com diâmetro de cestos de moldes de 300 a 650mm, para fabricação do processo.
8474.90.00	Ex 040 - Rolos cilíndricos de alta pressão para moinho vertical, produzidos em aço fundido, dotados de eixo, cubo, ou cubo com flange, mancais, anéis e selos de vedação de óleo, para moagem e trituração de cimento, de escória de alto forno e de insumos minerais diversos com diâmetro compreendido entre 1.280 e 2.680mm, capacidade de moagem/produção/trituração de 45 a 450t/h (range de capacidade variável de acordo com o tipo de moinho e aditivos).
8477.10.11	Ex 065 - Máquinas de moldar por injeção, para produção de peças de ciclo rápido em PP (Polipropileno), PE (Polietileno), com força de fechamento hidráulico de 225 a 300t, com altura máxima do molde de 852 a 999mm e curso máximo de abertura de 1.200 a 1.375mm, placas de 950 x 950mm a 1.130 x 1.130mm, distância entre as colunas de 660 x 660mm a 780 x 780mm, atingindo velocidade de escaneamento de 500µs, unidade de injeção capaz de injetar de 238 a 848cm³ de resina, com pressão de injeção de 2.000 a 2.440bar, com velocidade de injeção de 805 a 984cm³/s e rosca de velocidade periférica de 800 a 1.350mm/s.
8477.10.91	Ex 018 - Máquinas de injeção vertical para moldagem de termoplásticos, em estrutura tipo C com comando numérico, força máxima de fechamento de molde de 380kN, pressão de injeção de 1.620bar e volume máximo de injeção de 115cm3, dotadas de unidade de controle de temperatura de água; mesa deslizante; sistema de segurança por cortina de luz e sensor de presença e painel de comando com tela sensível ao toque.
8477.20.10	Ex 239 - Conjuntos co-extrusores para produzir "filme stretch", com 8 extrusoras, sendo uma delas extrusora encapsuladora, com matriz plana automática com "feed block" de múltiplas camadas, sistema de recuperação dos refiles e apta para produzir 9 bobinas de 500mm de largura final de filme.
8477.20.10	Ex 240 - Máquinas extrusoras de produtos de PTFE que utilizam o processo "Paste Extrusion", com 2 cilindros de furo com diâmetros de Ø70 e Ø33mm, pistão com força de 40.000kg, velocidade do pistão de 10 a 100mm/1 por minuto, força central de 1,5kW, potência máxima do cilindro de 1.000W, potência máxima do equipamento 1.500W, para utilização em laboratório de desenvolvimento de produtos.
8477.20.10	Ex 241 - Extrusoras para materiais termoplásticos com dupla rosca co-rotante de diâmetro nominal de 35,6mm para produção de pigmentos e aditivos granulados, capacidade para produção compreendida entre 60 e 100kg/h, velocidade máxima do parafuso de 600rpm, torque específico de 8,7Nm/cm³, torque máximo por eixo de 238Nm, razão L/D 48, com motor elétrico principal de potência 30kW acoplado em caixa de engrenagens redutora com bomba de óleo, 2 alimentadores laterais tipo dupla rosca para dosadores gravimétricos, unidade bomba de vácuo; com ou sem unidade desgaseificadora lateral, unidade de refrigeração à água com bomba para distribuição nas ramificações ao longo dos barris, sistema controlador lógico programável (CLP) tipo "touchscreen".
8477.59.90	Ex 117 - Combinações de máquinas de peletização imerso em água, com capacidade de peletização para 3.000kg/h de adesivo "hot melt", compostas de: bomba "booster", bomba de engrenagens principal, troca-telas hidráulico, trocador de calor de massa, unidade de óleo térmico para o trocador de calor, válvula diversora de massa, sistema de "by-pass" de água, peletizador aéreo, conjunto da matriz de corte, sistema de água de resfriamento, secador centrífugo vertical, alimentador de talco, classificador de grãos, secador horizontal; painel elétrico principal e painel remoto com PLC/IHM.
8477.59.90	Ex 118 - Máquinas automáticas para fabricação do corpo de tubos plásticos laminados PBL, com diâmetros de 25 a 60mm e comprimento de 60 a 235mm; com capacidade máxima de produção igual ou superior a 120tubos/min; controladas por controlador lógico programável (CLP), dotadas de: 1 ou mais desbobinador(es) com dispositivo de controle de tração; 1 sistema de guia para alimentação de folhas laminadas; 1 dispositivo de corte da folha laminada; 1 extrusora para formação dos tubos; 1 unidade de calibração e resfriamento; 1 dispositivo de tração e corte.
8477.80.90	Ex 495 - Impressoras 3D para a produção de modelos tridimensionais físicos (prototipagem rápida) a partir de modelos virtuais, que operam em câmaras fechadas, através de tecnologia de deposição de filamentos termoplásticos PLA (entre outros) fundidos com diâmetro de 1,75mm; depositando camadas com espessura de 0,05 a 0,5mm.
8477.80.90	Ex 496 - Máquinas de conformação, constituídas em alumínio, com 2 cavidades (1RH + 1LH); próprias para uso em máquinas automáticas para recorte, aquecimento e conformação de perfis, de borracha ou de plástico, das canaletas dianteiras, traseiras e pestanas externas e internas, dianteiras e traseiras, de comprimento mínimo de 340mm e máximo de 1.540mm, destinadas à acomodação dos vidros nas portas de veículos automotores; com sistema curvatura de peças acionado pós estágio de aquecimento; dotadas de guias de entrada do cabeçote usinados em polímero politetrafluoretileno (PTFE) ou nylon; acionadas por cilindro pneumático; altura máxima de até 950mm, largura máxima de até 870mm e peso máximo de até 150kg; dotadas de sistema troca-rápida (plug and play) e fixação por blocagem.
8477.80.90	Ex 497 - Máquinas de recorte, constituídas em alumínio; com 2 cavidades (1RH + 1LH); próprias para uso em máquinas automáticas para recorte, aquecimento e conformação de perfis, de borracha ou de plástico, das canaletas dianteiras, traseiras e pestanas externas e internas, dianteiras e traseiras, de comprimento mínimo de 340mm e máximo de 1.540mm, destinadas à acomodação dos vidros nas portas de veículos automotores; dotadas de jogos de ferramentais usinados de precisão para recorte por faca guilhotina ou disco circular constituídos de metal duro, com tolerância de recorte comprimento total de até +/-1mm; dotadas de guias de entrada do cabeçote usinados em polímero politetrafluoretileno (PTFE) ou nylon; acionadas por cilindro pneumático; com altura máxima de até 950mm, largura máxima de até 870mm e peso máximo de até 150kg; dotadas de sistema troca-rápida (plug and play) e fixação por blocagem.
8477.80.90	Ex 498 - Máquinas automáticas rotativas para montagem de tampa plástica, dotadas de 2 componentes, com capacidade de produção de até 60.000tampas/h, com alimentadores tipo "waterfall" e vibratórios, detector de microfuros por teste de centelhamento, transportador pneumático, mesa principal com carrossel rotativo equipado com cabeçotes montadores, esteira transportadora, sistema de visão artificial com 5 câmeras para controle de qualidade, esteira transportadora/enchedora de caixas, painel de comando com monitor "touchscreen" integrado e cabine elétrica.
8477.80.90	Ex 499 - Equipamentos para produção de modelos tridimensionais físicos (prototipagem rápida) a partir de modelos virtuais, que operam em câmara fechada, por meio de tecnologia de deposição de filamento termoplásticos fundidos, utilizando um tipo ou mais, com envelope de montagem de 914,4 x 609,6 x 914,4mm, espessuras de camadas de 0,178mm, 0,254 e 0,330mm, precisão de construção de até 0,089mm, capazes de trabalhar com 12 tipos de termoplásticos.
8477.90.00	Ex 416 - Cabeçotes de co-extrusão, com 240mm distância entre centro, 120mm de diâmetro, para serem utilizados em máquina sopradora destinadas à fabricação de embalagens plásticas rígidas, com 3 camadas distintas, dotadas de dupla servo motorização elétrica E-WTC com força de 10t cada para programação axial da espessura da parede da embalagem, preparados com 3 adaptadores para extrusoras, dotados de resistências, painel elétrico com controladores de motores e componentes, espera para instalação de visor de nível e com capacidade de extrusão máxima de 340kg de PEAD/h.
8479.82.10	Ex 192 - Equipamentos para mistura e dosagem automática de produtos químicos e água, próprios para o tratamento microbiológico de sistemas industriais, montados em gabinete de polipropileno, dotados de tanque de água com capacidade igual ou superior a 150L, bomba centrífuga igual ou superior a 550W; bombas dosadoras de diafragma acionada por meio de motor de passo com potência igual ou superior a 24W; tubulações em PVC, conexões em PVC, reguladores de pressão; válvulas de controle e filtros, com CLP (Controlador lógico Programável) acondicionado em painel de controle e IHM com tela colorida tipo "touchscreen" para controle do funcionamento e monitoramento do processo, com capacidade nominal de processamento igual ou superior a 2.000L/h.
8479.82.10	Ex 193 - Máquinas cristalizadoras estáticas para remoção de óleo de parafinas contendo até 10% de óleo e a deixando com até 0,5% de óleo, através do método de cristalização de filme em queda, operando com um gradiente controlado de temperatura variando entre -10 e 130°C e pressão entre -0,05 e +0,10bar(g); utilizando 154 placas ocas de troca térmica para a criação do filme de cristalização; processando entre 40 e 41t de parafina por ciclo.
8479.89.12	Ex 129 - Dosadores de sal de alta precisão em aço inoxidável, próprios para dosagem de sal a seco em queijos, realizando alimentação e abertura da massa, dosagem de sal no produto, mistura do sal adicionado, contendo: tanque de acúmulo de sal com capacidade variável entre 150 e 300kg com sistema para não aglomeração, sistema de aquecimento da camisa do tanque de sal e na seção de mistura; sistema eletrônico para medição da vazão de produto, carregador de produto, sistema de abertura em forma de manta, sistema para formação de frisos, sistema automático para dosagem e distribuição do sal, câmara inclinada com rosca sem fim para mistura e transporte do produto, sistema de limpeza (CIP), sistema para recuperação de solução de limpeza com bomba centrífuga sanitária, controlados por PLC acondicionado em painel de controle a prova d'água e centro de controle de motor, formando corpo único.
8479.89.99	Ex 090 - Combinações de máquinas para montagem da colmeia do radiador de aquecimento automotivo em gabarito de brasagem, automáticas, com capacidade para produzir até 200peças/h, compostas de: máquina para montagem dos componentes: placas laterais, tubos e aletas em gabaritos de brasagem, dotada de magazines, manipulador para a pega e pressão dos componentes e esteira transportadora; robô com garra acoplada; proteções para segurança do operador.
8479.89.99	Ex 091 - Combinações de máquinas para montagem do conjunto coletor para condensador automotivo, com capacidade de produção de aproximadamente 180conjuntos coletor/h, com utilização de 13 berços por conjunto coletor, compostas de: estação para alimentação, no berço, dos componentes: coletor, cobertura, bloco de entrada e bloco de saída (ou reservatório), com sistema de inspeção por câmeras; dispositivo para posicionamento e inserção de moedas separadoras, dotado de classificador vibratório, trilho guia e manipulador para inserção das moedas no canal de fixação da cobertura; manipulador para a pega e inserção do coletor sobre a cobertura e moedas; manipulador para pega do conjunto, rotação (180graus) e colocação no segundo alojamento do berço; dispositivo para cravação do coletor e cobertura; máquina para montagem dos blocos de entrada e saída (ou reservatório) na cobertura do conjunto coletor, dotada de manipulador; dispositivo para cravação dos blocos de entrada e saída; manipulador para giro do conjunto coletor montado e descarga do mesmo sobre a esteira de saída; estação de limpeza dos berços em câmara de sopro e aspiração; esteira para movimentação dos berços pelas diversas estações; esteira de saída do conjunto coletor montado; jogo de berços; painel de controle com controlador lógico programável (CLP) e painel para inserção de parâmetros.
8479.89.99	Ex 092 - Combinações de máquinas para montagem, em gabarito de brasagem, dos coletores, coberturas e bocais na colmeia do radiador de aquecimento automotivo, automáticas, com capacidade para produzir até 200peças/h, compostas de: máquina para o posicionamento e inserção, nos gabaritos de brasagem, dos coletores e das coberturas, calibração e cravação do subconjunto, dotada de: esteiras transportadoras, guias laterais e manipulador; panela vibratória com guia e posicionador dos bocais; robô com garra acoplada para montagem dos bocais e saída do conjunto montado; proteções para o operador.

8479.89.99	Ex 093 - Combinações de máquinas para montagem do radiador de aquecimento automotivo, em gabarito de brasagem, automáticas, com capacidade para produzir até 200peças/h, compostas de: máquina para aferir as dimensões do radiador e a fixação de 2 arames de sustentação temporária, dotada de: sistema desbobinador e dispositivo para rejeição dos radiadores não conformes; robô com garra acoplada; esteira de saída com função lógica para formar pulmão de radiadores nos respectivos gabaritos de brasagem; proteção para o operador; com painel de controle com controlador lógico programável (CLP) e painel de inserção de parâmetros.
8479.89.99	Ex 094 - Máquinas automatizadas, para corte e/ou perfuro de tecidos, couro, materiais sintéticos e papelões, utilizados na produção de calçados, artefatos, vestuário e estofamentos, dotadas de: 2 cabeçotes suspensos em braços telescópicos, faca oscilante, 4 ou mais perfuradores, projetor laser e câmera(s) de reconhecimento automático de imagens para recorte; área de corte máxima de 1.400 a 2.400mm de largura e comprimento ilimitado, com modalidade de trabalho contínua.
8479.89.99	Ex 095 - Combinações de máquinas para pré-montagem de módulos de controle de freio automotivo, do tipo ESC (Controle Eletrônico de Estabilidade), interligadas em computador central e controladas por sistema supervisório instalado em servidor denominado "cell computer", com sistema central de controle de imagens de visão artificial para monitoramento das câmeras existentes na linha, com capacidade de produção de 95módulos/h, compostas de: 1 célula de pré-montagem do bloco "manifold", contendo 1 estação para carregamento do bloco "manifold" na posição B no palete, cravamento de esfera com diâmetro de 4,762mm e inserção do amortecedor de pulsos, 1 estação de teste do amortecedor de pulsos, 1 estação de prensagem do amortecedor de pulsos, 2 estações de cravamento de esferas com diâmetros de 3,5mm e 4,762mm, 1 estação de cravamento do componente de orifício de pressão, 1 estação de inserção da válvula de retenção, 1 estação de cravamento da válvula de retenção, 1 estação de limpeza a vácuo após cravamento da válvula de retenção, 1 estação de montagem e inserção do pistão do acumulador de baixa pressão, 1 estação de assentamento e cravamento dos componentes do acumulador de baixa pressão e da tampa do acumulador de baixa pressão na posição 1; 1 estação de assentamento e cravamento dos componentes do acumulador de baixa pressão e da tampa do acumulador de baixa pressão na posição 2; 1 estação de limpeza à vácuo após cravamento dos componentes do acumulador de baixa pressão, 1 estação de descarregamento do bloco "manifold" e leitura do bloco para carregamento no palete da posição F, 1 estação de prensagem da tampa de alta pressão e inserção do rolamento, 1 estação de prensagem do dispositivo de guia, 1 estação de pré-montagem e engraxamento do pistão da bomba, 1 estação de inserção da válvula de escape, 1 estação de cravamento da válvula de escape, 1 estação de cravamento de esferas com diâmetros de 3,5mm e 4,762mm, 1 estação de carregamento do bloco na posição A no palete, inserção das válvulas normal aberta e normal fechada com função TCS/ESV e inspeção visual automática, 1 estação de verificação dos componentes do filtro das válvulas normal fechada ESV/TCS, 2 estações de cravamento das válvulas, 1 estação de limpeza a vácuo após cravamento das válvulas, 1 estação de prensagem do sensor de pressão, 1 estação de gravação da configuração do sensor de pressão e descarga do bloco "manifold" do palete, 1 estação para análise de falhas no processo, retrabalho e rejeito de peças com defeito.
8479.89.99	Ex 096 - Combinações de máquinas para montagem final e teste do freio ESC, compostas de, 1 estação de leitura da unidade de controle eletrônico denominada "ECU", carregamento no palete, leitura do bloco "manifold" pré-montado e montagem do bloco "manifold" na "ECU", 1 estação de inserção do filtro de esponja, 1 estação de engraxamento da bomba e ajuste do rolamento, 1 estação de leitura e acoplamento do motor e inserção dos parafusos de fixação da "ECU", 1 estação de parafusamento com controle de torque da "ECU", 1 estação de cravamento do motor e sistema de limpeza à vácuo, 1 estação de teste de estanqueidade entre a "ECU" e o bloco "manifold" e verificação do "software" da "ECU", 1 estação de cravamento da esfera de vedação do circuito teste, 1 estação de controle por sistema de visão artificial das conexões hidráulicas do bloco "manifold" e conexões elétricas da "ECU", 1 estação de etiquetagem do produto final, 1 estação para leitura e análise de falhas no processo, retrabalho e descarga de peças com defeito, 1 estação de aplicação das etiquetas de proteção das conexões e descarga do produto final, 1 estação de leitura da peça e abastecimento da embalagem final do cliente e 1 estação de limpeza a vácuo dos paletes, sistema de esteira para interligação mecânica de estações das células de montagem, paletes transportadores de componentes, ferramentas e peças intercambiáveis.
8479.89.99	Ex 099 - Máquinas automáticas para preparação de orelhas das placas e produção das bandas coletoras (straps) de baterias estacionárias e de motocicleta tipo VRLA, capazes de produzir a interligação de conjuntos de placas positivas e negativas, por fundição das orelhas e preenchimento das cavidades por ligas de chumbo, com capacidade nominal de até 5baterias/min e/ou 30elementos soldados/min, dotadas de: alimentador automático, sistema de inserção das placas nas caixas da bateria, estação de lixamento de orelhas, estação de empenamento de orelhas das extremidades, sistema de corte de orelhas, inserção em banho de fluxo, secagem de excesso de fluxo e fundição de conectores de liga de chumbo, sistema de controle com controlador lógico programável (CLP) e interface homem-máquina (IHM).
8479.89.99	Ex 100 - Equipamentos automatizados de formação de baterias VRLA, dotados de: estrutura de prateleiras em aço inoxidável, tanques de recirculação de água produzidos em aço inoxidável com esteiras motorizadas em toda sua superfície interna sendo que cada tanque possui a capacidade média de armazenar 192 baterias dos tipos 4, 5 ou 7Ah em cada ciclo de formação, equipamentos automáticos de elevação e transporte de baterias, controle ajustável de temperatura da água utilizada durante o processo de formação com sistema próprio de refrigeração e aquecimento, controle de nível de água em cada tanque, integração com sistema de ERP existente na empresa, controle de longa distância para solução rápida de problemas no sistema, controle/contagem de produção.
8479.89.99	Ex 101 - Máquinas de enrolar e desenrolar cortinas, persianas ou toldos, com acionamento remoto, dotadas por sistema de regulagem de fim de curso por rosca sem fim, com receptor de radiofrequência de 433,92MHz, com capacidade de até 500W de potência, conectado por plug macho e fêmea de 6 pinos, com capacitor de partida de até 40uf, motor assíncrono monofásico de formato tubular de 100 a 300W de potência, com seu devido sistema de freio e caixa de engrenagem redutora.
8479.89.99	Ex 102 - Máquinas para montagem de arruelas em parafusos, com capacidade de produção até 450peças montadas/min, com controle logico programável (CLP), para parafusos de 4,8/5,5/6,3mm de diâmetro e 16 a 125mm de comprimento, com sensores para processos de movimento, dispositivo de classificação de parafusos ou arruelas, não montados, mecanismo de prensagem por acionamento automático, parada automática para ressuprimento de parafusos e arruelas.
8479.89.99	Ex 104 - Máquinas automáticas para emplacamento e identificação de dentes artificiais, pré-classificados em placas com cera, com rendimento máximo de 300placas/h, dotadas de controlador lógico programável (CLP), com sistema informatizado de reconhecimento de formas/modelos e braço robótico para montagem, dupla bomba de vácuo interno, sistema de transporte e entrada de placas automática e posicionamento, identificação, rastreamento e impressão laser de marca-modelo-cor-lote-registro, com máximo de 14 modelos simultâneos programáveis.
8479.89.99	Ex 105 - Máquinas automáticas de aplicação de resina colorida de terminais em caixas de baterias estacionárias e de motocicleta tipo VLRA, com capacidade para processar 5baterias/min, dotadas de 2 cabeçotes, sendo 1 para cada terminal, com sistema de sucção e mistura da resina com controlador lógico programável (CLP).
8479.89.99	Ex 106 - Máquinas automáticas para perfuração "Puncher" de divisórias de células de baterias estacionárias e de motocicleta tipo VRLA, com capacidade produtiva de 5caixas/min, 2 cabeçotes hidráulicos de perfuração, mecanismo para retirada do recorte de plástico, soprador de ar quente para retirada de rebarbas e interface homem-máquina (IHM) frontal de 7polegadas sensível ao toque e com programador lógico controlável (CLP).
8479.89.99	Ex 107 - Máquinas automáticas para selagem de tampas de baterias estacionárias e de motocicleta tipo VRLA aos monoblocos por termossolda, com capacidade de produção máxima de até 5baterias/min, dotadas de esteira, sistema de posicionamento X, Y e elevação do conjunto caixa-tampa por meio de servomotores, sistema de controle de temperatura independente da face superior e inferior do espelho de selagem, dispositivo para troca rápida de espelho de selagem com estação de pré-aquecimento, com controlador logico programável (CLP).
8479.89.99	Ex 108 - Máquinas automáticas para fabricação de buchas tipo "seta" em chumbo, utilizadas em baterias automotivas, tipo "flooded", com capacidade de produzir 5.000peças/turno, dotadas de estação de fundição por gravidade, com pote de aquecimento com temperatura máxima de trabalho 480°C e 3 recipientes de vazamento do material fundido, cada um com 4 cavidades, prensa para formação de geometria, com capacidade máxima de 600kN e pressão no cilindro de 0,4 a 0,6MPa, estação vibratória para acomodação, preparação e transferências das buchas, com capacidade para acomodar 5.000 buchas, estação de conformação a frio para adequação de perfil das buchas com 2 cavidade/molde com aspersão automática de agente para facilitação da separação e estação automática de laminação.
8479.89.99	Ex 109 - Máquinas automáticas de teste pneumático para avaliação de vazamento entre caixa-tampa ou terminais, aplicadas para baterias estacionárias tipo VRLA, com capacidade para processar até 5baterias/min, dotadas de esteira e cabeçote duplo com sistema de injeção de ar na bateria e teste de estanqueidade, com controlador lógico programável (CLP).
8479.89.99	Ex 111 - Máquinas automáticas para posicionamento e soldagem de terminais aos polos de baterias estacionárias tipo VRLA através da aplicação de fio estanho-chumbo fundido, com capacidade nominal para processar até 5baterias/min, insere terminais tipo faston T1 e T2 e com programador lógico controlável (CLP).
8479.89.99	Ex 112 - Equipamento de elevação e montagem do eixo traseiro em veículo automotor, através de um mecanismo "Zip Chain" (duas correntes engrenadas como zíper), com unidade motorizada de tracionamento por fricção, dispositivo de acoplamento com transportador da linha de montagem de veículos automotores, bandeja para instalação do eixo traseiro com dispositivo mecânico de ajuste de posicionamento, apertaderias para fixação da suspensão traseira na carroceria de veículos automotores, painel de operação, painel pneumático, painel de potencia e sistema de segurança de operação.
8480.71.00	Ex 150 - Moldes de 72 a 144 cavidades (cold half), confeccionados em aço especial para injeção de pré-formas de politereftalato de etileno (PET) de 5 a 94g com variação de peso de ±0,60g, com capacidade de injeção de 72 a 144 peças/ciclo, dotados de placa de machos, placa extratora, placa de cavidades e placa de resfriamento e extração das pré-formas.
8480.71.00	Ex 151 - Moldes de injeção de 72 cavidades (cold half) e suas respectivas peças de reposição intercambiáveis, distância entre centros de cavidade 50(V) x 98(H)mm, confeccionados em aço especial e anticorrosivo, com tratamento de carbono nos cones das castanhas e flanges das cavidades (tecnologia "long life") para aumento da resistência ao desgaste, para fabricação de pré-formas de polietileno de tereftalato (PET) de 27g com variação de peso de +/-0,3g, 118mm de altura, variação de espessura máxima de 0,15mm, com capacidade de produção de 25.920 pré-formas a um tempo de ciclo de 10 segundos e tolerância de +/-0,5 segundos, dotados de sistema para extração de pré-formas contendo: placa de retirada, placa de transferência giratória e bloco de resfriamento pós-molde com 3 estágios, projetados e desenvolvidos especificamente para uso em máquinas injetoras de 2.400 a 4.000kN.
8480.71.00	Ex 152 - Moldes com colunas reforçadas e refrigeração duplicada, para uso em injetoras de alta pressão e ciclo rápido; feitos em liga de aço P20 e/ou H13; para fabricação de carros de brinquedo em polímero fundido de ABS por compressão a quente com temperaturas entre 150 e 200°C.
8480.71.00	Ex 153 - Moldes em níquel para produção da pele do painel de instrumentos de veículos automotores, por meio de processo de moldagem rotativa, com duas cavidades, com estrutura em aço.
8481.40.00	Ex 019 - Válvulas de alívio térmico de pressão, válvula de segurança e tipo quebra-vácuo, específicas para suportar radiação nuclear de 7,65Mrad e instalação em tubulações de processo e vasos de pressão conforme código nuclear ASME III Sec. V, para condição de processo com contrapressão constante ou variável-balanceada com fole, com dimensões de entrada e saída em polegadas de $^{1}/_{2}$polegadas x 1polegadas, $^{3}/_{4}$polegadas x 1polegadas, 1polegadas x 2polegadas, $1^{1}/_{2}$polegadas x 2polegadas, 2polegadas x 2polegadas, com conexões do tipo flangeada ou soldada com classe de pressão entre 150 e 2.500psi, material dos internos e corpo em aço inox 316 ou 316L, ou aço-carbono, com gaxetas resilientes com materiais isentos de halogênios e resistentes à alta dose de radiação nuclear de 7,65Mrad, qualificadas

	para resistência à operação contínua durante e após abalos sísmicos com Classificação Sísmica Nuclear SISM-1, e classificação Mecânica Nuclear CS-1, CS-2 e CS-3, previamente testadas contra emissões fugitivas de gases para o ambiente por meio de testes de vazamento entre 10 e 6cm^3/s e 10 e 7cm^3/s com gás hélio nas CNTP, para aplicação em plantas nucleares.
8481.80.92	Ex 018 - Válvulas solenoides para aplicação em plantas nucleares, com diâmetro entre $^1/_2$polegadas e $^3/_4$polegadas, para suportar radiação até 7,90Mrad, pressão até 175bar-g, temperaturas até 350°C, para operar em submersão de até 6m de profundidade (por 30 dias), Grau IP-68 e resistente à operação contínua durante e após abalos sísmicos: Classificação Mecânica Nuclear, CS-1, CS-2, e CS-3, Classe de segurança Elétrica Nuclear 1E e Classificação Sísmica Nuclear SISM-1; classe de pressão do corpo entre 150 e 2.500psi, corpo em aço inox 316/316L, tipo 2 e 3 vias para conexão ao processo e Borneira em Dialil-Ftalato, KAPTON (materiais resistentes à radiação).
8483.40.10	Ex 217 - Redutores planetários com eixos de entrada e saída colineares ou perpendiculares, com 1 ou mais estágios, com ou sem pinhão no eixo de saída, torque nominal de saída de até 18.000Nm, rotação de entrada de até 8.000rpm, redução de até 10.000, grau de proteção até IP65 e nível de ruído de até 78dB(A), utilizados em centros de usinagem, máquinas especiais e sistemas de automação.
8502.39.00	Ex 004 - Grupos eletrogêneos com conversor rotativo elétrico acionado por turbina a vapor de potência inferior a 220.000kVA, contendo parafuso duplo volumétrico com rotação menor ou igual a 4.000rpm, apresentados em módulos compactos de ciclo fechado, com cabine elétrica com proteção IP 54 ou mais, e baseados no conceito do Ciclo Orgânico de Rankine (ORC) para geração de energia elétrica por meio de utilização de calor residual como fonte de energia de processos industriais ou não, motores movidos por combustíveis fósseis estacionários ou de veículos locomotores aquáticos, com potência térmica de entrada de 560 a 1.100kW (térmicos) e potência líquida máxima de saída de até 100kW (elétricos), com temperatura de entrada para gases entre 150 e 550°C e temperatura de entrada de líquido entre 80 e 109°C, contendo sistema fechado trabalhando com fluído refrigerante orgânico HFC-245fa (1,1,1,3,3-Pentafluoropropano), lubrificados com óleo sintético a base de poliolester.
8502.39.00	Ex 005 - Grupos eletrogêneos com conversor rotativo elétrico acionado por turbina a vapor de potência inferior a 220.000kVA, contendo parafuso duplo volumétrico com rotação menor ou igual a 4.000rpm, apresentados em módulos compactos de ciclo fechado com cabine elétrica com proteção IP 54 ou mais, baseado no conceito do Ciclo Orgânico de Rankine (ORC) para geração de energia elétrica por meio de utilização de calor residual como fonte de energia de processos industriais ou não, motores estacionários movidos por combustíveis fósseis, com potência térmica de entrada de 220 a 500kW (térmicos) e potência líquida de saída entre 5,5 e 30kW (elétricos), com temperatura de entrada para gases entre 150 e 550°C, temperatura de entrada de líquido entre 80 e 110°C, contendo sistema fechado trabalhando com fluídos refrigerantes orgânicos compostos por mistura de refrigerantes padrão HFC-134a (1,1,1,2 - Tetrafluoroetano) e HFC-245fa (1,1,1,3,3 - Pentafluoropropano), lubrificados com óleo sintético a base de poliolester.
8514.40.00	Ex 005 - Equipamentos de aquecimento por indução para rolo de calandra e controle de grandeza física, no sentido transversal, na fabricação de papel ou lâminas metálicas, tais como espessura e brilho, com zonas a partir de 75mm, dotados de bobinas de indução eletromagnéticas, instaladas em viga de aço inoxidável, módulos de potência com saídas de 4.500 a 6.000W, tensão de entrada 380 a 456VAC, 50 ou 60Hz, conjunto mecânico para movimentação de viga, painéis de interface para intertravamento e comunicação em rede.
8515.21.00	Ex 170 - Robôs para soldar por resistência, com capacidade de carga igual ou superior a 50kg, com 5 ou mais graus de liberdade, com ou sem painel de controle, com unidade de programação portátil, com pinça de solda, com controlador de parâmetros de solda com transformador, com ou sem base de fixação.
8515.21.00	Ex 171 - Combinações de máquinas para soldagem, por resistência, de peças de veículos automotores, compostas de: 1 ou mais robôs, sendo cada robô com capacidade de carga igual ou superior a 50kg, cada robô com 6 ou mais graus de liberdade, cada robô com ou sem base de fixação; com 1 ou mais unidades de programação portáteis; com 1 ou mais pinças de solda a ponto; com 1 ou mais controladores de parâmetros de solda com transformador; com 1 ou mais painéis de controle; com dispositivo de fixação de peças de solda com eixo de rotação; com painel de controle por controlador lógico programável (CLP); e sistema de segurança de operação.
8515.31.90	Ex 158 - Equipamentos de brasagem a plasma, inteiramente automáticos, 350A, DC, 460V, trifásico, 50/60Hz, próprios para soldagem de peças, com fonte de alimentação multifuncional plasma e TIG 24VDC, sistema integral de refrigeração, controle eletrônico de gás, interface com robô, suportes, cabos e mangueiras.
8515.31.90	Ex 159 - Combinações de máquinas para soldagem por arco elétrico por processo MIG/MAG de peças de veículos automotores, compostas de: 1 ou mais robôs, sendo cada robô com capacidade de carga igual ou superior a 3kg, cada robô com 6 ou mais graus de liberdade, cada robô com ou sem base de fixação; com 1 ou mais unidades de programação portáteis; com 1 ou mais tochas de solda de arco elétrico; com 1 ou mais fontes de solda; com 1 ou mais painéis de controle; com dispositivo de fixação de peças a serem soldadas com eixo de rotação; com painel de controle por controlador lógico programável (CLP); e sistema de segurança de operação.
8515.31.90	Ex 160 - Combinações de máquinas para soldagem por processo MIG/MAG e por processo de resistência a ponto, não simultaneamente, de peças de veículos automotores, compostas de: 1 ou mais robôs para soldar por processo MIG/MAG, sendo cada robô com capacidade de carga igual ou superior a 3kg, cada robô com 5 ou mais graus de liberdade, cada robô com ou sem base de fixação, cada robô com tocha de solda, com 1 ou mais fontes de solda; 1 ou mais robôs para soldar por resistência a ponto, sendo cada robô com capacidade de carga igual ou superior a 50kg, cada robô com 5 ou mais graus de liberdade, cada robô com base de fixação, cada robô com pinça de solda, com 1 ou mais controladores de parâmetros de solda com transformador; com 1 ou mais painéis de controle; com 1 ou mais unidade de programação portátil; com dispositivo de fixação com eixo de rotação; com painel de controle por controlador lógico programável (CLP); e sistema de segurança de operação.
8515.80.90	Ex 105 - Máquinas automáticas para solda intercelular a ponto de elementos (blocos) de baterias estacionárias e de motocicleta tipo VRLA, com capacidade de produção máxima de 5baterias/min, dotadas de esteira de abastecimento, mesa de transferência e posicionamento lateral para 5 baterias, alinhamento e pinçagem das orelhas dos barramentos de solda e estação de soldagem com posicionamento automático das porta-eletrodos, sistema de controle de soldagem que monitora a corrente elétrica de solda, com controlador lógico programável (CLP).
8543.30.00	Ex 034 - Equipamentos de eletrólise PEM (Proton Exchange Membrane) para produção automática de eletrólito a partir de ligação com água de rede, utilizados para aplicação em queimadores industriais de combustão contínua totalmente automatizada, com comando local via consola HMI ou remoto por TCP/IP ModBus ou Internet, equipados com detecção automática de avarias por alarme e detecção de fuga de H2, com parada de emergência, com caudal de fornecimento de H_2 entre >0 e ≤10Nm^3/h, caudal de fornecimento de O_2 entre >0 e ≤5Nm^3/h pureza de 99,5%, pressão até 10bar, consumo de água de rede entre 1 e 20L/h, pressão de água de rede de 2bar, com alimentação elétrica de 380 até 480VAC, 3-fases, 50 ou 60Hz, alimentação elétrica entre ≥50kW e ≤80kW, arrefecimento líquido refrigerado com chiller, montados de forma containerizada.
8607.21.00	Ex 011 - Suportes de encanamentos e de válvulas de controle do sistema de freio de vagões de trens de cargas, feitos em alumínio fundido pressurizado, contendo câmaras internas e filtro de ar, pressão de trabalho igual a 90psi.
8709.11.00	Ex 019 - Veículos autopropulsados, sem dispositivos de elevação, para transporte de mercadorias a curta distância, acionados por motor elétrico AC trifásico, movidos a bateria de fosfato de ferro-lítio integrada ao equipamento, com capacidade máxima de transporte de mercadorias de até 30.000kg, velocidade de deslocamento com ou sem carga entre 1 e 30km/h.
9011.80.90	Ex 011 - Microscópios de fluorescência i-mLD com LED azul de alta potência (470 - 480mn), binocular com ajuste de dioptria; trinocular opcional; ajuste de distância interpupilar (55 - 75mm); enfoque normal (28mm) e enfoque fino (0,02mm); filtro de fluorescência adequado para FITC.
9013.20.00	Ex 024 - Unidades de aplicação de laser, para fins médicos, com pulsos ultracurtos e comprimento de onda de até 1.030Nm, potência de saída média de 10W, taxa de repetição máxima de 1.000, 2.000 ou 200kHz, com energia de pulso de 50mJ (10W), dotadas de colimador óptico e cabo de alimentação elétrica e de comunicação.
9015.80.90	Ex 039 - Equipamentos para monitoramento microssísmico em barragens e estruturas de mineração, projetados para detecção e registro de velocidades de ondas sísmicas, dotados de Geofones uniaxial 4,5 ou 14,5Hz, Geofone triaxial 4,5 ou 14,5Hz, conversor analógico a digital de 32bits, 4 ou 8 canais, com baixo ruído e com interface ethernet, processador sísmico que consiste em 1 computador embutido com 1 "swich" ethernet de 4 portas integrado, Leds de indicação de status e botões de entrada de usuário, estação sísmica completa com o netADC, o iUPS e o netSP e servidor sísmico de 64bits, processador 32GB, ethernet ports 2 x 1GB, com armazenamento em "harddrives" de até 2TB ou 2 x 2TB, 1 leitor de DVD, monitor com sistema integrado.
9018.11.00	Ex 004 - Monitores cardíacos de 4 terminais, utilizados em exames de tomografia computadorizada, com tempo de gatilho menor que 2ms, largura de pouso entre 1 e 50ms, amplitude de pulso de 0 a +5V ou -10 a +10V, impedância de saída menor que 100mOhms, capacidade de detecção 10 a 350 batimentos cardíacos/min, armazenando USB 2.0 com capacidade de até 300 registros e interfaces de comunicação RS232 e Ethernet.
9018.19.80	Ex 064 - Sistemas de análise funcional da marcha e do movimento para análise cinética, cinemática e eletromiográfica, nativamente integrado e funcionamento sincronizado, com geração automática de relatórios completos com faixa de normalidade comparativa, dotados de: de 3 a 16 câmaras de vídeo digitais infravermelho HD, com frequência de amostragem selecionável de 100 a 2.000Hz, resolução de 640 x 480 a 2.048 x 2.048pixels, precisão de menos de 0,1mm em volumes de 4 x 3 x 3m a 6 x 6 x 3m, utilizado cabo único de alimentação e transmissão de dados com conectores; piso (plataforma) sensorial triaxial com sinal de saída digital, interface de comunicação LAN (10/100 Ethernet), alimentação de força através de PoE (Power over Ethernet), capacidade de carga (X e Y) para cada sensor de até +-2.000N e capacidade (Z) para cada sensor de até 2.000N, sensibilidade de 16 bits, linearidade menor do que 0,2%, elementos sensores com arquitetura "strain gage" de 4 a 20 canais de EMG sem fio, com sondas de dimensões: eletrodo mãe com 1,5 x 24,8 x 14mm, eletrodo satélite com 16mm diâmetro x 13mm de altura, geometria variável com afastamento dos eletrodos de 16 a 66mm, conectores de encaixe para eletrodos descartáveis pré-gelificados, resolução de 16bits, taxa de amostragem de 1kHz, sensibilidade de 1µV, precisão de ±2%, bateria recarregável de polímeros de íons de lítio para mais de 6 horas autonomia, unidade receptora, conexão USB 2.0, memória interna para cada sonda para um mínimo de 80min; até 4 câmeras de vídeo, memória -3, 128MB RAM, 128MB Flash, alimentação de força através de PoE (Power over Ethernet), suporte para gravação de compartilhamento de rede (servidor de arquivos); estação de trabalho com processador de 6 núcleos, placa de vídeo com 6GB de memória RAM, disco rígido 1TB, monitor de 24polegadas, teclado e "mouse", "softwares" dedicados para coleta de dados dos elementos; sensor inercial com 4 acelerômetros de 3 eixos de sensibilidade múltipla com faixa dinâmica selecionável entre ±2, ±4, ±8, ±16g e largura de banda de 4 a 1.000Hz, 4 giroscópios de 3 eixos de sensibilidade múltipla com faixa dinâmica selecionável entre ±250, ±500, ±1.000, ±2.000graus/s e frequência de 4 a 8.000Hz, magnetômetro de 3 eixos de sensibilidade múltipla com faixa dinâmica de ±1.200µT e frequência de até 100Hz, receptor GPS com precisão de posição de 2,5m até 5Hz ou de 3m até 10Hz frequência de até 10Hz, bateria recarregável por USB com 8h de autonomia, frequência de aquisição de 1.000Hz, módulo "bluetooth 3.0" classe 1 de alcance de até 60m LOS, funcionamento em tempo real ou armazenamento interno em memória "flash".
9018.19.90	Ex 019 - Pedestais de uso exclusivo para equipamento de ressonância magnética, de uso médico-hospitalar, dotados de unidade de processamento dos dados adquiridos por bobinas auxiliares de 16 canais durante escaneamento do paciente, conectores com resistência de 50ohms, módulos de processamento de sinais digitais, interface de comunicação de sinal (RX/TX) com frequência de 63,86MHz, módulo de controle da mesa com tensão de trabalho de 5Vdc e resistência de 100ohms, cabos de comunicação e coberturas de acabamento de plástico PVC e fibra de vidro.
9018.90.40	Ex 002 - Máquinas cicladoras para diálise peritoneal.
9019.20.10	Ex 018 - Máscaras oronasais ou nasais para cuidados respiratórios domiciliares, utilizadas em aparelhos de terapia do sono, com aplicação de pressão positiva nas vias respiratórias aéreas superiores, dotadas de arnês ajustáveis, almofadas substituíveis e cotovelo giratório de 360graus para conexão do tubo que liga a máscara ao aparelho para terapia dos distúrbios do sono (CPAP ou BiPAP).

9024.80.90	Ex 043 - Equipamentos para teste simultâneo de componentes hidráulicos, teste em alta pressão até 500bar ou baixa pressão até 20bar, com capacidade de teste para 10 peças simultâneas.
9027.10.00	Ex 134 - Detectores de gás para monitoramento de concentração de gases no ambiente na faixa de 0 a 5LEL.m, capazes de detectar gases como metano, etano, propano, butano, pentano, etileno, propileno, butadieno, com 3 "ranges" de medição distintos, Curto: 5 a 40m, Médio: 40 a 120m e Longo: 120 a 200m, tempo de resposta menor ou igual a 3 segundos, precisão na medição de ±3% LEL ou ±10% da leitura, sendo válido o que for maior, podendo operar em temperaturas de -40 a +65ºC e umidade relativa de 0 a 99% RH, proteção de ingresso contra água e pó IP 66/67, dotados de uma unidade transmissora (TX) e uma unidade receptora (RX), todas em aço inoxidável 316L e um kit de montagem em alumínio, alimentação elétrica 24Vcc, comunicação analógica e digital via 4-20mA.
9027.50.20	Ex 107 - Analisadores de ELISA em tiras, totalmente automatizados, com tecnologia SMC - Sensotronic Memorized Calibration - com 3 carrosséis com capacidade total de 30 testes, realizando até 30 resultados em menos de 90 minutos por meio da metodologia enzimaimunoensaio.
9027.80.20	Ex 054 - Espectrômetros de massa para monitoramento ambiental contínuo, com membrana de permeação na entrada (MIMS), fonte iônica de 1kV, filtro de massa por varredura de setor magnético, detectores "Faraday" e emissão de elétrons secundários, controle eletrônico microprocessado, sistema de bombeamento para alto vácuo, painéis de calibração, amostrador/seletor contínuo RMS (Rapid Multistream Sample), temperatura ambiente compreendida de 12 a 25°C e tempo de análise compreendido de 0,3 a 1 segundo por componente de gás.
9027.80.99	Ex 381 - Analisadores de eletrólitos para medição de íons por meio do sistema ISE em amostras de sangue, plasma, soro e urina com volume de 60ul e tempo de resposta de 35 segundos.
9031.20.90	Ex 173 - Bancos de ensaios e testes funcionais em bombas injetoras de motores diesel, com sistema de medição de fluxo hidráulico, motor elétrico com capacidade de até 30kW, sistema de válvula estranguladora (bloco de pressão), transdutores de temperatura, pressão e manômetros, sensor eletrônico para medição de curso de cremalheira, painel elétrico e sistema de comunicação RS232/485.
9031.20.90	Ex 174 - Bancadas de teste de verificação de dados de comunicação interna e atualização do "software" da ECU mBSP com impressora, até 4 canais de configuração (4S/4M), placa de circuito impresso, "software" com funções de autodiagnóstico com interface de comunicação CAN, conexão elétrica de até 61 pinos e capacidade produtiva de 48peças/h.
9031.20.90	Ex 175 - Bancos de ensaio para simulação de vibrações e análise de resistência mecânica a fadiga em componentes, estruturas e equipamentos, dotados de um vibrador eletromagnético, uma unidade amplificadora de potência digital, um sistema de refrigeração a água, um controlador digital e com as seguintes especificações: aceleração máxima de 1.200m/s^2, força de excitação senoidal de 28kN, velocidade máxima de 3m/s, deslocamento máximo de 52mm, faixa de frequência entre 5 e 2.500Hz, força de ensaio de choque de 45kN, carga máxima de 300kg, relação de força disponível entre ensaio senoidal e randômico de 1:1.
9031.49.90	Ex 305 - Equipamentos para inspeção eletrônica e automática de cartuchos para embalagem (cartons), dotados de sistema de verificação de posição de rótulos, serialização e indexação, sistema de impressão térmica por meio de jato de tinta contínuo, sistema de rejeição integrado, com capacidade de operação com "cartons" de massa mínima de 25g e máxima de 1kg e dimensões mínimas de 40 x 20 x 5mm e máximas de 210 x 190 x 150mm, velocidade linear de operação de até 54m/min e capacidade de inspeção e tratamento de até 400 "cartons"/min, podendo ou não conter acessórios.
9031.49.90	Ex 306 - Equipamentos automatizados de identificação e verificação de produtos em nível unitário, utilizados no processo de serialização, com velocidade máxima de 800etiquetas/min e 60 ferramentas de visão.
9031.49.90	Ex 309 - Equipamentos para detectar comprimidos e cápsulas de gel, com dimensões desiguais, quebrados, lascados, desbotados ou com substâncias estranhas, dotados de dispositivo de identificação e ejeção de produtos, 2 eixos robóticos com velocidade máxima de 1.200mm/s, capacidade máxima de inspeção de 600unid/min.
9031.49.90	Ex 311 - Equipamentos para identificação de agregação, contagem e serialização de lotes farmacêuticos em "bundle", dotados de dispositivos de rejeito, com capacidade de verificação de 400frascos/min, velocidade linear de 54m/min, resolução de impressão de 600DPI e campo de visão de 55 x 41mm.
9031.49.90	Ex 312 - Máquinas para inspecionar em 360graus e imprimir identificador único temporário em garrafas, com capacidade de 300frascos/min, dotadas de dispositivo para rejeição ou reinserção de frascos.
9031.49.90	Ex 316 - Máquinas para verificação de lotes e datas de expiração em tampas e lacres de segurança, com capacidade de verificação de 2.000produtos/min.
9031.49.90	Ex 322 - Equipamentos para inspecionar o nível do líquido e detectar defeitos na fixação das tampas crimp, utilizadas em frascos farmacêuticos, com capacidade máxima de inspeção de 2.000unid/min.
9031.49.90	Ex 323 - Equipamentos para inspecionar a quantidade, forma e integridade de comprimidos e cápsulas embalados em "sachets" e "pouches", utilizados na indústria farmacêutica, dotados de câmera para verificação de números de lotes, data de expiração e códigos de barra, capacidade máxima de inspeção de 60unid/min.
9031.49.90	Ex 393 - Sistemas ópticos para inspecionar a qualidade da impressão para processos contínuos, em máquinas alimentadas por bobinas, para inspeção de 100% do material impresso com detecção automática de defeitos de impressão, com 1 ou 2 câmeras de varredura em linha, podendo operar em conjunto com 1 ou 2 câmeras coloridas de escaneamento matricial, cada câmera podendo ter de 1 a 3 chips, com objetiva de 10x ou 16x, obtendo uma resolução máxima de 0,1mm/pixel, atendendo a uma largura de banda máxima igual ou superior a 2.800mm e velocidade máxima de 1.000m/min.
9031.49.90	Ex 394 - Sistemas modulares para vídeo inspeção óptica digital, com rotação da imagem eletrônica de 90 e 180graus, para monitoramento de impressões em aplicações de bandas larga ou estreita, apresentados desmontados e compostos de controlador, câmera compacta com sensor CMOS e campo de visão de 13 x 9,7mm a 100 x 75mm, velocidade máxima da banda de 1.000m/min, painel externo de operação.
9031.49.90	Ex 395 - Aparelhos portáteis utilizados para medir o nível do brilho de revestimentos e tintas em plásticos, cerâmicas e superfícies metálicas, podendo conter ou não função de medidor de espessura da película de tinta e revestimentos em metais magnéticos (ferrosos) e não-magnéticos, utilizados no controle de qualidade de produtos, através de ângulo de medição de até 85graus e área de medição de até 190mm^2, alimentados por bateria, com capacidade de armazenamento interno das leituras e base de proteção integrado a um padrão de calibração, com porta USB para transferência de dados para o computador ou por tecnologia do tipo sem fio.
9031.80.12	Ex 029 - Unidades de avaliação de rugosidade compacta da classe de maior desempenho para controle de todos os componentes do sistema de ondas dotados de: "software" de avaliação, suporte de fixação para eixos de comando, suporte de fixação para unidade de avanço linear, 2 conjuntos sondas TKU para medição de perfil e rugosidade, braço de sonda para superfícies de medição de baixa inclinação, braço de sonda para superfícies de medição de alta inclinação, padrão de rugosidade e 2 aparelhos de medição portátil com trajeto de apalpação de 20mm, alta precisão de direção 0,2µm/20mm, velocidade de apalpação variável de 0,05 a 3mm/s, posição de medição toda posição (também de cabeça para baixo), área interna de alinhamento ±2graus e posicionamento motor do apalpador de ±2mm.
9031.80.99	Ex 793 - Máquinas para teste de fadiga de material através da análise de padrões de vibração, com capacidade de gerar vibrações com frequência compreendida entre 5 e 2.200Hz, deslocamento de até 50,8mm, dotadas de vibrador eletromagnético (Shaker), amplificador, acelerômetros, sistema de controle e ventilador.
9031.80.99	Ex 929 - Equipamentos de calibração do sistema anticolisão de veículos automotores, dotados de painel mecanizado com referenciais bidimensionais para calibração de câmera e radar de veículos automotores, estrutura de absorção de miliondas, sistema de posicionamento com tracionamento motorizado, guias lineares e fuso mecânico, painel de controle e sistema de comunicação direto com veículo automotor.
9031.80.99	Ex 930 - Bonecos antropomorfos "dummies" articuláveis, contendo órgãos e ossos sintéticos, com tamanho de 165cm, largura de tórax 24cm e largura tórax mais braços 49cm, fabricados em resina a base de uretano e resina a base de epóxi, com absorção radiológica aproximada ao corpo humano, usado em testes de calibração de equipamentos de raio-x.

Art. 2º Fica alterado o Ex-Tarifário nº 007 do código 8434.10.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul, constante da Resolução nº 134, de 22 de dezembro de 2016, da Câmara de Comércio Exterior, que passa a vigorar com a seguinte redação:

8434.10.00	Ex 007 - Combinações de máquinas automáticas para ordenha de vacas, aptas para operação continua por 24h diárias, compostas de: 1 plataforma rotativa com capacidade de ordenha de 28 a 106 animais, simultaneamente em baias com baixo perfil de altura, acionadas por unidades motoras elétricas blindadas e refrigeradas, acompanhadas de seus respectivos inversores de frequência, podendo variar em quantidades de acordo com o número de baias (animais); controladores eletrônicos com "display" das funções de controle de velocidade; sistema de identificação eletrônica e separação automática de animais; controle automatizado de medição do peso individual do leite por tecnologia infravermelha; sendo os dois últimos com interface para o software com funções integradas de gerenciamento de rebanhos, 1 coletor de leite por baia, com capacidade entre 250 a 350ml e equipados com válvulas de fechamento automático e ativação automática via ar; sistema canalizado de direcionamento do leite para o sistema de resfriamento; unidades de filtragem através de filtros específicos para alimentos homologados pelo FDA e USDA; 1 unidade de limpeza em sistema fechado, com dosagem automática de químicos e interruptores de segurança da plataforma.

Art. 3º Fica alterado o Ex-Tarifário nº 042 do código 9032.89.29 da Nomenclattura Comum Mercosul, constante da Resolução nº 27, de 29 de março de 2017, da Câmara de Comércio Exterior, que passa a vigorar com a seguinte redação:

9032.89.29	Ex 042 - Aparelhos computadorizados, com fonte AC e/ou DC, para mapeamento, diagnóstico, medição de até 5.000 canais com taxa de aquisição de 10ìs a 1s, com valores intermediários de 0,02ms; 0,05ms; 0,1ms; 0,2ms; 0,5ms; 1ms; 2ms; 5ms; 10ms; 20ms; 50ms; 100ms; 200ms; 500ms, calibração, captação de temperatura e/ou captação de dados analógicos para testes em veículos automotores, com módulo de mapeamento e calibração da ECU, com módulo de diagnóstico e captação da rede CAN, com módulo de captação de dados analógicos, com ou sem módulo de captação de temperatura e com unidades de interface e cabos.

Art. 4º Ficam alterados os Ex-Tarifários nº 035 do código 8477.10.19 da Nomenclatura Comum do Mercosul, nº 039 do código 8430.10.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul e nº 015 do código 8477.10.91 da Nomenclatura Comum do Mercosul, constantes da Resolução nº 51, de 5 de julho de 2017, da Câmara de Comércio Exterior, que passam a vigorar com as seguintes redações:

8477.10.19	Ex 035 - Máquinas para moldar peças plásticas por injeção, sendo injetora horizontal dotadas de: bombas hidráulicas com servomotores, unidade de fechamento do tipo hidromecânico e com força de travamento compreendida entre 20.000 e 40.000kN; unidade de injeção de material termoplástico com de motor elétrico para plastificação, com capacidade de injeção entre 2.642 e 32.468g (em PEAD), com painel de operação do tipo "touch screen" e tela plana entre 21 e 24 polegadas; podendo conter ou não sistema de troca automática de moldes, para até 2 moldes com 50.000kg cada e unidade de préaquecimento para molde na posição de espera.

8430.10.00	Ex 039 - Martelos hidráulicos de impacto para cravação de estacas, altura máxima de queda de 1.200mm, frequência de impacto máximo de 40golpes/min, energia de impacto entre 101 e 127kNm, pilão com peso entre 7 e 9 toneladas, dotados de unidade hidráulica ("power pack") para fornecimento de energia hidráulica aos martelos, com potência máxima entre 212 e 242kW (288 e 329HP), frequência máxima entre 1.800 e 2.200rpm, vazão hidráulica máxima entre 290 e 396L/min e pressão de operação máxima de 350bar.

8477.10.91	Ex 015 - Máquinas verticais de vulcanização por injeção de peças de elastômeros, com ou sem sistema de extração automático; com unidade de injeção e plastificação tipo "FIFO-A", com bico retrátil, com volume igual ou superior a 1.600cm^3; com placas de aquecimento igual ou superior a 560 x 630mm, com temperatura máxima de até 230°C; injeção por meio de bico único ou de "cold runner block" com 2 ou mais bicos instalados; pressão de injeção igual ou superior a 1.730bar; unidade de fechamento hidráulico com forca de fechamento igual ou superior a 2.500kN; curso de abertura igual ou superior a 500mm; diâmetro rosca igual ou superior a 45mm; com controlador lógico programável (CLP); com painel operacional IHM, com tela colorida igual ou superior a 10 polegadas, com ou sem teclado alfa numérico, com sequência de ciclos programáveis, com controle de temperatura das placas de aquecimento em 3 zonas.

Art. 5º Fica alterado o Ex-Tarifários nº 427 do código 8479.50.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul, constante da Resolução nº 78, de 21 de setembro de 2017, da Câmara de Comércio Exterior, que passa a vigorar com a seguinte redação:

8479.50.00	Ex 427 - Combinações de máquinas para o processo de união do painel interno e painel externo da porta traseira e/ou da tampa do porta-malas, não simultaneamente, de veículos automotores, com processo de aplicação de massa de calafetação; processo de grafagem por roletes (roller hemming) e sistema de acabamento de peças, compostas de: 1 robô de aplicação de massa de calafetação com 5 ou mais graus de liberdade e capacidade de carga entre 100 e 133kg, com painel de controle, com unidade de programação portátil (teaching pendant), com 1 ou 2 ou 3 bicos de aplicação de matéria-prima, com base de fixação do robô; com dispositivo de checagem do bico de aplicação; com painel de controle de temperatura; com dispositivo de fixação de peça; com bomba pneumática para alimentação de matéria-prima no sistema; com painel elétrico de comando; 1 robô de transferência com 5 ou mais graus de liberdade e capacidade de carga entre 130kg e 210kg dotado de manipulador de peças, com painel de controle, com unidade de programação portátil (teaching pendant) com ou sem sistema de trilhos e com base de fixação para o robô; com ou sem 4 robôs com 5 ou mais graus de liberdade e capacidade de carga entre 50kg e 165kg dotados de roletes de grafagem, cada robô possui painel de controle e unidade de programação portátil (teaching pendant), com bases de fixação para os robôs; com ou sem estação de grafagem composta de ferramental de grafagem para a porta traseira, com base giratória possibilitando a produção de 1 ou mais modelos de peças, não simultaneamente, com painel de controle e unidade de programação portátil (teaching pendant), com ou sem sistema de fixação de peça (porta traseira); com ou sem painel elétrico de comando; com ou sem 4 robôs com 5 ou mais graus de liberdade e capacidade de carga entre 50kg e 165kg dotados de roletes de grafagem, cada robô possui painel de controle e unidade de programação portátil (teaching pendant), com bases de fixação para os robôs; com ou sem estação de grafagem composta de ferramental de grafagem para a tampa do porta-malas, com base giratória possibilitando a produção de um ou mais modelos de peças, não simultaneamente, com painel de controle e unidade de programação portátil (teaching pendant), com ou sem sistema de fixação de peça (tampa do porta-malas); com ou sem painel elétrico de comando; com ou sem 1 robô com 5 ou mais graus de liberdade e capacidade máxima de carga de 210kg dotado de garra de solda e manipulador de peças, com painel de controle e unidade de programação portátil (teaching pendant), com ou sem equipamento de soldagem, com ou sem sistema de trilhos; com ou sem ponteadeira estácionária, com equipamento de solda; com dispositivo de descarregamento de peça; com painéis elétricos de comando e sistema de segurança; com ou sem 2 dispositivos de fixação para a soldagem das peças sendo 1 para a porta traseira e 1 para a tampa do porta-malas; com ou sem painéis indicadores de produção

Art. 6º Fica alterado o Ex-Tarifário nº 055 do código 8479.10.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul, constante da Resolução nº 15, de 28 de fevereiro de 2018, da Câmara de Comércio Exterior, que passa a vigorar com a seguinte redação:

8479.10.90	Ex 055 - Máquinas para limpeza de ruas com varrição mecânica aspirantes com transportador vertical por palhetas, autopropelidas e hidrostáticas, combinadas ou não com sistema de lavagem por água via barra de pulverização dianteira ou traseira, com largura de 2.000mm e braço porta-lança rotacional a 270graus e extensível até 3.600mm, para lavagem manual opcional para otimização de limpeza, acionadas por motor diesel com potência entre 100 e 160kW, com operador a bordo, largura de varrição por meio de escova central de até 1.300mm, com escovas laterais até 2.600mm e com terceira escova até 3.500mm, projetadas para alto rendimento, com desempenho de limpeza até 105.000m²/h, capacidade do reservatório de detritos entre 4.100 e 6.500 litros, fabricado em aço inoxidável, altura de descarga de 1.100 a 2.200mm com opcional extensível, capacidade do tanque de água variável entre 425 e 1.075 litros, com sistema de filtragem por filtro de mangas com grau de filtragem de 1 a 3 mícron (gore) e esvaziamento hidráulico do reservatório de detritos.

Art. 7º Ficam alterados os Ex-Tarifários nº 041 do código 8207.30.00 da Nomenclatura Comum Mercosul, nº 371 do código 9031.49.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul, constantes da Resolução nº 23, de 27 de março de 2018, da Câmara de Comércio Exterior, que passam a vigorar com as seguintes redações:

8207.30.00	Ex 041 - Conjuntos de ferramentais produzidos em ferro fundido e aço, para fabricação de painel do teto de veículos automotivos, com e sem abertura para teto solar, não simultaneamente, dotados de 3 ferramentas, com troca automática do modelo de teto, para realização das operações sequenciais de repuxo, corte e flange e de flange com came, com ranhuras nos punções de repuxo para reduzir caroços na peça estampada.

9031.49.90	Ex 371 - Equipamentos de medição óptico multifuncional para peças de rotação simétrica de tamanho pequeno e médio, características mensuráveis: comprimentos, distâncias, medidas médias, ranhuras, batimento axial, diâmetro, batimento radial, ovalização, simetria, paralelismo, retilinidade, com capacidade de medição de distância com precisão de 3.5 + L/100[ìm] e repetitividade <=2ìm (4s), com capacidade de medição de diâmetro com precisão de 1.5 + L/100[µm] e repetitividade de <=1.3µm (4s).

Art. 8º Fica alterado o Ex-Tarifário nº 078 do código 8451.80.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL, constante da Resolução nº 31, de 2 de maio de 2018, da Câmara de Comércio Exterior, que passa a vigorar com a seguinte redação:

8451.80.00	Ex 078 - Máquinas têxteis para vaporização e/ou polimerização de tecidos planos ou de malha estampados dotadas de câmara de vapor com injeção automática de água/vapor para controle umidade e temperatura; controladas eletronicamente (PLC); com passo das barras transportadoras variáveis automaticamente de 152 a 304mm e vice-versa; com largura total máxima até 3.600mm; capacidade máxima até 500m de tecido dentro da câmara de vaporização e velocidade de transporte do tecido variável de 0 a 80m/min.

Art. 9º Ficam alterados os Ex-Tarifários nº 898 do código 9031.80.99 da Nomenclatura Comum do Mercosul e nº 056 do código 8438.20.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul, constantes da Resolução nº 38, de 5 de junho de 2018, da Câmara de Comércio Exterior, que passam a vigorar com as seguintes redações:

9031.80.99	Ex 898 - Bancadas para medição de diâmetros, ovalizacão e concentricidade de tubos retificados para montagem de eixo comando de válvulas para motores automotivos dotadas de 2 contra-pontos pneumáticos com 2 centros para o aperto da peça de trabalho; deslizamento operado de forma pneumática com retrocesso, disposto horizontalmente, realizado com suporte para os cabeçotes de medição; corrediça deslizante pneumática, realizado com pré-carregamento de formas em V, suporte para 1 unidade de calibração mestre, unidade de leitura RFID para a identificação de mestre, distância das 2 peças de 130mm, posição angular aproximadamente 45graus, execução da estação de medição completa com cilindros e detectores de proximidade, com guias lineares para regulagem de comprimentos de tipo de peça diferente, repetitibilidade para a avaliação de ovalização e de concentricidade de no máximo 1,5µm.

8438.20.90	Ex 056 - Máquinas temperadeiras para massa de chocolate, com controlador lógico programável (CLP), com capacidade máxima até 5.100kg/h, com trocador de calor para aquecimento da massa de chocolate, sistema de ajuste de temperatura interna de água e bomba de alimentação para massa de chocolate com frequência variável.

Art. 10. Fica alterado o Ex-Tarifário nº 101 do 9031.80.20 da Nomenclatura Comum do Mercosul, constante da Resolução nº 44, de 28 de junho de 2018, da Câmara de Comércio Exterior, que passa a vigorar com a seguinte redação:

9031.80.20	Ex 101 - Sensores de medição tridimensional ópticos em 3D industrial, com ou sem braços, baseados em projeção de luz estruturada e captura em 2 estéreo câmeras, para medição de geometrias de superfícies por meio de digitalização de meios físicos, levantamento de coordenadas 3D de pontos de superfície, controle de qualidade e engenharia reversa.

Art. 11. Ficam alterados os Ex-Tarifários nº 012 do código 8415.90.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul, nº 114 do código 8468.90.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul e nº 436 do código 8479.81.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul, constantes da Resolução nº 55, de 10 de agosto de 2018, da Câmara de Comércio Exterior, que passam a vigorar com as seguintes redações:

8415.90.90	Ex 013 - Módulos de controle eletrônico, utilizados em unidades evaporadoras de sistemas de ar condicionado com tecnologia "VRF Setfree" (fluxo de refrigerante variável), contendo placa de circuito impresso dotada de componentes elétricos e eletrônicos, "dipswitchs", conectores e microprocessador, concebida em atmosfera controlada.

8464.90.90	Ex 114 - Máquinas facetadoras industriais para produção de lentes oftamológicas, dotadas de sistema de medição com câmera CCD integrada, produção de até 90 lentes/h, com faixa de trabalho de diâmetro máximo da lente 100mm, com ou sem tamanho B de 18,5mm.

8479.81.90	Ex 436 - Combinações de máquinas para patenteamento de arames de aço, com resfriamento por água/ar, com velocidade máxima de 65m/min e capacidade máxima entre 3.600 e 4.680kg/h, para arames com diâmetro compreendido entre 2,10 e 3,25mm, compostas de: desenroladores estáticos tipo "Spider" dotados de unidade de alimentação de arame e braço rotativo de comutação pneumático; condicionador com sistema de aquecimento a vapor; forno de aquecimento a gás natural e/ou GLP com potência máxima total dos queimadores de 2.165kW, dotado de sistema de exaustão; sistema de patenteamento por água/ar com temperatura de banho de 95°C, dotado de sistema de aquecimento a vapor e de resfriamento à água; resfriador pós patenteamento com 2 zonas de temperatura, dotado de sistema de exaustão; curva em "U" para redirecionamento dos arames, dotada de roletes de metal duro; sistema de decapagem com ácido clorídrico com temperatura de banho de 65°C, dotado de 2 banhos de 6.000mm de comprimento; sistema de lavagem pós decapagem dotado de 8 cascatas, secador de alta eficiência e sistema de exaustão; banho de "Bórax" (Borato de Sódio) com temperatura de banho de 85°C com sistema de aquecimento por vapor, dotado de unidade dosadora de "Bórax"; forno de secagem a gás com potência de 122kW, temperatura de trabalho compreendida entre 200 e 250°C, com máxima de 300°C; onze guias de arame; puxador de arames; lavador de gases com capacidade igual ou superior a 3.000m³/h; enroladores de aramas dotados de disco de cobertura e cabrestante e mesa giratória; sensores e válvulas automáticas; tubulação; estruturas; automação; e controles eletroeletrônicos.

Art. 12. Ficam alterados os Ex-Tarifários nº 131 do código 9027.10.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul, nº 375 do código 9027.80.99 da Nomenclatura Comum do Mercosul, nº 361 do código 9027.80.99 da Nomenclatura Comum do Mercosul, nº 360 do código 8457.10.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul, nº 047 do código 8481.20.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul e nº 162 do código 8464.90.19 da Nomenclatura Comum do Mercosul, constantes da Resolução nº 61, de 31 de agosto de 2018, da Câmara de Comércio Exterior, que passam a vigorar com as seguintes redações:

9030.39.90	Ex 036 - Equipamentos modulares para monitoramento "online" de variáveis de transformadores de potência, de bancos de transformadores e de reatores, com "carthes" de entrada e saída, montados de acordo com as variáveis, com módulo de entrada analógica capaz de monitorar até 8 parâmetros, precisão de entrada de +/-0,5%, temperatura em ambiente líquido de -40 a 120°C e temperatura de enrolamento de -40 a 200°C, módulo de entrada digital capaz de avaliar até 14 entradas, tensão máxima de 250Vcc e tensão limite superior a 75Vcc, memória com capacidade de registrar até 100 variáveis, interface com sensores disponíveis, monitoramento de buchas pelo método absoluto, monitoramento de temperatura direta por fibras ópticas, por meio da tecnologia de Arseneto de Gálio e precisão de +/-1°C e medição de descargas parciais (método UHF).

9027.80.99	Ex 375 - Analisadores automáticos de viscosidade e densidade; temperatura selecionável °C ou °F; armazenamento interno de até 5.000 testes; tempo de resposta das 4 análises de 25 minutos; injeção automática de amostras; tela colorida LCD sensível ao toque de 15polegadas; sistema autolimpante com ciclo automático de descarga sem solvente; sistema de refrigeração "Peltier" integrado; volume de amostra de 0,15ml para testes; saídas USB A e B, RS-232 e "Ethernet"; faixa de temperatura de -80 a 70°C para ponto de névoa e fluidez; medição em 15°C de densidade; medição de viscosidade a 40°C; método de detecção DLS - tecnologia por luz difusa.

9027.80.99	Ex 361 - Equipamentos modulares para processamento automático contínuo, pré-analítico, de amostras de microbiologia, de uso em laboratórios de análises bacteriológicas para a saúde humana, com inoculação de caldo de enriquecimento, semeadura, preparação de lâminas de GRAM, com ou sem dispensador de discos de antibióticos e etiquetagem de placas, lâminas e tubos de amostras de urina, "swabs", escarro, fezes ou qualquer amostra líquida, independentemente do formato do recipiente, com carregamento contínuo de até 9 diferentes placas, capacidade do carrossel de 9 silos para até 378 placas, diâmetros de alça de 1 a 30 microlitros, capacidade de produção de 120 a 150placas/h.

8457.10.00	Ex 360 - Centros de usinagem, tipo portal, com comando numérico computadorizado - CNC, com mesa de 2.000 x 1.100mm e capacidade máxima de 4.000kg, com curso em X, Y e Z de 2.000, 1.200 e 600mm, respectivamente, velocidade do eixo-árvore de até 20.000rpm, avanço rápido nos eixos X, Y e Z de 24, 24 e 15m/min, com magazine de troca automática de ferramentas, com cone do eixo-arvore tipo BBT40.

8481.20.90	Ex 048 - Válvulas de controle direcional (DCV) eletro-hidráulicas de 3 vias e 2 posições, corpo em aço inox 316, acionadas por dupla bobina para abrir e fechar por pulsos elétricos, para regulação da produção submarina de petróleo e gás, com capacidade de operação em águas profundas de até 4.000m equivalente à pressão ambiente de 400bar, pressão de trabalho entre 69 e 1.137bar.

8464.90.19	Ex 162 - Máquinas bilaterais para lapidar e polir bordas de vidro a frio, dotadas de 2 conjuntos bilaterais com 8 rebolos para meia cana, com unidade de desbaste de camada metalizada "LOW-E", largura do vidro de 200 a 1.600mm ou 300 a 2.000mm, espessura do vidro de 3 a 12mm, tolerância do chanfro menor ou igual a 0,2mm/m e capacidade máxima de lapidação de 5mm.

Art. 13. Ficam alterados os Ex-Tarifários nº 499 do código 8428.90.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul, nº 065 do código 8421.19.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul e nº 076 do código 8421.39.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul, constantes da Resolução nº 73, de 5 de outubro de 2018, da Câmara de Comércio Exterior, que passam a vigorar com as seguintes redações:

8428.90.90	Ex 499 - Mesas giratórias indexadoras horizontais ou verticais, com diâmetros de 320, 400, 600, 725 ou 825mm das unidades giratórias, equipadas com motor elétrico trifásico de indução, sendo 1 servomotor assíncrono com rotor de gaiola de esquilo, e potência aproximada de 0,16 a 11,25kW, para posicionamento e movimentação de peças em linhas de produção.

8421.19.90	Ex 065 - Centrífugas horizontais para separação contínua da água de lama de aciaria, fabricadas com aço inoxidável 14469, para trabalho com lama contendo alta concentração de cloretos (9.000mg/l) e alta temperatura, com capacidade de fluxo de alimentação inferior ou igual a 30m³/h, dimensão aproximada 4.800mm (C) x 1.770mm (L) x 1.260mm (A), relação comprimento/diâmetro 1:4, 125L de volume interno; dotadas de tambor cilindro-cônico com velocidade de rotação inferior ou igual a 2.200rpm e rosca transportadora para descarga do material sólido.

8421.39.90	Ex 076 - Combinações de máquinas para purificação do biogás, por processo de pressurização de água gelada, destinadas à geração de gás combustível a partir de biogás da biodigestão anaeróbica de composição volumétrica em base seca de 60 +/-10% de metano (CH_4), 40 +/-10% de dióxido de carbono (CO_2) e balanço formado por mistura de gases dotada de nitrogênio (N_2), oxigênio (O_2), água (H_2O), sulfeto de hidrogênio (H_2S) e de outros componentes indeterminados, com capacidade de processamento de biogás de até 2.500Nm³/h, pressão nominal de entrada do biogás de 50 a 100mbar(g), dotadas de: 2 compressores para compressão do biogás em 2 estágios, acionados por motor elétrico único de 475kW de potência; 1 sistema de lubrificação; tanque de óleo lubrificante; 1 vaso de absorção (scrubber vessel); 1 vaso de regeneração de baixa pressão (flashing gervessel); 1 vaso de regeneração atmosférico (stripping vessel); 1 secador-purificador de biogás por adsorção com aquecedor elétrico para regeneração; 1 conjunto de analisadores de gás montados em painel; 4 bombas com respectivos motores elétricos; soprador de ar de processo com motor elétrico; 3 separadores de líquidos; 4 trocadores de calor sendo 3 do tipo casco-tubo e 1 de placas; tubulações; instrumentação; filtros, válvulas; painéis elétricos de distribuição de energia e de controle de motores; controlador lógico programável e interface homem-máquina(IHM).

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE
Presidente do Comitê Executivo de Gestão

RESOLUÇÃO Nº 86, DE 9 DE OUTUBRO DE 2018

Altera para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicação que menciona, na condição de Ex-Tarifários.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, tendo em vista a deliberação de sua 161ª reunião, ocorrida em 23 de outubro de 2018, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 2º, inciso XIV, e 5º, §4º, inciso II, do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, considerando o disposto nas Decisões nºs 33/03, 39/05, 13/06, 27/06, 61/07, 58/08, 56/10, 57/10 e 25/15 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, nos Decretos nº 5.078, de 11 de maio de 2004, e nº 5.901, de 20 de setembro de 2006, e na Resolução nº 66, de 14 de agosto de 2014, da Câmara de Comércio Exterior, resolve, **ad referendum** do Conselho de Ministros:

Art.1º Ficam alteradas para 0% (zero por cento) até 30 de junho de 2020, as alíquotas **ad valorem** do Imposto de Importação incidentes sobre os seguintes Bens de Informática e Telecomunicação, na condição de Ex-Tarifários:

NCM	DESCRIÇÃO
8443.32.31	Ex 010 - Impressoras a jato de tinta líquida de grande formato, com velocidade de impressão máxima de até 15ppm, rascunho no formato A4, largura de impressão máxima 330,2mm (até formato A3+), resolução de impressão máxima de até 4.800 x 1.200dpi otimizado colorido, mecanismo trabalha com 4 cores sendo, preto, ciano, magenta e amarelo, com conectividade USB, Ethernet e WiFi 802.11b/g/n integradas.
8471.49.00	Ex 012 - Máquinas automáticas de processamento de dados, apresentadas na forma de sistema, para automação de planta de unidade termoelétrica a gás, funcionando na modalidade ciclo combinado 3 x 1, para operação, engenharia, diagnóstico, configuração, comissionamento e serviço, dotadas de servidores com "software" dedicado; monitores; barramentos de rede; periféricos; instrumentação de medição de campo, sistema de coleta de dados e transmissão de comandos; sistema de energização AC/DC, contendo banco de baterias.
8471.60.52	Ex 005 - Teclados alfanuméricos até 114 teclas padrão, podendo ou não conter adicionalmente até 25 teclas exclusivas para jogos ou acessos dedicados a funções de chamadas ou compartilhamento de tela ou vídeo e outros, podendo conter teclas iluminadas, com cabo USB de até 2m ou com tecnologia sem fio, para comunicação com microrreceptor USB de 2 a 6GHz.
8517.62.59	Ex 051 - Dispositivos para divisão de sinal transmitido por meio de fibras ópticas, nas proporções de 1:2, 1:4, 1:8, 1:16 ou 1:32, podendo ou não conter conectorização nos padrões SC/APC ou SC/UPC, efetuada por meio de circuito óptico passivo integrado, obtido por tecnologia PLC (Planar Lightwave Circuits), comercialmente denominado "splitter óptico", utilizados principalmente em redes ópticas de acesso de banda larga (voz, vídeo e dados), do tipo FTTH (Fiber to the Home).
8517.62.59	Ex 052 - Dispositivos para divisão de sinal transmitido por meio de fibras ópticas, nas proporções 1:2, 1:4, 1:8, 1:16, 1:32 ou 1:64, efetuada por meio de circuito óptico passivo integrado, obtido por tecnologia PLC (Planar Lightwave Circuits), comercialmente denominado "splitter óptico", utilizados principalmente em redes ópticas de acesso de banda larga (voz, vídeo e dados), do tipo FTTH (Fiber to the Home).
8517.62.59	Ex 053 - Módulos transmissores e receptores ópticos, com alcance de até 10km, temperatura de funcionamento entre -5 e 75ºC, capacidade de 100 até 250Gbps, em corpo único, e com comprimento de onda entre 1.525 e 1.565nm.
8517.70.99	Ex 034 - Módulos de filtros duplexadores de sinais de RF (Radiofrequência) para as faixas de frequência de recepção de 703 a 2.570MHz e de transmissão de 758 a 2.690MHz, com formatos, dimensões e conexões específicas para instalação em unidades remotas de rádio de estações base de telefonia celular (ERB), com corpos metálicos e impedância nominal de entradas e saídas de 50ohms.
8528.52.20	Ex 009 - Telas interativas LED 4K, com vidro da tela de 4mm de alta resistência e baixa reflexividade de luz externa, de tamanhos de 55 ou 65 polegadas ou 70 ou 75 polegadas ou 86 ou 98 polegadas, com sistema tátil com sensor infravermelho ou capacitivo (P-cap), com 20 toques simultâneos, com toque na tela com dedo ou qualquer objeto opaco, com sensor da tela blindado contra umidade e poeira, com sistema operacional instalado na própria tela, com "slot" na tela para conexão de PC.
8529.90.20	Ex 021 - Placas de circuito impresso multicamadas montadas com componentes elétricos e eletrônicos, que realizam as funções principais de aparelhos receptores de televisão com telas planas de tecnologia LCD-TFT com diagonais superiores a 50 polegadas e resolução 4K (UHD ou 2.160P) com até 16,7 milhões de possibilidades de cores, obtidas a partir de substratos de material isolante rígido de resina epóxi e tecido de fibra de vidro com retardante à chama de classe V-0.
8531.20.00	Ex 008 - Painéis digitais com tecnologia por meio de diodos emissores de luz (LED), próprios para fornecer informações comerciais e/ou entretenimento, com formato rígido ou flexível; base vazada ou fechada; padrão de cores: "truecolor" (aproximadamente 16,7 milhões de cores); densidade igual ou superior a 3.906pixel/m²; tipo de LED: SMD 3 em 1.

Art. 2º Fica alterado o Ex-Tarifário nº 004 do código 8523.51.10 da Nomenclatura Comum do Mercosul, constante da Resolução nº 22, de 27 de março de 2018, da Câmara de Comércio Exterior, que passa a vigorar com a seguinte redação:

8523.51.10	Ex 004 - Dispositivos de armazenamento não-volátil de dados a base de semicondutores, cartão microSD ou SD destinados a câmeras de vídeo-vigilância com alta durabilidade, suportando 10.000 horas de gravação de vídeo e 128.000GBW para o tamanho de 64GB e 5.000 horas de gravação e 64.000GBW para o tamanho de 32GB, temperaturas de operação (-25 a +85°C), interface 3.0 de velocidade e desempenho de 20mb/s, cartão industrial de classe 10.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE
Presidente do Comitê Executivo de Gestão

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Resolução nº 82, de 25 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 26 de outubro de 2018, Seção 1, página 6,

Onde se lê:

4703.21.00	De coníferas	4%	N/A	N/A	137/2016
	Ex 001 - Qualquer produto classificado no código 4703.21.00, exceto pasta química de madeira, à soda ou ao sulfato, branqueada, tipo "fluff", de coníferas de fibras longas, em bobinas de 22 a 50 cm de largura, com umidade entre 3 e 8%.	14%	N/A	24 meses a partir de 29/12/2016	137/2016 e 21/2018

Leia se:

4703.21.00	- De coníferas	14%	N/A	24 meses a partir de 01/01/2017	137/2016
	Ex 001 - Qualquer produto classificado no código 4703.21.00, exceto pasta química de madeira, à soda ou ao sulfato, branqueada, tipo "fluff", de coníferas de fibras longas, em bobinas de 22 a 50 cm de largura, com umidade entre 3 e 8%.	4%	N/A	24 meses a partir de 01/01/2017	137/2016 e 21/2018

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA N° 227, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 39, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 562, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 12/04/2018, tendo em vista o disposto na Instrução normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de janeiro de 2002 e o que consta do Processo nº 21042.009916/2018-46, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento de número BR RS 325, da empresa Madeireira Haas Ltda., CNPJ nº 98.597.917/0001-10 e Inscrição Estadual nº 155/0004376, localizada na Linha Brasil, 3º Distrito, Venâncio Aires - RS para, na qualidade de empresa prestadora de serviço de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar a seguinte modalidade de tratamento: a) Tratamento Térmico (HT); b) Secagem em Estufa (KD);

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 60 (sessenta) meses, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BERNARDO TODESCHINI

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

PORTARIA Nº 258, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho 2ª safra no Estado do Rio de Janeiro, ano-safra 2018/2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON VAZ ARAUJO

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

O milho (Zea Mays L) é um dos cereais mais cultivados do mundo. A sua importância se dá devido a sua grande adaptação às diferentes condições ambientais, ao seu valor nutricional para a alimentação humana e animal e para a geração de renda por meio da produção de grãos.

Vários fatores contribuem para a produtividade do milho, sendo os mais importantes a disponibilidade de água, a interceptação de radiação solar pelo dossel, a eficiência metabólica e de translocação de fotossintatos para os grãos.

Em cultivos não irrigados, a disponibilidade de água para a lavoura varia segundo a distribuição da precipitação na região a época de semeadura e a quantidade de água disponível no solo.

A quantidade de água disponível também varia para cada tipo de solo. Os solos mais arenosos, poucos profundos ou com baixo teor de matéria orgânica, geralmente apresentam menor capacidade de fornecimento de água para as plantas.

Para a obtenção de boas produtividades a cultura requer temperaturas entre 24 e 30°C, radiação solar elevada e necessita de um mínimo de 400 a 600 mm de precipitação pluvial durante o ciclo.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo do milho no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30% e 40%.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico da cultura, considerando a precipitação pluviométrica, a evapotranspiração potencial, o ciclo e fases fenológicas das cultivares, coeficiente de cultura (Kc) e reserva útil de água dos solos.

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

A identificação das áreas de risco e definição dos períodos de plantio nos respectivos níveis de risco, foram incorporados ao balanço hídrico os seguintes parâmetros e variáveis:

a)ISNA - índice de satisfação das necessidades de água

Fase Crítica	Fase 1	Fase 3
ISNA	0,5	0,5

b) Ciclos e fases fenológicas das cultivares - Para efeito de simulação do balanço hídrico da cultura, o ciclo das cultivares foi dividido em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento de grãos e Fase IV maturação fisiológica e colheita. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n ≤ 110 dias); Grupo II (110 dias < n ≤ 130 dias); e Grupo III (n >130 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica;

Coeficiente de cultura (KC) - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através de literatura específica;

c)Reserva útil de água dos solos - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de aproximadamente 30, 47 e 72 mm, respectivamente.

d)Temperatura (T.) -

I.T. média de janeiro a abril >21ºC;

II. T. média decendial >15ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

III. T. mínima decendial >12 ºC em todo o ciclo, exceto o último decêndio;

IV. Frequência de geada <20% (T<2,0 ºC no abrigo), exceto o último decêndio.

Considerou-se apto o município que apresentou, no mínimo, em 20% de sua área, valor de ISNA igual ou superior a 0,50 nas fases de germinação/emergência e florescimento/enchimento de grãos, e apresentou limites térmicos dentro do especificado no item e - Temperatura.

Para classificação do risco em cada decêndio de semeadura foi observado a frequência de atendimento do parâmetro ISNA e do limite térmico, nos anos avaliados, permitindo definir os níveis de risco em 20% (80% dos anos atendidos), 30% (70% dos anos atendidos) e 40% (60% dos anos atendidos).

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho 2ª safra no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: PAC 105, ADV9534, ADV9534 PRO, ADV9339, ADV9860, ADV9860 PRO, ADV9105 PRO, ADV9105 PRO2 e ADV9860 PRO2;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR120, CR BA 02, CR PB 01, CR101, CR102, CR107, CR113, CR109, CR130, CR808, CRAM01, CRWX01, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01, CrSw02 e CR804;

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: 2B346PW, 2B640PW, 2B688PW, 2B688RR, CD3312PW, CD3610PW, CD3880PW e CD3775PW;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B587RR, 2B710PW, 2B587PW, MG600PW, MG744PW, MG699RR, 2B533PW, 2A521PW, MG711PW, 2B610PW, 2A620PW, MG300PW, MG652PW, 2B633PW, MG699PW, 2B210PW, MG580PW, FS450PW, FS481PW, FS500PW, FS620PWU, MG545PW, FS587PWU e MG652RR;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F90H, P3431, P3456, 30F35YH, 30F35VYHR, P3456VYH, 30F53R, 30F35H, 30F35HR, P3431H, P3431YH, P3431YHR, P3456H, P2830H, P2830VYH, 30F53, 30F53EH, 30F53H, BG7318YH, BG7432H, P1630YH, 30K75, 30K75Y, 30K75YH, 30K75YHR, 30S31, 30S31H, 30S31VYH, 30S31VYHR, 30S31YH, 30S31YHR, BG7037H, BG7037VYH, BG7037VYHR, BG7046, BG7046H, BG7046VYH, BG7049, BG7049H, BG7049YH, BG7049YHR, BG7061H, BG7061YHR, BG7330VYH, BG7439, BG7439H, BG7640H, BG7640R, BG7640VYH, BG7640VYHR, BG7720VYHR, P2830, P3431VYH, P3456R, P3630H, P3646, P3646H, P3646VYH, P3646VYHR, P3646YH, P3646YHR, P3779H, P3844H, P3844R, P3844VYH, P3844VYHR, P3862H, P3862VYH, P3862VYHR, P3862YH, P3898, P4285, P4285H, P4285HR, P4285R, P4285VYH, P4285VYHR, P4285YH, P4285YHR, P3707VYH, B2612PWU, B2688PWU, B2810PWU, P3565PWU, P3754PWU, B2433PWU, B2401PWU, B2700PWU, P3016H, BG7049VYH e P3380R;

HELIX SEMENTES E MUDAS LTDA : BM 207, BM 810, BM 709, SHS 4080, SHS 4090, SHS 4070, SHS 5050, SHS 5060, SHS 5080, SHS 5090, SHS 5550, SHS 5560, SHS 7090, SHS 3031, BM3066PRO2, BM 709PRO2, BM810PRO2, BM904, BM812, SHS7990, SHS7990PRO2, BM812PRO2, SHS7930PRO2, BM 620, SHS 5070, BM 3063PRO2, BM855PRO2, BM 955, BM 905, BM 820, BM 3063, BM815, BM815PRO2, BM270, SHS7939 e SHS7939PRO2;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M88, 2M80, 2M77, 2M60, 3M51 e 4M50;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG6310, LG36701PRO2 e LX3W720PRO2;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: SOBERANO, M 274, PR 27D28 e ANHEMBI;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: DKB330PRO, AG 9040YG, AG 8544PRO, AG 7088, AG 7088PRO, AG 1051, AG 5055, AG 5055PRO, RB 9108, AG 7098PRO, AS 1581PRO, AS 1596, AS 1596PRO, AS 1598PRO, RB 9210PRO, RB 9108PRO, RB 9308, DKB 175, DKB177PRO, 2300RR2, 3020RR2, 3400RR2, 3700RR2, 4600RR2, ADV 9275PRO, ADV 9434PRO2, AG7088PRO3, AG 8061PRO, AG 8061PRO2, AG 8088PRO2, AG9000PRO3, LG 6038PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO3, LG 6304PRO, LG6050PRO2, NS 50PRO, NS 50PRO2, NS 50PRO3, NS 50RR2, NS 90PRO, AG7098PRO2, AG 8061, AG8677PRO3, AG8690PRO3, AG8780PRO3, AG9025PRO3, AS 1575PRO, AS 1598, AS1555PRO2, AS1555PRO3, AS1596PRO3, AS1633PRO3, AS1656PRO3, AS1677PRO3, BM780PRO, BM 840PRO, BM 915PRO, NS 90PRO2, NS 90RR2, NS92PRO, NS 92PRO2, DKB177PRO3, NS 92RR2, DKB 285, RB 9004PRO2, DKB 390, DKB 390PRO, DKB 390PRO2, DKB290, LG6036PRO3, DKB290PRO, DKB290PRO3, DKB 310PRO2, DKB310PRO3, DKB390PRO3, GNZ 9505PRO, GNZ 9505PRO2, GNZ 9626PRO, GNZ 9626PRO2, LG 6030PRO, LG 6030PRO2, LG 6033PRO2, LG 6036PRO, LG 6036PRO2, LG 6036RR2, RB 9005PRO2, RB 9110PRO2, SHS7910PRO3, SHS 7915PRO, SHS7915PRO3, SHS 7920PRO, ADV 9434PRO, SHS 7920PRO3, LG 3055, LG 3055PRO, LG 3055PRO2, AS1777PRO3, ADV9345PRO3, NS 92PRO3, RB 9005PRO3, RB 9006PRO3, AG8061PRO3, AG9030PRO3, AS 1633, LG 3055PRO3, ADV 9434RR2, ADV 9275PRO3, ADV 9434, BM950PRO3, AG8700PRO3, NS30PRO3, NS88, NS88PRO3, AG9050PRO3, AG 7088PRO2, AG 9010PRO, AG8780, AG8780PRO, AS 1596PRO2, AS1555RR2, BM 780PRO3, DKB 177PRO2, DKB 285PRO, DKB315PRO, DKB230PRO3, DKB285PRO2, LG 6033PRO, LG36610PRO3, LG36790, LG36790PRO3, DKB265PRO3, RB 9110PRO3, AS1844PRO3 , DKB335PRO3 , DKB335, AS1780PRO3 , AS1780, BM910PRO3, AS1735PRO3, DKB255PRO3 , AG8480PRO3 , AS1770PRO3 , BM 650PRO3 e GNZ 9707PRO3;

NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: NS77PRO2 e HS14939;
PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 316 e PZ 240;
PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: BALU 163 RL, Balu 787 RL, Balu198, Balu293, Balu297, Balu434, Balu445, Balu460, Balu787, Balu460RL, Balu198RL, Balu434RL, Balu297RL, Balu 785, Balu 490, BALU 788 e Balu 445 RL;
RIBER - KWS SEMENTES LTDA: FTH 960, GNZ 9506, GNZ 9510, SM 511, SM 966, Balu 188, FTH 510, RK3014, K9105 VIP3, K9960 VIP3, K9606 VIP3, K9555 VIP3, K9460, RB9789 VIP3, RB9060 e K9822 VIP3;
SEMPRE SEMENTES: PRE 22S18 TP3, SX1093, PRE 22S18 TP, PRE 22T10 TP, PRE 22T10, PRE 22D11, PRE22S18, PRE 22S18 TP2, SX1076 TP, SX1076 TP2, SX1076 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2, SX1093 TP3, SX1060 TP3, SX1060 TP4, SX1388 TP2, SX3197TP2 e SX3345 TP1;
SYNGENTA SEEDS LTDA: SX7331 Viptera, GSS 41240, GSS 41243, GSS 41490, GSS 41499, GSS 42072, RB 6324, Thunder, SYN7205 VIP2, Syn422 VIP3, NS73 VIP3, Syn555 VIP3, SX7991 TLTG Viptera, SX8110 TLTG Viptera, SX8332 TLTG Viptera, SW3949 TL, SYN5T78 TLTG Viptera, SYN7205, SYN7205 TG, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7205 Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7316 Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, SYN8A98 TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, SZ7030 TLTG Viptera, Tork TL, Tropical Plus, Celeron TLTG, Garra, Somma, SW3949, SYN5T78, SYN7205 TL, SZ7142, SZ7142 TLTG Viptera, GSS41242, SX8442 VIP3, Formula VIP2, SZ7050 VIP3, SX6663 VIP3, Cargo TL, Formula, Fórmula TL, Formula Viptera, Garra Viptera, Impacto, Impacto TLTG Viptera, Maximus TLTG Viptera, Somma Viptera, SX7341 VIP3, SX6552 VIP3, Syn488 VIP3, Formula TG, SX7331 TG e Impacto TG.
GRUPO II
ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV9853 e ADV9853 PRO;
AGRIGENETICA LAND MELHORAMENTO DE PLANTAS LTDA - ME: L356 e LAND 544;
DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: Copacabana e Mucuripe;
DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA: 2A401PW, 2B647PW, 2B810PW, CD3410PW, CD3612PW, DB 2B339PW, NEX 5617PW, CD3765PW e CD3770PW;
DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F53VYH, 30F53VYHR, 30K73H, 30K73YHR, 30F35R, 30F53HR, 30F53YHR e 30F53YH;
GENESEEDS: BM 3061;
JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01;
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: NS70;
PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 242 e PZ 677;
RIBER - KWS SEMENTES LTDA: K9600PRO2, K9800PRO2, DG 627, K9100, ATL 310, ATL 200, ATL 400, DG 213, DG 601, K9200, K9220PRO2, ATL 100, ATL 110, RK3115, ATL 300S, DG 501, R9080, R9080PRO2, R9330PRO2, SG 6010, SG 6011, SG 6302 e SM 505;
SEMPRE SEMENTES: SX1086 TP, SX1086 TP2, SX1086 TP3, PRE2601, PRE2601 TP2, PRE2601 TP3, PRE2601 TP, SX1076 e SX1086;
TROPIGENE COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA - ME: AGRI320.
GRUPO III
DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: DSS 1001 e IPANEMA;
JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 02A e RG 03;
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Piratininga, AL Bandeirante, Al Bianco, AL 34, CATIVERDE 02 e AL Avaré;
SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10.
Notas:
1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.
2). Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Angra dos Reis	1 a 4	1 a 7	1 a 8	5 a 7	8		8		
Aperibé			1 a 3		1 a 3	4 a 5	1 a 3	4	6 a 8
Araruama	1 a 7	1 a 8	1 a 8	8					
Areal	1 a 3	1 a 5	1 a 8	4	6 a 8		5		
Armação dos Búzios	2 a 4	1 a 8	1 a 8	1 + 5 a 8					
Arraial do Cabo	1 a 8	1 a 8	1 a 8						
Barra do Piraí	1 a 3	1 a 4	1 a 8	4	5 a 7		5 a 6	8	
Barra Mansa	1 a 4	1 a 5	1 a 8		6 a 8		5 a 8		
Belford Roxo	1 a 3	1 a 8	1 a 8	4 a 5			6 a 8		
Bom Jardim	1 a 3	1 a 5	1 a 8	4 a 5	6 a 7		6	8	
Bom Jesus do Itabapoana		1 a 3	1 a 6	1 a 3	4 a 5	7 a 8		6	
Cabo Frio	2 a 4	1 a 8	1 a 8	1 + 5 a 8					
Cachoeiras de Macacu	1 a 5	1 a 8	1 a 8	6 a 8					
Cambuci			1 a 3		1 a 3	4 a 6	1 a 3	4	7 a 8
Campos dos Goytacazes					1 a 3	1 a 8	1 a 3	4 a 5	
Cantagalo		1 a 3	1 a 5	1 a 3	4 a 5	6 a 8	4		
Carapebus			1 a 7		1 a 5	8	1 a 4	6 a 8	
Cardoso Moreira						1 a 7		1 a 4	8
Carmo	1 a 3	1 a 3	1 a 6		4 a 5	7 a 8	4		
Casimiro de Abreu	1 a 3	1 a 8	1 a 8	4 a 7			8		
Comendador Levy Gasparian	1 a 3	1 a 4	1 a 8	4	5			6 a 8	
Conceição de Macabu		2 a 4	1 a 7	2 a 4	1 + 5 a 6	8	1 + 5	7 a 8	
Cordeiro	1 a 3	1 a 3	1 a 8		4 a 6		4 a 5	7 a 8	
Duas Barras	2 a 4	1 a 4	1 a 8	1	5 a 6		5	7	
Duque de Caxias	1 a 3	1 a 8	1 a 8	4 a 5			6 a 8		
Engenheiro Paulo de Frontin	1 a 3	1 a 4	1 a 8	4	5 a 8		5 a 6		
Guapimirim	1 a 4	1 a 8	1 a 8	5 a 8					
Iguaba Grande	1 a 7	1 a 8	1 a 8	8					
Itaboraí	1 a 5	1 a 8	1 a 8	6 a 8					
Itaguaí	1 a 4	1 a 7	1 a 8	5 a 6	8		7 a 8		
Italva			1 a 3		1 a 3	4 a 6	1 a 3	4	7 a 8
Itaocara			1 a 4		1 a 3	5 a 7	1 a 3	4 a 5	8
Itaperuna		1 a 3	1 a 5	1 a 3		6 a 7		4 a 5	8
Itatiaia	1 a 4	1 a 5	1 a 8	5	6 a 8		6 a 8		
Japeri	1 a 3	1 a 5	1 a 8	4	6 a 8		5 a 7		
Laje do Muriaé		1 a 3	1 a 5	1 a 3		6		4 a 5	7 a 8
Macaé	2 a 4	1 a 5	1 a 8	1 + 5	6 a 8		6 a 7		
Macuco		1 a 3	1 a 7	1 a 3	4 a 5	8	4 a 5	6 a 8	
Magé	1 a 4	1 a 8	1 a 8	5 a 7			8		
Mangaratiba	1 a 4	1 a 7	1 a 8	5 a 7	8		8		
Maricá	1 a 8	1 a 8	1 a 8						
Mendes	1 a 3	1 a 5	1 a 8	4	6 a 8		5 a 7		
Mesquita	1 a 3	1 a 8	1 a 8	4 a 7			8		
Miguel Pereira	1 a 3	1 a 5	1 a 8	4	6 a 8		5 a 6		
Miracema		1 a 3	1 a 3			4 a 6	1 a 3	4	7 a 8
Natividade		1 a 3	1 a 6	1 a 3	4	7		5 a 6	8
Nilópolis	1 a 3	1 a 8	1 a 8	4 a 7			8		
Niterói	1 a 5	1 a 8	1 a 8	6 a 8					
Nova Friburgo	1 a 4	1 a 6	1 a 6	5			6		
Nova Iguaçu	1 a 3	1 a 7	1 a 8	4 a 5	8		6 a 8		
Paracambi	1 a 3	1 a 5	1 a 8	4	6 a 8		5 a 7		
Paraíba do Sul	1 a 3	1 a 5	1 a 8	4	6		5	7 a 8	
Paraty	1 a 4	1 a 8	1 a 8	5 a 7			8		
Paty do Alferes	1 a 3	1 a 5	1 a 8	4	6 a 7		5 a 6	8	
Petrópolis	1 a 4	1 a 6	1 a 8	5	7 a 8		6 a 7		
Pinheiral	1 a 3	1 a 4	1 a 8	4	5 a 7		5 a 6	8	
Piraí	1 a 4	1 a 5	1 a 8		6 a 8		5 a 8		
Porciúncula		1 a 3	1 a 7	1 a 3	4 a 5	8	4	6	
Porto Real	1 a 4	1 a 6	1 a 8	5	7 a 8		6 a 7		
Quatis	1 a 4	1 a 6	1 a 8	5	7 a 8		6 a 7		
Queimados	1 a 3	1 a 6	1 a 8	4	7 a 8		5 a 8		
Quissamã			2 a 5		2 a 4	1 + 6 a 8	2 a 4	1 + 5 a 7	
Resende	1 a 4	1 a 6	1 a 8	5	7 a 8		6 a 8		
Rio Bonito	1 a 7	1 a 8	1 a 8	8					
Rio Claro	1 a 4	1 a 6	1 a 8		7 a 8		5 a 8		
Rio das Flores	1 a 3	1 a 4	1 a 8	4	5 a 6		5	7 a 8	
Rio das Ostras	2 a 4	1 a 7	1 a 8	1 + 5	8		6 a 7		
Rio de Janeiro	1 a 4	1 a 8	1 a 8	5 a 8					
Santa Maria Madalena		1 a 3	1 a 5	1 a 3	4	6 a 8	4	5 a 7	
Santo Antônio de Pádua		1 a 3	1 a 3			4 a 5	1 a 3	4	6 a 8
São Fidélis			1 a 3		2 a 4	4 a 7	1 a 3	1	8

São Francisco de Itabapoana						2 a 8		1 a 5	1
São Gonçalo	1 a 5	1 a 8	1 a 8	6 a 8					
São João da Barra						2 a 8		2 a 4	1
São João de Meriti	1 a 3	1 a 8	1 a 8	4 a 7			8		
São José de Ubá			1 a 3		1 a 3	4 a 6	1 a 3	4	7 a 8
São José do Vale do Rio Preto	1 a 3	1 a 5	1 a 8	4	6		5	7 a 8	
São Pedro da Aldeia	1 a 4	1 a 8	1 a 8	5 a 8					
São Sebastião do Alto		2 a 4	1 a 5	2 a 4	1	6 a 8	1	5 a 7	
Sapucaia	2 a 4	1 a 4	1 a 8	1	5		5	6 a 8	
Saquarema	1 a 8	1 a 8	1 a 8						
Seropédica	1 a 3	1 a 6	1 a 8	4	7 a 8		5 a 8		
Silva Jardim	1 a 5	1 a 8	1 a 8	6 a 8					
Sumidouro	1 a 3	1 a 5	1 a 8	4	6		5	7 a 8	
Tanguá	1 a 7	1 a 8	1 a 8	8					
Teresópolis	1 a 3	1 a 6	1 a 7	4 a 5	7		6		
Trajano de Moraes	1 a 3	1 a 4	1 a 8	4	5 a 6		5	7 a 8	
Três Rios	1 a 3	1 a 4	1 a 8	4	5		5	6 a 8	
Valença	1 a 3	1 a 4	1 a 8	4	5 a 7		5 a 6	8	
Varre-Sai		1 a 3	1 a 7	1 a 3	4 a 5	8	4	6	
Vassouras	1 a 3	1 a 4	1 a 8	4	5 a 6		5	7 a 8	
Volta Redonda	1 a 3	1 a 4	1 a 8	4	5 a 8		5 a 6		

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Angra dos Reis	1 a 3	1 a 6	1 a 8	4 a 5	7		6 a 7	8	
Aperibé			1		1 a 2	2 a 3	1	3	4 a 7
Araruama	1 a 6	1 a 8	1 a 8	7 a 8					
Areal	1 a 2	1 a 4	1 a 8	3	5 a 6		4	7 a 8	
Armação dos Búzios	1 a 3	1 a 7	1 a 8	4 a 6	8		7 a 8		
Arraial do Cabo	1 a 7	1 a 8	1 a 8	8					
Barra do Piraí	1 a 2	1 a 3	1 a 7	3	4 a 5	8	4	6 a 7	
Barra Mansa	1 a 2	1 a 3	1 a 7	3	4 a 6	8	4 a 6	7 a 8	
Belford Roxo	1 a 2	1 a 7	1 a 8	3 a 5			6 a 7	8	
Bom Jardim	1 a 2	1 a 4	1 a 5	3	5	6	4	6	
Bom Jesus do Itabapoana			1 a 4		1 a 3	5	1 a 2	4	6 a 7
Cabo Frio	1 a 3	1 a 7	1 a 8	4 a 7	8		8		
Cachoeiras de Macacu	1 a 3	1 a 7	1 a 8	4 a 6	8		7 a 8		
Cambuci			1		1 a 2	2 a 3	1	3	4 a 5
Campos dos Goytacazes						1 a 3		1 a 3	4 a 7
Cantagalo		1 a 2	1 a 3	1	3	4 a 7	2	4	8
Carapebus			1 a 4		1 a 3	5 a 8	1 a 2	4 a 7	
Cardoso Moreira						1 a 3		1 a 2	4 a 7
Carmo		1 a 2	1 a 4	1 a 2	3	5 a 7	3	4	8
Casimiro de Abreu	1 a 3	1 a 7	1 a 8	4 a 5	8		6 a 7		
Comendador Levy Gasparian	1 a 2	1 a 3	1 a 4			5 a 8	3	4 a 6	
Conceição de Macabu		1 a 3	1 a 5	1 a 2	4	6 a 8	3	5 a 6	
Cordeiro		1 a 2	1 a 5	1 a 2	3 a 4	6 a 8	3	5 a 6	
Duas Barras	1	1 a 3	1 a 5	2	4	6 a 7	3	5	8
Duque de Caxias	1 a 2	1 a 7	1 a 8	3 a 6			7	8	
Engenheiro Paulo de Frontin	1 a 2	1 a 3	1 a 7	3	4 a 6	8	4	7	
Guapimirim	1 a 3	1 a 7	1 a 8	4 a 6	8		7 a 8		
Iguaba Grande	1 a 6	1 a 8	1 a 8	7 a 8					
Itaboraí	1 a 5	1 a 8	1 a 8	6 a 7			8		
Itaguaí	1 a 2	1 a 6	1 a 8	3 a 6	7		7	8	
Italva						1 a 3		1 a 3	4 a 7
Itaocara			1		1 a 2	2 a 3	1 a 2	3	4 a 7
Itaperuna			1 a 3		1 a 2	4	1 a 2	3	5 a 7
Itatiaia	1 a 2	1 a 4	1 a 7	3 a 4	5 a 6	8	5	7	
Japeri	1 a 2	1 a 4	1 a 8	3	5 a 7		4 a 6	8	
Laje do Muriaé			1		1 a 2	2 a 4	1 a 2	3	5
Macaé	1 a 2	1 a 4	1 a 8	3 a 4	5 a 7		5		
Macuco		1 a 2	1 a 4	1 a 2	3 a 4	5 a 8	3	5 a 6	
Magé	1 a 3	1 a 7	1 a 8	4 a 6	8		7 a 8		
Mangaratiba	1 a 2	1 a 6	1 a 8	3 a 5	7		6 a 7	8	
Maricá	1 a 7	1 a 8	1 a 8	8					
Mendes	1 a 2	1 a 3	1 a 7	3	4 a 6	8	4 a 5	7	
Mesquita	1 a 2	1 a 7	1 a 8	3 a 5			6 a 7	8	
Miguel Pereira	1 a 2	1 a 4	1 a 7	3	5 a 6	8	4 a 5	7	
Miracema			1		1 a 2	2 a 3	1	3	4 a 5
Natividade		1 a 2	1 a 3	1 a 2	3	4 a 5		4	6 a 7
Nilópolis	1 a 2	1 a 7	1 a 8	3 a 5			6 a 7	8	
Niterói	1 a 5	1 a 8	1 a 8	6 a 7			8		
Nova Friburgo	1 a 2	1 a 4	1 a 4	3 a 4					
Nova Iguaçu	1 a 2	1 a 6	1 a 8	3 a 4	7		5 a 7	8	
Paracambi	1 a 2	1 a 4	1 a 8	3	5 a 7		4 a 6	8	
Paraíba do Sul	1 a 2	1 a 3	1 a 8	3	4 a 6			7	
Paraty	1 a 3	1 a 6	1 a 8	4 a 6	7 a 8		7		
Paty do Alferes	1 a 2	1 a 4	1 a 7	3	5 a 6	8	4	7	
Petrópolis	1 a 2	1 a 4	1 a 8	3 a 4	5 a 6		5	7 a 8	
Pinheiral	1 a 2	1 a 3	1 a 7	3	4 a 5	8	4 a 5	6 a 7	
Piraí	1 a 2	1 a 4	1 a 8	3	5 a 7		4 a 7	8	
Porciúncula		1 a 2	1 a 4	1	3	5	2 a 3	4	6
Porto Real	1 a 2	1 a 4	1 a 7	3	5 a 6	8	4 a 5	7	
Quatis	1 a 2	1 a 4	1 a 7	3	5 a 6	8	4 a 5	7	
Queimados	1 a 2	1 a 6	1 a 8	3 a 4	7		5 a 6	8	
Quissamã			1 a 2		1 a 3	3 a 7	1 a 3	4	8
Resende	1 a 2	1 a 4	1 a 8	3 a 4	5 a 6		5 a 6	7 a 8	
Rio Bonito	1 a 6	1 a 8	1 a 8	7 a 8					
Rio Claro	1 a 2	1 a 4	1 a 8	3 a 4	5 a 7		5 a 6	8	
Rio das Flores	1 a 2	1 a 3	1 a 7		4	8	3	5 a 6	
Rio das Ostras	1 a 2	1 a 4	1 a 8	3 a 4	5 a 7		5 a 6	8	
Rio de Janeiro	1 a 3	1 a 7	1 a 8	4 a 7	8		8		
Santa Maria Madalena		1 a 3	1 a 4	1 a 2		5 a 7		4	8
Santo Antônio de Pádua			1		1 a 2	2 a 3	1	3	4 a 5
São Fidélis			1 a 2		1 a 2	3	1 a 2	3	4 a 7
São Francisco de Itabapoana						1 a 7		1 a 3	8
São Gonçalo	1 a 5	1 a 7	1 a 8	6 a 7	8		8		

São João da Barra						6 a 7		1 a 3	1 a 5 + 8
São João de Meriti	1 a 2	1 a 7	1 a 8	3 a 6	8		7		
São José de Ubá			1		1 a 2	2 a 3	1	3	4 a 5
São José do Vale do Rio Preto	1 a 2	1 a 3	1 a 8	3	4			5 a 7	
São Pedro da Aldeia	1 a 3	1 a 8	1 a 8	4 a 8					
São Sebastião do Alto		1 a 2	1 a 3	1	3	4 a 7	2	4	8
Sapucaia	1 a 2	1 a 3	1 a 5		4	6 a 8	3	5 a 6	
Saquarema	1 a 7	1 a 8	1 a 8	8					
Seropédica	1 a 2	1 a 6	1 a 8	3 a 4	7		5 a 7	8	
Silva Jardim	1 a 4	1 a 7	1 a 8	5 a 7	8		8		
Sumidouro	1 a 2	1 a 3	1 a 5	3	4	6 a 8		5 a 6	
Tanguá	1 a 6	1 a 8	1 a 8	7 a 8					
Teresópolis	1 a 2	1 a 4	1 a 5	3 a 4	5				
Trajano de Moraes	1 a 2	1 a 2	1 a 5		3 a 4	6 a 7	3 a 4	5 a 6	8
Três Rios	1 a 2	1 a 3	1 a 7		4	8	3	5 a 7	
Valença	1 a 2	1 a 3	1 a 7	3	4 a 5	8	4	6	
Varre-Sai		1 a 2	1 a 4	1 a 2	3 a 4	5 a 6	3		7
Vassouras	1 a 2	1 a 3	1 a 7	3	4	8	4	5 a 7	
Volta Redonda	1 a 2	1 a 3	1 a 7	3	4 a 6	8	4 a 5	7	

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Angra dos Reis	1 a 2	1 a 4	1 a 6	3	5	7	4 a 5	6 a 7	8
Aperibé						1 a 2		1	3 a 4
Araruama	1 a 5	1 a 8	1 a 8	6 a 8					
Areal	1	1 a 2	1 a 6	2	3 a 5	7	3	6	8
Armação dos Búzios	1	1 a 5	1 a 8	2 a 4	6 a 8		5 a 8		
Arraial do Cabo	1 a 5	1 a 8	1 a 8	6 a 8					
Barra do Piraí	1	1 a 2	1 a 5	2	3	6	3	4 a 5	7
Barra Mansa	1	1 a 2	1 a 6	2	3 a 5	7	3 a 4	6	8
Belford Roxo	1	1 a 4	1 a 6	2 a 4	5 a 6	7 a 8	5	7 a 8	
Bom Jardim	1	1 a 2	1 a 3	2	3	4	3	4	
Bom Jesus do Itabapoana			1 a 2		1	3	1	2 a 3	4 a 5
Cabo Frio	1 a 2	1 a 6	1 a 8	3 a 7	7 a 8		8		
Cachoeiras de Macacu	1 a 3	1 a 5	1 a 8	4	6 a 8		5 a 7		
Cambuci						1 a 2		1	3 a 4
Campos dos Goytacazes						1 a 2		1	3 a 5
Cantagalo			1 a 2		1	3	1	2	4 a 5
Carapebus			1 a 2		1	3 a 5	1	2 a 4	6
Cardoso Moreira						1		1	2 a 4
Carmo		1	1 a 2		2	3 a 4	1	3	5 a 6
Casimiro de Abreu	1	1 a 5	1 a 7	2 a 4	6	8	5	7 a 8	
Comendador Levy Gasparian		1	1 a 3	1	2	4 a 5	2	3 a 4	6 a 7
Conceição de Macabu		1	1 a 2	1	2	3 a 4		3 a 4	5 a 6
Cordeiro		1	1 a 3	1	2	4	2	3 a 4	5 a 6
Duas Barras		1	1 a 3	1	2	4	2	3 a 4	5 a 6
Duque de Caxias	1	1 a 5	1 a 7	2 a 4	6 a 7	8	5	8	
Engenheiro Paulo de Frontin	1	1 a 2	1 a 4	2	3 a 4	5 a 6	3	5	7 a 8
Guapimirim	1 a 2	1 a 5	1 a 8	3 a 5	6 a 8		6 a 7		
Iguaba Grande	1 a 5	1 a 8	1 a 8	6 a 8					
Itaboraí	1 a 4	1 a 8	1 a 8	5 a 7			8		
Itaguaí	1 a 2	1 a 4	1 a 6	3 a 4	5 a 6	7 a 8	5 a 6	7 a 8	
Italva						1 a 2		1	3 a 4
Itaocara			1		1	2			3 a 4
Itaperuna			1		1	2		2	3 a 4
Itatiaia	1	1 a 3	1 a 5	2	4	6 a 7	3 a 4	5 a 6	8
Japeri	1	1 a 3	1 a 5	2	4 a 5	6 a 7	3 a 4	6	8
Laje do Muriaé			1		1	2		2	3 a 4
Macaé	1	1 a 3	1 a 4	2	4	5 a 7	3 a 4	5 a 6	8
Macuco		1	1 a 2	1	2	3 a 4	2	3 a 4	5 a 6
Magé	1 a 2	1 a 5	1 a 8	3 a 4	6 a 8		5 a 6		
Mangaratiba	1 a 2	1 a 4	1 a 6	3	5	7 a 8	4 a 5	6 a 7	
Maricá	1 a 5	1 a 8	1 a 8	6 a 8					
Mendes	1	1 a 2	1 a 5	2	3 a 4	6	3 a 4	5 a 6	7 a 8
Mesquita	1	1 a 4	1 a 7	2 a 4	5 a 6	8	5	7 a 8	
Miguel Pereira	1	1 a 2	1 a 4	2	3 a 4	5 a 6	3	5 a 6	7 a 8
Miracema						1 a 2		1	3 a 4
Natividade			1 a 2		1	3	1	2	4
Nilópolis	1	1 a 5	1 a 6	2 a 4	6	7 a 8	5	7 a 8	
Niterói	1 a 4	1 a 8	1 a 8	5 a 7			8		
Nova Friburgo	1	1 a 2	1 a 2	2					
Nova Iguaçu	1	1 a 3	1 a 6	2 a 3	4 a 6	7 a 8	4 a 5	7 a 8	
Paracambi	1	1 a 2	1 a 5	2	3 a 5	6 a 7	3 a 4	6	8
Paraíba do Sul	1	1 a 2	1 a 4		3 a 4	5 a 7	2 a 3	5 a 6	8
Paraty	1 a 2	1 a 5	1 a 7	3 a 4	6 a 7	8	5 a 6	8	
Paty do Alferes	1	1 a 2	1 a 4	2	3 a 4	5 a 6	3	5 a 6	7 a 8
Petrópolis	1	1 a 3	1 a 6	2	4 a 5	7	3 a 4	6	
Pinheiral	1	1 a 2	1 a 5		3 a 4	6	2 a 3	5	7
Piraí	1	1 a 2	1 a 6	2	3 a 5	7 a 8	3 a 5	6 a 7	
Porciúncula			1 a 2		1 a 2	3	1	3	4
Porto Real	1	1 a 3	1 a 5	2	4	6 a 7	3 a 4	5 a 6	8
Quatis	1	1 a 3	1 a 5	2	4	6 a 7	3 a 4	5 a 6	8
Queimados	1	1 a 3	1 a 6	2	4 a 5	7 a 8	3 a 5	6 a 7	
Quissamã			1 a 2		1 a 2	3	1		4 a 6
Resende	1	1 a 3	1 a 6	2	4 a 5	7	3 a 4	6	8
Rio Bonito	1 a 5	1 a 8	1 a 8	6 a 8					
Rio Claro	1	1 a 3	1 a 6	2	4 a 5	7 a 8	3 a 5	6 a 7	

Rio das Flores	1	1 a 2	1 a 4		3	5 a 6	2	4	7
Rio das Ostras	1	1 a 3	1 a 6	2 a 3	4 a 5	7 a 8	4	6 a 8	
Rio de Janeiro	1 a 2	1 a 6	1 a 8	3 a 5	7 a 8		6 a 8		
Santa Maria Madalena			1		1	2 a 3	1	2 a 3	4 a 6
Santo Antônio de Pádua						1 a 2		1	3 a 4
São Fidélis					1	1			2 a 4
São Francisco de Itabapoana						1 a 2		1	3 a 5
São Gonçalo	1 a 4	1 a 8	1 a 8	5 a 7			8		
São João da Barra						1 a 2		1	3 a 5
São João de Meriti	1	1 a 5	1 a 7	2 a 4	6 a 7	8	5 a 6	8	
São José de Ubá						1 a 2		1	3 a 4
São José do Vale do Rio Preto	1	1 a 2	1 a 4		3	5 a 6	2 a 3	4 a 5	7 a 8
São Pedro da Aldeia	1 a 4	1 a 8	1 a 8	5 a 8					
São Sebastião do Alto			1	1	1	2 a 3		2	4 a 5
Sapucaia		1	1 a 3	1	2	4 a 6	2	3 a 4	7
Saquarema	1 a 5	1 a 8	1 a 8	6 a 8					
Seropédica	1	1 a 3	1 a 6	2 a 3	4 a 6	7 a 8	4 a 5	7	
Silva Jardim	1 a 3	1 a 6	1 a 8	4 a 5	7 a 8		6 a 7		
Sumidouro	1	1	1 a 3		2	4 a 5	2	3 a 4	6 a 7
Tanguá	1 a 5	1 a 8	1 a 8	6 a 8					
Teresópolis	1	1 a 3	1 a 3	2			3		
Trajano de Moraes		1	1 a 3	1	2 a 3	4	2	4	5 a 6
Três Rios	1	1 a 2	1 a 4		3	5 a 6	2	4 a 5	7 a 8
Valença	1	1 a 2	1 a 5	2	3	6	3	4 a 5	7
Varre-Sai			1 a 2		1 a 2	3 a 4	1	3	5
Vassouras	1	1 a 2	1 a 4	2	3	5 a 6	3	4 a 5	7 a 8
Volta Redonda	1	1 a 2	1 a 5	2	3 a 4	6 a 7	3	5 a 6	8



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 5.473-SEI, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.024035/2013-23, resolve:

Art. 1º Consignar à CÂMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, o canal 291E (duzentos e noventa e um educativo), classe C, do Plano Básico de Distribuição de Canais em Frequência Modulada, no município de JAÚ/SP, para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Art. 2º Fica autorizado o funcionamento em caráter provisório, o qual está condicionado à autorização para uso da radiofrequência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.474-SEI, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 53900.034641/2015-75, resolve:

Art. 1º Consignar à CÂMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, o canal 256E (duzentos e cinquenta e seis educativo), classe C, do Plano Básico de Distribuição de Canais em Frequência Modulada, no município de BALSAS/MA, para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Art. 2º Fica autorizado o funcionamento em caráter provisório, o qual está condicionado à autorização para uso da radiofrequência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.736 DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e considerando o que dispõe a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, e a Portaria MF nº 386, de 30 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 31 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar o reajuste das tarifas dos serviços postais e telegráficos nacionais e internacionais, prestados exclusivamente pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no percentual de 5,9864%, líquido de impostos e contribuições sociais, aplicado na forma do Anexo I e conforme o disposto no art. 4º da Portaria MF nº 386, de 30 de agosto de 2018.

Art. 2º Estabelecer, na forma do Anexo II, os Grupos de Países para fins de cálculo dos valores tarifários de serviços postais e telegráficos internacionais.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições da Portaria nº 6.366, de 30 de outubro de 2017, à exceção do art. 2º quanto ao percentual aplicado de 4,094%, o qual vigorará por 64 (sessenta e quatro) meses, conforme estabelecido na Portaria do Ministério da Fazenda nº 432, de 17 de outubro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

ANEXO I

Carta Social: R$ 0,01
Carta Não Comercial e Cartão Postal

Faixa de Peso (em gramas)	Valores em R$
Até 20	1,30
Acima de 20 até 50	2,10
Acima de 50 até 100	2,80
Acima de 100 até 150	3,55
Acima de 150 até 200	4,30
Acima de 200 até 250	5,05
Acima de 250 até 300	5,85
Acima de 300 até 350	6,55
Acima de 350 até 400	7,30
Acima de 400 até 450	8,05
Acima de 450 até 500	8,80

Carta Comercial e Aerograma Nacional

Faixa de Peso (em gramas)	Valores em R$
Até 20	1,95
Acima de 20 até 50	2,70
Acima de 50 até 100	3,75
Acima de 100 até 150	4,60
Acima de 150 até 200	5,40
Acima de 200 até 250	6,25
Acima de 250 até 300	7,15
Acima de 300 até 350	8,00
Acima de 350 até 400	8,80
Acima de 400 até 450	9,65
Acima de 450 até 500	10,50

Franqueamento Autorizado de Cartas - Nacional

Faixa de Peso (em gramas)	Valores em R$
Até 20	1,72
Acima de 20 até 50	2,36
Acima de 50 até 100	3,38
Acima de 100 até 150	4,08
Acima de 150 até 200	4,76
Acima de 200 até 250	5,57
Acima de 250 até 300	6,24
Acima de 300 até 350	7,04
Acima de 350 até 400	7,74
Acima de 400 até 450	8,53
Acima de 450 até 500	9,24

Serviço de Telegrama Nacional

Meio de acesso	Telegrama	Valores em R$
Agência	Pré-Pago	11,81
Telefone	Fonado	9,84
Internet	Via Internet	8,15

Cartas e Cartões Postais Internacionais - Modalidade Econômica

FAIXAS DE PESO (em gramas)	GRUPOS DE PAÍSES - VALORES (em R$) -				
	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V
Até 20	1,60	1,65	1,95	2,15	2,35
Acima de 20 a 50	2,70	3,00	3,45	4,05	4,85
Acima de 50 a 100	4,65	5,05	5,90	6,75	8,15
Acima de 100 a 250	10,75	11,75	12,65	14,65	17,15
Acima de 250 a 500	20,15	21,55	23,40	27,65	32,80
Acima de 500 a 1.000	38,40	40,30	43,15	51,55	60,90
Acima de 1.000 a 1.500	56,70	59,05	63,75	75,90	89,05
Acima de 1.500 a 2.000	75,00	77,80	84,30	100,30	117,20

Cartas e Cartões Postais Internacionais - Modalidade Prioritária

FAIXAS DE PESO (em gramas)	GRUPOS DE PAÍSES - VALORES (em R$) -				
	GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V
Até 20	3,25	3,40	3,75	4,50	4,80
Acima de 20 a 50	5,85	5,95	6,55	7,80	8,90

Acima de 50 a 100	8,60	9,05	10,15	11,80	16,40
Acima de 100 a 250	17,35	18,00	22,50	24,40	34,65
Acima de 250 a 500	32,80	33,75	39,40	44,05	55,30
Acima de 500 a 1.000	54,40	56,25	67,50	75,00	97,45
Acima de 1.000 a 1.500	75,90	78,70	95,60	105,90	139,70
Acima de 1.500 a 2.000	97,45	101,20	123,70	136,85	181,85

Serviço Telegráfico Internacional - Modalidade Ordinária

GRUPOS DE PAÍSES	VALORES POR PALAVRA (Em R$)
GRUPO I	1,50
GRUPO II	1,60
GRUPO III	1,68
GRUPO IV	2,43
GRUPO V	3,00

Correspondência Agrupada - Malote

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E ELÉGRAFOS

TARIFA - MALOTE

Origem: Acre Emissão: Vigência:

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - CAPITAL																									
Kg	AC		AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Até 1	11,39	13,08	65,15	27,80	53,53	61,00	61,57	49,03	59,80	46,74	52,88	53,57	30,28	32,76	47,20	71,50	66,63	54,07	50,65	56,92	68,56	18,91	35,24	54,26	53,94	62,77	54,36	53,67
Acima de 1 até 2	13,10	15,22	120,04	45,38	96,80	111,78	112,88	87,82	109,32	83,25	95,53	96,89	50,33	55,28	84,13	132,75	123,01	97,91	91,05	103,59	126,89	27,56	60,23	98,28	97,63	115,28	98,47	97,12
Acima de 2 até 3	14,81	17,36	174,93	62,95	140,06	162,54	164,19	126,61	158,85	119,74	138,15	140,21	70,37	77,79	121,06	193,99	179,37	141,73	131,42	150,24	185,20	36,20	85,22	142,30	141,30	167,79	142,58	140,55
Acima de 3 até 4	16,51	19,49	229,82	80,51	183,33	213,30	215,50	165,39	208,37	156,24	180,78	183,53	90,41	100,31	157,99	255,24	235,74	185,56	171,80	196,90	243,52	44,84	110,20	186,31	184,98	220,29	186,68	183,98
Acima de 4 até 5	18,22	21,63	284,70	98,07	226,59	264,06	266,80	204,17	257,90	192,74	223,41	226,86	110,45	122,82	194,91	316,48	292,11	229,39	212,18	243,56	301,84	53,48	135,19	230,32	228,65	272,80	230,79	227,42
Acima de 5 até 6	19,93	23,77	339,59	115,64	269,86	314,83	318,11	242,96	307,42	229,24	266,03	270,18	130,49	145,33	231,84	377,72	348,47	273,21	252,55	290,21	360,15	62,12	160,18	274,34	272,33	325,31	274,90	270,85
Acima de 6 até 7	21,63	25,91	394,48	133,20	313,12	365,59	369,41	281,74	356,95	265,73	308,66	313,50	150,52	167,84	268,77	438,96	404,84	317,04	292,93	336,87	418,47	70,76	185,17	318,35	316,01	377,81	319,01	314,28
Acima de 7 até 8	23,34	28,04	449,36	150,77	356,39	416,35	420,72	320,53	406,47	302,23	351,29	356,82	170,56	190,36	305,70	500,20	461,21	360,87	333,31	383,53	476,79	79,40	210,15	362,36	359,68	430,32	363,11	357,72
Acima de 8 até 9	25,04	30,18	504,25	168,33	399,65	467,11	472,02	359,31	456,00	338,73	393,91	400,14	190,60	212,87	342,63	561,44	517,58	404,69	373,69	430,19	535,10	88,05	235,14	406,38	403,36	482,82	407,22	401,15
Acima de 9 até 10	26,75	32,32	559,13	185,90	442,91	517,88	523,33	398,09	505,52	375,22	436,54	443,46	210,64	235,38	379,55	622,68	573,94	448,52	414,06	476,84	593,42	96,69	260,13	450,39	447,04	535,33	451,33	444,58
Acima de 10 até 11	28,45	34,45	614,02	203,46	486,18	568,64	574,64	436,88	555,05	411,72	479,17	486,78	230,68	257,90	416,48	683,92	630,31	492,34	454,44	523,50	651,74	105,33	285,12	494,41	490,71	587,83	495,44	488,01
Acima de 11 até 12	30,16	36,59	668,91	221,03	529,44	619,40	625,94	475,66	604,57	448,22	521,79	530,10	250,72	280,41	453,41	745,16	686,68	536,17	494,82	570,16	710,05	113,97	310,10	538,42	534,39	640,34	539,55	531,45
Acima de 12 até 13	31,87	38,73	723,79	238,59	572,71	670,16	677,25	514,45	654,10	484,72	564,42	573,42	270,76	302,92	490,34	806,40	743,04	580,00	535,20	616,81	768,37	122,61	335,09	582,43	578,07	692,84	583,65	574,88
Acima de 13 até 14	33,57	40,86	778,68	256,15	615,97	720,92	728,55	553,23	703,62	521,21	607,05	616,74	290,80	325,44	527,27	867,64	799,41	623,82	575,57	663,47	826,69	131,25	360,08	626,45	621,74	745,35	627,76	618,31
Acima de 14 até 15	35,28	43,00	833,57	273,72	659,23	771,69	779,86	592,01	753,15	557,71	649,67	660,06	310,83	347,95	564,20	928,89	855,78	667,65	615,95	710,13	885,00	139,90	385,07	670,46	665,42	797,86	671,87	661,75
kg excedente ou fração	2,57	3,21	82,33	26,36	64,90	76,14	76,97	58,19	74,29	54,75	63,94	64,99	30,07	33,78	55,39	91,87	84,56	65,74	60,57	69,99	87,48	12,97	37,49	66,02	65,51	78,77	66,17	65,16

Origem: Acre

PESO	Local	Estadual Divisa	CAPITAL - INTERIOR * INTERIOR - CAPITAL * INTERIOR - INTERIOR																									
Kg	AC		AL	AM	AP	BA	CE	hF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
Até 1	11,39	13,08	67,30	29,95	55,67	63,15	63,71	51,17	61,93	48,89	55,04	55,71	32,43	34,90	49,34	73,65	68,78	56,22	52,80	59,07	70,71	21,05	37,38	56,40	56,09	64,91	56,50	55,82
Acima de 1 até 2	13,10	15,22	124,32	49,66	101,07	116,05	117,16	92,10	113,60	87,52	99,80	101,17	54,60	59,55	88,40	137,03	127,28	102,18	95,32	107,86	131,16	31,83	64,50	102,56	101,90	119,56	102,74	101,39
Acima de 2 até 3	14,81	17,36	181,34	69,36	146,48	168,95	170,60	133,02	165,26	126,16	144,56	146,63	76,78	84,20	127,47	200,41	185,78	148,14	137,83	156,65	191,61	42,61	91,63	148,71	147,71	174,20	148,99	146,96
Acima de 3 até 4	16,51	19,49	238,36	89,06	191,88	221,85	224,04	173,94	216,92	164,79	189,33	192,08	98,96	108,85	166,53	263,78	244,29	194,11	180,35	205,45	252,07	53,39	118,75	194,86	193,53	228,84	195,23	192,53
Acima de 4 até 5	18,22	21,63	295,39	108,76	237,28	274,75	277,49	214,86	268,58	203,42	234,09	237,54	121,13	133,50	205,60	327,16	302,79	240,07	222,86	254,24	312,52	64,16	145,88	241,01	239,34	283,48	241,48	238,10
Acima de 5 até 6	19,93	23,77	352,41	128,46	282,68	327,65	330,93	255,78	320,24	242,06	278,85	283,00	143,31	158,15	244,66	390,54	361,30	286,03	265,38	303,04	372,97	74,94	173,00	287,16	285,15	338,13	287,72	283,67
Acima de 6 até 7	21,63	25,91	409,43	148,16	328,08	380,55	384,37	296,70	371,91	280,69	323,62	328,45	165,48	182,80	283,73	453,92	419,80	332,00	307,89	351,83	433,43	85,72	200,12	333,31	330,97	392,77	333,97	329,24
Acima de 7 até 8	23,34	28,04	466,46	167,86	373,48	433,45	437,81	337,62	423,57	319,33	368,38	373,91	187,66	207,45	322,79	517,29	478,30	377,96	350,41	400,62	493,88	96,50	227,25	379,46	376,78	447,41	380,21	374,81
Acima de 8 até 9	25,04	30,18	523,48	187,56	418,88	486,35	491,26	378,54	475,23	357,96	413,15	419,37	209,83	232,10	361,86	580,67	536,81	423,92	392,92	449,42	554,34	107,28	254,37	425,61	422,59	502,06	426,46	420,38
Acima de 9 até 10	26,75	32,32	580,50	207,27	464,28	539,25	544,70	419,46	526,89	396,59	457,91	464,83	232,01	256,75	400,92	644,05	595,31	469,89	435,43	498,21	614,79	118,06	281,50	471,76	468,41	556,70	472,70	465,95
Acima de 10 até 11	28,45	34,45	637,53	226,97	509,68	592,14	598,14	460,38	578,55	435,23	502,67	510,28	254,19	281,40	439,99	707,43	653,82	515,85	477,95	547,01	675,24	128,84	308,62	517,91	514,22	611,34	518,94	511,52
Acima de 11 até 12	30,16	36,59	694,55	246,67	555,09	645,04	651,59	501,30	630,22	473,86	547,44	555,74	276,36	306,05	479,05	770,81	712,32	561,81	520,46	595,80	735,70	139,61	335,75	564,06	560,03	665,98	565,19	557,09
Acima de 12 até 13	31,87	38,73	751,57	266,37	600,49	697,94	705,03	542,23	681,88	512,50	592,20	601,20	298,54	330,70	518,12	834,18	770,82	607,78	562,98	644,59	796,15	150,39	362,87	610,22	605,85	720,63	611,43	602,66
Acima de 13 até 14	33,57	40,86	808,60	286,07	645,89	750,84	758,47	583,15	733,54	551,13	636,96	646,66	320,71	355,35	557,18	897,56	829,33	653,74	605,49	693,39	856,60	161,17	390,00	656,37	651,66	775,27	657,68	648,23
Acima de 14 até 15	35,28	43,00	865,62	305,77	691,29	803,74	811,91	624,07	785,20	589,76	681,73	692,11	342,89	380,00	596,25	960,94	887,83	699,71	648,01	742,18	917,06	171,95	417,12	702,52	697,47	829,91	703,92	693,80
kg excedente ou fração	2,57	3,21	85,53	29,56	68,10	79,35	80,17	61,39	77,49	57,96	67,15	68,19	33,27	36,98	58,60	95,08	87,76	68,94	63,77	73,20	90,69	16,18	40,70	69,23	68,72	81,97	69,38	68,36

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
SERVIÇO DE MALOTE

Emissão: Vigência:

SERVIÇOS OPCIONAIS

Coleta/Entrega Programada

Valor cobrado por visita, referente a cada percurso contratado, independente da quantidade de malotes coletados/entregues do percurso:

Programada:
- Diurna entre 08 e 12 horas: acréscimo de R$ 8,88 por visita/percurso
- Diurna entre 14 e 18 horas: acréscimo de R$ 8,88 por visita/percurso
- Noturna entre 18 e 20 horas acréscimo de R$ 17,75 por visita/percurso

OUTRAS INFORMAÇÕES

1. Valor Básico de Serviço Contratado por Percurso (VSC):
Equivalente à multiplicação do total de remessas contratadas por mês, por percurso (ida/volta), pelo valor correspondente à remessa de 2 kg, respeitado o mínimo da frequência de oito remessas (ida/volta) por mês.

2. Remessa fora de freqüência: Será cobrado o mesmo valor da remessa contratada

3. Indenização Automática: R$ 100,00
Em caso de extravio e perda, a responsabilidade da ECT limita-se ao preço da remessa afetada mais o valor da Indenização Automática, vigente na data de autorização do pagamento da indenização.
A indenização será devida caso o pedido de informação não seja respondido dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis.

ASSUNTOS GERAIS

1. Fornecimento do malote:
Serão cedidos tantos malotes quantos forem necessários para cumprir a freqüência contratratada pelo cliente.

Observação:
Caso o malote seja danificado por uso indevido ou não devolução à ECT após cancelamento do percurso ou contrato, caberá indenização por parte do cliente, a título de reposição, com os seguintes valores unitários:

Indenização Malote Médio (115100130): R$ 58,83 - Código Serviço: 5524-7
Indenização Malote Grande (115100148): R$ 73,55 - Código Serviço: 5525-5

Faixa de CEP de Tarifação Capital

Consultar tabela de CEP Local e Divisa no seguinte endereço: \\sac0051\SISTEMAS_II\PRECOS_TARIFAS\Tarifas_Nacionais

Faixa de CEP de Tarifação Divisa

Consultar tabela de CEP Local e Divisa no seguinte endereço: \\sac0051\SISTEMAS_II\PRECOS_TARIFAS\Tarifas_Nacionais

ANEXO II

Grupo I:
Argentina, Paraguai e Uruguai.
Grupo II (demais países da América do Sul):
Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Falkland (Malvinas), Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela.
Grupo III (Américas Central e do Norte):
América Central - Anguilla, Antígua e Barbuda, Antilhas Holandesas, Aruba, Bahamas, Barbados, Belize, Bermudas, Cayman, Costa Rica, Cuba, Dominica, Dominicana, El Salvador, Granada, Guadalupe, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamaica, Martinica, Montserrat, Nicarágua, Panamá, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Trinidade e Tobago, Turcks e Caicos e Virgens Britânicas; América do Norte - Canadá, Estados Unidos, Groenlândia, México e Saint-Pierre e Miquelon.
Grupo IV (Europa):
Albânia, Alemanha, Áustria, Belarus, Bélgica, Bósnia-Herzegovínia, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Faroe, Finlândia, França, Gibraltar, Grã-Bretanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Iugoslávia, Letônia, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Macedônia, Malta, Moldávia, Mônaco, Noruega, Países Baixos, Polônia, Portugal, Romênia, San Marino, Suécia, Suíça, Tcheca (Rep.), Ucrânia e Vaticano.
Grupo V (Ásia e Oriente Médio, África e Oceania):
Ásia e Oriente Médio - Afeganistão, Arábia Saudita, Armênia, Azerbaijão, Bangladesh, Bahrein, Brunei, Butão, Camboja, Catar, Cazaquistão, China, Cingapura, Coréia do Norte, Coréia do Sul, Emirados Árabes Unidos, Filipinas, Geórgia, Hong Kong, Iêmen, Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Israel, Japão, Jordânia, Kuwait, Laos, Líbano, Macau, Malásia, Maldivas, Mianmar, Mongólia, Nepal, Omã, Paquistão, Quirguistão, Rússia, Síria, Sri-Lanka, Tailândia, Taiwan, Tadjiquistão, Turcomenistão, Turquia, Uzbequistão e Vietnã;
África - África do Sul, Angola, Argélia, Ascenção, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Centro- Africana, Chade, Comores, Congo (Rep. Dem.), Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Egito, Eritréia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagascar, Malavi, Mali, Marrocos, Maurício, Mauritânia, Mayotte, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, Reunião, Ruanda, Santa Helena, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Seycheles, Somália, Suazilândia, Sudão, Tanzânia, Togo, Tristão da Cunha, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue;
Oceania - Austrália, Cook, Fiji, Guam, Kiribati, Nauru, Nova Caledônia, Nova Zelândia, Papua-Nova Guiné, Pitcairn, Polinésia Francesa, Salomão, Samoa, Timor Oriental, Tonga, Tuvalu, Vanuatu e Wallis e Futuna.

(*) Republicada por ter saído com incorreção no original, no DOU nº 216, de 9 de novembro de 2018, Seção I, pág. 56.

DESPACHO Nº 2.056-SEI, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Acolho a NOTA TÉCNICA nº 22468/2018/SEI-MCTIC e o PARECER nº 1156/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, invocando seus respectivos fundamentos como razão desta decisão, de sorte a HOMOLOGAR a Concorrência nº 167/2001 - SSR/MC e promover a adjudicação de seu objeto à proponente vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

GILBERTO KASSAB
Ministro

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	N° DO PROCESSO
167/2001 - SSR/MC	SP	Peruíbe	OM-R	SPC - Sistema Paraense de Comunicações Ltda	53830.000682/2002-14

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 8.330, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2018

Expede autorização à BIMBO DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 35.402.759/0059-00 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATO Nº 8.346, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) CONDOMINIO JARDIM ANALIA FRANCO, CNPJ nº 03.573.756/0001-18 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 8.376 - GOCIL SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 50.844.182/0012-08;

Nº 8.382 - DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA - EIRELI, CNPJ nº 13.649.411/0001-54;

Nº 8.389 - GOCIL SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 50.844.182/0001-55;

Nº 8.390 - SANOFI-AVENTIS FARMACEUTICA LTDA, CNPJ nº 02.685.377/0008-23;

Nº 8.401 - ITAU UNIBANCO S.A., CNPJ nº 60.701.190/0001-04;

Outorga autorização para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à(ao):

Nº 8.407 - RAUL FERNANDO DE CASTRO, CPF nº 103.047.128-25

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

ATO Nº 8.260, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) SOBRAL SOCIEDADE BRITO DE RADIODIFUSAO LTDA, CNPJ nº 14.439.715/0001-50 associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

ATO Nº 8.277, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

Expede autorização à COOPERATIVA DE ELETRIFICACAO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA, CNPJ nº 13.107.842/0001-99 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

ATO Nº 8.370, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018

Expede autorização à SECURITY SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 00.332.087/0012-57 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

ATO Nº 8.408, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Expede autorização à VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A, CNPJ nº 10.656.452/0023-95 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

ATOS DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Nº 8.434 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) VERACEL CELULOSE S.A, CNPJ nº 40.551.996/0001-48 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 8.438 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) JACOBINA MINERACAO E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 42.463.174/0001-30 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 7.862, DE 22 DE OUTUBRO DE 2018

Decreta a extinção da autorização de uso de radiofrequências, declarando extinta a autorização do Serviço Limitado Privado, de caráter restrito e para uso próprio, da entidade MARIA JOSELIA DE OLIVEIRA ME, Processo nº 53560.002547/2018-06, CNPJ nº 07676784000111, Fistel nº 50406771030.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

ATO Nº 8.388, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Expede autorização à PROTEG SEGURANCA PATRIMONIAL - EIRELI, CNPJ nº 08.699.066/0001-23 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 8.350, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018

Expedir autorização e outorgar autorização de uso de radiofrequência à FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PICUÍ-FUNDEPI, CNPJ nº 08.526.113/0001-37, na localidade de Picuí/PB, até 29/06/2024, referente ao Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - Ligação para Transmissão de Programas.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 7.373, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA - ME, CNPJ/MF nº 08.800.454/0001-59, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado, aplicação Radiodeterminação.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 7.388, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Processo nº 53500.042999/2018-27.
Expede autorização à MARCELO VAZ GERMANO, CNPJ/MF nº 31.415.237/0001-67, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 7.432, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018

Processo nº 53500.042770/2018-92.
Expede autorização à TURBONET.NETWORK LTDA - ME, CNPJ/MF nº 28.526.393/0001-90, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

Nº 7.610 - Processo nº 53500.042915/2018-55.
Expede autorização à ALNET SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/MF nº 29.934.869/0001-95, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.627 - Processo nº 53500.043203/2018-53.
Expede autorização à F.A.A PROVEDOR LTDA, CNPJ/MF nº 26.133.539/0001-02, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.629 - Processo nº 53500.041660/2018-11.
Expede autorização à CRIV NET TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 27.331.155/0001-67, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.632 - Processo nº 53500.042777/2018-12.
Expede autorização à PAMELA LARISSA SILVINA NUNES, CNPJ/MF nº 28.549.734/0001-43, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 8.069, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Processo nº 53500.044046/2018-01.
Outorga autorização de Uso de Radiofrequência à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA RIO GUARANI, CNPJ/MF nº 10.886.626/0001-09, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Nova Laranjeiras (Guarani)/PR.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Nº 8.387 - Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 04/11/2018 a 04/11/2018.

Nº 8.414 - Autoriza RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ nº 60.509.239/0001-13, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 09/11/2018 a 11/11/2018.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

CONSELHO DIRETOR DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

RESOLUÇÃO Nº 59, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

Aprova o logotipo do FNDCT e define obrigatoriedade para a sua utilização.

O CONSELHO DIRETOR DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CD/FNDCT), no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, e pelo Decreto nº 6.938, de 13 de agosto de 2009, considerando a 16ª reunião, realizada em 24 de outubro de 2018, e conforme o processo SEI 01250.021707/2018-16, resolve:

Art. 1º Em materiais produzidos no âmbito do FNDCT, tais como documentos, material publicitário, produções científicas, apresentações, especialmente em projetos fomentados com recursos do Fundo, passa a ser obrigatória a utilização do logotipo representado por uma das formas abaixo:

FNDCT
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FNDCT
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FNDCT

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Art.2º Sempre que forem feitas referências ao FNDCT em textos escritos, estas devem ser grafadas sob a forma "FNDCT/MCTIC".

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELTON SANTA FÉ ZACARIAS
Presidente do Conselho Diretor
Substituto

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 4.654-SEI, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.060954/2017-49, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO SETORIAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DE SONS E IMAGENS, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Astorga/PR, o canal 44 (quarenta e quatro), correspondente à faixa de frequência de 650 a 656 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 4.793-SEI, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.049513/2018-77, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO SETORIAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DE SONS E IMAGENS, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Terra Boa/PR, o canal 25 (vinte e cinco), correspondente à faixa de frequência de 536 a 542 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 5.065-SEI, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.048693/2018-70, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO SETORIAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DE SONS E IMAGENS, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Mandaguari/PR, o canal 31 (trinta e um), correspondente à faixa de frequência de 572 a 578 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 5.268-SEI, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.013817/2018-04, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO SETORIAL EDUCATIVA DE SONS E IMAGENS, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de APUCARANA/PR, o canal 32 (trinta e dois), correspondente à faixa de frequência de 578 a 584 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

PORTARIA Nº 5.270-SEI, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.022936/2018-40, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO SETORIAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DE SONS E IMAGENS, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Arapongas/PR, o canal 44 (quarenta e quatro), correspondente à faixa de frequência de 650 a 656 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

PORTARIA Nº 5.436-SEI, DE 23 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.049836/2018-61, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA. autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundária, na localidade de PARANAVAÍ/PR, o canal 23 (vinte e três), correspondente à faixa de frequência de 524 a 530 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

PORTARIA Nº 5.520-SEI, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.053922/2018-78, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO CACHOEIRA DO SUL LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Rio das Flores/RJ, o canal 50 (cinquenta), correspondente à faixa de frequência de 686 a 692 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

PORTARIA Nº 5.561-SEI, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.057265/2018-38, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO SETORIAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DE SONS E IMAGENS, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Irará/BA, o canal 44 (quarenta e quatro), correspondente à faixa de frequência de 650 a 656 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

PORTARIA Nº 5.629-SEI, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.049376/2018-71, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO SARA NOSSA TERRA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Medianeira-PR, o canal 21 (vinte e um), correspondente à faixa de frequência de 512 a 518 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 2.090-SEI, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 1º, inciso II, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do processo n.º 53500.016530/2018-32, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 24745/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o requerimento de aumento de potência interposto pela RADIO GALEAO FM LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Vera Cruz, estado da Bahia.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 1.798-SEI, DE 22 DE OUTUBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.054867/2018-33, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de MANGARATIBA, estado do Rio de Janeiro, utilizando o canal digital nº 30 (trinta), nos termos da Nota Técnica nº 22347/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 1.802-SEI, DE 22 DE OUTUBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.057378/2018-33, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de ITABIRITO, estado de Minas Gerais, utilizando o canal digital nº 13 (treze), nos termos da Nota Técnica nº 22379/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE DIREITOS

DESPACHO Nº 3.209-E, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

A COORDENADORA DE ANÁLISE DE DIREITOS da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.

18-0784 MAZZA- HISTÓRIA, LIBERDADE E EXPRESSÃO
Processo: 01416.011089/2018-58
Proponente: WERNER PRODUÇOES LTDA.
Cidade/UF: Curitiba / PR
CNPJ: 28.428.858/0001-70
Valor total aprovado: R$ 138.000,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 131.000,00
Banco: 001 - agência: 2926-2 conta corrente: 33417-0

18-0814 VERDADE?
Processo: 01416.011977/2018-71
Proponente: LOMA FILMES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 23723437/0001-59
Valor total aprovado: R$ 1.404.265,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001 - agência: 3569-6 conta corrente: 20838-8

18-0815 LOVE KILLS
Processo: 01416.012028/2018-16
Proponente: LATINAMERICA ENTRETENIMENTO INTERNACIONAL LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 09416289/0001-07
Valor total aprovado: R$ 14.031.299,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 4.000.000,00
Banco: 001 - agência: 3235-2 conta corrente: 33168-6
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 3235-2 conta corrente: 33169-4

18-0817 ASSALTO AO BANCO CENTRAL 2
Processo: 01416.008940/2018-65
Proponente: TF INTERNATIONAL PRODUTORA DE FILMES EIRELI.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 21866996/0001-92
Valor total aprovado: R$ 6.037.569,06
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.735.690,60
Banco: 001 - agência: 3520-3 conta corrente: 28343-6
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 3520-3 conta corrente: 28342-8

18-0818 4 HOJE, ONTEM TAMBÉM
Processo: 01416.011927/2018-93
Proponente: ANDALUZ PRODUCOES LTDA ME.
Cidade/UF: Vila Velha / ES
CNPJ: 26671292/0001-88
Valor total aprovado: R$ 485.937,50 Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 150.000,00 Banco: 001 - agência: 4035-5 conta corrente: 20467-6

18-0819 MARINGÁ: A CIDADE EMPREENDEDORA QUE NASCEU DE UMA CANÇÃO
Processo: 01416.010993/2018-46
Proponente: CAMARADA FILMES LTDA ME.
Cidade/UF: Curitiba / PR
CNPJ: 79052494/0001-08
Valor total aprovado: R$ 527.232,13
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.870,52 Banco: 001 - agência: 0756-0 conta corrente: 80519-X

18-0820 TÃO LONGE DO CENTRO DA TERRA
Processo: 01416.012537/2018-31
Proponente: ACERE PRODUCAO ARTISTICA E CULTURAL LTDA ME.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 09261668/0001-67
Valor total aprovado: R$ 3.907.825,90
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001 - agência: 0297-6 conta corrente: 89891-0

18-0821 FILHA, MÃE, AVÓ E PUTA
Processo: 01416.009824/2018-63
Proponente: NOVA TRINITI COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO ARTÍSTICA LTDA ME.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 10519798/0001-36
Valor total aprovado: R$ 6.988.707,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001 - agência: 1572-5 conta corrente: 25488-6
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.500.000,00
Banco: 001 - agência: 1572-5 conta corrente: 25489-4
Valor aprovado no Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: R$ 400.000,00
Banco: 001 - agência: 1572-5 conta corrente: 25487-8

18-0823 DR. PALHAÇO
Processo: 01416.012675/2018-10
Proponente: PANORAMICA COMUNICAÇÃO LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 05.565.485/0001-84
Valor total aprovado: R$ 7.200.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 840.000,00
Banco: 001 - agência: 3519-X conta corrente: 24478-3
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 3519-X conta corrente: 24480-5

18-0824 ZONA ÁRIDA
Processo: 01416.010291/2018-62
Proponente: GRAFO AUDIOVISUAL LTDA ME.
Cidade/UF: Curitiba / PR
CNPJ: 09.437.566/0001-50
Valor total aprovado: R$ 500.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 475.000,00
Banco: 001 - agência: 3014-7 conta corrente: 58750-8

18-0833 NOSSA VIDA SEM ELAS
Processo: 01416.012631/2018-90
Proponente: DOIS DELES PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: Juiz de Fora / MG
CNPJ: 20.333.821/0001-57
Valor total aprovado: R$ 1.891.373,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 700.000,00
Banco: 001 - agência: 2995-5 conta corrente: 58576-9
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 696.804,35
Banco: 001 - agência: 2995-5 conta corrente: 58559-9
Valor aprovado no Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: R$ 400.000,00
Banco: 001 - agência: 2995-5 conta corrente: 58557-2

18-0836 CRIAÇÃO BRASILEIRA: DESIGN DE ARTESANATO
Processo: 01416.012637/2018-67
Proponente: AIUÊ PRODUTORA E EDITORA LTDA - ME.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 09.225.539/0001-13
Valor total aprovado: R$ 1.033.881,61 Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 340.000,00
Banco: 001 - agência: 3560-2 conta corrente: 27442-9

18-0838 CAÇADORES DOS VENTOS
Processo: 01416.012734/2018-50
Proponente: CANAL AZUL CONSULTORIA AUDIOVISUAL - EIRELI.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 04.350.398/0001-47
Valor total aprovado: R$ 1.368.050,00 Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.299.647,50
Banco: 001 - agência: 1504-0 conta corrente: 18623-6

18-0839 ONDE VIVEM OS LOBOS
Processo: 01416.012278/2018-48
Proponente: D7 FILMES LTDA - ME.
Cidade/UF: Recife / PE
CNPJ: 06.076.085/0001-78
Valor total aprovado: R$ 3.999.985,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.500.000,00
Banco: 001 - agência: 1836-8 conta corrente: 59583-7

18-0841 O VIAJANTE
Processo: 01416.010693/2018-67
Proponente: DE CASSIA OLIVEIRA E MOTA SANTOS LTDA.
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 97.552.136/0001-46
Valor total aprovado: R$ 1.074.305,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.018.305,00
Banco: 001 - agência: 3202-6 conta corrente: 30242-2

18-0844 RIOS MERCANTES
Processo: 01416.010060/2018-59
Proponente: IMAGEM-TEMPO PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA-ME.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 05.958.016/0001-25
Valor total aprovado: R$ 770.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00
Banco: 001 - agência: 1251-3 conta corrente: 42725-X
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 231.500,00

Banco: 001 - agência: 1251-3 conta corrente: 42726-8

18-0850 O SHOW DA LUNA! SEXTA TEMPORADA
Processo: 01416.012633/2018-89
Proponente: PG - PRODUÇÕES DE CINEMA VÍDEO E TV LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 01.161.933/0001-23
Valor total aprovado: R$ 5.419.810,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.248.819,50
Banco: 001 - agência: 6998-1 conta corrente: 8682-7
Valor aprovado no Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: R$ 1.900.000,00
Banco: 001 - agência: 6998-1 conta corrente: 8681-9

18-0851 FILHO DO NORDESTE
Processo: 01416.011066/2018-43
Proponente: URSO FILMES EIRELI.
Cidade/UF: Recife / PE
CNPJ: 7.467.108/0001-38
Valor total aprovado: R$ 4.210.505,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001 - agência: 2802-9 conta corrente: 89912-7

18-0852 ME FILMA
Processo: 01416.011793/2018-19
Proponente: ARTEFILMS AUDIOVISUAIS LTDA-ME.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 14.164.181/0001-04
Valor total aprovado: R$ 744.150,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 706.942,50
Banco: 001 - agência: 1812-0 conta corrente: 55121-X

18-0853 DIÁRIOS SECRETOS
Processo: 01416.012732/2018-61
Proponente: CAMARADA FILMES LTDA - ME.
Cidade/UF: Curitiba / PR
CNPJ: 79.052.494/0001-08
Valor total aprovado: R$ 4.212.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 4.000.000,00
Banco: 001 - agência: 0756-0 conta corrente: 80518-1

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2022.

18-0816 BEM VINDO AO INFERNO
Processo: 01416.012046/2018-90
Proponente: PANORAMICA COMUNICAÇÃO LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 05565485/0001-84
Valor total aprovado: R$ 3.157.895,40
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 3519-X conta corrente: 24477-5

18-0834 QUERIDO DANE-SE
Processo: 01416.010627/2018-97
Proponente: DAMASCO FILMES S/S LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 05.626.923/0001-77
Valor total aprovado: R$ 5.982.805,83
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.683.665,51
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 3381-2

18-0848 EM BUSCA DO LOOK PERFEITO
Processo: 01416.012188/2018-57
Proponente INFFINITO ENTRETENIMENTO E COMUNICAÇÕES LTDA. ME.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 13.188.290/0001-90
Valor total aprovado: R$ 2.998.193,34
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.848.283,67
Banco: 001 - agência: 3519-X conta corrente: 24479-1

Art. 3º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

CAROLINA BRASIL ROMÃO E SILVA

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

PORTARIA Nº 277, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.18, c/c o art. 2º, do Decreto nº 6.853, de 15 de maio de 2009; em conformidade com arts. 1º e 2º, da Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988; com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004; com o art. 2º, §§ 1º e 2º, e art. 3º, § 4º, do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003; observados os procedimentos determinados na Portaria/FCP nº 98, de 26 de novembro de 2007, publicada na Seção I, p.29, do Diário Oficial da União nº 228, de 28 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º - Certificar que a comunidade, a seguir identificada, se Autodefiniu como Remanescente de Quilombo, conforme declaração de Autodefinição que instrui o processo administrativo 01420.006713/2011-60:

Comunidade	Município	Estado
CARANGUEJO	OLINDA NOVA DO MARANHÃO	MA

Art. 2º Autorizar o registro da presente certificação no Livro de Cadastro Geral nº 019, sob o nº 2.665, às fls 087.

ERIVALDO OLIVEIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 298, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.18, c/c o art. 2º, do Decreto nº 6.853, de 15 de maio de 2009; em conformidade com arts. 1º e 2º, da Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988; com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004; com o art. 2º, §§ 1º e 2º, e art. 3º, § 4º, do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003; observados os procedimentos determinados na Portaria/FCP nº 98, de 26 de novembro de 2007, publicada na Seção I, p.29, do Diário Oficial da União nº 228, de 28 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º - Certificar que a comunidade, a seguir identificada, se Autodefiniu como Remanescente de Quilombo, conforme declaração de Autodefinição que instrui o processo administrativo 01420.103048/2018-28:

Comunidade	Município	Estado
SÃO PAULO GAMA	PINHEIRO	MA

Art. 2º Autorizar o registro da presente certificação no Livro de Cadastro Geral nº 019, sob o nº 2.683, às fls 105.

ERIVALDO OLIVEIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 301, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.18, c/c o art. 2º, do Decreto nº 6.853, de 15 de maio de 2009; em conformidade com arts. 1º e 2º, da Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988; com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004; com o art. 2º, §§ 1º e 2º, e art. 3º, § 4º, do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003; observados os procedimentos determinados na Portaria/FCP nº 98, de 26 de novembro de 2007, publicada na Seção I, p.29, do Diário Oficial da União nº 228, de 28 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º - Certificar que a comunidade, a seguir identificada, se Autodefiniu como Remanescente de Quilombo, conforme declaração de Autodefinição que instrui o processo administrativo 01420.102521/2018-50:

Comunidade	Município	Estado
FAMILIA LEMOS	PORTO ALEGRE	RS

Art. 2º Autorizar o registro da presente certificação no Livro de Cadastro Geral nº 019, sob o nº 2.684, às fls 106.

ERIVALDO OLIVEIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 302, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.18, c/c o art. 2º, do Decreto nº 6.853, de 15 de maio de 2009; em conformidade com arts. 1º e 2º, da Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988; com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004; com o art. 2º, §§ 1º e 2º, e art. 3º, § 4º, do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003; observados os procedimentos determinados na Portaria/FCP nº 98, de 26 de novembro de 2007, publicada na Seção I, p.29, do Diário Oficial da União nº 228, de 28 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º - Certificar que a comunidade, a seguir identificada, se Autodefiniu como Remanescente de Quilombo, conforme declaração de Autodefinição que instrui o processo administrativo 01420.102892/2018-31:

Comunidade	Município	Estado
MIMOSO	CAXIAS	MA

Art. 2º Autorizar o registro da presente certificação no Livro de Cadastro Geral nº 019, sob o nº 2.650, às fls 072.

ERIVALDO OLIVEIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 303, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.18, c/c o art. 2º, do Decreto nº 6.853, de 15 de maio de 2009; em conformidade com arts. 1º e 2º, da Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988; com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004; com o art. 2º, §§ 1º e 2º, e art. 3º, § 4º, do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003; observados os procedimentos determinados na Portaria/FCP nº 98, de 26 de novembro de 2007, publicada na Seção I, p.29, do Diário Oficial da União nº 228, de 28 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º - Certificar que a comunidade, a seguir identificada, se Autodefiniu como Remanescente de Quilombo, conforme declaração de Autodefinição que instrui o processo administrativo 01420.102435/2018-47:

Comunidade	Município	Estado
PASSAGEM DO MEIO	CONDEÚBA	BA

Art. 2º Autorizar o registro da presente certificação no Livro de Cadastro Geral nº 019, sob o nº 2.654, às fls 076.

ERIVALDO OLIVEIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 304, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.18, c/c o art. 2º, do Decreto nº 6.853, de 15 de maio de 2009; em conformidade com arts. 1º e 2º, da Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988; com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004; com o art. 2º, §§ 1º e 2º, e art. 3º, § 4º, do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003; observados os procedimentos determinados na Portaria/FCP nº 98, de 26 de novembro de 2007, publicada na Seção I, p.29, do Diário Oficial da União nº 228, de 28 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º - Certificar que a comunidade, a seguir identificada, se Autodefiniu como Remanescente de Quilombo, conforme declaração de Autodefinição que instrui o processo administrativo 01420.100688/2017-03:

Comunidade	Município	Estado
ANGOLÁ	MARAGOGIPE	BA

Art. 2º Autorizar o registro da presente certificação no Livro de Cadastro Geral nº 019, sob o nº 2.685, às fls 107.

ERIVALDO OLIVEIRA DA SILVA

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 68, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 662, de 21/11/2017, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02 e Portaria SPHAN 07/88;

III - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

IV - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo IV desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

V - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

VI - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VII - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

VIII- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO RIZZI CALIPPO

ANEXO I

01-Processo nº 01516.001874/2016-11
Projeto: PCH São Bartolomeu: Projeto Complementar Levantamento Arqueológico nas Áreas do Canteiro de Obras e de Bota-Fora
Arqueóloga Coordenadora: Weylla Bento de Oliveira
Apoio Institucional: Museu Histórico de Jataí "Francisco Honório de Campos" - Prefeitura de Jataí
Área de Abrangência: Municípios de Luziânia e Cristalina, Estado de Goiás
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

02- Processo n. º 01516.000922/2018-15
Projeto: Monitoramento, Salvamento Arqueológico e Educação Patrimonial para a Fase de Implantação da Linha De Distribuição Rural (LDR) do Programa Luz Para Todos na Área da Comunidade Kalunga
Arqueólogo Coordenador: Claudio Cesar de Souza e Silva
Apoio Institucional: Museu Histórico de Jataí "Francisco Honório de Campos" - Prefeitura de Jataí
Área de Abrangência: Município de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, Estado de Goiás
Prazo de validade: 24 (vinte e quatro) meses

03- Processo n. º 1502.001145/2018-77
Projeto: Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Parque Eólico Teiú 3
Arqueólogos Coordenadores: Flávia Prado Moi e André Joaquim de Aragão
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia - NEPAB - Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
Área de Abrangência: Município de Caetité, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

04- Processo n. º 01502.001143/2018-88
Projeto: Programa de Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Parque Eólico Ararinha Azul
Arqueólogos Coordenadores: Flávia Prado Moi e André Joaquim de Aragão
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia - NEPAB - Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
Área de Abrangência: Município de Pindaí, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

ANEXO II

01- Processo nº. 01494.000442/2013-37
Projeto: O Povo das Águas: Carta Arqueológica das Estearias da Porção Centro Norte da Baixada Maranhense
Arqueólogo coordenador: Alexandre Guida Navarro
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia - LARQ - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Área de Abrangência: Municípios de Santa Helena, Palmeirândia, Nova Olinda do Maranhão, Pedro do Rosário, Presidente Sarney, Pinheiros, Peri Mirim, São Bento e São Vicente Férrer, Estado do Maranhão
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

02- Processo n° 01403.000702/2017-70
Projeto: Pesquisa Arqueológica no Largo da Matriz Municipal de Marechal Deodoro
Arqueóloga Coordenadora: Karina Lima de Miranda Pinto
Apoio Institucional: Núcleo de Pesquisa e Estudos Arqueológicos e Históricos - NUPEAH-Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - Campus do Sertão Delmiro Gouveia
Área de Abrangência: Município de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas
Prazo de Validade: 03 (três) meses

ANEXO III

01- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: MRV Engenharia e Participações S/A.
Empreendimento: Parque Aspen
Processo n. º 01506.005781/2016-76
Projeto: Acompanhamento Arqueológico na Área empreendimento infraestrutura urbana Parque Aspen
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Daniel Lopes Comapa Cavalcanti
Área de Abrangência: Município de Americana, Estado de São Paulo
Prazo de validade: 04 (quatro) meses

ANEXO IV

01- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Minar - Mineração Aredes Ltda
Empreendimento: Descomissionamento Barragem Dique 02
Processo n. º 01514.001332/2018-11
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - Fase 01- Execução Acordo Judicial Ação Civil Pública 0063751-17.2015.4.01.3800 - Descomissionamento Barragem Dique 02 Minar-Mineração Aredes Ltda
Arqueólogos Coordenadores: Osmar Hilário da Silva e Sofia Magali Civitella
Arqueólogos de Campo: Osmar Hilário da Silva e Sofia Magali Civitella
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
Área de Abrangência: Município de Itabirito, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

02- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Transportes e Aterros Borchardt Ltda
Empreendimento: Transportes e Aterros Borchardt Ltda - ME
Processo n. º: 01510.900170/2017-55
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Jazida Borchardt: Extração de Areia e Cascalho no Leito do Rio Testo
Arqueólogo Coordenador: Juliano Bitencourt Campos
Arqueólogo de Campo: Marcos Cesar Pereira Santos
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia do Museu Etno-Arqueológico de Itajaí - Fundação Genésio Miranda Lins - Prefeitura Municipal de Itajaí
Área de Abrangência: Município de Pomerode, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 03 (três) meses

03- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Sócio Construnível Energias Renováveis LTDA
Empreendimento: CGH Sebastião Paz de Almeida
Processo n. º 01510.000299/2018-42
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do empreendimento CGH Sebastião Paz de Almeida
Arqueólogo Coordenador: Cleiton Silva da Silveira
Arqueólogo de Campo: Cleiton Silva da Silveira
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (NEEA/CEOM) - Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó)
Área de Abrangência: Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

04- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Hidrelétrica Minucci LTDA.
Empreendimento: PCH Minucci
Processo n. º 01508.000874/2016-94
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da PCH Minucci
Arqueóloga Coordenadora: Tatiana Costa Fernandes
Arqueólogo de Campo: Cláudio Ricken
Apoio Institucional: Museu Paranaense- Governo do Estado do Paraná
Área de Abrangência: Municípios de Cascavel e Lindoeste, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

05- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Athenas Soluções Ambientais Ltda.
Empreendimento: Extração de Areia da Empresa Athenas
Processo n. º: 01506.007704/2017-31
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de extração de areia da empresa Athenas
Arqueólogo Coordenador: Renato Kipnis
Arqueólogo de Campo: Rodrigo Lavina
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Canas, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses

06- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Antônio Carlos Resende
Empreendimento: Loteamento Residencial Gloria
Processo n. º 01506.006549/2016-55
Projeto: Acompanhamento Arqueológico para o Loteamento Residencial Glória
Arqueólogo Coordenador: Wagner Gomes Bornal
Arqueólogo de Campo: Taiguara Francisco Alexo da Rocha Silva
Apoio Institucional: Fundação Cultural Cassiano Ricardo-Prefeitura Municipal de São José dos Campos
Área de Abrangência: Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo
Prazo de validade: 06 (Seis) meses

07- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Viel & Cia. Ltda
Empreendimento: Sítio Jacarandá
Processo n. º: 01506.006108/2017-34
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do empreendimento Sítio Jacarandá
Arqueólogo Coordenador: Sergio Bruno dos Reis Almeida
Arqueóloga de Campo: Ana Izabela Bertolo
Apoio Institucional: Fundação Museu de História, Pesquisa e Arqueologia do Mar (FUNDAMAR)
Área de Abrangência: Município de Tambaú, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

08- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: SEMASA
Empreendimento: CTR Santo André
Processo n. º 01506.001768/2018-18
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do CTR Santo André
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Rafael Bartolomucci
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Santo André, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

09- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: São Luiz Desenvolvimento Urbano SPE LTDA
Empreendimento: Loteamento Jardim São Luiz
Processo n. º01506.000989/2018-61
Projeto: Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação do Loteamento Jardim São Luiz
Arqueólogo Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de campo: Rafael Bartolomucci
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de abrangência: Município de Santa Cruz Das Palmeiras, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

10-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Willians Muller Alves Soares
Empreendimento: Loteamento Central Park
Processo n. º 01494.000062/2018-15
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico no Loteamento Central Park
Arqueólogo Coordenadora: Danielly Morais Rocha
Arqueólogo de Campo: Greciane Neres do Nascimento
Apoio Institucional: Centro de Pesquisa em Arqueologia e História "Timbira" - Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMA SUL)
Área de Abrangência: Município de Imperatriz, Estado do Maranhão
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

11- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Powertech Engenharia, Serviços e Locações de Geradores de Energia, Maquinas e Equipamentos S.A.
Empreendimento: Usina Termoelétrica Novo Aripuanã
Processo nº 01490.000297/2018-39
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Usina Termoelétrica Novo Aripuanã

Arqueóloga Coordenadora: Angela Maria de Araújo de Lima
Apoio Institucional: Museu da Amazônia - Núcleo de Arqueologia e Etnologia (MUSA-NAE) -Associação privada Museu da Amazônia
Área de Abrangência: Município de Novo Aripuanã, Estado do Amazonas
Prazo de Validade: 03 (três) meses

12- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Rocele Seixas Barros
Empreendimento: Extração de Areia
Processo n. º 01490.000185/2018-88
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do empreendimento Rocele Seixas Baixos (Extração de Areia)
Arqueólogo Coordenador: Francisco Vilaça Nunes
Arqueólogo de Campo: Francisco Vilaça Nunes
Apoio Institucional: Museu da Amazônia - Núcleo de Arqueologia e Etnologia (MUSA-NAE) -Associação privada Museu da Amazônia
Área de Abrangência: Município de Manaus, Estado do Amazonas
Prazo de Validade: 01 (mês) mês

13- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: AVG Florestal Ltda
Empreendimento: Fazenda Ribeirão
Processo n. º 01450.002541/2018-74
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Empreendimento Fazenda Ribeirão
Arqueóloga Coordenadora: Sabrina Alves de Mello
Arqueóloga de Campo: Paloma de Almeida Martins
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)
Área de Abrangência: Município de Montezuma, Estado de Minas Gerais e Município de Mortugaba, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 03 (três) meses

14- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Engerb Construções e Incorporações Eireli
Empreendimento: Condomínio Portal da Chapada
Processo n. º 01425.000431/2018-85
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Condomínio Residencial Portal da Chapada dos Guimarães
Arqueóloga Coordenadora: Gabriela Viega Garcia
Apoio Institucional: Instituto Homem Brasileiro
Área de Abrangência: Município de Chapada dos Guimarães, Estado do Mato Grosso
Prazo de Validade: 07 (sete) meses

15- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: José Carlos Ferreira dos Passos Junior
Empreendimento: Fazenda Toca da Onça
Processo n. º 01424.000203/2018-15
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da Fazenda Toca da Onça
Arqueóloga Coordenadora: Kelli Bisonhim
Arqueóloga de Campo: Aline Rios Oliveira Moreira
Apoio Institucional: Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva-Governo do Estado do Amapá
Área de Abrangência: Município de Macapá, Estado do Amapá
Prazo de Validade: 03 (três) meses

16- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Departamento de Estradas e Rodagem do Espírito Santo
Empreendimento: Rodovia ES-379 Trecho Entr. ES 262 (Irupi) - Entr. ES-185 (Iúna) Ibatiba-ES, Irupi-ES e Iúna-ES
Processo n. º 01409.000237/2018-06
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Implantação e Melhoramento da Rodovia ES-379 Trecho Entr. ES 262 (Irupi) - Entr. ES-185 (Iúna) Ibatiba-ES, Irupi-ES e Iúna-ES
Arqueólogo Coordenador: Luis Felipe Freire Dantas Santos
Arqueólogo de Campo: Luis Felipe Freire Dantas Santos
Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra - Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Municípios de Iúna, Irupi e Ibatiba, Estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

17- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Força Eólica do Brasil S.A.
Empreendimento: Parque Eólico Lagoa 3
Processo nº 01408.001513/2017-74
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Parque Eólico Lagoa 3
Arqueólogo Coordenador: Roberto Montenegro Perrota
Arqueólogo de Campo: David Lugli Turtera Pereira
Apoio Institucional: Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Área de Abrangência: Municípios de Santa Luzia e São José do Sabugi, Estado da Paraíba
Prazo de Validade: 3 (três) meses

18- Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Força Eólica do Brasil S.A.
Empreendimento: Parque Eólico Ventos do Arapuá 1
Processo n. º 01408.000240/2017-41
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Parque Eólico Ventos do Arapuá 1
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogos de Campo: Jessiane Montenegro Barboza dos Santos e João Claudio Nascimento Pereira
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Paleontologia - LABAP-Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Área de Abrangência: Município de Areia de Baraúnas e Santa Luzia, Estado da Paraíba
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

19-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Ecosun Geração de Energia LTDA
Empreendimento: Complexo Fotovoltaico Ecosun
Processo n. º 01402.000391/2018-30?
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Empreendimento Complexo Fotovoltaico Ecosun
Arqueólogo Coordenador: Lucas Braga da Silva
Arqueóloga de Campo: Amanda Caroline Carvalho de Siqueira
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Pré-Histórica do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial-Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) - Serra da Capivara
Área de Abrangência: Município de Floriano, Estado do Piauí
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

20- Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Enel Green Power Brasil Participações LTDA.
Empreendimento: LT 500kV- SE São Gonçalo da Gurguéia X SE Gilbués II
Processo n. º 01402.000020/2018-58?
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico nas Áreas de Influência da Linha de Transmissão 500 kV - SE São Gonçalo da Gurguéia X SE Gilbués II
Arqueólogo Coordenador: Everson Paulo Fogolari
Arqueóloga de Campo: Maria Cleonice de Souza Vergne
Apoio Institucional: Museu Ozildo Albano - MOA
Área de Abrangência: Município de São Gonçalo do Gurguéia e Gilbués, Estado do Piauí
Prazo de Validade: 03 (três) meses

21-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Loteamento Porto da Lagoa Ltda.
Empreendimento: Loteamento Porto da Lagoa
Processo nº 01504.000291/2018-65
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Porto da Lagoa
Arqueóloga Coordenadora: Roberta da Silva Rosa
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Xingó - MAX- Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Área de Abrangência: Município de Estância, Estado de Sergipe
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

22- Processo n. º 01502.001206/2018-04
Projeto: Programa de Levantamento e Monitoramento Arqueológico nas Obras de Dragagem (Fase I) do Empreendimento de Ampliação da TECON
Arqueólogo Coordenador: Luis Felipe Freire Dantas Santos
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Xingó - MAX - Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Área de Abrangência: Município de Salvador, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 01 (um) mês

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 66, de 1 de novembro de 2018, Seção I, Anexo V, Página 19, Autorização nº 18, publicada em 5 de novembro de 2018, onde se lê: "Processo n. º 01504.000204/2018-33", leia-se: "Processo n. º 01504.000240/2018-33".

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 708, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
164552 - CONCERTOS DE EVA
FUNDAÇÃO EVA KLABIN RAPAPORT PARA FINS CULTURAIS F.E.K.R.
CNPJ/CPF: 40.390.429/0001-57
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 150.920,00
Valor total atual: R$ 470.920,00

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
171401 - Diferenças, o livro. Edição, lançamento e divulgação.
Munari Produções Eireli
CNPJ/CPF: 05.794.753/0001-30
Cidade: Osório - RS;
Valor Complementado: R$ 9.995,00
Valor total atual: R$ 61.662,32

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
164132 - MPB EVA
FUNDAÇÃO EVA KLABIN RAPAPORT PARA FINS CULTURAIS F.E.K.R.
CNPJ/CPF: 40.390.429/0001-57
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 120.000,00
Valor total atual em: R$ 360.000,00

PORTARIA Nº 709, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
172182 - Arte na Usina - safra 2017
BARBARA BACHMANN MARANHAO
CNPJ/CPF: 881.782.934-04
Cidade: Abreu e Lima - PE;
Valor Reduzido: R$ 5.703,30
Valor total atual: R$ 564.626,70

154791 - O Mundo de Tim Burton: a itinerância CCBB Rio de Janeiro e Brasília
Rua 34 Produções Artisticas Ltda- ME
CNPJ/CPF: 20.526.200/0001-90
Cidade: Marília - SP;
Valor Reduzido: R$ 728.939,16
Valor total atual: R$ 7.209.346,98

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
175780 - MENINO AMARELO - LIVRO DE OSWALD BARROSO
Raimundo Oswald Barroso
CNPJ/CPF: 074.436.093-53
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Reduzido: R$ 7.303,00
Valor total atual: R$ 10.000,00

172059 - Quatro Contos Infantis
ANTONIO NATALIO VIGNALI
CNPJ/CPF: 030.103.339-00
Cidade: Balneário Gaivota - SC;
Valor Reduzido: R$ 0,00
Valor total atual: R$ 287.552,40

PORTARIA Nº 710, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 172182 - Arte na Usina - safra 2017, publicado na portaria nº 0551/17 de 12/09/2017, no D.O.U. em 13/09/2017, para Arte na Usina - Safra 2018.

Art. 2.º - Alterar o(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 172182 - Arte na Usina - safra 2017, publicado na portaria nº 0551/17 de 12/09/2017, publicada no D.O.U. em 13/09/2017.

Onde se lê: Realização da 3ª edição de festival de artes integradas com programação nacional. O Festival Arte na Usina - safra 2017 reunirá artistas de fotografia, instalação, pintura, teatro, circo, videoinstalação, cinema e música para realização de um intercâmbio com vivências de co-criação de arte, residências, mesas de diálogo e apresentações artísticas. Esse intercâmbio resultará em uma exposição de artes visuais.

Leia-se: Realização da 4ª edição de festival de artes integradas com programação nacional. O Arte na Usina - safra 2018 durará 09 dias e reunirá artistas de fotografia, pintura, literatura, artes visuais, dança, criação com barro, e moda para realização de 08 vivências de cocriação de arte, 04 oficinas de final de semana, 01 exposição e 04 apresentações artísticas musicais. As vivências de cocriação de arte terão duração de cinco, com previsão de carga horária de 15h. Essas atividades apostam no encontro entre as pessoas, misturar gente das comunidades locais com participantes de diversas origens. As oficinas de final de semana terão público mais abrangente do que o local. Será a oportunidade para público do Recife e de outras cidades mais distantes participarem. As apresentações artísticas contemplarão as áreas de música e acontecerão em espaço público aberto a todos os interessados, não necessitando de reserva prévia de ingressos ou inscrições.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 604 de 13/09/2018, publicada no D.O.U. de 14/09/2018, Seção 1, referente ao Projeto Hoje o escuro vai atrasar para que possamos conversar - Pronac: 18 3505.

Onde se lê: La Stupenda Produções Artisticas LTDA-ME
Leia-se: Cristiani Zonzini

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 172, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 795, de 10 de julho de 2018 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1° Aprovar a redução de valor em favor do projeto cultural relacionado abaixo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

179648 - FESTIVAL DO CINEMA INDEPENDENTE III
VERITAH CULTURA E EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.864.437/0001-12
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 28.321,59
Valor total atual: R$ 1.993.853,40

Art. 2° Aprovar os projetos culturais, relacionados no anexo I desta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 3° Aprovar os projetos culturais, relacionados no anexo II desta Portaria, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 4° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO MAIA MASCARENHAS

ANEXO I

184316 - Plano Anual de Atividades Cultura 2019
Fundação Pe Anchieta Centro Paulista Rádio e TV Educativas
CNPJ/CPF: 961.914.891/0001-86
Processo: 01400.019933/2018-68
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 13.400.639,26
Prazo de Captação: 12/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto Plano Anual de Atividades Cultura 2019 tem por objetivo a produção de programas de cunho cultural para exibição pela Rede Cultura de Televisão e Rádio, além de outras produções e transmissões de nossa grade de programação pelo período de 1 (um) ano.

184317 - O Canto Coral de Ibirubá
INSTITUTO PE. LANDELL DE MOURA
CNPJ/CPF: 20.871.738/0001-31
Processo: 01400.019934/2018-11
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 209.828,06
Prazo de Captação: 12/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Produzir um documentário (DVD) no formato MPEG-4, HD, de 20 a 25 minutos, tendo como base o resgate de um conjunto de atividades musicais e artísticas nas áreas do canto coral, instrumental de trombone e órgão de tubos na área da música sacra.

184319- 18ª Mostra do Filme Livre
WSET PRODUCOES E SERVICOS LTDA.
CNPJ/CPF: 04.039.221/0001-24
Processo: 01400.019936/2018-00
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 575.174,80
Prazo de Captação: 12/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: A Mostra do Filme Livre (MFL) é a principal mostra da atual produção audiovisual independente brasileira. As datas da mostra serão definidas pelos CCBBs até dezembro, nos últimos anos tem sido no RJ em março, SP em abril, DF em maio e BH em junho, de 3 semanas a 1 mês em cada cidade. Nos últimos anos a média de filmes selecionados/exibidos tem sido de 180 (fora os filmes convidados), o número exato será sabido em fevereiro, após definição da curadoria, que também faz a programação nas 4 cidades. Total de sessões previstas: RJ = 100, SP, DF E BH = 70, Média de 4 sessões por dia em cada cidade, público total estimado para 2019: 12.000 PESSOAS (RJ, SP e DF). Nascida no CCBB Rio há 17 anos, seu foco tem sido valorizar filmes que buscam alternativas em seu modelo de produção e em suas soluções estéticas/narrativas. A MFL aceita filmes de todos os formatos, durações, gêneros e feitos em qualquer época.

184320 - Festival Varilux de Cinema Francês 2019
Bonfilm Produção e Distribuição Audiovisual LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.383.039/0001-99
Processo: 01400.019937/2018-46
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.578.235,72
Prazo de Captação: 12/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizado em escala nacional desde 2010, a edição 2019 do festival acontecerá ao longo de 2 semanas, no primeiro semestre do ano, e proporcionará ao público de pelo menos 60 cidades brasileiras o melhor da recente produção francesa, com exibições de pelo menos 15 filmes inéditos. Estão previstas entre 300 e 400 sessões por dia, distribuídas no circuito exibidor dos cinemas. A previsão do total geral de exibições gira em torno de 5.000 sessões. Para intensificar a programação e intercâmbio cultural, convidará uma forte delegação artística que participa, no Rio e em São Paulo - e no Recife, dependendo do financiamento -, da apresentação dos filmes, debates e encontros profissionais, aliando público, imprensa e profissionais brasileiros em um grande evento.

184321 - A Cultura e seu turismo
João Paulo Soares Fiszpan Produção Cinematográfica
CNPJ/CPF: 25.116.208/0001-00
Processo: 01400.019937/2018-46
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 354.675,20
Prazo de Captação: 12/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Produção de um média-metragem de 70 minutos (documentário) e a edição de um livro em três idiomas (português, inglês e espanhol). O documentário - em mídia digital DVD será encartado no livro. O documentário terá resolução em HD de 1280 x 720 pixels. Ambos os produtos contemplarão o tema sobre os pontos culturais, e suas conexões ao universo da cultura do turismo na cidade do Rio de Janeiro.

184322 - Mostra Ecofalante no Verão no Clima
Ecofalante
CNPJ/CPF: 05.678.997/0001-57
Processo: 01400.019940/2018-60
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.468.620,45
Prazo de Captação: 12/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto é uma ação de educação ambiental que através do audiovisual tem como estratégia atuar diretamente junto aos cidadãos, buscando estimular a mudança do hábito do descarte e acúmulo do lixo nas áreas das praias do litoral paulista. O projeto prevê exibições de até 30 títulos distribuídos em 84 sessões nas praias e praças através de estrutura móvel itinerante, nos 16 municípios que compõe o litoral paulista, ao longo de 40 dias.

184323 - Festival de Cinema Pedra Azul - 2° Fest Cine Pedra Azul
Galpão Produções Artísticas e Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 02.616.581/0001-16
Processo: 01400.019941/2018-12
Cidade: Vitória - ES;
Valor Aprovado: R$ 996.973,12
Prazo de Captação: 12/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar, em 2019, o 2° Fest Cine Pedra Azul, em Domingos Martins, no Espírito Santo. Sessões gratuitas à população de todas as faixas etárias e classes sociais a oportunidade de assistir a uma programação diversificada e de qualidade de filmes do circuito capixaba, nacional e internacional. O festival traz três mostras de cinema e, entre elas, como o Festivalzinho filmes infanto-juvenis para sessões abertas a estudantes da rede pública de ensino da região, além de homenagear uma personalidade do cinema nacional e promover o lançamento de um longa-metragem do homenageado. O festival também irá integrar musica, gastronomia e turismo. Sendo um desdobramento do 25° Festival de Cinema de Vitória. Na primeira edição foram exibidos 66 filmes 10 longas e 50 curtas, oficina de realização audiovisual para 30 alunos.

ANEXO II

184324 - Through the Light - Através da Luz
MARCOS FERREIRA DE OLIVEIRA
CNPJ/CPF: 118.994.327-10
Processo: 01400.019942/2018-59
Cidade: Angra dos Reis - RJ;
Valor Aprovado: R$ 233.145,00
Prazo de Captação: 12/11/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "Through the Light - Através da Luz" foi modelado para realizar a criação e o desenvolvimento de um jogo eletrônico 3D e a sua tiragem em DVD. A divulgação ocorrerá de maneira ampla, incluindo a Internet, dando publicidade Internacional ao projeto. Ao final, terá sido estimulada a cultura nacional através de games de qualidade e com garantias de democratização do seu acesso ao público, além da finalidade de estimular novos artistas e criar novos espaços no segmento.

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 367/DPC, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Renova o Credenciamento da empresa Falck Nutec Brasil Treinamentos em Segurança Marítima Ltda para ministrar o Curso de Manobra e Combate a Incêndio de Aviação - MCIA.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Renovar o Credenciamento da empresa Falck Nutec Brasil Treinamentos em Segurança Marítima Ltda, CNPJ 07.070.955/0001-64, para ministrar o Curso de Manobra e Combate a Incêndio de Aviação (MCIA), na área sob a jurisdição da Delegacia da Capitania dos Portos em Macaé, fundamentado na NORMAM-24, 3ª Revisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e a presente renovação tem validade de 5 de novembro de 2018 até 10 de outubro de 2021.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 8/DPC, de 13 de janeiro de 2016.

Vice-Alte. ROBERTO GONDIM CARNEIRO DA CUNHA

PORTARIA Nº 368/DPC, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso RAUL RAMIDE BATISTA DE CASTRO (CIR: 021P2001168849), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
CBO FLAMENGO	3813886328	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Açu (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º O comandante da embarcação dispensada deverá observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 319, datada de 8 de outubro de 2018, publicada no DOU de 9 de outubro de 2018.

Vice-Alte. ROBERTO GONDIM CARNEIRO DA CUNHA

PORTARIA Nº 369/DPC, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Renova o credenciamento da empresa LIGHTHOUSE-SMS CONSULTORIA E TREINAMENTO EIRELI - EPP para ministrar o Curso de Manobra e Combate a Incêndio de Aviação - MCIA.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Renovar o credenciamento da empresa LIGHTHOUSE-SMS CONSULTORIA E TREINAMENTO EIRELI - EPP, CNPJ 08.900.111/0001-66, para ministrar o Curso de Manobra e Combate a Incêndio de Aviação (MCIA), na área sob a jurisdição da Delegacia da Capitania dos Portos em Macaé, fundamentado na NORMAM-24 (3ª Revisão).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e a presente renovação tem validade de 3 de novembro de 2018 até 17 de outubro de 2021.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 25/DPC, de 28 de janeiro de 2016.

Vice-Alte. ROBERTO GONDIM CARNEIRO DA CUNHA

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.159, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e considerando o disposto na Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012, e na Portaria nº 246, de 15 de abril de 2016, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam remanejados, de imediato, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo para o Ministério da Educação, os cargos de direção e as funções gratificadas a eles referentes, constantes no Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Ficam distribuídos, de imediato, do Ministério da Educação para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, os cargos de direção e as funções gratificadas a eles referentes, constantes do Anexo II a esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

ANEXO I

Das IFSP para o MEC

C Ó D.	ÓRGÃO	CD1	CD2	CD3	CD4	FG1	FG2
26439	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo			1	1		2

ANEXO II

Do MEC para IFRN

CÓ D.	ÓRGÃO	CD1	CD2	CD3	CD4	FG1	FG2
26405	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte			1	1		2

PORTARIA Nº 1.162, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Regulamenta o conceito de Aluno-Equivalente e de Relação Aluno por Professor, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição; em observância ao disposto no § 1º do art. 8º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; e tendo em vista as estratégias 11.11 e 12.3 do Anexo à Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, resolve:

Art. 1º Fica definido o conceito de aluno-equivalente ou matrícula equivalente como o aluno matriculado em um determinado curso, ponderado pelo fator de equiparação de carga horária e pelo fator de esforço de curso.

§ 1º O fator de equiparação de carga horária nivela a contagem das matrículas dos cursos de qualificação profissional ou cursos de formação inicial e continuada às matrículas dos cursos de regime anual, sendo determinado pela divisão da carga horária mínima regulamentada do curso por oitocentas horas.

§ 2º O fator de esforço de curso ajusta a contagem de matrículas-equivalentes para cursos que demandem, para o desenvolvimento de suas atividades, uma menor Relação Matrícula por Professor.

§ 3º Para o cumprimento dos percentuais de vagas estabelecidos pelo § 1º do art. 8º da Lei nº 11.892, de 2008, e pelo § 1º do art. 2º do Decreto nº 5.840, de 2006, será considerado o conceito de matrícula-equivalente.

Art. 2º A Relação Aluno por Professor fica definida como a Relação Matrícula por Professor, calculada como a razão entre o total de matrículas-equivalentes, ponderada pelo fator de correção da graduação e pelo total de professores-equivalentes.

§ 1º O fator de correção da graduação ajusta a contagem das matrículas para os cursos de graduação, em atendimento à estratégia 12.3 do Anexo à Lei nº 13.005, de 2014, e tem valor igual a 20/18.

§ 2º O total de professores-equivalentes considera todos os professores efetivos da instituição tendo como: peso 1 (um) os professores que possuem regime de trabalho de quarenta horas semanais ou dedicação exclusiva e 0,5 (meio) para professores que possuem regime de trabalho de vinte horas semanais.

§ 3º O conceito de Relação de Alunos por Professor ou Relação Estudante por Professor, descrito na Lei nº 13.005, de 2014, equivale ao de Relação Matrícula por Professor definido nesta Portaria.

Art. 3º As referências para o uso do fator de esforço de curso, do fator de correção da graduação e os indicadores de gestão para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, bem como o glossário de termos utilizados e as respectivas metodologias de cálculo, serão definidos por ato do Secretário de Educação Profissional e Tecnológica.

Art. 4º Fica revogada a Portaria MEC nº 818, de 13 de agosto de 2015.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.163, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Altera a Portaria MEC nº 817, de 13 de agosto de 2015.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, em conformidade com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e em observância ao disposto no Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, e nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, resolve:

Art. 1º A Portaria MEC nº 817, de 13 de agosto de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 18. .....

.....

XXVI - expedir ato normativo estabelecendo procedimentos sobre metodologias de análise de cumprimento de objeto para as instituições ofertantes, no âmbito da Bolsa-Formação, ação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec." (NR)

"Art.86-A. .....

.....

§ 5º A reprogramação de eventual saldo de recursos decorrente de não cumprimento ou de cumprimento parcial do objeto, para o exercício subsequente, na forma estabelecida nos §§ 2º e 3º deste artigo, poderão ocorrer por até três exercícios subsequentes, findos os quais os recursos deverão ser devolvidos, ficando vedados novos repasses à instituição ofertante para a mesma ação enquanto não ofertadas integralmente as vagas pactuadas ou devolvidos os recursos." (NR)

"Art. 91-A. Nos casos em que o parceiro ofertante tenha cumprido totalmente o objeto pactuado e possua saldos financeiros remanescentes em conta corrente, inclusive resultantes de aplicações dos recursos no mercado financeiro, a instituição poderá requerer à SETEC-MEC repactuação desses recursos disponíveis, no limite dos saldos financeiros existentes, que deverão ser aplicados em ação idêntica à do objeto da pactuação originária, observando o disposto na Seção II do Capítulo III desta Portaria.

§ 1º O requerimento será submetido a análise da área técnica da SETEC-MEC que se manifestará quanto à viabilidade técnica, considerando o saldo financeiro disponível e o quantitativo de horas-aluno passível de repactuação, condicionado a declaração firmada pelo ofertante, de que o saldo existente não esteja comprometido com quaisquer despesas remanescentes, evidenciando que, para a oferta, não haverá transferência de recursos.

§ 2º As instituições nas quais todas as turmas pactuadas tenham sido concluídas terão até um ano, a contar da publicação desta alteração, para solicitar repactuação e iniciar a oferta das vagas homologadas decorrentes dos saldos financeiros remanescentes.

§ 3º As instituições nas quais as turmas pactuadas originariamente não tenham sido concluídas terão até um ano, contado do término da última turma da derradeira pactuação vigente, para solicitar repactuação e iniciar a oferta das vagas homologadas decorrentes dos saldos financeiros remanescentes.

§ 4º Não havendo manifestação expressa de interesse pela repactuação, na forma prevista no caput e nos prazos estabelecidos nos §§ 2º e 3º deste artigo, bem como nos casos em que não haja recursos suficientes para compor uma turma, os saldos financeiros remanescentes deverão ser devolvidos na forma prevista em Resolução do FNDE.

§ 5º As instituições que formalizarem repactuações terão o prazo de dois anos para utilização dos recursos, prorrogável por igual período, no caso da oferta de cursos FIC, e de três anos, prorrogável por mais um ano, no caso da oferta de cursos técnicos de nível médio, sempre mediante justificativa fundamentada.

§ 6º A repactuação decorrente de saldos financeiros remanescentes em conta corrente obedecerá às mesmas regras de pactuação, execução e prestação de contas previstas nesta portaria e nas resoluções do FNDE vigentes." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.164, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e considerando o disposto na Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012, e na Portaria nº 246, de 15 de abril de 2016, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam remanejados, de imediato, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo para o Ministério da Educação, os cargos de direção e as funções gratificadas a eles referentes, constantes no Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Ficam distribuídos, de imediato, do Ministério da Educação para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os cargos de direção e as funções gratificadas a eles referentes, constantes do Anexo II a esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

ANEXO I

Do IFSP para o MEC

C Ó D.	ÓRGÃO	CD1	CD2	CD3	CD4	FG1	FG2
26439	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	-	-	-	1	-	2

ANEXO II

Do MEC para o IFGOIANO

C Ó D.	ÓRGÃO	CD1	CD2	CD3	CD4	FG1	FG2
26407	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	-	1	-	1	4	6

PORTARIA Nº 1.165, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 419/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201110831;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade de Presidente Venceslau (FAPREV), com sede na Rua Piracicaba, nº 47, bairro Jardim Coroados, no Município de Presidente Venceslau, no Estado de São Paulo, mantida pela UNIESP S.A. (CNPJ 19.347.410/0001-31).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.166, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 539/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 20079686;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Bertioga (Fabe), com sede na Avenida Manoel da Nóbrega, nº 966, bairro Jardim Lido, no Município de Bertioga, no Estado de São Paulo, mantida pela Associação Cultural e Educacional de Bertioga - ACEB (CNPJ 07.672.154/0001-79).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.167, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017; nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 492/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201608678;

Art. 2º Fica credenciado o Centro Universitário Saúde ABC (CUSABC), por transformação da Faculdade de Medicina do ABC (FMABC), com sede na Avenida Príncipe de Gales, nº 821, bairro Príncipe de Gales, no Município de Santo André, no Estado de São Paulo, mantido pela Fundação do ABC (CNPJ 57.571.275/0001-00).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.168, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; o Decreto n° 9.057, de 25 de maio de 2017; a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa n° 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 571/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201413683;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Educamais, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua Dr. Luiz Carlos, nº 1.000, Bairro Penha, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pela EGEA - Escola Global de Educação Avançada S.A (CNPJ 07.863.991/0001-85).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.169, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 521/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201416665;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade de Tecnologia em Hotelaria, Gastronomia e Turismo de São Paulo, com sede na Rua das Palmeiras, nºs 117, 122 e 184, Bairro Santa Cecília, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pela Sociedade Educacional Pinto e Menezes Ltda. - ME (CNPJ 03.665.246/0001-70).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.170, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 526/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 200800138;

Art. 2º Fica recredenciada a Escola de Engenharia Kennedy, com sede na Rua José Dias Vieira, nº 46, Bairro Visconde do Rio Branco, no Município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Fundação Educacional Minas Gerais (CNPJ 17.314.261/0001-89).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.171, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; o Decreto n° 9.057, de 25 de maio de 2017; a Portaria Normativa nº 11, de 22 de junho de 2017; e as Portarias Normativas n° 20 e n° 23, de 21 de dezembro de 2017, alteradas pelas Portarias Normativas nº 741 e nº 742, ambas de 02 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 504/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201609988.

Art. 2º Fica credenciado o INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR LATINOAMERICANO - IESLA, a ser instalado na Avenida Miguel Perrela, nº 680, bairro Castelo, com sede no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, mantido pelo INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR LATINOAMERICANO (CNPJ 97.525.706/0001-09).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria.

§1º As autorizações a que se refere o caput deste artigo são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

§2º A instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento dos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

ANEXO

Nº de ordem	Registro e-MEC	Curso	Nº de vagas totais anuais	Endereço de funcionamento do curso
1	201610204	Pedagogia (Licenciatura)	100 (cem)	Avenida Miguel Perrela, nº 680, bairro Castelo - Belo Horizonte/ MG. CEP: 31330-290.
2	201610205	Design Gráfico (Tecnológico)	100 (cem)	Avenida Miguel Perrela, nº 680, bairro Castelo - Belo Horizonte/ MG. CEP: 31330-290.

PORTARIA Nº 1.172, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 540/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 20074086;

Art. 2º Fica recredenciada a Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana (ESTEF), com sede na Rua Tomas Edison, nº 212, bairro Santo Antônio, no Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, mantida pela Fundação São Lourenco de Brindisi (CNPJ 05.536.330/0001-10).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.173, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 287/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201418012;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade de Tecnologia de Gravataí (FAQI), com sede na Avenida Dorival Cândido Luz de Oliveira, nº 2595, São Geraldo, no Município de Gravataí, no Estado do Rio Grande do Sul, mantida pela QI Escolas e Faculdades Ltda. (CNPJ 93.321.826/0001-33).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.174, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 420/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201307641;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade de Educação, Tecnologia e Administração de Caarapó - FETAC, com sede na Avenida 7 de Setembro, nº 30, bairro Vila Jary, Município de Caarapó, Estado do Mato Grosso do Sul, mantida pelo Instituto Caarapoense de Educação e Cultura Ltda. (CNPJ 18.785.079/0001-79).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.175, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 422/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 200804219;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdades Integradas de Tangará da Serra (FITS), com sede na Avenida Vergilio Favetti, nº 1.200, bairro Vila Alta, no Município de Tangará da Serra, no Estado do Mato Grosso, mantida pela UNIC Educacional Ltda. (CNPJ 14.793.478/0001-20).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.176, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 501/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201708751;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdades Integradas de Patos (FIP), a ser instalada na Avenida Floriano Peixoto, nº 3.333, bairro Santa Rosa, Município de Campina Grande, Estado da Paraíba, mantida pelo Centro Educacional de Ensino Superior de Patos Ltda. (CNPJ 19.768.173/0001-82).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.177, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 506/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201703045;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Gil Gal (GILGAL), a ser instalada na Rua Coronel José Vicente, s/n, Bairro Centro, no Município de Sousa, no Estado da Paraíba, mantida pela Sobreira & Lacerda Limitada - ME (CNPJ 10.934.894/0001-40).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.178, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 527/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201408310;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade de Ensino Regional Alternativa (FERA), com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 98, bairro Eldorado, no Município de Arapiraca, no Estado de Alagoas, mantida pela Sociedade de Ensino Superior do Agreste Ltda. - ME (SOESA) (CNPJ 07.664.688/0001-53).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.179, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 437/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201101420;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade de Administração de Teresina (FAT), com sede na Rua Walfran Batista, nº 91, bairro São Cristovão, no Município de Teresina, no Estado do Piauí, mantida pela AESPI Ensino Superior do Piauí S/S Ltda. (CNPJ 11.648.433/0001-74).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.180, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 491/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201608180;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade M-Educar (FAMED), a ser instalada na Avenida Parque Sul, nº 601, Bairro Caroba, no Município de Croatá, no Estado do Ceará, mantida pelo Instituto Melo de Educação Ltda. - ME (CNPJ 12.140.196/0001-07).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.181, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 530/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201406655;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Uninabuco São Lourenço da Mata, com sede na Avenida Almirante Tamandaré, nº 100, Centro, no Município de São Lourenço da Mata, no Estado de Pernambuco, mantida pela Associação de Ensino Superior Anglo Lider - AESAL (CNPJ 07.508.313/0001-02).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.182, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 485/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 200903081;

Art. 2º Fica recredenciada a Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), com sede na Avenida NS 15, ALCNO 14, s/n, Centro, no Município de Palmas, no Estado de Tocantins, mantida pela Fundação Universidade Federal do Tocantins (CNPJ 05.149.726/001-04).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 8 (oito) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.183, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017; nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 559/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201511132;

Art. 2º Fica credenciado o Centro Universitário Metropolitana de Marabá, por transformação da Faculdade Metropolitana de Marabá, com sede na Rodovia BR 230, Km 5, s/n, Bairro Nova Marabá, no Município de Marabá, no Estado do Pará, mantido pelo Centro de Ensino Superior de Marabá Ltda. (CNPJ 07.333.953/0001-10).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

DESPACHO DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº: 23078.023683/2015-60
Interessado: Empresa Construtora Casablanca. CNPJ nº 07.503.843/0001-50
Assunto: Aplicação de penalidade

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência, considerando a solicitação da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, por meio do Ofício nº 0161/2018/GR, e os documentos que compõem o Processo nº 23078.023683/2015-60, bem como as conclusões proferidas na Nota Técnica nº 14/2018/GAB/CGLC/SAA, da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos da Subsecretaria de Assuntos Administrativos deste Ministério, e as recomendações exaradas pela Consultoria Jurídica junto a esta Pasta, no Parecer nº 01462/2018/CONJUR-MEC/CGU/AGU, DECIDO, com fulcro no art. 87, inciso IV, combinado com o art. 88, incisos II e III, ambos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela aplicação da sanção administrativa de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de dois anos, à empresa Construtora Casablanca, inscrita no CNPJ nº 07.503.843/0001-50, em decorrência da prática de atos ilícitos, visando frustrar o caráter competitivo de disputa de preços realizados no âmbito da UFRGS, nos processos de dispensa de licitação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA
Ministro

DESPACHO DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº: 23078.023683/2015-60
Interessada: Empresa Construtora Continental. CNPJ nº 05.253.739/0001-29
Assunto: Aplicação de penalidade

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência, considerando a solicitação da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS, por meio do Ofício nº 0161/2018/GR, e os documentos que compõem o Processo nº 23078.023683/2015-60, bem como as conclusões proferidas na Nota Técnica nº 14/2018/GAB/CGLC/SAA, da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos da Subsecretaria de Assuntos Administrativos deste Ministério, e as recomendações exaradas pela Consultoria Jurídica junto a esta Pasta, no Parecer nº 01462/2018/CONJUR-MEC/CGU/AGU, DECIDO, com fulcro no art. 87, inciso IV, combinado com o art. 88, incisos II e III, ambos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela aplicação da sanção administrativa de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de dois anos, à empresa Construtora Continental, inscrita no CNPJ nº 05.253.739/0001-29, em decorrência da prática de atos ilícitos, visando frustrar o caráter competitivo de disputa de preços realizados no âmbito da UFRGS, nos processos de dispensa de licitação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA
Ministro

DESPACHO DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº: 3078.023683/2015-60
Interessada: Empresa Marlene Salete P. da Silva - CNPJ nº 02.514.141/0001-58
Assunto: Aplicação de Penalidade

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência, considerando a solicitação da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, por meio do Ofício nº 0161/2018/GR, e os documentos que compõem o Processo nº 23078.023683/2015-60, bem como as conclusões proferidas na Nota Técnica nº 14/2018/GAB/CGLC/SAA, da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos, da Subsecretaria de Assuntos Administrativos deste Ministério, e as recomendações exaradas pela Consultoria Jurídica junto a esta Pasta, no Parecer nº 01462/2018/CONJUR-MEC/CGU/AGU, DECIDO, com fulcro no art. 87, inciso IV, combinado com o art. 88, incisos II e III, ambos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela aplicação da sanção administrativa de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de dois anos, à empresa Marlene Salete P. da Silva, inscrita no CNPJ sob o nº 02.514.141/0001-58, em decorrência da prática de atos ilícitos, visando frustrar o caráter competitivo de disputa de preços realizados no âmbito da UFRGS, nos processos de dispensa de licitação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA
Ministro

DESPACHO DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº: 23078.023683/2015-60
Interessado: Empresa Supremo-Sul Comercial Ltda - CNPJ nº 12.432.650/0001-95
Assunto: Aplicação de Penalidade

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência, considerando a solicitação da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, por meio do Ofício nº 0161/2018/GR, e os documentos que compõem o Processo nº 23078.023683/2015-60, bem como as conclusões proferidas na Nota Técnica nº 14/2018/GAB/CGLC/SAA, da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos, da Subsecretaria de Assuntos Administrativos deste Ministério, e as recomendações exaradas pela Consultoria Jurídica junto a esta Pasta, no Parecer nº 01462/2018/CONJUR-MEC/CGU/AGU, DECIDO, com fulcro no art. 87, inciso IV, combinado com o art. 88, incisos II e III, ambos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela aplicação da sanção administrativa de declaração de inidoneidade para licitar ou

contratar com a Administração Pública, pelo prazo de dois anos, à empresa Supremo-Sul Comercial Ltda., inscrita no CNPJ nº 12.432.650/0001-95, em decorrência da prática de atos ilícitos, visando frustrar o caráter competitivo de disputa de preços realizados no âmbito da UFRGS, nos processos de dispensa de licitação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA
Ministro

DESPACHO DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº: 23123.003227/2016-91
Interessada: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência e com fulcro no Parecer nº 01544/2018/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica deste Ministério, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, acolho parcialmente as conclusões da Comissão de Inquérito em seu Relatório Final, nos termos do artigo 168, caput, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e declaro prescrita a pretensão punitiva da Administração, nos termos do artigo 142, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, acerca dos fatos investigados pela Comissão de Inquérito no processo em epígrafe, razão pela qual determino o arquivamento do feito.

ROSSIELI SOARES DA SILVA
Ministro

DESPACHO DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº: 23051.019938/2016-79
Interessado: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA

Assunto: Instauração de Processo Administrativo Disciplinar. Possíveis irregularidades relativas ao Convênio de Cooperação Técnica entre o Instituto de Olho no Futuro - IOF e o IFPA.

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência e com fulcro no Parecer nº 01387/2018/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação, cujos fundamentos e recomendações adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, determino a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar as possíveis irregularidades relativas à celebração e execução do Convênio de Cooperação Técnica entre a organização não governamental IOF e o IFPA, bem como outras irregularidades que porventura surjam no curso de seu trabalho e guardem conexão com tais fatos. Recomenda-se que se tomem providências quanto à possível participação de outros servidores, como sugerido no Parecer.

ROSSIELI SOARES DA SILVA
Ministro

DESPACHO DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CEB nº 6/2017, da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, que respondeu consulta acerca da não necessidade de Instituições de Educação Superior, ofertantes de cursos no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, deverem observar normas de âmbito regional, no caso, disposições da Portaria nº 226, de 14 de outubro de 2008, da Secretaria de Educação do Distrito Federal, conforme consta do Processo nº 23123.003068/2017-14.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 249, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Regulamenta o Art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos §§ 2º e 4º do art. 2º da Lei nº 8.405 de 5 de janeiro de 1992, e pelo Art. 26 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, e

CONSIDERANDO o disposto nos autos do Processo nº 23038.008363/2016-3, resolve:

Art. 1º Regulamentar o art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Para efeitos desta Portaria considera-se:

I - Grupo 1, as modalidades de bolsa de Coordenadoria Geral e Coordenadoria Adjunta;

II - Grupo 2, as modalidades de bolsa de Coordenadoria de Curso e Coordenadoria de Tutoria;

III - Grupo 3, as modalidades de bolsa de Assistência à Docência, Tutoria, professor formador e conteudista;

IV - Grupo 4, as modalidades de bolsa de Coordenadoria de Polo.

Art. 3º A duração da concessão de cada bolsa será de até 2 anos para os Grupos 1 e 2 e de até 4 anos para os Grupos 3 e 4.

§ 1º Para todos os grupos, deverão ser observados os perfis acadêmicos e profissionais exigidos na Portaria Capes nº 183/16.

§ 2º A concessão de nova bolsa para um mesmo beneficiário dependerá necessariamente da sua aprovação em novo processo seletivo.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO SELETIVO

Art. 4º Os processos seletivos deverão observar, obrigatoriamente, todas as normas da Portaria Capes nº 183 de 21 de outubro de 2016, e desta Portaria, bem como prever a possibilidade de recurso do resultado.

§ 1º A autoridade responsável pelo processo seletivo poderá estabelecer regras adicionais, e os critérios de seleção devem ser objetivos e atender aos princípios que regem a Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988.

§ 2º As regras e critérios estabelecidos na forma do parágrafo anterior deverão ser submetidos à assessoria jurídica ou órgão equivalente na entidade responsável pelo processo seletivo, para verificação de conformidade jurídica.

§ 3º Os processos seletivos deverão ser amplamente divulgados, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do prazo final de inscrições.

§ 4º Todos os atos praticados pela autoridade responsável pelo processo seletivo deverão ser registrados.

§ 5º O resultado do processo seletivo deverá ser comunicado pela autoridade responsável à CAPES, por meio dos sistemas eletrônicos de gestão da UAB, no prazo de até 30 (trinta) após a conclusão do certame.

§ 6º Somente serão admitidos recursos à Capes nos casos em que se questionem a legalidade das regras do processo seletivo e desde que seja demonstrado o esgotamento da matéria no âmbito das estruturas cabíveis da entidade que realizou o processo seletivo.

§ 7º A validade do processo seletivo é de até 4 (quatro) anos para os Grupos 3 e 4 e de até 2 anos para os Grupos 1 e 2.

Art. 5º O processo seletivo para os Grupos 1 e 2 deverá ser conduzido e homologado por colegiado criado especificamente para este fim devendo ser composto por integrantes do quadro permanente da instituição.

§ 1º No caso do Grupo 1, o colegiado deverá ser composto por integrantes da Reitoria ou órgão equivalente.

§ 2º No caso do Grupo 2, o colegiado deverá ser composto por integrantes do departamento do curso ou órgão equivalente.

Art. 6º O processo seletivo do Grupo 3 deverá ser realizado pela Instituição de Ensino Superior a qual o bolsista estará vinculado.

Art. 7º O processo seletivo do Grupo 4 deverá ser realizado pelo mantenedor do polo.

Parágrafo único. Em caso de substituição do Coordenador do Polo, a Capes fixará prazo para que o mantenedor realize novo processo seletivo.

CAPÍTULO III

DA FISCALIZAÇÃO PELA CAPES

Art. 8º O processo seletivo poderá ser suspenso ou cancelado, mediante procedimento administrativo, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, em caso de inobservância desta Portaria, da Portaria CAPES nº 183 de 21 de outubro de 2016, ou de Legislação Federal aplicável.

Art. 9º O cancelamento do processo seletivo poderá resultar em recomendação, suspensão, cancelamento das bolsas concedidas e restituição ao erário dos valores pagos, situação na qual será instruído procedimento administrativo individualizado, por meio do qual o bolsista e a instituição poderão se manifestar.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10 Como regra de transição das ofertas de editais CAPES anteriores à publicação desta Portaria, as entidades partícipes do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB disporão de 6 (seis) meses para realizarem novos processos seletivos.

Art. 11 Casos omissos serão analisados pela CAPES.

Art. 12 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABILIO A. BAETA NEVES

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 661, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 15 do Anexo I, do Decreto n. º 9.007, de 20 de março de 2017.

Considerando o efetivo acompanhamento da execução do Plano Estratégico do FNDE definido para o quinquênio 2018-2022;

Considerando a necessidade de aferição do desempenho institucional nos termos do Decreto nº 7.113/2010 e Portaria FNDE nº 1.073/2010;

Considerando a necessidade de transparência e alinhamento das ações, projetos e programas educacionais como estratégia fundamental de apoio à promoção da qualidade educacional; e

Considerando a relevância do fortalecimento da governança e da gestão estratégica orientada para o alcance de resultados institucionai, resolve:

Art. 1º Publicar o resultado parcial da apuração das metas institucionais relativas ao período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018, em observância ao inciso II do art. 2 da Portaria nº 545, de 05 de setembro de 2018, e apresentado no ANEXO I.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO SOUSA PINHEIRO

ANEXO I

PAINEL DE INDICADORES E METAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - Apuração Parcial SET/2018

Nº	Objetivo Estratégico	Nº	Indicador	Fórmula	META 2018	Resultado Acumulado JAN a SET/2018	Desempenho SET/2018
1.	Implantação de políticas públicas educacionais	1.1	Alunos transportados	Relação entre a quantidade de alunos atendidos (PNATE) e a quantidade de alunos previstos (PNATE).	90%	94,06%	104,51%
		1.2	Execução de recursos financeiros do PNAE	Relação entre os recursos financeiros repassados às entidades executoras do PNAE e os recursos previstos para o período.	85%	84,05%	98,88%
		1.3	Livros didáticos entregues	Relação entre o somatório de livros entregues no prazo (início do ano letivo) e o total de livros a serem distribuídos.	85%	98,23%	115,56%
2.	Assistência técnica aos entes governamentais e demais atores do sistema educacional	2.1	Capacidade de atendimento	Relação entre o somatório de orientações prestadas pela Central de Atendimento, SIC e Ouvidoria a entes governamentais e demais atores do sistema educacional e o total de demandas recebidas no período.	80%	90,97%	113,71%
3.	Formação dos gestores educacionais e comunidade escolar	3.1	Índice de formação dos gestores educacionais e comunidade escolar	Relação entre a quantidade de cursistas aprovados e o total de cursistas matriculados.	70%	78,38%	111,97%

		3.2	Taxa de capacitação de municípios	Relação entre o número de municípios capacitados pelos programas do FNDE em um ciclo de 3 anos e o total de municípios.	50%	25,63%	51,26%
4.	Recursos financeiros para os entes executores	4.1	Taxa de empenho dos programas PDDE, PNAE e PNATE	Relação entre despesa empenhada e dotação atualizada (Programas PDDE, PNAE e PNATE).	100%	85,00%	85,00%
5.	Financiamento estudantil	5.1	Taxa de adesão ao Financiamento Estudantil	Relação entre o número de alunos entrando no programa e o número total de vagas no período.	78%	44,00%	56,41%
6.	Aprimorar a gestão de programas e ações educacionais	6.1	Maturidade de gestão dos programas	Relação entre o número de programas com indicadores de gestão e o número de programas.	5%	6,67%	133,40%
7.	Desenvolver o monitoramento integrado e avaliação	7.1	Taxa de implementação do monitoramento integrado	Relação entre as ações (entregas) realizadas e o total de ações (entregas) planejadas no modelo (projeto) de monitoramento integrado do FNDE.	25%	44,44%	177,76%
8.	Aperfeiçoar a sistemática de prestação de contas	8.1	Capacidade de prestação de contas	Somatório de documentos conclusivos inerentes a obrigações de prestações de contas de programa e projetos educacionais apurado no exercício anterior acrescido de 5%.	2017+5%	4,60%	92,00%
		8.2	Atendimento a Demandas Externas	Relação entre o número de demandas respondidas (aditadas e novas) e o somatório do número de demandas recebidas e o número do passivo.	96,5%	97,47%	101,01%
9.	Incentivar a gestão socioambiental	9.1	Taxa de práticas socioambientais	Relação entre o número de Programas finalísticos que adotaram práticas socioambientais e o total de programas apoiados.	- (*)	-	-
		9.2	Economia do consumo de água	Relação entre a diferença do Consumo de água mês/ano anterior e o Consumo de água no mês/ano atual pelo Consumo de água no mês/ano anterior.	2%	1,52%	76,00%
		9.3	Economia do consumo de energia	Relação entre o Consumo de energia mês/ano anterior e o Consumo de energia no mês/ano atual pelo Consumo de energia no mês/ano anterior.	1%	-2,99%	-299,00%
10.	Aumentar a eficiência dos processos de negócio	10.1	Tempo de resposta aos pedidos de adesão as ARP	Somatório da diferença entre Data de autorização da solicitação no SIGARP e a Data de recebimento da solicitação dividido pela Quantidade de solicitações autorizadas no período.	5,50 dias	3,13 dias	56,91%
		10.2	Taxa de homologação dos itens do RPN	Relação entre o somatório de itens do RPN homologados com sucesso no período (que exclui itens cancelados ou fracassados na licitação) e o somatório dos itens licitados pelo RPN no período, correspondendo a uma medida de eficácia da atividade, mensurada em porcentagem.	60%	100,00%	166,67%
11.	Melhorar a comunicação e interação com a sociedade e entes externos	11.1	Taxa de implementação do PDA vigente	Relação entre a quantidade de dados do PDA previstos para o período de referência que foram implementadas e a quantidade de dados do PDA previstos para o período de referência.	25%	75,00%	300,00%
		11.2	Taxa de atualização de dados PDA	Relação entre a quantidade de atualizações dos dados do PDA existentes e a quantidade de atualizações de dados do PDA previstas.	60%	40,00%	66,67%
12.	Promover a gestão da inovação	12.1	Taxa de implementação do programa de inovação	Relação entre o número de entregas realizadas e o total de entregas planejadas do Programa de Inovação do FNDE.	70%	100,00%	142,86%
		12.2	Recursos para inovação	Relação entre o valor de recursos alocados para inovação e o valor da dotação atualizada da ação "Gerenciamento das Políticas de Educação".	5%	4,91%	98,20%
13.	Promover a gestão do conhecimento organizacional	13.1	Taxa de implementação da gestão do conhecimento	Relação entre as ações (entregas) realizadas e o total de ações (entregas) planejadas no modelo (projeto) de gestão de conhecimento do FNDE.	25%	15,00%	60,00%
14.	Fortalecer os controles internos e a gestão de riscos	14.1	Taxa de implementação da gestão de risco	Relação entre o número de processos trabalhados na gestão baseada em risco do FNDE no ano e o número de processos planejados para o ano na gestão baseada em risco do FNDE.	60%	57,14%	95,23%
15.	Fortalecer a gestão estratégica e a governança	15.1	Índice de maturidade em gestão estratégia - Pesquisa de maturidade	Aplicação de pesquisa para avaliação de boas práticas em gestão estratégica.	45%	40,00%	88,89%
16.	Otimizar a força de trabalho		- (**)		-	-	-
17.	Promover a valorização e inclusão social da força de trabalho	17.1	Taxa de adesão aos programas de incentivo	Relação entre o número de servidores participantes dos programas de incentivo e o número total do público alvo.	50%	44,90%	89,80%
		17.2	Taxa de participação da pesquisa de clima organizacional	Relação entre o úmero de colaboradores participantes da pesquisa e o número total de colaboradores do FNDE.	40%	48,56%	121,40%
18.	Promover a gestão de competências	18.1	Índice de alinhamento de competências individuais e institucionais	Relação entre os requisitos de competências existentes nos currículos dos servidores e os requisitos de competências requeridas pelos postos de trabalho.	55%	51,91%	94,38%
		18.2	Taxa de implantação do Plano de Capacitação	Relação entre o número de ações de capacitação realizadas e o número de ações de capacitação planejadas.	65%	99,04%	152,37%
19.	Promover a modernização dos serviços de tecnologia	19.1	Taxa de implementação do PDTIC	Relação entre a quantidade de ações do PDTIC previstas para o ano de referência que foram implementadas e a quantidade de ações do PDTIC previstas para o ano de referência.	55%	65,98%	119,96%
20.	Assegurar a gestão de recursos orçamentários e financeiros	20.1	Taxa de execução orçamentária	Relação entre despesa executada e dotação atualizada.	95%	85,34%	89,83%
		20.2	Capacidade de redução do RAP	Relação entre o total de pagamentos efetuados do RAP e o estoque do RAP.	20%	20,92%	104,60%
Atingimento de metas institucionais (Resultado Parcial: Janeiro-Setembro/2018)							95,54%

Nota: (*) Indicador em fase de desenvolvimento, sem estabelecimento de meta no período considerado. Apuração a partir de 2019. (**) Indicador em fase de desenvolvimento.

COMITÊ GESTOR DO FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL

RESOLUÇÃO Nº 29, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018 (*)

Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil - CG-Fies.

O PRESIDENTE DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL - CG-Fies, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria MEC nº 522, de 1 de junho de 2018; pelo Decreto de 19 de setembro de 2017 e das atribuições previstas na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, com redação dada pela Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; e

CONSIDERANDO os debates realizados no âmbito do CG-Fies e do Grupo Técnico do Fies, com vistas à atualização do Regimento Interno;

CONSIDERANDO a estrutura orgânica do Comitê Gestor do Fies e as competências estabelecidas pelo Decreto de 19 de setembro de 2017, com a redação dada pelo Decreto nº 9.304, de 8 de março de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil - CG-Fies, na forma do Anexo a esta Resolução.

Art. 2º Revogar a Resolução nº 1, de 13 de dezembro de 2017, e a Resolução nº 25, de 5 de junho de 2018.

Art. 3º Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

FELIPE SARTORI SIGOLLO

(*) Republicada por ter saído, no DOU de 5/11/2018, Seção 1, páginas 36 e 37, com incorreção no original.

ANEXO

REGIMENTO INTERNO
DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (CG-FIES)
CAPÍTULO I
FINALIDADE

Art. 1º O Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil (CG-Fies), de que trata o art. 1º do Decreto de 19 de setembro de 2017, tem por finalidade formular a política de oferta e supervisionar a execução das operações do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), sob a coordenação do Ministério da Educação (MEC).

Art. 2º Compete ao CG-Fies:

I - formular a política de oferta de financiamento estudantil;

II - estabelecer as diretrizes e o planejamento do Fies; e

III - supervisionar a execução das operações do Fies coordenadas pelo MEC, acompanhar os financiamentos concedidos no âmbito do Fies, os indicadores dos alunos beneficiados e as garantias fornecidas pelo Fundo Garantidor (FG-Fies).

Art. 3º O CG-Fies deverá, anualmente, deliberar e encaminhar ao Ministro de Estado da Educação:

I - os critérios de elegibilidade de cada modalidade do Fies, incluindo os critérios de priorização da oferta de financiamento para cursos e para alocação regional das vagas;

II - os parâmetros para o financiamento de estudantes de cursos da educação profissional e tecnológica e em programas de mestrado e doutorado com avaliação positiva;

III - as regras de transferência de curso ou instituição, renovação, suspensão temporária e encerramento do período de utilização do financiamento;

IV - os requisitos de adesão e participação das instituições de ensino no Fies, incluídos os critérios mínimos de qualidade do curso ou da instituição de ensino;

V - os limites de crédito a serem oferecidos nas modalidades do Fies, o prazo do financiamento e a forma de reajuste ao longo do tempo dos valores constantes dos contratos de financiamento estudantil passíveis de financiamento pelo Fies;

VI - os parâmetros de repactuação dos financiamentos com os estudantes que poderão ser negociados pelas instituições financeiras nos contratos com garantia de fundos com aporte de recursos da União;

VII - regras que determinarão os aportes ao FG-Fies a serem realizados pelas instituições de ensino a partir do segundo ano no FG-Fies;

VIII - as condições da garantia obrigatória do FG-Fies para o estudante, de forma exclusiva ou concomitante com as garantias dadas pelo estudante financiado ou pela entidade mantenedora da instituição de ensino;

IX - o cálculo e o detalhamento do procedimento da restituição de que trata o § 15 do art. 5º-C da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001;

X - o prazo de suspensão das instituições de ensino que descumprirem as obrigações assumidas nos termos de adesão ao Fies, conforme disposto no inciso IV do § 5º do art. 4º da Lei nº 10.260, de 2001;

XI - as regras e as condições aplicadas ao aproveitamento dos descontos concedidos sobre os encargos educacionais de caráter coletivo, no âmbito do Fies; e

XII - as regras de abatimento de que trata o art. 6º-B da Lei nº 10.260, de 2001.

Art. 4º O CG-Fies deverá, nos termos do inciso II do art. 2º, deliberar sobre o planejamento do financiamento estudantil por meio de Plano Trienal, que conterá:

I - as diretrizes gerais do Fies para o triênio de referência, discriminando a quantidade anual de vagas a serem ofertadas e as prioridades de atendimento necessárias;

II - o mapeamento de riscos cobertos, parâmetros e disposições contratuais necessárias;

III - os percentuais ou valores mínimos e máximos de financiamento;

IV - a estimativa e o monitoramento do aporte global de recursos financeiros e o impacto fiscal no curto e no médio prazos; e

V - o período de aplicação do Plano Trienal, inclusive a data limite para liquidação das obrigações financeiras junto às instituições de ensino superior antes do encerramento do exercício financeiro.

Parágrafo único. O Plano Trienal do Fies será aplicado a partir do exercício financeiro seguinte ao de sua aprovação e será atualizado anualmente.

CAPÍTULO II
ORGANIZAÇÃO DO COMITÊ
Seção I
Da Estrutura
Art. 5º Integram o CG-Fies:
I - Plenário
II - Presidência
III - Secretaria Executiva
IV - Grupo técnico.
Art. 6º Caberá ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sem prejuízo das demais competências que lhes são conferidas, prover os serviços de Secretaria-Executiva do CG-Fies.
Seção II
Da Composição
Art. 7º O CG-Fies tem a seguinte composição:
I - três representantes do Ministério da Educação (MEC) ou de autarquias a ele vinculadas;
II - dois representantes do Ministério da Fazenda (MF);
III - dois representantes do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP);
IV - um representante da Casa Civil da Presidência da República; e
V - um representante do Ministério da Integração Nacional (MI).
§ 1º Cada representante de que trata este artigo terá um suplente que o substituirá nos seus afastamentos e impedimentos legais.
§ 2º Os membros do CG-Fies, e respectivos suplentes, serão indicados pelos Ministros de Estado titulares dos órgãos representados e designados pelo Ministro de Estado da Educação.
§ 3º A Presidência e a Vice-Presidência do CG-Fies será exercida por representantes do MEC designados pelo Ministro de Estado Educação, escolhidos dentre os três indicados no inciso I.
§ 4º O membros titulares e suplentes do CG-Fies serão indicados entre servidores de graduação igual ou superior, respectivamente, ao nível 6 e ao nível 5 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS).
§ 5º Em suas faltas e impedimentos, o Presidente do CG-Fies será substituído pelo Vice-presidente.
§ 6º Na ausência simultânea do Presidente e do Vice-presidente, a Presidência será exercida pelo representante designado pelo Presidente.
§ 7º O Presidente do CG-Fies terá direito a voto nominal e de qualidade.
§ 8º A ausência não justificada de representante dos órgãos em duas reuniões consecutivas ensejará carta de advertência do Presidente ao membro do órgão e será solicitada a substituição dos representantes cujos órgãos não sejam representados em duas reuniões ordinárias sequenciais.
Seção III
Do Grupo Técnico
Art. 8º O CG-Fies contará com Grupo Técnico, com a finalidade de assessorar o Comitê no desempenho de suas funções, a quem compete:
I - prestar suporte técnico ao CG-Fies;
II - apresentar propostas sobre a implementação, a operacionalização, o controle e o aprimoramento do Fies;
III - elaborar a proposta de Plano Trienal do Fies; e
IV - elaborar ou coordenar o desenvolvimento de estudos sobre o Fies.
§ 1º Aplica-se ao Grupo Técnico o disposto no § 2º do caput do Art. 7º e no caput do Art. 10.
§ 2º O membros titulares e suplentes do Grupo Técnico serão indicados entre servidores de graduação igual ou superior, respectivamente, ao nível 4 e ao nível 3 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS).
§ 3º O Grupo Técnico será coordenado por um dos representantes indicados pelo MEC.
§ 4º O Grupo Técnico se reunirá sempre que convocado pelo seu Coordenador.
§ 5º Por intermédio de seu Coordenador, o Grupo Técnico poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades públicas ou privadas para participar das reuniões, sem direito a voto.
§ 6º As reuniões ordinárias do Grupo Técnico ocorrerão com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para a reunião ordinária do Comitê Gestor do Fies.
I - o coordenador do Grupo Técnico indicará as relatorias e promoverá a distribuição das matérias em até 20 (vinte) dias antes da reunião do Grupo;
II - os relatores deverão entregar ao coordenador do Grupo Técnico, em até 3 (três) dias antes da reunião do Grupo, os subsídios, estudos, documentos preliminares e/ou apresentações pertinentes, com vistas ao imediato compartilhamento com os demais membros.
§ 7º O Grupo Técnico promoverá reuniões com representantes de instituições de ensino e de alunos com o objetivo de ouvi-los sobre o aprimoramento do Fies.
Seção IV
Do Funcionamento Do Plenário
Art. 9º O CG-Fies reunir-se-á semestralmente, nos meses de abril e Outubro, em caráter ordinário, e, extraordinariamente, mediante convocação do Presidente ou em decorrência de requerimento de, no mínimo, metade dos seus representantes.
Parágrafo único. As reuniões do CG-Fies serão convocadas pelo Presidente do Comitê e serão realizadas nas dependências do MEC.
Art. 10. O quórum de reunião do CG-Fies é de maioria dos membros e o quórum de aprovação das resoluções é de maioria dos presentes.
§ 1º Cada representante titular terá direito a um voto.
§ 2º O CG-Fies deliberará mediante resoluções.
Art. 11. As deliberações do CG-Fies que apresentem impacto fiscal requerem aprovação por unanimidade, com a presença de todos os membros.
§ 1º O Presidente do Comitê poderá deliberar ad referendum do CG-Fies os assuntos urgentes e essenciais para assegurar a tempestiva operacionalização do financiamento estudantil, ainda que não apreciados no âmbito do Grupo Técnico, desde que não apresentem impacto fiscal.
§ 2º As deliberações aprovadas ad referendum do CG-Fies serão obrigatoriamente apreciadas na reunião subsequente do Comitê, seja ordinária ou extraordinária, observados os prazos regimentais.
§ 3º Para fins do disposto no § 1º, previamente à deliberação, o Presidente poderá consultar os demais membros do CG-Fies, por meio eletrônico, com vistas a colher subsídios à decisão.
Art. 12. As reuniões do Comitê poderão tornar-se sigilosas, a critério do Plenário, quando a natureza do assunto assim o exigir.
Art. 13. O processo deliberativo da reunião deverá ser suspenso se, a qualquer tempo, não se verificar a presença da maioria dos membros do Comitê.
Art. 14. A votação dos assuntos tratados observará a seguinte ordem:
I - voto dos representantes do Ministério da Fazenda;
II - voto dos representantes do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
III - voto do representante da Casa Civil da presidência da República;
IV - voto do representante do Ministério da Integração; e
V - voto dos representantes do Ministério da Educação.
§ 1º A substituição do representante titular em Plenário somente poderá ser feita pelo seu suplente formalmente indicado junto ao Comitê Gestor.
§ 2º O representante suplente terá direito a voto na ausência do respectivo titular e terá direito a voz, mesmo quando presente o titular.
§ 3º O exercício do voto é privativo dos representantes titulares ou suplentes, não sendo permitido seu exercício por representantes, mesmo que qualificados.
Art. 15. Por intermédio de seu presidente, o CG-Fies poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades públicas ou privadas para participar das reuniões, sem direito a voto.
Art. 16. A convocação ordinária será feita com antecedência mínima de sete dias úteis e a extraordinária de três dias úteis.
Parágrafo único. As reuniões extraordinárias poderão ser realizadas fora das dependências do MEC, por decisão do Presidente do Comitê, ou por meio de votação eletrônica.
Art. 17. A convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias será feita mediante expediente destinado a cada representante e estabelecerá dia, hora e local da reunião.
§ 1º Os documentos a serem submetidos à deliberação deverão ser encaminhados pelos representantes do GT-Fies à Secretaria Executiva do CG-Fies, obrigatoriamente, com sete dias úteis de antecedência da data de convocação das reuniões.
§ 2º A Secretaria Executiva do CG-Fies deverá encaminhar aos representantes os documentos a serem submetidos à deliberação, com a mesma antecedência do expediente da convocação.
§ 3º Do expediente de convocação deverá constar:
a) pauta da reunião com indicação dos assuntos a serem objeto de decisão;
b) ata da reunião anterior; e
c) relação de instituições e/ou técnicos eventualmente convidados e assunto a ser tratado.
Art. 18. As pautas das reuniões ordinárias e extraordinárias serão preparadas pela Secretaria-Executiva do CG-Fies, aprovadas pelo Presidente do Comitê.
Art. 19. Nas reuniões ordinárias ou extraordinárias as matérias deverão ser conduzidas na seguinte ordem:
I - a aprovação da pauta e contagem de quórum;
II - abertura de sessão, discussão e votação da ata da reunião anterior;
III - leitura do expediente e das comunicações;
IV - deliberações;
V - outros assuntos; e
VI - encerramento.
Art. 20. As reuniões extraordinárias tratarão exclusivamente das matérias objeto de sua convocação, não permitida qualquer deliberação sobre assunto não constante da pauta, ressalvados os requerimentos de urgência.
Parágrafo único. A convocação e a matéria para votação eletrônica será encaminhada pela Secretaria-Executiva a todos os membros do CG-Fies, com antecedência mínima de três dias úteis.
Art. 21. A deliberação das matérias em Plenário deverá obedecer à seguinte sequência:
I - o Presidente apresentará o item incluído na pauta e dará a palavra ao relator da matéria;
II - terminada a exposição, a matéria será colocada em discussão, podendo qualquer representante manifestar-se a respeito, escrita ou oralmente;
III - encerrada a discussão, o Plenário deliberará sobre a matéria, observada a ordem de votação estabelecida pelo Art. 14.
Parágrafo único. A manifestação que trata o inciso II deverá limitar-se a um máximo de quinze minutos por representante, ressalvados casos de alta relevância, a critério do Presidente.
Art. 22. O Plenário poderá apreciar matéria não constante de pauta, mediante justificativa e requerimento de regime de urgência.
§ 1º O requerimento de urgência deverá ser subscrito por um mínimo de dois representantes e encaminhado ao Presidente do Comitê com no mínimo cinco dias úteis de antecedência, o qual, no prazo de três dias úteis providenciará a distribuição aos representantes.
§ 2º Excepcionalmente, o Plenário poderá dispensar o prazo estabelecido no § 1º desde que o requerimento de urgência seja subscrito por, no mínimo, três representantes.
§ 3º O requerimento de urgência poderá ser acolhido, a critério do Plenário, por maioria simples.
§ 4º A matéria cujo regime de urgência não tenha sido aprovado deverá ser incluída na pauta da reunião subsequente, seja ordinária ou extraordinária, observados os prazos regimentais.
Art. 23. É facultado a qualquer representante com direito a voto requerer vista, devidamente justificada, de matéria não apreciada.
§ 1º A matéria objeto de pedido de vista deverá constar da pauta da reunião subsequente, ordinária ou extraordinária, quando deverá ser exposto o parecer do respectivo representante, entretanto será apreciada independentemente da apresentação deste.
§ 2º Quando mais de um representante pedir vista, o prazo para apresentação dos pareceres correrá simultaneamente.
§ 3º É intempestivo o pedido de vista ou de retirada de pauta após o início da votação da matéria.
§ 4º As matérias que estiverem sendo discutidas em regime de urgência somente poderão ser objeto de concessão de pedidos de vista se o Plenário assim o decidir, por maioria simples.
§ 5º A matéria somente poderá ser retirada de pauta, por pedido de vista, uma única vez.
Art. 24. As atas e resoluções do CG-Fies serão disponibilizadas pelo FNDE, conforme o disposto no inciso II do art.30.
Parágrafo único. O Presidente poderá adiar, em caráter excepcional, a publicação de qualquer matéria aprovada, desde que constatados equívocos, ou impropriedade em sua redação, devendo ser a matéria obrigatoriamente incluída na reunião subsequente, acompanhada de proposta de emendas devidamente justificada.
Art. 25. As atas do CG-Fies serão redigidas de forma a retratar as discussões relevantes e todas as decisões tomadas em Plenário e, depois de aprovadas pelo Comitê, assinadas pelo presidente e pelos representantes.
Art. 26. A participação dos membros e colaboradores eventuais no âmbito do CG-Fies será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.
Art. 27. Eventuais despesas com passagens e diárias serão custeadas pelos respectivos órgãos representados no CG-Fies.
Seção V
Das Atribuições dos Representantes do CG-Fies
Art. 28. Ao Presidente incumbe:
I - presidir as sessões plenárias, orientar os debates, colher os votos e votar;
II - convocar reuniões ordinárias, extraordinárias e eletrônicas;
III - solicitar estudos e pareceres sobre matérias de interesse do CG-Fies, após aprovação do Plenário;
IV - conceder vista de matéria constante de pauta, ouvido o CG-Fies;
V - prestar, em nome do CG-Fies, todas as informações relativas à gestão do Comitê;
VI - expedir todos os atos necessários ao desempenho de suas atribuições, em nome do CG-Fies; e
VII - cumprir e fazer cumprir este Regimento.
Art. 29. Aos membros incumbe:
I - participar das reuniões, debatendo e votando as matérias em exame;
II - aprovar as atas das reuniões;
III - solicitar informações, providências e esclarecimentos ao Presidente ou à Secretaria Executiva;
IV - apresentar relatórios e pareceres, elaborados pelos membros do Grupo Técnico, dentro dos prazos fixados;
V - informar, justificadamente, a impossibilidade de comparecimento; e
VI - desempenhar outras atribuições que lhes forem designadas pelo Presidente ou por deliberação do CG-Fies.

Seção VI

Das Atribuições da Secretaria Executiva

Art. 30. Compete à Secretaria Executiva do CG-Fies:

I - prestar assessoria e apoio técnico e administrativo necessários à gestão administrativa do CG-Fies;

II - divulgar no site do FNDE e em outros meios de comunicação aprovados pelo Plenário e, as resoluções e atas do CG-Fies e demais documentos de interesse geral relativos ao Fies;

III - acompanhar o cumprimento do que for deliberado pelo CG-Fies;

IV - requisitar dos agentes operadores e financeiros do Fies informações relativas ao financiamento sob sua administração;

V - exercer outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo CG-Fies.

Art. 31. Cabe ao FNDE celebrar os instrumentos contratuais vinculados ao Fies com as instituições financeiras, na qualidade de interveniente, exercendo a fiscalização da execução.

Art. 32. Cabe ao FNDE, coordenar e realizar a supervisão da execução das atividades realizadas pelas entidades mantenedoras no âmbito do financiamento estudantil.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33. O Comitê Gestor, observada a legislação aplicável, poderá estabelecer normas complementares relativas ao funcionamento e à ordem dos trabalhos:

I - do próprio CG-Fies, no que couber; e

II - das reuniões sigilosas referidas no Art. 12.

Art. 34. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Plenário.

Art. 35. Este Regimento Interno poderá ser alterado mediante proposta da maioria simples do CG-Fies, que será submetida à aprovação do Ministro de Estado da Educação.

Art. 36. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 793, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE regulação e supervisão da Educação superior, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Ficam DEFERIDOS os requerimentos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo I, conforme análise contida nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Ficam DEFERIDOS, em grau recursal, os requerimentos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo II, conforme análise contida nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 3º Serão arquivados os processos relacionados no Anexo III, nas hipóteses previstas no art. 59 do Decreto nº 8.242, de 2014, e/ou no art. 24, § 3º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 4º Sem prejuízo do prazo de validade da certificação, as entidades certificadas deverão apresentar ao Ministério da Educação o Relatório Anual previsto no art. 36 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, relativo aos serviços que houverem sido prestados à sociedade, contendo informações sobre as bolsas de estudo e respectivos demonstrativos contábeis e financeiros.

Art. 5º As entidades certificadas deverão zelar pela manutenção do cumprimento dos requisitos legais que ensejaram o deferimento a certificação, bem como dar ampla publicidade de condição de entidade detentora do CEBAS nos termos estabelecidos nos art. 67 e 68 da Portaria Normativa nº 15/2017, sob pena de cancelamento do certificado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

ANEXO I

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica	Tipo (Concessão/Renovação)	Período de Certificação
1	33.968.421/0001-60	OBRA DE MISSAO SOCIAL	Rio de Janeiro/RJ	23000.048133/2017-19	1180/2018	Concessão	3 (três) anos
2	55.066.187/0001-18	ASSOCIACAO FRANCISCANA ALCANTARINA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Pompéia/SP	23000.049549/2017-54	797/2018	Renovação	01/01/2018 a 31/12/2020
3	04.566.360/0001-06	ASSOCIACAO EDUCACIONAL MARIA AUXILIADORA	Manaus/AM	23000.038833/2017-03	925/2018	Renovação	01/01/2018 a 31/12/2020
4	54.702.865/0001-29	CENTRO DE VALORIZACAO DA CRIANCA	Bauru/SP	23000.007861/2018-51	1445/2018	Renovação	29/05/2018 a 28/05/2023
5	53.897.229/0001-37	ASSOCIACAO PENAP DE PROT. A INFANCIA ANJO DA GUARDA	Penápolis/SP	23000.049470/2017-23	1233/2018	Renovação	01/01/2018 a 31/12/2022
6	92.237.825/0001-42	INSTITUTO ESPIRITA NOSSO LAR	Pelotas/RS	23000.029370/2017-81	785/2018	Renovação	20/07/2017 a 19/07/2022
7	46.115.952/0001-51	LAR ESCOLA JESUS DE NAZARE	Campinas/SP	23000.037930/2017-71	1101/2018	Renovação	29/11/2017 a 28/11/2022
8	07.250.103/0001-59	INSTITUTO DOM BARRETO	Teresina/PI	23000.008733/2012-30	1359/2018	Renovação	24/12/2012 a 23/12/2015

ANEXO II

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica	Tipo (Concessão/Renovação)	Período de Certificação
1	02.708.212/0001-53	INSTITUTO AUXILIADORA	Silvânia/GO	23000.010580/2012-91	1045/2018	Renovação	01/01/2013 a 31/12/2017
2	83.499.087/0001-10	CENTRO COMUNITARIO DIVINO ESPIRITO SANTO	Rio do Sul/SC	71000.049383/2013-95	1470/2018	Concessão	3 (três) anos
3	12.515.185/0001-56	ASSOC BENEFICENTE DAS DONAS DE CASA DA V. CONCEICAO	São Luís/MA	71000.119393/2013-03	1446/2018	Concessão	3 (três) anos
4	25.451.717/0001-80	UNIAO DA MOCIDADE ESPIRITA DE UBERABA	Uberaba/MG	23000.005953/2012-10	1440/2018	Renovação	01/01/2013 a 31/12/2015
5	19.509.173/0001-68	ASSOC DE PROTECAO A MATERNIDADE E A INFANCIA DE CASSIA	Cassia/MG	23000.050120/2016-29	1243/2018	Renovação	01/01/2013 a 31/12/2015
6	50.515.204/0001-33	ASSOCIACAO BENEFICENTE SANTA RITA DE CASSIA	Brodowski/SP	23000.016969/2012-40	1252/2018	Concessão	3 (três) anos
7	54.239.041/0001-64	CENTRO SOCIAL DE PARELHEIROS	São Paulo/SP	23000.007965/2013-51	1209/2018	Renovação	09/12/2013 a 08/12/2016
8	53.314.068/0001-01	ASSOCIACAO DE PROTECAO A INFANCIA GETULIO LIMA	Orlândia/SP	23000.000541/2017-90	1289/2018	Renovação	24/06/2014 a 23/06/2017
9	04.789.053/0001-94	CONGREGACAO DA IMACULADA CONCEICAO	Belém/PA	23000.040315/2016-61	1312/2018	Renovação	29/03/2012 a 28/03/2015
10	23.374.184/0001-55	CRECHE COMUNITARIA SENHORA DA PAZ	Santa Luzia/MG	23123.003886/2010-32	1318/2018	Renovação	22/12/2009 a 21/12/2014
11	12.111.381/0001-65	INSTITUTO FILANTROPICO E EDUCACIONAL PRIMAVERA	São Luís/MA	71000.107500/2013-42	1350/2018	Concessão	3 (três) anos
12	00.413.468/0001-08	ASSOCIACAO APOSTOLICA DAS IRMAS MENSAGEIRAS DA EUCARISTIA DE BRASILIA - AIME - DISTRITO FEDERAL	Brasília/DF	71010.000020/2010-90	1364/2018	Renovação	13/03/2010 a 12/03/2015
13	43.853.936/0001-78	SERVIÇO DE ASSISTENCIA A FAMILIA CASA DA EDITINHA	São Paulo/SP	23000.009915/2012-28	1405/2018	Renovação	01/01/2013 a 31/12/2015
14	31.721.293/0001-20	CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL NOSSA SENHORA DA PENHA	Castelo/ES	23000.003042/2017-54	1423/2018	Renovação	25/07/2014 a 24/07/2019
15	59.641.134/0001-34	CENTRO INFANTIL CRIANCA ESPERANCA	Mogi das Cruzes/ SP	23000.048393/2016-11	1394/2018	Concessão	3 (três) anos

ANEXO III

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do(s) Processo(s) Arquivado(s)	Nota Técnica
1	02.708.212/0001-53	INSTITUTO AUXILIADORA	Silvânia/GO	23000.018740/2015-92	1045/2018
2	25.451.717/0001-80	UNIAO DA MOCIDADE ESPIRITA DE UBERABA	Uberaba/MG	23000.052333/2016-05	1440/2018
3	19.509.173/0001-68	ASSOC DE PROTECAO A MATERNIDADE E A INFANCIA DE CASSIA	Cassia/MG	23000.019143/2013-13	1243/2018
4	50.515.204/0001-33	ASSOCIACAO BENEFICENTE SANTA RITA DE CASSIA	Brodowski/SP	71000.029685/2013-47	1252/2018
5	53.314.068/0001-01	ASSOCIACAO DE PROTECAO A INFANCIA GETULIO LIMA	Orlândia/SP	23000.005695/2015-14 e 23000.019442/2016-09	1289/2018
6	00.413.468/0001-08	ASSOCIACAO APOSTOLICA DAS IRMAS MENSAGEIRAS DA EUCARISTIA DE BRASILIA - AIME - DISTRITO FEDERAL	Brasília/DF	23000.051760/2016-56	1364/2018

PORTARIA Nº 794, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE regulação e supervisão da Educação superior, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Ficam INDEFERIDOS os pedidos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo, por contrariarem requisitos legais constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, considerando os fundamentos contidos nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Caso discorde da decisão de indeferimento, as entidades terão o prazo improrrogável de 30 dias, a contar da data de publicação da decisão, para apresentar recurso, tendo em vista assegurar as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, nos termos estabelecidos no art. 26 da Lei nº 12.101, de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

ANEXO

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica
1	59.648.824/0001-15	CENTRO SOCIAL BRASIL VIVO	Guarulhos/SP	23000.048774/2016-92	1151/2018
2	53.323.226/0001-90	OBRA SOCIAL E ASSISTENCIAL MARIA TERESA DE SAO JOSE	São José dos Campos/SP	23000.044110/2017-35	1325/2018
3	25.458.720/0001-26	SEJA - SOCIEDADE ESPIRITA JOANNA DE ANGELIS	Belo Horizonte/MG	23000.048403/2016-19	1163/2018
4	02.300.137/0001-97	ASSOCIACAO CASAS DO SERVO SOFREDOR	Curitiba/PR	71000.070544/2010-67	1433/2018
5	60.919.909/0001-70	ASSOCIACAO PROTETORA DA INFANCIA PROVINCIA DE SAO PAULO	São Paulo/SP	71010.005137/2009-26	1439/2018
6	08.015.170/0001-51	MDLD - AMIGOS UNIDOS VENCEREMOS	São Paulo/SP	23123.008531/2017-14	1444/2018
7	03.376.425/0001-98	ASSOCIACAO PAULO TONUCCI	Camaçari/ BA	71000.113110/2015-73	1411/2018
8	25.002.155/0001-98	FUNDACAO EDUCACIONAL MONSENHOR MESSIAS	Sete Lagoas/MG	23000.004349/2015-19	1457/2018
9	22.226.286/0001-60	CRECHE COMUNITARIA SANTINO	Uberlândia/MG	23000.036081/2017-38	1427/2018
10	62.917.281/0001-07	INSTITUICAO BENEFICENTE CASA DA PASSAGEM	Itapecerica da Serra/SP	23000.037406/2017-08	1156/2018

11	56.337.413/0001-10	ASSOCIACAO SANTA BRIGIDA	Carapicuíba/SP	23000.012048/2018-01	1378/2018
12	34.125.450/0001-22	FUNDACAO CASA SANTA IGNEZ	Rio de Janeiro/RJ	23000.049393/2017-10	1426/2018
13	05.351.598/0001-87	REDE PRECIOSINA DE EDUCACAO	Belém/PA	23000.024620/2015-24	1458/2018
14	09.280.568/0001-88	ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL SANTA CLARA	Getúlio Vargas/RS	23000.032783/2016-61	1461/2018
15	03.409.235/0001-20	CENTRO SOCIAL MADRE VIRGINIA - CESMAV	Carpina/PE	23000.009923/2015-17	1437/2018
16	03.387.871/0001-06	ASSOCIACAO FILANTROPICA CATOLICA ORTODOXA	Santos/SP	23000.041989/2016-82	1360/2018

PORTARIA Nº 795, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE regulação e supervisão da Educação superior, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, resolve:

Art. 1º. Fica INDEFERIDO a proposta de TERMO DE AJUSTE DE GRATUIDADE protocolado pela ASSOCIAÇÃO CULTURAL E SOCIAL ANJOS CUSTODIOS, CNPJ nº 79.070.249/0001-23, processo nº 23000.040281/2016-12 e manutenção da decisão constante da Portaria nº 873, de 11 de agosto de 2017, publicada no DOU de 14 de agosto de 2017, por contrariar requisitos legais constantes da Instrução Normativa nº 2, de 24 de outubro de 2013.

Art. 2º. Caso discorde da decisão de indeferimento, a entidade terá o prazo improrrogável de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação da decisão, para apresentar recurso do TAG, tendo em vista assegurar as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, nos termos estabelecidos no art. 11, §1º, da Instrução Normativa nº 2, de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

PORTARIA Nº 796, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e suas alterações, bem como a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201700928	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DO PIAUÍ	INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIA	RUA DURVALINO COUTO, 1220, CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DO PIAUÍ - CEUPI, JOCKEY CLUB, TERESINA/PI
2	201711587	PSICOLOGIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE ÁGORA - FAG	AGORA TREINAMENTOS E CURSOS LTDA - ME	AV. SORRENTO, S/N, JARDIM ITALIA, CAMPO NOVO DO PARECIS/MT
3	201711769	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGUERA DE ANÁPOLIS	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, 683, CENTRO, ANÁPOLIS/GO
4	201701494	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE CAXIAS DO SUL	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA ALEXANDRE RIZZO, 491, DESVIO RIZZO, CAXIAS DO SUL/RS
5	201702668	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGUERA DE TAUBATÉ	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AV. CHARLES SCHNNEIDER, 585, PQ. SENHOR BONFIM, TAUBATÉ/SP
6	201712465	FARMÁCIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE CAPIXABA DE VILA VELHA	EMPRESA CAPIXABA DE VILA VELHA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA	RUA SETE DE SETEMBRO, 173, FACULDADE CAPIXABA DE VILA VELHA, CENTRO, VILA VELHA/ES
7	201701027	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE CESUMAR DE LONDRINA	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	AVENIDA SANTA MÔNICA, 450, - ATÉ 701/702, FRANCA, LONDRINA/PR
8	201702662	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE CONHECIMENTO & CIÊNCIA	INSTITUTO DE MANTENCA DE ENSINO SUPERIOR LTDA - EPP	TRAVESSA PADRE EUTÍQUIO, 1730 SALA 1, - DE 1691/1692 A 2153/2154, BATISTA CAMPOS, BELÉM/PA
9	201701715	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DA AMAZÔNIA	J. COUTINHO SOCIEDADE CIVIL LTDA - ME	RODOVIA BR 316 KM 07, 590, - DO KM 9,002 AO KM 9,600 - LADO PAR, CENTRO, ANANINDEUA/PA
10	201712279	CIÊNCIAS HUMANAS (Licenciatura)	40 (quarenta)	FACULDADE DA INDÚSTRIA CURITIBA	INSTITUTO EUVALDO LODI NUCLEO REGIONAL DO PARANA	AVENIDA COMENDADOR FRANCO, 1341, JARDIM BOTÂNICO, CURITIBA/PR
11	201712740	INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS NATURAIS (Licenciatura)	40 (quarenta)	FACULDADE DA INDÚSTRIA CURITIBA	INSTITUTO EUVALDO LODI NUCLEO REGIONAL DO PARANA	AVENIDA COMENDADOR FRANCO, 1341, JARDIM BOTÂNICO, CURITIBA/PR
12	201712284	LINGUAGENS E CÓDIGOS (Licenciatura)	40 (quarenta)	FACULDADE DA INDÚSTRIA CURITIBA	INSTITUTO EUVALDO LODI NUCLEO REGIONAL DO PARANA	AVENIDA COMENDADOR FRANCO, 1341, JARDIM BOTÂNICO, CURITIBA/PR
13	201702136	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE GESTAO E NEGOCIOS DE FORTALEZA	FACULDADE DE GESTAO E NEGOCIOS DE FORTALEZA LTDA	AVENIDA LINEU MACHADO, 419, - ATÉ 1180 - LADO PAR, JÓQUEI CLUBE, FORTALEZA/CE
14	201701357	DIREITO (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE CURITIBA	ESCOLA TECNOLOGICA DE CURITIBA LTDA - EPP	RUA ITACOLOMI, 450, PORTÃO, CURITIBA/PR
15	201506370	ENGENHARIA AGRONÔMICA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PIRACICABA	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E EDUCACIONAL DE PIRACICABA LTDA	RUA SILVA JARDIM, 1763, CIDADE ALTA, PIRACICABA/SP
16	201808210	GEOGRAFIA (Licenciatura)	40 (quarenta)	FACULDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS	ASSOCIACAO DE ENSINO JOSE WELLINGTON BEZERRA DA COSTA	RUA JOSÉ SANCHES PERES, 3040, SÃO JOÃO, VOTUPORANGA/SP
17	201808528	HISTÓRIA (Licenciatura)	40 (quarenta)	FACULDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS	ASSOCIACAO DE ENSINO JOSE WELLINGTON BEZERRA DA COSTA	RUA JOSÉ SANCHES PERES, 3040, SÃO JOÃO, VOTUPORANGA/SP
18	201701821	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE EMPRESARIAL DE CHAPECÓ	UCEFF - UNIDADE CENTRAL DE EDUCACAO FAEM FACULDADE LTDA	RUA LAURO MÜLLER, 767-E, SANTA MARIA, CHAPECÓ/SC
19	201608035	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	112 (cento e doze)	FACULDADE INTEGRADA CARAJÁS	FACULDADES INTEGRADAS CARAJAS S/C LTDA - EPP	BR 155, KM 03, 3, PARQUE DOS BURITIS ? 3, REDENÇÃO/PA
20	201701628	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE NOROESTE	CENTRO DE ENSINO NOROESTE LTDA - ME	AV. MAGALÔ, 2385, QD. 21/216 LT. 34, SETOR MORADA DO SOL, GOIÂNIA/GO
21	201709138	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADES INTEGRADAS CESUMAR DE ARAPONGAS	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	RUA FALCÃO, 768, - ATÉ 798/799, CENTRO, ARAPONGAS/PR
22	201713688	ALIMENTOS (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADES INTEGRADAS DE SERGIPE	ASSOCIACAO DE APOIO A EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE SERGIPE - APEC-SE - EPP	RUA LARGO DO GLICERINO CERQUEIRA, 387, CENTRO, TOBIAS BARRETO/SE
23	201713316	JOGOS DIGITAIS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADES INTEGRADAS DE SERGIPE	ASSOCIACAO DE APOIO A EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE SERGIPE - APEC-SE - EPP	RUA LARGO DO GLICERINO CERQUEIRA, 387, CENTRO, TOBIAS BARRETO/SE
24	201701209	DIREITO (Bacharelado)	75 (setenta e cinco)	FACULDADES JOÃO PAULO II - CAMPUS PORTO ALEGRE	ASSOCIACAO EDUCACIONAL JOAO PAULO II	AVENIDA INDEPENDÊNCIA, 343, - ATÉ 0401 - LADO ÍMPAR, INDEPENDÊNCIA, PORTO ALEGRE/RS
25	201701586	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE TRÊS MARIAS	CENTRO EDUCACIONAL TRES MARIAS - LTDA	RUA VEREADOR ALBERTO FALCÃO BARROCA, 210, MIRAMAR, JOÃO PESSOA/PB
26	201608643	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINABUCO JOÃO PESSOA	SER EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA ALMIRANTE BARROSO, 883, CENTRO, JOÃO PESSOA/PB
27	201700528	DIREITO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINASSAU FORTALEZA SAVANAH	SOCIEDADE UNIVERSITARIA MILETO LTDA - EPP	RUA MAJOR FACUNDO, 403, CENTRO, FORTALEZA/CE
28	201700535	DIREITO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINASSAU JABOATÃO DOS GUARARAPES	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA JOSÉ BRÁS MOSCOW, 252, - ATÉ 348/349, PIEDADE, JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
29	201711444	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINASSAU MARACANAÚ	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA SENADOR PETRONIO PORTELA, 125, PAJUÇARA, MARACANAÚ/CE
30	201711696	PEDAGOGIA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE VALE DO AÇO	FACULDADE VALE DO ACO LTDA	BR 222, 1, KM2, JARDIM DE ALÁ, AÇAILÂNDIA/MA
31	201701312	ENFERMAGEM (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FIP - FACULDADE DE IPORÃ PARANÁ	FIP - FACULDADE DE IPORA PARANA LTDA	RUA MACHADO DE ASSIS, 640, CENTRO, IPORÃ/PR

PORTARIA Nº 797, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista os Decretos n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e n° 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias MEC n°s 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e n° 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa,, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto n° 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos neste ato autorizados são, exclusivamente, aqueles constantes do PDI e PPC, nos termos do Art. 4º do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º As instituições deverão solicitar reconhecimento dos cursos, neste ato autorizados, nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

ANEXO

(Autorização de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201702920	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	800 (oitocentas)	FACULDADE DE AMERICANA	ASSOCIACAO EDUCACIONAL AMERICANENSE	RUA JOAQUIM BOER, 733, JARDIM LUCIENE, AMERICANA/SP
2	201702923	LOGÍSTICA (Tecnológico)	800 (oitocentas)	FACULDADE DE AMERICANA	ASSOCIACAO EDUCACIONAL AMERICANENSE	RUA JOAQUIM BOER, 733, JARDIM LUCIENE, AMERICANA/SP
3	201702189	LETRAS - LIBRAS (Licenciatura)	400 (quatrocentas)	FACULDADE SÃO BRAZ	SAO BRAZ EDUCACIONAL LTDA - ME	RUA ANTONIO ESCORSIN, 1.650, SALA 10, SÃO BRAZ, CURITIBA/PR

PORTARIA Nº 798, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 03 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201607986	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGUERA DE MARILIA	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA FLORIANO PEIXOTO, 282, ÁREA Y, BARBOSA, MARÍLIA/SP
2	201607987	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGUERA DE MARILIA	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA FLORIANO PEIXOTO, 282, ÁREA Y, BARBOSA, MARÍLIA/SP
3	201701200	GASTRONOMIA (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC MARINGÁ	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL	AVENIDA COLOMBO, 6225, - DE 5791/5792 A 6950/6951, JARDIM UNIVERSITÁRIO, MARINGÁ/PR
4	201701201	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC MARINGÁ	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL	AVENIDA COLOMBO, 6225, - DE 5791/5792 A 6950/6951, JARDIM UNIVERSITÁRIO, MARINGÁ/PR

PORTARIA Nº 799, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias MEC n°s 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e n° 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, , resolve:

Art. 1º Ficam indeferidos os pedidos de autorização dos cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235,de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

ANEXO

(Autorização de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201713122	FÍSICA (Licenciatura)	500 (quinhentas)	FACULDADE CAMPUS ELÍSEOS	INSTITUTO DE ENSINO MEDIO E SUPERIOR FRANCOIS MARIE AROUET LTDA - ME	RUA VITORINO CARMILO, 644, CASA, CAMPOS ELÍSIOS, SÃO PAULO/SP
2	201712935	HISTÓRIA - PROGRAMA SEGUNDA LICENCIATURA (Licenciatura)	3000 (três mil)	FACULDADE DE CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO E TEOLOGIA DO NORTE DO BRASIL	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCACAO FACETEN LTDA - ISEF - ME	RUA ANDRÉ ROCHA, 890, TAQUARA, RIO DE JANEIRO/RJ; AVENIDA DOS BANDEIRANTES, 900, - DE 02 A 970 - LADO PAR, PRICUMÃ, BOA VISTA/RR; RUA JOÃO ALFREDO, 52, SÃO GERALDO, MANAUS/AM; TRAVESSA DA VILETA, 2193, MARCO, BELÉM/PA; AVENIDA DOS BANDEIRANTES, 900, PICUMÃ, BOA VISTA/RR; RAIMUNDO GOMES DE RESENDE, 97, OVÍDIO GUERRA, LAGOA SANTA/MG; QUADRA QND 14 LOTE, 17, COMERCIAL NORTE, TAGUATINGA NORTE (TAGUATINGA), BRASÍLIA/DF

PORTARIA Nº 800, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, ambas do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa,, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento, para fins de expedição e registro de diplomas, dos cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Encerra-se, a pedido das respectivas instituições, a oferta dos cursos cujos reconhecimento foram renovados por esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

ANEXO

(Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201611357	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SALVADOR	ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA.	AVENIDA JORGE AMADO, Nº 780, BOCA DO RIO, SALVADOR/BA
2	201360588	MARKETING (Tecnológico)	140 (cento e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTANNA	INSTITUTO SANTANENSE DE ENSINO SUPERIOR	AVENIDA ARICANDUVA 5555, JARDIM SANTA TEREZINHA, SÃO PAULO/SP
3	201360644	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	140 (cento e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTANNA	INSTITUTO SANTANENSE DE ENSINO SUPERIOR	AVENIDA ARICANDUVA 5555, JARDIM SANTA TEREZINHA, SÃO PAULO/SP
4	201360083	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE CANDIDO MENDES DE VITÓRIA	ASSOCIACAO SOCIEDADE BRASILEIRA DE INSTRUCAO	AVENIDA LEITÃO DA SILVA 2055, ITARARÉ, VITÓRIA/ES
5	201360217	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE CANDIDO MENDES DE VITÓRIA	ASSOCIACAO SOCIEDADE BRASILEIRA DE INSTRUCAO	AVENIDA LEITÃO DA SILVA 2055, ITARARÉ, VITÓRIA/ES
6	201361426	TURISMO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS DE TERESINA	FUNDACAO EDUCACIONAL DA ASSOCIACAO COMERCIAL PIAUIENSE	AVENIDA DOUTOR NICANOR BARRETO 4381, VALE QUEM TEM, TERESINA/PI

7	201217308	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE DE MINAS BH	LAEL VARELLA EDUCACAO E CULTURA LTDA	AVENIDA CRISTIANO MACHADO 12001, LARANJEIRAS, BELO HORIZONTE/MG
8	201360618	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE JK SOBRADINHO	UNIAO EDUCACIONAL SERRANA LTDA-UNISER - EPP	CL 115, AVENIDA DOS ALAGADOS, S/Nº, SANTA MARIA, BRASÍLIA/DF
9	200805327	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	640 (seiscentas e quarenta)	FACULDADES INTEGRADAS DE SÃO PAULO	UNIAO EDUCACIONAL DE SAO PAULO LTDA.	AVENIDA BRIGADEIRO LUIS ANTÔNIO, 1370, LIBERDADE, SÃO PAULO/SP
10	201418284	FARMÁCIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	AVENIDA 28 DE MARÇO, Nº 423, CENTRO, CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ
11	201418314	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	RUA LUIS CARLOS DE ALMEIDA, Nº 113, GRANJA DOS CAVALEIROS, MACAÉ/RJ
12	201611689	QUÍMICA (Licenciatura)	85 (oitenta e cinco)	UNIVERSIDADE PARANAENSE	ASSOCIACAO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA	PRAÇA MASCARENHA DE MORAES 4282. ZONA III, UMUARAMA/RS

PORTARIA Nº 801, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa,, resolve:

Art. 1º Ficam renovados os reconhecimentos dos cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. As renovações de reconhecimento a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para o curso ofertado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

ANEXO

(Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201611698	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SANTO ANDRÉ	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA DR. ALBERTO BENEDETTI 444, VILA ASSUNÇÃO, SANTO ANDRÉ/SP
2	200905865	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL	UB - CAMPO REAL EDUCACIONAL S.A.	RUA COMENDADOR NORBERTO, Nº 1.299, SANTA CRUZ, GUARAPUAVA/PR
3	201611223	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PLANALTO DE ARAXÁ	FUNDACAO CULTURAL DE ARAXA	AV. MINISTRO OLAVO DRUMMOND, Nº 5, SÃO GERALDO, ARAXÁ/MG
4	201611383	ARTES VISUAIS (Licenciatura)	50 (cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO FLUMINENSE	FUNDACAO CULTURAL DE CAMPOS	RUA TENENTE-CORONEL CARDOSO, Nº 349, CENTRO, CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ
5	201611340	ENGENHARIA AMBIENTAL (Bacharelado)	50 (cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE MANAUS	ASSOCIACAO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL - AELBRA	AVENIDA CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE 1460, JAPIIM, MANAUS/AM
6	201611330	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	125 (cento e vinte e cinco)	CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA	INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA	RUA CORONEL JOAQUIM PEDRO SALGADO 80, RIO BRANCO, PORTO ALEGRE/RS
7	201611510	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	140 (cento e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTANNA	INSTITUTO SANTANENSE DE ENSINO SUPERIOR	RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, Nº 257, SANTANA, SÃO PAULO/SP
8	201611730	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE BALSAS	UNIBALSAS EDUCACIONAL LTDA	BR 230, KM 5, S/N, FAZENDA MALIDERE 4, BALSAS/MA
9	201611385	AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS SANTO AGOSTINHO - FACET	INSTITUTO EDUCACIONAL SANTO AGOSTINHO LTDA	AV. OSMANE BARBOSA, Nº 937, BAIRRO JK, MONTES CLAROS/MG
10	201350673	ENGENHARIA DE AGRIMENSURA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE ENGENHARIA E AGRIMENSURA DE PIRASSUNUNGA - FEAP	ASSOCIACAO UNIFICADA PIRASSUNUGUENSE ENSINO SUPERIOR	AVENIDA DOS ACADÊMICOS, Nº 01, POSTO DE MONTA, PIRASSUNUNGA/SP
11	201611398	FÍSICA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS SOUZA MARQUES	FUNDACAO TECNICO EDUCACIONAL SOUZA MARQUES	AVENIDA ERNANI CARDOSO 335/345, CASCADURA, RIO DE JANEIRO/RJ
12	201611217	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	SOCIEDADE EDUCACIONAL SOIBRA S/S LTDA	AVENIDA SÃO MIGUEL 4335, PONTE RASA, SÃO PAULO/SP
13	201611470	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	SOCIEDADE EDUCACIONAL SOIBRA S/S LTDA	RUA PROFESSOR PEDREIRA DE FREITAS 401/415, TATUAPÉ, SÃO PAULO/SP
14	201611246	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS	INSTITUTO MANTENEDOR DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA - ME	AVENIDA LUÍS VIANA 8812, PARALELA, SALVADOR/BA
15	201361265	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA EVOLUÇÃO	SOCIEDADE EVOLUCAO DE EDUCACAO SUPERIOR E TECNOLOGIA LTDA - EVOLUCAO - EPP	RUA MATOS VASCONCELOS 1626, COUTO FERNANDES, FORTALEZA/CE
16	201611660	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DO NOROESTE DE MINAS	CENTRO BRASILEIRO DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	RODOVIA MG 188, KM 167, CAIXA POSTAL S/N, FAZENDINHA, PARACATU/MG
17	201407964	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DOM PEDRO II DE BARREIRAS	INSTITUICAO BAIANA DE ENSINO SUPERIOR LTDA	AVENIDA ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, Nº 106, SEDE ADMINISTRATIVA, BARREIRAS/BA
18	201714368	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Licenciatura)	50 (cinquenta)	FACULDADE GUARAPUAVA	UNIAO DE ENSINO E CULTURA DE GUARAPUAVA LTDA - UNIGUA	RUA QUINZE DE NOVEMBRO 5200, MORRO ALTO, GUARAPUAVA/PR
19	201611403	PEDAGOGIA (Licenciatura)	120 (cento e vinte)	FACULDADE GUILHERME GUIMBALA	ASSOCIACAO CATARINENSE DE ENSINO	RUA SÃO JOSÉ 490, ANITA GARIBALDI, JOINVILLE/SC
20	201714370	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE JK - UNIDADE II - GAMA	FACULDADES EURO BRASILEIRAS PARA EDUCACAO SUPERIOR PRIVADA LTDA - ME	ÁREA ESPECIAL LOTES 18 A 22 S/N, GAMA, BRASÍLIA/DF
21	201611571	PEDAGOGIA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE PAN AMERICANA	INSTITUTO MISSIONARIO DE EDUCACAO SUPERIOR	AVENIDA JOÃO PAULO II 801, FÁTIMA, CAPANEMA/PA
22	201611248	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE AIMORÉS	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	RUA PEDRO NOLASCO, Nº 1.376, CENTRO, AIMORÉS/MG
23	201611532	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE SATC	ASSOCIACAO BENEFICENTE DA INDUSTRIA CARBONIFERA DE SANTA CATARINA (SATC)	RUA PASCOAL MELLER, Nº 73, UNIVERSITÁRIO, CRICIÚMA/SC
24	201611710	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE SUL-AMERICANA	UNIAO SUL-AMERICANA DE EDUCACAO LTDA	BR 153 S/N, JARDIM DA LUZ, GOIÂNIA/GO
25	201419000	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE UNIÃO DE GOYAZES	CENTRO DE ESTUDOS OCTAVIO DIAS DE OLIVEIRA	RODOVIA GO-060, KM 19, Nº 3.184, SETOR LAGUNA PARQUE, TRINDADE/GO
26	201611514	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE ÚNICA DE IPATINGA	UNICA EDUCACIONAL LTDA	RUA SALERMO 299, BETHÂNIA, IPATINGA/MG
27	201714360	DIREITO (Bacharelado)	128 (cento e vinte e oito)	FACULDADE UNIRB - MOSSORÓ	SOCIEDADE EDUCACIONAL MATER CHRISTI LTDA	RUA FERREIRA ITAJUBÁ 745, SANTO ANTONIO, MOSSORÓ/RN
28	201419093	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADES INTEGRADAS DOS CAMPOS GERAIS	CESCAGE CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DOS CAMPOS GERAIS - ME	RUA ADALBERTO CARVALHO DE ARAUJO, UNIDADE OLARIAS, S/N, PRINCESA, PONTA GROSSA/PR
29	201611572	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	100 (cem)	INSTITUTO CUIABÁ DE ENSINO E CULTURA	ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA.	RUA OSWALDO DA SILVA CORRÊA 621, BAIRRO SANTA MARTA, CUIABÁ/MT
30	201100439	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR E FORMAÇÃO AVANÇADA DE VITÓRIA	AVIES ENSINO SUPERIOR DE VITORIA S/S LTDA	AVENIDA NOSSA SENHORA DA PENHA 1800, BARRO VERMELHO, VITÓRIA/ES
31	201611543	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS	AVENIDA SETE DE SETEMBRO 1975, CENTRO, MANAUS/AM
32	201611499	FÍSICA (Licenciatura)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE	RUA SÃO BRAZ, Nº 304, PARAÍSO, SANTA CRUZ/RN
33	201611616	QUÍMICA (Licenciatura)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE	RUA MANOEL LOPES FILHO, Nº 773, CURRAIS NOVOS/RN
34	201611560	PEDAGOGIA (Licenciatura)	240 (duzentas e quarenta)	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO SUL DO PIAUÍ	GEBASPI - GRUPO DE EDUCACAO BASICA E SUPERIOR DO SUL DO PIAUI S/C LTDA - ME	RUA COELHO NETO, Nº 490, CENTRO, CANTO DO BURITI/PI
35	201611464	PEDAGOGIA (Licenciatura)	150 (cento e cinquenta)	INSTITUTO SUPERIOR DO LITORAL DO PARANÁ	CAEDRHS - ASSOCIACAO DE ENSINO	RUA CORONEL JOSÉ LOBO 800, COSTEIRA, PARANAGUÁ/PR

PORTARIA Nº 802, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa,, resolve:

Art. 1º Ficam renovados os reconhecimentos dos cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. As renovações de reconhecimento a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para o curso ofertado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

ANEXO

(Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201611487	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO	CENTRO EDUCACIONAL DE REALENGO	AVENIDA SANTA CRUZ, Nº 1.631, REALENGO, RIO DE JANEIRO/RJ
2	201611491	MATEMÁTICA (Licenciatura)	100 (cem)	UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO	CENTRO EDUCACIONAL DE REALENGO	AVENIDA SANTA CRUZ, Nº 1.631, REALENGO, RIO DE JANEIRO/RJ
3	201611575	FILOSOFIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS	SOCIEDADE PELOTENSE DE ASSISTENCIA E CULTURA(SPAC)	RUA FÉLIX DA CUNHA, Nº 412, CENTRO, PELOTAS/RS
4	201611654	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	140 (cento e quarenta)	UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA	PARADA BENITO S/N, ZONA SEMI-URBANA, CRUZ ALTA/RS
5	201611506	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE DE FORTALEZA	FUNDACAO EDSON QUEIROZ	AVENIDA WASHINGTON SOARES, Nº 1.321, EDSON QUEIROZ, FORTALEZA/CE
6	201611253	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	420 (quatrocentas e vinte)	UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES	ORGANIZACAO MOGIANA DE EDUCACAO E CULTURA SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA	AVENIDA DOUTOR CÂNDIDO XAVIER DE ALMEIDA SOUZA, Nº 200, CENTRO CÍVICO, MOGI DAS CRUZES/SP
7	201611574	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	380 (trezentas e oitenta)	UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES	ORGANIZACAO MOGIANA DE EDUCACAO E CULTURA SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA	AVENIDA IMPERATRIZ LEOPOLDINA, Nº 550, VILA LEOPOLDINA, SÃO PAULO/SP
8	201611255	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	100 (cem)	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	BR 285, KM 171, S/N, SÃO JOSÉ, PASSO FUNDO/RS
9	201611375	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	RUA DIAMANTINO TOMBINI, Nº 300, ORIENTAL, CARAZINHO/RS
10	201611577	ARTES VISUAIS (Licenciatura)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	UPF CAMPUS PASSO FUNDO - CAMPUS I, S/Nº, BR 285 - KM 171, SÃO JOSÉ, PASSO FUNDO/RS
11	201611422	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO (Bacharelado)	300 (trezentas)	UNIVERSIDADE DE SOROCABA	FUNDACAO DOM AGUIRRE	RODOVIA RAPOSO TAVARES KM 9,5, JARDIM NOVO ELDORADO, SOROCABA/SP
12	201361150	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	RUA DA PAZ, S/N, GRAÇA, SALVADOR/BA
13	201611628	FÍSICA (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	CIDADE UNIVERSITÁRIA, CAMPUS I, S/N, CASTELO BRANCO, JOÃO PESSOA/PB
14	201611307	GEOGRAFIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	AVENIDA LOURIVAL DE MELO MOTA S/N, TABULEIRO DO MARTINS, MACEIÓ/AL
15	201611399	CIÊNCIAS SOCIAIS (Bacharelado)	56 (cinquenta e seis)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	AVENIDA RODRIGO OTÁVIO 6200, COROADO II, MANAUS/AM
16	201402736	DIREITO (Bacharelado)	142 (cento e quarenta e dois)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, BOTAFOGO, Nº 107, RIO DE JANEIRO/RJ
17	201611476	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	UNIVERSIDADE IBIRAPUERA	ASSOCIACAO PRINCESA ISABEL DE EDUCACAO E CULTURA	AVENIDA INTERLAGOS 1.329, JARDIM MARAJOARA, SÃO PAULO/SP
18	201611637	FILOSOFIA (Licenciatura)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA	RODOVIA DO AÇÚCAR S/N, TAQUARAL, PIRACICABA/SP
19	201611384	QUÍMICA INDUSTRIAL (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE PARANAENSE	ASSOCIACAO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA	PRAÇA MASCARENHA DE MORAES, Nº 4.282, ZONA III, UMUARAMA/PR
20	201611666	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE PARANAENSE	ASSOCIACAO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA	AVENIDA PARIGOT DE SOUZA 3636, JARDIM PRADA, TOLEDO/PR
21	201360876	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	RODOVIA MG 338 KM 12, S/N, COLÔNIA RODRIGO SILVA, BARBACENA/MG
22	201611478	QUÍMICA (Bacharelado)	25 (vinte e cinco)	UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES	FUNDACAO REGIONAL INTEGRADA	AV. UNIVERSIDADE DAS MISSÕES, Nº 464, UNIVERSITÁRIO, SANTO ÂNGELO/RS
23	201611481	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE	FUNDACAO PERCIVAL FARQUHAR	RUA ISRAEL PINHEIRO, Nº 2000, UNIVERSITÁRIO, GOVERNADOR VALADARES/MG

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 1.795, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

A Pró-Reitora de Desenvolvimento de Pessoas, no uso das atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência n° 448, de 17/05/2011, resolve:

Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para a classe de Professor da Carreira do Magistério Superior desta Universidade, conforme Edital n° 01/2018, publicado no DOU de 14/03/2018.

Campus: Salvador
Unidade: ESCOLA POLITÉCNICA
Departamento: ENGENHARIA ELÉTRICA
Área de Conhecimento: Sistemas de Potência
Classe: ADJUNTO A
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23066.062340/18-01
Vagas Ampla Concorrência: 1
Não houve candidato aprovado.

LORENE LOUISE SILVA PINTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.814, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

A Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no uso de suas atribuições e de suas competências delegadas através da Portaria nº 01, de 02/01/2017, resolve:

I - Prorrogar por mais 1 (um) ano o prazo de vigência dos concursos públicos do Edital nº 14/2017-PROGEPE, de 07/07/2017, DOU de 10/07/2017, seção 3, Campus Juiz de Fora, homologado pela Portaria nº 1.671, de 22/12/2017, DOU de 26/12/2017, seção 1, para provimento do cargo de Professor da Carreira do Magistério Superior, conforme abaixo discriminado:

A - FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
A.1 - DEPTO. DE PROJETO, REPRESENTAÇÃO E TECNOLOGIA
A.1.1 - Concurso 12 - Processo nº. 23071.012272/2017-71
Classe A, Professor Adjunto A, Nível 1 - Regime de Trabalho: DE

KÁTIA MARIA SILVA DE OLIVEIRA E CASTRO

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

PORTARIAS DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

O REITOR PRO TEMPORE DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, a Portaria nº 831, de 23 de agosto de 2018, publicada no DOU de 24 de agosto de 2018, do Ministério da Educação,

Nº 1.192 - Art. 1º Extinguir a Coordenação de Políticas de Acesso e Seleção de Estudantes, vinculado à Pró-Reitoria de Graduação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Art. 2º Transpor o cargo comissionado, código CD-04 para a Pró-Reitoria de Pós-Graduação. (Processo n.º 23282.011683/2018-44).

Art. 3º Esta portaria conta seus efeitos a partir de sua publicação.

Nº 1.195 - Art. 1º Instituir a Seção de Elaboração de Editais, vinculada à Coordenação de Infraestrutura e Desenvolvimento da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Art. 2º Transpor a função gratificada, código FG-02, da Secretaria dos Conselhos e Comissões para a Seção de Elaboração de Editais.

Art. 3º Transpor a função gratificada, código FG-04, do Gabinete da Reitoria para a Secretaria dos Conselhos e Comissões.

Art. 4º Alterar a vinculação da Secretaria dos Conselhos e Comissões da Reitoria para a Superintendência de Gestão de Pessoas. (Processo n.º 23282.011681/2018-55).

Art. 5º Esta portaria conta com seus efeitos a partir da sua publicação.

Nº 1.198 - Art. 1º Instituir a Coordenação de Pós-Graduação, vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Art. 2º Alterar a nomenclatura da Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação para Coordenação de Pesquisa e Inovação. (Processo n.º 23282.011685/2018-33).

Art. 3º Esta portaria conta seus efeitos a partir de sua publicação.

ALEXANDRE CUNHA COSTA

Ministério da Fazenda

BANCO CENTRAL DO BRASIL

ÁREA DE FISCALIZAÇÃO

DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO

CARTA CIRCULAR Nº 3.916, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Altera o Leiaute e as Instruções de preenchimento do documento de código 2061 - Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), de que trata a Carta Circular nº 3.663, de 27 de junho de 2014.

O Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig), no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, com base no art. 77, inciso III, do referido Regimento, e tendo em vista o disposto na Resolução nº 4.192, de 1º de março de 2013 e nas Circulares ns. 3.398, de 23 de julho de 2008 e 3.876, de 31 de janeiro de 2018, , resolve:

Art. 1º Passam a vigorar, a partir da data-base de novembro de 2018, as novas versões do Leiaute e das Instruções de preenchimento do documento de código 2061 - Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), disponíveis na página do Banco Central do Brasil na internet, no endereço eletrônico http://www.bcb.gov.br/?INFOL.

Art. 2º Foram realizadas as seguintes modificações:

I - nas Instruções de preenchimento:

a) no capítulo II - Orientações Gerais - alteração de redação dos itens 4, 7 e 10-b;

b) no capítulo III - Orientações Específicas - alteração de redação do subitem 2.2;

c) na Tabela 003 - Contas:

1. alteração da redação do texto de introdução à Tabela;
2. alteração do nome das contas 890 e 953;
3. alteração de citação normativa da conta 890;
4. alteração da descrição da função das contas 111.92.06.01.01.01, 120.01.02.02, 872.10.05, 872.20.05, 872.30.05, 872.30.12, 873.20.05, 873.30.05, 890 e 890.40.04;
5. alteração do nome e da redação da seção V-F em virtude da inclusão das contas do grupo 891;

6. inclusão das contas 891, 891.10, 891.10.10, 891.10.10.01, 891.10.20, 891.10.20.01, 891.10.30, 891.10.40, 891.10.50, 891.10.60, 891.10.90, 891.20, 891.20.10, 891.20.10.01, 891.20.20, 891.20.20.01, 891.20.30 e 891.20.40;

d) na Tabela 004 - Código do Elemento:

1. alteração da redação do texto de introdução à Tabela;

2. inclusão dos códigos 54, 55, 56, 57, 58, 59 e 83;

e) na Tabela 005 - Percentuais Aplicados ao Capital - exclusão dos códigos 11, 12, 13, 14, 15, 21, 22, 23, 24 e 25;

f) na Tabela 006 - Código do Parâmetro - alteração da descrição do código 21;

g) na Tabela 019 - alteração do nome da tabela e do texto explicativo;

h) no Capítulo V - Tabelas - inclusão das Tabelas 042, 043, 044 e 045.

II - no Leiaute:

a) no Anexo 003 - Contas:

1. alteração do nome das contas 890 e 953;

2. inclusão das contas 891, 891.10, 891.10.10, 891.10.10.01, 891.10.20, 891.10.20.01, 891.10.30, 891.10.40, 891.10.50, 891.10.60, 891.10.90, 891.20, 891.20.10, 891.20.10.01, 891.20.20, 891.20.20.01, 891.20.30 e 891.20.40;

b) no Anexo 004 - Código do Elemento - inclusão dos códigos 54, 55, 56, 57, 58, 59 e 83;

c) no Anexo 005 - Percentuais Aplicados ao Capital - exclusão dos códigos 11, 12, 13, 14, 15, 21, 22, 23, 24 e 25;

d) no Anexo 006 - Código do Parâmetro - alteração da descrição do código 21;

e) no Anexo 019 - alteração do nome do Anexo;

f) inclusão dos Anexos 042, 043, 044 e 045.

Art. 3º Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

VICE-PRESIDÊNCIA GOVERNO

CIRCULAR N° 833, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre os aditamentos simplificados e não simplificados do 2º semestre de 2018, dos contratos celebrados no 1º semestre de 2018, relativos à renovação semestral dos contratos de financiamento do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), celebrados a partir da publicação da Lei nº 13.530, de 07 de dezembro de 2017.

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, na qualidade de Agente Operador no Novo Fundo de Financiamento Estudantil e em conformidade com as disposições da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, combinada com a Portaria MEC nº 209 resolve:

1. Do Aditamento de contratos Novo FIES

1.1 Definir o período dos aditamentos de renovação semestral do FIES, simplificados e não simplificados, do 2º semestre de 2018, relativos aos contratos de financiamento do FIES celebrados a partir da publicação da Lei nº 13.530, de 2017, que deverão ser realizados no período de 29 de Outubro a 30 de novembro de 2018.

2. Dos Procedimentos da CPSA

2.1 Disponibilizar o pré-aditamento para acesso das Comissões Permanentes de Seleção de Alunos CPSA para realizarem a manutenção e validação dos dados dos estudantes.

2.2 A CPSA deverá solicitar seu acesso pelo site http://sifesweb.caixa.gov.br/ ; opção cadastre-se , preencher os dados do representante da CPSA, verificar a caixa de entrada do e-mail informado no cadastro e validar seu acesso através do link disponível na mensagem.

2.3 Após esse procedimento a Instituição de Ensino fará seu acesso informando o CPF e senha previamente cadastrada e utilizará o menu - Contrato FIES>Manutenção>Aditamento Renovação.

2.4 Os campos seguintes são auto explicativos e foi disponibilizado no site da Caixa www.caixa.gov.br na área de downloads cartilha detalhada com todos os procedimentos.

3. Dos Procedimentos do Estudante

3.1 O aluno deverá solicitar seu acesso através do site http://sifesweb.caixa.gov.br , opção cadastre-se , preencher seus dados pessoais, verificar a caixa de entrada do e-mail informado no cadastro e validar seu acesso através do link disponível na mensagem.

3.2 Após esse procedimento o aluno fará seu acesso informando seu CPF e senha previamente cadastrada e utilizará o menu: Contrato FIES>Manutenção>Aditamento Renovação.

3.3 Os campos seguintes são auto explicativos e foi disponibilizado no site da Caixa www.caixa.gov.br na área de downloads cartilha detalhada desses procedimentos.

4. Condições para realizar o Aditamento

4.1 São pré-requisitos necessários para que o aluno solicite o aditamento de renovação semestral:

a. Estar adimplente em relação aos gastos operacionais, ao seguro prestamista e a coparticipação;

b. Não possuir benefício simultâneo de financiamento do FIES e de bolsa do Prouni, salvo quando se tratar de bolsa parcial e ambos se destinarem ao mesmo curso na mesma IES;

c. Obtenção de aproveitamento acadêmico em pelo menos 75% das disciplinas cursadas pelo estudante no último período letivo financiado;

d. Idoneidade nas informações e documentos apresentados pelo estudante ou seu representante legal e pelo fiador;

e. Estar regularmente matriculado;

5. Tipos de Aditamento Semestral

5.1 Os tipos de aditamento de renovação semestral poderá ser do tipo simplificado ou não simplificado:

5.1.1 Simplificado:

a Renovação do financiamento sem acréscimo no valor da semestralidade definida no momento da contratação, considerado o índice de reajuste estabelecido pelo MEC;

b Renovação do financiamento com acréscimo no valor da semestralidade, definida no momento da contratação, considerado o índice de reajuste estabelecido pelo MEC, e sem acréscimo no limite de crédito global do financiamento;

5.1.2 Não simplificado:

a Alteração do CPF ou do estado civil do estudante ou do(s) fiador(es) do financiamento;

b Substituição ou a exclusão de fiador(es) do contrato de financiamento;

c Inclusão de fiador(es) no contrato de financiamento;

d Alteração da renda do(s) fiador(es) do financiamento;

e Acréscimo no valor do limite de crédito global do contrato de financiamento;

f Transferência de curso ou de IES com acréscimo no limite de crédito global ou alteração do prazo de conclusão do curso;

g A alteração da modalidade de garantia.

5.1.2.1 No caso de Aditamento de renovação semestral não simplificado, o estudante necessita comparecer a CPSA, assinar DRM e depois comparecer em agência da Caixa Econômica Federal no prazo de até 10 dias após a solicitação de aditamento portando os seguintes documentos: - RG do estudante e respectivo fiador; - CPF do estudante e fiador; - Comprovante de residência atualizado do estudante e fiador; - Certidão de casamento (para estudante e/ou fiador se casado); - Termo de concessão de bolsa parcial (no caso Prouni); - Comprovante de rendimento do fiador; - DRM do estudante.

6. Disposições Gerais

6.1 Nos casos de diferença, para maior ou menor, nos valores de coparticipação comparando o 1º semestre de 2018 com o 2º semestre de 2018, tais valores devem ser ajustados exclusivamente entre a IES e o aluno.

6.2 O estudante que realizou transferência administrativa de Instituição de ensino, campus ou curso, deverá aguardar que esse o procedimento de transferência seja efetivado no âmbito do FIES, no sistema do FIES, na CAIXA, para posteriormente solicitar seu aditamento de renovação semestral.

6.3 Seguindo a regra do Novo Fies, os aditamentos de renovação semestral formalizados até o dia 15 de novembro de 2018 terão sua primeira parcela de coparticipação com vencimento em 15 de dezembro de 2018. Para os aditamentos que forem formalizados após o dia 15 de novembro de 2018, terão sua primeira parcela de coparticipação com vencimento para 15 de janeiro de 2019. 7 Esta Circular CAIXA entra em vigor na data de sua publicação. ROBERTO BARROS BARRETO Vice-Presidente - Interino

ROBERTO BARROS BARRETO
Vice-Presidente
Interino

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DESPACHO DE 7 DENOVEMBRO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº 21/2010
Reg. Col. 9868/2015

Acusado	Advogados
Estre Ambiental S.A.	Fabrício Rocha (OAB/SP nº 206.338)
Gisele Mara de Moraes	Fabrício Rocha (OAB/SP nº 206.338)

Assunto: Prorrogação de prazo para manifestação sobre provas
Diretor Relator: Carlos Alberto Rebello Sobrinho
DESPACHO

1. Trata-se de novo pedido de prorrogação de prazo formulado no âmbito do Processo Administrativo Sancionador CVM nº 21/2010 ("PAS 21/2010") para manifestação acerca da planilha elaborada pela Superintendência de Processos Sancionadores (SPS) com os cálculos de probabilidade dos resultados apresentados em negócios realizados no mercado futuro pelos comitentes acusados no referido processo.

2. Em despacho de 30.10.2018, já havia apreciado pedido de prorrogação formulado pelo BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A., tendo deferido prazo adicional de 15 (quinze) dias não somente ao requerente como a todos os acusados do PAS 21/2010, a se encerrar em 16.11.2018.

3. Não obstante, no último dia 6.11.2018, Estre Ambiental S.A. e Gisele Mara de Moraes ("Requerentes") solicitaram novo prazo suplementar de 15 (quinze) dias, a contar do termo final do prazo já concedido (16.11.2018), sob a justificativa de que, dado ao caráter técnico da diligência realizada pela SPS, seria necessária "a análise de um profissional da área de probabilidade e matemática".

4. Tendo em vista o fundamento apresentado, concedo aos Requerentes o prazo adicional solicitado de 15 (quinze) dias, a contar do término do prazo atualmente em curso, em 16.11.2018.

5. Remeto os autos do referido processo à CCP para que esta proceda com a intimação dos Requerentes e de seus advogados por meio de publicação do presente despacho no Diário Oficial da União, nos termos do art. 40, da Deliberação CVM nº 538, de 2008, e a sua divulgação na rede mundial de computadores.

CARLOS ALBERTO REBELLO SOBRINHO
Diretor Relator

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS

ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 16.700, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

O Superintendente de Relações com o Mercado e Intermediários da Comissão de Valores Mobiliários autoriza CLUSTER21 INVESTIMENTOS COLETIVOS LTDA., CNPJ nº 29.687.832/0001-00, a prestar serviço de Plataforma Eletrônica de Investimento Participativo, com efeito retroativo a 21/09/2018, nos termos do art. 18, inciso I, alínea 'a', combinado com o art. 16, inciso I, ambos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Instrução CVM nº 588, de 13 de julho de 2017.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

SECRETARIA-EXECUTIVA

ATO COTEPE/PMPF Nº 21, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento do CONFAZ, e considerando o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007, divulga que os Estados e o Distrito Federal adotarão, a partir de 16 de novembro de 2018, o seguinte preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) para os combustíveis referidos no convênio supra:

PREÇO MÉDIO PONDERADO AO CONSUMIDOR FINAL												
UF	GAC (R$/ litro)	GAP (R$/ litro)	DIESEL S10 (R$/ litro)	ÓLEO DIESEL (R$/ litro)	GLP (P13) (R$/ kg)	GLP (R$/ kg)	QAV (R$/ litro)	AEHC (R$/ litro)	GNV (R$/ m³)	GNI (R$/ m³)	ÓLEO COMBUSTÍVEL (R$/ litro)	(R$/ Kg)
AC	5,3587	5,3587	4,5514	4,4521	6,1259	6,1259	-	4,0430	-	-	-	-
AL	**4,9038	*5,0138	*3,9548	*3,8622	-	**5,2182	**3,1950	**3,4164	*3,0056	-	-	-
AM	**4,8908	**4,8908	*3,9269	**3,7986	-	*5,6077	-	*3,6322	2,1588	1,6979	-	-
AP	**4,2580	**4,2580	**4,5940	*3,9990	**5,8754	**5,8754	-	*4,2400	-	-	-	-
BA	*4,7900	*5,2500	*3,7100	*3,6600	4,7800	4,8500	-	3,5000	2,4400	-	-	-

CE	4,6000	4,6000	3,6578	3,5822	4,9300	4,9300	-	3,5345	-	-	-	-
DF	**4,7820	**6,3890	*4,0000	**3,8600	**5,4916	**5,4916	-	*3,4060	3,2990	-	-	-
ES	4,6778	6,3517	2,9057	2,8192	4,5321	4,5321	2,5835	3,4276	-	-	-	-
GO	**4,8321	*6,6075	**3,8458	**3,7380	**5,4808	**5,4808	-	*3,0054	-	-	-	-
MA	*4,5020	5,7000	**3,5950	*3,7330	-	*5,0684	-	*3,6100	-	-	-	-
MG	5,0947	6,5801	3,8943	3,7835	5,4458	6,1704	4,9553	3,3178	-	-	-	-
MS	*4,5197	*6,0355	*3,8826	*3,7906	**5,5766	**5,5766	*3,5743	*3,3812	*2,7519	-	-	-
MT	4,8458	6,4038	*4,1782	*4,1053	7,3736	7,3736	4,3136	* 2,9766	2,6641	2,2000	-	-
PA	4,5210	4,5210	3,6020	3,6120	5,5184	5,5184	-	3,6630	-	-	-	-
PB	*4,7543	*7,6989	*3,8471	*3,7751	-	*5,2395	2,3246	**3,4053	**3,5189	-	*2,9498	*2,9498
PE	*4,6360	*4,6360	3,3890	3,3890	**4,9731	**4,9731	-	3,4910	-	-	-	-
PI	4,8235	4,8235	3,9228	3,8185	5,3800	5,3800	3,5600	3,5643	-	-	-	-
PR	4,3000	5,5400	3,2300	3,1200	4,9700	4,9700	-	2,8100	-	-	-	-
RJ	**5,0680	**5,5847	3,7780	3,6730	-	**5,4087	2,4456	*3,4770	**2,7940	-	-	-
RN	4,7420	7,3900	3,9100	3,7850	5,0338	5,0338	-	3,5530	3,4220	-	1,6900	1,6900
RO	4,8190	4,8190	4,0110	3,9260	-	5,9390	-	3,9020	-	-	2,9656	-
RR	4,6740	4,7370	3,9330	3,8610	6,2220	7,0710	3,5260	3,8340	-	-	-	-
RS	4,9931	6,5672	3,7907	3,6933	5,7516	6,8840	-	4,0363	3,1212	-	-	-
SC	4,3300	5,9500	3,5900	3,4900	5,1800	5,1800	-	3,4200	2,7300	-	-	-
SE	4,8000	4,9090	3,3100	3,3100	4,7890	4,7890	3,1900	3,5450	3,3910	-	-	-
SP	**4,4900	**4,4900	**3,7130	**3,6100	**5,1546	5,6574	-	*2,8010	-	-	-	-
TO	4,9000	7,1500	3,7000	3,6300	6,4000	6,4000	3,7300	3,6500	-	-	-	-

Notas Explicativas:
a) *valores alterados de PMPF; e
b) **valores alterados de PMPF que apresentam redução.

BRUNO PESSANHA NEGRIS

ATO DECLARATÓRIO Nº 26, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Ratifica os Convênios ICMS aprovados na 309ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 25.10.2018 e publicados no DOU em 26.10.2018.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, com fulcro no art. 5º da Lei Complementar 24, de 7 de janeiro de 1975, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, do art. 5°, e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho, declara ratificados os Convênios ICMS a seguir identificados, celebrados na 309ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 25 de outubro de 2018:

Convênio ICMS 107/18 - Altera o anexo único do Convênio ICMS 19/18, que autoriza o Estado do Ceará a conceder redução na base de cálculo do ICMS nas prestações de serviços de comunicação.

Convênio ICMS 108/18 - Autoriza o Estado do Piauí a conceder desconto pela antecipação do pagamento do ICMS devido nas operações próprias do concessionário distribuidor de energia elétrica, realizadas no período de outubro e novembro de 2018.

BRUNO PESSANHA NEGRIS

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre o atendimento ao contribuinte relativo aos serviços da PGFN realizado nas unidades de atendimento da RFB.

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL e o SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 82 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria MF nº 36, de 24 de janeiro de 2014, e o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º O atendimento ao contribuinte relativo aos serviços da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) realizado nas unidades de atendimento da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) obedecerá ao disposto na Portaria MF nº 515, de 23 de dezembro de 2014, bem como nesta Portaria Conjunta.

Parágrafo único. A disponibilidade de canal de atendimento digital para a prestação dos serviços da PGFN, quando necessário à natureza dos serviços e ao público-alvo, não substitui o atendimento presencial, de que trata o art. 2º.

Art. 2º Serão objeto de atendimento presencial nas unidades de atendimento da RFB:

I - os requerimentos de serviços cadastrados no Sistema de Controle da Atividade do Atendimento Integrado (SICAR), mediante protocolo nas unidades da RFB e tramitação para a PGFN via SICAR;

II - a emissão de documentos de arrecadação, a adesão a parcelamentos e a consulta a débitos inscritos, mediante utilização dos sistemas disponibilizados na intranet da PGFN, tais como o SIDA, o DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA e o SISPAR;

III - a prestação de orientações gerais sobre os serviços previstos nos incisos I e II, desde que tenham sido encaminhadas previamente pela PGFN à RFB que, sendo o caso, as incluirá no Siscac Web; e

IV - o autoatendimento orientado para serviços disponibilizados na plataforma virtual de atendimento da PGFN, exceto o cadastramento inicial.

§ 1º O disposto nos incisos I a IV do caput não se aplica aos casos em que a RFB definir para seus próprios serviços análogos o canal exclusivamente digital de atendimento.

§ 2º Os serviços disponibilizados na plataforma de atendimento virtual da PGFN poderão ser objeto do autoatendimento orientado, desde que atendidos os requisitos de segurança estabelecidos pela RFB.

Art. 3º A PGFN deverá promover treinamento e capacitação aos servidores da RFB, bem como disponibilizar suporte técnico à plataforma virtual de atendimento, quando necessário, para fins de viabilizar a prestação dos serviços relacionados no art. 2º

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABRÍCIO DA SOLLER
Procurador-Geral da Fazenda Nacional

JORGE ANTONIO DEHER RACHID
Secretário da Receita Federal do Brasil

SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 41, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

A SECRETÁRIA DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA - SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 38 de 29 de janeiro de 2018, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e no art. 31 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de novembro de 2018, os fatores de atualização:

I - das contribuições vertidas de janeiro de 1967 a junho de 1975, para fins de cálculo do pecúlio (dupla cota) correspondente, serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,000000 - utilizando-se a Taxa Referencial-TR do mês de outubro de 2018;

II - das contribuições vertidas de julho de 1975 a julho de 1991, para fins de cálculo de pecúlio (simples), serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,003300 - utilizando-se a Taxa Referencial-TR do mês de outubro de 2018 mais juros;

III - das contribuições vertidas a partir de agosto de 1991, para fins de cálculo de pecúlio (novo), serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,000000 - utilizando-se a Taxa Referencial-TR do mês de outubro de 2018; e

IV - dos salários-de-contribuição, para fins de concessão de benefícios no âmbito de Acordos Internacionais, serão apurados mediante a aplicação do índice de 1,004000.

Art. 2º A atualização monetária dos salários-de-contribuição para a apuração do salário-de-benefício, de que trata o art. 33 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e a atualização monetária das parcelas relativas aos benefícios pagos com atraso, de que trata o art. 175 do referido Regulamento, no mês de novembro de 2018, será efetuada mediante a aplicação do índice de 1,004000.

Art. 3º A atualização de que tratam os §§ 2º a 5º do art. 154 do RPS, será efetuada com base no mesmo índice a que se refere o art. 2º.

Art. 4º Se após a atualização monetária dos valores de que tratam os §§ 2º a 5º do art. 154 e o art. 175 do RPS, os valores devidos forem inferiores ao valor original da dívida, deverão ser mantidos os valores originais.

Art. 5º As respectivas tabelas com os fatores de atualização, mês a mês, encontram-se na rede mundial de computadores, no sítio http://www.previdencia.gov.br, página "Legislação".

Art. 6º O Ministério da Fazenda, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CINARA WAGNER FREDO

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a aprovação da versão 2.5 do leiaute do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).

O COMITÊ GESTOR DO eSOCIAL, no uso das atribuições previstas no art. 5º do Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, resolve:

Art. 1° Aprovar a versão 2.5 do leiaute do eSocial, disponível no sítio eletrônico do eSocial na Internet, no endereço <https://portal.esocial.gov.br/>.

Art. 2º Fica revogada a Resolução do Comitê Gestor do eSocial nº 13, de 6 de março de 2017.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALTEMIR LINHARES DE MELO
Secretaria da Receita Federal

HENRIQUE JOSÉ SANTANA
Caixa Econômica Federal

FLAVIO EDUARDO MIYASHIRO
Secretaria da Previdência

JOSÉ ALBERTO REYNALDO MAIA ALVES FILHO
Ministério do Trabalho

SAULO MILHOMEM DOS SANTOS
Instituto Nacional do Seguro Social

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 77, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Restabelece registro especial obrigatório para estabelecimento que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, tendo em vista a competência para revisão de ofício dos atos administrativos, conforme previsão do art. 65 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (Regulamento do processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal), e ainda o que consta do Processo nº 10166.730035/2018-75, declara:

Art. 1º Restabelecidos os registros especiais de papel imune nº GP-08109/00039 e nº UP-08109/00038, do estabelecimento da empresa GRÁFICA TRIBUNA DE DESCALVADO LTDA., CNPJ nº 47.060.900/0001-98.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO VILELA CAMPOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 101, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2018

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º, da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720807/2018-04, e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara: face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência, o veículo marca MAZDA, modelo CX5, ano 2014, cor prata, chassi JM8KE4W78F0259903, desembaraçada por meio da declaração de Importação nº 15/1461203-0, de 17/08/2015, pela Alfândega do Aeroporto Internacional de Brasília/DF, de Esperanza Vives Ferrandiz, CPF nº 706.568.301-07.

Este Ato declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

ALEXANDRE MARTINS ANGOTI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 93, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

Declara suspensos os benefícios tributários da pessoa jurídica que especifica.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA-DF no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 340, II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, e o que consta no processo administrativo de n.° 10166.724160/2018-46, declara:

Art. 1º Suspensas as isenções e demais benefícios tributários previstos nos inciso III, art. 13 e inciso X, art. 14 da Medida Provisória 2.158-35/2001 e art. 15 da Lei nº 9.532/97, referentes aos anos-calendário de 2013 a 2016, da ANAJUSTRA - Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho, inscrita no CNPJ 04.435.721/0001-85.

Art. 2º As suspensões surtirão efeito a partir de 01/01/2013, conforme disposto no § 5º do art. 32 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e decorrem do descumprimento do disposto nas alíneas "a" e "b", § 2º, do art. 12 da Lei 9.532/97.

Art. 3º É facultado à pessoa jurídica, no prazo de trinta dias contados da ciência, apresentar impugnação a este Ato, conforme previsto no inciso I, § 6º, art. 32 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Art. 4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VANESSA DE MORAES SAMPAIO ABRITTA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 34, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo art. 340, inciso II do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no caput do art. 11 da Instrução Normativa RFB n° 758, de 25 de julho de 2007, publicada no DOU de 27 de julho de 2007, e considerando o que consta do processo administrativo n° 10384.722571/2018-22, resolve:

Art. 1° Habilitar ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei n° 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto n° 6.144/2007, com as alterações posteriores, a pessoa jurídica ENEL GREEN POWER VENTOS DE SANTA ANGELA 20 S.A., inscrita no CNPJ sob o n° 29.552.939/0001-40.

Art. 2° A habilitação acima concedida fica vinculada ao projeto aprovado pela Portaria n° 191, emitida pelo Ministério de Minas e Energia (MME) em 28 de maio de 2018 e publicada no DOU n° 104, Seção 1, página 97, em 01 de junho de 2018.

Pessoa Jurídica Titular: ENEL GREEN POWER VENTOS DE SANTA ANGELA 20 S.A.
CNPJ: 29.552.939/0001-40
Matrícula CEI: 51.243.99667/70
Setor de Infraestrutura: Energia Elétrica
Nome do Projeto: EOL Ventos de Santa Angela 20
Tipo: Central Geradora Eólica

Ato Autorizativo: Portaria n° 191, emitida pelo Ministério de Minas e Energia (MME) em 28 de maio de 2018 e publicada no DOU n° 104, Seção 1, página 97, em 01 de junho de 2018. Localização: Município de Lagoa do Barro, Estado do Piauí. Prazo estimado de execução: 1°/março/2022 a 1°/novembro/2022.

Art. 3° Os benefícios do REIDI poderão ser usufruídos nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos, contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (art. 5° da Lei n° 11.488/2007 c/c art. 3° do Decreto n° 6.144/2007), ressalvado o disposto no artigo 4°.

Art 4° Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da presente habilitação, nos termos do art. 9° e do inciso I, art. 10 do Decreto n° 6.144, de 03 de julho de 2007, com as alterações posteriores.

Art 5° A presente habilitação poderá ser cancelada de ofício pela autoridade fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão ao regime instituído pela Lei n° 11.488/2007, nos termos do inciso II, art. 10 do Decreto n° 6.144, de 03 de julho de 2007, com as alterações posteriores.

Art. 6° Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

EUDIMAR ALVES FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CARUARU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (Paes), instituído pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CARUARU-PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 270 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09/10/2017, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo nº 10435.726022/2018-84, e nos arts. 10 e 14 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 2004, resolve:

Art. 1º. Excluir do Parcelamento Especial (Paes), por haver encerrado o prazo máximo para liquidação do parcelamento e ainda restar saldo devedor, a pessoa jurídica relacionada abaixo, nos termos do art. 1º da Lei nº 10.684, de 30/05/2003:

NOME EMPRESARIAL	CNPJ
Caruaru Veículos Ltda	11.202.827/0001-02

Art. 2º. Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ GONZAGA VENTURA LEITE JUNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que tratam os arts. 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 127 de 14/08/2007, 128 de 19/12/2008, 133 de 28/12/2009, 139 de 10/11/2011, 147 de 07/08/2014, 154 de 18/04/2016 e 155 de 27/10/2016 a pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º, I, da Lei nº 10.593 de 06 de dezembro de 2002, art. 5º, parágrafo único, da Lei 13.464, de 10 de julho de 2017, c/c a Portaria RFB nº 1.098/2013, arts. 2º, II e VI, art. 3º, caput e parágrafos, art. 4º e Anexo I, e Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 (art. 17, XII, c/c art. 28, art. 29, I, art. 30, II e art. 31, II), Resolução nº 140/2018 do CGSN, e considerando ainda o apurado no processo nº 10469.725426/2018-63, declara:

Art. 1º Excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), a partir de 1º de janeiro de 2014, a empresa a seguir identificada, em virtude de exercício de atividade empresarial de prestação de serviços mediante cessão ou locação de mão de obra, vedada ao ingresso no regime tributário, conforme disposto no inciso XII do art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, tudo em conformidade com o que foi apurado no processo administrativo nº 10469.725426/2018-63:

Nome: SEGTEC Comércio e Serviços de Material Eletro e Eletrônico EIRELI
CNPJ: 08.385.600/0001-27
Endereço: Rua Ascenso Ferreira, 1937, Candelária,
Natal/RN. CEP: 59.064-530

Art. 2º. A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa, é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, apresentar manifestação de inconformidade, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste Ato declaratório Executivo (ADE), a qual deve ser dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, conforme disposto no art. 39, da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 121 da Resolução CGSN n° 140/2018 e art. 109 da Resolução CGSN nº 94/2011, em vigência a época do procedimento irregular, e nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Art. 3º. Este ADE tornar-se-á efetivo e a exclusão definitiva se não houver apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata o art. 2º ou, se houver, após decisão desfavorável e definitiva na esfera administrativa (art. 83, § 3º, da Resolução CGSN nº 140/2018).

ROBSON CARREIRO DIAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DIVINÓPOLIS
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Torna parcialmente sem efeito o Ato declaratório Executivo nº 66 de 1º de outubro de 2018

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DIVINÓPOLIS-MG, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso II do Artigo 1º e artigo 6º da Portaria DRF/DIV n° 20, de 21 de julho de 2016, publicada no DOU de 27 de julho de 2016, a partir das atribuições conferidas pelos art. 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 13674.720182/2018-95, declara:

Art. 1º Fica sem efeito, para o contribuinte GRAFONTES GRÁFICA PUBLICIDADE EDITORA LTDA, CNPJ 00.958.114/0001-49, o cancelamento da inscrição no Registro Especial de Controle de Papel Imune da pessoa jurídica (Regpi) promovido pelo Ato declaratório Executivo nº 66/2018, publicado no diário oficial da união em 03/10/2018 pela Subsecretaria de Fiscalização/coordenação geral de fiscalização da Receita Federal do Brasil.

Art. 2º Fica restabelecida a validade do Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi), nº GP 06107/00057, da pessoa jurídica acima, conferido pelo ADE 32/2010, pelo prazo de 3 (três) anos, contado a partir da publicação da Instrução Normativa RFB nº 1817, de 24 de julho de 2018, conforme estabeleceu o art. 19 da referida norma, desde que atendidos os requisitos previstos no parágrafo único do art. 3º.

Art. 3º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTÔNIO AMARILDO SOARES

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DE BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

Autoriza a Transferência de propriedade de veículo desembaraçado com isenção de impostos, por assemelhado a órgão diplomático.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso de suas atribuições regimentais, considerando o estabelecido nos art. 3º, § 2º da Instrução Normativa SRF n.º 346, de 28 de julho de 2003, e tendo em vista o disposto no § 3º do Art. 11 da Instrução Normativa SRF Nº 338, de 07/07/2003 e considerando que consta, nesta unidade da RFB, pedido de Autorização para Transferência de Propriedade de Bens Desembaraçados com Isenção de Impostos constante do Processo Administrativo nº 15504.724748/2018-35, declara:

Art. Único O veículo automotor Tipo MIS/CAMIONETA, Modelo I/AUDI Q5 2. OTFSIQUATTRO, cor preta, gasolina, ano/modelo 2015/2015, PLACA HKF-7020, Chassi WAUCFC8R5FA091301, RENAVAM 01050955274, de propriedade da Sra. Maria Joana Nunes Pinto Calixto, CPF 023.583.236-75, desembaraçado com privilégio diplomático através da declaração de Importação 15/05774883-8 está liberado para fins de transferência de propriedade para terceiros, dispensado o pagamento de tributos face a depreciação total do bem, após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União.

§ 1º Este ato declaratório somente produzirá efeitos perante o departamento de trânsito quando acompanhado de cópia de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO BATISTA DE SOUZA TRIGUEIRO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

Declara a concessão de habilitação para a empresa exercer procedimentos simplificados para o despacho aduaneiro de exportação de petróleo bruto.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 6º da Portaria nº 231 da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal (SRRF07), de 05 de abril de 2016, em deferimento ao processo administrativo nº 10010.016904/0918-96, tendo em vista o disposto nos artigos 2º e 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013, declara:

Art. 1° - Habilitada a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural SA - Pre-Sal Petróleo SA - PPSA, CNPJ nº 18.738.727/0001-36, com sede na cidade de Brasília - DF, localizada no Setor Bancário Sul, Quadra 02, nº 12, Bloco E, sala 206, sobreloja, Parte U12, Asa Sul, a utilizar os Procedimentos Simplificados de Exportação de petróleo bruto produzido em seu estabelecimento exportador e unidade de produção abaixo discriminados, conforme IN/RFB 1.381/2013, única e exclusivamente na modalidade de embarque prevista em seu artigo 7º, inciso I.

Estabelecimento:Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural SA - Pre-Sal Petróleo SA - PPSA

CNPJ:18.738.727/0002-17

Unidade flutuante: PLATAFORMA FPSO - PIONEIRO DE LIBRA

Posição: Latitude: 24º39'29"(S) e Longitude: 42º13'55"(W)

Localização Geográfica:Campo de Libra P1 - Área Marítima: Bloco de Libra

Localidade:Bacia de Santos

Art. 2º - Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação para utilizar o referido procedimento simplificado tem caráter precário, podendo ser suspensa ou cancelada, consoante o disposto no artigo 4º, Parágrafo Único da IN RFB nº 1.381/2013.

Art. 3º - Os procedimentos simplificados para os embarques e despachos aduaneiros de exportação de petróleo deverão ser processados conforme o disposto nos artigos 5º a 9º da IN RFB nº 1.381/2013.

Art. 4° - Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO ROMANINI ALCHAAR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Declara a inaptidão de empresa perante o CNPJ.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SANTOS, no uso da competência que lhe é outorgada pelo § 2º, do art. 43, da Instrução Normativa RFB 1.634/2016, em cumprimento ao que determina o art. 40, inciso III, da IN citada, resolve:

Considerando os motivos que constam do Processo Administrativo nº 11128.721362/2017-74, declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da empresa MARCUS VINICIUS VALERIO DE SOUZA, CNPJ nº 20.737.924/0001-82, tornando-se ineficazes, tributariamente, os documentos por ela emitidos a partir de 01 de janeiro de 2014.

CLEITON ALVES DOS SANTOS JOÃO SIMÕES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhe conferem o artigo 286, inc. III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e face ao que consta do processo nº 113857.000136/2010-71, resolve:

Artigo 1º - Cancelar a inscrição do registro especial para gráfica, assim considerado o estabelecimento impressor de livros, jornais e periódicos, que recebe papel de terceiros ou o adquire com imunidade tributária, de número GP-08122/00032, do estabelecimento GRAFICA E EDITORA CARNICELI LTDA ME, CNPJ 04.303.615/0001-48, localizado na Rua Raimundo Correa, 33 - Vila Marcelino - São Carlos/SP - CEP: 13570-591.

Artigo 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ITANIMA BARONI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 16 , DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758/2007.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA (SP), em exercício na Seção de Orientação e Análise tributária - SAORT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, art. 6º, da Portaria de delegação de competências DRF/AQA nº 31, de 07 de Junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 08 de junho de 2017, e com fundamento nos art. 1º ao 5º da Lei 11.488/2007, c/c os art. 7º do Decreto 6.144/2007 e art.11 da Instrução Normativa RFB nº 758/2007, e suas alterações, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 13851.721954/2018-18, resolve:

Art. 1° Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11 da Instrução Normativa RFB n° 758, de 25 de julho de 2007, e alterações, nos exatos termos da Portaria nº 417, de 05 de Novembro de 2018, do Ministério da Integração Nacional, publicada no D.O.U. de 06 de Novembro de 2018:

Nome empresarial: CITROSUCO S/A AGROINDÚSTRIA

N° Inscrição no CNPJ/MATRIZ: 33.010.786/0001-87

N° de matrícula CEI: 51.242.60564/72

Setor de Infraestrutura Favorecido: Irrigação/Ministério da Integração Nacional

N° da Portaria de Aprovação do Projeto: Portaria nº 417, de 05 de Novembro de 2018

Prazo estimado para conclusão da Obra: 31/12/2021.

Art. 2º A habilitação abrangerá o projeto de irrigação por gotejamento em área de 902 hectares.

Art. 3° O presente Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DEMILSON JOSÉ GRELLA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Inscrição no Registro de Despachantes Aduaneiros

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 340 VIII da Portaria MF nº 430/2017, de 9 de outubro de 2017 e, tendo em vista o disposto no § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, e considerando ainda o que consta no processo administrativo fiscal abaixo discriminado, resolve:

1. Incluir no Registro de Despachantes Aduaneiros a seguinte inscrição:

Nome	CPF	Processo nº
DEIZE APARECIDA TENORIO	059.258.128-40	10831.720502/2018-69

2. Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTONIO ROBERTO MARTINS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2018

Concede habilitação, à pessoa jurídica que menciona, ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - Recap, de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, com redação dada pela Lei 12.715, de 17 de setembro de 2012, bem como o Decreto nº 5.649, de 29 de dezembro de 2005 e ainda a Instrução Normativa RFB nº 605, de 4 de janeiro de 2006.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU / SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas no artigo 270, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado na forma do Anexo da Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017 (com a redação dada pela Portaria MF nº 331, de 03 de julho de 2018), tendo em vista o disposto no artigo 10 da Instrução Normativa SRF 605/2006 e o constante no processo administrativo nº 13975.720285/2018-61, declara:

Art. 1º. Fica concedida a habilitação ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - Recap, para a pessoa jurídica a seguir identificada:

MADEIRAS BAGATTOLI LTDA, CNPJ Nº 84.151.000/0001-82.

Art. 2º. Deve ser observado que o prazo para fruição do beneficio de suspensão da exigibilidade das contribuições de que trata o art. 2º da Instrução Normativa SRF 605, de 04/01/2006, extingue-se após decorridos 3 (três) anos contados da data da habilitação ao Recap, conforme dispõe o artigo 13, § 2º, da referida Instrução Normativa.

Art. 3º. Constatando-se, em procedimento fiscal, que a interessada não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a habilitação ao Regime, será efetuado o cancelamento de ofício da mesma, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 4º. Este Ato declaratório Executivo - ADE entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANIEL CARLOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, abaixo identificado, em exercício na SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL - PR, no uso das atribuições delegadas pela Portaria DRF/CVL nº 36 de 23 de março de 2018 e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 1º, combinado com o art. 4º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 03, de 25 de agosto de 2004, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato declaratório Executivo (ADE).

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Cascavel - PR, no endereço: Rua Rio Grande do Sul, 1289, Centro, Cep 85.801-901, Cascavel - PR.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

ALI MOHAMAD JAHA

ANEXO ÚNICO

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas:
01.699.441/0001-96
02.818.610/0001-22
02.954.191/0001-56
72.219.066/0001-88
76.077.783/0001-73
77.766.566/0001-53
78.150.463/0001-27
78.339.009/0001-19
78.549.680/0001-94
79.744.009/0001-67
95.408.704/0001-04

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 70, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Anula inscrição no CNPJ.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO (SECAT) DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA PR, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 284 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430 de 09 de outubro de 2017 publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, alterada pela Portaria MF nº 331 de 03 de julho de 2018 publicada no DOU de 04 de julho de 2018 e tendo em vista o disposto no artigo 35, inciso II e §§, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 resolve:

Artigo 1º. Declarar a nulidade das inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) abaixo identificadas, com efeito a partir da data de inscrição das mesmas, tendo em vista a constatação de vício para essas inscrições conforme apurado nos respectivos processos administrativos fiscais.

CONTRIBUINTE	CNPJ	PROCESSO	DATA DE EFEITO
IVONE APARECIDA DOS SANTOS 01842614908	13.522.259/0001-44	19985.724455/2018-43	16/04/2011
CARLOS CESAR DE SOUSA 34984461187	13.518.974/0001-03	19985.724454/2018-07	15/04/2011
PARAHILO BORGES 04626406980	13.299.731/0001-21	19985.724452/2018-18	24/02/2011
VILMAR JOSÉ RODRIGUES 62212508034	15.089.713/0001-40	10980.726396/2018-13	24/02/2012
MARIA ALICE RODRIGUES 46078363034	22.460.852/0001-02	10980.726454/2018-17	16/05/2015
LUCIA MARTINES HINSCHING 03169360906	23.914.711/0001-77	10980.726498/2018-39	05/01/2016
WALTER COLETTI 76170284820	24.264.131/0001-44	10980.726505/2018-01	26/02/2016
FABIO DIAS DE OLIVEIRA 34243114803	24.427.092/0001-59	10980.726512/2018-02	21/03/2016
NATALIO JACYR GUAREZI 42665310953	24.812.142/0001-11	10980.726520/2018-41	17/05/2016
BENEDITO PEDRO AMÉRICO 11109747870	26.078.000/0001-06	10980.726527/2018-62	31/08/2016
JOEL FRANCISCO DE SOUZA 78348854800	21.043.095/0001-09	10980.726433/2018-93	16/09/2014
CARLOS ALBERTO DA COSTA 19366086500	20.528.649/0001-97	10980.726424/2018-01	01/07/2014

MÁRCIO HUMBERTO GHELLER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 184, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que, por meio do art. 15, lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido, formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31, do contribuinte COLUMBIA TRADING SA, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, estabelecida na Rod. Antônio Heil nº 1001 SL 303, bairro Itaipava, Itajaí (SC), CEP 88316-001, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 7185597 e PO 320, para o produto e quantidade abaixo indicados:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

ARI SILVIO DE SOUZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 185, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que, por meio do art. 15, lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido, formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31, do contribuinte COLUMBIA TRADING SA, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, estabelecida na Rod. Antônio Heil nº 1001 SL 303, bairro Itaipava, Itajaí (SC), CEP 88316-001, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 7185598 e PO 321, para o produto e quantidade abaixo indicados:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

ARI SILVIO DE SOUZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 186, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que, por meio do art. 15, lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido, formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31, do contribuinte COLUMBIA TRADING SA, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, estabelecida na Rod. Antônio Heil nº 1001 SL 303, bairro Itaipava, Itajaí (SC), CEP 88316-001, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 7185600 e PO 322, para o produto e quantidade abaixo indicados:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

ARI SILVIO DE SOUZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 187, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que, por meio do art. 15, lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido, formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31, do contribuinte COLUMBIA TRADING SA, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, estabelecida na Rod. Antônio Heil nº 1001 SL 303, bairro Itaipava, Itajaí (SC), CEP 88316-001, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 7185601 e PO 323, para o produto e quantidade abaixo indicados:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

ARI SILVIO DE SOUZA

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.875-SEI, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Altera a Portaria MDIC nº 113, de 17 de maio de 2012, que dispõe sobre a obrigação de prestar informações de natureza econômico-comercial ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior relativas às transações entre residentes ou domiciliados no Brasil e residentes ou domiciliados no exterior que compreendam serviços, intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio das pessoas físicas, das pessoas jurídicas e dos entes despersonalizados.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 25 a 27 da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011 e no Decreto nº 9260, de 29 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º O art. 3º da Portaria MDIC nº 113, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º.....

I.....

II.....

§1º.....

§2º.....

§ 3º A informação relativa ao faturamento de venda de serviço, de intangível, ou de operação que produza variação no patrimônio por pessoas físicas, pessoas jurídicas e entes despersonalizados residentes ou domiciliados no País deverá ser registrada até o último dia útil do mês subsequente:

I - ao da emissão da nota fiscal ou documento equivalente, se esta ocorrer depois da inclusão do registro de venda de serviço, de intangível, ou de operação que produza variação no patrimônio, ou até o último dia útil do mês subsequente à data do registro na situação prevista no §1º; ou

II - ao do registro de venda de serviço, de intangível, ou de operação que produza variação no patrimônio, observado o disposto no §1º, se a emissão da nota fiscal ou documento equivalente ocorrer antes da data de inclusão desse registro.

§ 4º A informação relativa ao pagamento por aquisição de serviço, de intangível, ou de operação que produza variação no patrimônio por pessoas físicas, pessoas jurídicas e entes despersonalizados residentes ou domiciliados no País, deverá ser registrada até o último dia útil do mês subsequente:

I - ao do pagamento, se este ocorrer depois da inclusão do registro de aquisição de serviço, de intangível, ou de operação que produza variação no patrimônio, ou até o último dia útil do mês subsequente à data do registro na situação prevista no § 1º; ou

II - ao do registro de aquisição de serviço, de intangível, ou de operação que produza variação no patrimônio, observado o disposto no § 1º se o pagamento ocorrer antes da inclusão desse registro.

§5º.....

....."(NR).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

RESOLUÇÃO Nº 228, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018

Publicação da nova Tabela de Retribuição dos serviços prestados pelo INPI, referente a Contratos de Licença, Cessão, Transferência de Tecnologia e Franquia

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 8.854, de 22 de setembro de 2016,

CONSIDERANDO o disposto na Instrução Normativa INPI/PR nº 70 de 11 de abril de 2017, que dispõe sobre o procedimento administrativo de averbação de licenças e cessões de direitos de propriedade industrial e de registro de contratos de transferência de tecnologia e de franquia;

CONSIDERANDO que, a partir de 01 de julho de 2017, o INPI passou a oferecer o serviço de averbação dos contratos de cessão, licenciamento e licenciamento compulsório de registro de topografia de circuito integrado;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 3º, da Portaria MDIC nº 39, de 07 de março de 2014; e

CONSIDERANDO a Portaria do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços nº 1.437-SEI de 17 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Publicar nova Tabela de Retribuições dos serviços referentes a Contratos de Licença, Cessão, Transferência de Tecnologia e Franquia, conforme o Anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, sem prejuízo da sua publicação na Revista Eletrônica da Propriedade Industrial.

LUIZ OTÁVIO PIMENTEL

ANEXO

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
TABELA DE RETRIBUIÇÕES DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO INPI
SERVIÇOS RELATIVOS A CONTRATOS DE LICENÇA, CESSÃO,
TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E FRANQUIA
Coordenação-Geral de Contratos de Tecnologia - CGTEC

Código	Serviço	Valor (em Real)	Valor com desconto (*)
(I) Ficha Cadastro			
422	Ficha Cadastro	Isento	Isento
(II) Consultas			
410	Consultas	260,00	104,00
(III) Pedido de Registro e Averbação			
400	Pedido de registro de contrato de fornecimento de tecnologia (know-how)	2.250,00	900,00
401	Pedido de registro de contrato de serviços de assistência técnica e científica	2.250,00	900,00
406	Pedido de registro de fatura	1.140,00	456,00
404	Pedido de registro de contrato de franquia Até 15 (quinze) pedidos ou registros Acima de 15 (quinze) pedidos ou registros	 2.250,00 Somar um valor adicional de R$ 185,00 por pedido ou registro, mesmo nas inclusões através de aditivos quando, somados ao contrato original, exceder a 15 (quinze).	 900,00 Somar um valor adicional de R$ 74,00 por pedido ou registro, mesmo nas inclusões através de aditivos quando, somados ao contrato original, exceder a 15 (quinze).
402	Pedido de averbação de contrato de licença para uso de marca - Até 15 (quinze) pedidos ou registros Acima de 15 (quinze) pedidos ou registros	 2.250,00 Somar um valor adicional de R$ 185,00 por pedido ou registro de marca, mesmo nas inclusões através de aditivos quando, somados ao contrato original, exceder a 15 (quinze).	 900,00 Somar um valor adicional de R$ 74,00 por pedido ou registro de marca, mesmo nas inclusões através de aditivos quando, somados ao contrato original, exceder a 15 (quinze).
427	Pedido de averbação de contrato de cessão de marca	2.250,00	900,00
403	Pedido de averbação de contrato de licença para exploração de patente Até 15 (quinze) pedidos ou patentes Acima de 15 (quinze) pedidos ou patentes	 2.250,00 Somar um valor adicional de R$ 185,00 por pedido ou patente, mesmo nas inclusões através de aditivos quando, somados ao contrato original, exceder a 15 (quinze).	 900,00 Somar um valor adicional de R$ 74,00 por pedido ou patente, mesmo nas inclusões através de aditivos quando, somados ao contrato original, exceder a 15 (quinze).
428	Pedido de averbação de contrato de cessão de patente	2.250,00	900,00
426	Pedido de averbação de licença compulsória para exploração de patente	2.250,00	900,00
425	Pedido de averbação de contrato de licença para exploração de desenho industrial Até 15 (quinze) pedidos ou registros Acima de 15 (quinze) pedidos ou registros	 2.250,00 Somar um valor adicional de R$ 185,00 por desenho industrial, mesmo nas inclusões através de aditivos quando, somados ao contrato original, exceder a 15 (quinze).	 900,00 Somar um valor adicional de R$ 74,00 por desenho industrial, mesmo nas inclusões através de aditivos quando, somados ao contrato original, exceder a 15 (quinze).
430	Pedido de averbação de contrato de cessão de desenho industrial	2.250,00	900,00
433	Pedido de averbação de contrato de licença de Topografia de Circuitos Integrados Até 15 (quinze) pedidos ou registros Acima de 15 (quinze) pedidos ou registros	 2.250,00 Somar um valor adicional de R$ 185,00 por topografia de circuito integrado, mesmo nas inclusões através de aditivos quando, somados ao contrato original, exceder a 15 (quinze).	 900,00 Somar um valor adicional de R$ 74,00 por topografia de circuito integrado, mesmo nas inclusões através de aditivos quando, somados ao contrato original, exceder a 15 (quinze).
434	Pedido de averbação de contrato de cessão de Topografia de Circuitos Integrados	2.250,00	900,00
435	Pedido de averbação de licença compulsória para exploração de Topografia de Circuitos Integrados	2.250,00	900,00
(IV) Recurso			
416	Recurso	590,00	236,00
432	Cumprimento de exigência em grau de recurso	130,00	52,00
(V) Alterações e Retificações			
407	Alteração de certificado de averbação	950,00	380,00
420	Alteração de dados cadastrais no certificado de averbação	130,00	52,00
408	Retificação de dados cadastrais no certificado de averbação por erro do INPI	Isento	Isento
431	Retificação por erro de publicação na Revista da Propriedade Industrial (RPI)	Isento	Isento
(VI) Serviços em Geral			
412	Cumprimento de exigência	120,00	48,00
423	Outras petições	120,00	48,00
(VII) Desistência			
421	Desistência do pedido de averbação e arquivamento de processo	Isento	Isento
(VIII) Certificados, Certidões e Cópias reprográficas			
415	Expedição de segunda via de certificado de averbação	140,00	-
413	Certidão de atos relativos aos contratos	85,00	-

824-7	Cópia reprográfica simples Até 4 (quatro) páginas Acima de 4 (quatro) páginas	 7,00 Para cada página adicional deverá ser pago R$ 0,20 por meio do serviço de Complementação de retribuição (código 800).	 -
825-7	Cópia reprográfica autenticada Até 4 (quatro) páginas Acima de 4 (quatro) páginas	 14,00 Para cada página adicional deverá ser pago R$ 0,40 por meio do serviço de Complementação de retribuição (código 800).	 -
(IX) Administração			
800	Complementação de retribuição É necessário informar o número da guia de recolhimento inicial ou preliminar ("Nosso Número").	Variável	-
801	Restituição de retribuição É necessário informar o número da guia de recolhimento inicial ou preliminar ("Nosso Número").	Isento	Isento

(*) Retribuição com desconto: Redução de até 60% no valor de retribuição a ser obtida por: pessoas naturais (somente se estas não detiverem participação societária em empresa do ramo a que pertence o item a ser registrado); microempresas, microempreendedor individual e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; cooperativas, assim definidas na Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971; instituições de ensino e pesquisa; entidades sem fins lucrativos, bem como órgãos públicos, quando se referirem a atos próprios, conforme estipulado nessa resolução. O desconto não incide sobre todos os códigos.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

PORTARIA Nº 94, DE 5 DE OUTUBRO DE 2018

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01250.058177/2018-53, e no processo MDIC nº 52001.101056/2018-10, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa Recognition Companhia Brasileira de Automação Bancária, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 68.118.462/0002-22, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, quando da fabricação dos seguintes produtos e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Terminal de autoatendimento bancário	TCR Totem de Captura Remota
Mecanismo processador depositário de cheques	CheckStorage; CheckOne

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR NOGUEIRA CALVET

PORTARIA Nº 99, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Concessão de habilitação provisória para fruição dos benefícios fiscais da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conforme disposto no § 1º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, que trata da inclusão de produtos novos não abrangidos pela habilitação definitiva em vigor.

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTIC nº 01250.064182/2018-03, e no processo MDIC nº 52001.101135/2018-12, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro 2006, a empresa FOXCONN BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA?., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 08.285.374/0001-02, à fruição dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELO
Unidade de Radio Remota	RRU3203; RRU3220; RRU3222; RRU3262; RRU3262(700M); RRU3268; RRU3269; RRU3808; RRU3832; RRU3908; RRU3908 V1 (AC); RRU3908 V1 (DC); RRU3908 V2 (AC) RRU3908 V2 (DC)
(RRU) da Estação Radio Base	RRU3926; RRU3928; RRU3929; RRU3936; RRU3938; RRU3939; RRU3942; RRU3952; RRU3952(850M); RRU3952m; RRU3953; RRU3953w; RRU3958; RRU3959; RRU3959a;
Para telefonia celular	RRU3959w; RRU3961; RRU3962; RRU3971; RRU3971a; RRU5309; RRU5309w; RRU5501; RRU5502; RRU5507; RRU5508; RRU5901; RRU5901w; RRU5904; RRU5905; RRU5905w;
	RRU5909; RRU5909s; RRU3201; RRU3221; RRU3229; RRU3240; RRU3249; RRU3260; RRU3262; RRU3262(2.6G); RRU3262(850M); RRU3281; RRU3668; RRU3821E; RRU3841;
	RRU5301; RRU5305; RRU5305(1.4G); RRU5305(2.6G); RRU3168; RRU3232; RRU3236E; RRU3251; RRU3252; RRU3252 (AC); RRU3252 (DC); RRU3253; RRU3256; RRU3259; RRU3276;
	RRU3278; RRU3278u; RRU3279; RRU3801; RRU3801E (AC); RRU3801E (DC); RRU3804; RRU3804 (AC); RRU3804 (DC); RRU3805; RRU3806; RRU3806 (AC); RRU3806 (DC);
	RRU3824; RRU3826; RRU3828; RRU3829; RRU3838; RRU3839; RRU3853; RRU3004; RRU3004 (AC); RRU3004 (DC); RRU3008;
	RRU3008 V1 (AC); RRU3008 V1 (DC); RRU3008 V2 (AC); RRU3004 (DC)

1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

IGOR NOGUEIRA CALVET

SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA
DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 52, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre os procedimentos de Registro Digital dos atos que competem ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e altera os Anexos I, II e III da Instrução Normativa DREI nº 48, de 3 de agosto de 2018.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO - DREI, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, o art. 4º do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, e o art. 33 do Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, e

Considerando as melhorias que o registro digital promove ao ambiente de negócios no Brasil, seja sob a perspectiva dos usuários (comodidade e agilidade na tramitação de documentos, redução no prazo para registro e facilidade de acesso aos documentos digitais registrados), seja sob a das Juntas Comerciais (maior segurança no armazenamento dos documentos, redução de custos e garantia de autenticidade das assinaturas dos signatários dos documentos);

Considerando o disposto no art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil e confere presunção de veracidade em relação aos signatários do documento produzido por meio eletrônico certificado nos termos de tal diploma normativo;

Considerando que quantidade significativa dos usuários dos serviços de registro público de empresas ainda necessita se adaptar às formalidades e ter acesso aos meios necessários para realização do registro digital;

Considerando a necessidade de fomentar a redução de custos do certificado digital, para viabilizar sua aquisição;

Considerando que os diplomas normativos atinentes ao registro de empresas se aplicam integralmente ao registro digital, tratando esta Instrução Normativa, apenas das especificidades que carecem de regulamentação;

Considerando a necessidade de promover, de forma eletrônica, a integração dos órgãos de registro e de legalização de empresas e pessoas jurídicas, nos termos da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, que cria a REDESIM, e da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e

Considerando que, no que tange à integridade dos documentos, a certificação digital e a tramitação de processos em meio exclusivamente digital torna desnecessários o termo de autenticação e a chancela da Junta Comercial em todas as páginas dos instrumentos levados à registro, resolve:

Art. 1º Para fins desta Instrução Normativa, Registro Digital consiste na prestação dos serviços de Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins por meio da tecnologia digital.

§ 1º As Juntas Comerciais poderão adotar exclusivamente o Registro Digital ou em coexistência com os métodos tradicionais.

§ 2º As Juntas Comerciais que optarem pelo Registro Digital observarão os procedimentos disciplinados nesta Instrução Normativa.

§ 3º A Junta Comercial dará, com o mínimo de 90 (noventa) dias de antecedência, ampla publicidade da data a partir da qual adotará exclusivamente o Registro Digital nos atos submetidos a arquivamento, sendo observados cumulativamente os seguintes critérios:

I - comunicação ao DREI, via Ofício, assinado pelo Presidente da Junta Comercial;

II - divulgação da implantação do Registro Digital em local de destaque em seu sítio eletrônico;

III - fixação de comunicados nas respectivas sedes, delegacias, postos avançados e em todos os locais onde são recebidos documentos físicos;

IV - ofício dirigido ao Conselho Regional de Contabilidade da respectiva jurisdição;

V - ofício dirigido ao Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas - SESCON do respectivo estado ou do Distrito Federal; e

VI - ofício dirigido ao Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do respectivo estado ou do Distrito Federal.

§ 4º A Junta Comercial disponibilizará, com no mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência da data a partir da qual adotará exclusivamente o Registro Digital, capacitação aos seus usuários para utilização deste registro que contemple, inclusive, requisitos mínimos necessários para acesso e utilização do serviço.

§ 5º A capacitação a qual se refere o parágrafo anterior será divulgada no sítio eletrônico da Junta Comercial e será promovida por uma das opções abaixo, sem prejuízo de outras adotadas cumulativamente:

I - por meio de treinamentos presenciais ou à distância;

II - por aulas gravadas ou ao vivo; e

III - mediante disponibilização para download de materiais didáticos, tais como cartilhas e manuais.

§ 6º As Juntas Comerciais manterão permanentemente em seus sítios manuais de utilização de seus sistemas voltados aos usuários de seus serviços e a indicação dos requisitos mínimos necessários para acesso a estes serviços.

§ 7º As Juntas Comerciais que já se utilizam com exclusividade do Registro Digital quando da publicação desta Instrução Normativa observarão o disposto no parágrafo anterior.

Art. 2º O Registro Digital deverá obedecer às normas atinentes ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins quanto à publicidade do registro, publicação dos atos, proibições de arquivamento, autenticação, exame das formalidades, processo decisório e processo revisional, bem como seus respectivos prazos.

§ 1º No exame das formalidades devem ser verificados os requisitos referentes aos certificados digitais utilizados, especialmente no que diz respeito a sua validade.

§ 2º As exigências ou indeferimento do registro digital deverão estar disponíveis eletronicamente ao interessado observado o disposto na Instrução Normativa DREI 48, de 3 de agosto de 2018.

Art. 3º Os sistemas eletrônicos adotados pelas Juntas Comerciais devem:

I - controlar o acesso e procedimentos de segurança que garantam a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a autenticidade dos documentos;

II - conter mecanismos de recuperação nas hipóteses de perdas provocadas por sinistros, falhas no sistema ou de segurança ou degradação do suporte; e

III - disponibilizar dispositivos de monitoramento e acompanhamento da realização das cópias de segurança (backup), com vistas a prevenir a perda de informações.

§ 1º Os procedimentos de backup devem ser feitos regularmente e, pelo menos, uma cópia deve ser armazenada remotamente off-site.

§ 2º A observância quanto ao disposto neste artigo deve ser certificada anualmente por entidade ou órgão não subordinado à Junta Comercial.

Art. 4º Fica facultada, a critério de cada Junta Comercial, a recepção e aceitação de documento certificado digitalmente por sistema de terceiros ou Portais de Assinaturas, que se submetam às regras de recepção de cada Junta e às regulamentações da ICP Brasil.

Parágrafo único. Na hipótese do caput é obrigatória a utilização de carimbo de tempo.

Art. 5º Os documentos que instruírem obrigatoriamente os pedidos de arquivamento eletrônico nas Juntas Comerciais deverão observar o seguinte:

I - os atos constitutivos, modificativos, extintivos ou outros documentos sujeitos à decisão singular ou colegiada, assim como procurações, protocolos de intenções, laudos de avaliação, balanços, documento de interesse, declarações, ou outros atos empresariais produzidos por meio eletrônico, deverão ser assinados digitalmente pelos seus signatários, com certificado digital, de segurança mínima tipo A3, emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

II - intervindo outras pessoas no ato, estas também deverão assiná-lo digitalmente, observado o disposto no inciso anterior;

III - a certificação digital aposta nos documentos mencionados no inciso I deste artigo e na forma nele prevista supre a exigência de apresentação de prova de identidade nos casos exigidos pela legislação e normas do Registro Mercantil.

IV - os dados específicos de registro constantes da Ficha de Cadastro Nacional e os dados comuns, coletados eletronicamente pela Receita Federal do Brasil, deverão ser transmitidos eletronicamente para a Junta Comercial;

V - a Capa de Processo ou Requerimento Eletrônico deverá ser assinada digitalmente pelo requerente, na forma do inciso I;

VI - a prova do recolhimento do preço do serviço da Junta Comercial e do valor relativo ao Cadastro Nacional de Empresas - CNE serão anexadas ao processo ou terão seus dados informados na Capa do Processo ou Requerimento Eletrônico, quando não for possível sua verificação por rotina automatizada; e

VII - quando se tratar de publicações em jornais, de aprovações governamentais, de decisões ou determinações judiciais, de documentos exigidos para o registro, inclusive aqueles oriundos dos serviços notariais e de registro exercidos em caráter privado por delegação do Poder Público, deverão ser apresentados:

a) em arquivo eletrônico, devidamente identificado e certificado digitalmente pelo ente emissor;

b) em arquivo eletrônico, inclusive imagem, com elementos que possibilitem a verificação da autenticidade pela internet sem a necessidade do pagamento de taxas e independentemente de autenticação de usuário; ou

c) pela via original em papel.

§ 1º Os atos, instrumentos e declarações certificados digitalmente na forma do inciso I deverão possuir carimbo de tempo ou outro mecanismo que ateste a data e hora em que foram assinados.

§ 2º Na hipótese da alínea b do inciso VII, a Junta Comercial registrará o URL do sítio eletrônico consultado, a data e a hora da verificação.

Art. 6º No recebimento do documento digital deverá ser registrada a data e hora.

Art. 7º O arquivo eletrônico que contém o documento original produzido pelas partes deverá ser armazenado de forma a assegurar a integridade das certificações digitais nele contidas.

§ 1º A Junta Comercial, na eventualidade de suas rotinas internas comprometerem a integridade da certificação a que se refere o caput, declarará que os termos do documento correspondem integralmente ao assinado digitalmente pelas partes e armazenará o documento original assinado.

§ 2º Se o documento receber exigência na análise que não implique na alteração do arquivo eletrônico que o contém, a Junta Comercial deverá assegurar a integridade das assinaturas nos termos do caput ou realizar o procedimento previsto no § 1º deste artigo.

Art. 8º O ato empresarial será assinado pelos agentes públicos que o deferiram, singular ou colegiadamente, mediante certificado digital de segurança mínima tipo A3, emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. O certificado digital de titularidade da Junta Comercial e o utilizado pelo Secretário Geral em rotinas automatizadas poderão ser do tipo A1, emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 9º A Junta Comercial autenticará os atos submetidos ao registro digital, mediante a utilização de chancela digital ao final do documento que permita comprovar e certificar a autenticidade e que contenha, no mínimo:

I - identificação da Junta Comercial;

II - Protocolo de Registro ou Protocolo REDESIM;

III - número do arquivamento e a respectiva data;

IV - nome empresarial;

V - NIRE da sede;

VI - CNPJ da sede, quando disponível;

VII - assinatura do Secretário Geral, nos termos do art. 28, V, do Decreto nº 1800, de 30 de janeiro de 1996; e

VIII - sequência alfa numérica e hash.

§ 1º A chancela digital não comprometerá o arquivo eletrônico que contém o documento original produzido pelas partes e nem a integridade das respectivas certificações digitais.

§ 2º O disposto no inciso VIII do caput é passível de substituição por outro mecanismo que permita a verificação a que se refere o §2º do art. 10, podendo figurar ou não na chancela digital.

§ 3º A Junta Comercial que optar por fazer uso do termo de autenticação, deverá emiti-lo em separado do arquivo que contiver as certificações digitais do ato submetido a registro, sem prejuízo do disposto no caput.

Art. 10. Após o registro, a Junta Comercial disponibilizará o ato arquivado ao interessado.

§ 1º O documento ficará à disposição do interessado no meio eletrônico indicado pela Junta Comercial por 30 (trinta) dias.

§ 2º A Junta Comercial disponibilizará pela internet meio de verificação da autenticidade do documento arquivado independentemente de autenticação de usuário e sem a necessidade do pagamento de taxas.

Art. 11. Os documentos eletrônicos certificados digitalmente por uma Junta Comercial têm fé pública perante as demais, inclusive na hipótese do § 1º do art. 7º.

Art. 12. Com vistas a fomentar a redução de custos por meio da livre concorrência, sugere-se às Juntas Comerciais divulgarem diariamente em seus portais eletrônicos os 3 (três) menores valores praticados pelas entidades certificadoras para o certificado do tipo A3 ICP-Brasil.

Art. 13. O Anexo I da Instrução Normativa DREI nº 48, de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

DESCRIÇÃO DA EXIGÊNCIA		FUNDAMENTO LEGAL
...		
1. 4	No processo digital, os documentos devem ser assinados com certificado digital, de segurança mínima tipo A3, emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil). (NR)	IN/DREI nº 52/2018, art. 5º, I.

Art. 14. O Anexo II da Instrução Normativa DREI nº 48, de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

DESCRIÇÃO DA EXIGÊNCIA		FUNDAMENTO LEGAL
...		
1. 4	No processo digital, os documentos devem ser assinados com certificado digital, de segurança mínima tipo A3, emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil). (NR)	IN/DREI nº 52/2018, art. 5º, I.

Art. 15. O Anexo III da Instrução Normativa DREI nº 48, de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

DESCRIÇÃO DA EXIGÊNCIA		FUNDAMENTO LEGAL
...		
1. 4	No processo digital, os documentos devem ser assinados com certificado digital, de segurança mínima tipo A3, emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil). (NR)	IN/DREI nº 52/2018, art. 5º, I.

Art. 16. Fica revogada a Instrução Normativa DREI nº 12, de 5 de dezembro de 2013.

Art. 17. Os artigos 13, 14 e 15 desta Instrução Normativa entram em vigor na data de sua publicação, os demais artigos entrarão em vigor no dia 12 de dezembro de 2018.

CONRADO VITOR LOPES FERNANDES

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 485, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Tapejara - PR, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Tapejara - PR, no valor de R$ 16.170,00 (dezesseis mil, cento e setenta reais), para a execução de ações de Resposta, conforme processo n. 59052.002628/2018-14.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 314, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI nº 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59204.000499/2017-68, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de prevenção previstos no art. 4º da Portaria n. 459, de 01 de setembro de 2017, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Belém - PA, para ações de Defesa Civil, para até 25/03/2019.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 315, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção II, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
PI	Queimada Nova	Estiagem - 1.4.1.1.0	031	18/09/2018	59051.006071/2018-09
PI	Juazeiro do Piauí	Estiagem - 1.4.1.1.0	022	21/09/2018	59051.006107/2018-46
PI	Jacobina do Piauí	Seca - 1.4.1.2.0	071	01/10/2018	59051.006113/2018-01
MG	Novo Oriente de Minas	Seca - 1.4.1.2.0	038	03/10/2018	59051.006134/2018-19
SE	Canhoba	Estiagem - 1.4.1.1.0	58	10/10/2018	59051.006133/2018-74
BA	São Domingos	Estiagem - 1.4.1.1.0	054	17/10/2018	59051.006136/2018-16
MS	Coronel Sapucaia	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	60	19/10/2018	59051.006150/2018-10

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.022, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 9ª Sessão Plenária, realizada no dia 26 de setembro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.11745, resolve:

Desprover o Recurso interposto por DIOLINDO DE LARA, inscrito no CPF sob o nº 858.399.069-72, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.023, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 18ª Sessão de Turma, realizada no dia 24 de julho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.63541, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por LUIZ CARLOS PERSEGONA, inscrito no CPF sob o nº 002.125.471-00.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.024, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 17ª Sessão de Turma, realizada no dia 24 de julho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.64956, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por NEREU JOSÉ CORRÊA, inscrito no CPF sob o nº 302.651.778-04.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.025, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 9ª Sessão Plenária, realizada no dia 26 de setembro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.45044, resolve:

Desprover o Recurso interposto por MOACIR CORDEIRO DE MELO, inscrito no CPF sob o nº 679.595.478-15, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.026, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 17ª Sessão de Turma, realizada no dia 24 de julho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67611, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por PAULO FERREIRA NEVES, inscrito no CPF sob o nº 227.579.377-15.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.027, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão Plenária, realizada no dia 23 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.12873, resolve:

Desprover o Recurso interposto por FRANCISCO BEZERRA DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 055.839.264-49, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.028, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão Plenária, realizada no dia 23 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.21077, resolve:

Desprover o Recurso interposto por ANTONIO URBANO MARTINS, inscrito no CPF sob o nº 088.576.284-34, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.029, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão Plenária, realizada no dia 23 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.23578, resolve:

Desprover o Recurso interposto por FRANCISCO CANINDÉ DE FRANÇA, inscrito no CPF sob o nº 107.521.024-00, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.030, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 9ª Sessão Plenária, realizada no dia 26 de setembro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.09808, resolve:

Desprover o Recurso interposto por AMARAL POTRICH CAMPAGNONI, inscrito no CPF sob o nº 037.152.999-91, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.031, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão Plenária, realizada no dia 23 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.21508, resolve:

Desprover o Recurso interposto por ARISTEU PIMENTEL DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 080.238.405-68, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.032, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão Plenária, realizada no dia 23 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.21556, resolve:

Desprover o Recurso interposto por PRECIANO FERREIRA DOS REIS, inscrito no CPF sob o nº 806.079.348-91, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.033, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão Plenária, realizada no dia 23 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.16949, resolve:

Desprover o Recurso interposto por REINALDO FRANCISCO DA COSTA NEVES, inscrito no CPF sob o nº 019.536.278-03, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.034, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 9ª Sessão Plenária, realizada no dia 26 de setembro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.13205, resolve:

Desprover o Recurso interposto por CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 469.458.738-20, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.035, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 8ª Sessão Plenária, realizada no dia 23 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.24601, resolve:

Desprover o Recurso interposto por JOAO BOSCO CAVALCANTE, inscrito no CPF sob o nº 672.538.574-53, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.036, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 7ª Sessão Plenária, realizada no dia 22 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.09194, resolve:

Desprover o Recurso interposto por NEIDE GOMES DA SILVA ALMEIDA, inscrita no CPF sob o nº 981.861.087-34, em nome de VALTAIR AUGUSTO ALMEIDA post mortem, filho de ALMENZINDA ANACLETO ALMEIDA, e indeferir o Requerimento de Anistia.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.037, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 13ª Sessão de Turma, realizada no dia 19 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.41434, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia de AVANILDO GABRIEL DO NASCIMENTO post mortem, filho de ANA GOMES DO NASCIMENTO, formulado por ANA GOMES DO NASCIMENTO, inscrita no CPF sob o nº 874.753.164-91.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.038, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 18ª Sessão de Turma, realizada no dia 24 de julho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.42211, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia de RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA post mortem, filho de LUISA CARDOSO DE OLIVEIRA, formulado por MARIA IVONILDE DE OLIVEIRA, inscrita no CPF sob o nº 765.005.351-20.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.039, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 18ª Sessão de Turma, realizada no dia 24 de julho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.64290, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia de RAIMUNDO NONATO BESSA MARTINS post mortem, filho de ROSA DE VITERBO BESSA MARTINS.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.040, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 17ª Sessão de Turma, realizada no dia 24 de julho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2008.01.60521, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia de FRANCISCO DE ASSIS TRAVASSOS post mortem, filho de MARIA DAS NEVES COSTA, formulado por CARLENE COUTO TRAVASSOS, inscrita no CPF sob o nº 273.624.264-53.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.041, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 17ª Sessão de Turma, realizada no dia 24 de julho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67795, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia de ALCEBIDES DA SILVA SOUZA post mortem, filho de MARIA DO CARMO SOUZA.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.042, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.006599/2017-64, do Ministério da Justiça, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, NOORJAHAN BINTE MIRAH MOHIDEEN, de nacionalidade cingapurense, filha de Mirah Mohideen So Nathara Baua e de Asiah Bte Md Ismail, nascida na República de Cingapura, em 18 de dezembro de 1961, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos e 4 (quatro) meses, a partir de sua saída

TORQUATO JARDIM

DESPACHO Nº 693, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº: 08205.002902/2010-76. Interessado: CHUKWUMA RAYMOND ASHALA. Assunto: Recurso em Pedido de Refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 357/2018/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (7171028), de 2/11/2018, e INDEFIRO o recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio CHUKWUMA RAYMOND ASHALA, nascido no dia 27/11/1974, natural da Nigéria, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

TORQUATO JARDIM

ARQUIVO NACIONAL

PORTARIA Nº 326, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

A DIRETORA-GERAL DO ARQUIVO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas no art. 22 da portaria nº 2.433, de 24 de outubro de 2011, do Ministério de Estado da Justiça e no Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003 e, tendo em vista o disposto nos arts. 15 e 16 da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, com redação dada pela Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009 e, em vista ao disposto no parágrafo 3º do art. 2º do Decreto nº 9.058, de 25 de maio de 2017, resolve:

Art. 1º - Distribuir 02 (duas) Gratificações Temporárias das Unidades Gestoras dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, de Órgão Central e de Nível Superior, pertencentes à unidade Administrativa do Arquivo Nacional, Órgão Central do SIGA, para o Ministério da Justiça.

Art. 1º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAROLINA CHAVES DE AZEVEDO

PORTARIA Nº 328, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

A DIRETORA - GERAL DO ARQUIVO NACIONAL, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 22, do Regimento Interno do Arquivo Nacional, aprovado pela Portaria nº 2.433, do Ministério da Justiça, de 24 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 25 de outubro de 2011, e considerando a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, o Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, e o Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º - Aprovar, pelo prazo de vinte e quatro meses, contados a partir da data de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação dos Documentos de Arquivo relativos às atividades finalísticas da FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz) que integram o Processo nº 08060.001196/1998-90 do Arquivo Nacional, ficando a cargo daquela entidade dar publicidade aos referidos instrumentos de gestão de documentos.

Art. 2º - No prazo de vinte e quatro meses, contados a partir da data de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, a FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz) fica obrigada a elaborar relatório circunstanciado apresentando uma análise do impacto da utilização dos instrumentos de gestão de documentos na entidade, apontando as necessidades de alteração e/ou complementação.

§ 1º - Dentro deste mesmo prazo, a FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz) deverá elaborar Listagem de Eliminação de Documentos resultante da aplicação do Código de Classificação e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades finalísticas, que será aprovada pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Arquivísticos da Fiocruz, e encaminhar ao Arquivo Nacional para que seja autorizada a eliminação dos documentos, conforme legislação em vigor.

§ 2º - Ao cumprir o estabelecido nesta Portaria, a FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz) receberá, pelo Arquivo Nacional, a aprovação por prazo indeterminado dos seus instrumentos de gestão de documentos.

§ 3° - Caberá a FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz) avaliar o momento em que o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades finalísticas deverão ser revistos, tendo em vista a dinâmica da Administração Pública Federal.

Art. 3º - Caso a FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz) não apresente nenhum resultado efetivo da utilização dos referidos instrumentos de gestão de documentos, dentro do prazo estipulado para uso, o Arquivo Nacional suspenderá a aplicação dos mesmos, até que a mesma se pronuncie apresentando justificativa para a ausência de resultados, a qual deverá ser apreciada pelo Arquivo Nacional.

Art. 4º - Os referidos instrumentos de gestão de documentos encontram-se disponíveis para consulta no portal do Arquivo Nacional, na seção Serviços ao Governo: <http://arquivonacional.gov.br/br/gestao-de-documentos/orientacao-tecnica.html>.

Art.5° - Fica revogada a Portaria AN nº 69, de 8 de agosto de 2007, do Diretor-Geral do Arquivo Nacional, que aprovou, o Código de Classificação de Documentos da Fiocruz.

Art. 6 º - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial da União.

CAROLINA CHAVES DE AZEVEDO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

GABINETE

DESPACHO DECISÓRIO Nº 4, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2018

Ref.: Processo nº 08012.007423/2006-27.

1. Em atenção à solicitação feita no documento 0544472, apresento o presente despacho decisório.

2. A admissão como terceiro interessado por meio do pedido de intervenção contido no inciso I do art. 50 da Lei 12.529/2011 faculta ao Conselheiro Relator a admissão do terceiro titular de direito ou interesse que possam ser afetados pela decisão a ser adotada. No entanto, esse dispositivo deve ser lido em conjunto com o art. 83 do Regimento Interno do CADE que dispõe que a prática de atos processuais pelos legitimados no art. 50 da Lei nº 12.529, de 2011, limitar-se-á aos casos em que o Conselheiro-Relator ou a Superintendência-Geral julgá-la oportuna e conveniente para a instrução processual e defesa dos interesses da coletividade.

3. No presente processo administrativo, em 6 de novembro de 2018, o Sindicato das Indústrias de Sorvete do Estado do Ceará apresentou pedido de intervenção (0544472) com fundamento no artigo 50 da Lei n. 12.529/2011 para habilitação nos autos, tendo em vista que seus interesses podem ser afetados pela decisão.

4. Ocorre que a instrução processual já se encontra encerrada e o julgamento concluído. Por esse motivo, indefiro de plano o pedido, visto que o ingresso de terceiro interessado nesse momento processual é manifestamente intempestivo, com base nos arts. 50 da Lei nº 12.529, de 2011 e dos arts. 63, VII e 83 do Regimento Interno do CADE.

PAULA FARANI DE AZEVEDO SILVEIRA
Conselheira

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

ENCERRAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO (ARQUIVAMENTO)

Nº 09. Processo nº 08700.005759/2015-98. Representante: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Representada: Caixa Econômica Federal. Advogados: Aline Smith França, Fernanda Martins Viana, Leonardo Faustino Lima e outros. Acolho a Nota Técnica nº 45/2018/SG/CGAA2 e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica nº 45/2018/SG/CGAA2, nos termos do art. 74 da Lei nº 12.529/2011 c/c art. 196, §1º, do Regimento Interno do Cade, decido pelo encaminhamento dos presentes autos ao Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, opinando pelo arquivamento deste Processo Administrativo em relação à Representada Caixa Econômica Federal, em virtude da inexistência de indícios de infração à ordem econômica. Ao setor Processual.

Nº 10. Processo nº 08700.005755/2015-18. Representante: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Representada: Itaú Unibanco S.A. Advogados: Barbara Rosenberg, Luiz Antonio Galvão e outros. Acolho a Nota Técnica nº 47/2018/SG/CGAA2 e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica nº 47/2018/SG/CGAA2, nos termos do art. 74 da Lei nº 12.529/2011 c/c art. 196, §1º, do Regimento Interno do Cade, decido pelo encaminhamento dos presentes autos ao Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, opinando pelo arquivamento deste Processo Administrativo em relação à Representada Itaú Unibanco S.A., em virtude da inexistência de indícios de infração à ordem econômica. Ao setor Processual.

Nº 11. Processo nº 08700.005770/2015-58. Representante: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Representada: Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul. Advogados: Sônia Michel Antonelo Pereira, Almir da Costa Barreto e outros. Acolho a Nota Técnica nº 50/2018/SG/CGAA2 e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica nº 50/2018/SG/CGAA2, nos termos do art. 74 da Lei nº 12.529/2011 c/c art. 196, §1º, do Regimento Interno do Cade, decido pelo encaminhamento dos presentes autos ao Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, opinando pelo arquivamento deste Processo Administrativo em relação à Representada Banrisul, em virtude da inexistência de indícios de infração à ordem econômica. Ao setor Processual.

Nº 12. Processo nº 08700.005766/2015-90. Representante: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Representada: Banco Bradesco S.A. Advogados: Celso Cintra Mori, Leonardo Peres da Rocha e Silva, Cristianne Saccab Zarzur, Marina Curi Penna e outros. Acolho a Nota Técnica nº 49/2018/SG/CGAA2 e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica nº 49/2018/SG/CGAA2, nos termos do art. 74 da Lei nº 12.529/2011 c/c art. 196, §1º, do Regimento Interno do Cade, decido pelo encaminhamento dos presentes autos ao Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, opinando pelo arquivamento deste Processo Administrativo em relação à Representada Banco Bradesco S.A., em virtude da inexistência de indícios de infração à ordem econômica. Ao setor Processual.

Nº 13. Processo nº 08700.005781/2015-38. Representante: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Representada: Banco de Brasilia - BRB. Advogados: Durval Garcia Filho, Leonardo Jorge Queiroz Gonçalves e Davi Beltrão de Rossiter Corrêa. Acolho a Nota Técnica nº 46/2018/SG/CGAA2 e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica nº 46/2018/SG/CGAA2, nos termos do art. 74 da Lei nº 12.529/2011 c/c art. 196, §1º, do Regimento Interno do Cade, decido pelo encaminhamento dos presentes autos ao Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, opinando pelo arquivamento deste Processo Administrativo em relação à Representada Banco de Brasilia - BRB, em virtude da inexistência de indícios de infração à ordem econômica. Ao setor Processual.

Nº 14. Processo nº 08700.005761/2015-67. Representante: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Representada: Banco Santander Brasil S.A. Advogados: Luiz Carlos Sturzenegger, Luciano Corrêa Gomes e outros. Acolho a Nota Técnica nº 48/2018/SG/CGAA2 e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica nº 48/2018/SG/CGAA2, nos termos do art. 74 da Lei nº 12.529/2011 c/c art. 196, §1º, do Regimento Interno do Cade, decido pelo encaminhamento dos presentes autos ao Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, opinando pelo arquivamento deste Processo Administrativo em relação à Representada Banco Santander Brasil S.A., em virtude da inexistência de indícios de infração à ordem econômica. Ao setor Processual.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

DESPACHO Nº 1.446, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo Administrativo nº 08700.005418/2017-84. Representantes: Suata Serviço Unificado de Armazenagem e Terminal Alfandegado S/A e Atlântico Terminais S/A. Advogados: Thiago T. de Mello Miller, Luis Felipe C. de Amorim e outros. Representado: Tecon Suape S/A. Advogados: Mauro Grinberg, Beatriz Cravo e outros. Decido pelo encerramento da fase instrutória, ficando o Representado notificado para a apresentação de novas alegações em 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 73 da Lei Federal nº 12.529/2011 e do art. 156, caput, do Regimento Interno do Cade, a fim de que, em seguida, a Superintendência-Geral profira suas conclusões definitivas acerca dos fatos.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

DESPACHO Nº 1.447, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo Administrativo nº 08012.009732/2008-01. Representante: Procuradoria da República no Município de Resende - Estado do Rio de Janeiro. Representados: Santa Maria Comércio e Representação Ltda., Leal Máquinas Ltda., Klass Comércio e Representação Ltda., Francisco Canindé da Silva ME, Vedovel Comércio e Representação Ltda., Planam Comércio e Representação Ltda., Esteves e Anjos Ltda. Me, Frontal Ind e Com de Móveis Hospitalares Ltda., Luiz Antônio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin, Helen Paula Duarte Cirineu e Alessandra Trevisan Vedoin. Advogados: André Luiz Machado Santos, Marco André Esteve dos Anjos e outros. Acolho a Nota Técnica nº 78/2018/CGAA7/SGA2/SG/CADE (Doc. SEI nº 0545298), e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica, decido pela condenação de Santa Maria Comércio e Representação Ltda, Leal Máquinas Ltda., Klass Comércio e Representação Ltda., Francisco Canindé da Silva ME., Vedovel Comércio e Representação Ltda., Planam Comércio e Representação Ltda., Esteves e Anjos Ltda. ME, Frontal Indústria e Comércio De Móveis Hospitalares Ltda., Luiz Antônio Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin, Helen Paula Duarte Cirineu e Alessandra Trevisan Vedoin por infração à ordem econômica tipificadas nos artigos 20, I a IV, c/c 21, I e VIII da Lei nº 8.884/94 (correspondentes ao artigo 36, I a IV c/c 36, § 3º, I, a e d da Lei nº 12.529/11). Ao Protocolo.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

DESPACHO Nº 1.448, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Ato de Concentração nº 08700.006210/2018-63. Requerentes: Grünenthal GmbH e AstraZeneca AB. Advogados: Francisco Ribeiro Todorov, Adriana Franco Giannini e Guilherme Favaro Corvo Ribas. Decido pela aprovação, sem restrições.

KENYS MENEZES MACHADO
Superintendente-Geral
Substituto

DESPACHO Nº 1.459, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Ato de Concentração nº 08700.006055/2018-85. Requerentes: Movida Participações S.A, Avis Budget Brasil S.A. Advogados: Eduardo Molan Gaban, Priscila Brolio Gonçalves e outros. Acolho a Nota Técnica nº 29/2018/Superintendência-Geral, de 09 de novembro de 2018, e, com fulcro no art. 50, da Lei nº 12.529/11, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica citada, decido pelo deferimento dos pedidos de ingresso como terceiros interessados das empresas Atar Locações de Veículos Ltda., M Martins Veículos Ltda. Epp, Reginaldo Vieira da Silva - Autos Eireli, Zenilton Automóveis Ltda., Automaq Comércio e Locação de Veículos Ltda. - ME, Corac Locadora de Veículos Ltda., Milton Barbosa Brandão - ME, Lagoa Locadora Ltda., D&R Locações de Veículos Ltda. ME, A&B Locadora de Veículos Ltda., KMF Veículos Ltda. - ME, CVAL Aluguel de Veículos Ltda., Rental Car LM Ltda. e Hobby Automóveis Ltda. EPP (representadas por Fabio Francisco Beraldi, Carolina Paladino Nemoto e outros), bem como a concessão de prazo adicional até o dia 22.11.2018 para apresentação de documentos, dados ou informações, nos termos solicitados.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

DESPACHO Nº 1.463, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Ato de Concentração nº 08700.006305/2018-87. Requerentes: Molex Electronic Technologies, LLC e Laird Limited. Advogados: Barbara Rosenberg, Marcos Exposto, Isadora Postal Telli, Pedro Santiago. Decido pela aprovação sem restrições.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 195, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 1.189 de 03 de agosto de 2018, publicada no DOU de 06 de agosto de 2018, resolve classificar:

Título: STEEL RATS (Polônia - 2018)
Produtor(es): TATE MULTIMEDIA S.A.
Distribuidor(es): TATE MULTIMEDIA S.A.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Ação/Corrida
Plataforma: Computador/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000968/2018-04
Requerente: TATE MULTIMEDIA S.A.

Título: DIRT RALLY 2.0 (Reino Unido - 2018)
Produtor(es): KOCH MEDIA GMBH
Distribuidor(es): KOCH MEDIA GMBH
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Corrida
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001520/2018-08
Requerente: KOCH MEDIA GMBH

Título: A PATRULHA CANINA: ESTÁ COM TUDO! (Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): OUTRIGHT GAMES
Distribuidor(es): 1080 PARTNERS (via RIMO)
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Ação
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4/Nintendo Switch
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001527/2018-11
Requerente: RAFAEL VELAME FREITAS SANTOS

Título: FROSTPUNK (Polônia - 2018)
Produtor(es): 11 BIT STUDIOS
Distribuidor(es): 11 BIT STUDIOS
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Categoria: Simulação/Estratégia
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001545/2018-01
Requerente: 11 BIT STUDIOS

Título: PIZZA CONNECTION 3 (Alemanha - 2018)
Produtor(es): ASSEMBLE ENTERTAINMENT
Distribuidor(es): ASSEMBLE ENTERTAINMENT
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Simulação
Plataforma: Computador PC
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001549/2018-81
Requerente: ASSEMBLE ENTERTAINMENT

Título: MOONLIGHTER (Polônia - 2018)
Produtor(es): 11 BIT STUDIOS
Distribuidor(es): 11 BIT STUDIOS
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Estratégia/Simulação
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4/Nintendo Switch
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001550/2018-14
Requerente: 11 BIT STUDIOS

Título: KATAMARI DAMACY REROLL (Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): BANDAI NAMCO ENTERTAINMENT AMERICA INC.
Distribuidor(es): STEAM
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Puzzle
Plataforma: Computador
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: livre
Contém: Violência
Processo: 08017.001561/2018-96
Requerente: BANDAI NAMCO ENTERTAINMENT AMERICA INC.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

DESPACHO DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Despacho nº 202/2018/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08017.001468/2018-81
Filme: O PACIENTE INGLÊS

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 6 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 1.189 de 3 de agosto de 2018, publicada no DOU em 6 de agosto de 2018, resolve classificar:

Considerando que, conforme a publicação do D.O.U do dia 26 de fevereiro de 1997, a obra em comento, Processo MJ nº 08000.001950/97-13, para o veículo Televisão, foi classificada como "não recomendado para menores de 14 (catorze) anos".

Considerando que, procedida uma nova análise, verificou-se que, desde a primeira classificação da obra, a política pública de Classificação Indicativa se consolidou com intensa participação da sociedade e hoje tem critérios e métodos claros, definidos e distintos dos daquela época, e que por tais critérios, a obra não se enquadraria mais nos descritores antes atribuído, resolve:

Manter a classificação da obra "O PACIENTE INGLÊS" como "não recomendado para menores de 14 (catorze) anos" por conter drogas lícitas, violência e conteúdo sexual, sendo aplicada a decisão, de maneira uniforme, a todas as matrizes diversas.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.582, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a aplicação de recursos aprovados pela Lei 13.658, de 7 de maio de 2018 que abriu crédito especial, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo Federal, cabendo ao Ministério da Saúde, crédito orçamentário na ação 20YL, com a finalidade de permitir a Estruturação de Academias da Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o disposto no inciso I § 2º do art. 198 da Constituição Federal que determina a aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Seção I - Do Programa Academia da Saúde - Capitulo I - Da Promoção da Saúde - Título I - Da promoção, proteção e Recuperação da Saúde da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as ações de aperfeiçoamento na área de Atenção Básica em Saúde em regiões prioritárias para o SUS, no âmbito do Programa Academia da Saúde;

Considerando o Título VII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle; e

Considerando o Título IX da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre o Financiamento Fundo a Fundo para Execução de Obras e respectivas regulamentações e alterações, resolve:

Art. 1º Esta Portaria regulamenta a aplicação de recursos aprovados pela Lei 13.658, de 7 de maio de 2018, que abriu crédito especial, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo Federal, cabendo ao Ministério da Saúde, crédito orçamentário na ação 20YL para transferência fundo a fundo destinada à seleção de municípios aptos a receber incentivos financeiros de investimento para construção de polos do programa academia da saúde - modalidade intermediária.

Art. 2º O programa Academia da Saúde é uma estratégia de promoção da saúde e produção do cuidado que funciona com a implantação de espaços públicos conhecidos como polos do Programa Academia da Saúde. Esses polos deverão ser dotados de infraestrutura, equipamentos e profissionais qualificados.

Art. 3º O incentivo de que trata esta Portaria tem por objetivo criar mecanismos que possibilitem aos Municípios ou ao Distrito Federal a construção de espaços físicos para a orientação de práticas corporais e atividades físicas, lazer e modos de vida saudáveis como forma de prover infraestrutura adequada ao Programa Academia da Saúde.

Art. 4º Para pleitear a habilitação ao Incentivo previsto nesta Portaria, o Município ou o Distrito Federal deverão acessar o Sistema de Propostas do Fundo Nacional de Saúde - SISPROFNS, disponível em: http://proposta.saude.gov.br/loginEntidade.jsf. Após a indicação será direcionado ao SISMOB 2.0 para preencher as informações referentes à solicitação.

§ 1º No SISMOB 2.0 o acesso para cadastro da proposta é feito a partir do acesso (login e senha) do técnico municipal. Será necessário confirmar o componente desejado - Academia da Saúde, fazendo constar as seguintes informações e documentos:

I - preenchimento do questionário online quanto a solicitação;

II - localização do Polo da Academia da Saúde a ser construído (endereço completo);

III - justificativa técnica que demonstre como será o monitoramento das atividades: a relevância da ação para a comunidade, necessidade, comunidades a serem beneficiados, número de habitantes a serem assistidos pelo Polo da Academia da Saúde e atividades a serem realizadas; e

IV - certidão do terreno ou documento de posse do terreno ou compromisso de disponibilidade da área;

Art. 5º O critério para habilitação, levará em conta o princípio da equidade, observando o percentual de cobertura da estratégia saúde da família. O número de Polos da Academia a serem contempladas será de acordo com o limite orçamentário disponível na data de publicação da Portaria.

Art. 6º Uma vez publicada a portaria de habilitação, a transferência dos incentivos será realizada pelo FNS diretamente ao Fundo Municipal de Saúde ou Fundo de Saúde do Distrito Federal, nos termos do Título VII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle e Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017 - Título IX Do Financiamento Fundo a Fundo para Execução de Obras e respectivas regulamentações e alterações.

Art. 7º O prazo para cadastro e envio da proposta de Academia pelo município será de 15 (quinze) dias úteis após a publicação desta Portaria.

Art. 8º O Ministério da Saúde, após análise e aprovação da proposta de habilitação ora mencionada, publicará portaria específica habilitando o Município ou o Distrito Federal ao recebimento do Incentivo pleiteado.

Art. 9º Os marcos gerenciais de acompanhamento, monitoramento e execução do Polo da Academia da Saúde, descritos no Anexo I, de acordo com as normativas vigentes, são realizados através dos seguintes Sistemas de Informação:

- Infraestrutura do Polo: habilitação, execução, monitoramento e funcionamento: Sistema de Monitoramento de Obras (SISMOB);

- Solicitação de credenciamento e custeio do Polo da Academia: Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde (SAIPS); e

- Recebimento dos recursos de incentivo que auxiliam no custeio das atividades realizadas no Polo da Academia: Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), por meio do e-SUS AB.

Art. 10º O monitoramento e acompanhamento das atividades existentes nos Polos de Academia da Saúde será feito através da alimentação do SISAB (Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica), por meio do e-SUS AB. A partir das informações registradas na base de dados nacional será possível verificar o perfil dos usuários que participam das atividades de promoção a saúde, bem como saber quais são os tipos de atividades que contam com maior adesão, a fim de subsidiar a tomada de decisão na gestão e no planejamento contextualizados do Programa Academia da Saúde, possibilitando a elaboração de estratégias para qualificá-lo, disseminá-lo e fortalecê-lo no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Parágrafo único. No cadastramento da proposta no SISMOB, deverá ser inserido um Plano de Ação, nos moldes do Anexo II, de forma a qualificar os processos de trabalho, redefinir ações ou confirmar estratégias colocadas em prática.

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO I

Orientações e Normativas Correlatas

Tópico	Normativa Correlata	Artigo
CADASTRO E HABILITAÇÃO/ PLANEJAMENTO	Portaria Consolidação 6º de 27 de setembro de 2017, TÍTULO IX DO FINANCIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA	Art. 1107. A proposta de projeto para recebimento de transferência de recursos financeiros fundo a fundo para obra deverá estar embasada em um planejamento integrado, nos seguintes termos: I - as obras financiadas fundo a fundo deverão inserir-se em plano de saúde e programação anual de
	EXECUÇÃO DE OBRAS que dispõe sobre as transferências, fundo a fundo, de recursos	saúde, assim como discutidas e pactuadas na Comissão Intergestores Bipartite (CIB), com previsão dos recursos necessários para operação e manutenção, e a necessidade de responsabilidade
	financeiros de capital ou corrente, do Ministério da Saúde a estados, Distrito Federal e municípios destinados à execução de obras de construção,	compartilhada sobre o custeio, caso se aplique; II - como condição para o cadastro da proposta de projeto no SISMOB, o proponente deverá responder a questionário eletrônico sobre o atendimento dos requisitos estabelecidos na Política ou Programa, aos requisitos deste Título, assim como outros
	ampliação e reforma.	questionamentos que permitam avaliar capacidade técnica de execução, gestão e manutenção;
REFERENCIAL PARA CONSTRUÇÃO DO POLO - INTERMEDIÁRIO	PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017, Subseção I, Das Disposições Gerais	Art. 18. § 1º Os polos do Programa Academia da Saúde serão construídos pelo município ou Distrito Federal interessado, em conformidade com as estruturas físicas mínimas definidas no Anexo I . § 2º É facultada aos municípios e Distrito Federal a inclusão de equipamentos na área descoberta,
		dispostos no Anexo II , não podendo os mesmos serem substituídos por outros tipos. (Origem: PRT MS/GM 1707/2016, Art. 2º, § 2º) § 6º O polo do Programa Academia da Saúde deverá ser identificado utilizando padrões visuais do Programa Academia da Saúde, apresentados no Manual de Identidade Visual (MIV) do Programa
		Academia da Saúde, disponível no endereço eletrônico www.saude.gov.br/academiadasaude (Origem: PRT MS/GM 1707/2016, Art. 2º, § 6º)
DOS PRAZOS	Portaria Consolidação 6º de 27 de setembro de 2017, TÍTULO IX DO FINANCIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA	Art. 7º Os Estados, Distrito Federal e Municípios com proposta habilitada disporão dos seguintes prazos máximos para conclusão das etapas: I - Etapa de Ação preparatória - fase iniciada com a habilitação da proposta em portaria específica e finalizada com o parecer favorável para
	EXECUÇÃO DE OBRAS que dispõe sobre as transferências, fundo a fundo, de recursos financeiros de capital ou corrente, do Ministério da	transferência dos recursos da União, devendo ser superada dentro do prazo máximo de 270 (duzentos e setenta) dias, prorrogáveis por mais 270 (duzentos e setenta) dias; II - Etapa de Início de execução da obra - fase iniciada com a transferência dos recursos financeiros da União e finalizada
	Saúde a estados, Distrito Federal e municípios destinados à execução de obras de construção,	com a informação de execução de 30% da obra, devendo ser superada dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogáveis por mais 90 (noventa) dias; III - Etapa de Execução e Conclusão da
	ampliação e reforma.	obra - fase iniciada com a informação de execução de 30% da obra e finalizada com a informação de execução de 100% da obra, devendo ser superada dentro do prazo máximo de 270 (duzentos e setenta) dias, prorrogáveis por mais 270 (duzentos e setenta) dias; e IV - Etapa de Entrada em
		Funcionamento - aplicável para os objetos ampliação e construção, fase iniciada com a informação sobre execução de 100% da obra e finalizada com a informação sobre a data de início do funcionamento e número do registro no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES),
		devendo ser superada dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogáveis por mais 90 (noventa) dias.
SOLICITAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS	Portaria Consolidação 6º de 27 de setembro de 2017, TÍTULO IX DO FINANCIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA	Art. 1110. § 2º A emissão de parecer favorável para transferência dos recursos referentes à participação da União ocorrerá somente após a verificação, pela área técnica, de inserção da comprovação da aprovação do projeto básico na Vigilância Sanitária, da ordem de serviço assinada
	EXECUÇÃO DE OBRAS que dispõe sobre as transferências, fundo a fundo, de recursos financeiros de capital ou corrente, do Ministério da	pelo gestor local e, nos casos de objetos ampliação e construção, também da inserção no SISMOB da certidão emitida em cartório de registro de imóveis comprovando o exercício de plenos poderes do ente federativo sobre o terreno;
	Saúde a estados, Distrito Federal e municípios destinados à execução de obras de construção, ampliação e reforma.	
MONITORAMENTO	PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017, Subseção I, Das Disposições Gerais	Art. 20 As ações desenvolvidas em cada polo do Programa Academia da Saúde deverão somar, no mínimo, 40 (quarenta) horas semanais, com garantia de funcionamento do polo em, pelo menos, 2 (dois) turnos diários, em horários definidos a partir da necessidade da população e do
		território. (Origem: PRT MS/GM 1707/2016, Art. 3º) Art. 21 O gestor de saúde poderá ampliar, a qualquer momento, o número de profissionais vinculados ao Programa Academia da Saúde, respeitando a lista do Anexo III . (Origem: PRT MS/GM 1707/2016, Art. 4º) Art. 22 O gestor de saúde deverá estimular que as equipes da Atenção Básica, especialmente as

		equipes do NASF, quando houver, desenvolvam ações no polo de forma compartilhada com o(s) profissional(is) do Programa Academia da Saúde. (Origem: PRT MS/GM 1707/2016, Art. 5º) Art. 25 As informações de monitoramento sobre o início, a execução, o andamento e a conclusão da obra do polo do Programa Academia da Saúde serão inseridas no SISMOB pelo ente federativo
		habilitado, sendo de responsabilidade do gestor de saúde a permanente e contínua atualização desses dados no mínimo uma vez a cada 30 (trinta) dias, responsabilizando-se ainda pela veracidade
		e qualidade dos dados fornecidos.
SISTEMA DE INFORMAÇÕES	Cadastro e Habilitação Solicitação de Custeio Registro Funcionamento do Polo	SISPROFNS e SISMOB SAIPS CNES
	Informações produção do Polo Registro de Atividades a serem realizadas	E-SUS AB E-gestor

ANEXO II

Proposta de Plano de Ações e Metas das atividades a serem desvolvidas na Academia da Saúde:
O município deverá apresentar Plano de Ações e metas contendo as seguintes informações:
*A ser anexado no SISMOB quando do cadastro da proposta:
a. O projeto a ser elaborado deverá contemplar os seguintes aspectos:

Item	Descrição
Área geográfica a ser coberta, com estimativa da população residente;	
Dados levantados em diagnóstico elaborado pelo município que justifique a implantação do Polo da Academia da Saúde	
Definição dos profissionais que irão compor a equipe da Academia da Saúde e as principais atividades a serem desenvolvidas, de acordo com o diagnóstico de território citado acima;	
Descrição de quais eSF serão vinculadas, bem como o código do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) da Unidade Básica de Saúde que a Academia da Saúde irá atender	
Descrição de uma proposta de agenda para o início do trabalho compartilhado entre as eSF e as equipes do NASF, quando couber	

PORTARIA Nº 3.621, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Habilita o Hospital São Judas Tadeu LTDA - Iguatemi (MS) ao recebimento do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), e estabelece recurso financeiro do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), do Estado do Mato Grosso do Sul e Município de Iguatemi.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Art. 241 ao Art. 244 - Do preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde - da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo XIV - Aprova a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas - da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para redefinir os critérios para o repasse do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas - IAE-PI, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Hospital São Judas Tadeu LTDA, CNES 2374226, localizado no Município de Iguatemi (MS), ao recebimento do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), em conformidade com a Portaria nº 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 455.400,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil e quatrocentos reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), do Estado do Mato Grosso do Sul, conforme descrito a seguir:

§ 1º No primeiro ano os recursos serão transferidos da seguinte forma:

I - R$ 91.080,00 (noventa e um mil e oitenta reais) correspondente à 20% (vinte por cento), do valor anual será transferido na 12ª (décima segunda) parcela de 2018; e

II - R$ 364.320,00 (trezentos e sessenta e quatro mil e trezentos e vinte reais) será transferido em 11 (onze) parcelas mensais a partir da 1ª (primeira) parcela de 2019.

§ 2º A partir do segundo ano, os recursos serão transferidos em parcelas mensais no valor correspondente a 1/12 (um doze avos), do montante estabelecido no art. 2º desta Portaria.

Art. 3º Em caso de atraso ou interrupção do repasse dos recursos do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), por parte do Gestor local do SUS para o estabelecimento de saúde habilitado nesta Portaria, o Ministério da Saúde suspenderá a transferência dos valores ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Mato Grosso do Sul, fazendo também o desconto dos valores eventualmente não repassados em competências anteriores.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências mensais, de forma regular e automática, ao Fundo Estadual de Saúde do Mato Grosso do Sul, do montante estabelecido nos § 1º e § 2º do art. 2º, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo Programa de Trabalho.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

PORTARIA Nº 3.622, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Habilita o Laboratório de Próteses Devolvendo Sorriso, situado no Município de Tocantinópolis (TO), ao recebimento do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas - IAE-PI e estabelece recurso financeiro do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Tocantins e Município de Tocantinópolis.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando do art. 241 ao art. 244 - dispõem sobre a obrigatoriedade do preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos Sistemas de Informações Ambulatoriais e Hospitalares (SIA/SIH), da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo XIV - Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas - PNASPI, da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017, que regulamenta e estabelece critérios para habilitação ao recebimento do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas- IAE-PI;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Laboratório de Próteses Devolvendo Sorriso, CNES 9178538, localizado no Município de Tocantinópolis (TO), ao recebimento do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), em conformidade com a Portaria nº 2.663/GM/MS, de 11 de outubro de 2017.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado do Tocantins e Município de Tocantinópolis.

Art. 3º Em caso de atraso ou interrupção do repasse dos recursos do Incentivo de Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI) por parte do Gestor local do SUS para o estabelecimento de saúde habilitado nesta Portaria, o Ministério da Saúde suspenderá a transferência dos valores ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Tocantins e Município de Tocantinópolis, fazendo também o desconto dos valores eventualmente não repassados em competências anteriores.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências mensais, de forma regular e automática, ao Fundo Municipal de Saúde de Tocantinópolis (TO) - IBGE 1721208, do montante estabelecido no art. 2º, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo Programa de Trabalho.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 12ª (décima segunda) parcela de 2018.

GILBERTO OCCHI

DESPACHO Nº 234, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Ref. Processo MS/SIPAR: nº 25000.416408/2017-87
INTERESSADOS: DESAFIO JOVEM DE BRASÍLIA
ASSUNTOS: Recurso Administrativo interposto em face de decisão de indeferimento de concessão/renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em saúde (CEBAS).

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito apresentados na Nota Técnica nº 432/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, bem como as razões de fato e de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer nº 01183/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 04157/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU e 04167/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, e NEGO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pelo DESAFIO JOVEM DE BRASÍLIA.

GILBERTO OCCHI
Ministro

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DESPACHO Nº 277, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

O Diretor - Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MS/GM nº 3.427, de 24 de outubro de 2018, tendo em vista o disposto no art. 53, IX, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em razão da reorganização administrativa, que se encontra em andamento, visando ao adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 2016, bem como diante do grande acervo de recursos protocolados antes da vigência da nova legislação, resolve prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º da Lei nº 9.782, de 1999, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente ao(s) recurso(s) administrativo(s) listado(s) abaixo:

Recorrente: ZOGBI EXPORT COMERCIAL EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA.
CNPJ: 11.857.793/0001-86
Nº do Processo: 25751.239695/2018-93
Exp. do Recurso: 0407495/18-5 Data de Protocolo: 21/05/2018
Prazo máximo para decisão: 19/11/2018

Recorrente: PROTEIN SUPPLIES BRASIL IMP E EXP E COM DE PRODUTOS DIETETICOS LTDA.
CNPJ: 09.158.048/0001-05
Nº do Processo: 25752.239689/2018-26
Exp. do Recurso: 0420898/18-6 Data de Protocolo: 24/05/2018
Prazo máximo para decisão: 20/11/2018

Recorrente: PROTEIN SUPPLIES BRASIL IMP E EXP E COM DE PRODUTOS DIETETICOS LTDA.
CNPJ: 09.158.048/0001-05
Nº do Processo: 25752.239688/2018-81
Exp. do Recurso: 0420900/18-1 Data de Protocolo: 24/05/2018
Prazo máximo para decisão: 20/11/2018

Recorrente: PROTEIN SUPPLIES BRASIL IMP E EXP E COM DE PRODUTOS DIETETICOS LTDA.
CNPJ: 09.158.048/0001-05
Nº do Processo: 25752.239690/2018-51
Exp. do Recurso: 0420899/18-4 Data de Protocolo: 24/05/2018
Prazo máximo para decisão: 20/11/2018

Recorrente: PROTEIN SUPPLIES BRASIL IMP E EXP E COM DE PRODUTOS DIETETICOS LTDA.
CNPJ: 09.158.048/0001-05
Nº do Processo: 25752.239691/2018-03
Exp. do Recurso: 0420901/18-0 Data de Protocolo: 24/05/2018
Prazo máximo para decisão: 20/11/2018

RENATO ALENCAR PORTO

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS
GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.042, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.043, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.044, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir as petições de avaliação relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.047, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e visando o adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 2016, resolve:

Art. 1º Prorrogar por até 20 dias do prazo original, no caso de petições prioritárias, e por até 60 dias do prazo original no caso de petições ordinárias, nos termos do § 5º do art. 17-A da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente às petições de pós-registro listadas no ANEXO:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016 e, visando o adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 2016, resolve:

Art. 1º Prorrogar por até 40 dias do prazo original, no caso de petições prioritárias, e por até 122 dias do prazo original no caso de petições ordinárias, nos termos do § 5º do art. 17-A da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente às petições de registro listadas no ANEXO:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.049, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido dos expedientes de medicamentos similares, genéricos, novos, específicos, dinamizados, fitoterápicos, biológicos, radiofármacos e de insumos farmacêuticos ativos, sob o nº. de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.050, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder a revalidação automática do registro dos medicamentos similares, genéricos, novos, específicos, dinamizados, fitoterápicos, biológicos e dos Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) sob o nº de processos constantes do anexo desta Resolução, nos termos do § 6º do art. 12 da Lei nº. 6.360, de 1976.

Art. 2º A revalidação abrange os pedidos que ainda não foram objetos de qualquer manifestação por parte da Anvisa.

Parágrafo único. Não constam do anexo desta Resolução os expedientes protocolados fora do prazo estabelecido nos termos da Lei nº. 6360, de 1976.

Art. 3º A revalidação automática não impedirá a continuação da análise da petição de renovação de registro requerida, podendo a Administração, se for o caso, indeferir o pedido de renovação e cancelar o registro que tenha sido automaticamente revalidado, ou ratificá-lo deferindo o pedido de renovação.

Art. 4º Os medicamentos revalidados podem ser consultados, assim como suas apresentações válidas no link: https://consultas.anvisa.gov.br/#/medicamentos/

Art. 5º Será considerada a data de revalidação do registro contada a partir do final da vigência do período de validade anterior, de modo que não há interrupção na regularidade do registro.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.051, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder a revalidação automática dos registros de medicamentos específicos e fitoterápicos sob o nº de processos constantes do anexo desta Resolução, nos termos do § 6º do art. 12 da Lei nº 6.360, de 1976.

Art. 2º A revalidação abrange o pedido de renovação de registro que já teve manifestação por parte da Anvisa para o quinquênio anterior com decisão de indeferimento e que se encontra com recurso administrativo que aguarda decisão da Anvisa.

Art. 3º A revalidação automática não impedirá a análise do recurso administrativo protocolado contra decisão de indeferimento da renovação anterior nem a continuidade da análise da petição de renovação de registro requerida.

Parágrafo único. Não constam do anexo desta Resolução os expedientes protocolados fora do prazo estabelecido nos termos da Lei nº 6.360, de 1976.

Art. 4º O medicamento revalidado pode ser consultado, assim como suas apresentações válidas, no link: http://www7.anvisa.gov.br/datavisa/Consulta_Produto/consulta_medicamento.asp

Art. 5º Será considerada a data de revalidação do registro contada a partir do final da vigência do período de validade anterior, de modo que não há interrupção na regularidade do registro.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.052, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 dias a partir da data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.053, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.054, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.055, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.102, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.103, DE 9 NOVEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.075, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou não do Tabaco no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 384, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art.1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo, em cumprimento à Decisão Liminar concedida pela 9ª VF/DF, no Processo 0046897-86.2012.4.01.3400.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FRANCISCO BRANCO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.076, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou não do Tabaco no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 384, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art.1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo, em cumprimento à Decisão Liminar proferida no Processo nº 0046408-58.2012.4.01.33.00 concedida pela 3ª VF/BA.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FRANCISCO BRANCO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.077, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou não do Tabaco no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 384, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art.1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo, em cumprimento à Decisão Liminar proferida no Processo nº 1009947-51.2018.01.3400 concedida pela 20ª/SJDF.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FRANCISCO BRANCO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.078, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou não do Tabaco no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 384, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art.1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo, em cumprimento a Decisão Liminar concedida no Processo nº 0046408-58.2012.4.01.3300 e em cumprimento ao Mandado de Segurança nº 0054565-79.2010.4.01.3400.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FRANCISCO BRANCO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.079, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou não do Tabaco no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 384, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relativas a produtos fumígenos derivado do tabaco, conforme anexo.

Art.2º Para o produto não renovado, a empresa terá o prazo, improrrogável, de 30 (trinta) dias para o recolhimento em todos os pontos de venda do território brasileiro.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FRANCISCO BRANCO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.056, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade do anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.057, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade do anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.058, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade do anexo.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.059, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Conceder a Transferência de Titularidade de Registro ou Cadastro e por consequente, cancelar o Registro ou Cadastro dos Produtos para Saúde na conformidade do anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, após a sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE n° 2.955 de 25 de outubro de 2018, publicada em DOU nº 208 de 29 de outubro de 2018, Seção 1 página 54 e em suplemento página 32.
Onde se lê:

07326871000220	MICROMEDICAL IMPLANTES DO BRASIL LTDA	25351259031201696	0964897186	SISTEMA DE NAVEGAÇÃO EP 3D COLUMBUS	80299570037

Leia-se:

07326871000220	MICROMEDICAL IMPLANTES DO BRASIL LTDA	25351259031201696	0968594184	SISTEMA DE NAVEGAÇÃO EP 3D COLUMBUS	80299570037

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.066, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Toxicologia Substituto no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise, em cumprimento a Decisão Judicial proferida nos autos da Ação Ordinária nº 1017655-55.2018.4.01.3400, 21ª Vara Federal Cível/SJDF que determinou que a Anvisa procedesse a avaliação toxicológica do produto TORERO.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.067, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Toxicologia Substituto no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.068, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes Substituto, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.069, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes Substituto, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme anexo.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.070, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes Substituto, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir as petições de Cancelamento de Notificação de Produto Saneante de Risco 1 por ato de ofício, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.071, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes Substituto no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.072, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes Substituto no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.073, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes Substituto no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições de Transferência de titularidade e por consequente, cancelar o Registro dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, após a sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS
GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.045, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.046, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.060, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação em razão de transferência de titularidade, conforme a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 102, de 24 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa AMO Uppsala AB, publicada pela Resolução - RE nº 1.138, de 27 de abril de 2017, no Diário Oficial da União nº 82, de 2 de maio de 2017, Seção 1, pág. 71, e suplemento da Seção 1, pág. 62, de Abbott Produtos Óticos Ltda, CNPJ nº 58.652.728/0001-88, para JJSV Produtos Ópticos Ltda, CNPJ nº 58.652.728/0001-88, conforme expedientes nº 2255800/16-4 e 08885338/18-0.

Art. 2º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Trophy publicada pela Resolução - RE nº 1.627, de 14 de junho de 2017, no Diário Oficial da União nº. 115, de 19 de junho de 2017, Seção 1, pág. 36, e em suplemento da Seção 1, págs. 44 e 45, de Carestream do Brasil Comercio e Servicos de Produtos Médicos Ltda., CNPJ nº 08.546.929/0001-22, para STS Med Representações Eireli, CNPJ nº 27.462.540/0001-43, conforme expedientes nº 2618736/16-1 e 0426242/18-5.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.061, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.062, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 8°, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 183, de 17 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.063, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para a Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.064, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando a declaração de Cooperação firmada em 27 de novembro de 2012 entre as Autoridades Regulatórias participantes do Programa de Auditoria Única em Produtos para a Saúde (MDSAP - Medical Device Single Audit Program);

considerando o art. 7° da Lei n°9.782, de 26 de janeiro de 1999 alterado pelo art. 128 da Lei n°13.097, de 19 de janeiro de 2015;

considerando o parágrafo único do art. 4º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, alterado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 217, de 20 de fevereiro de 2018;

considerando o § 1º do art. 15 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 183, de 17 de outubro de 2017;

considerando o parecer da área técnica emitido com base em relatório válido de auditoria realizada por organismo auditor terceiro reconhecido pela Anvisa para realizar auditorias regulatórias em estabelecimentos fabris de Produtos para Saúde;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.065, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.084, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.085, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.086, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.087, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos da(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.088, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando a necessidade de inclusão na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Incluir a forma farmacêutica granulados na certificação da empresa Aesica Queenborough Limited, solicitada pela empresa Vertex Farmacêutica do Brasil Ltda., CNPJ nº 21.798.065/0001-02, publicada pela Resolução RE nº 2.115, de 09 de agosto de 2018, no Diário Oficial da União nº 155, de 13 de agosto de 2018, Seção 1, pág. 77, e em suplemento da Seção 1, págs. 113 e 114, conforme expedientes nº 2157414/17-6 e 0984738/18-3.

Art. 2º Incluir Produtos estéreis: embalagem secundária na certificação da empresa IDT Biologika GmbH, solicitada pela empresa Sandoz do Brasil Indústria Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 61.286.647/0001-16, publicada pela Resolução RE nº 596, de 8 de março de 2018, no Diário Oficial da União nº 48, de 12 de março de 2018, Seção 1, pág. 56 e suplemento da Seção 1, págs. 155 e 156, conforme expedientes nº 1959900/17-5 e 0911215/18-4.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.089, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando a necessidade de atualização na Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem em virtude de operação societária, prevista no art. 12, caput da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 102, de 24 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar a certificação da empresa BSB Comércio de Produtos Hospitalares Ltda., publicada pela Resolução RE nº 1.506, de 8 de junho de 2017, no Diário Oficial da União nº 111, de 12 de junho de 2017, Seção 1, pág. 156, e em Suplemento, pág. 1, DE BSB Comércio de Produtos Hospitalares Ltda., CNPJ: 05.777.772/0001-58, Autorização de Funcionamento 1.06.279-2, Autorização Especial: 1.21.575-7; PARA CM HOSPITALAR S.A, CNPJ: 12.420.164/0009-04, Autorização de Funcionamento: 1088798, Autorização Especial: 1168164, conforme expedientes nº 0688514/15-4 e 0167070/18-1.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.090, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.091, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.092, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando a necessidade de atualização na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, prevista no art. 12, caput da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 102, de 24 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Aarti Drugs Ltd., publicada pela Resolução RE nº 1.240, de 11 de maio de 2017, no Diário Oficial da União nº 93, de 17 de maio de 2017, Seção 1, pág. 52, e suplemento da Seção 1, pág. 29; de Latinofarma Indústrias Farmacêuticas Ltda., CNPJ: 60.084.456/0001-09, Autorização de Funcionamento 1.01725-0; para Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda., CNPJ: 44.734.671/0001-51, Autorização de Funcionamento 1.00298-1, conforme expedientes nº 0053417/17-0 e 0852078/18-0.

Art. 2º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Neuland Laboratories Ltd - Unit II, publicada pela Resolução RE nº 277, de 2 de fevereiro de 2017, no Diário Oficial da União nº 26, de 6 de fevereiro de 2017, Seção 1, pág. 61,

e suplemento da Seção 1, pág. 49; de Latinofarma Indústrias Farmacêuticas Ltda., CNPJ: 60.084.456/0001-09, Autorização de Funcionamento 1.01725-0; para Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda., CNPJ: 44.734.671/0001-51, Autorização de Funcionamento 1.00298-1, conforme expedientes nº 2538887/16-8 e 0795511/18-1.

Art. 3º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Genzyme Flanders BVBA, publicada pela Resolução RE nº 3.353, de 15 de dezembro de 2016, no Diário Oficial da União nº 242, de 19 de dezembro de 2016, Seção 1, pág. 88, e suplemento da Seção 1, pág. 37, retificada no Diário Oficial da União n° 82, de 02 de maio de 2017, Seção 1, pág. 65; de Genzyme do Brasil Ltda., CNPJ: 68.132.950/0001-03, Autorização de Funcionamento 1.02543-8; para Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda., CNPJ: 02.685.377/0001-57, Autorização de Funcionamento 1.01300-3, conforme expedientes nº 1423465/16-3, 1629864/16-1, 0476477/17-3, 0476472/17-2 e 0224391/18-1.

Art. 4º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Baxalta US Inc., publicada pela Resolução RE nº 501, de 1º de março de 2018, no Diário Oficial da União nº 43, de 5 de março de 2018, Seção 1, pág. 49, e em suplemento da Seção 1, págs. 89 e 90; de Baxalta Brasil Biociência Ltda., CNPJ n° 22.558.594/0001-93, Autorização de Funcionamento 1.15628-9; para Shire Farmacêutica Brasil Ltda., CNPJ n° 07.898.671/0001-60, Autorização de Funcionamento 1.06979-1, conforme expedientes nº 1888163/17-7 e 0412363/18-8.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.093, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

considerando o disposto no art. 2º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Conceder, o esgotamento de estoque dos produtos da lista abaixo, por solicitação da Johnson & Johnson do Brasil Indústria e Comércio de Produtos para Saúde LTDA, CNPJ nº 54.516.661/0001-01:

	TIRA REAGENTE ONETOUCH SELECT	TIRA REAGENTE ONETOUCH ULTRA
REGISTRO	80145900869	80145901261
PRODUTOS EM ESTOQUE		
QUANTIDADE EM CAIXAS	350.313 (377 LOTES)	85.096 (103 LOTES)
NÚMERO DOS LOTES CORRESPONDENTES	3952878; 4059317; 4059319; 4068312; 4136985; 4136987; 4160471; 4165047; 4172222; 4190602; 4237700; 4277500; 4291263; 4291264; 4299195; 4299198; 4304974; 4305007; 4321703; 4359461; 4359465; 4368073; 4373851; 4373853; 4390621; 4392392; 4398552; 4401032; 4401033; 4401038; 4401039; 4401072; 4409515; 4412901; 4412908; 4418006; 4418007; 4418011; 4420778; 4422549; 4427333; 4427335; 4430802; 4431272; 4434187; 4434213; 4434214; 4434837; 4437580; 4437582; 4440113; 4440114; 4440115; 4440211; 4443214; 4032494; 4068323; 4234269; 4234270; 4236369; 4237698; 4237700; 4238846; 4291263; 4427333; 4427335; 4430800; 4431272; 4434187; 4434192; 4440114; 4068433; 4082325; 4090629; 4123804; 4184698; 4249408; 4282829; 4357350; 4380640; 4398569; 4408380; 4417877; 4426049; 4431673; 4435591; 4442217; 4053878; 4183099; 4233588; 4363258; 4381343; 4390739; 4399112; 4417399; 4420226; 4427308; 4430621; 4439171; 4444827; 0048BEX1A; 0326BEX1B; 0518BEX1A; 0558BEX1B; 0908BEX1A; 1066BEX1B; 1186BEX1D; 1238BEX1A; 1248BEX1C; 1437BEX1A; 1737BEX1A; 1757BEX1B; 2278BEX1A; 2287BEX1B; 2307BEX1D; 2488BEX1A; 2628BEX1A; 2638BEX1B; 2657BEX1A; 2715BEX1A; 2825BEX2A; 2937BEX1D; 2946BEX1C; 3417BEX1A; 3426BEX1C; 3555BEX2B; 0028BEX1C; 0128BEX1B; 0286BEX1G; 0528BEX1A; 0538BEX1B; 0546BEX2C; 0658BEX1A; 0668BEX1B; 0678BEX1A; 0867BEX1B; 0868BEX1A; 0868BEX1B; 0878BEX1C; 0998BEX1B; 1008BEX1C; 1027BEX1A; 1028BEX1B; 1068BEX1A; 1068BEX1C; 1078BEX1B; 1078BEX1C; 1206BEX1A; 1348BEX1A; 1367BEX1A; 1374BA; 1387BEX1D; 1517BEX1A; 1698BEX1A; 1755BEX1A; 1858BEX1A; 1868BEX1A; 1937BEX1A; 2086BEX1B; 2086BEX1C; 2217BEX1A; 2288BEX1B; 2317BEX1B; 2408BEX1A; 2428BEX1B; 2428BEX1C; 2437BEX1B; 2438BEX1D; 2558BEX1A; 2568BEX1B; 2578BEX1C; 2608BEX1D; 2618BEX1E; 2627BEX1A; 2785BEX1A; 2805BEX1B; 2917BEX1A; 2935BEX2A; 2967BEX1A; 2977BEX1C; 3114BB; 3257BEX1B; 3266BEX1C; 3266BEX1D; 3356BEX1G; 3446BEX1B; 3477BEX1A; 3555BEX1A; 3557BEX1B; 0058BEX1A; 0088BEX1C; 0098BEX1B; 0107BEX1A; 0208BEX1A; 0228BEX1B; 0228BEX1D; 0277BEX1A; 0387BEX1B; 0417BEX1C; 0436BEX1A; 0468BEX1A; 0476BEX1C; 0478BEX1B; 0488BEX1C; 0586BEX1B; 0616BEX1D; 0698BEX1A; 0706BEX2A; 0728BEX1C; 0827BEX1B; 0837BEX1C; 0846BEX1F; 0847BEX1E; 0886BEX1H; 0898BEX1C; 0898BEX1D; 0898BEX1E; 0938BEX1A; 0948BEX1B; 0958BEX1C; 0966BEX1A; 0968BEX1D; 1138BEX1A; 1148BEX1B; 1148BEX1C; 1158BEX1D; 1247BEX1A; 1247BEX1C; 1457BEX1A; 1578BEX1A; 1578BEX1B; 1588BEX1C; 1598BEX1D; 1628BEX1E; 1658BEX1A; 1668BEX1B; 1678BEX1C; 1718BEX1A; 1857BEX1A; 2087BEX1A; 2138BEX1C; 2197BEX1C; 2228BEX1B; 2258BEX1C; 2268BEX1D; 2277BEX1A; 2468BEX1A; 2468BEX2B; 2478BEX1C; 2478BEX2D; 2478BEX2E; 2487BEX1C; 2497BEX1A; 2657BEX1A; 2816BEX1A; 2826BEX1C; 2846BEX1E; 2986BEX1G; 3005BEX1A; 3127BEX1A; 3127BEX1H; 3225BEX1A; 3277BEX1A; 3277BEX1B; 3285BEX1C; 3306BEX1A; 3317BEX1A; 3376BEX1A; 3386BEX1F; 3436BEX1I; 3467BEX1A; 3527BEX1A; 3537BEX1A; 3124497; 3527054; 3547511; 3559378 3698648; 3722052; 3758029; 3794277; 3794305; 3807475; 3859783; 3868324; 3871793; 3875225; 3879939; 3888780; 3904847; 3908680; 3915326; 3943178; 3952878; 4035965; 4045046; 4047587; 4068322; 4069555; 4079440; 4136987; 4160090; 4165046; 4187385; 4192715; 4195427; 4223003; 4223272; 4234263; 4234268; 4236365; 4238846; 4281296; 4286556; 4305007; 4327544; 4331932; 4359461; 4359465; 4409515; 4412909; 4420778; 4431272; 3526492; 3554207; 3595845; 3633243; 3650016; 3656866; 3669311; 3805426; 3839396; 3841049; 3863129; 3866881; 3875881; 3877723; 3896526; 3901310; 3908709; 3915242; 3928241; 3942571; 3948138; 3952006; 3958592; 3962308; 3962311; 4044691; 4054015; 4059030; 4068433; 4070577; 4078336; 4082325; 4090940; 4123804; 4158611; 4184698; 4184699; 4201362; 4229736; 4234940; 4241594; 4249408; 4258257; 4288428; 4289573; 4298296 4310468; 4318003; 4328009; 4357350; 4398569; 4417877; 4426049; 4431673	4285585; 4392441; 4409509; 4418004; 4423064; 4437583; 4443249; 3372008; 3557310; 3577458; 3714509; 3717722; 3721970; 3726008; 3741298; 3745633; 3839402; 3845218; 3865712; 3871838; 3875710; 3881814; 3881816; 3887377; 3889742; 3892189; 3906034; 3908831; 3910337; 3920481; 3928247; 3932569; 3976333; 4012624; 4040143; 4058415; 4144546; 4169228; 4257958; 4263426; 4269467; 4277396; 4288644; 4296048; 4311025; 4407179; 4417408; 4434176; 4434202; 3377400; 3504349; 3673818; 3674354; 3703951; 3714868; 3717647; 3729951; 3736072; 3826952; 3832783; 3835542; 3846794; 3869934; 3874876; 3875783; 3879525; 3887438; 3898354; 3937647; 3961194; 3968655; 3976146; 4021084; 4029121; 4030328; 4032772; 4054425; 4056484; 4062706; 4140783; 4165048; 4229829; 4259084; 4259085; 4267697; 4277281; 4285585; 4294667; 4380225; ; 4392441; 4400317; 4409509; 4418004; 4423064
PRODUTOS EM TRÂNSITO		
QUANTIDADE EM CAIXAS	167.213 (17 LOTES)	7.200 (2 LOTES)
NÚMERO DOS LOTES CORRESPONDENTES	4469572; 4471354; 4463628; 4468780; 4461947; 4463628; 4455704; 4468780; 4471357; 4471355; 4471356; 4469572; 4471354; 4472484; 4472483; 4471397; 4472479	4471470; 4471460

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.094, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.095, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.096, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.099, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando os arts. 6º e 7º da Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando as evidências descritas no Relatório de Inspeção Internacional de Boas Práticas de Fabricação - BPF de Produtos para Saúde, na Empresa Innovasis Inc., situada em 614 East 3900 South, Salt Lake City, UT 84107, nos Estados Unidos, solicitada pelo importador brasileiro Vitoria Hospitalar Ltda., resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da importação, divulgação, comercialização e uso dos produtos: Sistema para Coluna Vertebral Excella (registro nº 80114540010), Sistema de Placa Cervical Anterior Opteryx (registro nº 80114540009) e Família de Cages Box Innovasis (registro nº 80114540011), por descumprimento de requisitos de Boas Práticas de Fabricação para Produtos para Saúde.

Art. 2º Determinar que a empresa VITORIA HOSPITALAR LTDA, CNPJ: 39.362.611/0001-15, promova o recolhimento dos produtos existente no mercado nacional, relativo aos produtos descritos no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.100, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando os arts. 12 e 50 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV e XXVI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando os arts. 2º e 7º do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013;

considerando a divulgação do produto sem cadastro na Anvisa, DOPPLER FETAL MONITOR CARDÍACO BEBÊS COFOE, modelo JPD-100B, por meio dos endereços eletrônicos www.americanas.com.br e www.goldshopnet.com, tendo como vendedor e responsável pela entrega do produto a empresa DJC COMERCIO ELETRONICOS LTDA - ME (GOLDSHOPNET), CNPJ 25.109.200/0001-08, que não possui Autorização de Funcionamento para comercialização e distribuição de produtos para saúde, junto a esta Agência, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da divulgação, comercialização, distribuição e uso do produto DOPPLER FETAL MONITOR CARDIACO BEBÊS COFOE, modelo JPD-100B, sem registro/cadastro sanitário na Anvisa, divulgado e comercializado nos sites www.americanas.com.br e www.goldshopnet.com e pela empresa DJC COMERCIO ELETRONICOS LTDA - ME, CNPJ 25.109.200/0001-08.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.101, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando os arts. 7º e 12 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando denúncias recebidas no Anvisatende de comercialização irregular e uso de produtos sem cadastro na Anvisa, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, divulgação, comercialização, distribuição e uso do produto GUINCHO DE TRANSFERÊNCIA PARA ACAMADOS, IDOSOS E DEFICIENTES, comercializado pela empresa M. Fuzil & J. C. Oliveira Ltda. - ME, CNPJ: 53.397.261/0001-53, por não apresentar cadastro sanitário na Anvisa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.105, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.106, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.107, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.097, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.098, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder alteração de endereço na Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse de Saúde Pública, em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.104, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 346, de 19 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas interessadas em operar a atividade de armazenagem de mercadorias sob Vigilância Sanitária, em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 2.180, de 14 de agosto de 2018, publicada no DOU nº 160 de 20 de agosto de 2018, Seção 1, Página 46 e Suplemento a presente edição página 97,

Onde se lê: Art. 1º.

Processo nº 25767.649.338/2013-48

Leia-se: Art. 1º.

Processo nº 25767.649338/2013-49

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 3.295, de 27 de novembro de 2015, publicada no DOU nº 228, de 30 de novembro de 2015, Seção 1, Página 79 e Suplemento a presente edição página 83,

Onde se lê: Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresa prestadora de serviço de Armazenagem de Alimento em Recintos Alfandegados em conformidade com o disposto no anexo.

Leia-se: Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresa prestadora de serviço de Armazenagem em Recintos Alfandegados em conformidade com o disposto no anexo.

COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS EM TOCANTINS

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Coordenador nº 240, de 28 de setembro de 2018, publicado no Diário Oficial da União n° 190, de 02 de outubro de 2018, Seção 1 pág. 67.

Onde se lê:

AUTUADO: azul linhas aéreas brasileiras s/a. CNPJ/CPF: 09.296.295/0001-60

25762.383709/2015-38 - AIS:0554141/15-7 GGPAF/ANVISA

Penalidade de Nulidade/Insubsistência

Leia-se:

AUTUADO: azul linhas aéreas brasileiras s/a. CNPJ/CPF: 09.296.295/0001-60

25762.383709/2015-38 - AIS:0554141/15-7 GGPAF/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais)

EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA

CNPJ/MF Nº. 07.607.851/0004-99

NIRE Nº 26900557658

ATA DA 1ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E 3ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 10 DE OUTUBRO DE 2018

Às quatorze horas do dia 10 de outubro de 2018, na sala de reunião Boa Viagem, situada na Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (HEMOBRÁS), localizada na Rua Prof. Aloísio Pessoa de Araújo, n° 75, Edf. Boa Viagem Corporate, 9º andar, Boa Viagem, Recife-PE. A presente Assembleia Geral Ordinária/Assembleia Geral Extraordinária que está sendo realizada no escritório operacional da companhia, por ali estar efetivamente concentrada a administração da Hemobrás, o que se justifica pelos princípios de eficiência e economicidade. Esteve presente a totalidade do Capital Social, de titularidade da União, neste ato representada pelo Procurador da Fazenda Nacional, Dr. Júlio César Gonçalves Correa, nos termos da Portaria PGFN nº 128, de 12 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 14 de março de 2018, e como convidada a Sra. Flávia Filippi Giannetti, presidente do Conselho Fiscal da Hemobrás. Realizou-se, em primeira convocação, a Assembleia Geral Ordinária/Assembleia Geral Extraordinária da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS, empresa pública, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.607.851/0004-99, NIRE: 26900557658, vinculada ao Ministério da Saúde, conforme OFÍCIO nº 0879/2018-PR/Hemobrás, de 04 de outubro de 2018, onde foram deliberadas as seguintes matérias: I - aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 2017, e do relatório de administração, com as recomendações constantes do parecer da STN; II - pela aprovação da destinação de resultados do exercício de 2017, mediante a compensação de prejuízos acumulados no

montante de R$ 171.913 mil, nos termos do art. 189, da Lei nº 6.404, de 1976. III - pela aprovação da fixação da remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria-Executiva e Comitê de Auditoria, conforme orientação da SEST, da seguinte forma: a) fixar em até R$ 2.086.306,60 a remuneração global a ser paga aos administradores dessa empresa, no período compreendido entre abril de 2018 e março de 2019; b) recomendar a observância dos limites individuais definidos pela SEST, ressaltada a sua competência para fixar esses limites para o período de doze meses, por rubrica e por cargo, com manifestação conforme tabela anexa, atendo-se ao limite global definido na alínea "a"; c) delegar ao Conselho de Administração a competência para autorizar o pagamento efetivo mensal da remuneração, observando o limite global individual previsto nas alíneas "a" e "b", respectivamente; d) fixar os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios; e) vedar expressamente o repasse de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concedidos aos empregados da empresa, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT na sua respectiva data-base. f) vedar o pagamento de qualquer item de remuneração não deliberado nesta assembleia para os administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, nos termos Lei nº 6.404/76, art.152; g) caso haja algum Diretor na situação de cedido (servidor público ou empregado de outra estatal), deverá ser observado o Decreto nº 9.144/2017 e a remuneração máxima a ser reembolsada é o limite individual aprovado para cada Diretor; h) caso algum Diretor seja empregado da empresa, seu contrato de trabalho deverá ser suspenso, na forma da súmula nº 269 do TST; i) condicionar o pagamento da "quarentena" à aprovação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR, nos termos da legislação vigente; j) fixar os honorários mensais dos membros do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios; e k) fixar os honorários mensais dos membros do Comitê de Auditoria em R$ 3.083,75 mensais. IV - pela alteração do caput do art. 6º do estatuto social, excluindo o valor nominal de R$ 1,00, conforme proposta da SEST e da STN; V - pelo aumento de capital social no valor R$ 373.320.307,21, sem emissão de novas ações, relativos a AFAC transferidos pela União nos exercícios de 2015 a 2017, acrescidos de R$ 105.059.860,39 referentes à correção pela SELIC até 10 de outubro de 2018 (data das AGO/AGE), totalizando R$ 478.380.167,60; VI - pela alteração do caput do art. 6º do estatuto social para registrar a nova expressão monetária do capital social; VII - pela eleição, como membro do conselho de administração de ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE, como representante do Ministério da Saúde; brasileiro, casado, médico, portador de cédula de identidade nº 422693 - SSP/AL, CPF nº 469.974.314-53, residente no Lote Residencial Reserva Bela Vista nº 1, Quadra H, Lote 1, Antares, Maceió - AL, em substituição e em complementação à gestão de JOÃO PAULO BACCARA DE ARAÚJO, que se encerrará 17 de agosto de 2020. Outrossim, deverá a administração da HEMOBRÁS regularizar: a) os excessos pagos em várias rubricas a título de remuneração dos administradores, conforme orientação constante na Nota Técnica da SEST; e b) as pendências apontadas no parecer do conselho fiscal. Presidiu a reunião o Senhor Oswaldo Cordeiro de Paschoal Castilho, Diretor-Presidente da Hemobrás. Estiveram, ainda, presentes o Senhor Gustavo Cavalcanti Simoni, Gerente de Administração; Sr. Jonas Luiz Cabral da Silva, Chefe de Serviço de Contabilidade, Victor de Souza Leão, Auditor Geral e Simone Cristina Feitosa Brito, Secretária Executiva, na função de Secretária da Assembleia. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, sendo lavrada ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Secretária, pelo Procurador designado e pelo Diretor-Presidente da Hemobrás. Registro na Junta Comercial do Distrito Federal sob o número 1112889 em 07/11/2018.

CNPJ/MF Nº. 07.607.851/0004-99
NIRE Nº 26900557658

ATA DA 2ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2018

Às dez horas do dia 17 de agosto de 2018, na sala de reunião Boa Viagem, situada na Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (HEMOBRÁS), localizada na Rua Prof. Aloísio Pessoa de Araújo, n° 75, Edf. Boa Viagem Corporate, 9º andar, Boa Viagem, Recife-PE. A presente Assembleia Geral está sendo realizada no escritório operacional da companhia, por ali estar efetivamente concentrada a administração da Hemobrás, o que se justifica pelos princípios de eficiência e economicidade. Esteve presente a totalidade do Capital Social, de titularidade da União, neste ato representada pelo Procurador da Fazenda Nacional, Jorge Rodrigo Araujo Messias, nos termos da Portaria PGFN nº 128, de 12 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 14 de março de 2018, realizou-se, em primeira convocação, a Assembleia Geral Extraordinária da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS, empresa pública, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.607.851/0004-99, Nire: 26900557658, vinculada ao Ministério da Saúde, conforme OFICIO SEI nº 272.2018.CAS. PGACFFS.PGFN-MF, de 10 de agosto de 2018, para deliberar sobre a uniformização do prazo de gestão dos membros do conselho de administração, fixação do prazo de atuação do conselho fiscal e eleição de membros para esses colegiados. Presidiu a reunião o Senhor Oswaldo Cordeiro de Paschoal Castilho, Diretor-Presidente do Hemobrás. Estiveram, ainda, presentes o Senhor Gustavo Cavalcanti Simoni, Gerente de Administração e Simone Cristina Feitosa Brito, Secretária Executiva, na função de Secretária da Assembleia. A União com base no parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, votou pela eleição ou ratificação das pessoas abaixo indicadas como membros dos Conselhos de Administração e Fiscal com gestão unificada de 2 (dois) anos, a partir de 17 de agosto de 2018. Conselho de Administração: OSWALDO CORDEIRO DE PASCHOAL CASTILHO - Presidente da HEMOBRÁS, nomeado pelo Decreto 260, de 23 de setembro de 2016; brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade nº 261.995 - SSP/DF, CPF nº 098.821.381-87, residente na Avenida Boa Viagem, nº 130, apt. 3102 - Boa Viagem - Recife/PE; LUIZ ALBERTO DE ALMEIDA PALMEIRA - representante do Ministério da Fazenda - MF, nomeado pelo Decreto de 12 de junho de 2017; brasileiro, casado, economista, portador de cédula de identidade nº 968.427 - SSP/DF, CPF nº 270.699.231-04, residente na SQSW 306, bloco "G", Aptº 202, Setor Sudoeste, Cruzeiro-DF; LENIR DOS SANTOS - representante do Ministério da Saúde - MS, nomeado pelo Decreto de 30 de dezembro de 2015; brasileira, viúva, advogada, portadora da cédula de identidade nº 5.568.886-SSP/SP, CPF nº 404.697.248-15, residente na Rua Olympo Pattaro nº 420 - Residencial Barão do Café - Campinas - SP. ANDRÉ GUIMARÃES REZENDE MARTINS DO VALLE - representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG, eleito na presente AGE. Brasileiro, engenheiro civil, casado, inscrito no RG nº 173.826-3 SSP/DF, CPF nº 704.329.021-04, residente na Quadra SQN, 115, Bloco "G" Aptº 302, Asa Norte, Brasília - DF. FREDERICO NICOLAS ANTONINO DE SOUZA, brasileiro, solteiro, farmacêutico, portador de cédula de identidade nº 242.8731-SDS-PE, CPF nº 050.230.734-08, residente Rua Serrânia nº 58, Casa Amarela - Recife-PE - representante dos empregados, ser eleito na presente AGE; NEILTON ARAÚJO DE OLIVEIRA - representante do SINASAN - Sistema Nacional de Sangue, Componentes e derivados, nomeado pelo Decreto de 29 de janeiro de 2016; brasileiro, casado, médico, portador da cédula de identidade nº 173.589 - SSP/GO, CPF nº 057.770.111-87, residente no Condomínio Vivendas, Bela Vista, Rodovia DF 150 - Km 2,5, módulo N, casa 05, Grande Colorado, Sobradinho-DF; ELTON DA SILVA CHAVES - representante do CONASEMS - Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, a ser eleito na AGE de 17 de agosto de 2018, brasileiro, farmacêutico, casado, portador da cédula de identidade nº 3099888 SSP-PA, CPF nº 674.509.892-04, residente na Quadra SQS 410, Bloco "T", entrada "C", Apt. 201, Brasília/DF. Conselho Fiscal: JEAN KEIJI UEMA - Titular - representante do Ministério da Saúde, nomeado pelo Decreto de 20 de abril de 2016, com prazo de atuação até 19 de abril de 2020; brasileiro, casado, advogado, portador de cédula de identidade nº 828.984-SSP/MT, CPF 581.095.011-68, residente na Rua 05, Casa 04A AC. Pacheco Fernandes, Vila Planalto - Brasília - DF; FLÁVIA FILIPPI GIANNETTI - Titular - representante do Tesouro Nacional - nomeada pelo Decreto de 12 de julho de 2017, com prazo de atuação até 17 de agosto de 2020; brasileira, casada, economista, portadora de cédula de identidade nº 1525931-SSP/DF, CPF nº 645.481.981-72, residente na SQNW 110, Bloco "J", apt. 307, Noroeste - Brasília/DF; LUIZ ALBERTO MARQUES VIEIRA FILHO - Suplente - representante do Tesouro Nacional - eleito na presente AGE, com prazo de atuação até 17 de agosto de 2020. Brasileiro, casado, economista, portador de cédula de identidade nº 43.583.258-X-SP, CPF nº 301.465.628-36, residente no Núcleo Rural, Córrego do Torto, trecho 2, chácara 26, casa 1, Brasília - DF. ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - Titular - representante do Ministério da Saúde, nomeado pelo Decreto de 24 de julho de 2015, com prazo de atuação até 24 de julho de 2019. Brasileiro, casado, contador, portador de cédula de identidade nº 8.002.631.565 SSP/RS, CPF nº 236.795.140-34, residente na SQS 109, BL B, Apt. 301 Asa Sul - Brasília-DF. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, sendo lavrada ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Secretário, pelo Procurador designado e pelo Diretor-Presidente da Hemobrás. Registro na Junta Comercial do Distrito Federal sob o número 1112888 em 07/11/2018.

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.725, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

Indefere a Concessão do CEBAS, do Instituto Santa Pelizzari, com sede em Palmas (PR).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 918/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.134666/2018-29, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), do Instituto Santa Pelizzari, CNPJ nº 29.693.735/0001-20, com sede em Palmas (PR).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.733, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

Indefere a Concessão do CEBAS, da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Santa Maria de Itabira, com sede em Santa Maria de Itabira (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 910/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.133639/2018-39, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Santa Maria de Itabira, CNPJ nº 16.802.340/0001-76, com sede em Santa Maria de Itabira (MG).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.745, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

Indefere a Concessão do CEBAS, do Centro de Recuperação Reviver, com sede em Chapecó (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições;

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, e

Considerando o Parecer Técnico nº 900/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.118315/2018-71, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), do Centro de Recuperação Reviver, CNPJ nº 01.654.346/0001-76, com sede em Chapecó (SC).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.747, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

Indefere a Concessão do CEBAS, do Centro de Planejamento Natural da Família de Curitiba, com sede em Curitiba (PR).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 935/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.140934/2015-07, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), do Centro de Planejamento Natural da Família de Curitiba, CNPJ nº 00.719.406/0001-29, com sede em Curitiba (PR).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.748, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

Indefere a Renovação do CEBAS, da Associação de Caridade Hospital São Sebastião, com sede em Sabinópolis (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 937/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.210826/2015-09, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Associação de Caridade Hospital São Sebastião, CNPJ nº 24.331.027/0001-25, com sede em Sabinópolis (MG).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.749, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

Cancela o CEBAS, do Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo, com sede em Santa Maria (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando o disposto no Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando o disposto no Capítulo II - Dos procedimentos relativos à certificação das entidades beneficentes de assistência social na área de saúde - do Título VI da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Parecer Técnico nº 448/2018-DCEBAS/SAS/MS - FTS nº 820, relativo ao Processo de Supervisão nº 25000.050009/2017-49, que concluiu não serem atendidos os requisitos obrigatórios contidos na Lei nº 12.101/2009, para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social; e

Considerando o Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, que firmou entendimento de que o cancelamento da certificação deve ser aplicado a contar do fato gerador do descumprimento dos requisitos obrigatórios à certificação, e não sobre toda a vigência do certificado, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) concedido ao Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo, CNPJ nº 95.610.887/0001-46, com sede em Santa Maria (RS).

Parágrafo único. Registra-se como início do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação, a data de 1º de janeiro de 2010.

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Ministério da Segurança Pública

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 6.066, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/91261 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa IMAB INDUSTRIA METALURGICA LTDA, CNPJ nº 56.996.085/0001-64 para atuar em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.071, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/91965 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇAO JARDINS ATENAS, CNPJ nº 05.754.980/0001-31 para atuar em Goiás.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.073, DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/92098 - DPF/PCA/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COSAN S/A INDUSTRIA E COMERCIO, CNPJ nº 50.746.577/0079-85 para atuar em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.092, DE 18 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/83126 - DELESP/DREX/SR/PF/AL, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VITAL SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.648.031/0001-77, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Alagoas, com Certificado de Segurança nº 2338/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.116, DE 18 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/92991 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO DO SHOPPING CENTER RECIFE, CNPJ nº 08.961.229/0001-02 para atuar em Pernambuco.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.216, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/67580 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ALFA LIDER VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 08.820.394/0001-36, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2260/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.225, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/78191 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa E D M SERVICOS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 15.176.927/0001-54, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 2135/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.250, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/86382 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0015-88, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Espingardas calibre 12

63 (sessenta e três) Munições calibre 12

12 (doze) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

8 (oito) Granadas fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC)

84 (oitenta e quatro) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.276, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/90438 - DPF/CAC/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa S PRADO - CENTRO DE TREINAMENTOS E FORMACAO DE VIGILANTES EIRELI - EPP, CNPJ nº 04.801.623/0001-14, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2371/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.287, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/91782 - DPF/XAP/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA, CNPJ nº 75.904.383/0037-32 para atuar em Santa Catarina.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.308, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/94844 - DELESP/DREX/SR/PF/PB, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TKS SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 07.774.050/0002-56, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
8 (oito) Revólveres calibre 38
131 (cento e trinta e uma) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.309, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/94846 - DPF/JZO/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TKS SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 07.774.050/0003-37, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
8 (oito) Revólveres calibre 38
144 (cento e quarenta e quatro) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.323, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/96508 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SAMURAI CENTRO DE FORMACAO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES, CNPJ nº 01.263.382/0002-90, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3 (três) Espingardas calibre 12
3 (três) Pistolas calibre .380
5 (cinco) Revólveres calibre 38
30000 (trinta mil) Munições calibre .380
10000 (dez mil) Munições calibre 12
50000 (cinquenta mil) Munições calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
20 (vinte) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.
1 (uma) Arma de choque elétrico de contato direto
20 (vinte) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
2 (duas) Granadas fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC)
2 (duas) Granadas fumígenas de sinalização
10 (dez) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico
10 (dez) Munições no calibre 12 (doze) lacrimogêneas de jato direto
1 (um) Lançador de munição não-letal no calibre 12 (doze)
2 (duas) Máscaras de proteção respiratória modelo facial completo
10 (dez) Filtros com proteção contra gases e aerodispersóides químicos e biológicos
40 (quarenta) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.373, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/77239 - DPF/GPB/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa 3ª AÇÃO SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 11.503.924/0001-27, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2435/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.384, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/85949 - DPF/VAG/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GAPE MINAS SEGURANCA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 07.061.340/0001-71, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2447/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.392, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/88524 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIGI SEG VIGILANCIA E SEGURANÇA, CNPJ nº 08.093.178/0001-36, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2303/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.399, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/90014 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa D'BORTOLI SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.005.899/0001-59, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2330/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.413, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/93612 - DPF/RPO/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SEGURANÇA E VIGILÂNCIA SUDESTE LTDA., CNPJ nº 66.997.891/0001-00, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
9 (nove) Revólveres calibre 38
156 (cento e cinquenta e seis) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.414, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/94149 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 01.850.645/0001-86, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1000 (uma mil) Munições calibre 12
30000 (trinta mil) Espoletas calibre 38
2000 (dois mil) Gramas de pólvora
30000 (trinta mil) Projéteis calibre 38
5000 (cinco mil) Espoletas calibre .380
5000 (cinco mil) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.421, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/95076 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa UNICACORP SOLUÇÕES EM SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 12.544.543/0001-59, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente MADRI SERVICOS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 01.464.298/0001-53:
9 (nove) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
162 (cento e sessenta e duas) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.423, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/95186 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CTO CENTRO TATICO OPERACIONAL PARA FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA ME, CNPJ nº 22.834.955/0001-87, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
600 (seiscentas) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.428, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/96067 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa COESP - ESCOLA DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES LTDA - ME, CNPJ nº 25.255.631/0001-82, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
33000 (trinta e três mil) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.429, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/96267 - DPF/GRA/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CERCHOP BEBIDAS LTDA, CNPJ nº 73.375.537/0001-00 para atuar no Paraná.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.430, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/96277 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PRONTTO CENTRO DE FORMACAO E TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA - ME, CNPJ nº 09.586.537/0001-50, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
20000 (vinte mil) Munições calibre 38
18728 (dezoito mil e setecentas e vinte e oito) Espoletas calibre 38
1000 (um mil) Estojos calibre 38
5132 (cinco mil e cento e trinta e dois) Gramas de pólvora
18728 (dezoito mil e setecentos e vinte e oito) Projéteis calibre 38
920 (novecentos e vinte) Estojos calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.431, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/96287 - DELESP/DREX/SR/PF/PB, resolve:

CONCEDER autorização à empresa AGRO INDUSTRIAL TABU S.A, CNPJ nº 09.053.646/0001-01, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3 (três) Carabinas calibre 38
1 (um) Revólver calibre 38
120 (cento e vinte) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.432, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/97130 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CORVIG CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 03.621.404/0001-90, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Espingarda calibre 12
1 (uma) Pistola calibre .380
2 (dois) Revólveres calibre 38
1000 (uma mil) Munições calibre .380
1000 (uma mil) Munições calibre 12
1000 (uma mil) Munições calibre 38
70000 (setenta mil) Espoletas calibre 38
3000 (três mil) Estojos calibre 38
24976 (vinte e quatro mil e novecentos e setenta e seis) Gramas de pólvora
70000 (setenta mil) Projéteis calibre 38
25656 (vinte e cinco mil e seiscentas e cinquenta e seis) Espoletas calibre .380
2000 (dois mil) Estojos calibre .380
24956 (vinte e quatro mil e novecentos e cinquenta e seis) Projéteis calibre .380
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Arma de choque elétrico de contato direto
2 (duas) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
2 (duas) Granadas fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC)
2 (duas) Granadas fumígenas de sinalização
3 (três) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.
50 (cinquenta) Munições no calibre 12 (doze) lacrimogêneas de jato direto
400 (quatrocentas) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico
3 (três) Máscaras de proteção respiratória modelo facial completo
3 (três) Filtros com proteção contra gases e aerodispersóides químicos e biológicos
3 (três) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.435, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/97373 - DELESP/DREX/SR/PF/MT, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TECNOGUARDA VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 02.361.081/0002-61, sediada no Mato Grosso, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
31 (trinta e um) Revólveres calibre 38
297 (duzentas e noventa e sete) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.440, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/97894 - DPF/URA/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUPERMERCADO JB DE FRUTAL LTDA, CNPJ nº 18.510.982/0001-27 para atuar em Minas Gerais.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.441, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/98132 - DPF/AQA/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CESPCON ESCOLA DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 30.560.712/0001-26, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3 (três) Armas de choque elétrico de contato direto
1 (uma) Granada fumígena de sinalização
10 (dez) Munições no calibre 12 (doze) lacrimogêneas de jato direto
10 (dez) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico
1 (um) Lançador de munição não-letal no calibre 12 (doze)
2 (duas) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
1 (um) Espargidor de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g
1 (uma) Máscara de proteção respiratória modelo facial completo
1 (um) Filtro com proteção contra gases e aerodispersóides químicos e biológicos
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.443, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/98582 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa IMPETUS SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 27.798.215/0001-56, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4 (quatro) Revólveres calibre 38
40 (quarenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.441, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005437/2018-62. Interessada: Rincão dos Albinos Energética S.A. Objeto: declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, a área necessária à passagem da Linha de Transmissão SE Cachoeira Cinco Veados - SE Toropi, com 2,5 km de extensão, 20 metros de largura de faixa de servidão, tensão nominal de operação de 69 kV, circuito simples, interligando a Subestação Elevadora Cachoeira Cinco Veados à Subestação Coletora do Complexo Toropi, nos municípios de Quevedos e São Martinho da Serra, estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.475, DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

Processos nº 48500.005392/2018-26. Interessado: Quantum Comercialização e Gestão de Energia Ltda. Decisão: Autorizar a Quantum Comercialização e Gestão de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.109.908/0001-07, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação em teste a partir do dia 10 de novembro de 2018.

Nº 2.562 - Processo nº 48500.005234/2010-19. Interessados: Norte Energia S.A. Usina: UHE Belo Monte. Unidades Geradoras: UG11 de 611.111,11 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Vitória do Xingu, estado do Pará.

Nº 2.563 - Processo nº 48500.000334/2017-25. Interessados: APODI I ENERGIA SPE S/A. Usina: UFV Apodi I. Unidades Geradoras: UG1 a UG34, de 971 kW cada uma, totalizando 33.000 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Quixeré, estado do Ceará.

Nº 2.564 - Processo nº 48500.000333/2017-81. Interessados: APODI II ENERGIA SPE S/A. Usina: UFV Apodi II. Unidades Geradoras: UG1 a UG34, de 971 kW cada uma, totalizando 33.000 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Quixeré, estado do Ceará.

Nº 2.565 - Processo nº 48500.000332/2017-36. Interessados: APODI III ENERGIA SPE S/A. Usina: UFV Apodi III. Unidades Geradoras: UG1 a UG34, de 971 kW cada uma, totalizando 33.000 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Quixeré, estado do Ceará.

Nº 2.566 - Processo nº 48500.000331/2017-91. Interessados: APODI IV ENERGIA SPE S/A. Usina: UFV Apodi IV. Unidades Geradoras: UG1 a UG34, de 971 kW cada uma, totalizando 33.000 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Quixeré, estado do Ceará.

Nº 2.568 - Processo nº 48500.000047/2017-2015. Interessados: Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S.A. Usina: EOL Aura Queimada Nova 03. Unidades Geradoras: UG01 a UG03, de 3.000 kW cada uma, totalizando 9.000 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Lagoa do Barro do Piauí, estado do Piauí.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 2.551, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.005704/2018-00. Interessadas: Vila do Conde Transmissora de Energia S.A. - VCTE e da LT Triângulo S.A. - LTT. Decisão: anuir ao contrato de mútuo das empresas Interessadas com a parte relacionada, Celeo Redes de Transmissão de Energia S.A.; e (ii) à alteração do Estatuto Social das transmissoras visando à redução do capital social. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

DESPACHO N° 2.554,DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 4.659, de 18 de julho de 2017, considerando o disposto nos artigos 50, inciso VIII, 53 e 65 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, e o que consta dos Processos nº 48500.002009/2018-88, 48500.002022/2018-37, 48500.002023/2018-81, 48500.002024/2018-26, 48500.002025/2018-71 e 48500.002069/2018-09, decide cancelar os Autos de Infração relacionados abaixo:

Processo	Agente Autuado	Auto de Infração	Data de Emissão
48500.002009/2018-88	Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. - NBTE	1012/2018-SFF	13/06/2018
48500.002022/2018-37	ATE VIII Transmissora de Energia S.A. - ATE VIII	1011/2018-SFF	13/06/2018
48500.002023/2018-81	Campos Novos Transmissora de Energia S.A. - ATE VI	1009/2018-SFF	12/06/2018
48500.002024/2018-26	Londrina Transmissora de Energia S.A. - ATE V	1007/2018-SFF	12/06/2018
48500.002025/2018-71	São Mateus Transmissora de Energia S.A. - ATE IV	1006/2018-SFF	12/06/2018
48500.002069/2018-09	Foz do Iguaçu Transmissora de Energia S.A. - ATE VII	1010/2018-SFF	13/06/2018

TICIANA FREITAS DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHO Nº 2.558, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº: 48500.000941/2018-76. Interessados: Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões Ltda - Cermissões. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 365.315,00 (trezentos e sessenta e cinco mil trezentos e quinze reais), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-2381-0001/2012; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 2.557, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo nº: 48500.003673/2011-78. Decisão: Homologar, nos Anexos I e II, os valores dos custos diretos do ramal de conexão, kit de instalação interna e do padrão de entrada instalados pelas distribuidoras e os recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE a serem repassados às distribuidoras pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e ii) divulgar no Anexo III a relação de unidades consumidoras nas quais o reembolso não foi aprovado devido ao não atendimento ao disposto no §5º do art. 10 da Resolução Normativa nº 488/2012. A íntegra deste Despacho e seus anexos estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO Nº 1.151, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 18, de 19/06/2009, e o que consta no processo nº 48610.204066/2018-52, autoriza a empresa KALIPEA INDÚSTRIA E COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ 01.868.797/0001-06, a exercer a atividade de produtor de óleo lubrificante acabado industrial, com a produção terceirizada tendo como empresa contratada INTERLUB BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÓLEO AUTOMOTIVO LTDA, CNPJ 07.830.331/0001-06, autorização ANP 61/2006.

MAURO MOTTA LAPORTE

AUTORIZAÇÃO Nº 1.152, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria ANP n° 312, de 27 de dezembro de 2001, e o que consta no processo n.º 48610.203191/2018-45, autoriza a empresa HELM DO BRASIL MERCANTIL LTDA, CNPJ n.º 47.176.755/0001-05, a exercer a atividade de importação de solventes.

MAURO MOTTA LAPORTE

AUTORIZAÇÃO Nº 1.153, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - A.N.P, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria A.N.P n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução A.N.P n.º 17, de 19 de junho de 2009, e o que consta no processo n.º 48610.203364/2018-25, autoriza a empresa EMBRACO INDÚSTRIA DE COMPRESSORES E SOLUÇÕES EM REFRIGERAÇÃO LTDA, CNPJ nº 29.958.609/0001-50, a exercer a atividade de importação de óleo lubrificante acabado industrial.

MAURO MOTTA LAPORTE

AUTORIZAÇÃO Nº 1.154, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.000928/2017-99, autoriza a empresa SERVGÁS DISTRIBUIDORA DE GÁS S/A, CNPJ n.º 55.332.811/0005-05, a operar a instalação de armazenamento e distribuição de GLP a granel e envasado, localizada na Rua Santa Clara 140, Vila Paraíso, Guarulhos/SP, 07.241-260 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -23:26:21,400; -46:25:48,100 (SIRGAS 2000)]. A capacidade de total de armazenamento é de 343,00 toneladas de GLP.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

MAURO MOTTA LAPORTE

DESPACHO Nº 1.269, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 18, de 19/06/2009, e o que consta no processo nº 48610.204066/2018-52, declara habilitada a empresa KALIPEA INDÚSTRIA E COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ 01.868.797/0001-06, como produtora de óleo lubrificante acabado industrial.

MAURO MOTTA LAPORTE

DESPACHO Nº 1.272, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPAM0308152	A. C. E. COMERCIO VAREJISTA DE GLP E PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	18.301.658/0001-07	48610.006283/2018-89
GLPGO0308207	ALIANY DA SILVA PEREIRA	29.342.550/0001-70	48610.011626/2018-27
GLPMG0308154	AMERICA TIAGO VIEIRA	22.607.766/0001-71	48610.011740/2018-57
GLPPE0308228	AMILTON DE OLIVER SANTIAGO JUNIOR 74308521491	30.392.847/0001-20	48610.011670/2018-37
GLPTO0308191	ANTONIO CLAUDIO RODRIGUES DE SOUSA	27.663.399/0001-47	48610.011658/2018-22
GLPSP0308243	ANTONIO PAZIANOTTO	30.535.529/0001-70	48610.011417/2018-83
GLPGO0308209	COMERCIAL AMERICA DE BEBIDAS E GAS EIRELI	30.092.912/0001-00	48610.011624/2018-38
GLPSP0308180	COMERCIAL LIMAGAS LTDA	30.705.597/0001-30	48610.012067/2018-72
GLPMG0308226	COMERCIO DE GAS SANTA LUZIA LTDA	31.411.112/0001-69	48610.011668/2018-68
GLPTO0308164	CORREA COMERCIO DE GLP LTDA	17.193.754/0005-31	48610.012248/2018-07
GLPGO0308184	D ABADE DOUTOR DO GAS EIRELI	31.314.187/0001-21	48610.011674/2018-15
GLPRS0308213	DARLAN GUERRA PERES	23.107.990/0001-67	48610.011667/2018-13
GLPPA0308171	DICKSON COMERCIO DE GAS EIRELI	30.687.266/0001-15	48610.011746/2018-24
GLPTO0308194	DISTRIBUIDORA DE GAS CORREA LTDA	19.972.394/0012-20	48610.011749/2018-68
GLPRN0308140	FRANCUALISSON BANDEIRA DA COSTA 11036423409	27.124.782/0001-27	48610.011739/2018-22
GLPSP0308240	GAMA & FARIA DEPOSITO DE GAS LTDA	31.061.191/0001-25	48610.011737/2018-33
GLPMG0308205	GESIANE APARECIDA CANDIDA DE SOUZA	30.870.318/0001-94	48610.011625/2018-82
GLPMA0308177	ILTON SANTOS SILVA 48260762315	29.742.974/0001-22	48610.011660/2018-00
GLPSE0308224	JOSE ADELMO DOS SANTOS GOIS 04491328544	29.446.235/0001-93	48610.011984/2018-30
GLPPB0308232	JOSE JAILSON GOMES DA SILVA	31.433.712/0001-28	48610.011672/2018-26
GLPMT0308188	JOSE SANTOS LEITE DA SILVA	04.458.446/0005-49	48610.011747/2018-79
GLPRS0308217	JOSUE OLIVEIRA DO COITO 01270333003	29.220.521/0001-36	48610.011665/2018-24
GLPAC0308215	L. S. VASCONCELOS COSTA	30.778.431/0001-44	48610.011751/2018-37
GLPSP0308201	LINOIR DA SILVA GAS E BEBIDAS	31.120.098/0001-44	48610.011651/2018-19
GLPPA0308159	MADSON LOPES CARVALHO	24.639.615/0001-20	48610.011743/2018-91
GLPES0308168	MARCELO DA SILVA COELHO 00792722744	28.981.699/0001-37	48610.011745/2018-80
GLPMG0308157	MARCELO NEGRETTI DE MORAIS	22.115.891/0001-64	48610.011742/2018-46
GLPTO0308197	MARCOS VINICIUNS GOMES REIS 02957733161	31.362.592/0001-15	48610.011748/2018-13
GLPMS0308166	MARLEI GONZAGA MACIEL DA SILVA 90173767168	30.691.204/0001-87	48610.011744/2018-35
GLPGO0308230	MS CARNEIRO GAS EIRELI	28.741.920/0002-60	48610.011671/2018-81
GLPMT0308186	PAULO PEREIRA DA LUZ	23.346.437/0001-87	48610.011659/2018-77
GLPRJ0308203	R J A CHAVES DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	30.420.986/0001-10	48610.011627/2018-71
GLPSP0308222	RONALDO MODESTO VENSAO 44461637875	31.312.173/0001-79	48610.011663/2018-35
GLPPE0308132	RUAN DE FARIAS RAMOS 06224380422	18.462.514/0001-24	48610.011736/2018-99
GLPMA0308238	T M COSTA COMERCIO	27.953.682/0007-07	48610.011675/2018-60
GLPPR0308235	TANCREDO JOSE GOBER 07847187922	31.046.093/0001-19	48610.011661/2018-46
GLPAL0308219	THAYSE FERNANDA SOUSA BARROS LEITE EIRELI	30.251.412/0001-65	48610.011664/2018-80
GLPPI0308199	VALENCAS GAS LTDA	28.682.988/0001-35	48610.011652/2018-55

MAURO MOTTA LAPORTE

DESPACHO Nº 1.273, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004 com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/PI0189579	A. L. DE LIMA DANTAS	17.019.432/0001-47	48610.006306/2018-55
PR/RS0189571	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS CLARA LTDA	30.623.059/0001-05	48610.012040/2018-80
PR/RS0189572	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS MILENA LTDA	30.839.241/0001-90	48610.012042/2018-79
PR/MG0189557	ADERLEI DOS SANTOS & CIA LTDA	03.149.551/0002-90	48610.011967/2018-01
PR/PE0189597	ARRUDA AUTO POSTO I COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	30.910.077/0001-60	48610.011117/2018-02
PR/PR0189576	AUTO POSTO GIGANTE DE CONTENDA S.A	31.149.457/0001-96	48610.011964/2018-69
PR/GO0189596	AUTO POSTO K 32 LTDA	29.405.961/0001-68	48610.012043/2018-13
PR/MT0189570	AUTO POSTO PASQUALOTTO LTDA	08.512.459/0004-29	48610.011567/2018-97
PR/SP0189561	AUTO POSTO RAIDEN LTDA.	30.195.433/0001-00	48610.011705/2018-38
PR/ES0189558	AUTO POSTO 5 ESTRELAS EIRELI	26.058.218/0001-90	48610.008507/2018-97
PR/PE0189563	CAMPOS DE MORAIS COMBUSTIVEIS LTDA	29.841.774/0001-27	48610.012031/2018-99
PR/SP0189595	CENTRO AUTOMOTIVO SOROCABA LTDA	31.423.231/0001-31	48610.012286/2018-51
PR/RS0189573	COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS RAMADA LTDA	94.410.628/0002-90	48610.011384/2018-71
PR/MG0189598	COOPERATIVA AGROPECUARIA VALE DO RIO VERDE	41.920.257/0004-91	48610.012045/2018-11
PR/RS0189566	EDUARDO MOGNON	29.740.373/0001-80	48610.012004/2018-16
PR/PE0189559	FARO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	30.801.409/0001-78	48610.011565/2018-06
PR/CE0189562	L G - LIMA E GIRAO COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	11.293.346/0001-41	48610.010225/2018-50
PR/MA0189556	L S COMERCIO E SERVICOS LTDA	12.125.791/0006-70	48610.012293/2018-53
PR/MA0189555	L S COMERCIO E SERVICOS LTDA	12.125.791/0007-50	48610.012049/2018-91
PR/ES0189569	LB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	28.313.694/0002-17	48610.012006/2018-13
PR/GO0189553	M RIBEIRO COMBUSTIVEIS LTDA	29.972.605/0001-26	48610.011802/2018-21
PR/AM0189599	MARREIROS COMERCIO E TRANSPORTES DE COMBUSTIVEIS EIRELI	28.007.265/0001-30	48610.005793/2018-39
PR/RS0189594	MP POSTOS E LOGISTICA LTDA	23.448.964/0007-98	48610.012277/2018-61
PR/SP0189565	M27 AUTO POSTO E CONVENIENCIA LTDA	27.745.979/0001-83	48610.010697/2018-11
PR/ES0189567	PEISINO AUTO POSTO & SERVICOS LTDA	29.946.821/0001-05	48610.011189/2018-41
PR/SC0189560	POSTO AGRICOPEL LTDA.	83.488.882/0022-38	48610.012046/2018-57
PR/GO0189578	POSTO CRISTIANOPOLIS EIRELI	00.024.042/0001-62	48610.012163/2018-11
PR/GO0189577	POSTO JARDIM IPE LTDA	12.625.512/0001-22	48610.011192/2018-65
PR/MA0189554	POSTO MAIS BALSAS LTDA	28.520.862/0001-64	48610.004323/2018-58
PR/MG0189564	POSTO NASCIMENTO LTDA	07.453.243/0001-24	48610.012003/2018-71
PR/PR0189552	POSTOS PELANDA COMBUSTIVEIS LTDA	78.901.915/0011-37	48610.012148/2018-72
PR/MG0189568	REDE DOM PEDRO DE POSTOS LTDA.	20.415.295/0026-22	48610.009037/2018-89
PR/RS0189551	SIM REDE DE POSTOS LTDA	07.473.735/0148-08	48610.012094/2018-45
PR/RS0189574	SIM REDE DE POSTOS LTDA	07.473.735/0156-18	48610.011816/2018-44
PR/GO0189575	WA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO EIRELI	07.048.926/0001-04	48610.012161/2018-21

MAURO MOTTA LAPORTE

DESPACHO Nº 1.274, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,com base no Art. 7°, IV, da Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, torna público o cancelamento, POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/ES0141183	AB COMBUSTIVEIS LTDA	14.016.094/0001-00	48610.008040/2013-71
PR/RS0167536	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS LUX LTDA	19.825.731/0001-02	48610.012128/2014-78
PR/RS0011580	A.F. COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	02.346.268/0002-96	48610.008648/2001-61
PR/PR0027074	AUTO POSTO ANALIPE LTDA	01.129.895/0001-21	48610.010922/2002-43
PR/ES0058297	AUTO POSTO BRUNA LTDA	09.465.497/0001-98	48610.007565/2008-21
PR/GO0084769	AUTO POSTO RIO CANA BRAVA LTDA.	11.775.689/0001-42	48610.009713/2010-67
PR/RS0032033	AUTO POSTO SOUZA REIS LTDA	94.846.912/0001-22	48610.003408/2003-32
PR/RS0012567	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS VILA ROSA LTDA	03.232.115/0001-08	48610.013914/2001-78
PR/SP0063734	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO	47.508.411/1414-85	48610.014786/2008-56
PR/RS0166068	EDIVAR BARBIERO - ME	20.132.476/0001-93	48610.010034/2014-64
PR/MA0006049	EMBRACO EMPRESA BRASILEIRA DE COMBUSTIVEIS LTDA	10.291.714/0001-50	48610.006378/2000-73
PR/PE0087749	GAPEL LTDA.	10.015.535/0010-80	48610.015025/2010-36
PR/ES0185828	GENYUS AUTO POSTO & SERVIÇOS LTDA.	06.999.246/0001-03	48610.002917/2005-18
PR/MG0008588	IRMAOS GURITA E SILVA COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	03.919.999/0001-65	48610.005435/2001-88
PR/MG0028339	MARCOS AUTO POSTO LTDA	19.543.099/0002-87	48610.012876/2002-17
PR/PE0095003	MT COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL LTDA.	11.835.934/0001-60	48610.006040/2011-74
PR/GO0060925	N. G. - 4 - PETROLEO E DERIVADOS LTDA	09.463.821/0001-39	48610.009439/2008-10
PR/MA0180532	PORTOS EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP	73.787.483/0006-02	48610.002610/2017-42
PR/RS0129122	POSTO DE COMBUSTIVEIS VICENTINA LTDA	15.749.817/0001-34	48610.000155/2013-17
PR/SC0009937	POSTO HASS LTDA	82.626.334/0001-30	48610.009469/2001-41
PR/MT0020985	PRETTO & PRETTO LTDA	24.744.302/0001-32	48610.002107/2002-19
PR/PR0183332	R. M. MACHADO E CIA LTDA	23.635.461/0001-36	48610.010944/2017-90
PR/SP0200103	V V C AUTO POSTO LTDA.	02.628.671/0001-27	48610.008506/2006-17
PR/RS0012977	VOLMIR ROSSETTO & CIA LTDA	03.412.307/0001-98	48610.009615/2001-39

MAURO MOTTA LAPORTE

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO

REFERENTE: Processo nº 48400-000.036/2018 - 44
INTERESSADO: Canarana Transmissora de Energia S.A.
ASSUNTO: Bloqueio de área para a implantação área de servidão da LT 230 kV Paranatinga/Canarana

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base na RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA nº 6.216 de 07 de Março de 2017, que Declara de utilidade pública, para instituição de servidão admirativa, em favor da Canarana Transmissora de Energia S.A. a área de terra necessária a passagem da LT 230 kV Paranatinga/Canarana, localizada no Estado do Mato Grosso, DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos, em uma área de 1.109,30 (mil cento e nove hectares e trinta ares), para a implantação da área de servidão da de servidão da LT 230 kV Paranatinga/Canarana, localizada no Estado do Mato Grosso, conforme memorial descritivo fl. 105, CD-ROM fl. 112 e despacho da folha 104 e 105, constante no processo 48400-000.036/2018 - 44.

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO

Referência: Processo DNPM nº 974.116/2010
Interessado: Corcovado Granitos Ltda.
Assunto: Recursos a procedimentos de cobranças.

Nos termos do PARECER TÉCNICO-67/2018/DIPAR/AMMN aprovado pelo Senhor Diretor de Procedimentos Arrecadatórios Substituto, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, NEGO-LHE PROVIMENTO por falta de comprovação documental e amparo legal que pudesse contribuir para a modificação da Notificação Fiscal de Lançamento de Débito para Pagamento - NFLDP.

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO

REFERENTE: Processo nº 48412-966.131/2017 - 92
INTERESSADO: HIDRELÉTRICA FOCKIN S.A
ASSUNTO: Bloqueio de área para a implantação da PCH Buriti

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base na RESOLUÇÃO Nº 163 de 30 de Maio de 2000, que autoriza a transferência para a empresa Hidrelétrica Fockink S.A, da autorização para exploração do potencial hidráulico denominado PCH Buriti, localizado no município de Sapezal, Estado do Mato Grosso, DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos, em uma área de 172,30 (cento e setenta e dois hectares e trinta ares), para a implantação da área de servidão da PCH Buriti, localizada no município de Sapezal, Estado do Mato Grosso, conforme memorial descritivo fl. 88, CD-ROM fl. 87 e despacho da folha 116 a 117, constante no processo 48412-966.131/2017 - 92.

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO

REFERENTE: Processo nº 48400-000.140/2017 - 58
INTERESSADO: XINGU RIO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A
ASSUNTO: Bloqueio de área para a implantação da LT CC 800 kV Xingu Terminal

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base na RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 5.863, de 31 de Maio de 2016, que declara de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da XINGU RIO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., de área de terra necessária á passagem da Linha de Transmissão 800 kV Xingu - Rio, em corrente continua, localizadas nos estados do Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro, DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos, em uma área de 925,83 (novecentos e vinte e cinco hectares e oitenta e tres ares) para a implantação da área de servidão da LT CC 800 kV Xingu Terminal, localizada no município de Paracambi, no Estado do Rio de Janeiro, conforme memorial descritivo fl. 283 a 297, CD-ROM fl. 384 e despacho da folha 279 a 297, constante no processo 48400-000.140/2017 - 58.

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO

Referência: Processo DNPM nº 973.172/2011
Interessado: Corcovado Granitos Ltda.
Assunto: Recursos a procedimentos de cobranças.

Nos termos do PARECER TÉCNICO-66/2018/DIPAR/AMMN aprovado pelo Senhor Diretor de Procedimentos Arrecadatórios Substituto, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, NEGO-LHE PROVIMENTO por falta de comprovação documental e amparo legal que pudesse contribuir para a modificação da Notificação Fiscal de Lançamento de Débito para Pagamento - NFLDP.

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO

Referência: Processo DNPM nº 974.200/2011
Interessado: Corcovado Granitos Ltda.
Assunto: Recursos a procedimentos de cobranças.

Nos termos do PARECER TÉCNICO-69/2018/DIPAR/AMMN aprovado pelo Senhor Diretor de Procedimentos Arrecadatórios Substituto, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, NEGO-LHE PROVIMENTO por falta de comprovação documental e amparo legal que pudesse contribuir para a modificação da Notificação Fiscal de Lançamento de Débito para Pagamento - NFLDP.

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO

Referência: Processo DNPM nº 974.201/2011
Interessado: Corcovado Granitos Ltda.
Assunto: Recursos a procedimentos de cobranças.

Nos termos do PARECER TÉCNICO-71/2018/DIPAR/AMMN aprovado pelo Senhor Diretor de Procedimentos Arrecadatórios Substituto, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, NEGO-LHE PROVIMENTO por falta de comprovação documental e amparo legal que pudesse contribuir para a modificação da Notificação Fiscal de Lançamento de Débito para Pagamento - NFLDP.

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO

REFERENTE: Processo nº 48400-000.240/2017 - 84
INTERESSADO: TRANSMISSORA JOSÉ MARIA DE MACEDO DE ELETRICIDADE S.A
ASSUNTO: Bloqueio de área para a implantação da Linha de Transmissão 500 kV Gilbués II - Ourolândia II

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base na RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA de 5.932 de 5 de Julho de 2016, que trata da declaração de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A., de área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 500 kV Gilbués II - Gentio do Ouro II, na RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA de 5.959 de 26 de Julho de 2016, que trata da declaração de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A., de área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 500 kV Gentio do Ouro II - Brotas de Macaúbas, e na RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA de 5.984 de 26 de Agosto de 2016, que trata da declaração de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A., de área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 500 kV Gentio do Ouro II - Ourolândia, localizadas no Estado da Bahia e Piauí, DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos, em uma área de 2.402,84 (dois mil quatrocentos e dois hectares e oitenta e quatro ares), uma área de 520,94 (quinhentos e vinte hectares e noventa e quatro ares), e uma área de 1.145,82 (mil cento e quarenta e cinco hectares e oitenta e dois ares) para a implantação da área de servidão das Linhas de Transmissão Linha de Transmissão 500 kV Gilbués II - Gentio do Ouro II, Linha de Transmissão 500 kV Gentio do Ouro II - Brotas de Macaúbas e Linha de Transmissão 500 kV Gentio do Ouro II - Ourolândia, localizadas no Estado da Bahia e Piauí, conforme memorial descritivo fl. 234 a 237, CD-ROM fl. 139 e despacho da folha 63 a 65, constante no processo 48400-000.240/2017 - 84.

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO

REFERENTE: Processo nº 48400-000.247/2018 - 87
INTERESSADO: RIALMA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A
ASSUNTO: Bloqueio de área para a implantação da LT 500 kV Campina Grande III - Pau Ferro

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base na RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.775, de 19 de Dezembro de 2017, que declara de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor de RIALMA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A, as terras atingidas pela LT 500 kV Campina Grande III - Pau Ferro C1, localizada nos Estados de Pernambuco e Paraíba, DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos, em uma área de 1.566,75 (mil quinhentos e sessenta e seis hectares e setenta e cinco ares), para a implantação da área de servidão da LT 500 kV Campina Grande III - Pau Ferro, localizada nos Estados de Pernambuco e Paraíba, conforme memorial descritivo fl. 52 e 55, CD-ROM fl. 37 e despacho da folha 60 a 64, constante no processo 48400-000.247/2018 - 87.

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO

Referência: Processo DNPM nº 972.626/2011
Interessado: Corcovado Granitos Ltda.
Assunto: Recurso CFEM

Nos termos do PARECER TÉCNICO Nº 63/2018/DIPAR/AMMN aprovado pelo Senhor Diretor de Procedimentos Arrecadatórios Substituto, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, ACATO PARCIALMENTE o item 4 do Parecer mencionado.

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO

Referência: Processo DNPM nº 972.627/2011
Interessado: Corcovado Granitos Ltda.
Assunto: Recursos a procedimentos de cobranças.

Nos termos do PARECER TÉCNICO-68/2018/DIPAR/AMMN aprovado pelo Senhor Diretor de Procedimentos Arrecadatórios Substituto, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, NEGO-LHE PROVIMENTO por falta de comprovação documental e amparo legal que pudesse contribuir para a modificação da Notificação Fiscal de Lançamento de Débito para Pagamento - NFLDP.

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO

Referência: Processo DNPM nº 972.629/2011
Interessado: Corcovado Granitos Ltda.
Assunto: Recursos a procedimentos de cobranças.

Nos termos do PARECER TÉCNICO-64/2018/DIPAR/AMMN aprovado pelo Senhor Diretor de Procedimentos Arrecadatórios Substituto, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, NEGO-LHE PROVIMENTO por falta de comprovação documental e amparo legal que pudesse contribuir para a modificação da Notificação Fiscal de Lançamento de Débito para Pagamento - NFLDP.

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO

REFERENTE: Processo nº 48400-001.726/2017 - 30
INTERESSADO: COMPANHIA ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF)
ASSUNTO: Bloqueio de área para a implantação da Linha de Transmissão 230 kV Pau Ferro - Santa Rita II

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base na RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA de 5.432 de 25 de Agosto de 2015, que trata da declaração de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da COMPANHIA ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF), de área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 230 kV Pau Ferro - Santa Rita II, localizadas nos Estados da Paraíba e Pernambuco, DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos, em uma área de 338,67 (trezentos e trinta e oito hectares e sessenta e sete ares), para a implantação da área de servidão da Linha de Transmissão 230 kV Pau Ferro - Santa Rita II, , localizada nos Estados da Paraíba e Pernambuco, conforme memorial descritivo fl. 79 a 81, CD-ROM fl. 82 e despacho da folha 63 a 65, constante no processo 48400-001.726/2017 - 30.

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO

REFERENTE: Processo nº 48410 - 900.740/2017 - 07
INTERESSADO: APODI I ENERGIA SPE S.A
ASSUNTO: Bloqueio de área para a implantação do Complexo Fotovoltaico Apodi

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base na PORTARIA Nº 196, de 25 de Maio de 2016, PORTARIA Nº 225, de 7 de Junho de 2016, PORTARIA Nº 226, de 7 de Junho de 2016 e PORTARIA Nº 227, de 7 de Junho de 2016, que autoriza as empresas Apodi I Energia SPE S.A, Apodi II Energia SPE S.A, Apodi III Energia SPE S.A e Apodi IV Energia SPE S.A, a estabelecerem-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração das Centrais Geradoras Fotovoltaicas denominadas UFV Apodi I, UFV Apodi II, UFV Apodi III e UFV Apodi IV, respectivamente, localizadas no Município de Quixeré, Estado do Ceará, **DETERMINO,** com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos, a área de terra de cerca de 856,15 (oitocentos e cinquenta e seis hectares e quinze ares), localizada no Município de Quixeré, Estado do Ceará, conforme memorial descritivo fl. 02, CD-ROM fl. 178 e **despacho da folha 05 a 12,** constante no processo 48410 - 900.740/2017 - 07.

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO

REFERENTE: Processo nº 48410-900.761/2017 - 14
INTERESSADO: LAVRAS GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA
ASSUNTO: Bloqueio de área para a implantação da USINA SOLAR FOTOVOLTAICA LAVRAS

De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA, com base no DESPACHO Nº 3.001, DESPACHO Nº 3.002, DESPACHO Nº 3.003, DESPACHO Nº 3.004, DESPACHO Nº 3.005, DESPACHO Nº 3.006, DESPACHO Nº 3.007, DESPACHO Nº 3.008 da AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, publicado no DOU de 21 de Setembro de 2017 onde Registra o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da USINA SOLAR FOTOVOLTAICA LAVRAS (1, 2, 3, 4, 5 6, e 8) de Titularidade da empresa Lavras Geração de Energia Elétrica Ltda., localizada no município de Caucaia, Estado do Ceará, DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos, em uma área de 489,49 (quatrocentos e oitenta e nove hectares e quarenta e nove ares), para a implantação da área de servidão da USINA SOLAR FOTOVOLTAICA LAVRAS, localizada no Estado do Ceará, conforme memorial descritivo fl. 135 e 136, CD-ROM fl. 156 e despacho da folha 157, constante no processo 48410-900.761/2017 - 14.

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 262/2018/DF

Fase de Concessão de Lavra

Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)

871.128/2003-OTTOMAR MINERAÇÃO LTDA- PORTARIA DE LAVRA Nº 84/2010- Cessionário:MINAS BAHIA MINERAÇÃO LTDA. ME- CNPJ 03.064.824/0001-13

872.093/2003-OTTOMAR MINERAÇÃO LTDA- PORTARIA DE LAVRA Nº 50/2011- Cessionário:MINAS BAHIA MINERAÇÃO LTDA. ME- CNPJ 03.064.824/0001-13

870.841/2013-SRM MINERAÇÃO LTDA ME- PORTARIA DE LAVRA Nº 93/2018- Cessionário:TNF MINERAÇÃO LTDA.- CNPJ 30.420.842/0001-63

Fase de Requerimento de Lavra

Autorizo a indisponibilidade dos direitos minerários(1811)

890.924/1994-GRANFALK GRANITOS LTDA ME- ALVARÁ DE PESQUISA N° 9169/2000

Autoriza a averbação dos atos de penhora de direitos minerarios(1934)

Exequente:ADM RESORTS ADMINISTRADORA DE HOTEIS E PARQUES LTDA- CPF ou CNPJ - DNPM 861.748/1994-JALINA THERMAS MINERAÇÃO LTDA- Requerimento de Concessão de Lavra N° 008423/2011

Fase de Autorização de Pesquisa

Autorizo o desbloqueio dos direitos minerários.(1812)

830.084/2013-CARLOS JOSÉ GONÇALVES- ALVARÁ DE PESQUISA N° 12.892/2015 - Bloqueado em 22/03/2016

833.027/2015-CARLOS JOSÉ GONÇALVES- ALVARÁ DE PESQUISA N° 1280/2016 - Bloqueado em 22/04/2016

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 263/2018/DF

Fase de Autorização de Pesquisa

Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)

840.339/2013-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO SERTÃO CENTAL- ALVARÁ N° 12.280 Publicado DOU de 16/10/2015- Onde se lê:''... numa área de 1863,19 ha...'', Leia-se:''... numa área de 976,06 ha...''

815.668/2016-CAMBIRELA EXT. COM. DE SÍLEX LTDA EPP-ALVARÁ N° 11.986 Publicado DOU de 09/11/2016- Onde se lê:''... numa área de 585,2 ha...'', Leia-se:''... numa área de 155,74 ha...''

815.211/2017-EVILAZIO LOCKS-ALVARÁ N° 5147 Publicado DOU de 27/06/2017- Onde se lê:''... numa área de 997,06ha...'', Leia-se:''... numa área de 947,34 ha...''

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAPÁ

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 54/2018/AP

Fase de Licenciamento

Declara a nulidade do Registro de Licença(1288)

858.108/2009-C. J. RAUBER ME- Registro de Licença N° 27/2010- Publicado no DOU de 08/12/2010

858.071/2013-FORTIFIX INDÚSTRIA, COMÉRCIO, EMPREENDIMENTOS & MINERAÇÃO LTDA- Registro de Licença N° 19/2013- Publicado no DOU de 20/12/2013

858.072/2013-FORTIFIX INDÚSTRIA, COMÉRCIO, EMPREENDIMENTOS & MINERAÇÃO LTDA- Registro de Licença N° 4/2014- Publicado no DOU de 20/02/2014

GEORGE MORAIS DE SOUZA
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 198/2018/BA

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
870.310/1990-GERALDO JOSÉ SOBREIRA DUARTE
870.860/1991-SÉRGIO LAMOUNIER
871.021/1991-SÉRGIO LAMOUNIER
870.007/2001-AMMMIL MINERACAO S/A.
870.181/2001-MARCELO DE CARVALHO MACHADO
870.310/2001-ORESTES CAMPOS DELL´ORTO
870.322/2001-ORESTES CAMPOS DELL´ORTO
870.613/2001-BRAZ SCARAMUSSA FILHO
870.928/2001-GISLAN COSTA DE ANDRADE
870.483/2002-MINERAÇÃO CORCOVADO DO SUDESTE LTDA
871.002/2002-DORKING BRASIL LTDA.
871.280/2002-BRÁS CLEBER ZÓBOLI
871.281/2002-BRÁS CLEBER ZÓBOLI
871.282/2002-BRÁS CLEBER ZÓBOLI
871.286/2002-BRÁS CLEBER ZÓBOLI
871.362/2002-JOSÉ VITORIO MARINATO
871.540/2002-BRÁS CLEBER ZÓBOLI
871.570/2002-BRÁS CLEBER ZÓBOLI
871.571/2002-BRÁS CLEBER ZÓBOLI
871.738/2005-RONAN FRANCO
870.257/2006-ERILDO FAVARATO
872.400/2006-JORGE LUIZ BODOUR DANIELIAN
870.402/2007-IMETAME PEDRAS NATURAIS LTDA
870.372/2012-G & M GEOLOGY AND MINING LTDA ME
871.523/2012-RIBRITA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA
870.550/2013-GRANITOS GAZEMAR LTDA
871.943/2013-MARCOS JOSE BOMFIM DOS SANTOS
871.974/2013-MARCOS JOSE BOMFIM DOS SANTOS
870.147/2014-JN MINERAÇÃO E TERRAPLENAGENS LTDA-ME
871.949/2014-MICHELLE GAMA BEZERRA LIMA
871.806/2015-EMILIA CLAUDIA BORGES NEGRAO
871.271/2017-EDMILSON FELICIANO DOS SANTOS
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
870.013/2001-MARCELO DE CARVALHO MACHADO
871.954/2017-H.C. DE MATOS & CIA LTDA EPP
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
872.480/2016-ABDIAS CORREIA DE LIMA-OF. N°1708/2018
870.311/2017-AGHIDROS COMÉRCIO DE AGUA MINERAL LTDA-OF. N°1707/2018
871.731/2017-COSTA SILVA COMERCIO DE TIJOLOS LTDA EPP-OF. N°
871.735/2017-FIBREGLASS COMERCIAL IMPORTADORA LTDA ME-OF. N°1710/2018 e 3385/2018
872.218/2017-MINERAÇÃO POR DO SOLL EIRELI EPP-OF. N°3428/2018
872.218/2017-MINERAÇÃO POR DO SOLL EIRELI EPP-OF. N°3428/2018
870.209/2018-NORWIND ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA ME-OF. N°
870.210/2018-NORWIND ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA ME-OF. N°
870.211/2018-NORWIND ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA ME-OF. N°
870.212/2018-NORWIND ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA ME-OF. N°
870.213/2018-NORWIND ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA ME-OF. N°
870.230/2018-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°
870.231/2018-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°
870.442/2018-RILDO MENDES DE ALMEIDA-OF. N°
870.609/2018-FABRICIO DE PAULA FRICKS-OF. N°
870.630/2018-RILDO MENDES DE ALMEIDA-OF. N°
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
871.116/2018-RAIMUNDO TIBÉRIO LIMA GONDIM
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
870.527/2008-INGO GUSTAV WENDER
871.148/2018-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.
Indefere de Plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(166)
870.254/2018-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.
870.437/2018-SANTA HELOISA MINERAÇÃO LTDA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa(170)
871.454/2017-JULIO CESAR BIBIANO PEREIRA
Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
871.893/2017-FLAVIA CRISTINA WILKE ALVES -Alvará N°1319/05/03/2018
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina arquivamento definitivo do processo(565)
870.972/2018-ELISANGELA LEAL VITÓRIA
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
872.014/2012-JOSÉ ALVES DE SOUZA- Registro de Licença N° 008/2014 - Vencimento em 18/05/2021
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
870.195/2003-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA
Superintendente
Substituto

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 200/2018/BA

Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1669)
870.383/2018-GIVANILDO DA SILVA PIMENTEL ME- DOU de 24/10/2018

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 147/2018/CE

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Francisco Augusto Salvato 17737710604 me - 800466/17

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 113/2018/MA

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
806.179/2014-RAIMUNDO NONATO CARNEIRO SOBRINHO-OF. N°1.141/2018
806.119/2017-MÁRIO COLLADO AMADOR-OF. N°1.144/2018
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
806.129/2016-MINERADORA BELAS AGUAS LTDA EPP
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
800.091/1985-MCT MINERAÇÃO LTDA
806.108/2003-MCT MINERAÇÃO LTDA
806.064/2006-MCT MINERAÇÃO LTDA
806.166/2007-MCT MINERAÇÃO LTDA
806.109/2008-MCT MINERAÇÃO LTDA
806.253/2009-MCT MINERAÇÃO LTDA
806.702/2010-MCT MINERAÇÃO LTDA
806.706/2010-MCT MINERAÇÃO LTDA
806.219/2013-MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA.
806.025/2014-EJOVEL CONTRUÇÃO, ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA
806.156/2014-MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA.
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
806.201/2009-JAZIDA MONTEIRO LIMA EIRELI.-OF. N°1.303/2018 que reitera os ofícios nº 1408/2013, 1409/2013, 1452/2013, 001/2015, 002/2015 e 323/2016
806.201/2009-JAZIDA MONTEIRO LIMA EIRELI.-OF. N°1.302/2018
806.033/2010-CERÂMICA MAGALHENSE LTDA-OF. N°1.247/2018 que reitera o ofício nº 149/2018
806.033/2010-CERÂMICA MAGALHENSE LTDA-OF. N°1.246/2018
806.066/2014-LUIS CARLOS DE AGUIAR CÂNDIDO-OF. N°1.252/2018
806.100/2014-MARIDETE COELHO LIMA-OF. N°1.249/2018
806.120/2014-GREGÓRIO BISPO NEVES-OF. N°1.243/2018
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
806.012/2002-CERAMICA MARAN LTDA- Registro de Licença N° 009/2002 - Vencimento em 10/07/2021
Despacho publicado(756)
806.140/2015-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-Não conhece o recurso contra o Auto de Advertência nº 49/2018, haja vista a sua intempestividade.
806.101/2016-CONSTRUBRITO MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA-Não conhece o pedido de prorrogação do Registro de Licença n° 07/2018/SUP/DNPM/MA
Determina arquivamento do Auto de Infração(762)
806.161/2013-WILSON ALMEIDA BARBOSA- AI N°483/2017
806.059/2014-MINERAÇÃO JM LTDA- AI N°487/2017
806.066/2014-LUIS CARLOS DE AGUIAR CÂNDIDO- AI N°434/2017
Auto de Infração Advertência lavrado/ prazo para defesa 30 dias(1179)
806.201/2009-JAZIDA MONTEIRO LIMA EIRELI.- AI N° Auto de Advertência nº 114 a 118/2018
806.033/2010-CERÂMICA MAGALHENSE LTDA- AI N° 97 e 98/2018
806.066/2014-LUIS CARLOS DE AGUIAR CÂNDIDO- AI N° Auto de Advertência nº 106 a 113/2018
806.100/2014-MARIDETE COELHO LIMA- AI N° Auto de Advertência nº 99 a 105/2018
Instaura processo administrativo de cassação do Registro de licença/Prazo para defesa 30 dias.(1287)
806.059/2014-MINERAÇÃO JM LTDA- NOT Nº1.318/2018
Determina arquivamento Auto de Infração - RAL(1709)
806.161/2013-WILSON ALMEIDA BARBOSA- AI N°480 a 482/2017
806.059/2014-MINERAÇÃO JM LTDA- AI N°484 a 486/2017
806.069/2014-BENTA DE JESUS GALVÃO- AI N°447 e 448/2017
806.100/2014-MARIDETE COELHO LIMA- AI N°444/2017
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
806.286/2012-EDECONSIL MINERADORA LTDA-OF. N°1.112 a 1.114/2018
Determina o arquivamento imposição de multa(1810)
806.161/2013-WILSON ALMEIDA BARBOSA- DOU de 09/04/2018
806.059/2014-MINERAÇÃO JM LTDA- DOU de 13/07/2018
806.066/2014-LUIS CARLOS DE AGUIAR CÂNDIDO- DOU de 09/04/2018
806.069/2014-BENTA DE JESUS GALVÃO- DOU de 02/05/2018
806.100/2014-MARIDETE COELHO LIMA- DOU de 09/04/2018
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
806.103/2017-COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS CERAMICOS SÃO LUIS LTDA ME-OF. N°1.313/2018
806.026/2018-SLC AGRÍCOLA S.A.-OF. N°1.314/2018
806.027/2018-SLC AGRÍCOLA S.A.-OF. N°1.314/2018
806.073/2018-PIPES EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°1.307/2018
806.080/2018-F S SOARES BARROS E CIA LTDA.-OF. N°1.315/2018
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
806.059/2017-RAIMUNDO NONATO CARNEIRO SOBRINHO-OF. N°1.308/2018
806.093/2017-GABRIEL LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. EPP-OF. N°1.310/2018
806.117/2017-ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA BARROS-OF. N°1.309/2018
806.126/2017-MINERADORA PALMEIRAL LTDA-OF. N°1.312/2018
806.002/2018-SANTA FÉ PRODUTOS CERÂMICOS LTDA ME-OF. N°1.311/2018
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
806.229/2013-OZANILDO GUTERRES DE ABREU
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
806.124/2015-J A S TENORIO
806.001/2018-SANTA FÉ PRODUTOS CERÂMICOS LTDA ME
806.070/2018-ILDERICO ATAIDES ALVES

ARNALDO MARTINHO COSTA DA COSTA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 114/2018/MA

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Águas da Chapada Maranhense Ltda - 806010/17 - A.I. 158/18
Bau Mineração s a - 806104/16 - A.I. 155/18
Britafort Extração Industria e Comercio de Minerios Ltda - 806087/17 - A.I. 164/18
Cortez Engenharia Ltda - 806104/17 - A.I. 165/18
Eridam Lima de Oliveira - 806002/17 - A.I. 157/18
Figueiredo Envasadora de Bebidas Ltda - 806043/17 - A.I. 162/18, 806045/17 - A.I. 163/18
Geobem - Consultoria e Projetos Ltda - 806040/17 - A.I. 161/18
Granja Ceres Agropecuária Indústria e Comércio Ltda - 806066/13 - A.I. 151/18, 806067/13 - A.I. 152/18
João de Sousa Silva Filho - 806123/16 - A.I. 156/18
Manancial Mineração e Empreendimentos Agrícolas LTDA. - 806072/16 - A.I. 153/18
Moderna Mineração Ltda - 806128/17 - A.I. 166/18
Pedro Álvaro Alves de Sousa - 806083/16 - A.I. 154/18
Projetos Geológicos Ltda - 806017/17 - A.I. 159/18
Winn Aguas Envasadas Ltda Epp - 806039/17 - A.I. 160/18

ARNALDO MARTINHO COSTA DA COSTA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 120/2018/MT

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
866.740/2018-TRANSTERRA MINERAÇÃO E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI EPP
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
866.157/2018-SOLUS MINERAÇÃO E COMÉRCIO S A
866.232/2018-MARGARETH KRAUSE
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
866.648/2018-JOÃO BROGGI JÚNIOR-OF. N°586/2018
866.672/2018-MINERACAO DASSA LTDA - ME-OF. N°585/2018
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
866.577/2018-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
866.582/2018-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
866.583/2018-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
866.584/2018-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
866.585/2018-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
866.586/2018-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
Defere pedido de reconsideração(182)
869.959/1997-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
866.325/2011-MOISÉS SACHETTI-OF. N°279/2018-Fis
866.107/2013-MOISÉS SACHETTI-OF. N°279/2018-Fis
Fase de Concessão de Lavra
Determina a desinterdição da lavra(444)
861.809/1979-EUROMAQUINAS MINERAÇÃO, LOCAÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA EPP- N° do Termo de desinterdição:07/2018, de 11/10/2018
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
866.061/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE - PLG N°30/2018 de 05/10/2018 - Prazo 02 anos
Fase de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(530)
867.052/2012-ATÍLIO MAGRINI NETO-OF. N°1141/2018-SR
Nega provimento ao recurso interposto(1262)
866.870/2005-VALDINEI MAURO DE SOUZA
866.871/2005-VALDINEI MAURO DE SOUZA
866.041/2006-VALDINEI MAURO DE SOUZA
866.310/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA
866.311/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA
866.312/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA
866.313/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA
866.314/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA
866.315/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA
866.316/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA
866.317/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA
866.318/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA
866.319/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA
866.872/2010-VALDINEI MAURO DE SOUZA
866.873/2010-VALDINEI MAURO DE SOUZA
866.874/2010-VALDINEI MAURO DE SOUZA
866.875/2010-VALDINEI MAURO DE SOUZA
866.876/2010-VALDINEI MAURO DE SOUZA
866.877/2010-VALDINEI MAURO DE SOUZA
866.878/2010-VALDINEI MAURO DE SOUZA
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1715)
866.870/2005-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°201/2018
866.871/2005-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°202/2018
866.041/2006-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°200/2018
866.310/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°203/2018
866.311/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°204/2018
866.312/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°205/2018
866.313/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°206/2018
866.314/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°207/2018
866.315/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°208/2018
866.316/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°209/2018
866.317/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°210/2018
866.318/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°211/2018
866.319/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°212/2018
866.872/2010-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°214/2018
866.873/2010-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°215/2018
866.874/2010-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°216/2018
866.875/2010-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°217/2018
866.876/2010-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°218/2018
866.877/2010-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°219/2018
866.878/2010-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°220/2018
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
866.253/2014-MARCIO NASCIMENTO
866.254/2014-MARCIO NASCIMENTO
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
866.879/2018-AGROPECUÁRIA MAGGI LTDA.

SERAFIM CARVALHO MELO
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 121/2018/MT

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
869.959/1997-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- DOU de 10/08/2018
Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito prorrogação do prazo do alvará de pesquisa(195)
866.440/2010-SERRA DA BORDA MINERAÇÃO E METALURGIA S.A- DOU de 30/10/2018
Retificação de despacho(1387)
866.440/2010-SERRA DA BORDA MINERAÇÃO E METALURGIA S.A - Publicado DOU de 30/10/2018, Relação n° 115/2018, Seção 1, pág. 67- Onde se lê: "... Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(3.25) - 866.440/2010 - Serra da Borda Mineração e Metalurgia S/A -Alvará nº 10404/2013..." - Leia-se:"... Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(3.25) - 866.490/2010 - Cooperativa de Desenvolvimentos Minerais de Poconé Ltda -Alvará nº 10404/2013..."
Fase de Lavra Garimpeira
Torna sem efeito Auto de Infração - RAL(1700)
866.499/2012-ALAIN STEPHANE RIVIERE MINERACAO- AI N°579/2018

SERAFIM CARVALHO MELO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 99/2018/PB

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
846.174/2018-ECOCIL EMPRESA DE CONSTRUCOES CIVIS LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
846.076/2018-MINERAÇÃO FLORENTINO LTDA-OF. N°1373/2018
846.077/2018-MINERAÇÃO FLORENTINO LTDA-OF. N°1372/2018
846.122/2018-ZENIZE CAVALCANTI MEIRA-OF. N°1383/2018
846.163/2018-FRANCISCO ALENCAR DE MEDEIROS NETO-OF. N°1379/2018
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
846.085/2018-DM MINERADORA DE PEDRAS LTDA ME-OF. N°1238/2018
Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
846.175/2015-EDK MINERAÇÃO LTDA.- Área de 490,0 para 252,87-calcario
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
846.154/2016-CH MINERAÇÃO E COMERCIO DE MINÉRIOS LTDA
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
846.434/2007-S T ROCHAS BRASILEIRAS LTDA-OF. N°1380/2018
846.235/2016-IMERYS DO BRASIL COMÉRCIO DE EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.-OF. N°1382/2018
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
846.077/2009-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1604/2018-180 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
846.413/2007-MIBRA MINÉRIOS LTDA.-OF. N°1369/2018
846.163/2011-USINA CENTRAL OLHO D'AGUA-OF. N°1368/2018
846.127/2012-MINERAÇÃO JARAMATAIA LTDA-OF. N°1381/2018
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
846.031/2018-GUILHERME AUGUSTO FIGUEIREDO DE ALMEIDA EIRELI ME-Registro de Licença N° 493/2018 - Vencimento em 21/03/2021
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
846.217/2017-CLEMENS SOBRAL DE ANDRADE SILVA
846.218/2017-CLEMENS SOBRAL DE ANDRADE SILVA
846.154/2018-A&C SERVIÇOS E TRANSPORTES EIRELI ME
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
846.172/2018-ANTÔNIO TEODÓSIO NETO ME
Fase de Licenciamento
Homologa renúncia do Registro de Licença(784)
846.214/2014-JULIANA CASTELO BRANCO DE MELO COSTA

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 73/2018/PR

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
826.443/2011-EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA-OF. N°1021/2018
826.726/2012-CARLOS KOLTUN-OF. N°1038/2018
826.330/2015-ROYALE RENTAL SERVIÇOS LTDA.EPP-OF. N°1025/2018
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
826.396/2015-NICODEMUS RODRIGUES DE PAULA SOBRINHO-Areia
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
826.186/2007-IRMÃOS FERRACINI LTDA
826.203/2011-ADÃO GULAK
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.303/2007-J.F MINERADORA LTDA-OF. N°1040/2018
826.664/2015-HOBI S A MINERAÇÃO DE AREIA E CONCRETO-OF. N°1039/2018
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
826.560/2009-MINERAÇÃO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS LTDA ME-IBAITI/PR - Guia n° 46/2018-50.000ton/ano-Diabásio- Validade:20/04/2020

HUDSON CALEFE
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 81/2018/PE

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Mjb IND. de Bebidas e Plastico Ltda me Cpf/cnpj :16.682.796/0001-40 - Processo minerário: 840046/99 - Processo de cobrança: 940217/18 Valor: R$.170.658,35

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 84/2018/PE

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Mjb IND. de Bebidas e Plastico Ltda me Cpf/cnpj :16.682.796/0001-40 - Processo minerário: 840046/99 - Processo de cobrança: 940217/18 Valor: R$.170.658,35

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 85/2018/PE

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Bruna da Conceição Gonçalves - 840534/17, 840535/17

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 86/2018/PE

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Kleiton Dellehon Arcoverde Dos Santos - 840019/17 - Not.105/2018 - R$ 184,82

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 87/2018/PE

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Kleiton Dellehon Arcoverde Dos Santos - 840019/17 - Not.106/2018 - R$ 3.731,30

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 88/2018/PE

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
840.119/2014-SAINT GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA.-OF. N°664/2018
840.120/2014-SAINT GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA.-OF. N°664/2018
840.068/2015-ANDRE LOURENÇO DA SILVA-OF. N°650/2018
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
840.304/2012-MINERPAV MINERADORA LTDA.-Saibro
840.202/2013-FABIO COUTINHO MARANHÃO DIAS-Água Mineral
840.223/2014-CERVEJARIA PETROPOLIS DE PERNAMBUCO LTDA-Água Mineral
840.224/2014-CERVEJARIA PETROPOLIS DE PERNAMBUCO LTDA-Água Mineral
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
840.487/2013-FRANCO WEBER
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
840.431/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°12.193/2015
840.432/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°12.152/2015
840.450/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°12.159/2015
840.739/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°12.199/2015
840.741/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°12.201/2015
840.742/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°12.166/2015
840.744/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°12.202/2015
840.083/2015-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°12.245/2015
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
840.043/2015-SOLUS MINERAÇÃO E COMÉRCIO S A-ALVARÁ N°3.889/2015
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1726)
840.452/2012-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-OF. N°221.44.009/2018
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
840.157/2004-GESSO INTEGRAL LTDA-OF. N°678/2018
840.780/2012-SARMENTO & COUTINHO ENVASAMENTO DE ÁGUA MINERAL LTDA-OF. N°671/2018
840.817/2012-SOLUS MINERAÇÃO E COMÉRCIO S A-OF. N°658/2018
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
840.077/2001-VMB MINERAÇÃO LTDA EPP-OURICURI/PE - Guia n° 14/2018-20.000ton-Gipsita- Validade:13/07/2019
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
840.508/2010-ITAIPAVA S A-OF. N°629/2018
840.128/2013-SÃO FRANCISCO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°679/2018
840.232/2013-UNIÃO BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°654/2018
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
840.305/1992-TORRES & PEDROSA COMÉRCIO DE ÁGUAS MINERAIS LTDA ME-Fonte Marília II, Frisabor - 295 ml e 500ml sem gás, 500ml com gás. Fonte Mumbeca II, Frisabor - 295 ml e 500ml sem gás- RECIFE/PE
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
812.867/1972-AGUA MINERAL SÃO LUIZ LTDA.-OF. N°661/2018
840.085/1998-AGUAS DE SÃO FRANCISCO LTDA-OF. N°667/2018
840.060/1999-INDUSTRIAL ÁGUA BONITO LTDA ME-OF. N°602/2018
840.494/2007-EXTRAMIX BRITAGEM LTDA-OF. N°659/2018
840.494/2007-EXTRAMIX BRITAGEM LTDA-OF. N°659/2018
940.452/2012-LAFARGEHOLCIM (BRASIL) S.A.-OF. N°221.44.006/2018
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1728)
840.128/1994-GUARANY SIDERURGIA E MINERAÇÃO S.A.-OF. N°221.44.007/2018
940.259/2006-MINERIOS DE BOM JARDIM S A-OF. N°221.44.010/2018
Fase de Disponibilidade
No julgamento dos proponentes para área em disponibilidade, DECLARO habilitados:(2086)
840.222/2009- MGL Mineração Guararapes Ltda; COPACEL Indústria e Comércio de Calcário e Cereais Ltda
840.824/2012- Risley Nacimento Sena ME
No julgamento dos proponentes para área em disponibilidade, DECLARO inabilitados:(2087)
840.824/2012- Mineralli Mineração Ltda ME

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Superintendente
Substituto

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 187, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018

A SECRETÁRIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48402.820838/1993, resolve:

Art. 1° Outorgar à Saint Gobain do Brasil Produtos Industriais e Para Construção Ltda., concessão para lavrar Areia Quartzosa, no Município de Bofete, Estado de São Paulo, numa área de 352,31 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 23°12'03,393''S/48°19'57,616''W; 23°12'22,474''S/48°19'57,616''W; 23°12'22,474''S/48°20'01,862''W; 23°12'19,097''S/48°20'01,862''W; 23°12'19,097''S/48°20'19,446''W; 23°12'51,603''S/48°20'19,447''W; 23°12'51,603''S/48°20'15,201''W; 23°12'54,980''S/48°20'15,201''W; 23°12'54,976''S/48°21'00,922''W; 23°12'45,224''S/48°21'00,921''W; 23°12'45,222''S/48°21'22,023''W; 23°12'12,715''S/48°21'22,017''W; 23°12'12,718''S/48°21'00,917''W; 23°11'49,963''S/48°21'00,914''W; 23°11'49,967''S/48°19'59,040''W; 23°12'03,393''S/48°19'59,041''W; 23°12'03,393''S/48°19'57,616''W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 23°12'03,393''S e Long. 48°19'57,616''W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 587,0m-S; 120,8m-W; 103,9m-N; 500,0m-W; 1000,0m-S; 120,7m-E; 103,9m-S; 1300,0m-W; 300,0m-N; 600,0m-W; 1000,0m-N; 600,0m-E; 700,0m-N; 1759,5m-E; 413,0m-S; 40,5m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

MARIA JOSÉ GAZZI SALUM

PORTARIA Nº 188, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018

A SECRETÁRIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, e do art. 2º, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º, 43, 47, 63, § 2º e 65, alínea "a", do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48411.810180/1979, resolve:

Art. 1º declarar a Caducidade da Concessão de Lavra outorgada pela Portaria nº 302, de 6 de março de 1987, publicada no D.O.U de 11 de março de 1987, que autorizou a empresa Mineração Dadam Ltda., a lavrar Argila, no Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina, numa área de 103,62 hectares, cuja delimitação consta no Processo DNPM nº 48411.810180/1979.

Art. 2º Caberá à Agência Nacional de Mineração - ANM adotar as providências decorrentes da declaração de Caducidade da Concessão de Lavra de que trata o art. 1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.99)

MARIA JOSÉ GAZZI SALUM

PORTARIA Nº 189, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018

A SECRETÁRIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48402.820736/2008, resolve:

Art. 1° Outorgar à Votorantim Cimentos Brasil S. A., concessão para lavrar Filito, no Município de Votorantim, Estado de São Paulo, numa área de 716,14 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 23°33'29,688''S/47°25'29,276''W; 23°34'13,821''S/47°25'29,279''W; 23°34'13,821''S/47°25'29,163''W; 23°34'18,438''S/47°25'29,163''W; 23°34'18,438''S/47°24'52,916''W; 23°33'55,704''S/47°24'52,916''W; 23°33'55,704''S/47°24'48,479''W; 23°34'24,104''S/47°24'38,185''W; 23°34'31,313''S/47°24'47,732''W; 23°35'04,462''S/47°26'03,689''W; 23°35'16,891''S/47°26'20,896''W; 23°35'16,891''S/47°26'32,641''W; 23°35'04,204''S/47°26'32,641''W; 23°34'40,364''S/47°26'32,641''W; 23°34'40,364''S/47°26'32,282''W; 23°34'41,892''S/47°26'32,282''W; 23°34'41,892''S/47°26'31,577''W; 23°34'42,704''S/47°26'31,577''W; 23°34'42,704''S/47°26'29,461''W; 23°34'41,892''S/47°26'29,461''W; 23°34'41,892''S/47°26'27,697''W; 23°34'41,274''S/47°26'27,697''W; 23°34'41,274''S/47°26'26,428''W; 23°34'40,396''S/47°26'26,428''W; 23°34'40,396''S/47°26'24,559''W; 23°34'38,641''S/47°26'24,559''W; 23°34'38,641''S/47°26'26,675''W; 23°34'37,894''S/47°26'26,675''W; 23°34'37,894''S/47°26'28,367''W; 23°34'37,276''S/47°26'28,367''W; 23°34'37,276''S/47°26'29,954''W; 23°34'36,691''S/47°26'29,954''W; 23°34'36,691''S/47°26'32,641''W; 23°34'28,158''S/47°26'32,641''W; 23°34'28,158''S/47°27'04,347''W; 23°33'52,416''S/47°27'04,347''W; 23°33'52,416''S/47°26'29,082''W; 23°33'29,688''S/47°26'29,082''W; 23°33'29,688''S/47°25'29,276''W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 23°33'29,688''S e Long. 47°25'29,276''W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1357,7m-SW 00°00'13''673; 3,3m-NE 90°00'00''000; 142,0m-SW 00°00'00''000; 1027,9m-SE 89°59'51''973; 699,4m-NE 00°00'14''746; 125,8m-SE 89°59'43''608; 921,2m-SE 18°28'14''685; 350,0m-SW 50°40'48''254; 2383,0m-SW 64°39'47''156; 619,9m-SW 51°54'31''711; 333,0m-SW 89°59'35''226; 390,3m-NW 00°00'21''139; 733,4m-NW 00°00'25''311; 10,2m-NE 90°00'00''000; 47,0m-SE 00°00'43''886; 20,0m-NE 90°00'00''000; 25,0m-SW 00°00'00''000; 60,0m-NE 89°59'25''623; 25,0m-NE 00°00'00''000; 50,0m-NE 89°59'18''747; 19,0m-NW 00°01'48''560; 36,0m-NE 90°00'00''000; 27,0m-NE 00°00'00''000; 53,0m-NE 89°59'21''082; 54,0m-NE 00°00'00''000; 60,0m-SW 89°59'25''623; 23,0m-NW 00°01'29''680; 48,0m-SW 89°59'17''028; 19,0m-NE 00°00'00''000; 45,0m-SW 90°00'00''000; 18,0m-NE 00°00'00''000; 76,2m-SW 89°59'32''924; 262,5m-NW 00°00'31''430; 899,1m-SW 89°59'30''176; 1099,6m-NW 00°00'35''641; 1000,1m-NE 89°59'31''125; 699,2m-NW 00°00'23''599; 1696,1m-NE 89°59'49''055.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

MARIA JOSÉ GAZZI SALUM

PORTARIA Nº 190, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018

A SECRETÁRIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48403.830036/1981, resolve:

Art. 1° Outorgar à Mineração Belocal Ltda., concessão para lavrar Calcário, no Município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais, numa área de 65,76 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 19°31'43,124''S / 44°06'05,784''W; 19°32'13,636''S/44°06'05,783''W; 19°32'13,636''S/44°06'40,085''W; 19°31'49,668''S/44°06'40,084''W; 19°32'03,312''S/44°06'28,976''W; 19°31'53,376''S/44°06'15,400''W; 19°31'53,330''S/44°06'15,437''W; 19°31'53,295''S/44°06'15,390''W; 19°31'43,123''S/44°06'23,673''W; 19°31'43,124''S/44°06'05,784''W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 19°31'43,124''S e Long. 44°06'05,784''W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 938,3m-SE 00°00'06''595; 1000,0m-SW 89°59'55''875; 737,0m-NW 00°00'05''597; 530,0m-SE 37°40'06''181; 500,0m-NE 52°19'55''399; 1,8m-NW 37°34'06''931; 1,7m-NE 52°28'17''613; 395,2m-NW 37°40'11''025; 521,5m-NE 90°00'00''000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

MARIA JOSÉ GAZZI SALUM

PORTARIA Nº 191, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

A SECRETÁRIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48403.830640/1990, resolve:

Art. 1° Outorgar à Mineração Belocal Ltda., concessão para lavrar Calcário, no Município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais, numa área de 6,38 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 19°32'03,087''S/44°05'48,322''W; 19°32'11,686''S/44°05'48,322''W; 19°32'11,686''S/44°05'56,520''W; 19°32'10,873''S/44°05'56,520''W; 19°32'10,873''S/44°06'00,808''W;

19°32'05,363''S/44°06'00,808''W; 19°32'05,363''S/44°06'00,088''W;
19°32'06,385''S/44°06'00,088''W; 19°32'06,385''S/44°06'00,012''W;
19°32'06,403''S/44°06'00,012''W; 19°32'06,404''S/44°05'59,059''W;
19°32'07,621''S/44°05'59,059''W; 19°32'07,621''S/44°05'58,983''W;
19°32'07,639''S/44°05'58,983''W; 19°32'07,639''S/44°05'56,925''W;
19°32'06,404''S/44°05'56,925''W; 19°32'06,404''S/44°05'55,896''W;
19°32'05,688''S/44°05'55,896''W; 19°32'05,689''S/44°05'51,094''W;
19°32'04,388''S/44°05'51,094''W; 19°32'04,388''S/44°05'49,516''W;
19°32'03,087''S/44°05'49,516''W; 19°32'03,087''S/44°05'48,322''W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 19°32'03,087''S e Long. 44°05'48,322''W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 264,4m-S; 239,0m-W; 25,0m-N; 125,0m-W; 169,4m-N; 21,0m-E; 31,4m-S; 2,2m-E; 0,6m-S; 27,8m-E; 37,4m-S; 2,2m-E; 0,6m-S; 60,0m-E; 38,0m-N; 30,0m-E; 22,0m-N; 140,0m-E; 40,0m-N; 46,0m-E; 40,0m-N; 34,8m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

MARIA JOSÉ GAZZI SALUM

PORTARIA Nº 192, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

A SECRETÁRIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48403.833076/1992, resolve:

Art. 1° Outorgar à Mineração Belocal Ltda., concessão para lavrar Calcário, nos Municípios de Capim Branco e Matozinhos, Estado de Minas Gerais, numa área de 325,60 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 19°31'46,923''S/44°06'41,548''W;
19°31'48,419''S/44°06'41,548''W; 19°31'48,419''S/44°06'41,102''W;
19°31'49,720''S/44°06'41,102''W; 19°31'49,720''S/44°06'40,084''W;
19°32'13,636''S/44°06'40,085''W; 19°32'13,636''S/44°06'40,073''W;
19°32'13,688''S/44°06'40,073''W; 19°32'13,687''S/44°06'05,771''W;
19°32'00,776''S/44°06'05,772''W; 19°32'00,776''S/44°06'03,027''W;
19°32'00,810''S/44°06'03,027''W; 19°32'00,810''S/44°06'03,099''W;
19°32'03,086''S/44°06'03,099''W; 19°32'03,086''S/44°06'03,027''W;
19°32'03,118''S/44°06'03,027''W; 19°32'03,117''S/44°06'02,070''W;
19°32'04,387''S/44°06'02,070''W; 19°32'04,387''S/44°06'01,998''W;
19°32'04,418''S/44°06'01,998''W; 19°32'04,418''S/44°06'01,041''W;
19°32'05,363''S/44°06'01,041''W; 19°32'05,363''S/44°06'00,969''W;
19°32'05,394''S/44°06'00,969''W; 19°32'05,394''S/44°06'00,808''W;
19°32'10,873''S/44°06'00,808''W; 19°32'10,873''S/44°06'00,797''W;
19°32'10,922''S/44°06'00,797''W; 19°32'10,922''S/44°05'56,520''W;
19°32'11,686''S/44°05'56,520''W; 19°32'11,686''S/44°05'56,509''W;
19°32'11,735''S/44°05'56,509''W; 19°32'11,735''S/44°05'52,908''W;
19°32'40,646''S/44°05'52,905''W; 19°32'40,648''S/44°06'45,013''W;
19°32'33,298''S/44°06'45,013''W; 19°32'33,297''S/44°07'25,102''W;
19°31'38,076''S/44°07'25,103''W; 19°31'38,077''S/44°07'18,904''W;
19°31'43,082''S/44°07'18,904''W; 19°31'43,082''S/44°07'18,867''W;
19°31'43,118''S/44°07'18,867''W; 19°31'43,118''S/44°07'09,023''W;
19°31'44,516''S/44°07'09,023''W; 19°31'44,517''S/44°06'38,084''W;
19°31'45,255''S/44°06'38,084''W; 19°31'45,297''S/44°06'38,142''W;
19°31'45,297''S/44°06'38,976''W; 19°31'45,908''S/44°06'38,976''W;
19°31'45,948''S/44°06'39,030''W; 19°31'45,948''S/44°06'40,348''W;
19°31'46,912''S/44°06'40,348''W; 19°31'46,923''S/44°06'40,363''W;
19°31'46,923''S/44°06'41,548''W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 19°31'46,923''S e Long. 44°06'41,548''W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 46,0m-SW 00°00'00''000; 13,0m-NE 90°00'00''000; 40,0m-SW 00°00'00''000; 29,7m-NE 90°00'00''000; 735,4m-SW 00°00'05''610; 0,4m-NE 90°00'00''000; 1,6m-SW 00°00'00''000; 1000,0m-NE 89°59'57''937; 397,0m-NE 00°00'00''000; 80,0m-NE 90°00'00''000; 1,0m-SW 00°00'00''000; 2,1m-SW 90°00'00''000; 70,0m-SW 00°00'29''466; 2,1m-NE 90°00'00''000; 1,0m-SW 00°00'00''000; 27,9m-NE 90°00'00''000; 39,0m-SW 00°00'00''000; 2,1m-NE 90°00'00''000; 1,0m-SW 00°00'00''000; 27,9m-NE 90°00'00''000; 29,0m-SW 00°01'11''028; 2,1m-NE 90°00'00''000; 1,0m-SW 00°00'00''000; 4,7m-NE 90°00'00''000; 168,5m-SW 00°00'12''243; 0,3m-NE 90°00'00''000; 1,5m-SW 00°00'00''000; 124,7m-NE 90°00'00''000; 23,5m-SW 00°00'00''000; 0,3m-NE 90°00'00''000; 1,5m-SW 00°00'00''000; 105,0m-NE 90°00'00''000; 889,0m-SW 00°00'00''000; 1519,0m-SW 89°59'58''642; 226,0m-NW 00°00'09''127; 1168,7m-SW 90°00'00''000; 1698,0m-NW 00°00'19''436; 180,7m-NE 90°00'00''000; 153,9m-SW 00°00'13''401; 1,1m-NE 90°00'00''000; 1,1m-SW 00°00'00''000; 287,0m-NE 90°00'00''000; 43,0m-SW 00°00'00''000; 902,0m-NE 89°59'57''713; 22,7m-SW 00°00'00''000; 2,1m-SW 52°25'53''069; 24,3m-SW 90°00'00''000; 18,8m-SW 00°00'00''000; 2,0m-SW 52°26'55''384; 38,4m-SW 90°00'00''000; 29,7m-SW 00°00'00''000; 0,6m-SW 52°44'00''953; 34,5m-SW 90°00'00''000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

MARIA JOSÉ GAZZI SALUM

Ministério do Desenvolvimento Social

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS APAE DE CÁCERES MT
CNPJ: 03.550.100/0001-80
Município: Cáceres/MT
Processo nº: 71000.128989/2014-77

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: INSTITUTO EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL PIO XII
CNPJ: 44.632.842/0001-31
Município: Sumaré/SP
Processo nº: 71000.123052/2012-43

O CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS nº 133, de 24 de dezembro de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO AMIGOS METROVIÁRIOS DOS EXCEPCIONAIS - AME
CNPJ: 64.917.818/0001-56
Município: São Paulo/SP
Processo nº: 71000.001566/2015-91

JOSÉ HENRIQUE MEDEIROS PIRES

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 1, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018

Qualifica o atendimento socioassistencial às famílias de pessoas encarceradas e egressas do Sistema Penitenciário no Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA - CNPCP, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 64 da Lei de Execução Penal, bem como do art. 20, IV do anexo do Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.107, de 5 de junho de 2008, e o CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS, no uso da competência conferida pelo inciso II do art. 18 da Lei n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e,

CONSIDERANDO o §4º do art. 304 do Código de Processo Penal que prevê que " da lavratura do auto de prisão em flagrante deverá constar a informação sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa";

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social, estabelece que a assistência social tem por objetivo a proteção à família, à maternidade e à infância;

CONSIDERANDO a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 04, de 13 de março de 2013, do CNAS, que aprova a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS - PNEP/SUAS;

CONSIDERANDO o documento da Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS "Atenção às famílias das mulheres grávidas, lactantes e com filhas/os até 12 anos incompletos ou com deficiência privadas de liberdade",, resolve:

Art. 1º Qualificar o atendimento socioassistencial às famílias de pessoas encarceradas e egressas do Sistema Penitenciário no Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Art. 2º A rede socioassistencial do SUAS deve atuar de forma articulada com o Sistema Penitenciário para o adequado atendimento das famílias de pessoas com filhos até 12 anos incompletos ou com deficiência, mulheres grávidas e lactantes que tiveram decretada prisão em flagrante delito, bem como pessoas egressas do Sistema Penitenciário, como forma de ampliar o acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 3º Recomenda-se que o auto de prisão em flagrante das pessoas com filhos até 12 anos incompletos ou com deficiência, mulheres grávidas e lactantes que tiveram decretada prisão em flagrante delito seja encaminhado à gestão de assistência social do município ou do Distrito Federal no qual foi lavrado.

§1º As famílias das pessoas a que se refere o caput devem ser referenciadas no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) ou no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), dependendo da situação de vulnerabilidade e conforme atribuições especificadas nas normativas de cada equipamento, bem como dos serviços socioassistenciais ofertados por estes.

§2º O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduo - PAEFI ofertado no CREAS deve atuar para fortalecer a família no seu papel de proteção considerando a excepcionalidade da separação de mãe e filho.

Art. 4º Nota técnica conjunta da Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS e do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN orientará os gestores e trabalhadores do SUAS e os profissionais do Sistema Penitenciário para o adequado atendimento de acordo com o estabelecido nesta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

KAROLINE AIRES FERREIRA
Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social
Em exercício

CESAR MECCHI MORALES
Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

RESOLUÇÃO Nº 25, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a notificação dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada ainda não inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal até o final de 2018 para que efetuem suas inscrições em 2019.

A Plenária do CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS), em reunião ordinária realizada nos dias 5, 6, 7 e 8 de novembro de 2018, no uso da competência que lhe confere o artigo 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e,

CONSIDERANDO o Decreto nº 8.805, de 7 de julho de 2016, que alterou o Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, que regulamenta o Benefício de Prestação Continuada devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

CONSIDERANDO a Portaria Interministerial MDSA/MP/MF nº 2, de 7 de novembro de 2016, que estabelece o cronograma para inscrição dos beneficiários no Cadastro Único;

CONSIDERANDO a Portaria Interministerial MDS/MP/MF nº 5, de 22 de dezembro de 2017, que prorroga o prazo para inscrição dos beneficiários idosos no Cadastro Único;

CONSIDERANDO o Decreto nº 9.462, de 8 de agosto de 2018, que altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, e o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, que dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico;

CONSIDERANDO a Portaria Conjunta nº 3, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre regras e procedimentos de requerimento, concessão, manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social;

CONSIDERANDO a redução costumeira do quantitativo de servidores municipais e do DF nos meses de janeiro e fevereiro, em decorrência do período de férias; e

CONSIDERANDO que uma nova gestão se inicia no âmbito do governo federal em janeiro de 2019;, resolve:

Art. 1º. Propor ao Ministério do Desenvolvimento Social que:

I - Realize notificação de escalonamento para inscrição dos beneficiários do BPC não inscritos no Cadastro Único até o final de 2018, observando o mês de aniversário dos beneficiários, em lotes trimestrais, a partir de janeiro de 2019;

II - Realize, a partir de julho de 2019, as notificações para defesa em âmbito do INSS, em razão da não inscrição no período trimestral;

III - Garanta a ampla divulgação nos meios de comunicação do processo de notificação para fins de inscrição no mês de aniversário; e

IV - As propostas acima sejam contempladas em regulamentação do MDS.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

KAROLINE AIRES FERREIRA
Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social
Em exercício

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEPARTAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 317, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Deferir as concessões de certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades por atenderem os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, com validade de três anos a partir da publicação desta portaria no D.O.U., nos termos do art. 5º, do Decreto nº 8.242/2014, dispostas por nome da entidade, CNPJ, município/UF, nº do processo e número do parecer técnico:

1)CASA DA ACOLHIDA DIVINA PROVIDÊNCIA, 07.124.525/0001-88, ASTORGA/PR, 71000.019955/2018-16, 55302/2018.

2)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE MAUA, 59.983.775/0001-77, MAUA/SP, 71000.043569/2018-45, 55105/2018.

3)FUNDAÇÃO FRANCISCO E CLARA DE ASSIS, 20.276.332/0001-00, SAO PAULO/SP, 71000.002434/2016-68, 50788/2018.

4)ASSOCIAÇÃO REVITALIZANDO A EDUCAÇÃO PARA TRANSFORMAR AS REALIDADES SOCIAIS, 10.614.870/0001-04, UBATA/BA, 71000.054290/2018-97, 55428/2018.

5)SOCIEDADE ESPIRITA CINCO DE SETEMBRO, 46.940.953/0001-30, RIBEIRAO PRETO/SP, 71000.044342/2018-17, 55148/2018.

6)ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CONCEIÇÃO MARIA DO AMARAL, 03.545.766/0001-40, NOVA SERRANA/MG, 71000.054575/2018-28, 55422/2018.

7)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARARUAMA, 39.497.532/0001-11, ARARUAMA/RJ, 71000.051877/2018-44, 55375/2018.

8)ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E FAMILIARES DAS PESSOAS PORTADORAS DE CÂNCER EM AGUDOS, 02.264.975/0001-52, AGUDOS/SP, 71000.044208/2018-16, 55165/2018.

9)CENTRO ESPÍRITA CRISTÃO LAR DE AMPARO À VELHICE E À INFÂNCIA DE BARRA BONITA, 44.746.972/0001-03, BARRA BONITA/SP, 71000.045714/2018-22, 55202/2018.

10)CONGREGAÇÃO DO SANTÍSSIMO REDENTOR, 60.601.283/0001-59, SÃO PAULO/SP, 71000.084746/2016-81, 50367/2018.

11)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CRATO, 07.388.465/0001-00, CRATO/CE, 71000.045751/2018-31, 55206/2018.

12)CENTRO INTEGRADO DE ESTUDOS E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 02.680.126/0001-80, RIO DE JANEIRO/RJ, 71000.065895/2017-22, 52542/2018.

13)PRELAZIA DE CAMETÁ DO TOCANTINS, 05.349.808/0001-00, CAMETA/PA, 71000.034070/2018-47, 54509/2018.

14)CENTRO DE INTEGRAÇÃO DO ADOLESCENTE DOM ALBERTO, 00.144.612/0001-58, DOURADOS/MS, 71000.053022/2018-58, 55396/2018.

Art. 2º Pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 318, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Deferir as renovações de certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades por atenderem os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, dispostas por nome da entidade, CNPJ, município/UF, nº do processo, número do parecer técnico e período de validade de certificação:

1)CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO, 40.772.568/0001-45, MOSSORO/RN, 71000.042548/2018-11, 55294/2018, de 02/10/2018 a 01/10/2021.

2)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MUQUI, 28.402.931/0001-35, MUQUI/ES, 71000.049165/2018-65, 55313/2018, 11/05/2019 a 10/05/2024.

3)ABRACE - ASSOCIAÇAO BRASILEIRA DE ASSISTENCIA AS FAMILIAS DE CRIANÇAS PORTADORAS DE CANCER E HEMOPATIAS, 01.973.478/0001-60, BRASÍLIA/DF, 71000.044001/2018-41, 55122/2018, 21/09/2018 a 20/09/2021.

4)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MORUNGABA, 03.692.526/0001-78, MORUNGABA/SP, 71000.053371/2018-70, 55382/2018, 02/12/2018 a 01/12/2023.

5)COMUNIDADE KOLPING DE SANTA CECILIA, 45.978.236/0001-35, ASSIS/SP, 71000.047940/2018-48, 55266/2018, 30/06/2019 a 29/06/2024.

6)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARARAS, 44.698.595/0001-76, ARARAS/SP, 71000.052609/2018-40, 55368/2018, 01/01/2019 a 31/12/2021.

7)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TAPURAH, 05.702.250/0001-97, TAPURAH/MT, 71000.040954/2018-31, 54912/2018, 30/06/2019 a 29/06/2024.

8)CENTRO EDUCACIONAL TERRA SANTA, 31.171.333/0001-07, PETRÓPOLIS/RJ, 71000.054570/2018-03, 55415/2018, 06/11/2018 a 05/11/2023.

9)APAS - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS, 00.680.364/0001-60, SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 71000.054928/2018-90, 55430/2018, 02/02/2019 a 01/02/2024.

10)AÇÃO SOCIAL DA ALIANÇA DO RIO GRANDE DO SUL, 05.676.385/0001-25, PORTO ALEGRE/RS, 71000.041399/2018-64, 54935/2018, 03/09/2018 a 02/09/2021.

11)VILA VICENTINA FURTADO DE MENEZES, 18.656.025/0001-03, CAMPO BELO/MG, 71000.054029/2018-97, 55409/2018, 25/10/2018 a 24/10/2021.

12)ASSOCIAÇÃO SARA APARECIDA, 07.026.356/0001-43, LAGOA DA PRATA/MG, 71000.053375/2018-58, 55381/2018, 06/11/2018 a 05/11/2023.

13)ASSOCIAÇÃO NORTE PARANAENSE DE REABILITAÇÃO, 79.140.828/0001-03, MARINGA/PR, 71000.054945/2018-27, 55432/2018, 18/12/2018 a 17/12/2021.

14)INSTITUTO SÓCIO EDUCACIONAL FRATERNIDADE, 00.578.993/0001-83, LAGOA SANTA/MG, 71000.082056/2017-79, 53063/2018, 30/01/2018 a 29/01/2023.

15)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CEREJEIRAS, 15.893.704/0001-08, CEREJEIRAS/RO, 71000.042363/2018-06, 55022/2018, 01/09/2019 a 13/09/2024.

Art. 2º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

PORTARIA Nº 319, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades, por contrariarem requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009:

1)ASSOCIAÇÃO INSTITUTO PERO, CNPJ 08.103.708/0001-80, JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE, processo nº 71000.036712/2018-42, parecer técnico nº 54653/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Estatuto Social não compatível com a legislação.

2)ASSOCIAÇÃO NOVA CANAA DE SANTA ISABEL, CNPJ 19.715.748/0001-07, SANTA ISABEL/SP, processo nº 71000.066167/2017-38, parecer técnico nº 52434/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não demonstrou atuar preponderantemente no âmbito da Assistência Social.

Art. 2º Indeferir o pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades, por contrariarem requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009.

1)PASTORAL DO MENOR NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, CNPJ 00.974.571/0001-27, VITORIA DA CONQUISTA/BA, processo nº 71000.034689/2018-51, parecer técnico nº 54515/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não demonstrou gratuidade nas ofertas; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

2)ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DO RIO DE JANEIRO, CNPJ 33.559.162/0001-13, RIO DE JANEIRO/RJ, processo nº 71000.141779/2014-74, parecer técnico nº 42972/2018/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS. Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

Art. 3º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão, sem efeito suspensivo.

Art. 4º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil acerca dos indeferimentos relacionados no art. 2º.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

INSTRUÇÃO OPERACIONAL Nº 10, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2018

Atualiza a especificação do modelo da tecnologia social de acesso à água n° 10 - Cisterna Telhadão Multiuso de 25 mil litros com galpão de 40 m² e seu respectivo valor unitário de referência, no âmbito do Programa Cisternas

A SECRETÁRIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no exercício das atribuições que lhe conferem a Portaria Casa Civil da Presidência da República n° 617, de 12 de junho de 2018, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 2º da Portaria nº 2.462, de 6 de setembro de 2018, resolve:

Atualizar a especificação do Modelo da Tecnologia Social de Acesso à Água nº 10: Cisterna Telhadão Multiuso de 25 mil litros com galpão de 40 m², nos termos do art. 15 da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013.

1.No âmbito do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas, o modelo da tecnologia social denominada Cisterna Telhadão Multiuso de 25 mil litros com galpão de 40 m² deverá observar as seguintes especificações.

2.A cisterna Telhadão Multiuso de 25 mil litros tem como objetivo proporcionar o acesso à água para a produção de alimentos e/ou dessedentação animal a famílias de baixa renda e residentes na zona rural, associado a capacitações técnicas e formação para a gestão da água.

3.A tecnologia de que trata esta Instrução Operacional é composta por um reservatório de placas de alvenaria com capacidade para armazenar até 25 mil litros de água, interligado a galpão de 40 m² com telhado para captação de água de chuva, contendo ainda os seguintes acessórios: placa de identificação, bomba elétrica, tampa, cadeado e cadeado.

3.1.O procedimento para a instalação dessa cisterna se baseia na montagem de placas de alvenaria pré-moldadas e confeccionadas próxima ao domicílio do beneficiário, tendo suas estruturas reforçadas com ferro e arame na base, parede e cobertura.

3.2.O procedimento para a construção do galpão se baseia no corte e fixação de pilares de madeira tratada, sendo a cobertura telhas de fibrocimento sustentada por engradamento de madeira roliça tratada e dotada de calha para recolhimento do escoamento das águas pluviais.

4.A implantação da tecnologia social é realizada por equipe específica responsável pelas seguintes atividades:

4.1.Mobilização e seleção das famílias:

4.1.1.Mobilização, que envolve a realização de encontros locais e territoriais para o planejamento das ações a serem desenvolvidas e o trabalho de mobilização da comunidade para a implementação participativa do projeto e a identificação, seleção e cadastramento das famílias, conduzido a partir da capacitação e envolvimento do poder público e de lideranças sociais locais que organizam as reuniões comunitárias, orientam as visitas domiciliares, validam o processo seletivo e acompanham todo o processo de implementação;

4.1.2.seleção, que envolve a identificação das famílias a serem atendidas, conforme lista orientadora disponibilizada pelo MDS e critérios de priorização discriminados no Anexo; e

4.1.3.cadastramento dos beneficiários no sistema informatizado SIG Cisternas.

4.2.Capacitações:

4.2.1. Capacitação das famílias em gestão da água para a produção de alimentos: orientação e capacitação dos beneficiários sobre as potencialidades de produção a partir da água armazenada e sobre os cuidados com a cisterna, em oficinas para até 30 participantes com duração de 24 horas, realizadas antes do início da construção das cisternas;

4.2.2. Capacitação das famílias em sistema simplificado de manejo de água para a produção de alimentos: orientação e capacitação dos beneficiários sobre práticas agroecológicas de produção e sobre a utilização de técnicas simplificadas de manejo da água, em oficinas para até 30 participantes com duração de 24 horas;

4.2.3. Capacitação de agricultores para a construção das cisternas: envolve a organização de equipes de até dez agricultores para participar do processo orientado de aprendizagem de técnicas e suas aplicações na construção da cisterna telhadão; e

4.2.4. Intercâmbio de experiências: dinâmica que envolve a interação entre os beneficiários do projeto e outros agricultores, a partir da troca horizontal de conhecimentos e experiências, possibilitando a valorização das práticas e saberes locais.

4.3. Implantação das cisternas: corresponde aos processos de edificação da cisterna, construção do galpão e instalação da bomba por pessoas treinadas e inclui custos associados ao material de construção, à escavação do buraco, à mão de obra, alimentação dos responsáveis pela construção durante a edificação e à água para a construção e abastecimento inicial;

4.4. Implantação do caráter produtivo: corresponde à entrega de insumos e material de infraestrutura no valor mínimo de R$ 1.500,00 e à instalação do sistema associado ao caráter produtivo da tecnologia;

5. Os valores unitários de referência para a implementação da tecnologia social no âmbito das parcerias a serem celebradas são os dispostos na tabela abaixo:

Estado	Valor Unitário de Referência com ISS
Acre	14.187,92
Alagoas	12.501,44
Amapá	13.061,03
Amazonas	12.733,94
Bahia	13.005,19
Ceará	12.268,89

Distrito Federal	11.997,26
Espírito Santo	12.000,61
Goiás	12.718,61
Maranhão	12.074,22
Mato Grosso	12.217,38
Mato Grosso do Sul	12.996,26
Minas Gerais	11.001,24
Pará	12.961,62
Paraíba	12.326,25
Paraná	11.956,17
Pernambuco	13.036,98
Piauí	13.241,13
Rio de Janeiro	12.646,28
Rio Grande do Norte	12.405,35
Rio Grande do Sul	12.835,72
Rondônia	13.112,79
Roraima	12.829,29
Santa Catarina	12.549,56
São Paulo	12.492,42
Sergipe	12.774,92
Tocantins	12.479,53

5.1. Os valores unitários de referência incluem recursos para adimplemento do Imposto Sobre Serviços (ISS) e, com vistas à garantia da exequibilidade nos diferentes municípios, preveem a exação fiscal mais onerosa possível - alíquota máxima de 5% e base de cálculo aferida sem deduções, sendo que a definição dos valores unitários efetivos a serem estabelecidos nos editais de chamada pública e nos contratos celebrados junto às entidades executoras deve considerar a exação efetiva do ISS pela entidade.

6. A publicação do Anexo Único desta Instrução Operacional, que deverá ser integralmente observada nos contratos a serem firmados a partir desta data, será feita no sítio do Ministério, no endereço http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/acesso-a-água-1/marco-legal-1.

LILIAN DOS SANTOS RAHAL

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA
COMISSÃO TÉCNICA

DELIBERAÇÃO Nº 1.229, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 05/09/2018, 03/10/2018 e 07/11/2018, e na reunião extraordinária realizada em 19/09/2018.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 242, de 02 de agosto de 2018, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 05/09/2018, 03/10/2018 e 07/11/2018, e na reunião extraordinária realizada em 19/09/2018.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SILVA VIEIRA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58000.115938/2017-60
Proponente: Associação Atlética Banco do Brasil Rio Verde
Título: Natação e Hidroginástica AABB Rio Verde
Registro: 02GO159772016
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 02.615.698/0001-85
Cidade: Rio Verde UF: GO
Valor autorizado para captação: R$ 288.112,82
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0221 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 610213-1
Período de Captação até: 03/10/2020

2 - Processo: 58000.009665/2018-04
Proponente: Associação para o Desenvolvimento do Xadrez
Título: Xadrez para Todos
Registro: 02SP167972017
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 13.350.060/0001-86
Cidade: Barueri UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 1.935.224,90
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0712 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 74726-2
Período de Captação até: 03/10/2020

3 - Processo: 58000.106436/2017-48
Proponente: Associação São Bento de Futebol
Título: Atleta e Cidadão do Futuro II
Registro: 02SC135612014
Manifestação Desportiva: Desporto de Educacional
CNPJ: 13.685.788/0001-69
Cidade: São Bento do Sul UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 308.049,75
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0674 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 60334-1
Período de Captação até: 03/10/2020

4 - Processo: 58000.118687/2017-75
Proponente: Associação Macaé de Basquete
Título: Macaé Basquete - Projeto Formação
Registro: 02RJ094082011
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 10.748.356/0001-61
Cidade: Macaé UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 640.130,52
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0051 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 94421-1
Período de Captação até: 05/09/2020

5 - Processo: 58000.118024/2017-51
Proponente: Associação Macaé de Basquete
Título: Basquete na Praça
Registro: 02RJ094082011
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 10.748.356/0001-61
Cidade: Macaé UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 524.791,08
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0051 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 94420-3
Período de Captação até: 05/09/2020

6 - Processo: 58000.010057/2016-72
Proponente: Associação Santer de Ação Comunitária
Título: Santer Rio Rugby em Cadeiras de Rodas - Profissionais Essenciais para o Rugby
Registro: 02RJ129482013
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 08.778.517/0001-18
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 178.560,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2909 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 50860-8
Período de Captação até: 19/09/2020

7 - Processo: 58000.117275/2017-18
Proponente: Associação Metropolitana de Esportes Radicais
Título: Beach Run Brasil - I
Registro: 02SP010482007
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 04.543.035/0001-28
Cidade: Santos UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 513.234,84
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0321 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 100956-7
Período de Captação até: 05/09/2020

8 - Processo: 58000.118138/2017-09
Proponente: Colombo Primos Esporte Clube
Título: Colombo Primo`s Fut 7
Registro: 02PR163092017
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 26.369.284/0001-81
Cidade: Colombo UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 515.552,57
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1780 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 27382-1
Período de Captação até: 19/09/2020

9 - Processo: 58000.118333/2017-21
Proponente: Confederação Brasileira de Beisebol e Softbol
Título: Beisebol Brasil
Registro: 02SP005172007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 61.854.295/0001-58
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 697.123,30
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1196 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 45286-6
Período de Captação até: 03/10/2020

10 - Processo: 58000.010138/2018-34
Proponente: Cufa - Central Única das Favelas - RJ
Título: Taça das Favelas
Registro: 02RJ007392007
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 06.052.228/0001-01
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 1.176.180,71
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0301 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 70804-6
Período de Captação até: 19/09/2020

11 - Processo: 58000.117046/2017-01
Proponente: Federação Cearense de Judô
Título: Circuito Estadual de Judô - Ceará 2018
Registro: 02CE112292012
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 07.993.041/0001-75
Cidade: Fortaleza UF: CE
Valor autorizado para captação: R$ 196.581,92
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1369 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 30158-2
Período de Captação até: 05/09/2020

12 - Processo: 58000.006192/2018-85
Proponente: Federação Equestre do Estado do Rio de Janeiro
Título: Stephanie Silveira Macieira Ano 2
Registro: 02RJ003572007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 29.533.262/0001-01
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 221.511,15
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3519 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 24351-5
Período de Captação até: 005/09/2020

13 - Processo: 58000.117699/2017-82
Proponente: Grêmio Esportivo Santo André Gesa
Título: Calendário Esportivo
Registro: 02SP167022017
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 18.686.111/0001-69
Cidade: Santo André UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 414.978,10

Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0264 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 43045-5
Período de Captação até: 03/10/2020

14 - Processo: 58000.116179/2017-52
Proponente: Instituto Ética
Título: Um Salto para Ir Adiante II
Registro: 02SP117422013
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 13.429.151/0001-01
Cidade: Santos UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 144.913,69
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6502 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 14068-6
Período de Captação até: 19/09/2020

15 - Processo: 58000.010823/2016-07
Proponente: Judô Clube Ariquemes JCA
Título: Judô Anisio
Registro: 02RO142682014
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 18.969.471/0001-78
Cidade: Ariquemes UF: RO
Valor autorizado para captação: R$ 302.623,97
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1178 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 65880-4
Período de Captação até: 03/10/2020

ANEXO II

1 - Processo: 58000.011317/2016-27
Proponente: Associação Atlética Banco do Brasil Muriaé
Título: Ginásio Poliesportivo AABB Muriaé
Valor autorizado para captação: R$ 1.664.899,34
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0286 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 63220-1
Período de Captação até: 31/12/2019

2 - Processo: 58000.011984/2016-18
Proponente: Associação Atlética Banco do Brasil Rio Verde
Título: Esporte, Lazer e Integração AABB Rio Verde
Valor autorizado para captação: R$ 168.281,53
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0221 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 608591-1
Período de Captação até: 31/12/2019

3 - Processo: 58000.011282/2016-26
Proponente: Associação Atlética Banco do Brasil Serrinha
Título: Quadra de Esportes
Valor autorizado para captação: R$ 487.053,98
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0225 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 60455-0
Período de Captação até: 31/12/2019

4 - Processo: 58000.119335/2017-37
Proponente: Paulínia Racing Bicicross
Título: Pedalar Tour
Valor autorizado para captação: R$ 530.932,50
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2417 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 54365-9
Período de Captação até: 04/04/2020

RETIFICAÇÕES

Processo Nº 58000.010701/2018-74
No Diário Oficial da União nº 203, de 22 de outubro de 2018 na Seção 1, página 141 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1217/2018, ANEXO I. Onde se lê: Projeto: Campeonato Mundial de Desporto Aquático, Leia-se: Projeto: Aquisição de Equipamentos/Materiais Federações.

Processo Nº 58000.005399/2018-32
No Diário Oficial da União nº 186, de 26 de setembro de 2018, na Seção I, página 83 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1024/2018, ANEXO I. Onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3554 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 24031-11, Leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3554 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 24031-1.

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

COORDENAÇÃO REGIONAL 6 - CABEDELO/PB

PORTARIA Nº 2, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

Modifica a Composição do conselho da Floresta Nacional de Negreiros, no Estado de Pernambuco (Processo nº 02070.000831/2012-25)

A COORDENADORA REGIONAL DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES NA 6ª REGIÃO, tendo em vista o disposto na Lei n° 11.516, de 28 de agosto de 2007, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução Normativa ICMBio n° 09, de 05 de dezembro de 2014, e pelo art. 23 do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 8 de julho de 2011.

Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, bem como no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta;

Considerando o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, instituído pelo Decreto n° 5.758/2006, que prevê como estratégias para aprimorar o planejamento e a gestão do SNUC o estabelecimento e a promoção do funcionamento dos conselhos das unidades de conservação, bem como o apoio à participação efetiva dos representantes das comunidades locais nos conselhos;

Considerando o Decreto n° 8.243/2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social;

Considerando o Decreto S/N de 11 de outubro de 2007, que criou a Floresta Nacional de Negreiros;

Considerando a Portaria ICMBio nº 65, de 24 de maio de 2012 que criou o Conselho Consultivo da Flona de Negreiros/PE;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 09, de 05 de dezembro de 2014, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais;

Considerando as proposições apresentadas pela Coordenação Regional - 6ª Região, bem como pela Unidade de Conservação, conforme consta no Processo nº 02070.000831/2012-25. resolve:

Art. 1º O Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Negreiros é composto por setores representativos do Poder Público e da Sociedade Civil, considerando as peculiaridades regionais, na forma seguinte:

I - ÓRGÃOS PÚBLICOS AMBIENTAIS
II - ÓRGÃOS PÚBLICOS DE ÁREAS AFINS
III- INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA
IV. COMUNIDADES DO ENTORNO
V. ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSE
VI. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL COM ATUAÇÃO JUNTO À FLONA
VII. COLETIVOS ORGANIZADOS

§1º O quantitativo de vagas e a relação das instituições representantes de cada setor são aqueles definidos pelo Conselho, observando-se o critério de paridade, devidamente registrados em ata de reunião e homologados pelo Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes.

§2º As futuras modificações do quantitativo de vagas e da relação das instituições representativas dos setores serão definidas pelo Conselho e submetidas pela chefia da Flona de Negreiros ao Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes, para análise e homologação.

Art. 2° O Conselho Consultivo será presidido pelo(a) chefe ou responsável institucional da Flona de Negreiros, que indicará seu suplente.

Art. 3º A modificação na composição dos setores representados no Conselho Consultivo será decidida em reunião específica, com o devido registro em ata, com vistas à publicação de nova portaria assinada pelo Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes.

Art. 4º As atribuições, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo da Flona de Negreiros são previstas no seu regimento interno.

Art. 5º O Conselho elaborará o seu Plano de Ação e avaliará periodicamente a efetividade de seu funcionamento.

Parágrafo único. O Plano de Ação e o resultado da avaliação do Conselho devem ser enviados à consideração da Coordenação Regional, que os remeterá à Coordenação Geral de Gestão Socioambiental para ciência e acompanhamento.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARY CARLA MARCON NEVES

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 243, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018

A COORDENADORA GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, usando da competência atribuída pela Portaria nº 217/MMA, publicada no Diário Oficial da União de 10 de junho de 2016, e Portaria nº 474/ICMBio, publicada o Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Tornar público relatório trimestral de desempenho e execução das atividades da experiência-piloto da modalidade de teletrabalho no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio, regulamentado por meio da Portaria nº 462-MMA, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2017, atendendo ao disposto no § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA MACHADO CABRAL COIMBRA ARAUJO

ANEXO

Unidade Organizacional: Coordenação Geral de Consolidação Territorial - CGTER/Disat.
Período de Avaliação: 20/07/2018 a 19/102018.

MATRÍCULA SIAPE DO SERVIDOR	GANHO DE PRODUTIVIDADE INSTITUCIONAL (%)*
1513265	+58,98%
1365870	+20,00%
1513668	+36,69%
1547565	+20,00%
1364723	+22,77%
1364888	+20,00%
1514185	51,74%
1679065	+35,62%

*Fórmula GP: GP = média do prazo pactuado - média do prazo executado / média do prazo pactuado * 100.

Os Relatórios Trimestrais de Desempenho do Teletrabalho detalhados estão disponíveis no processo SEI nº 02070.000652/2018-83.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 358, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018 (*)

Fixa, para o exercício de 2018, as metas de desempenho institucional, para fins de pagamento da Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União (GIAPU).

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 21, parágrafo único, da Lei n. 11.095, de 13 de janeiro de 2005, e no art. 5º do Decreto n. 5.286, de 25 de novembro de 2004, resolve:

Art. 1º Fixar as metas de desempenho institucional para fins de pagamento das parcelas da Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União - GIAPU, a que se referem os incisos II e III do art. 3º do Decreto n. 5.286, de 25 de novembro de 2004, relativas ao exercício de 2018, na forma, respectivamente, dos Anexos I, II e III.

§ 1º A relação dos indicadores institucionais GIAPU 2018 consta do Anexo I.

§ 2º As metas institucionais GIAPU 2018, por unidade, são as especificadas no Anexo II.

§ 3º A fórmula de apuração final das metas de resultados consta do Anexo III.

§ 4º A superação das metas será contabilizada conforme o art. 3º desta Portaria.

Art. 2º As metas serão consideradas de forma cumulativa para efeito de avaliação, mas serão fixadas de forma não cumulativa.

Art.3º A meta de superação será considerada alcançada se o Índice Geral - IG for maior ou igual do que o Fator de Superação - FS, calculado conforme o Anexo III.

Art. 4º A Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SPU/MP) expedirá instruções acerca dos procedimentos complementares necessários ao registro e contabilização das informações utilizadas no cálculo das metas GIAPU 2018.

Art. 5º A SPU/MP zelará pela qualidade dos dados apurados, valendo-se, sempre que possível, de dados oriundos de sistemas oficiais para o cálculo e apuração das metas institucionais da GIAPU.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JÚNIOR

ANEXO I

Indicadores Institucionais GIAPU 2018

Cód.	Indicador / Responsável	Peso	Descrição	Meta	Critérios de Apuração	Fonte	Unidade de medida
A	Fiscalização/Vistoria DECIP	1	Quantidade de fiscalizações/vistorias realizadas.	Realizar 3.686 fiscalizações/vistorias	Quantidade de imóveis vistoriados/ fiscalizados anualmente, por UF. ● Medida: Quantidade de registros de relatórios de vistoria/fiscalização inseridos no sistema de controle de fiscalização no período de apuração. ● Indicador: Percentual de vistorias e fiscalizações executadas, em relação a meta do Anexo II.	Sistema de Controle de Vistorias e Fiscalizações CGFIS / DECIP	Relatório de Fiscalização/Vistoria elaborado
B	Redução de Inconsistência cadastral de imóveis de Uso Especial DEDES	1	Redução de Registros Imobiliários Patrimoniais (RIP) de imóveis de uso especial cadastrados nos regimes: IRREGULAR (Cessão, Entrega e Outros) e EM REGULARIZAÇÃO (Cessão, Entrega e Outros)	Redução de 20% das inconsistências (Referência extração de dezembro de 2017). - 1296 inconsistências tratadas	Quantidade de RIPs de imóveis de uso especial saneados na base do SPIUNet quanto ao Regime de Utilização "Em regularização" e "Irregular". ● Medida: Percentual de RIPs saneados quanto ao Regime de Utilização "Em regularização - Cessão"; "Em regularização - Entrega"; "Em regularização - Outros"; "Irregular - Cessão"; "Irregular - Entrega", e "Irregular - Outros", inclusive os que exigirem formalização do cancelamento do RIP, com o seguinte critério: Extração da base do SPIUnet (referência dezembro 2017 - total de inconsistências encontradas 6.839) e redução de 5% do total das inconsistências por trimestre. ● Indicador: Percentual de registros saneados em relação à meta da UF especificada no Anexo I.	SPIUnet	Registro Imobiliário Patrimonial (RIP)
C	Caracterização DECIP	1	Quantidade de ações de caracterização/ demarcação concluídas, conforme classificação e peso definidos nos critérios de apuração.	Alcançar 1460 pontos nas ações de caracterização, apurados de acordo com a escala de fatores de relevância por tipo de ação	Quantidade de ações de caracterização/demarcação concluídas por tipo, ponderadas pelo fator de relevância de cada uma delas. ● Medida: Somatório do número de ações multiplicada pelo seu fator de relevância (peso). Demarcação de LMEO - Terrenos Marginais e de LTM - Terrenos de Marinha (peso 20); Demarcação / Identificação Simplificada de Áreas Inalienáveis (peso 10); Demarcação / Identificação de Áreas Indubitavelmente da União (peso 05); Demarcação de terras interiores (peso 04); Demarcações / Identificações prioritárias (Regularização Fundiária, proteção ao meio ambiente, desenvolvimento local e infraestrutura) (peso 03); Auto de Demarcação (peso 02); Demarcações / Identificações por demandas Judiciais ou do Ministério Público (peso 01) Cadastramento/atualização cadastral (peso 01). ● Indicador: Percentual de pontos alcançados em relação a meta especificada no Anexo II, que classifica e atribui as metas das Superintendências considerando a capacidade de atendimento de cada estado. (P= 40, M= 60 e G= 80)	Relatório CGIPA/ DECIP	Ações de caracterização / demarcação concluídas
D	Destinação de imóveis DEDES	1	Quantidade de imóveis destinados	Realizar a destinação de 323 imóveis	Quantidade de imóveis destinados, por data de publicação e UF. ● Medida: imóvel destinado com as seguintes qualificações: (1) Tipo de ato: "Aforamento Gratuito"; "Aforamento Oneroso"; "Cessão em Condições Especiais"; "Cessão em regime de Aforamento Gratuito"; "Cessão em regime de CDRU Gratuita"; "Cessão Gratuita"; "Cessão Onerosa"; "Cessão Provisória"; "Concessão de Direito Real de Uso Onerosa"; "Autorização de Uso conforme MP nº 2.220/2001"; "Termo de Autorização de Uso Sustentável " "Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia"; "Doação"; "Entrega"; "Entrega Provisória"; "Permissão de Uso"; "Permuta"; "Portaria de declaração de Interesse do Serviço Público (PDISP)", "Transferência para o INCRA" , "Venda" e "Remição". (2) Instrumento: "Contrato" e "termo"; (3) Tipo de publicação: "Diário Oficial da União" ● Indicador: Percentual de imóveis destinados com Atos publicados no DOU e inseridos no FIGEST, em relação a meta do Anexo II.	FIGEST	Imóveis Destinados
E	Arrecadação patrimonial DEREP	1	Refere-se aos valores obtidos com o processo de arrecadação patrimonial	Arrecadar R$ 611.730.572,66 em receitas patrimoniais	Valores arrecadados por UF no período da apuração. ● Medida: Créditos arrecadados com as seguintes receitas: aluguel; arrendamento; cessão de uso; DAU, foro; juros; laudêmio; multas; ocupação funcional; parcelamento; permissão de uso; posse ilícita; taxa de ocupação; e outras, por data da arrecadação e UF, relativas à: (1) valores no SIAPA; (2) valores no SARP; (3) valores REDARF - Receita Federal; (4) valores SIAFI; ● Indicador: Percentual de arrecadação em relação à meta do Anexo II.	Relatório DEREP (SIAPA/ SARP/ REDARF/ PGFN/SIAFI)	Valor arrecadado (R$)
F	Avaliação dos imóveis de uso especial	1	Quantidade de Imóveis de Uso Especial avaliados/reavaliados,	Realizar 630 avaliações/reavaliações, em atendimento ao art. 6º da Portaria Conjunta nº 703/2014	Quantidade de Imóveis de Uso Especial avaliados/reavaliados ● Medida: imóvel avaliado/reavaliado e atualizado na base do sistema ● Indicador: Percentual de imóveis de uso especial reavaliado e atualizados na base do sistema em relação à meta do Anexo II.	SPIUnet	Laudo de Avaliação/Reavaliação de imóvel de Uso especial elaborado

ANEXO II

METAS INSTITUCIONAIS GIAPU 2018

Cód. Indicador	METAS												TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
SPU/AC													
A	0	0	1	3	4	4	4	2	10	7	0	0	35
B				1		1		1		1		1	5
C					5	5		5	5	5	15		40
D		2	2	3	2	2	3	2	2	3	2	2	25
E	19.929,62	1.994,78	2.813,23	5.795,14	5.764,25	74.200,96	10.750,98	17.868,73	15.251,81	12.469,84	17.311,93	13.982,17	198.133,43
F							1	1	1	1	1	0	5
SPU/AL													
A	4	8	9	9	6	9	3	10	6	6	6	2	78
B		1		1		1		1		1		1	6
C					5	5		5	5	5	15		40
D			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
E	458.132,32	294.309,22	394.511,57	426.061,65	667.312,88	3.399.828,31	852.584,53	790.857,57	557.238,02	571.323,92	588.128,10	551.060,28	9.551.348,36
F	0	0	1	0	2	0	1	1	0	1	2	0	8
SPU/AM													
A	2	8	7	10	9	12	12	9	8	11	9	6	103
B	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
C					5	15		10	20	5	25		80
D		2	2	3	2	2	3	2	2	3	2	2	25
E	25.107,26	50.273,21	47.965,03	198.663,49	56.118,35	565.728,63	65.003,60	938.997,79	330.908,18	278.196,73	168.452,51	137.294,41	2.862.709,20
F	0	0	1	2	0	0	1	1	1	2	2	0	10
SPU/AP													
A	0	0	2	5	6	3	1	5	6	2	4	1	35
B										1	1		2
C					5	15		5	15	5	15		60
D		1	1	2	1	1	2	1	1	2	1	2	15
E	12.889,57	18.287,54	10.079,83	10.382,51	31.486,17	52.569,08	531,22	19.967,48	10.610,05	12.354,82	20.123,38	10.438,24	209.719,90
F	0	0	0	1	0	1	2	2	0	1	1	0	8

SPU/BA													
A			14	12	12	11	12	12	12	12	12	2	111
B		1	2	3	2	3	2	2	2	2	2	2	23
C					5	5		5	5	5	15		40
D			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
E	905.066,59	628.842,42	566.400,97	812.014,28	1.051.627,65	5.468.927,72	1.343.803,40	1.488.651,95	1.390.300,09	2.121.058,76	1.358.884,23	1.525.690,14	18.661.268,21
F						2	2	2	2	2	2	2	14
SPU/CE													
A	0	1	1	10	2	5	8	2	4	8	2	2	45
B		1	1	2	1	1	2	1	1	2	1	2	15
C					5	15		5	15	5	15		60
D								1	1	1	1	1	5
E	478.198,13	380.653,83	285.611,25	291.712,13	854.844,83	5.461.887,15	1.605.180,77	1.194.649,46	960.626,42	916.726,17	899.171,09	824.313,47	14.153.574,70
F									2	2	2	2	8
SPU/DF													
A	20	32	73	76	74	74	35	76	72	68	56	20	676
B		1	2	3	2	3	2	2	3	2	2	3	25
C					5	15		5	15	5	15		60
D						1	1	1	1	1	1	1	7
E	481.217,12	588.933,84	554.541,76	823.899,74	1.243.308,02	1.863.327,53	776.924,02	969.827,34	874.286,89	834.426,22	1.169.057,32	674.193,01	10.853.942,81
F								10	10	10	10	10	50
SPU/ES													
A	10	11	16	12	10	15	11	10	16	7	6	13	137
B						1						1	2
C					5	15		5	15	5	15		60
D			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
E	1.422.705,69	549.303,20	1.015.125,79	814.436,72	2.449.632,93	12.350.801,70	2.099.099,52	2.710.239,03	2.499.897,09	2.314.868,47	3.703.950,32	7.093.222,04	39.023.282,50
F	0	0	0	1	0	1	3	1	3	1	1	0	11
SPU/GO													
A	0	0	21	38	12	1	0	0	5	3	1	0	81
B		1	2	3	2	3	2	3	2	2	2	3	25
C					5	15		5	15	5	15		60
D						1	1	1	1	1	1	1	7
E	24.765,36	28.114,99	45.832,99	21.155,11	20.186,87	119.685,14	15.275,72	45.058,76	34.477,70	64.198,21	35.416,78	59.061,19	513.228,82
F	0	0	2	0	1	2	1	3	1	1	3	1	15

SPU/SE													
A	13	23	22	24	23	23	23	23	22	23	23	17	259
B						1	1	1	1	1	1	1	7
C					5	5		5	5	5	15		40
D								1	1	1	1	1	5
E	718.538,76	448.109,67	335.217,17	343.049,63	1.181.363,06	5.960.639,35	1.021.394,82	878.354,99	2.373.478,77	1.168.930,54	955.758,17	911.627,43	16.296.462,36
F	0	1	1	0	1	1	1	1	1	0	1	0	8
SPU/SP													
A	0	7	19	19	19	19	19	17	17	17	17	11	181
B		20	20	30	40	50	60	70	57	60	70	80	557
C					5	15		10	20	10	20		80
D		2	2	2	3	3	3	3	3	3	3	3	30
E	4.389.700,49	3.840.557,92	5.504.161,73	4.273.293,53	11.290.965,34	49.331.169,19	8.272.133,21	14.347.954,70	12.487.279,25	10.058.521,11	16.176.285,12	9.306.812,30	149.278.833,89
F	1	3	1	3	3	10	5	20	15	18	13	8	100
SPU/TO													
A	0	3	0	6	0	1	34	0	0	1	6	0	51
B						0		1	0	1	0	1	3
C					5	5		5	5	5	15		40
D								1	1	1	1	1	5
E	3.368,46	8.510,42	1.685,00	3.401,97	8.695,28	87.446,43	35.630,37	8.362,54	2.797,33	3.905,37	994,52	9.339,42	174.137,10
F	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	8

TOTAIS DAS METAS POR INDICADOR/MÊS													
A	90	211	416	511	346	359	309	336	330	320	297	161	3686
B	0	59	75	104	97	123	121	142	128	140	141	166	1296
C	0	0	0	0	135	285	0	160	300	155	425	0	1460
D	0	13	21	23	23	28	29	36	37	39	36	38	323
E	19.894.108,07	17.050.295,14	25.486.309,27	19.077.043,61	43.203.495,82	214.195.029,29	39.346.650,37	50.774.246,37	48.296.486,19	41.104.354,39	49.578.790,57	43.723.763,56	611.730.572,66
F	3	24	23	25	25	44	77	105	94	91	88	31	630

SPU/MA													
A	5	10	28	6	6	14	6	6	8	10	8	6	113
B		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	12
C					5	5		5	5	5	15		40
D								1	1	1	1	1	5
E	333.417,05	415.144,25	307.511,74	249.927,03	504.899,25	1.379.738,86	400.027,95	590.525,43	592.585,60	573.819,27	486.641,05	448.159,42	6.282.396,91
F	0	1	1	0	0	1	0	1	2	2	2	0	10
SPU/MG													
A	0	0	25	58	32	32	13	20	18	16	15	16	245
B		5	5	5	5	5	5	5	10	10	10	8	73
C					5	15		5	15	5	15		60
D		1	2	1	1	2	1	1	2	1	1	2	15

E	205.861,39	201.973,58	96.260,18	123.961,43	137.866,51	268.283,48	162.954,99	153.464,83	161.269,11	198.866,99	182.555,23	147.197,20	2.040.514,91
F	0	8	0	7	3	1	8	5	8	5	4	1	50
SPU/MS													
A				38	5	12	12	9		9	35	17	137
B		2	2	3	2	2	3	2	3	3	3	3	28
C					5	15		5	15	5	15		60
D						1	1	1	1	1	1	1	7
E	81.347,80	16.016,52	55.623,28	35.449,86	39.112,99	304.371,02	58.198,76	68.314,15	51.025,49	18.642,44	77.194,63	44.346,95	849.643,88
F	0	1	5	1	6	2	5	6	4	7	3	0	40
SPU/MT													
A	0	0	6	6	7	8	8	9	7	7	7	6	71
B		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	12
C					5	5		5	5	5	15		40
D						1	1	1	1	1	1	1	7
E	23.310,95	22.546,83	28.763,78	11.497,36	57.315,87	176.586,51	27.538,25	33.161,52	34.913,76	54.684,34	52.778,58	42.687,34	565.785,10
F	0	1	2	0	0	0	0	0	2	2	3	0	10
SPU/PA													
A	0	0	5	6	6	5	7	9	10	6	9	7	70
B			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
C					5	15		10	20	10	20		80
D		2	2	2	3	3	3	3	3	3	3	3	30
E	79.511,53	93.196,89	72.171,54	88.893,00	252.470,41	679.543,79	110.905,35	138.230,38	289.851,40	100.058,67	192.546,42	231.049,03	2.328.428,41
F	0	1	0	1	0	0	1	2	2	2	1	0	10
SPU/PB													
A	3	3	6	6	9	6	8	7	8	5	9	7	77
B		2	2	3	2	2	3	2	3	2	3	3	27
C					5	5		5	5	5	15		40
D								1	1	1	1	1	5
E	598.612,88	475.453,11	450.927,32	385.973,62	758.753,44	3.885.980,73	887.587,50	855.746,30	993.633,37	746.042,28	745.963,53	853.711,72	11.638.385,82
F	0	0	0	0	1	0	1	4	2	3	3	1	15
SPU/PE													
A	7	11	10	10	7	11	5	8	9	8	6	0	92
B		4	4	4	5	4	4	4	5	4	4	5	47
C					5	15		5	15	5	15		60
D								1	1	1	1	1	5
E	1.994.581,27	1.703.065,39	6.601.952,05	1.823.144,05	4.968.475,10	24.634.932,19	5.650.307,10	6.104.891,97	5.802.355,51	4.634.785,81	4.459.434,58	3.861.634,53	72.239.559,54
F	0	2	1	0	1	1	4	3	4	2	2	0	20
SPU/PI													
A	4	5	6	8	6	8	5	8	6	7	7	5	75
B	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
C					5	5		5	5	5	15		40
D								1	1	1	1	1	5
E	63.132,44	44.333,94	63.603,13	123.663,30	146.634,39	1.459.854,43	142.301,80	165.251,16	189.284,06	207.384,95	246.630,10	173.498,63	3.025.572,33
F	0	0	1	0	2	1	1	2	2	2	1	0	12
SPU/PR													
A	0	12	14	10	9	9	8	4	6	5	2	1	80
B		3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	4	34
C					5	15		10	10	10	10		60
D			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
E	1.424.997,45	1.498.626,33	1.375.476,41	1.528.230,77	1.795.658,19	5.671.869,86	2.028.146,63	3.330.359,69	2.288.866,03	2.070.470,36	1.858.899,47	2.125.633,12	26.997.234,31
F	0	0	2	1	0	2	4	3	3	2	3		20
SPU/RJ													
A	6	64	104	112	53	46	49	53	49	50	32	8	626
B		10	20	30	20	30	20	30	25	30	25	30	270
C					5	15		10	20	10	20		80
D		2	2	2	3	3	3	3	3	3	3	3	30
E	3.657.223,42	3.398.296,17	5.114.240,75	4.517.948,12	9.311.520,66	60.131.130,70	8.328.039,76	9.403.970,04	10.544.390,18	9.000.270,14	10.090.783,38	9.434.751,84	142.932.565,15
F	1	3	0	6	2	10	15	20	13	9	17	4	100
SPU/RN													
A	0	0	8	8	10	4	7	9	10	9	5	4	74
B		1	1	1	1	1	1	2	1	2	1	2	14
C					5	15		5	15	5	15		60
D			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
E	231.923,79	134.031,31	191.514,58	139.374,51	296.148,39	1.368.880,73	231.195,89	347.675,15	417.951,96	198.419,73	258.624,76	232.103,09	4.047.843,89
F	0	1	1	0	0	1	2	2	1	1	1	0	10
SPU/RO													
A	0	1	3	3	3	5	3	5	5	4	2	0	34
B			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
C					5	5		5	5	5	15		40
D								1	1	1	1	1	5
E	21.627,74	22.288,62	7.309,84	3.802,07	23.968,97	61.654,10	7.206,63	17.972,15	15.649,55	11.459,89	30.679,13	11.526,92	235.145,61
F	0	0	1	0	0	1	1	1	2	2	2	0	10
SPU/RR													
A	6	6	7	6	4	10	8	9	7	5	6	7	81
B					1	1	1	1	1	1	1	1	8
C					5	5		5	5	5	15		40
D								1	1	1	1	1	5
E	14.123,22	450,15	3.586,78	2.379,17	3.320,15	17.728,78	4.341,70	3.711,14	6.140,47	4.414,00	4.911,61	8.982,92	74.090,10
F	0	1	0	0	0	1	1	2	2	1	0	0	8
SPU/RS													
A	0	2	3	5	4	3	0	7	1	1	7	1	34
B		4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	5	45
C					5	5		5	5	5	15		40
D		1	2	2	2	2	1	2	2	2	2	2	20
E	475.528,35	890.808,13	411.736,84	480.288,58	1.185.937,18	4.252.950,53	810.277,33	980.351,57	995.595,53	977.441,93	1.180.461,58	959.625,01	13.601.002,55
F	1	0	2	1	1	2	7	5	4	5	2	0	30
SPU/SC													
A	10	4	6	5	8	9	8	7	8	13	5	2	85
B		1	1	2	1	1	2	1	1	2	2	2	16
C					5	15		5	15	5	15		60
D			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
E	1.749.289,44	1.296.172,87	1.941.684,73	1.538.644,83	4.860.108,67	25.165.312,38	4.399.308,57	5.169.830,58	4.375.822,59	3.950.613,42	4.617.153,06	4.031.821,74	63.095.762,87
F	0	1	1	0	1	3	9	6	6	6	5	2	40

ANEXO III
MÉTODO DE CÁLCULO DA META INSTITUCIONAL E DA META DE SUPERAÇÃO DA GIAPU

Índice Geral - Ig

$$Ig = \frac{iA + iB + iC + iD + iE + iF}{6}$$

Apuração dos indicadores (i) (Para todos os indicadores de A a F)
i = (soma dos resultados "i" de todas as SPUs)/ (soma das metas "i" de todas as SPUs)
ou

$$i = \left(\frac{\sum_{SPUs} ir}{\sum_{SPUs} im} \right)$$

onde
i = {A, B, C,D,E,F}
ex.
$iA = (A^{resultados}_{AC}+A^{resultados}_{AL}+A^{resultados}_{AM} \ldots +A^{resultados}_{TO}) / (A^{metas}_{AC}+A^{metas}_{AL}+A^{metas}_{AM} \ldots +A^{metas}_{TO})$
Fator de Superação (FS)
FS = 1,02
Condições para atingimento e superação da meta institucional GIAPU
- A meta institucional da GIAPU será considerada atingida se: Ig E 1.
- A meta de superação será considerada atingida se Ig E Fs

(*)N. da Coejo: Republicada por ter saído, no DOU de 9-11-2018, Seção 1, pág. 111, com incorreção.

FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 35, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre a política de inovação tecnológica na Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap, disciplinando o apoio a projetos em serviços públicos e políticas públicas.

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Enap, por meio de seu Presidente, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto aprovado pelo Decreto n° 8.902, de 10 de novembro de 2016, resolve:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1° Esta Resolução dispõe sobre a política de inovação tecnológica da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap, disciplinando o apoio a projetos em serviços públicos e políticas públicas.

Art. 2° A inovação tecnológica na Enap, compreendendo seu fomento, criação e desenvolvimento, bem como incentivos à celebração de parcerias com instituições públicas e privadas e as respectivas medidas de gestão e apoio, incluindo os critérios para repartição dos resultados decorrentes, observará os procedimentos desta Resolução.

Art. 3° A promoção da inovação tecnológica na Enap observará as seguintes diretrizes:

I - estimular o desenvolvimento e fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação em suas aplicações nos campos de serviços públicos, políticas públicas e gestão governamental;

II - estender à sociedade os resultados da pesquisa e dos projetos de desenvolvimento e inovação realizados;

III - estimular a transformação do conhecimento científico e tecnológico em inovação, contribuindo com o desenvolvimento científico, cultural, tecnológico, econômico e social do país;

IV - apoiar o uso social das criações desenvolvidas no âmbito das atividades da Enap, por licenciamento ou cessão, ou mediante transferência de tecnologia, de forma gratuita e aberta, respeitados os interesses legítimos dos pesquisadores e protegido, em qualquer caso, o patrimônio material e imaterial da Enap;

V - garantir o reconhecimento da autoria de qualquer produto intelectual gerado no âmbito de sua atuação, da forma que melhor reflita as contribuições de todos os participantes; e

VI - observar a prevalência do interesse público e social na concepção, desenvolvimento e geração de resultados de projetos de pesquisa e de desenvolvimento e inovação.

CAPÍTULO II
DA PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Art. 4° Para os fins desta Resolução, considera-se:

I - criação: invenção, modelo de utilidade, desenho industrial, programa de computador, topografia de circuito integrado e qualquer outro desenvolvimento tecnológico, que acarrete ou possa acarretar o surgimento de novo produto, processo ou aperfeiçoamento incremental, definido pela legislação de inovação, aplicando-se os conceitos e interpretações correntes de suas disposições;

II - criação da Enap: criação que resulta da atividade regular da Enap ou de projeto de pesquisa, de extensão tecnológica ou de desenvolvimento e inovação que preveja inclusive a utilização de equipamentos, recursos, instalações, plataforma de dados, meios, ou materiais da Enap ou de pessoal a ela de qualquer forma ligado, com ou sem vínculo funcional ou relação de emprego, como docentes, pesquisadores, estudantes, bolsistas, pesquisadores de pós-doutorado, e outros pesquisadores que integram projetos e atividades da Enap, independentemente do regime;

III - pessoal ligado à Enap: servidores, professores, colaboradores, profissionais visitantes e estagiários;

IV - criador: pessoa física que seja inventora, obtentora ou autora de criação.

Art. 5° Os direitos patrimoniais sobre as criações da Enap obedecem ao disposto em normativo interno específico e seguem a diretriz geral da propriedade exclusiva por parte da Escola, ressalvando-se as excepcionalidades previstas na presente Resolução e na Política de Propriedade Intelectual da Enap.

§ 1° Havendo a celebração de acordos de parceria da Escola com o setor público ou privado, objetivando o desenvolvimento de criações da Enap, a titularidade da propriedade intelectual deverá ser explicitada no instrumento jurídico específico.

§ 2° Sem prejuízo ao interesse público, os direitos patrimoniais sobre as criações que resultem de parceria da Enap com órgãos públicos, pesquisadores, empresas ou outras instituições nacionais e internacionais poderão ser compartilhados na forma do acordo, contrato ou convênio que rege as relações recíprocas, desde que haja prévia autorização do Conselho Diretor da Enap.

Art. 6° O responsável pela atividade ou projeto de pesquisa ou extensão tecnológica que deu origem à criação figurará como criador e deverá indicar os demais membros de sua equipe que participaram efetivamente do desenvolvimento da pesquisa.

Art. 7° A inovação de que trata esta Resolução será do tipo aberta, pressupondo ação colaborativa pública e privada no processo de criação e utilização gratuita de seus resultados, ressalvando-se as excepcionalidades previstas na presente Resolução e na Política de Propriedade Intelectual da Enap.

Parágrafo único. Sem prejuízo ao interesse público, utilizações onerosas de criações da Enap poderão ser autorizadas pelo Conselho Diretor da Enap, desde que previstas pelo acordo, contrato ou convênio que rege as relações recíprocas com parceiros.

CAPÍTULO III
DAS CRIAÇÕES RESULTANTES DE ACORDOS DE PARCERIA

Art. 8° A celebração de acordos de parceria para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo, com instituições públicas e privadas, observará a disciplina geral dos convênios e instrumentos congêneres na Enap e as disposições especiais desta Resolução.

§ 1° O Conselho Diretor da Enap definirá diretrizes a serem observadas pela gestão da inovação e pelos integrantes do Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, no que tange aos aspectos negociais das parcerias relacionadas às suas respectivas áreas de atuação.

§ 2° Em casos excepcionais, em circunstâncias devida e formalmente justificadas, considerando os interesses da Enap, o responsável pelo projeto poderá requerer a confidencialidade de informações de interesse dos parceiros.

Art. 9° As partes deverão prever em acordo, contrato ou convênio o princípio da inovação aberta, acarretando a não participação nos direitos patrimoniais sobre os resultados da exploração das criações resultantes da parceria, bem como a vedação aos signatários do direito ao licenciamento ou transferência de tecnologia, quando for o caso, ressalvando-se as excepcionalidades previstas na presente Resolução.

Parágrafo único. Havendo previsão de compartilhamento de propriedade intelectual pela Enap ou de utilização onerosa de resultados, aplica-se o disposto pelo § 2°, do art. 5° e pelo parágrafo único do art. 7°.

Art. 10. Nas parcerias regular e tempestivamente firmadas, será assegurado ao parceiro o direito de preferência e/ou prioridade na aplicação dos resultados das criações, observados os termos do acordo, contrato ou convênio.

CAPÍTULO IV
DO APOIO A PROJETOS DE BASE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Art. 11. A Enap poderá apoiar projetos de base científica e tecnológica, observada a legislação pertinente, visando a promoção da inovação, empreendedorismo e o desenvolvimento do Estado, realizando, entre outras, as seguintes atividades:

I - promoção de seminários, workshops e cursos sobre empreendedorismo, inovação, implementação e gestão de serviços públicos e políticas públicas;

II - apoio técnico na confecção de plano de negócio para análise de viabilidade de criação de projeto, quando solicitado por pesquisadores ou criadores;

III - apoio técnico em projetos de desenvolvimento e inovação que visem à solução de problema técnico específico ou obtenção de produto, serviço ou processo inovador no âmbito da administração pública;

IV - disseminação de informações sobre projetos incubados;

V - realização de acordos ou convênios com entidades de fomento a projetos, com a finalidade de apoiar a utilização das linhas de financiamento existentes; e

VI - participação em redes, associando-se ou firmando convênios com entidades que tenham entre seus objetivos o fomento e apoio a novos negócios de base tecnológica e o empreendedorismo de inovação.

§ 1° As atividades previstas no caput serão realizadas prioritariamente pelo NIT da Enap.

§ 2° O apoio técnico referido no inciso II será realizado por servidores técnicos da Enap ou, quando necessário, por especialistas selecionados ou contratados, segundo as melhores práticas no âmbito da pesquisa e do desenvolvimento de projetos de inovação observada a legislação aplicável.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os casos omissos relativos à matéria disciplinada nesta Resolução serão decididos pelo Conselho Diretor da Enap.

Art. 13. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO GAETANI

RESOLUÇÃO Nº 36, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Cria o Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap.

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a gestão da política de inovação da Enap como Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação - ICT, nos termos da Lei n° 10.973, de 2 de dezembro de 2004;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar políticas, estratégias e ações de transferência de conhecimento e tecnologia inovadores no âmbito de atuação da Enap;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer políticas e padronizar procedimentos de gestão e proteção da propriedade intelectual decorrentes das ações de competência da Enap;

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar a articulação de redes institucionais de inovação, o intercâmbio e a cooperação técnica com entidades e profissionais especializados no País e no exterior; e

CONSIDERANDO a necessidade de integrar ações relacionadas à inovação, decorrentes de acordos, convênios, e contratos celebrados entre a Enap e o setor público e privado, resolve:

Art. 1° Esta Resolução dispõe sobre a criação do Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap.

Art. 2° Fica criado o Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, com o objetivo de apoiar a gestão da política de inovação da Enap, fortalecendo parcerias com órgãos de governo, pesquisadores, empresas ou outras instituições nacionais e internacionais, gerindo processos de transferência de tecnologia e de proteção da propriedade intelectual e facilitando, no âmbito da Enap, a integração de atividades de ensino, pesquisa e assessoria técnica como instrumentos de inovação na prestação de serviços públicos.

Art. 3° São competências do Núcleo de Inovação Tecnológica da Enap:

I - gerir a política de inovação tecnológica da Enap como Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação - ICT, nos termos da Lei n° 10.973, de 2004;

II - avaliar os resultados decorrentes de projetos de pesquisa e de desenvolvimento e inovação, responsabilizando-se por sua divulgação;

III - implementar e gerir a política de propriedade intelectual da Enap;

IV - implementar e gerir a política de transferência de tecnologia decorrente de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação realizados no termos da Lei n° 10.973, de 2004;

V - opinar quanto à conveniência de divulgação das criações da Enap, passíveis de proteção intelectual;

VI - avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção no campo da prestação de serviços públicos e da gestão de políticas públicas, na forma do art. 22, da Lei n° 10.973, de 2004;

VII - apoiar e incentivar a realização de projetos de inovação na administração pública, aprimorando a participação e o papel do Laboratório de Inovação em Governo (G.NOVA);

VIII - prospectar, em conjunto com as demais diretorias da Enap, fontes de recursos para o financiamento de projetos de inovação na prestação de serviços públicos;

IX - propor ao Conselho Diretor, em conjunto com a Diretoria de Gestão Interna, norma que discipline a remuneração dos participantes em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação realizados nos termos da Lei n° 10.973, de 2004;

X - prospectar e incentivar parcerias com órgãos públicos, pesquisadores, empresas ou outras instituições nacionais e internacionais visando ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e inovações;

XI - promover a construção e o fortalecimento de redes de fomento e apoio a novos negócios que visem à melhoria na prestação de serviços públicos e à geração de valor para a sociedade;

XII - orientar ações institucionais de capacitação de recursos humanos em empreendedorismo, gestão da inovação, transferência de tecnologia e propriedade intelectual;

XIII - desenvolver estudos e estratégias para a transferência de inovação gerada pela Enap; e

XIV - desenvolver estudos de prospecção tecnológica e de inteligência competitiva no campo da propriedade intelectual, de forma a orientar as ações de inovação da Enap.

Art. 4° A Diretoria de Inovação e Gestão do Conhecimento da Enap exercerá as funções atribuídas ao Núcleo de Inovação Tecnológica, de que trata esta Resolução.

Art. 5° Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO GAETANI

RESOLUÇÃO Nº 37, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Altera o Regimento Interno da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap, de forma a contemplar atribuições decorrentes da Política de Inovação e da criação do Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT.

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Enap, por meio de seu Presidente, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto aprovado pelo Decreto n° 8.902, de 10 de novembro de 2016, e

considerando a necessidade de contemplar em Regimento Interno da Enap atribuições decorrentes de sua Política de Inovação, aprovada por meio da Resolução do Conselho Diretor n° 35, de 29 de outubro de 2018; e

considerando a necessidade de inserir o Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, criado por meio da Resolução do Conselho Diretor n° 36, de 29 de outubro de 2018, na estrutura regimental da Enap, resolve:

Art. 1° Os arts. 49 e 50 da Resolução Enap n° 10, de 6 de março de 2017, que aprova o Regimento Interno e a Denominação dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap, aprovado por meio da Resolução do Conselho Diretor n° 10, de 6 de março de 2017, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 49. À Coordenação-Geral de Inovação compete coordenar, fomentar, orientar e avaliar as atividades de inovação na administração pública e na gestão de políticas públicas, gerenciando administrativamente o Laboratório de Inovação em Governo - GNova e coordenando o Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT.

"Art. 50. À Coordenação de Suporte à Inovação compete prover suporte às atividades de gestão de inovação na administração pública e na gestão de políticas públicas, gerenciando administrativamente o Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT."

Art. 2° Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO GAETANI

RESOLUÇÃO Nº 38, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre o relacionamento entre a Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap, na condição de Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação - ICT, e Fundação de Apoio que venha a ser credenciada, nos termos da Lei n° 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e do Decreto n° 7.423, de 31 de dezembro de 2010.

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Enap, por meio de seu Presidente, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto aprovado pelo Decreto n° 8.902, de 10 de novembro de 2016, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1° Esta Resolução dispõe sobre o relacionamento entre a Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap, na condição de Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação - ICT, e Fundação de Apoio que venha a ser credenciada, nos termos da Lei n° 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e do Decreto n° 7.423, de 31 de dezembro de 2010.

Art. 2° A Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap, na condição de ICT, de que trata a Lei n° 10.973, de 2 de dezembro de 2004, poderá celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII, do caput do art. 24 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com Fundações de Apoio devidamente credenciadas, que tenham como finalidade dar apoio a projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos.

Art. 3° As Fundações de Apoio a que se refere o art. 2° deverão estar constituídas na forma de fundações de direito privado, sem fins lucrativos, regidas pela Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, e sujeitas, em especial:

I - à fiscalização pelo Ministério Público, nos termos do Código Civil e do Código de Processo Civil;

II - à legislação trabalhista; e

III - ao prévio credenciamento no Ministério da Educação e no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, renovável a cada 5 (cinco) anos.

Art. 4° Os projetos a serem desenvolvidos com a participação de Fundações de Apoio deverão conter plano de trabalho negociado entre as partes, sendo vedado, em qualquer caso, o estabelecimento de objetos genéricos.

Art. 5° É vedada em qualquer situação:

I - a subcontratação total do objeto dos contratos ou convênios celebrados pela Enap com Fundações de Apoio nos termos do art. 2°, bem como a subcontratação parcial que delegue a terceiros a execução do núcleo do objeto contratado ou conveniado;

II - a realização de projetos baseados em prestação de serviço de duração indeterminada e daqueles que se configurem pela não fixação de prazo de finalização ou pela reapresentação reiterada; e

III - a utilização de recursos em finalidade diversa da prevista nos projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de estímulo à inovação.

Art. 6° Para a elaboração e a execução dos projetos previstos no art. 2°, as Fundações de Apoio, por meio de instrumento legal próprio, poderão utilizar-se de bens e serviços da Enap, mediante ressarcimento previamente definido para cada projeto.

§ 1° Nos projetos que envolvam risco tecnológico, para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto ou processo inovador, o uso de bens e serviços da Enap poderá ser contabilizado como sua contrapartida ao projeto.

§ 2° Na hipótese de que trata o § 1°, o ressarcimento poderá ser dispensado, mediante justificativa circunstanciada constante no projeto a ser aprovado pelo Conselho Diretor.

Art. 7° Entende-se por desenvolvimento institucional, para fins de aplicação do disposto no art. 1°, os projetos que visem à melhoria mensurável das condições da Enap para o cumprimento eficiente e eficaz de sua missão como ICT, conforme descrito em seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

§ 1° A atuação da Fundação de Apoio em projetos de desenvolvimento institucional para a melhoria de infraestrutura deverá limitar-se às obras laboratoriais, aquisição de materiais e equipamentos e outros insumos especificamente relacionados às atividades de inovação e pesquisa científica e tecnológica.

§ 2° É vedado o enquadramento, no conceito de desenvolvimento institucional, de:

I - atividades como manutenção predial ou infraestrutural, conservação, limpeza, vigilância e reparos;

II - serviços administrativos, como copeiragem, recepção, secretariado, serviços na área de informática, gráficos, reprográficos e de telefonia, demais atividades administrativas de rotina, e respectivas expansões vegetativas, inclusive por meio do aumento no número total de funcionários; e

III - realização de outras tarefas que não estejam objetivamente definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional da Enap como ICT.

CAPÍTULO II

DA ELABORAÇÃO DO PROJETO

Art. 8° Os projetos desenvolvidos com a participação de Fundações de Apoio podem ser, quanto à origem dos recursos:

I - com financiamento exclusivo da Enap, cabendo à Fundação de Apoio a gestão administrativa e financeira do projeto, incluindo aquisições de bens, contratações de obras e serviços, bem como a concessão de bolsas de ensino, pesquisa, extensão e estímulo à inovação e à contratação de equipe técnica;

II - com financiamento exclusivo de órgãos ou entidades integrantes do Orçamento Geral da União - OGU, cabendo à Fundação de Apoio a gestão administrativa e financeira do projeto, a partir do recebimento de recursos exclusivos de outros órgãos ou entidades integrantes do OGU ou em conjunto com dotações orçamentárias da Enap;

III - com financiamento exclusivo de órgãos ou entidades da administração pública federal, estadual e municipal, cabendo à Fundação de Apoio a gestão administrativa e financeira do projeto, a partir do recebimento de recursos exclusivos de estados e municípios ou em conjunto com dotações orçamentárias de órgãos ou entidades integrantes do OGU;

IV - com financiamento do setor privado, cabendo à Fundação de Apoio a gestão administrativa e financeira do projeto, a partir do recebimento de recursos exclusivos do setor privado ou em conjunto com dotações orçamentárias de órgãos ou entidades integrantes do OGU e/ou de estados e municípios; e

V - com financiamento da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, Fundação de Apoio a Pesquisa do Distrito Federal - FAP ou de outras agências nacionais e internacionais de fomento, cabendo à Fundação de Apoio a gestão administrativa e financeira do projeto, a partir do recebimento de recursos exclusivos das agências de fomento ou em conjunto com recursos de outras instituições públicas ou privadas.

§ 1° Em qualquer uma das hipóteses previstas pelo caput, os recursos gerenciados pelas Fundações de Apoio deverão ser mantidos em contas específicas abertas para cada projeto.

§ 2° As Fundações de Apoio deverão garantir o controle contábil específico dos recursos aportados e utilizados em cada projeto, de forma a permitir adequada prestação de contas e ressarcimento de recursos.

Art. 9° Os projetos a serem desenvolvidos com a participação de Fundação de Apoio deverão conter plano de trabalho negociado entre as partes, contemplando no mínimo:

I - título do Projeto;

II - diretoria ou Unidade da Enap responsável pela execução;

III - natureza do Projeto (Ensino, Pesquisa, Extensão, Desenvolvimento Institucional Científico e Tecnológico ou Estímulo à Inovação);

IV - origem dos Recursos de Financiamento, em conformidade com o art. 8°;

V - descrição do Projeto, contemplando objetivo geral e objetivos específicos, justificativa, resultados esperados, relevância para o cumprimento da finalidade da Enap e para a sociedade, indicadores e metas;

VI - contribuições, Obrigações e Responsabilidades das Partes Envolvidas;

VII - cronograma de Execução, com Identificação dos Resultados em Cada Etapa;

VIII - cronograma de Desembolsos;

IX - Identificação do Coordenador do Projeto;

X - Identificação da Equipe do Projeto, especificando:

a) participantes vinculados à Enap, com atribuições e valores das respectivas bolsas a serem concedidas;

b) relação de bolsistas, com os respectivos valores de retribuição pecuniária; e

c) equipe técnica que atuará mediante prestação de serviços (pessoas físicas e/ou jurídicas), com respectivo valor da retribuição pecuniária;

XI - orçamento Necessário para a Execução do Projeto, com previsão de despesas segmentadas nos seguintes grupos:

a) aquisições de materiais e equipamentos;

b) serviços de pessoa física e jurídica;

c) concessão de bolsas;

d) visitas técnicas e participação em eventos;

e) publicações;

f) impostos;

g) administração e operação, relativas à Fundação de Apoio; e

h) outras necessárias à execução do projeto.

XII - indicação do ressarcimento pelo uso de bens e serviços da Enap, nos termos do caput do art. 6°.

§ 1° Na hipótese de geração de receitas provenientes da propriedade intelectual e/ou da utilização onerosa do produto do projeto, prevista no contrato ou convênio específico e previamente aprovada pelo Conselho Diretor da Enap, o plano de trabalho deverá estimar a retribuição e a distribuição de resultados.

§ 2° O patrimônio tangível ou intangível utilizado nos projetos, incluindo laboratórios e salas de aula, recursos humanos, materiais de apoio e de escritório, nome e imagem, redes de tecnologia da informação, conhecimento e documentação acadêmicos gerados, deve ser considerado como recurso na contabilização da contribuição de cada uma das partes, exigida pelo inciso VI do presente artigo.

§ 3° O uso de bens e serviços próprios da Enap deve ser contabilizado como sua contribuição ao projeto, cabendo à Fundação de Apoio estabelecer e apresentar rotinas de justa retribuição e ressarcimento.

CAPÍTULO III

DA APROVAÇÃO DO PROJETO

Art. 10. Com o objetivo de melhor estruturação de ações da Enap como ICT, a proposta anual de projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação a serem desenvolvidos com a participação das Fundações de Apoio deve ser apresentada ao Conselho Diretor até o final do mês de março de cada exercício, contemplando, no mínimo, as seguintes informações:

I - distribuição consolidada por natureza de projeto, entre ensino; pesquisa; extensão; desenvolvimento institucional; científico e tecnológico e estímulo à inovação;

II - distribuição consolidada por origem dos recursos de financiamento, nos termos do disposto pelo art. 8°;

III -distribuição consolidada por Diretoria ou Unidade da Enap responsável pela execução dos projetos; e

IV - informações gerenciais de cada projeto pretendido, contemplando, de forma sucinta, objetivos, resultados esperados, prazo de implementação, partes envolvidas, principais custos, perfil e composição esperada para a equipe do projeto; fontes de financiamento e relevância para a Enap e para a administração pública.

Art. 11. Ao final do exercício, ou sempre que julgar necessário, o Conselho Diretor da Enap reunir-se-á para analisar a execução da proposta anual de projetos, autorizando, mediante justificativas, ajustes ou reprogramações.

Art. 12. A Diretoria ou Unidade da Enap responsável pela execução do projeto aprovado no âmbito da proposta anual prevista no art. 10 deverá realizar as negociações necessárias, bem como elaborar plano de trabalho específico para o projeto, nos termos do art. 9°.

§ 1° As fundações de apoio poderão auxiliar os proponentes do projeto na prospecção, negociação, consecução e elaboração do plano de trabalho.

§ 2° Para o tratamento de questões envolvendo propriedade intelectual e transferência de tecnologia, deverão ser observadas, além da base normativa vigente, as diretrizes da Política de Inovação da Enap.

Art. 13. Evidenciada a necessidade de elaboração de plano de trabalho de projeto que não tenha sido incluído na proposta anual prevista no art. 9°, esta poderá ser autorizada pelo Diretor ou Chefe da Unidade da Enap responsável por sua execução, mediante justificativa fundamentada.

Parágrafo único. A autorização prevista no caput, bem como as razões que a motivaram, deverão ser incluídas na pauta de reunião do Conselho Diretor da Enap estabelecida no art. 11.

Art. 14. Após validação da Diretoria ou Unidade da Enap responsável pela execução do projeto, o respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 8°, deverá ser submetido à aprovação do Conselho Diretor da Enap.

Art. 15. Após aprovação pelo Conselho Diretor da Enap, o projeto poderá ser liberado para execução junto à Fundação de Apoio.

§ 1° Para atender às demandas dos editais, chamadas públicas ou outras formas de financiamento, as Fundações de Apoio poderão emitir documentos de anuência de sua participação no projeto.

§ 2° Nos casos de participação em editais públicos, chamadas públicas ou outras formas de financiamento, compete ao Presidente da Enap emitir a autorização institucional, desde que o projeto tenha sido aprovado pelo Conselho Diretor.

CAPÍTULO IV

DA EQUIPE DO PROJETO

Art. 16. A equipe do projeto, de que trata o inciso X, do art. 9°, deverá ser composta por, no mínimo, dois terços de pessoas vinculadas direta ou indiretamente à Enap, incluindo servidores técnico-administrativos, alunos de cursos de pós-graduação, docentes e pesquisadores com vínculo com a administração pública federal.

§ 1° Em casos devidamente justificados e aprovados pelo Conselho Diretor, poderão ser admitidos projetos com participação de pessoas vinculadas direta ou indiretamente à Enap em proporção inferior ao previsto no caput, observado o mínimo de um terço.

§ 2° Em casos devidamente justificados e aprovados pelo Conselho Diretor, poderão ser admitidos projetos com participação de pessoas vinculadas direta ou indiretamente à Enap em proporção inferior a um terço, desde que não ultrapassem o limite de dez por cento do número total de projetos realizados com a participação de fundações de apoio.

§ 3° Em todos os casos, a participação de servidores técnico-administrativos vinculados à Enap, bem como de docentes e pesquisadores, deverá atender à regulamentação interna específica da Escola e dos órgãos de origem dos profissionais, quando se tratar de servidores públicos.

§ 4° No caso de projetos desenvolvidos em conjunto com outra ICT ou Instituição Federal de Ensino Superior - IFES, os percentuais previstos no caput e no § 1° poderão ser alcançados por meio da soma da participação de pessoas vinculadas às instituições envolvidas.

Art. 17. Os servidores da Enap poderão compor as equipes de projetos desenvolvidos com a participação das fundações de apoio, desde que não haja prejuízo de suas atribuições funcionais e do cumprimento de sua jornada de trabalho, excetuada a colaboração esporádica não remunerada em assuntos de sua especialidade.

§ 1° Compete ao Conselho Diretor disciplinar as hipóteses de concessão de bolsas e referenciais de valores, fixando critérios objetivos para participação de servidores da Enap em projetos desenvolvidos com a participação das fundações de apoio.

§ 2° O limite máximo da soma da remuneração, retribuições e bolsas percebidas por servidores da Enap que componham as equipes de projetos não poderá exceder o maior valor recebido pelo funcionalismo público federal, cabendo ao coordenador do projeto zelar pelo seu fiel cumprimento.

§ 3° A participação de servidores da Enap nos projetos não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, podendo as Fundações de Apoio responsáveis por sua execução conceder bolsas, observado o estabelecido pelo § 1°.

§ 4° Os servidores ocupantes de cargo em comissão ou função comissionada igual ou superior a DAS - 4 e FCPE - 4, respectivamente, não poderão desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão e de estímulo à inovação, no âmbito dos projetos desenvolvidos em conjunto com Fundações de Apoio, com recebimento de bolsas.

CAPÍTULO V

DA CONCESSÃO DE BOLSAS

Art. 18. Sem prejuízo das demais hipóteses de concessão de bolsas definidas pela legislação, as Fundações de apoio poderão conceder, para a realização dos projetos definidos pelo art. 2°, bolsas de ensino, pesquisa e extensão e de estímulo à inovação aos estudantes de cursos técnicos, de graduação e pós-graduação, e aos servidores vinculados a projetos institucionais, inclusive em rede, das IFES e demais ICTs apoiadas, na forma da regulamentação específica.

§ 1° Compete ao Conselho Diretor da Enap disciplinar as hipóteses de concessão de bolsas em projetos desenvolvidos com a participação de Fundações de Apoio, fixando critérios objetivos e procedimentos de autorização para participação remunerada de ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, em conformidade com a legislação aplicável.

§ 2° Para a fixação dos valores das bolsas, deverão ser levados em consideração critérios de proporcionalidade com relação à remuneração regular de seu beneficiário e, sempre que possível, os valores de bolsas correspondentes concedidas por agências oficiais de fomento.

§ 3° Na ausência de bolsa correspondente das agências oficiais de fomento, será fixado valor compatível com a formação do beneficiário e a natureza do projeto.

§ 4° O limite máximo da soma da remuneração, retribuições e bolsas percebidas pelos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional não poderá exceder o maior valor recebido pelo funcionalismo público federal, nos termos do art. 37, caput e inciso XI, da Constituição Federal do Brasil.

Art. 19. É vedada, em projetos especificados pelo art. 1°, a concessão de bolsas:

I - para contratação de pessoal administrativo, de manutenção, docentes ou pesquisadores para prestar serviços ou atender a necessidades de caráter permanente da Enap;

II - como retribuição a servidores pelo desempenho de funções comissionadas;

III - pela participação de servidores nos conselhos das Fundações de Apoio; e

IV - em cumulatividade com o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso e Concurso.

Art. 20. Não são fatos geradores para pagamento de bolsa, em projetos especificados pelo art. 2°:

I - atividades de área-meio, desenvolvidas por servidores da Enap no âmbito de suas atribuições regulares, mesmo que fora de seu horário de expediente;

II - participação de servidores da Enap em atividades de desenvolvimento, instalação ou manutenção de produtos ou serviços de apoio a áreas de infraestrutura.

CAPÍTULO VI

DA EXECUÇÃO DO PROJETO

Art. 21. As despesas para administração e operação dos projetos, realizados nos termos do art. 2°, não poderão ser superiores à 5% (cinco por cento) do valor total dos recursos financeiros destinados à sua execução.

Parágrafo único. As despesas de que trata o caput deverão estar previstas no plano de trabalho do projeto, conforme disposto no art. 9°, inciso XI, item g desta Resolução.

Art. 22. Para a execução dos projetos realizados nos termos do art. 2°, as Fundações de Apoio deverão utilizar regulamento específico de aquisições e contratações de obras e serviços, mantendo conformidade desses dispositivos com a base normativa vigente e o disciplinamento interno da Enap.

Art. 23. Fica vedado à Enap o pagamento de débitos contraídos pelas Fundações de Apoio na execução dos projetos realizados nos termos do art. 2°, bem como a assunção de responsabilidade a qualquer título, em relação ao pessoal por estas contratado, inclusive na utilização de pessoal vinculado à Enap.

CAPÍTULO VII

DO ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

Art. 24. No desenvolvimento de projetos especificados no art. 2°, as Fundações de Apoio deverão:

I - prestar contas dos recursos aplicados aos entes financiadores;

II - submeter-se ao controle de gestão realizado pelo Conselho Diretor da Enap; e

III - submeter-se ao controle finalístico realizado pela Auditoria Interna da Enap, pela Controladoria-Geral da União e pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 25. Deverão ser incorporados aos convênios e contratos firmados nos termos do art. 2° a previsão de prestação de contas por parte das Fundações de Apoio.

Art. 26. A prestação de contas deverá abranger os aspectos contábeis, de legalidade, efetividade e economicidade de cada projeto, cabendo a seu coordenador realizar acompanhamento permanente da respectiva execução físico-financeira.

§ 1° O processo de prestação de contas ocorrerá semestralmente, ao final do projeto ou quando houver demanda previamente justificada, oriunda de seu coordenador ou do Conselho Diretor da Enap.

§ 2° Na prestação de contas, deverão ser juntados os demonstrativos de receitas e despesas, cópias dos documentos fiscais da Fundação de Apoio, relação de pagamentos discriminando as respectivas cargas horárias de seus beneficiários, cópias de guias de recolhimentos e atas de licitação, além de comprovante da destinação dos recursos não utilizados.

§ 3° O coordenador do projeto deverá elaborar relatórios parciais, semestralmente, e final com informações julgadas relevantes, além de avaliação com base nos elementos previstos no caput e no § 2°, atestando também a regularidade das despesas realizadas pela Fundação de Apoio, o atendimento dos resultados esperados no plano de trabalho e a relação de bens adquiridos em seu âmbito.

Art. 27. O relatório final de prestação de contas deverá ser encaminhado para avaliação do Diretor ou do Chefe da Unidade da Enap responsável por sua execução no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o encerramento do projeto.

Parágrafo único. A avaliação deverá levar em consideração, além de outros fatores julgados relevantes:

I - o atingimento dos objetivos previstos no plano de trabalho;

II - os resultados alcançados, em comparação com o previsto no plano de trabalho;

III - a conformidade com indicadores e metas estabelecidos no plano de trabalho;

IV - a regularidade da gestão orçamentária, financeira e contábil; e

V - a conformidade normativa quanto à gestão de pessoas e de contratos e à atuação da Fundação de Apoio no projeto.

Art. 28. Devendo ser realizada em modelo, documento ou plataforma padronizada, a avaliação de que trata o art. 27 deverá estar disponibilizada para apreciação do Conselho Diretor da Enap no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do projeto.

Parágrafo único. Caberá à Diretoria ou Unidade responsável pela execução do projeto responsabilizar-se pela relatoria da matéria junto ao colegiado.

Art. 29. A não prestação de contas do projeto, nos termos dos arts. 27 e 28, sem prejuízo da aplicação de outras sanções, impede a Diretoria ou Unidade responsável por sua execução, de iniciar qualquer novo projeto com a respectiva Fundação de Apoio, até que situação seja regularizada.

Parágrafo único. Poderá o Conselho Diretor da Enap, em caráter excepcional e mediante apresentação de justificativas fundamentadas para o projeto específico, alterar os prazos estabelecidos pelos arts. 27 e 28.

Art. 30. As Fundações de Apoio deverão assegurar o acesso a documentos e informações referentes aos recursos públicos recebidos aos órgãos e entidades partícipes dos projetos, bem como a seus respectivos órgãos de controle interno e externo.

Art. 31. Serão divulgados, na íntegra, em sítio mantido pela Fundação de Apoio na rede mundial de computadores - internet:

I - os instrumentos jurídicos firmados e mantidos pela Fundação de Apoio com a Enap, no âmbito do art. 2°, incluindo aqueles que tenham a participação da FINEP, do CNPq e das Agências Financeiras Oficiais de Fomento;

II - os relatórios semestrais de execução dos instrumentos jurídicos de que trata o inciso I, indicando os valores executados, as atividades, as obras e os serviços realizados, discriminados por projeto;

III - a relação dos pagamentos efetuados a servidores ou agentes públicos de qualquer natureza em decorrência dos instrumentos jurídicos de que trata o inciso I;

IV - as prestações de contas dos instrumentos jurídicos firmados pela Fundação de Apoio com a Enap, no âmbito do art. 2°, incluindo aqueles que tenham a participação da FINEP, do CNPq e das Agências Financeiras Oficiais de Fomento;

Art. 32. As fundações de apoio deverão possuir ferramentas de execução, controle e acompanhamento dos projetos que forneçam à Enap todas as informações necessárias ao controle finalístico e de gestão previstos no art. 12, do Decreto n° 7.423, de 31 de dezembro de 2010.

Art. 33. A Enap disponibilizará em seu sítio na rede mundial de computadores informações sobre sua relação com as Fundações de Apoio, explicitando regras e condições, a sistemática de aprovação de projetos e dados específicos daqueles que estejam em andamento.

§ 1° Os dados específicos de projetos deverão conter, no mínimo, sua fundamentação normativa, sistemática de elaboração, acompanhamento de metas e avaliação, planos de trabalho, dados relativos à seleção e concessão de bolsa, bem como resultados esperados e valores envolvidos.

§ 2° Os dados relativos à concessão de bolsa deverão contemplar remunerações pagas e seus beneficiários.

Art. 34. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO GAETANI

RESOLUÇÃO Nº 40, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018

Altera a Resolução Enap n° 5, de 12 de abril de 2018, que institui o Programa de Estágio de Intercâmbio Profissional da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap.

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, por meio de seu Presidente Substituto, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 15 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.902, de 10 de novembro de 2016, e a Resolução nº 10, de 06 de março de 2017,

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua reunião de 18 de outubro de 2018, e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 04600.000674/2018-33, resolve:

Art. 1° A Resolução Enap n° 5, de 12 de abril de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8°-A Também será admitida a participação de servidor no Programa de que trata esta Resolução por indicação do dirigente máximo do órgão ou entidade a que se vincula o participante, consideradas as atribuições desempenhadas e observado o interesse da administração.

Parágrafo único. O órgão ou entidade deverá fundamentar a participação de que trata o caput nos termos dos incisos I e II do art. 8°." (NR)

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MARQUES
Presidente do Conselho
Substituto

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O Coordenador-Geral de Imigração-Substituto, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0487/2018 de 05/11/2018, 0488/2018 de 05/11/2018, 0489/2018 de 06/11/2018, 0490/2018 de 07/11/2018, 0491/2018 de 07/11/2018, 0492/2018 de 08/11/2018 e 0493/2018 de 08/11/2018, respectivamente.

Residência Prévia - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039016257201847 Empresa: MERCK SHARP & DOHME FARMACEUTICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PATRICK JOSEPH MCCAFFERTY Data Nascimento: 11/09/1975 Passaporte: 562653494 País: EUA Mãe: JUDITH ANN BUNSEY Pai: PATRICK JOSEPH MCCAFFERTY; Processo: 47039016363201821 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLAR E BENEFICENTE CORCOVADO Prazo: até 31/12/2020 Estrangeiro: TANJA BUCHHOLZ Data Nascimento: 25/03/1987 Passaporte: C1V5GOR54 País: ALEMANHA Mãe: Petra Buchholz Pai: Günter Buchholz; Processo: 47039016424201850 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DEEPAK MANILAL GALA Data Nascimento: 05/01/1979 Passaporte: 585773110 País: EUA Mãe: HEMALATA MANILAL GALA Pai: MANILAL LAKHAMSHIBHAI GALA; Processo: 47039016420201871 Empresa: CONECTCAR SOLUCOES DE MOBILIDADE ELETRONICA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JONATHAN CAVALLARO Data Nascimento: 13/05/1989 Passaporte: YB2724351 País: ITÁLIA Mãe: FRANCESACA SCAVITTO Pai: ANDREA CAVALLARO; Processo: 47039016436201884 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLAR E BENEFICENTE CORCOVADO Prazo: até 31/12/2020 Estrangeiro: TOBIAS PATRICK LEUTHOLD Data Nascimento: 06/06/1987 Passaporte: C1TG54HHO País: ALEMANHA Mãe: KATRIN HERMINE JOHANNA LEUTHOLD Pai: GERHARD JOSEF LEUTHOLD; Processo: 47039016634201848 Empresa: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SABRINA MENDONZA ALLMAND Data Nascimento: 12/03/1992 Passaporte: G07242148 País: MÉXICO Mãe: JOY ALLMAND ARENAS Pai: MARCO ANTONIO MENDONZA MARTINEZ; Processo: 47039016869201830 Empresa: KYB-MANDO DO BRASIL FABRICANTE DE AUTOPECAS S.A Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: KIICHI FUKUI Data Nascimento: 20/01/1970 Passaporte: TZ1044138 País: JAPÃO Mãe: TOSHIE FUKUI Pai: MOTONARI FUKUI; Processo: 47039016904201811 Empresa: KG PROTECH INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GEORG HOMOLATSCH Data Nascimento: 13/11/1985 Passaporte: P6967894 País: ÁUSTRIA Mãe: GERTRUD MARIA HOMOLATSCH Pai: PETER FRIEDRICH MARIA WALDEMAR KARL HOMOLATSCH; Processo: 47039016910201878 Empresa: HCL (BRAZIL) TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DIVYANSHU JOSHI Data Nascimento: 19/06/1987 Passaporte: Z4822789 País: ÍNDIA Mãe: KUSUM JOSHI Pai: BHOLA SHANKAR JOSHI; Processo: 47039016949201895 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TAKEO SHIRAI Data Nascimento: 18/11/1965 Passaporte: TK1807468 País: JAPÃO Mãe: MASAKO SHIRAI Pai: KIYOSHI SHIRAI; Processo: 47039017091201886 Empresa: ROFF BRASIL - CONSULTORIA EM SISTEMAS DE INFORMACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas Data Nascimento: 05/09/1961 Passaporte: C698355 País: PORTUGAL Mãe: Branca Miranda Relvas Pai: João Augusto Garção Miranda Relvas; Processo: 47039017098201806 Empresa: KOMATSU FOREST INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS FLORESTAIS LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: NOBUFUMI KINOSHITA Data Nascimento: 27/10/1968 Passaporte: TR6821556 País: JAPÃO Mãe: YASUKO KINOSHITA Pai: ISAMU KINOSHITA; Processo: 47039017138201810 Empresa: MCKINSEY & COMPANY, INC. DO BRASIL CONSULTORIA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SARAH ROSE HANSEN Data Nascimento: 22/09/1991 Passaporte: 561297250 País: EUA Mãe: MARCIA JEAN COTRONE Pai: RUSSELL CHRISTIAN HANSEN; Processo: 47039017140201881 Empresa: ALSTOM ENERGIA TERMICA E INDUSTRIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Mohamad Hasan Bin Ismail Data Nascimento: 03/01/1991 Passaporte: A34534861 País: MALÁSIA Mãe: Halimah Binti Mat Junoh Pai: Ismail Bin Ibrahim; Processo: 47039017142201870 Empresa: MCKINSEY & COMPANY, INC. DO BRASIL CONSULTORIA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KONRAD ILCZUK Data Nascimento: 13/01/1990 Passaporte: 94356532 País: SUÉCIA Mãe: JADWIGA MISIOWIEC Pai: ROMAN KAZIMIERZ ILCZUK; Processo: 47039017200201865 Empresa: SOCIEDADE DE EDUCACAO RITTER DOS REIS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARYORIE PAVON GALEAS Data Nascimento: 04/03/1990 Passaporte: C967950 País: HONDURAS Mãe: PAULA GALEAS ALMENDAREZ Pai: POMPILIO PAVON AREVALO; Processo: 47039017227201858 Empresa: ERICSSON TELECOMUNICACOES S A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PRAMOD KUMAR Data Nascimento: 06/04/1985 Passaporte: Z5105682 País: ÍNDIA Mãe: SUDAMI DEVI Pai: JOHAR RAM; Processo: 47039017275201846 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AMIR HOUSSEIN MANSOURI Data Nascimento: 01/04/1980 Passaporte: C4G1N9CP9 País: ALEMANHA Mãe: ARFA ABTAHI Pai: HASSAN MANSOURI; Processo: 47039017315201850 Empresa: FUNDACAO DOM CABRAL Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Paulo Alexandre Pereira Alves de Almeida Data Nascimento: 12/02/1970 Passaporte: CA023510 País: PORTUGAL Mãe: Maria Teresa Anjos Pereira de Almeida Pai: António Santos Alves de Almeida; Processo: 47039017364201892 Empresa: ASSOCIACAO BRITANICA DE EDUCACAO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PAUL FRANCIS BARRIE Data Nascimento: 21/12/1981 Passaporte: 510795440 País: GRÃ BRETANHA Mãe: JEAN BARRIE Pai: NORMAN DAVID BARRIE; Processo: 47039017377201861 Empresa: NU PAGAMENTOS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREW JOSEPH MICHALIK Data Nascimento: 27/01/1958 Passaporte: 540179904 País: EUA Mãe: HELEN R DOMINSKI Pai: BENJAMIN A MICHALIK; Processo: 47039017406201895 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SUMIT REMY TOPPO Data Nascimento: 08/04/1986 Passaporte: Z4409026 País: ÍNDIA Mãe: AUGUSTIN TOPPO Pai: MIRA TOPPO; Processo: 47039017408201884 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAMAKRISHNAN HARIHARAN Data Nascimento: 12/12/1983 Passaporte: N4857342 País: ÍNDIA Mãe: BHARATHI HARIHARAN Pai: HARIHARAN RAMAKRISHNAIER; Processo: 47039017505201877 Empresa: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARMANDO JOSÉ COROA MIRA Data Nascimento: 29/09/1964 Passaporte: N404239 País: PORTUGAL Mãe: MARIANA COROA DO MONTE Pai: JOSÉ JACINTO MIRA.

Residência Prévia - RN 21 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039018235201811 Empresa: ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO BASQUETE DE JOINVILLE Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: ERIC CURRAN LASTER Data Nascimento: 17/10/1993 Passaporte: 507132656 País: EUA Mãe: NICOLE ADRIENNE CLARKE Pai: ERIC LASTER; Processo: 47039018501201814 Empresa: CLUB DE REGATAS VASCO DA GAMA Prazo: 7 Mês(es) Estrangeiro: TRAVIS ROBERT MCKIE Data Nascimento: 23/08/1992 Passaporte: 482036814 País: EUA Mãe: RENEE IVETTE SMITH Pai: ROBERT MCKIE; Processo: 47039018663201844 Empresa: PLANALTINA ESPORTE CLUBE Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: MAHAMADI SODRE Data Nascimento: 01/01/1998 Passaporte: A2130715 País: BURKINA FASSO Mãe: SAWADOGO SAFIYATOU Pai: SODRE OUSMANE.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039014926201846 Empresa: GRENDENE S A Prazo: 2 Mês(es) Estrangeiro: Elhadji Amadou Niang Data Nascimento: 10/08/1975 Passaporte: A01999482 País: SENEGAL; Processo: 47039015653201857 Empresa: RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FORRESTIER WILLIAM PANDY Data Nascimento: 23/03/1977 Passaporte: 580670588 País: EUA; Processo: 47039015720201833 Empresa: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: YIN WENBING Data Nascimento: 27/02/1990 Passaporte: E44079113 País: CHINA; Processo: 47039016154201887 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 335 Dia(s) Estrangeiro: DAISUKE ISHIJIMA Data Nascimento: 03/06/1979 Passaporte: TL0021507 País: JAPÃO; Processo: 47039016327201867 Empresa: COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GUOCE YAO Data Nascimento: 17/02/1966 Passaporte: G49478191 País: CHINA Estrangeiro: LIXIANG WANG Data Nascimento: 05/11/1967 Passaporte: EE3044538 País: CHINA Estrangeiro: LONG YAO Data Nascimento: 31/10/1965 Passaporte: EE1931922 País: CHINA Estrangeiro: PING ZHANG Data Nascimento: 16/02/1972 Passaporte: EE1921285 País: CHINA Estrangeiro: ZONGHUI LU Data Nascimento: 06/01/1978 Passaporte: G58001064 País: CHINA; Processo: 47039016330201881 Empresa: COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GUANG HUANG Data Nascimento: 19/12/1963 Passaporte: G54684932 País: CHINA Estrangeiro: JIN XU Data Nascimento: 10/08/1965 Passaporte: G38853144 País: CHINA Estrangeiro: LIBING WU Data Nascimento: 22/09/1969 Passaporte: E11262386 País: CHINA Estrangeiro: LONG YAN Data Nascimento: 09/09/1967 Passaporte: E91207310 País: CHINA Estrangeiro: YI ZHANG Data Nascimento: 07/06/1978 Passaporte: G56952380 País: CHINA Estrangeiro: YUAN HU Data Nascimento: 06/10/1989 Passaporte: E67857757 País: CHINA; Processo: 47039016380201868 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARIA GABRIELA NUÑEZ FERRER Data Nascimento: 15/01/1980 Passaporte: 139916104 País: VENEZUELA; Processo: 47039016999201872 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HENRI EEMELI KARKKAINEN Data Nascimento: 18/11/1989 Passaporte: PA8130562 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039017114201852 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Geir Juklestad Data Nascimento: 10/02/1963 Passaporte: 31227206 País: NORUEGA; Processo: 47039017171201831 Empresa: ESTALEIRO NAVSHIP LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DWAYNE ANTHONY GRIFFIN Data Nascimento: 09/01/1968 Passaporte: 531259329 País: EUA; Processo: 47039017261201822 Empresa: AGC VIDROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEAN-MARC GHISLAIN THIBAUT Data Nascimento: 18/04/1969 Passaporte: EP766307 País: BÉLGICA; Processo: 47039017279201824 Empresa: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MANUEL PESENTI Data Nascimento: 16/10/1980 Passaporte: YB2308881 País: ITÁLIA; Processo: 47039017287201871 Empresa: HISPASOL 2NB BRASIL EIRELI Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ARBEN BYTYCI Data Nascimento: 12/08/1974 Passaporte: 512958065 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039017290201894 Empresa: HISPASOL 2NB BRASIL EIRELI Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUAN BYTYCI Data Nascimento: 01/05/1977 Passaporte: YA6027821 País: ITÁLIA; Processo: 47039017297201814 Empresa: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TOMMASO ROMANO Data Nascimento: 23/01/1977 Passaporte: YB2825481 País: ITÁLIA; Processo: 47039017312201816 Empresa: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Anders Hornslien Data Nascimento: 25/08/1957 Passaporte: 33153900 País: NORUEGA; Processo: 47039017322201851 Empresa: YKK DO BRASIL LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: TAKESHI HASHIMOTO Data Nascimento: 13/02/1979 Passaporte: TK4749098 País: JAPÃO; Processo: 47039017344201811 Empresa: RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GUY ALLEN SALINAS Data Nascimento: 13/10/1973 Passaporte: 535686659 País: EUA; Processo: 47039017353201811 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DONGSUN SEOL Data Nascimento: 23/02/1992 Passaporte: M26247305 País: CORÉIA DO SUL Estrangeiro: GARAM LEE Data Nascimento: 25/10/1991 Passaporte: M73011861 País: CORÉIA DO SUL Estrangeiro: HYUN HO KANG Data Nascimento: 24/09/1962 Passaporte: M02669888 País: CORÉIA DO SUL Estrangeiro: JEOK KYUNG SUNG Data Nascimento: 01/08/1970 Passaporte: M69912152 País: CORÉIA DO SUL Estrangeiro: JONG HO SONG Data Nascimento: 23/10/1962 Passaporte: M88424327 País: CORÉIA DO SUL Estrangeiro: SUNCHOL KWON Data Nascimento: 28/12/1969 Passaporte: M18711348 País: CORÉIA DO SUL Estrangeiro: YONGJUN LEE Data Nascimento: 20/10/1982 Passaporte: M71175768 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039017363201848 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NICHOLAS HASTINGS ZDROJOWY Data Nascimento: 29/05/1982 Passaporte: 642412407 País: EUA; Processo: 47039017396201898 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JUAN CARLOS GONZALEZ TRAPAGA Data Nascimento: 10/04/1994 Passaporte: PAF668680 País: ESPANHA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º caput):

Processo: 47039013347201886 Empresa: NOVELIS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FERNANDO DELGADO SANCHEZ Data Nascimento: 18/04/1956 Passaporte: G27508051 País: MÉXICO; Processo: 47039015663201892 Empresa: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ROBERTO EDUARDO ROTH Data Nascimento: 03/12/1976 Passaporte: C4WJM5HLY País: ALEMANHA; Processo: 47039016290201877 Empresa: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ERIK DRÁBEK Data Nascimento: 03/11/1986 Passaporte: 41152384 País: REPÚBLICA TCHECA; Processo: 47039016839201823 Empresa: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BERND MANFRED HUBLER Data Nascimento: 01/04/1982 Passaporte: 6185148 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039017268201844 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ZACKARIAS EL KHALIL Data Nascimento: 21/02/1991 Passaporte: 93003181 País: SUÉCIA; Processo: 47039017398201887 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS ANDREAS SCHUMAN Data Nascimento: 12/04/1975 Passaporte: 93937936 País: SUÉCIA; Processo: 47039017399201821 Empresa: TETRA PAK LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JENS FREDRIK PERSSON Data Nascimento: 31/03/1982 Passaporte: 95434101 País: SUÉCIA; Processo: 47039017412201842 Empresa: COLUMBIAN CHEMICALS BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Sunil Sangra Data Nascimento: 01/02/1965 Passaporte: Z4323234 País: ÍNDIA; Processo: 47039017594201851 Empresa: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BIBHU PRASAD MOHANTY Data Nascimento: 25/05/1988 Passaporte: Z4329926 País: ÍNDIA; Processo: 47039017597201895 Empresa: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: NARESH KRISHNA Data Nascimento: 24/03/1992 Passaporte: P3661565 País: ÍNDIA; Processo: 47039017782201880 Empresa: G-KT DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HAJIME KASHIWASE Data Nascimento: 03/02/1955 Passaporte: MU8373762 País: JAPÃO; Processo: 47039017918201851 Empresa: CENTRO DE RETIFICACAO DE CILINDROS DO SUL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TORSTEN JARCHOW Data Nascimento: 09/04/1965 Passaporte: C7VV7CFRK País: ALEMANHA; Processo: 47039018006201805 Empresa: JTI PROCESSADORA DE TABACO DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JULIAN ZEHREN Data Nascimento: 02/07/1991 Passaporte: C2XPV3FVM País: ALEMANHA; Processo: 47039018085201846 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: HIROTO NABETA Data Nascimento: 24/01/1951 Passaporte: TK5416345 País: JAPÃO; Processo: 47039018086201891 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MANABU GOTO Data Nascimento: 09/07/1970 Passaporte: TS0991963 País: JAPÃO; Processo: 47039018122201816 Empresa: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER JACK DAVIES Data Nascimento: 26/07/1994 Passaporte: 503063549 País: INGLATERRA; Processo: 47039018138201829 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: IONUT BANU Data Nascimento: 16/08/1976 Passaporte: 054989070 País: ROMÊNIA; Processo: 47039018140201806 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PETRU-MIHAIL NICA Data Nascimento: 10/07/1973 Passaporte: 054918782 País: ROMÊNIA; Processo: 47039018142201897 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL RAGALIE Data Nascimento: 13/05/1994 Passaporte: 054535613 País: ROMÊNIA; Processo: 47039018151201888 Empresa: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Reto Stocker Data Nascimento: 03/08/1973 Passaporte: X2384262 País: SUIÇA; Processo: 47039018162201868 Empresa: LABORATORIOS B BRAUN SA Prazo: 120 Dia(s) Estrangeiro: Andreas Willi Scheurer Data Nascimento: 20/02/1964 Passaporte: C8HN78LGM País: ALEMANHA; Processo: 47039018163201811 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 15 Dia(s) Estrangeiro: OLIVER NURNBERGER Data Nascimento: 14/12/1969 Passaporte: C7TT2V0J9 País: ALEMANHA; Processo: 47039018221201806 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MICHAL MARIAN KLAJNERT Data Nascimento: 14/06/1993 Passaporte: EK 0971258 País: POLÔNIA; Processo: 47039018222201842 Empresa: VALLOUREC SOLUCOES TUBULARES DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Paolo Villa Data Nascimento: 01/11/1974 Passaporte: YA9228870 País: ITÁLIA; Processo: 47039018249201835 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MANABU ITAKURA Data Nascimento: 06/09/1971 Passaporte: TR3789950 País: JAPÃO; Processo: 47039018250201860 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KIYOSHI SAITO Data Nascimento: 04/02/1959 Passaporte: TR9273576 País: JAPÃO; Processo: 47039018251201812 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NAOKI HASHIMOTO Data Nascimento: 24/12/1979 Passaporte: TK5511214 País: JAPÃO; Processo: 47039018271201885 Empresa:

ANDRITZ SEPARATION INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE FILTRACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL WEINGARTNER Data Nascimento: 25/10/1972 Passaporte: CFM3H0W2N País: ALEMANHA; Processo: 47039018290201810 Empresa: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BAOLIN ZHU Data Nascimento: 03/02/1967 Passaporte: E70937045 País: CHINA Estrangeiro: GUOQING XU Data Nascimento: 08/03/1971 Passaporte: E18525994 País: CHINA Estrangeiro: HONGJIAN TIAN Data Nascimento: 05/09/1978 Passaporte: E74885667 País: CHINA Estrangeiro: HUAHUA GUO Data Nascimento: 03/08/1987 Passaporte: EA9834356 País: CHINA Estrangeiro: LINBO ZHU Data Nascimento: 15/07/1978 Passaporte: G59047820 País: CHINA Estrangeiro: XIAOSI WU Data Nascimento: 12/12/1972 Passaporte: E94045619 País: CHINA Estrangeiro: ZHANXIAN WANG Data Nascimento: 01/07/1975 Passaporte: EB0787328 País: CHINA Estrangeiro: ZHIGUO XUE Data Nascimento: 18/01/1976 Passaporte: EA7718534 País: CHINA Estrangeiro: ZHITAO LI Data Nascimento: 13/08/1979 Passaporte: E65744575 País: CHINA; Processo: 47039018289201887 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JENS VENEKAMP Data Nascimento: 15/10/1977 Passaporte: C809CW7T4 País: ALEMANHA; Processo: 47039018329201891 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTIAN RENÉ HABERZETTEL Data Nascimento: 07/04/1983 Passaporte: C72RMJXL6 País: ALEMANHA; Processo: 47039018332201812 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS ECKELMANN Data Nascimento: 28/05/1974 Passaporte: CCVNL13Y3 País: ALEMANHA; Processo: 47039018364201818 Empresa: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ROBERTO OSVALDO CERDA PARRA Data Nascimento: 22/10/1967 Passaporte: F16875271 País: CHILE; Processo: 47039018366201807 Empresa: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: VINCENT O'TOOLE Data Nascimento: 15/02/1962 Passaporte: 546145205 País: INGLATERRA; Processo: 47039018408201800 Empresa: TERNIUM BRASIL LTDA. Prazo: até 30/04/2019 Estrangeiro: Christian Enzinger Data Nascimento: 14/12/1960 Passaporte: U0686836 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039018411201815 Empresa: 3M DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LUCIANO GIAVAZZI Data Nascimento: 14/03/1955 Passaporte: YA1891240 País: ITÁLIA; Processo: 47039018414201859 Empresa: TERNIUM BRASIL LTDA. Prazo: até 30/04/2019 Estrangeiro: Robert Hornbachner Data Nascimento: 10/04/1982 Passaporte: U0136841 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039018417201892 Empresa: TERNIUM BRASIL LTDA. Prazo: até 30/04/2019 Estrangeiro: Florian Lanzerstorfer Data Nascimento: 24/01/1991 Passaporte: P7484849 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039018451201867 Empresa: BVP GERADORA DE ENERGIA S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SAMBHAJI BALASAHEB PAWAR Data Nascimento: 26/01/1977 Passaporte: K1795618 País: ÍNDIA; Processo: 47039018454201809 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TOSHIHIRO OISHI Data Nascimento: 19/04/1973 Passaporte: TL0016393 País: JAPÃO; Processo: 47039018467201870 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Eduardo Cortés Pérez Data Nascimento: 31/10/1980 Passaporte: AAJ741778 País: ESPANHA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Parágrafo 1º):

Processo: 47039018684201860 Empresa: BENTELER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALESSANDRO CUCCHI Data Nascimento: 25/04/1985 Passaporte: YA9736198 País: ITÁLIA; Processo: 47039018686201859 Empresa: BENTELER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: COSIMO DE LUCA Data Nascimento: 08/09/1986 Passaporte: YB1068714 País: ITÁLIA; Processo: 47039018690201817 Empresa: BENTELER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL BELLINI Data Nascimento: 06/11/1991 Passaporte: YA5699974 País: ITÁLIA.

Residência Prévia - RN 07 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041005942201807 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Philippe, Bernard, Dominique Carouget Data Nascimento: 18/11/1970 Passaporte: 12AR83624 País: FRANÇA.

Residência Prévia - RN 04 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039015448201891 Empresa: ESSILOR DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: IAN PAUL LAMBERT Data Nascimento: 23/11/1972 Passaporte: PE3754370 País: IRLANDA; Processo: 47039015841201885 Empresa: TETRA TECH COFFEY CONSULTORIA E SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TYRONE BRYANT Data Nascimento: 28/12/1964 Passaporte: 489171330 País: EUA; Processo: 47039016448201817 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: HENRIK SIMON KAUHANEN Data Nascimento: 16/02/1989 Passaporte: 95202707 País: SUÉCIA; Processo: 47039016462201811 Empresa: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YUKIO KAWASAKI Data Nascimento: 11/06/1962 Passaporte: TR 9.331.708 País: JAPÃO; Processo: 47039016668201832 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KAZUYA UTO Data Nascimento: 11/03/1988 Passaporte: TK4891340 País: JAPÃO; Processo: 47039017320201862 Empresa: NETCRACKER TECHNOLOGY DO BRASIL - SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SWATHI RAMALA Data Nascimento: 18/10/1994 Passaporte: P8211263 País: ÍNDIA.

Residência Prévia - RN 05 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041006193201827 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ADWIN FERNANDES Data Nascimento: 25/06/1985 Passaporte: M4474669 País: ÍNDIA Estrangeiro: AGEGHEN MOOROOGHEN RUNGHEN Data Nascimento: 15/05/1986 Passaporte: 1392182 País: MAURÍCIO Estrangeiro: CLIFF LAROSE Data Nascimento: 23/01/1982 Passaporte: 1432960 País: MAURÍCIO Estrangeiro: CRHISTOFER ALEJANDRO CERVANTES VITE Data Nascimento: 02/01/1991 Passaporte: G30659118 País: MÉXICO Estrangeiro: EVER RICARDO DIESTRA ABANTO Data Nascimento: 18/03/1991 Passaporte: 116119765 País: PERU Estrangeiro: GERARDO NAPOLEON GOMEZ ALVARADO Data Nascimento: 31/07/1976 Passaporte: B03572516 País: REPÚBLICA DE EL SALVADOR Estrangeiro: JESUS MIGUEL LUJAN CARDENAS Data Nascimento: 24/12/1986 Passaporte: 116472607 País: PERU Estrangeiro: JOSÉ GUSTAVO ARREOLA ARAUX Data Nascimento: 09/05/1991 Passaporte: G05192215 País: MÉXICO Estrangeiro: JUAN AMADEO REQUELME LLANOS Data Nascimento: 03/04/1992 Passaporte: 118034263 País: PERU Estrangeiro: KARLEDYS LOPEZ SUAREZ Data Nascimento: 08/05/1986 Passaporte: AN608794 País: COLÔMBIA Estrangeiro: KEVIN WILFREDO ARIAS MARTINEZ Data Nascimento: 24/12/1997 Passaporte: B05644741 País: REPÚBLICA DE EL SALVADOR Estrangeiro: LUIS ARTURO ALVARADO MENDEZ Data Nascimento: 14/09/1984 Passaporte: 280869193 País: GUATEMALA Estrangeiro: RENE JAVIER FERRUFINO CALDERON Data Nascimento: 09/04/1990 Passaporte: B04255858 País: REPÚBLICA DE EL SALVADOR Estrangeiro: REUBEN MUTUKU MUNYAO Data Nascimento: 24/11/1992 Passaporte: A2362327 País: QUÊNIA Estrangeiro: ROWER QUINI FERNANDEZ ZUASNABAR Data Nascimento: 05/08/1992 Passaporte: 116625574 País: PERU Estrangeiro: THIYAGU RENGASAMY Data Nascimento: 06/06/1985 Passaporte: P0617198 País: ÍNDIA; Processo: 47041006270201849 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ADRIEN JEAN DANIEL ANDRE MESNARD Data Nascimento: 07/06/1988 Passaporte: 18FD08702 País: FRANÇA Estrangeiro: AGNELLO DI NOTA Data Nascimento: 09/12/1962 Passaporte: AA4147411 País: ITÁLIA Estrangeiro: ALEXANDER TARASOV Data Nascimento: 17/06/1985 Passaporte: 713488625 País: RÚSSIA Estrangeiro: ALWY SILVA Data Nascimento: 14/10/1995 Passaporte: L9483141 País: ÍNDIA Estrangeiro: CHRYSLY PATRICK PEREIRA Data Nascimento: 17/03/1994 Passaporte: L3211390 País: ÍNDIA Estrangeiro: CINTYA GABRIELA ROMERO QUISPE Data Nascimento: 02/07/1983 Passaporte: 117105173 País: PERU Estrangeiro: CLAUDIA BARBU Data Nascimento: 22/09/1979 Passaporte: 052674909 País: ROMÊNIA Estrangeiro: CRISTIAN GARGIULO Data Nascimento: 23/11/1991 Passaporte: YB1355500 País: ITÁLIA Estrangeiro: DARIO GRIGATTI Data Nascimento: 03/10/1963 Passaporte: YA1000911 País: ITÁLIA Estrangeiro: DAVIDE NASINI Data Nascimento: 14/01/1992 Passaporte: YA9262318 País: ITÁLIA Estrangeiro: FRANCESCO GALGANO Data Nascimento: 11/01/1998 Passaporte: YB2763665 País: ITÁLIA Estrangeiro: FRANCESCO POLLASTRO Data Nascimento: 25/07/1977 Passaporte: YA0638428 País: ITÁLIA Estrangeiro: GIANDOMENICO COSTANTINO Data Nascimento: 15/06/1984 Passaporte: YA9128826 País: ITÁLIA Estrangeiro: GITA ADHIKARI Data Nascimento: 03/05/1992 Passaporte: 06518053 País: NEPAL Estrangeiro: GIUSEPPE BIZZOCOLI Data Nascimento: 27/07/1987 Passaporte: YB1364810 País: ITÁLIA Estrangeiro: GRETA SZUHANSZKI Data Nascimento: 09/10/1991 Passaporte: BJ3269772 País: HUNGRIA Estrangeiro: JUAN RAMON LUQUE PERCCA Data Nascimento: 30/01/1992 Passaporte: 116446003 País: PERU Estrangeiro: LYDIA AKYEAMPONG Data Nascimento: 29/05/1995 Passaporte: YB2152561 País: ITÁLIA Estrangeiro: MARCO GIORDANO BOZZA Data Nascimento: 06/08/1968 Passaporte: YB0031306 País: ITÁLIA Estrangeiro: MARIA GAVRILESCU Data Nascimento: 21/08/1974 Passaporte: 052733836 País: ROMÊNIA Estrangeiro: MARIA PIA MORETTI Data Nascimento: 18/01/1966 Passaporte: YA8487713 País: ITÁLIA; Processo: 47041006280201884 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MARIASILVIA DE MICHELI Data Nascimento: 22/08/1995 Passaporte: YA9166895 País: ITÁLIA Estrangeiro: MARIUS DUMITRASC Data Nascimento: 31/05/1989 Passaporte: 054511975 País: ROMÊNIA Estrangeiro: MATTEO GUIDANTONI Data Nascimento: 23/03/1992 Passaporte: YA9637982 País: ITÁLIA Estrangeiro: MIGUEL ANGEL AGUILERA SEGURA Data Nascimento: 12/09/1994 Passaporte: PAH192409 País: ESPANHA Estrangeiro: MIGUEL OSCAR ZEBALLOS Data Nascimento: 22/02/1986 Passaporte: AAC868631 País: ARGENTINA Estrangeiro: MSTYSLAV POVOD Data Nascimento: 25/12/1986 Passaporte: FE095375 País: UCRÂNIA Estrangeiro: NAVIN RAJARAM NAIK Data Nascimento: 07/08/1994 Passaporte: M9468077 País: ÍNDIA Estrangeiro: NICOLA SARAH PEARSON Data Nascimento: 19/07/1984 Passaporte: 518225377 País: GRÃ BRETANHA Estrangeiro: NICOLETTA MEREU Data Nascimento: 22/04/1991 Passaporte: YA6656488 País: ITÁLIA Estrangeiro: NINA MARINA OUOHI Data Nascimento: 20/08/1982 Passaporte: 18AR68826 País: COSTA DO MARFIM Estrangeiro: OLGA ALEKSEEVA Data Nascimento: 29/08/1983 Passaporte: 726058319 País: RÚSSIA Estrangeiro: RAMASAMY SHANDIRASEKAR Data Nascimento: 15/07/1991 Passaporte: J2289270 País: ÍNDIA Estrangeiro: SALVATORE GALLEA Data Nascimento: 30/12/1974 Passaporte: YA9122728 País: ITÁLIA Estrangeiro: SILVIYA ANTONOVA FILIPOVA Data Nascimento: 31/07/1983 Passaporte: 383167732 País: BULGÁRIA Estrangeiro: SIMONE SUMMERFIELD DORING Data Nascimento: 23/09/1969 Passaporte: C27RKXRKW País: ALEMANHA Estrangeiro: SOCLYNO VAILANKY FERNANDES Data Nascimento: 21/01/1989 Passaporte: R5113577 País: ÍNDIA Estrangeiro: SONIA MONTERMINI Data Nascimento: 02/07/1987 Passaporte: YA9155124 País: ITÁLIA Estrangeiro: SOPHIE HARRIET CARPENTER Data Nascimento: 06/03/1992 Passaporte: 503772520 País: GRÃ BRETANHA Estrangeiro: STEFANIA ASTIGIANO Data Nascimento: 26/12/1974 Passaporte: YA1734577 País: ITÁLIA Estrangeiro: STEPHANIE LIZETH DACTO VITERI Data Nascimento: 12/03/1989 Passaporte: PAF233206 País: ESPANHA; Processo: 47041006309201828 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ADLAN LOGIEV Data Nascimento: 17/03/1995 Passaporte: 655644000 País: RÚSSIA Estrangeiro: ALEJANDRA SILVIA GALLARDO HUAMANI Data Nascimento: 01/07/1992 Passaporte: 7155911 País: PERU Estrangeiro: ALENA GACHINA Data Nascimento: 03/08/1988 Passaporte: 733086279 País: RÚSSIA Estrangeiro: ANASTASIIA EVSIUKOVA Data Nascimento: 01/11/1991 Passaporte: 654105771 País: RÚSSIA Estrangeiro: ANGELO BRUNO Data Nascimento: 28/03/1990 Passaporte: YA4439135 País: ITÁLIA Estrangeiro: ANTONIO DIAZ PENA Data Nascimento: 30/06/1955 Passaporte: PE103675 País: COLÔMBIA Estrangeiro: ARTEM SHCHERBAKOV Data Nascimento: 22/02/1991 Passaporte: 732913249 País: RÚSSIA Estrangeiro: ARTUR SLIEPUSHKIN Data Nascimento: 04/09/1990 Passaporte: FF198946 País: UCRÂNIA Estrangeiro: ARUN SINGH NEGI Data Nascimento: 30/11/1988 Passaporte: S6529152 País: ÍNDIA Estrangeiro: CARLOS ALBERTO SALEMME Data Nascimento: 06/03/1974 Passaporte: YA9176804 País: ITÁLIA Estrangeiro: CLAUDIO CONTRONI Data Nascimento: 09/12/1968 Passaporte: YB1078116 País: ITÁLIA Estrangeiro: DANIELA IONELA MARGA Data Nascimento: 23/09/1982 Passaporte: 054917278 País: ROMÊNIA Estrangeiro: DONATO RICCIARDI Data Nascimento: 11/10/1979 Passaporte: YA3170345 País: ITÁLIA Estrangeiro: EKATERINA KANAEVA Data Nascimento: 09/05/1997 Passaporte: 730095844 País: RÚSSIA Estrangeiro: EKATERINA USACHEVA Data Nascimento: 11/01/1986 Passaporte: 713201085 País: RÚSSIA Estrangeiro: ELISA FRANZOSA Data Nascimento: 08/04/1989 Passaporte: YA8572530 País: ITÁLIA Estrangeiro: EMANUELE TANGARI Data Nascimento: 26/03/1990 Passaporte: YA7944054 País: ITÁLIA Estrangeiro: ERVINS MURNIEKS Data Nascimento: 25/07/1992 Passaporte: LV5792408 País: LETÔNIA Estrangeiro: GLADIS ADRIANA NUNEZ CHUCHULLO Data Nascimento: 28/07/1983 Passaporte: 116108456 País: PERU Estrangeiro: JOELY MANUEL URBEA Data Nascimento: 23/11/1981 Passaporte: RD4952071 País: REPÚBLICA DOMINICANA;

Processo: 47041006321201832 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JOSE DE JESUS ANGARITA ANGARITA Data Nascimento: 03/07/1971 Passaporte: PE134597 País: COLÔMBIA Estrangeiro: KONSTANTIN TROEPERSTOV Data Nascimento: 21/12/1995 Passaporte: 730296507 País: RÚSSIA Estrangeiro: KONSTANTIN SHININ Data Nascimento: 12/03/1979 Passaporte: 715618573 País: RÚSSIA Estrangeiro: LAYLA SCAIOLA YERMANOS Data Nascimento: 12/01/1985 Passaporte: 31358624N País: ARGENTINA Estrangeiro: LORENZO CORSINI Data Nascimento: 10/03/1992 Passaporte: YA6901069 País: ITÁLIA Estrangeiro: LUIS EDUARDO SOTO TORRES Data Nascimento: 11/09/1977 Passaporte: AN764701 País: COLÔMBIA Estrangeiro: MIKHAIL PULNIKOV Data Nascimento: 18/04/1995 Passaporte: 655643292 País: RÚSSIA Estrangeiro: NATALIA SMILIANETS Data Nascimento: 02/10/1995 Passaporte: 653107100 País: RÚSSIA Estrangeiro: NATALIIA OZEROVA Data Nascimento: 26/11/1997 Passaporte: 653108121 País: RÚSSIA Estrangeiro: NGUYEN PHAN HONG THY Data Nascimento: 30/03/1994 Passaporte: B3959873 País: VIETNÃ Estrangeiro: PAULINE YVONNE F. TASSIGNY Data Nascimento: 02/01/1991 Passaporte: EN923699 País: BÉLGICA Estrangeiro: ROBERTO SCORDO Data Nascimento: 27/07/1968 Passaporte: YA8488618 País: ITÁLIA Estrangeiro: SARA LAURENZI Data Nascimento: 25/07/1980 Passaporte: YB0970151 País: ITÁLIA Estrangeiro: STEPAN IVANOV Data Nascimento: 13/07/1986 Passaporte: 654356419 País: RÚSSIA Estrangeiro: STEPHEN CRUZ D COSTA Data Nascimento: 04/05/1982 Passaporte: J2136454 País: ÍNDIA; Processo: 47041006327201818 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CHIARA CONTI Data Nascimento: 22/11/1991 Passaporte: YA5339796 País: ITÁLIA Estrangeiro: GIUSEPPE IANNI Data Nascimento: 11/12/1987 Passaporte: AA3009736 País: ITÁLIA Estrangeiro: MIGENA FERRAJ Data Nascimento: 14/02/1980 Passaporte: YB0632814 País: ITÁLIA Estrangeiro: VINCENZO PALUMBO Data Nascimento: 22/10/1963 Passaporte: YA3408669 País: ITÁLIA; Processo: 47041006337201845 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 91 Dia(s) Estrangeiro: ARUN SINGH THAKUR Data Nascimento: 10/10/1990 Passaporte: K0685558 País: ÍNDIA Estrangeiro: CRISTIAN MARIAN CRUGLENCO Data Nascimento: 19/05/1974 Passaporte: 055482265 País: ROMÊNIA Estrangeiro: DANIELE TOZZI Data Nascimento: 26/10/1968 Passaporte: YB1615164 País: ITÁLIA Estrangeiro: DARYL MAXINE HOLGATE Data Nascimento: 01/07/1992 Passaporte: 507864872 País: INGLATERRA Estrangeiro: DORRIANNE NOKUHLULA MAHLANGU Data Nascimento: 22/12/1987 Passaporte: A00555348 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL Estrangeiro: GABOR IREGI Data Nascimento: 27/10/1977 Passaporte: BE2155464 País: HUNGRIA Estrangeiro: GIANLUCA ANGELO FARINA Data Nascimento: 29/05/1977 Passaporte: YA5231759 País: ITÁLIA Estrangeiro: GIOVANNI MONCADA Data Nascimento: 21/11/1970 Passaporte: AA5926130 País: ITÁLIA Estrangeiro: GIULIA BALBI Data Nascimento: 30/09/1965 Passaporte: YA0252520 País: ITÁLIA Estrangeiro: GOPAL KRISHNA PATEKAR Data Nascimento: 20/05/1992 Passaporte: M9752030 País: ÍNDIA Estrangeiro: GRANT JOSHUA PERES Data Nascimento: 03/03/1982 Passaporte: M00238461 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL Estrangeiro: GRAZIANO REFRIGERATO Data Nascimento: 25/06/1960 Passaporte: YB1071635 País: ITÁLIA Estrangeiro: JORGE EDIXON TRIANA GOMEZ Data Nascimento: 20/08/1985 Passaporte: AQ814094 País: COLÔMBIA Estrangeiro: KATHERINE ANNE HUGHES Data Nascimento: 04/03/1994 Passaporte: 506514011 País: INGLATERRA Estrangeiro: KIRSTY ALICE MAGUIRE Data Nascimento: 19/08/1996 Passaporte: 533939235 País: INGLATERRA Estrangeiro: MARTIN FLORIAN Data Nascimento: 02/02/1991 Passaporte: 41546845 País: REPÚBLICA TCHECA Estrangeiro: SIMONA VLASCEANU Data Nascimento: 09/08/1980 Passaporte: 14941691 País: ROMÊNIA Estrangeiro: ZAIRA SOTGIA Data Nascimento: 06/12/1977 Passaporte: YA9517781 País: ITÁLIA; Processo: 47041006498201839 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ABHIJIT BABI GADEKAR Data Nascimento: 11/09/1986 Passaporte: L7268905 País: ÍNDIA Estrangeiro: DEMETRIS SEVASTOPOULOS Data Nascimento: 01/09/1971 Passaporte: K00038252 País: CHIPRE Estrangeiro: GABRIELA MARTINEZ LOPEZ Data Nascimento: 16/08/1972 Passaporte: G24489462 País: MÉXICO Estrangeiro: JORGE JUNIOR FLORES DURAND Data Nascimento: 13/09/1990 Passaporte: 116234089 País: PERU Estrangeiro: LEANDER ANDREW PEREIRA Data Nascimento: 22/06/1991 Passaporte: H5264558 País: ÍNDIA Estrangeiro: LUCIA PAVLOVA BATZKOVA Data Nascimento: 14/09/1990 Passaporte: C86H70WY6 País: ALEMANHA Estrangeiro: MANUEL JESUS CHAVEZ RODRIGUEZ Data Nascimento: 03/05/1987 Passaporte: 117042134 País: PERU Estrangeiro: MARCOS ALFONSO FRANCISCO

MONEGRO Data Nascimento: 25/04/1987 Passaporte: SC8318154 País: REPÚBLICA DOMINICANA Estrangeiro: MAYKE JANISSEN Data Nascimento: 04/09/1996 Passaporte: NVCJB4572 País: HOLANDA Estrangeiro: NAGARAJ MOORTHY Data Nascimento: 01/05/1986 Passaporte: P5380894 País: ÍNDIA Estrangeiro: TERESA CAFAIA JOSE NUNES Data Nascimento: 04/04/1979 Passaporte: N0953451 País: ANGOLA; Processo: 47041006389201811 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Ayumi Ikeguchi Data Nascimento: 31/01/1983 Passaporte: TR3188531 País: JAPÃO Estrangeiro: Briona Nichole Daugherty Data Nascimento: 17/03/1987 Passaporte: 505599683 País: EUA Estrangeiro: Dileep Kakariyil Yohannan Data Nascimento: 15/08/1989 Passaporte: H9119894 País: ÍNDIA Estrangeiro: Hanro De Wet Data Nascimento: 01/08/1985 Passaporte: A05114229 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL Estrangeiro: Ilana Jane Sebastian Data Nascimento: 16/08/1982 Passaporte: A00596729 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL Estrangeiro: James Anthony O'Connor Data Nascimento: 02/04/1952 Passaporte: PA6618505 País: AUSTRÁLIA Estrangeiro: Maryann Theresa McCormack Data Nascimento: 08/02/1996 Passaporte: 528209446 País: IRLANDA Estrangeiro: Veselina Yuliyanova Marinova Data Nascimento: 31/05/1985 Passaporte: 384994398 País: BULGÁRIA; Processo: 47041006412201878 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Bojana Bjegojevic Data Nascimento: 09/08/1984 Passaporte: B1533117 País: BÓSNIA HERZEGOVINA; Processo: 47041006425201847 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DAVID PINTO Data Nascimento: 10/04/1987 Passaporte: P5597105 País: ÍNDIA Estrangeiro: EMANUEL CIPRIAN DEMIAN Data Nascimento: 07/02/1979 Passaporte: 054470012 País: ROMÊNIA Estrangeiro: FULVIO SCARFOGLIERO Data Nascimento: 23/01/1979 Passaporte: YA4045663 País: ITÁLIA Estrangeiro: IONUT LIVIU BARBU Data Nascimento: 07/07/1987 Passaporte: 054697858 País: ROMÊNIA Estrangeiro: LORENA ZUZOLO Data Nascimento: 16/09/1977 Passaporte: YB0483987 País: ITÁLIA Estrangeiro: PAOLO CALSAMIGLIA Data Nascimento: 02/07/1988 Passaporte: YA5268335 País: ITÁLIA Estrangeiro: RUXANDRA SARCHIZIAN Data Nascimento: 16/10/1977 Passaporte: 053588053 País: ROMÊNIA Estrangeiro: TIZIANA COLURCIO Data Nascimento: 24/02/1977 Passaporte: YA3989254 País: ITÁLIA; Processo: 47041006426201891 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DOREL CHITEALA Data Nascimento: 10/03/1967 Passaporte: 054708973 País: ROMÊNIA Estrangeiro: GIORGIO ROSSI Data Nascimento: 09/09/1979 Passaporte: YA1993155 País: ITÁLIA Estrangeiro: IOAN BUDUROI Data Nascimento: 15/11/1990 Passaporte: 054000406 País: ROMÊNIA; Processo: 47041006442201884 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CLIFFORD GOMES Data Nascimento: 08/12/1986 Passaporte: M9753193. País: ÍNDIA Estrangeiro: OVIDIU IOAN FRATILA Data Nascimento: 01/12/1972 Passaporte: 053366184 País: ROMÊNIA; Processo: 47041006464201844 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 91 Dia(s) Estrangeiro: GERALD JOHANNES VAN VUUREN Data Nascimento: 15/07/1965 Passaporte: M00259547 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL Estrangeiro: GIADA ZANGANI Data Nascimento: 23/05/1992 Passaporte: YB0732825 País: ITÁLIA Estrangeiro: JORGE LUIS CASTILLO ASPAJO Data Nascimento: 01/10/1977 Passaporte: 118052675 País: PERU Estrangeiro: MAGDA SABINA SIKORSKA Data Nascimento: 03/02/1988 Passaporte: EH4524318 País: POLÔNIA Estrangeiro: MARIUSZ STEFAN POLOMKA Data Nascimento: 27/12/1979 Passaporte: EN0817869 País: POLÔNIA Estrangeiro: ROKSANA ALINA STASIAKIEWICZ Data Nascimento: 12/07/1987 Passaporte: EM0755438 País: POLÔNIA; Processo: 47041006507201891 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AKASH CHANDRAHASAN Data Nascimento: 08/02/1992 Passaporte: K5970080 País: ÍNDIA Estrangeiro: ASHOKAN CHIPLIKAYA Data Nascimento: 15/02/1979 Passaporte: S5290967 País: ÍNDIA Estrangeiro: KISHORE SEWGOBIND Data Nascimento: 21/01/1989 Passaporte: 1224583 País: MAURÍCIO Estrangeiro: REINALDO LOPEZ MARTINEZ Data Nascimento: 22/12/1991 Passaporte: 116352792 País: PERU Estrangeiro: RUTH ATIENO ORIDO Data Nascimento: 26/12/1988 Passaporte: A2374416 País: QUÊNIA Estrangeiro: SANJAY KUNDAN BISHT Data Nascimento: 15/07/1989 Passaporte: L8856724 País: ÍNDIA; Processo: 47041006470201800 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALVIN LESLIE SMITH HOOKER Data Nascimento: 02/07/1979 Passaporte: AQ721092 País: COLÔMBIA Estrangeiro: ANA MARGARIDA ARRANHADO RAMALHO Data Nascimento: 08/06/1993 Passaporte: C675197 País: PORTUGAL Estrangeiro: ANDREA LOSAPIO Data Nascimento: 09/02/1986 Passaporte: YA3503076 País: ITÁLIA Estrangeiro: ANTONELLA LAURA PASCARELLI Data Nascimento: 02/09/1994 Passaporte: YB1078060 País: ITÁLIA Estrangeiro: FABIO SCAZZIOTA Data Nascimento: 07/09/1976 Passaporte: YA2233438 País: ITÁLIA Estrangeiro: GIADA CARLONI Data Nascimento: 28/01/1992 Passaporte: YA9243886 País: ITÁLIA Estrangeiro: KAREN ARACELY SINATRA Data Nascimento: 09/11/1996 Passaporte: YB1076302 País: ITÁLIA Estrangeiro: PLARENTA HODAJ Data Nascimento: 06/11/1995 Passaporte: P00488221 País: OUTROS Estrangeiro: ROSANA JULIA RODRIGO Data Nascimento: 13/06/1971 Passaporte: AAB588251 País: ARGENTINA Estrangeiro: SHER BAHADUR THAPA Data Nascimento: 05/04/1975 Passaporte: 09738451 País: NEPAL; Processo: 47041006471201846 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: NICOLA RUBINI Data Nascimento: 16/01/1993 Passaporte: YA7919537 País: ITÁLIA; Processo: 47041006492201861 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDER CRESPO EURIBE Data Nascimento: 22/09/1977 Passaporte: 118195030 País: PERU Estrangeiro: CEZAR ADRIAN BUCSA Data Nascimento: 18/04/1988 Passaporte: 054193390 País: ROMÊNIA Estrangeiro: CLAUDIA TUPPUTI Data Nascimento: 16/05/1986 Passaporte: YA6801667 País: ITÁLIA Estrangeiro: LE THI TRONG HAO Data Nascimento: 01/01/1988 Passaporte: B4626361 País: VIETNÃ Estrangeiro: MIRCEA SORIN PURCAREA Data Nascimento: 24/09/1975 Passaporte: 056506673 País: ROMÊNIA Estrangeiro: NICOLAE COSTIN OLANEANU Data Nascimento: 13/12/1986 Passaporte: 053302204 País: ROMÊNIA Estrangeiro: TRUONG THI ANH DAO Data Nascimento: 30/05/1989 Passaporte: B9348223 País: VIETNÃ; Processo: 47041006535201817 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: EMANUELE COLOMBO Data Nascimento: 06/11/1959 Passaporte: YB0481614 País: ITÁLIA Estrangeiro: GENNARO BALZANO Data Nascimento: 03/04/1989 Passaporte: YB3432159 País: ITÁLIA; Processo: 47041006536201853 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CELINE ANNE RENEE ROCHE EP MARIANO SANTOS Data Nascimento: 13/09/1981 Passaporte: 13CL28715 País: FRANÇA Estrangeiro: DANIELE AUGUSTO GERMANO Data Nascimento: 19/06/1996 Passaporte: YA9469520 País: ITÁLIA Estrangeiro: GJERGJ MEHMETAJ Data Nascimento: 17/10/1990 Passaporte: BB5250130 País: ALBÂNIA; Processo: 47041006581201816 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AKASH HELA Data Nascimento: 29/08/1995 Passaporte: R4903584 País: ÍNDIA Estrangeiro: CARLOS DAVI RAMIREZ RODRIGUEZ Data Nascimento: 20/04/1981 Passaporte: G29754796 País: MÉXICO Estrangeiro: EDGAR HELBERT SALCEDO CABANILLAS Data Nascimento: 17/10/1973 Passaporte: 116426898 País: PERU Estrangeiro: LUIS MIGUEL AVILA MAURICIO Data Nascimento: 07/12/1986 Passaporte: 6903781 País: PERU Estrangeiro: NEERAJ KUMAR Data Nascimento: 15/10/1987 Passaporte: R1805981 País: ÍNDIA Estrangeiro: OSCAR ARGEL POMPA GARCIA Data Nascimento: 23/06/1982 Passaporte: G10229622 País: MÉXICO; Processo: 47041006580201863 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JUAN CARLOS SALDIVIA DUARTE Data Nascimento: 07/09/1984 Passaporte: P06072431 País: CHILE.

Residência Prévia - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041005209201884 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 05/01/2019 Estrangeiro: Jose Masculino Lara Data Nascimento: 08/09/1973 Passaporte: P5922055A País: FILIPINAS Estrangeiro: Marlon Osayan Altamira Data Nascimento: 08/01/1994 Passaporte: EC1012445 País: FILIPINAS; Processo: 47041005251201803 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Marvin Peñaloza Ramos Data Nascimento: 21/10/1973 Passaporte: EC7820103 País: FILIPINAS; Processo: 47041005813201819 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jerome Saguisi Daguro Data Nascimento: 02/10/1987 Passaporte: P4155422A País: FILIPINAS Estrangeiro: Joerin Colorado Quinto Data Nascimento: 02/01/1986 Passaporte: EC1067320 País: FILIPINAS Estrangeiro: Jun Eduard Fernandez Jadulos Data Nascimento: 21/11/1981 Passaporte: EC5070793 País: FILIPINAS Estrangeiro: Junie Havana Pusidio Data Nascimento: 02/06/1970 Passaporte: EC1833261 País: FILIPINAS Estrangeiro: Marlon Besmano Patron Data Nascimento: 20/12/1980 Passaporte: EC4016627 País: FILIPINAS Estrangeiro: Raymund Acepcion Valenzuela Data Nascimento: 01/04/1979 Passaporte: EC4935777 País: FILIPINAS Estrangeiro: Silvano Raymundo Lopez Data Nascimento: 07/02/1958 Passaporte: EC8414623 País: FILIPINAS; Processo: 47041005846201851 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jomar Gilongos Palay Data Nascimento: 28/01/1991 Passaporte: EC4056594 País: FILIPINAS; Processo: 47041005847201803 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ADAM ANTONI DENZ Data Nascimento: 21/06/1986 Passaporte: EL6021958 País: POLÔNIA Estrangeiro: Arturo Tagle Mariano Data Nascimento: 27/08/1984 Passaporte: P6138084A País: FILIPINAS Estrangeiro: Pawel Siennicki Data Nascimento: 16/11/1985 Passaporte: EN1170075 País: POLÔNIA Estrangeiro: Ronaldo Santos Diaz Data Nascimento: 30/11/1965 Passaporte: P8713355A País: FILIPINAS; Processo: 47041005852201816 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/08/2020 Estrangeiro: Dan Enache Data Nascimento: 04/04/1985 Passaporte: 055431637 País: ROMÊNIA; Processo: 47041005854201805 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/08/2020 Estrangeiro: Alexander Sobolev Data Nascimento: 18/03/1988 Passaporte: 717023538 País: RÚSSIA; Processo: 47041005856201896 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/05/2020 Estrangeiro: Dimitrios Mares Data Nascimento: 27/06/1991 Passaporte: AN3407831 País: GRÉCIA; Processo: 47041005857201831 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 04/04/2019 Estrangeiro: Valerica Cristea Data Nascimento: 16/09/1962 Passaporte: 052634405 País: ROMÊNIA; Processo: 47041005859201820 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/04/2019 Estrangeiro: Aladin Rodrigo Cuyos Data Nascimento: 21/11/1967 Passaporte: EC7832821 País: FILIPINAS Estrangeiro: Randy Bulagsac Malquisto Data Nascimento: 26/11/1986 Passaporte: EC5418205 País: FILIPINAS Estrangeiro: Rodel Sagunde Cada Data Nascimento: 20/05/1968 Passaporte: EC8283868 País: FILIPINAS; Processo: 47041005860201854 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: até 03/12/2019 Estrangeiro: Moreno Kokot Data Nascimento: 15/07/1964 Passaporte: 292756688 País: CROÁCIA; Processo: 47041005862201843 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/07/2020 Estrangeiro: Rajesh Basavant Shetty Data Nascimento: 05/09/1972 Passaporte: Z2227103 País: ÍNDIA; Processo: 47041005864201832 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 20/09/2020 Estrangeiro: Danilo Pimentel Fabricas Data Nascimento: 28/01/1966 Passaporte: EC2203465 País: FILIPINAS Estrangeiro: Harold Balce Pacao Data Nascimento: 13/10/1988 Passaporte: EC3624672 País: FILIPINAS Estrangeiro: Michael Perez Angeles Data Nascimento: 20/09/1984 Passaporte: P3821209A País: FILIPINAS; Processo: 47041005863201898 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/03/2019 Estrangeiro: Anatoliy Grygorenko Data Nascimento: 17/06/1982 Passaporte: EP471536 País: UCRÂNIA; Processo: 47041005865201887 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/07/2020 Estrangeiro: Yehor Strelkov Data Nascimento: 25/06/1982 Passaporte: FF896397 País: UCRÂNIA; Processo: 47041005866201821 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Georgios Kounadinis Data Nascimento: 16/05/1992 Passaporte: AN0089684 País: GRÉCIA; Processo: 47041005869201865 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Rosalito Torres Suaiso Data Nascimento: 16/03/1972 Passaporte: EC7752048 País: FILIPINAS; Processo: 47041005876201867 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 20/09/2020 Estrangeiro: Russel Villamor Tuazon Data Nascimento: 29/05/1988 Passaporte: P4234403A País: FILIPINAS; Processo: 47041005877201810 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/05/2020 Estrangeiro: Julrey Biter Sombilla Data Nascimento: 30/03/1979 Passaporte: P0248823A País: FILIPINAS; Processo: 47041005878201856 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/06/2020 Estrangeiro: John Gerald Mirabueno Sumayo Data Nascimento: 05/11/1971 Passaporte: P7771813A País: FILIPINAS; Processo: 47041005879201809 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Hector Landingin Ramos Data Nascimento: 30/03/1978 Passaporte: EC8169574 País: FILIPINAS; Processo: 47041005880201825 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Iurii Bielikov Data Nascimento: 10/09/1979 Passaporte: FB522557 País: UCRÂNIA; Processo: 47041005881201870 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Reyland Deon Botha Data Nascimento: 04/11/1955 Passaporte: M00081087 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47041005883201869 Empresa: BASSDRILL BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 16/09/2019 Estrangeiro: AARON SCOTT BLAKENEY Data Nascimento: 14/10/1978 Passaporte: 524252794 País: EUA; Processo: 47041005884201811 Empresa: BASSDRILL BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 16/09/2019 Estrangeiro: BRIAN DAVID STUDEBAKER Data Nascimento: 24/01/1980 Passaporte: 566784181 País: EUA; Processo: 47041005886201801 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 31/01/2019 Estrangeiro: DAVID JAMES LAWRENCE STYLES Data Nascimento: 23/06/1961 Passaporte: 554085727 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041005887201847 Empresa: M&S CERNAMBI NORTE OPERACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GILFRED MARQUESES LERON Data Nascimento: 05/03/1974 Passaporte: EC3028860 País: FILIPINAS; Processo: 47041005889201836 Empresa: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Marlito Narido Lumacad Data Nascimento: 06/09/1978 Passaporte: P7682774A País: FILIPINAS Estrangeiro: Veera Venkata Suryanarayana Basina Data Nascimento: 16/04/1978 Passaporte: Z3696305 País: ÍNDIA; Processo: 47041005891201813 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 12/02/2019 Estrangeiro: Bertrand Leon Gilbert Joseph Gauthier Data Nascimento: 03/02/1971 Passaporte: 17FV28398 País: FRANÇA Estrangeiro: Nestor Gilberto Guevara Aguirre Data Nascimento: 10/05/1981 Passaporte: G21659285 País: MÉXICO Estrangeiro: Rogelio Wilfrido Zumaya Cabello Data Nascimento: 30/01/1977 Passaporte: G13918560 País: MÉXICO Estrangeiro: Victor Hugo Paez Valdez Data Nascimento: 22/09/1975 Passaporte: G18816882 País: MÉXICO Estrangeiro: Wilberto Muñoz Figueroa Data Nascimento: 25/10/1981 Passaporte: G27434131 País: MÉXICO; Processo: 47041005893201802 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Estrangeiro: Luis II Cabarles Punongbayan Data Nascimento: 28/07/1993 Passaporte: EC4012468 País: FILIPINAS; Processo: 47041005894201849 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Emmanuel Quimado Sambili Data Nascimento: 16/02/1983 Passaporte: P4726280A País: FILIPINAS Estrangeiro: Jhoey Joquino Alferez Data Nascimento: 11/12/1978 Passaporte: EC6355438 País: FILIPINAS Estrangeiro: Mark Anthony Chan Namoc Data Nascimento: 01/03/1986 Passaporte: EC3166497 País: FILIPINAS Estrangeiro: Rey Von Hart Malanta Weeraratne Data Nascimento: 20/07/1988 Passaporte: EC6255959 País: FILIPINAS; Processo: 47041005895201893 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/04/2019 Estrangeiro: Ruslan Gvianidze Data Nascimento: 19/10/1981 Passaporte: 15BB01756 País: GEÓRGIA; Processo: 47041005898201827 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 25/02/2020 Estrangeiro: Calvin Camilo Pabalay Data Nascimento: 08/05/1980 Passaporte: P7663381A País: FILIPINAS; Processo: 47041005902201857 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 01/04/2019 Estrangeiro: MICHELLE ANGELA SANTILLAN RINGOR Data Nascimento: 03/08/1995 Passaporte: P0003830A País: FILIPINAS; Processo: 47041005903201800 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VASILICA BOBU Data Nascimento: 06/06/1962 Passaporte: 053491438 País: ROMÊNIA; Processo: 47041005904201846 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 12/02/2019 Estrangeiro: Laurent Herbreteau Data Nascimento: 04/09/1984 Passaporte: 13FV31171 País: FRANÇA; Processo: 47041005905201891 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 27/05/2019 Estrangeiro: Narendra Chauhan Data Nascimento: 12/02/1989 Passaporte: P9767699 País: ÍNDIA; Processo: 47041005906201835 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 29/05/2019 Estrangeiro: Noushad Ismail Khalpe Data Nascimento: 01/05/1971 Passaporte: J6081845 País: ÍNDIA; Processo: 47041005908201824 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 06/03/2019 Estrangeiro: Subin Sundar Iduvayil Data Nascimento: 06/04/1988 Passaporte: L8367217 País: ÍNDIA; Processo: 47041005910201801 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 08/04/2019 Estrangeiro: John Carl Nierves Nogra Data Nascimento: 10/07/1984 Passaporte: EC3101076 País: FILIPINAS; Processo: 47041005911201848 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/08/2020 Estrangeiro: Alexander Kozlov Data Nascimento: 10/12/1973 Passaporte: 713073803 País: RÚSSIA; Processo: 47041005916201871 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BOGDAN DINU Data Nascimento: 28/02/1978 Passaporte: 054916846 País: ROMÊNIA; Processo: 47041005918201860 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KORNELIS KIK Data Nascimento: 18/01/1960 Passaporte:

BU94C3L00 País: HOLANDA; Processo: 47041005921201883 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 31/01/2019 Estrangeiro: EDUARD MENDOZA SANTIAGO Data Nascimento: 29/10/1984 Passaporte: P4749174A País: FILIPINAS Estrangeiro: RICHARD PINPIN RAMILO Data Nascimento: 07/08/1982 Passaporte: P4269776A País: FILIPINAS; Processo: 47041005923201872 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 17/07/2020 Estrangeiro: ERIC CHRISTOPHER HOFFMAN Data Nascimento: 02/10/1977 Passaporte: 532030255 País: GRÃ BRETANHA Estrangeiro: JAMES ANTHONY POTTS Data Nascimento: 09/01/1977 Passaporte: 510967063 País: GRÃ BRETANHA Estrangeiro: LAURENCE CHARLES FARQUHAR Data Nascimento: 01/07/1968 Passaporte: 210909035 País: GRÃ BRETANHA Estrangeiro: PETER JAMES ROBERTSHAW Data Nascimento: 21/01/1986 Passaporte: 520489421 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041005925201861 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/08/2020 Estrangeiro: Sever-Paul Barna Data Nascimento: 21/04/1969 Passaporte: 055341037 País: ROMÊNIA; Processo: 47041005926201814 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 17/07/2020 Estrangeiro: MUHAMMAD GUNAWAN PRASETYO Data Nascimento: 17/02/1989 Passaporte: B7051717 País: INDONÉSIA; Processo: 47041005928201803 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 29/08/2020 Estrangeiro: Pavel Sitnik Data Nascimento: 05/12/1981 Passaporte: 714246735 País: RÚSSIA; Processo: 47041005929201840 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 01/01/2019 Estrangeiro: Bruno Pierre Lauro Data Nascimento: 08/04/1976 Passaporte: 18FA66784 País: FRANÇA; Processo: 47041005930201874 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/08/2020 Estrangeiro: Claus Madsen Data Nascimento: 10/07/1970 Passaporte: 205486094 País: DINAMARCA; Processo: 47041005931201819 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/12/2019 Estrangeiro: Sanjay Kumar Singh Data Nascimento: 10/07/1976 Passaporte: S4478660 País: ÍNDIA; Processo: 47041005933201816 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/03/2019 Estrangeiro: Artem Zamko Data Nascimento: 31/01/1993 Passaporte: EH840013 País: UCRÂNIA; Processo: 47041005935201805 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/04/2019 Estrangeiro: Anton Rehush Data Nascimento: 03/07/1988 Passaporte: FE690395 País: UCRÂNIA; Processo: 47041005945201832 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 30/09/2020 Estrangeiro: Jamil Jose Tahhan Gonzalez Data Nascimento: 03/12/1969 Passaporte: 113417409 País: VENEZUELA; Processo: 47041005948201876 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/07/2019 Estrangeiro: Blake Thomas Ponthieux Data Nascimento: 25/07/1983 Passaporte: 587371863 País: EUA; Processo: 47041005952201834 Empresa: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 31/01/2019 Estrangeiro: CRESENCIO JR. DELA CERNA BUSANO Data Nascimento: 28/01/1960 Passaporte: EC5311380 País: FILIPINAS; Processo: 47041005954201823 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 01/01/2020 Estrangeiro: STEVE SEIDEL ESTORIL Data Nascimento: 26/12/1980 Passaporte: P6476780A País: FILIPINAS; Processo: 47041005955201878 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 15/09/2019 Estrangeiro: SIDDHARTH KUMAR Data Nascimento: 10/08/1984 Passaporte: Z4269712 País: ÍNDIA; Processo: 47041005957201867 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 03/12/2019 Estrangeiro: PHILIPPE VICTOR ALIX MASSOT Data Nascimento: 26/07/1954 Passaporte: 11AL94239 País: FRANÇA; Processo: 47041005972201813 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: até 18/10/2019 Estrangeiro: Andrii Veretskyi Data Nascimento: 20/08/1981 Passaporte: FP014860 País: UCRÂNIA; Processo: 47041005975201849 Empresa: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 12/05/2020 Estrangeiro: RUSLAN FAZULLIN Data Nascimento: 23/04/1985 Passaporte: 753653856 País: RÚSSIA; Processo: 47041005979201827 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jordan Panabang Manengyao Data Nascimento: 21/07/1986 Passaporte: P0948009A País: FILIPINAS Estrangeiro: Ruel Dulay Mapile Data Nascimento: 09/10/1986 Passaporte: EC4282701 País: FILIPINAS; Processo: 47041005982201841 Empresa: ALFA LULA ALTO OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Zygmunt Jozef Milota Data Nascimento: 05/03/1960 Passaporte: EH1107114 País: POLÔNIA

Residência Prévia - RN 11/2017 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039018036201811 Empresa: VPOWER TELEMENIA SPE LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YARON KURZ Data Nascimento: 31/08/1987 Passaporte: 14408157 País: ISRAEL; Processo: 47039017409201829 Empresa: CC INVEST BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CHRISTOPHE CHAPON Data Nascimento: 27/02/1968 Passaporte: 15CY06499 País: FRANÇA; Processo: 47039017420201899 Empresa: INPA - INDUSTRIA DE EMBALAGENS SANTANA S/A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL GABRIEL ALCALA MORA Data Nascimento: 07/06/1965 Passaporte: 134042981 País: VENEZUELA; Processo: 47039017467201852 Empresa: MITSUBISHI CORPORATION DO BRASIL S/A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: TOMOYUKI ENDO Data Nascimento: 14/10/1985 Passaporte: TZ 0.817.676 País: JAPÃO; Processo: 47039017524201801 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JAE HYUN PARK Data Nascimento: 30/06/1980 Passaporte: M98097620 País: CORÉIA DO SUL Estrangeiro: JAE HYUN PARK Data Nascimento: 30/06/1980 Passaporte: M98097620 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039017540201896 Empresa: WECASH BRASIL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S/A Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BEIBEI LIU Data Nascimento: 23/02/1991 Passaporte: G51774985 País: CHINA; Processo: 47039017557201843 Empresa: ''K'' LINE BRASIL TRANSPORTES MARITIMOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RYO OTA Data Nascimento: 05/10/1974 Passaporte: TK9740034 País: JAPÃO.

Residência Prévia - RN 19 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039015864201890 Empresa: INTERATIVA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDEA GIULIO NAPOLI Data Nascimento: 16/05/1991 Passaporte: YB1301909 País: ITÁLIA; Processo: 47039016133201861 Empresa: NUCTECH DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Dia(s) Estrangeiro: LI JINGYI Data Nascimento: 01/01/1997 Passaporte: E76048001 País: CHINA; Processo: 47039016150201807 Empresa: NUCTECH DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JINGYUE WANG Data Nascimento: 10/05/1996 Passaporte: E07228676 País: CHINA; Processo: 47039016201201892 Empresa: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUCILA MAGARIÑOS Data Nascimento: 25/03/1992 Passaporte: 36721623N País: ARGENTINA; Processo: 47039016250201825 Empresa: ING BANK N V Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARTIN HNATH Data Nascimento: 17/06/1989 Passaporte: BE2339194 País: ESLOVÁQUIA; Processo: 47039016484201872 Empresa: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Aviani Jaimes Barragán Data Nascimento: 23/06/1993 Passaporte: G18536955 País: MÉXICO; Processo: 47039016675201834 Empresa: LIBERTY SEGUROS S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUHYUN JUSTIN YI Data Nascimento: 17/06/1993 Passaporte: 499544814 País: EUA; Processo: 47039016826201854 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: INDER PRATAP SINGH Data Nascimento: 29/11/1989 Passaporte: L3691893 País: ÍNDIA; Processo: 47039016828201843 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TARAK NATH MONDAL Data Nascimento: 27/10/1989 Passaporte: P5659043 País: ÍNDIA; Processo: 47039016829201898 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PRADEEP KUMAR Data Nascimento: 08/03/1985 Passaporte: J8129717 País: ÍNDIA; Processo: 47039016901201887 Empresa: ING BANK N V Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PAUL EDWARD CURTIS Data Nascimento: 08/12/1969 Passaporte: 521166487 País: INGLATERRA; Processo: 47039016920201811 Empresa: MERCER HUMAN RESOURCE CONSULTING LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JIE CUI Data Nascimento: 21/08/1973 Passaporte: E63956979 País: CHINA; Processo: 47039017167201873 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OLUWOLE VINYO NOAMESI Data Nascimento: 30/12/1994 Passaporte: A07837487 País: NIGÉRIA; Processo: 47039017209201876 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAMESON BENZI Data Nascimento: 22/08/1983 Passaporte: EN573837 País: ZIMBABWE.

Residência - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039015883201816 Empresa: BASF SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL BENJAMIN VON KANEL Data Nascimento: 22/10/1984 Passaporte: 566317217 País: EUA Mãe: KAREN ANN STONER Pai: MICHAEL ROY VON KANEL; Processo: 47039015906201892 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DONGYA YIN Data Nascimento: 10/11/1988 Passaporte: E94544741 País: CHINA Mãe: QINGHUA WU Pai: YUNXU YIN; Processo: 47039016418201801 Empresa: ALPAMA GLOBAL SERVICES BRASIL - CONSULTORIA EM TECNOLOGIA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS REGUEIRA FERNANDEZ Data Nascimento: 04/07/1978 Passaporte: BF516526 País: ESPANHA Mãe: MARIA TERESA FERNANDEZ ALVAREZ Pai: MANUEL JESUS REGUEIRA ARTERO; Processo: 47039016724201839 Empresa: POWERCHINA BRASIL CONSTRUTORA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Guanqing Du Data Nascimento: 20/10/1975 Passaporte: PE1479935 País: CHINA Mãe: Yao Yuhua Pai: Du Shuzhong; Processo: 47039016726201828 Empresa: POWERCHINA BRASIL CONSTRUTORA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Yongtao Xue Data Nascimento: 13/04/1976 Passaporte: PE1563045 País: CHINA Mãe: Li Guizhi Pai: Xue Baisuo; Processo: 47039016728201817 Empresa: POWERCHINA BRASIL CONSTRUTORA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Zhongqiu Ren Data Nascimento: 05/11/1972 Passaporte: PE1076980 País: CHINA Mãe: Zhang Yufeng Pai: Ren Yusuo; Processo: 47039017111201819 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TOMOHIRO OKAMURA Data Nascimento: 21/08/1981 Passaporte: TR7035176 País: JAPÃO Mãe: CHIEKO OKAMURA Pai: YASUHIDE OKAMURA; Processo: 47039017113201816 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KEN SHINODA Data Nascimento: 05/07/1979 Passaporte: TZ1201148 País: JAPÃO Mãe: NAOMI SHINODA Pai: TAKESHI SHINODA; Processo: 47039017386201852 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Yuzo Morita Data Nascimento: 29/01/1975 Passaporte: TR1212469 País: JAPÃO Mãe: Tomoko Morita Pai: Tatsuo Morita.

Residência - RN 21 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039017795201859 Empresa: CLUBE ATLETICO TUBARAO SPE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: REN USAMI Data Nascimento: 23/02/0200 Passaporte: MU2924366 País: JAPÃO Mãe: MIYUKI USAMI Pai: SHINICHI USAMI.

Residência - RN 24 - Resolução Normativa, de 20/02/2018:

Processo: 47039018575201842 Empresa: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - UFABC Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PETER EDWARD HAZARD Data Nascimento: 21/02/1982 Passaporte: 556794260 País: GRÃ BRETANHA Mãe: HILARY ANN HAZARD Pai: THOMAS EDWARD HAZARD.

Residência - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 3º):

Processo: 47039016088201845 Empresa: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BRUNO ALEXANDRE GARRÃO PUGLIESE Data Nascimento: 05/01/1987 Passaporte: P717027 País: PORTUGAL.

Residência - RN 07 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041006469201877 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: David, Emile Eugene GALOPIN Data Nascimento: 28/10/1968 Passaporte: 13AR02933 País: FRANÇA.

Residência - RN 04 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039017123201843 Empresa: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAECHUN ANN Data Nascimento: 29/03/1950 Passaporte: M68367514 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039017291201839 Empresa: STRACTION BRASIL - SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA. Prazo: até 11/01/2020 Estrangeiro: AUREL IRIMIA Data Nascimento: 05/04/1981 Passaporte: 054889279 País: ROMÊNIA.

Residência - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041005310201835 Empresa: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PRABODH HARI KUTUMBE Data Nascimento: 09/11/1961 Passaporte: Z4750902 País: ÍNDIA; Processo: 47041005312201824 Empresa: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KEITH HARRY ROGERS Data Nascimento: 09/10/1962 Passaporte: 504695771 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041005379201869 Empresa: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SORIN BECHEANU Data Nascimento: 19/02/1976 Passaporte: 056453480 País: ROMÊNIA; Processo: 47041005403201860 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Rufus Assis Alphonso Sabbas Data Nascimento: 05/12/1962 Passaporte: Z2336502 País: ÍNDIA; Processo: 47041006086201807 Empresa: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. Prazo: até 08/01/2021 Estrangeiro: BAREND PETRUS HATTINGH Data Nascimento: 08/08/1978 Passaporte: M00179962 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47041006107201886 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/12/2020 Estrangeiro: MARK DERRICK TWYNAM Data Nascimento: 20/08/1964 Passaporte: A04280637 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47041006117201811 Empresa: M&S CERNAMBI SUL OPERACAO LTDA Prazo: até 09/01/2021 Estrangeiro: RUDY TANGALIN SANTOS Data Nascimento: 09/12/1966 Passaporte: EC6298052 País: FILIPINAS; Processo: 47041006123201879 Empresa: OOG-TKP PRODUCAO DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/10/2020 Estrangeiro: Alf Magne Helgesen Data Nascimento: 17/08/1979 Passaporte: 27996113 País: NORUEGA; Processo: 47041006127201857 Empresa: OOG-TKP PRODUCAO DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/10/2020 Estrangeiro: Krzysztof Stawicki Data Nascimento: 03/11/1973 Passaporte: ED6266168 País: POLÔNIA; Processo: 47041006134201859 Empresa: OOG-TKP PRODUCAO DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/10/2020 Estrangeiro: Harry Mathias Varnvatn Data Nascimento: 25/03/1963 Passaporte: 32884172 País: NORUEGA; Processo: 47041006214201812 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 10/02/2019 Estrangeiro: Nitin Balaram Khedu Data Nascimento: 18/04/1977 Passaporte: Z4667218 País: ÍNDIA; Processo: 47041006215201859 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 10/02/2019 Estrangeiro: Naven Bhagwan Solanki Data Nascimento: 21/10/1990 Passaporte: L6129939 País: ÍNDIA; Processo: 47041006216201801 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 10/02/2019 Estrangeiro: Ievgen Volkov Data Nascimento: 09/11/1978 Passaporte: FF570491 País: UCRÂNIA; Processo: 47041006219201837 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 29/05/2019 Estrangeiro: Jigneshkumar Govindbhai Tandel Data Nascimento: 03/05/1988 Passaporte: P0996437 País: ÍNDIA; Processo: 47041006221201814 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 01/01/2019 Estrangeiro: Yury Vavelyuk Data Nascimento: 21/06/1971 Passaporte: 752563146 País: RÚSSIA; Processo: 47041006222201851 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 27/05/2019 Estrangeiro: Sumit Vasant Ubale Data Nascimento: 19/12/1983 Passaporte: Z3607724 País: ÍNDIA; Processo: 47041006224201840 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 01/01/2019 Estrangeiro: Dmitry Pribytkov Data Nascimento: 10/04/1973 Passaporte: FG860470 País: UCRÂNIA.

Residência - RN 11/2017 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º):

Processo: 47039016653201874 Empresa: CJ DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HYUNG TAEK KIM Data Nascimento: 23/08/1981 Passaporte: M67464218 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039016733201820 Empresa: DIA BRASIL SOCIEDADE LIMITADA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSE MANUEL GONZALEZ VARA Data Nascimento: 18/12/1977 Passaporte: AAI851528 País: ESPANHA; Processo: 47039016813201885 Empresa: INTERCONTINENTAL COMERCIO DE VEICULOS S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TAKASHI MIZUNO Data Nascimento: 30/12/1963 Passaporte: TZ0751160 País: JAPÃO; Processo: 47039016870201864 Empresa: CASSIOPAE SOFTWARE BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GEORGES MICHEL PIERRE LEGRAND Data Nascimento: 16/09/1959 Passaporte: 12CE6287 País: FRANÇA; Processo: 47039016913201810 Empresa: ITUMBIARA TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DAWEI CUI Data Nascimento: 06/05/1982 Passaporte: PE1614248 País: CHINA; Processo: 47039016943201818 Empresa: METALFINO DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KIYOTAKA YAMAMOTO Data Nascimento: 14/07/1974 Passaporte: TK8506468 País: JAPÃO; Processo: 47039017082201895 Empresa: CATXERE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JIA JIA Data Nascimento: 26/10/1982 Passaporte: PE0820075 País: CHINA.

Residência - RN 19 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039017820201802 Empresa: MERCK S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEPHANIE URSULA LEITWEIN Data Nascimento: 16/10/1989 Passaporte: C8ZRMN34F País: ALEMANHA.

Residência - RN 14 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47041005322201860 Instituição: IGREJA PRESBITERIANA DE MANAUS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Mary Lisa Campbell Data Nascimento: 24/11/1958 Passaporte: 549237834 País: EUA; Processo: 47041005361201867 Instituição: ASSOCIACAO MISSIONARIA EVANGELICA AMAZONAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Ashlyn Ann Merrigan Data Nascimento: 01/06/1990 Passaporte: PE0841585 País: IRLANDA; Processo: 47041005562201864 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Carson Hansen

Gray Data Nascimento: 06/08/1998 Passaporte: 557892927 País: EUA; Processo: 47041005561201810 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Mary John Da Cruz Data Nascimento: 13/03/1996 Passaporte: J478876 País: CABO VERDE; Processo: 47041005687201894 Instituição: FEDERACAO BUDISTA SUL-AMERICANA JODO SHINSHU HONPA HONGWANJI Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAN MIYUKI Data Nascimento: 23/08/1986 Passaporte: TR 8.358.808 País: JAPÃO; Processo: 47041005702201802 Instituição: ASSOCIACAO DAS FAMILIAS PARA A UNIFICACAO E PAZ MUNDIAL Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: INSOUNG KWUN Data Nascimento: 05/05/1969 Passaporte: M84855997 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47041005781201843 Instituição: ASSOCIACAO EDUCACIONAL LECRISTO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIA DEL PILAR RODRIGUEZ ALVAREZ MALO Data Nascimento: 20/01/1982 Passaporte: G08022816 País: MÉXICO; Processo: 47041005783201832 Instituição: ASSOCIACAO EDUCACIONAL LECRISTO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIA ESTHER MUNOZ DIAZ TORRE Data Nascimento: 18/01/1985 Passaporte: G26790617 País: MÉXICO; Processo: 47041005798201809 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Motomu Sasaki Data Nascimento: 21/06/1993 Passaporte: TR7542868 País: JAPÃO; Processo: 47041005805201864 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Emily McKenzee Bonham Data Nascimento: 20/03/1998 Passaporte: 558527603 País: EUA; Processo: 47041005808201806 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Emily Rose Hirtle Data Nascimento: 30/10/1997 Passaporte: 547173360 País: EUA; Processo: 47041005810201877 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Daniel Kenneth Stephens Data Nascimento: 20/09/1998 Passaporte: 562399128 País: EUA; Processo: 47041005812201866 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Spencer William Cottrell Data Nascimento: 20/02/1999 Passaporte: 555822445 País: EUA; Processo: 47041005815201808 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Christian Ethan Monson Data Nascimento: 14/08/1998 Passaporte: 564254717 País: EUA; Processo: 47041005820201811 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JARED RYAN CHRISTENSEN Data Nascimento: 08/08/1999 Passaporte: 570385362 País: EUA; Processo: 47041005821201857 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA ARAUTOS DO EVANGELHO Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSÉ GABRIEL CORZO GARCIA PARDO Data Nascimento: 01/06/1952 Passaporte: AAF164462 País: ESPANHA; Processo: 47041005822201800 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Porter Redd Peterson Data Nascimento: 20/03/1999 Passaporte: 577274597 País: EUA; Processo: 47041005823201846 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JESUS PAHORAN MANCILLA ZARAGOZA Data Nascimento: 26/04/1999 Passaporte: G25955063 País: MÉXICO; Processo: 47041005841201828 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Yukiyoshi Sato Data Nascimento: 22/05/1999 Passaporte: MU4594916 País: JAPÃO; Processo: 47041005843201817 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Justin Willzein Manzano Valenzuela Data Nascimento: 15/11/1998 Passaporte: P2431762A País: FILIPINAS; Processo: 47041005850201819 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Rand Sebastian Nohr Data Nascimento: 03/08/1999 Passaporte: 579175823 País: EUA; Processo: 47041005855201841 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Carlos Daniel Hernandez Cano Data Nascimento: 03/03/1998 Passaporte: G25926915 País: MÉXICO; Processo: 47041005851201863 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Joshua Daniel Adams Data Nascimento: 29/01/1999 Passaporte: 559060570 País: EUA; Processo: 47041005853201852 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Yudidt Ñonthé Sanchez Data Nascimento: 04/02/1998 Passaporte: 557723234 País: EUA; Processo: 47041005858201885 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Matthew A Flake Data Nascimento: 09/11/1998 Passaporte: 558134790 País: EUA; Processo: 47041005867201876 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Keira Marae Dailey Data Nascimento: 10/12/1997 Passaporte: 557948237 País: EUA; Processo: 47041005868201811 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: David Fernando Garnica Data Nascimento: 13/05/1998 Passaporte: 559717511 País: EUA; Processo: 47041005870201890 Instituição: SEITA JODO SHINSHU SHINRANKAI DO BRASIL Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHOTA OKAYASU Data Nascimento: 28/12/1984 Passaporte: MU2894356 País: JAPÃO; Processo: 47041005871201834 Instituição: SEITA JODO SHINSHU SHINRANKAI DO BRASIL Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TAKAAKI KITAYAMA Data Nascimento: 25/04/1982 Passaporte: MU2666189 País: JAPÃO; Processo: 47041006003201871 Instituição: COMUNIDADE HORIZONTE Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CATHERINE ANN HORTON Data Nascimento: 12/11/1990 Passaporte: 470992805 País: EUA; Processo: 47041005922201828 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jacob Walter Conklin Data Nascimento: 29/06/1999 Passaporte: 574847198 País: EUA.

Residência - RN 30 - REN.RESID (RN 11/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018:

Processo: 47041005598201848 Empresa: HYUNDAI HEAVY INDUSTRIES BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUCAO S.A. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DONGYOUNG LEE Data Nascimento: 17/07/1980 Passaporte: M59776363 País: CORÉIA DO SUL Mãe: Si Yeon Ryu Pai: Hang kyu Lee.

Residência - RN 30 - REN.RESID (RN 15/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018:

Processo: 47041006031201899 Empresa: JOVENS COM UMA MISSAO - BELO HORIZONTE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: REBECCA ELVIRA TONIA DE HAAS Data Nascimento: 01/11/1973 Passaporte: NP9HK2BH4 País: HOLANDA Mãe: ANDREA VAN T OOSTENDE VAN BRAAM Pai: ERICK DE HAAS.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante JEAN PAUL RAYMOND DAVID exercer concomitantemente o cargo Administrador na Empresa CHROMAVIS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. processo: 47039.016191/2018-95 anteriormente autorizado através do processo: 47039.001305/2015-50.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante JANICE SOFIA MURGIO exercer concomitantemente o cargo de Diretor na Empresa J.P. MORGAN CORRETORA DE CAMBIO E VALORES MOBILIARIOS S.A. processo: 47039.016823/2018-11 anteriormente autorizado através do processo: 47039.016822/2018-76.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante RYUGO YAMAZAKI exercer concomitantemente o cargo de Diretor na Empresa SOUTHERN CROSS PARTICIPACOES LTDA. processo: 47039.016801/2018-51 anteriormente autorizado através do processo: 47039.003636/2018-77.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante Jose Manuel Frey Martinez exercer concomitantemente o cargo de Vice-Presidente de Exploração Financeiro na Empresa EQUINOR ENERGY DO BRASIL LTDA. processo: 47039.016727/2018-72 anteriormente autorizado através do processo: 47039.011102/2018-14.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante BRUNO MIGUEL ALBUQUERQUE PIMENTEL LOPES exercer concomitantemente o cargo de Vice-Diretor Financeiro na Empresa PETROGAL BRASIL S.A. QUIMICAS processo: 47039.016645/2018-28.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante SOICHIRO ONO exercer concomitantemente o cargo de Conselho de Administração na Empresa IHARABRAS SA INDUSTRIAS QUIMICAS processo: 47039.016526/2018-75 anteriormente autorizado através do processo: 47039.009778/2018-48.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante JANICE SOFIA MURGIO exercer concomitantemente o cargo de Diretor na Empresa J.P. MORGAN S.A. - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS processo: 47039.016825/2018-18 anteriormente autorizado através do processo: 47039.016822/2018-76.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante STEFANO REGGIANI exercer concomitantemente o cargo de Diretor na Empresa J DUCATI ENERGIA DO BRASIL LTDA. processo: 47039.016837/2018-34 anteriormente autorizado através do processo: 47039.010445/2018-61.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante ANDRE WEHRMANN exercer concomitantemente o cargo de Diretor na Empresa WINTERSHALL BM-C-10 LTDA. processo: 47039.017165/2018-84 anteriormente autorizado através do processo: 47039.015163/2018-51.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante FERNANDO DE LAPUERTA MONTOYA exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente na Empresa ENERGEN ENERGIAS RENOVAVEIS S/A processo: 47039.017243/2018-41 anteriormente autorizado através do processo: 47039.008703/2018-40.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante FERNANDO DE LAPUERTA MONTOYA exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente na Empresa ENEX O&M DE SISTEMAS ELETRICOS LTDA. processo: 47039.017244/2018-95 anteriormente autorizado através do processo: 47039.008703/2018-40.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 47041005199201887 Empresa: INSTITUTO MISSOES CONSOLATA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Malius Ndyamuhaki Passaporte: B0882918, Processo: 47041005462201838 Empresa: EMMA PEREZ CABRERA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EMMA PEREZ CABRERA Passaporte: G11186016 Processo: 47041006265201836 Empresa: CRESCIMENTO ADMINISTRADORA DE NEGOCIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ROBERTO PIETRO MENSI Passaporte: YA3734937, Processo: 47041006480201837 Empresa: ALCHEMY SERVICOS DE MARKETING, EVENTOS E CONSULTORIA LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: AMBER JOHNSTON Passaporte: PA2278048 Processo: 47041006300201817 Empresa: KEFIORE MARKETING LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FIORELLA MIONE Passaporte: G220559, Processo: 47041006301201861 Empresa: KEFIORE MARKETING LTDA. Prazo: até 19/11/2018 Estrangeiro: FIORELLA MIONE Passaporte: G220559 Processo: 47039014512201817 Empresa: AES UNION DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GUY BETHUNE GIBSON Passaporte: 535304824, Processo: 47039015173201896 Empresa: ORIGINALE MAISON - COMERCIO DE PRODUTOS DE DECORACOES EIRELI Prazo: 20 Dia(s) Estrangeiro: AMIN TALEBI KAHANGI Passaporte: E96058819 Estrangeiro: PETER MICHAEL SCHMITZ Passaporte: C71VVGWGM, Processo: 47039015128201831 Empresa: AES UNION DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KEITH ROBERT HARTLEY Passaporte: 652526013, Processo: 47039017325201895 Empresa: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEROEN WILLEM ANTOON LAKEMAN Passaporte: BEL63L0K2 Processo: 47039015426201821 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HAKHYEON LEE Passaporte: M44216128 Estrangeiro: YOUNG YOON LEE Passaporte: M72061214, Processo: 47039015996201811 Empresa: HONEYWELL DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KUNHOON LEE Passaporte: M37221003, Processo: 47039016107201833 Empresa: VARD PROMAR S.A. Prazo: até 28/02/2019 Estrangeiro: JORDY HENDRIKUS MOSCH Passaporte: NX78HHFH7, Processo: 47039016109201822 Empresa: VARD PROMAR S.A. Prazo: até 28/02/2019 Estrangeiro: WILLEM NICOLAAS BOSSCHAART Passaporte: BYF8FL747, Processo: 47039016216201851 Empresa: WOOBO INFORMATICA E SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: Sang-Gun Jeun Passaporte: M98657144, Processo: 47039016220201819 Empresa: WOOBO INFORMATICA E SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: SEUNGWON BAE Passaporte: M32363274, Processo: 47039018052201804 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Atle Kleveland Passaporte: 32269932, Processo: 47039018089201824 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MITSUYOSHI MOTOYASHIKI Passaporte: TS0402602 Processo: 47039018105201889 Empresa: DEL PAPEIS LTDA Prazo: 15 Dia(s) Estrangeiro: MA QINGPING Passaporte: E68276959, Processo: 47039018513201831 Empresa: CARLOS A.WANDERLEY & FILHOS-IMP.EXP.COM.REPR.LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DONATO MASELLA Passaporte: AA5342800 Estrangeiro: MATTEO RESMINI Passaporte: YB2295457, Processo: 47039018514201885 Empresa: GLOBO BRASIL - INDUSTRIA DE PAINEIS SOLARES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MENG YANG Passaporte: E39142976 Processo: 47039015331201816 Empresa: PORTO5 INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS EDUARDO FURTADO REGO Passaporte: C662266 Processo: 47039009310201853 Empresa: LEADERNET BRASIL SISTEMAS DE TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DIEGO GONZALO PEREZ Passaporte: 276484ON, Processo: 47039009308201884 Empresa: LEADERNET BRASIL SISTEMAS DE TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FELIPE VALENTINO ACUNA PLAZA Passaporte: POO2844829, Processo: 47039013155201870 Empresa: SOCIEDADE ESCOLAR BARAO DO RIO BRANCO Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DENISE ZIELBAUER Passaporte: C86HW3JY5, Processo: 47039014229201895 Empresa: SERGIO COIMBRA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Mileni Marley Nobre Cabral Passaporte: J508210, Processo: 47039014911201888 Empresa: VALTER ROUX COMERCIO DE REVISTAS EIRELI Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO LA ROCCA Passaporte: YA7686274, Processo: 47039014930201812 Empresa: CRISTIANO GATTI Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CRISTIANO GATTI Passaporte: AA0478526, Processo: 47039015153201815 Empresa: BRASIL EXPORTACAO DE MARMORES E GRANITOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Luca Farneda Passaporte: YA9956595, Processo: 47039015975201804 Empresa: CORDEBRAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSÉ LUÍS RAMOS GONÇALVES Passaporte: 122973 Processo: 47039013098201829 Empresa: CAPCO BRASIL SERVICOS E CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARKO VOLKER KRAUSE Passaporte: C84F7NF1W, Processo: 47039014640201861 Empresa: SERVICOS TECNICOS G.A.S. LTDA Prazo: até 13/10/2019 Estrangeiro: ARNOLD UY HUERTAS Passaporte: P3960678A Processo: 47039016956201897 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: até 06/12/2019 Estrangeiro: NG JIE HAO Passaporte: E5660376H, Processo: 47039016958201886 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: até 05/01/2020 Estrangeiro: YUICHI MAENO Passaporte: TK4820963 Processo: 47041004849201877 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 28/07/2020 Estrangeiro: Vlad Mitrea Passaporte: 053894081, Processo: 47041005165201892 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/10/2018 Estrangeiro: Veysel Çetin Passaporte: U10994465 Processo: 47041005001201865 Empresa: HELVIO DE FREITAS BRITO Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HELVIO DE FREITAS BRITO Passaporte: N1966879 Processo: 47041006008201802 Empresa: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 15/11/2018 Estrangeiro: BLAISE BECKMAN Passaporte: 452085845, Processo: 47041006015201804 Empresa: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 15/11/2018 Estrangeiro: GREGORY DOMINIQUE ARDOIN Passaporte: 488941200 Processo: 47041005418201828 Empresa: M VIEIRA DE SOUZA LABORATORIO Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ODIS NELSON VILLALON BARRERA Passaporte: E229168 Processo: 47041006195201816 Empresa: JESUS CRUZ SERVELLON Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JESUS CRUZ SERVELLON Passaporte: B00589549, Processo: 47041006196201861 Empresa: EDITH DELMIRA CAMPOS DE CRUZ Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDITH DELMIRA CAMPOS DE CRUZ Passaporte: B00974805.

No despacho do Coordenador Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU n° 206 de 25/10/2018, Seção 1, p. 85, Processo: 47039.015716/2018-75, onde se lê: Passaporte: PE0636856, leia-se: Passaporte: PE0626856.

No despacho do Coordenador Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU n° 195 de 09/10/2018, Seção 1, p. 87, Processo: 47039.015107/2018-16, onde se lê: Pai: JOHN WILFRID WAITE, leia-se: Pai: JOHN WILFRED WAITE.

No despacho do Coordenador Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU n° 130 de 09/07/2018, Seção 1, p. 57, Processo: 47039.007845/2018-90, onde se lê: Imigrante: MICHAEL NITSCHKE, leia-se: Imigrante: MICHAEL AXEL NITSCHKE.

No despacho do Coordenador Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU n° 170 de 03/09/2018, Seção 1, p. 96, Processo: 47039.013679/2018-61, onde se lê: Imigrante: DAVID ADAMS, leia-se: Imigrante: DAVID ANDREW ADAMS.

No despacho do Coordenador Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU n° 210 de 31/10/2018, Seção 1, p. 73, Processo: 47039.015735/2018-00, onde se lê: Requerente: PRODUTOS ROCHE QUIMICOS E FARMACEUTICOS S A, leia-se: Requerente: ROCHE DIAGNÓSTICA BRASIL LTDA.

No despacho do Coordenador Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU n° 170 de 03/09/2018, Seção 1, p. 96, Processo: 47041.006368/2018-04, onde se lê: Imigrante: Jean-Michel Mareei Derun~, leia-se: Imigrante: Jean Michel Marcel Derungs.

PAULO HENRIQUE GOMES DA SILVA

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

RETIFICAÇÃO

Na Instrução Normativa SIT n.º 146, de 25 de julho de 2018, republicada no D.O.U. de 1º de agosto de 2018, Seção 1, págs. 79 a 81, no §1º do art. 16, onde se lê: "Para os aprendizes que completaram o ensino médio...", leia-se: "Para os aprendizes que completaram o ensino fundamental...".

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHO DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46200.001574/2016-15	209826975	Barriga Verde Importacao e Exportacao Ltda	AC
2	46201.005518/2014-88	204611440	Destilaria Autonoma Porto Alegre Limitada	AL
3	47904.008206/2015-52	207041130	Atos Servicos de Tecnologia da Informacao do Brasil Ltda.	BA
4	47904.008208/2015-41	207041164	Atos Servicos de Tecnologia da Informacao do Brasil Ltda.	BA
5	46778.001300/2016-91	209423307	Bompreco Bahia Supermercados Ltda	BA
6	46778.001301/2016-36	209423510	Bompreco Bahia Supermercados Ltda	BA
7	46778.001324/2016-41	209423722	Bompreco Bahia Supermercados Ltda	BA
8	47904.010740/2014-48	204226520	Concreta Tecnologia em Engenharia Ltda	BA
9	47904.008349/2015-64	207065047	Empresa Baiana de Aguas e Saneamento S.A	BA
10	47904.008350/2015-99	207065055	Empresa Baiana de Aguas e Saneamento S.A	BA
11	47904.008352/2015-88	207065080	Empresa Baiana de Aguas e Saneamento S.A	BA
12	47904.008353/2015-22	207065101	Empresa Baiana de Aguas e Saneamento S.A	BA
13	47904.004206/2015-83	206315490	R. M. Mota & Cia Ltda - EPP	BA
14	46281.001178/2015-54	208553720	R.P.L Engenharia e Servicos Ltda	BA
15	46281.001179/2015-07	208555412	R.P.L Engenharia e Servicos Ltda	BA
16	46281.001180/2015-23	208555170	R.P.L Engenharia e Servicos Ltda	BA
17	46281.001181/2015-78	208555331	R.P.L Engenharia e Servicos Ltda	BA
18	46281.001182/2015-12	208554823	R.P.L Engenharia e Servicos Ltda	BA
19	46281.001183/2015-67	208554491	R.P.L Engenharia e Servicos Ltda	BA
20	46281.001184/2015-10	208554751	R.P.L Engenharia e Servicos Ltda	BA
21	46281.001185/2015-56	208555790	R.P.L Engenharia e Servicos Ltda	BA
22	46281.001186/2015-09	208554645	R.P.L Engenharia e Servicos Ltda	BA
23	46281.001187/2015-45	208554599	R.P.L Engenharia e Servicos Ltda	BA
24	46281.001188/2015-90	208553886	R.P.L Engenharia e Servicos Ltda	BA
25	46281.001189/2015-34	208554408	R.P.L Engenharia e Servicos Ltda	BA
26	46281.001190/2015-69	208554343	R.P.L Engenharia e Servicos Ltda	BA
27	46281.001191/2015-11	208554041	R.P.L Engenharia e Servicos Ltda	BA
28	46281.001192/2015-58	208554301	R.P.L Engenharia e Servicos Ltda	BA
29	46281.001193/2015-01	208554181	R.P.L Engenharia e Servicos Ltda	BA
30	46281.001194/2015-47	208554106	R.P.L Engenharia e Servicos Ltda	BA
31	46281.001195/2015-91	208554076	R.P.L Engenharia e Servicos Ltda	BA
32	46281.001196/2015-36	208555005	R.P.L Engenharia e Servicos Ltda	BA
33	46281.001197/2015-81	208554670	R.P.L Engenharia e Servicos Ltda	BA
34	46281.001199/2015-70	208562052	R.P.L Engenharia e Servicos Ltda	BA
35	46281.001200/2015-66	208561587	R.P.L Engenharia e Servicos Ltda	BA
36	47904.017372/2014-69	205324932	Saccom Comercio e Industria de Ferro e Aco Ltda - ME	BA
37	47904.017493/2014-19	205345611	Saccom Comercio e Industria de Ferro e Aco Ltda - ME	BA
38	47904.017494/2014-55	205345590	Saccom Comercio e Industria de Ferro e Aco Ltda - ME	BA
39	47904.017495/2014-08	205345638	Saccom Comercio e Industria de Ferro e Aco Ltda - ME	BA
40	46205.011881/2016-64	210191147	Ceramica Brasileira Cerbras Ltda	CE
41	46205.011978/2016-77	210199610	Cerrado Distribuidora de Bebidas Ltda	CE
42	46286.000853/2016-69	211078697	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	DF
43	46286.000857/2016-47	211082899	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	DF
44	46286.000858/2016-91	211078841	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	DF
45	46286.000861/2016-13	211078808	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	DF
46	46286.000864/2016-49	211078638	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	DF
47	46286.000866/2016-38	211078646	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	DF
48	46286.000870/2016-04	211078719	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	DF
49	46286.000874/2016-84	211078743	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	DF
50	46286.000879/2016-15	211075701	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	DF
51	46286.000884/2016-10	211078417	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	DF
52	46206.031397/2017-22	211507377	Aval Empresa de Seguranca Ltda - EPP	DF
53	46206.031291/2017-29	211553476	City Service Seguranca Ltda	DF
54	46206.004738/2017-97	211840165	Oriente Seguranca Privada Ltda	DF
55	46206.002891/2017-80	211457647	Panificadora e Confeitaria Jeanlu Ltda - ME	DF
56	46206.002899/2017-46	211457680	Panificadora e Confeitaria Jeanlu Ltda - ME	DF
57	46206.002900/2017-32	211457744	Panificadora e Confeitaria Jeanlu Ltda - ME	DF
58	46206.002949/2017-95	211457728	Panificadora e Confeitaria Jeanlu Ltda - ME	DF
59	46206.002950/2017-10	211457752	Panificadora e Confeitaria Jeanlu Ltda - ME	DF
60	46206.004472/2017-82	211695947	Super Varejao Alvorada Ltda - ME	DF
61	46208.006011/2016-43	209740060	Anicuns S A Alcool e Derivados	GO
62	46208.001696/2016-31	208958771	Centro Esportivo Corpo Brasil Ltda. - ME	GO
63	46208.001700/2016-61	208952918	Centro Esportivo Corpo Brasil Ltda. - ME	GO
64	46208.007158/2016-51	209934131	L&S Veículos e Combustíveis Ltda	GO
65	46208.002351/2016-03	209032529	Morato Lopes Indústria e Comércio de Carnes Derivados e Service Ltda - ME	GO
66	46208.002352/2016-40	209064323	Morato Lopes Indústria e Comércio de Carnes Derivados e Service Ltda - ME	GO
67	46208.002353/2016-94	209059834	Morato Lopes Indústria e Comércio de Carnes Derivados e Service Ltda - ME	GO
68	46208.003527/2016-36	209280603	Rosana Pinheiro de Menezes Eireli - ME	GO
69	46208.003528/2016-81	209280611	Rosana Pinheiro de Menezes Eireli - ME	GO
70	46208.003529/2016-25	209280689	Rosana Pinheiro de Menezes Eireli - ME	GO
71	46208.003535/2016-82	209280620	Rosana Pinheiro de Menezes Eireli - ME	GO
72	46223.006285/2016-44	209834218	Potencial Seguranca e Vigilancia Ltda	MA
73	46223.007043/2016-78	210337524	Potencial Seguranca e Vigilancia Ltda	MA
74	46223.007045/2016-67	210338032	Potencial Seguranca e Vigilancia Ltda	MA
75	47747.001358/2017-46	211413976	Consórcio Integral Spavias Trail Alta	MG
76	47747.002519/2017-19	211685739	Consórcio Integral Spavias Trail Alta	MG
77	46235.000389/2016-14	210283742	Construtora Santana R.R.Ltda - ME	MG
78	46502.001537/2015-21	207581401	Fiat Automóveis S.A.	MG
79	46017.008044/2015-94	208512837	Gabriel Dias Pereira Filho	MG
80	46017.008045/2015-39	208512853	Gabriel Dias Pereira Filho	MG
81	46017.008046/2015-83	208512861	Gabriel Dias Pereira Filho	MG
82	46246.001609/2016-90	209827882	Posto Dangelis Ltda	MG
83	46246.001616/2016-91	209826916	Posto Dangelis Ltda	MG
84	46246.001623/2016-93	209827980	Posto Dangelis Ltda	MG
85	46246.001625/2016-82	209827751	Posto Dangelis Ltda	MG
86	46246.001632/2016-84	209826819	Posto Dangelis Ltda	MG
87	46653.002665/2016-40	209700254	E. Antônio Carlos - ME	MT
88	46653.002668/2016-83	209699311	E. Antônio Carlos - ME	MT
89	46653.002669/2016-28	209699094	E. Antônio Carlos - ME	MT
90	46653.002671/2016-05	209699051	E. Antônio Carlos - ME	MT
91	46297.001786/2015-90	208285938	Alforge Seguranca Patrimonial Ltda	PE
92	46297.001787/2015-34	208285946	Alforge Seguranca Patrimonial Ltda	PE
93	46213.018432/2015-67	207579407	Condominio do Edificio Chances Village	PE
94	46213.022755/2014-74	205039103	Condominio do Edificio Chances Village	PE
95	46213.022757/2014-63	205039189	Condominio do Edificio Chances Village	PE
96	46297.001749/2015-81	208483471	Construtora MVC Ltda	PE
97	46213.022194/2014-11	205007112	Usina Bom Jesus S.A	PE
98	46916.000003/2015-16	205506054	Usina Bom Jesus S.A	PE
99	46916.000005/2015-13	205506160	Usina Bom Jesus S.A	PE
100	46916.000051/2015-12	206016352	Usina Bom Jesus S.A	PE
101	46916.000052/2015-59	206017031	Usina Bom Jesus S.A	PE
102	46916.000053/2015-01	206017090	Usina Bom Jesus S.A	PE
103	46916.000054/2015-48	206017120	Usina Bom Jesus S.A	PE
104	46916.000556/2015-79	208029206	Usina Bom Jesus S.A	PE
105	46214.001263/2016-05	209048972	Antonio Carlos Sampaio Pierote - EPP	PI
106	46214.002013/2017-65	211756504	Central de Abastecimento do Piaui	PI
107	46214.002014/2017-18	211756377	Central de Abastecimento do Piaui	PI
108	46214.002015/2017-54	211756571	Central de Abastecimento do Piaui	PI
109	46214.002016/2017-07	211756709	Central de Abastecimento do Piaui	PI
110	46214.003613/2016-60	209961538	Municipio de Marcos Parente	PI
111	46214.001246/2017-41	211466603	Rego e Rodrigues Ltda	PI
112	46293.001685/2017-11	211666475	BK Brasil Operacao e Assessoria a Restaurantes S.A.	PR
113	46293.002191/2017-53	211854263	BK Brasil Operacao e Assessoria a Restaurantes S.A.	PR
114	46293.001598/2017-63	211407992	Miraform Industria e Comercio de Descartaveis Ltda	PR
115	46293.001599/2017-16	211407984	Miraform Industria e Comercio de Descartaveis Ltda	PR
116	46293.001600/2017-02	211407976	Miraform Industria e Comercio de Descartaveis Ltda	PR
117	46293.001608/2017-61	211407887	Miraform Industria e Comercio de Descartaveis Ltda	PR
118	46225.003165/2016-75	209765275	Companhia de Águas e Esgotos de Roraima - CAER	RR
119	46225.004165/2016-92	210109769	Fundacao Bradesco	RR
120	46271.000322/2017-16	211271471	Autec RS Industria Metalurgica Ltda - ME	RS
121	46271.000323/2017-61	211271489	Autec RS Industria Metalurgica Ltda - ME	RS
122	46271.000324/2017-13	211271497	Autec RS Industria Metalurgica Ltda - ME	RS
123	46271.000325/2017-50	211271501	Autec RS Industria Metalurgica Ltda - ME	RS
124	46271.000326/2017-02	211271519	Autec RS Industria Metalurgica Ltda - ME	RS
125	46271.000327/2017-49	211271462	Autec RS Industria Metalurgica Ltda - ME	RS
126	46271.000328/2017-93	211271527	Autec RS Industria Metalurgica Ltda - ME	RS
127	46271.000812/2017-12	211332232	Autec RS Industria Metalurgica Ltda - ME	RS
128	46271.000813/2017-67	211331341	Autec RS Industria Metalurgica Ltda - ME	RS
129	46271.000814/2017-10	211332241	Autec RS Industria Metalurgica Ltda - ME	RS
130	46271.000815/2017-56	211332259	Autec RS Industria Metalurgica Ltda - ME	RS
131	46271.000816/2017-09	211391883	Autec RS Industria Metalurgica Ltda - ME	RS
132	46271.000817/2017-45	211392057	Autec RS Industria Metalurgica Ltda - ME	RS
133	46271.000818/2017-90	211392171	Autec RS Industria Metalurgica Ltda - ME	RS
134	46271.000819/2017-34	211459003	Autec RS Industria Metalurgica Ltda - ME	RS
135	46271.000820/2017-69	211392162	Autec RS Industria Metalurgica Ltda - ME	RS
136	46218.010500/2017-61	212392867	Restaurante e Centro de Lazer Executivo Eireli - ME	RS
137	46218.010502/2017-51	212413333	Restaurante e Centro de Lazer Executivo Eireli - ME	RS
138	46218.006115/2017-10	211845213	Útil Química Indústria e Comércio Ltda	RS
139	46218.006117/2017-17	211845345	Útil Química Indústria e Comércio Ltda	RS
140	46220.003044/2015-92	206904797	Casetex-Concreto Construcoes e Empreendimentos Turisticos Ltda	SC
141	46220.003046/2015-81	206668325	Casetex-Concreto Construcoes e Empreendimentos Turisticos Ltda	SC
142	46220.003048/2015-71	206668317	Casetex-Concreto Construcoes e Empreendimentos Turisticos Ltda	SC
143	46220.003050/2015-40	206668287	Casetex-Concreto Construcoes e Empreendimentos Turisticos Ltda	SC
144	46220.003051/2015-94	206668261	Casetex-Concreto Construcoes e Empreendimentos Turisticos Ltda	SC
145	46220.006003/2015-58	208084754	Coral Arquitetura Ltda	SC
146	46220.006004/2015-01	208086269	Coral Arquitetura Ltda	SC
147	46220.006005/2015-47	208083928	Coral Arquitetura Ltda	SC
148	46220.006006/2015-91	208078479	Coral Arquitetura Ltda	SC
149	46220.006007/2015-36	208086960	Coral Arquitetura Ltda	SC
150	46220.006008/2015-81	208093460	Coral Arquitetura Ltda	SC
151	46220.006009/2015-25	208092072	Coral Arquitetura Ltda	SC
152	46220.006010/2015-50	208092358	Coral Arquitetura Ltda	SC
153	46220.006011/2015-02	208088016	Coral Arquitetura Ltda	SC
154	46220.006012/2015-49	207655863	Coral Arquitetura Ltda	SC
155	46220.006022/2015-84	207655871	Coral Arquitetura Ltda	SC
156	46220.006023/2015-29	207655910	Coral Arquitetura Ltda	SC
157	46220.006024/2015-73	208091793	Coral Arquitetura Ltda	SC
158	46220.006025/2015-18	207655901	Coral Arquitetura Ltda	SC

159	46220.006026/2015-62	208081089	Coral Arquitetura Ltda	SC
160	46220.006027/2015-15	208083324	Coral Arquitetura Ltda	SC
161	46220.006028/2015-51	207655855	Coral Arquitetura Ltda	SC
162	46220.006029/2015-04	208073027	Coral Arquitetura Ltda	SC
163	46220.006030/2015-21	208078410	Coral Arquitetura Ltda	SC
164	46220.006031/2015-75	208081372	Coral Arquitetura Ltda	SC
165	46220.006032/2015-10	208071563	Coral Arquitetura Ltda	SC
166	46220.006033/2015-64	207655847	Coral Arquitetura Ltda	SC
167	46220.006034/2015-17	208087192	Coral Arquitetura Ltda	SC
168	46220.006035/2015-53	208088008	Coral Arquitetura Ltda	SC
169	46220.006036/2015-06	208087991	Coral Arquitetura Ltda	SC
170	46220.006037/2015-42	208087982	Coral Arquitetura Ltda	SC
171	46220.006077/2015-94	208140263	Coral Arquitetura Ltda	SC
172	46220.006157/2015-40	208140247	Coral Arquitetura Ltda	SC
173	46220.006603/2015-16	208277056	Coral Arquitetura Ltda	SC
174	46304.000087/2015-96	205758487	Instituicao Bethesda	SC
175	46304.000088/2015-31	205758631	Instituicao Bethesda	SC
176	46304.000089/2015-85	205758720	Instituicao Bethesda	SC
177	46267.002414/2016-19	210501651	Abece Gesso Comercio de Artefatos de Gesso Eireli - EPP	SP
178	46267.002415/2016-63	210501341	Abece Gesso Comercio de Artefatos de Gesso Eireli - EPP	SP
179	46267.002504/2016-18	210557893	Abece Gesso Comercio de Artefatos de Gesso Eireli - EPP	SP
180	46260.006004/2014-45	204046157	Alex Rodrigues Mendonça - ME	SP
181	46260.006005/2014-90	204046131	Alex Rodrigues Mendonça - ME	SP
182	46260.006008/2014-23	204046149	Alex Rodrigues Mendonça - ME	SP
183	46260.006009/2014-78	204046114	Alex Rodrigues Mendonça - ME	SP
184	46219.030904/2013-38	202554678	Assoociação Hispano-Brasileira Instituto Cervantes	SP
185	46262.002646/2016-17	210715278	C. Rossaneli Autos - ME	SP
186	46262.002648/2016-14	210715111	C. Rossaneli Autos - ME	SP
187	47998.009127/2016-48	210998946	Cleide Cavalari Bailke	SP
188	46385.000349/2016-41	210705299	Consorcio Intermunicipal Cemmil - Pro-Estrada	SP
189	46265.000326/2017-83	211200409	Constroen Construcoes e Engenharia Ltda	SP
190	46265.000329/2017-17	211200361	Constroen Construcoes e Engenharia Ltda	SP
191	46265.000330/2017-41	211200379	Constroen Construcoes e Engenharia Ltda	SP
192	46265.000331/2017-96	211200387	Constroen Construcoes e Engenharia Ltda	SP
193	46265.000332/2017-31	211200336	Constroen Construcoes e Engenharia Ltda	SP
194	46265.000333/2017-85	211200344	Constroen Construcoes e Engenharia Ltda	SP
195	46265.000334/2017-20	211200352	Constroen Construcoes e Engenharia Ltda	SP
196	46265.000335/2017-74	211200417	Constroen Construcoes e Engenharia Ltda	SP
197	46265.000336/2017-19	211200395	Constroen Construcoes e Engenharia Ltda	SP
198	46265.003224/2016-39	210797614	Constroen Construcoes e Engenharia Ltda	SP
199	46265.003225/2016-83	210797622	Constroen Construcoes e Engenharia Ltda	SP
200	46265.003226/2016-28	210797631	Constroen Construcoes e Engenharia Ltda	SP
201	46265.003227/2016-72	210797657	Constroen Construcoes e Engenharia Ltda	SP
202	46265.003228/2016-17	210797665	Constroen Construcoes e Engenharia Ltda	SP
203	46265.003229/2016-61	210797681	Constroen Construcoes e Engenharia Ltda	SP
204	46265.003230/2016-96	210797690	Constroen Construcoes e Engenharia Ltda	SP
205	46265.003231/2016-31	210797703	Constroen Construcoes e Engenharia Ltda	SP
206	46267.000608/2016-80	209015284	Construtora Gomes Lourenco S/A	SP
207	46267.000609/2016-24	209015276	Construtora Gomes Lourenco S/A	SP
208	46267.000610/2016-59	209015250	Construtora Gomes Lourenco S/A	SP
209	46259.005628/2017-27	213002884	Dia Brasil Sociedade Limitada	SP
210	47998.005865/2017-05	212740024	Dia Brasil Sociedade Limitada	SP
211	47998.005866/2017-41	212740067	Dia Brasil Sociedade Limitada	SP
212	47998.008961/2016-16	210898038	Dia Brasil Sociedade Limitada	SP
213	47998.008962/2016-61	210919990	Dia Brasil Sociedade Limitada	SP
214	47998.008966/2016-49	210800658	Dia Brasil Sociedade Limitada	SP
215	46474.000288/2017-01	211210901	FNX Industria e Comercio Ltda	SP
216	46474.000289/2017-48	211210935	FNX Industria e Comercio Ltda	SP
217	46474.000290/2017-72	211210960	FNX Industria e Comercio Ltda	SP
218	46256.000413/2016-69	208882162	Fundacao de Apoio a Faculdade de Medicina de Marilia	SP
219	46256.000415/2016-58	208882171	Fundacao de Apoio a Faculdade de Medicina de Marilia	SP
220	46259.003425/2017-04	212220373	Gloria A. Zaccarelli & Cia. Ltda	SP
221	46252.001774/2016-62	210818662	H M 37 Empreendimento Imobiliario SPE Ltda	SP
222	46252.001775/2016-15	210818671	H M 37 Empreendimento Imobiliario SPE Ltda	SP
223	46269.003634/2016-40	210412151	Huziteka Estamparia de Metais Ltda	SP
224	46269.003635/2016-94	210412160	Huziteka Estamparia de Metais Ltda	SP
225	46269.003637/2016-83	210412186	Huziteka Estamparia de Metais Ltda	SP
226	46266.000498/2016-66	208534580	Industria Marilia de Auto Pecas S/A	SP
227	46266.000499/2016-19	208534598	Industria Marilia de Auto Pecas S/A	SP
228	46266.000501/2016-41	208534628	Industria Marilia de Auto Pecas S/A	SP
229	46260.002620/2015-16	206928041	M. Brasil Quirino Pneus - ME	SP
230	46256.000121/2016-26	208765981	Maquinas Agricolas Jacto S A	SP
231	46267.002876/2015-55	208582169	Mazza Empreendimentos Imobiliarios Franca Ltda - EPP	SP
232	46267.002877/2015-08	208579931	Mazza Empreendimentos Imobiliarios Franca Ltda - EPP	SP
233	46267.002878/2015-44	208579893	Mazza Empreendimentos Imobiliarios Franca Ltda - EPP	SP
234	46267.002879/2015-99	208579907	Mazza Empreendimentos Imobiliarios Franca Ltda - EPP	SP
235	46267.002880/2015-13	208579885	Mazza Empreendimentos Imobiliarios Franca Ltda - EPP	SP
236	46017.001597/2017-88	211854573	Ricavel Veiculos e Pecas Ltda	SP
237	46017.001598/2017-22	211854395	Ricavel Veiculos e Pecas Ltda	SP
238	46017.001599/2017-77	211854409	Ricavel Veiculos e Pecas Ltda	SP
239	46017.001600/2017-63	211854441	Ricavel Veiculos e Pecas Ltda	SP
240	46017.001601/2017-16	211854336	Ricavel Veiculos e Pecas Ltda	SP
241	46017.001602/2017-52	211854549	Ricavel Veiculos e Pecas Ltda	SP
242	47238.000774/2014-24	205597696	Servico Nacional de Aprendizagem Comercial Senac	SP
243	46256.000112/2016-35	208757414	Unimed de Ourinhos CooperativadDe Trabalho Medico	SP
244	46259.003605/2017-88	212293290	Vitor A de Andrade e Companhia Chapas Ltda - EPP	SP
245	46259.003607/2017-77	212292455	Vitor A de Andrade e Companhia Chapas Ltda - EPP	SP
246	46259.003608/2017-11	212292315	Vitor A de Andrade e Companhia Chapas Ltda - EPP	SP
247	46259.003602/2017-44	212295641	Wivo Inox Importacao, Exportacao, Industria e Comercio	SP
248	46259.003603/2017-99	212293931	Wivo Inox Importacao, Exportacao, Industria e Comercio	SP
249	46259.003604/2017-33	212293648	Wivo Inox Importacao, Exportacao, Industria e Comercio	SP
250	46226.002093/2017-10	212340549	M & V Construcao e Incorporacao Ltda	TO

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46205.004737/2013-29	200.069.462	Servis Segurança Ltda.	CE
2	46206.005174/2015-48	200.488.074	Renan Barra Cid - EPP	DF
3	46017.008032/2015-60	200.637.576 - TRet nº 200.959.891	Gabriel Dias Pereira Filho	MG
4	47747.001585/2011-86	506.479.765	Net Service Ltda.	MG
5	47747.001586/2011-21	100.191.801 - TRet nº 100.289.428	Net Service Ltda.	MG
6	46502.002697/2015-98	200.612.255	Viação Novo Retiro Ltda.	MG
7	46312.004555/2012-50	705.052.095 - Tref nº 705.057.666	Viação Cruzeiro do Sul Ltda.	MS
8	46213.018062/2014-87	200.345.893	Condomínio do Edifício Arcuri	PE
9	46213.016387/2014-25	200.327.844	Espaçonave Eventos Ltda. - ME	PE
10	46213.022047/2013-52	200.200.658	Posto Modelo Ltda.	PE
11	46213.016365/2014-65	200.330.071	Universo Empreendimentos Eireli	PE
12	46293.001426/2017-90	200.887.718	C.J. da Silva Filho - Confecções - ME	PR
13	46293.001609/2017-13	200.894.226	Miraform Indústria e Comércio de Descartáveis Ltda.	PR
14	46220.007526/2007-10	506.004.996	União Motores Elétricos Ltda.	SC
15	46271.000811/2017-78	200.881.892	Autec RS Industria Metalurgica Ltda - ME	RS
16	46260.006003/2014-09	200.391.194	Alex Rodrigues Mendonça - ME	SP
17	46269.003633/2016-03	200.791.681	Huziteka Estamparia de Metais Ltda.	SP
18	46267.002881/2015-68	200.644.602 - TRet nº 200.861.191	Mazza Empreendimentos Imobiliários Franca Ltda. - EPP	SP
19	46017.001596/2017-33	200.914.391	Ricavel Veículos e Peças Ltda.	SP
20	47238.000776/2014-13	200.422.146	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46286.000856/2016-01	211078557	Arcos Dourados Comércio de Alimentos Ltda.	DF
2	46286.000862/2016-50	211078832	Arcos Dourados Comércio de Alimentos Ltda.	DF
3	46286.000868/2016-27	211078654	Arcos Dourados Comércio de Alimentos Ltda.	DF
4	46286.000873/2016-30	211078735	Arcos Dourados Comércio de Alimentos Ltda.	DF
5	46208.001697/2016-86	208954376	Centro Esportivo Corpo Brasil Ltda. ME	GO
6	46293.006620/2016-81	210544228	Viacao Apucarana Ltda	PR
7	46215.000507/2011-18	23110988	Eninco Engenharia Indústria e Comércio Ltda.	RJ
8	46215.000510/2011-23	23161108	Eninco Engenharia Indústria e Comércio Ltda.	RJ
9	46666.002314/2011-85	22843639	MEC Q Comércio e Serviços de Metrologia Industrial Ltda.	RJ
10	46263.000103/2015-74	205683487	Backer S.A.	SP
11	46262.002649/2016-51	210714298	C. Rossaneli Autos - ME	SP
12	46262.000248/2016-66	208867571	Dione Santos Trindade - EPP	SP
13	46259.003606/2017-22	212293443	Vitor A de Andrade e Companhia Chapas Ltda. - EPP	SP

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46206.031398/2017-77	211507474	BNGL Locação de Serviços Ltda.	DF
2	46206.005170/2015-60	206467826	Renan Barra Cid - EPP	DF
3	46206.005171/2015-12	206467796	Renan Barra Cid - EPP	DF
4	46208.002354/2016-39	209039850	Morato Lopes Indústria e Comércio de Carnes e Derivados	GO

1.4 -Tornar nula a publicação no DOU de 31/08/2018, pág. 124, por erro material, do seguinte processo:

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46293.006620/2016-81	210544228	Viacao Apucarana Ltda	PR

2) Em apreciação de recurso de ofício:

2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46206.004739/2017-31	211840475	Oriente Segurança Privada Ltda.	DF
2	46206.004740/2017-66	211841265	Oriente Segurança Privada Ltda.	DF
3	46212.013539/2017-91	212423584	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina	PR
4	46293.004736/2017-66	21275051	Confepar Agro-Industrial Cooperativa Central	PR
5	46294.001081/2017-64	212908260	Nefroclínica de Foz do Iguaçu Ltda.	PR
6	46262.001834/2016-28	209971410	Exto Brasil Serviços de Assessoria e Cobrança Ltda.	SP

2.2 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46670.000559/2015-32	206328516	Posto Tigrão de Iguaba Ltda.	RJ
2	46374.000101/2013-66	200.661.078	G.F. Campos - EPP	SP
3	46374.000105/2013-44	200689797	G.F. Campos - EPP	SP
4	46374.000106/2013-99	200.661.060	G.F. Campos - EPP	SP
5	46374.000104/2013-08	200689851	G.F. Campos - EPP	SP
6	46374.000100/2013-11	200661043	G.F. Campos - EPP	SP
7	46226.003595/2017-68	213142422	Diamante Agrícola S.A.	TO
8	46226.005682/2018-31	214034607	Praia Bela Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	TO
9	46226.005683/2018-85	214034500	Praia Bela Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	TO
10	46226.003487/2017-95	213151855	Vania Hercules	TO

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46208.003464/2017-07	211524280	WCRS Serviços de Apoio Administrativo Ltda. - EPP	GO
2	46208.003467/2017-32	211524212	WCRS Serviços de Apoio Administrativo Ltda. - EPP	GO
3	46208.003469/2017-21	211524263	WCRS Serviços de Apoio Administrativo Ltda. - EPP	GO
4	46208.003470/2017-56	211524221	WCRS Serviços de Apoio Administrativo Ltda. - EPP	GO
5	46617.010713/2011-03	23701846	Indústria de Máquinas Agrícolas Fuchs S.A.	RS
6	46617.010721/2011-41	23701838	Indústria de Máquinas Agrícolas Fuchs S.A.	RS

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, e, em cumprimento à decisão judicial prolatada nos autos do processo nº. 0000434-56-.2017.5.10.0012 em trâmite na 12ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, TRT da 10ª Região, e, com fundamento na Portaria 326/2013, bem como na Nota Técnica 798/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR o processo de pedido de registro sindical nº 46215.006480/2016-73, de interesse do SIGABAMNITER - Sindicato dos Garçons, Barmen e Maitres de Niterói e Região, CNPJ:08.689.823/0001-88, com respaldo no art. 27, inciso I, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em continuidade ao cumprimento da decisão judicial prolatada nos autos do Processo 1016612-20.2017.4.01.3400, na qual a Procuradoria Regional da União da 1ª Região determinou a análise do Pedido de Registro Sindical SC18954, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 795/2018/CGRS/SRT/MTb resolve: ARQUIVAR o Pedido de Registro Sindical 46210.000504/2017-10, de interesse do Sindicato dos Empregados no Comércio dos Municípios da Região Norte Araguaia do Estado de Mato Grosso - SINDEC-MT (CNPJ 26.808.685/0001-90), com respaldo no art. 27, inciso I do normativo supracitado.

MAURO RODRIGUES DE SOUZA

DESPACHO DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em continuidade ao cumprimento da decisão Judicial prolatada no processo nº 0001689-76.2017.5.10.0003, de lavra da 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF-Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com fundamento nos artigos 53 e 54 da Lei nº 9.784/99 e na Nota Técnica 20/2018/GAB/SRT/MTb resolve declarar a nulidade da retificação do cadastro ativo do SINTEPAV-BA- Sindicato dos Trabalhadores na Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagens do Estado da Bahia junto ao Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, CNPJ 16.440.174/0001-05 realizada em 10.1.2017, para que retorne ao status quo ante e passe a constar em sua representação a categoria dos "Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada, ou Seja Obras de Terraplanagem em Geral (Barragens, Aeroportos, Pontes e Canais, Engenharia Construtivas e Montagens) os Operadores de Máquinas e seus Respectivos Ajudantes do Setor Específico de Máquinas, tais como Munck Tratores, Empilhadeiras, Guindaste, Carro Betoneira e outros Trabalhadores em Funções Similares."

MAURO RODRIGUES DE SOUZA

DESPACHO DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, dando continuidade ao cumprimento da decisão judicial prolatada nos autos do Processo n.º 0000888-78.2018.5.10.0019, procedente da 19ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RAE 796/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: DEFERIR o Registro de Alteração Estatutária ao SINDICATO DOS EMPREGADOS EM CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E MISTOS DE LIMEIRA-SP - SINECON, CNPJ 06.137.522/0001-16; Processo 46259.004261/2017-24, para representar a Categoria dos Empregados em Condomínios Residenciais, Comerciais ou Mistos, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança Do Sul, Bocaina, Dourado, Ibaté, Ibitinga, Jaboticabal, Jaú, Limeira, Matão, Monte Alto, Ribeirão Bonito, São Carlos e Taquaritinga, Estado de São Paulo, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação da seguinte entidade: A) SIETHAR - Sindicato dos Empr. em Turismo e Hospitalidade de Aqa, CNPJ 68.325.075/0001-86, Processo 46000.004684/93-00, excluindo a categoria dos Empregados em Condomínios Residenciais, Comerciais ou Mistos, nos municípios de Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança Do Sul, Bocaina, Dourado, Ibaté, Ibitinga, Jaú, Matão, Ribeirão Bonito, São Carlos e Taquaritinga, Estado de São Paulo; nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

MAURO RODRIGUES DE SOUZA

DESPACHOS DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em continuidade ao cumprimento da Decisão Judicial, Processo n.º 0000184-86.2018.5.10.0012 procedente da 12ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, e, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES 799/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Professores Municipais de Passo Fundo, CNPJ 26.622.692/0001-01, Processo 46272.002282/2017-37, para representar a Categoria Profissional dos professores municipais com vínculo estatutário e celetista com o Município de Passo Fundo, com abrangência Municipal e base territorial Município de Passo Fundo -RS, Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11; B) Sindicato dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Sul-RS, CNPJ 095.156.956/0001-93, Processo 24400.002400/90-53; C) "Sindicato dos Servidores Municipais de Passo Fundo - SIMPASSO", RS, CNPJ 92.006.873/0001-20, Processo 24400.002150/89-54, excluindo a categoria Profissional dos professores municipais com vínculo estatutário e celetista no Município de Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, em continuidade à Decisão Judicial prolatada nos autos do Processo n.º 1009005-19.2018.4.01.3400, procedente da 20ª Vara Federal Cível da SJDF, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES 797/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: DEFERIR o Registro Sindical ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Laboratórios de Fabricação de Produtos de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPERF, CNPJ: 23.906.652/0001-95, Processo 46215.003884/2016-13, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias e Laboratórios de Fabricação de Produtos de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Angra Dos Reis, Aperibé, Araruama, Areal, Armação Dos Búzios, Arraial Do Cabo, Barra Do Piraí, Barra Mansa, Belford Roxo, Bom Jardim, Bom Jesus Do Itabapoana, Cabo Frio, Cachoeiras De Macacu, Cambuci, Campos Dos Goytacazes, Cantagalo, Carapebus, Cardoso Moreira, Carmo, Casimiro De Abreu, Comendador Levy Gasparian, Conceição De Macabu, Cordeiro, Duas Barras, Duque De Caxias, Engenheiro Paulo De Frontin, Guapimirim, Iguaba Grande, Itaboraí, Italva, Itaocara, Itaperuna, Itatiaia, Laje Do Muriaé, Macaé, Macuco, Magé, Mangaratiba, Maricá, Mendes, Miguel Pereira, Miracema, Natividade, Nilópolis, Nova Friburgo, Paraíba Do Sul, Paraty, Paty Do Alferes, Petrópolis, Pinheiral, Piraí, Porciúncula, Porto Real, Quatis, Quissamã, Resende, Rio Bonito, Rio Claro, Rio Das Flores, Rio Das Ostras, Santa Maria Madalena, Santo Antônio De Pádua, São Fidélis, São Francisco De Itabapoana, São João Da Barra, São João De Meriti, São José De Ubá, São José Do Vale Do Rio Preto, São Pedro Da Aldeia, São Sebastião Do Alto, Sapucaia, Saquarema, Silva Jardim, Sumidouro, Tanguá, Teresópolis, Trajano De Moraes, Três Rios, Valença, Varre-Sai, Vassouras e Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) QUIMSULF - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Far, CNPJ: 02.561.805/0001-30, Processo 46000.009725/97-98, excluindo a Categoria dos Trabalhadores nas Indústrias e Laboratórios de Fabricação de Produtos de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, nos municípios de Angra Dos Reis, Barra do Pirai, Barra Mansa, Itatiaia, Paraty, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro-RJ, B) Sind. quimicos - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Químicos para Fins Industriais, Tintas e Vernizes, de Produtos Farmacêuticos, de Perfumaria e Artigos de Toucador, de Sabão e Velas, Lavanderias e Tinturarias do Vestuário, da Fabricação de Álcool, de Adubos e Corretivos Agrícolas, de Colas e Material Plástico, Resinas Sintétic, CNPJ: 31.722.994/0001-83, Carta Sindical: L023 P046 A1954, excluindo a Categoria dos Trabalhadores nas Indústrias e Laboratórios de Fabricação de Produtos de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, nos municípios de Bom Jardim, Cachoeiras De Macacu, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Guapimirim, Itaboraí, Maricá, Rio Bonito, Santa Maria Madalena, São Sebastião Do Alto, Sumidouro, Tanguá, Teresópolis e Trajano De Moraes no Estado do Rio de Janeiro-RJ, C) SINDIQUIMICA-FRIBURGO - STI PROD. QUIM. FARM. PERF. O. M. PLAS. N.F, CNPJ: 73.647.141/0001-74, Processo 46010.004536/93-11, excluindo a Categoria dos Trabalhadores nas Indústrias e Laboratórios de Fabricação de Produtos de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos no município de Nova Friburgo no Estado do Rio de Janeiro-RJ, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

MAURO RODRIGUES DE SOUZA

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 6.516, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.015409/2018-51 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 452ª Reunião Ordinária, realizada em 07/11/2018, resolve:

Art. 1º Autorizar o registro da instalação portuária de apoio ao transporte aquaviário denominada "Píer Terminal Janeth Dias", localizada na Rua da Praia, s/nº, Vila do Abraão, Ilha Grande - Angra dos Reis/RJ, de titularidade da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.172.467/0001-09, em consonância com o disposto no inciso V do art. 2º da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ, salientando que a presente autorização não dispensa a interessada da obtenção das correspondentes licenças ou autorizações junto à Marinha do Brasil, ao Corpo de Bombeiros local e ao Órgão de Meio Ambiente competente.

Art. 2º Ficará sob a responsabilidade da Superintendência de Outorgas - SOG e da Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, ambas desta Agência, adotar as providências subsequentes no sentido de estabelecer junto à Municipalidade, o cronograma atualizado contemplando as condições operacionais básicas, de que trata o art. 4º da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.517, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.014870/2018-97 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 452ª Reunião Ordinária, realizada em 07/11/2018, resolve:

Art. 1º Autorizar o registro da instalação portuária de apoio ao transporte aquaviário denominada "Píer do Centro na Praia do Canto", localizada na Av. José Bento Ribeiro Dantas, s/nº, Logradouro 0099, Centro - Armação dos Búzios/RJ, de titularidade do Município de Armação dos Búzios, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.616.171/0001-02, consoante o disposto no inciso V do art. 2º da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ, salientando que a presente autorização não dispensa o interessado da obtenção das correspondentes licenças ou autorizações junto à Marinha do Brasil, ao Corpo de Bombeiros local e ao Órgão de Meio Ambiente competente.

Art. 2º Ficará sob a responsabilidade da Superintendência de Outorgas - SOG e da Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, ambas desta Agência, adotar as providências subsequentes no sentido de estabelecer junto à Municipalidade, o cronograma atualizado contemplando as condições operacionais básicas, de que trata o art. 4º da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.531, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.001012/2018-82 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 452ª Reunião Ordinária, realizada em 7 de novembro de 2018, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de celebração de Contrato de Adesão entre o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, na qualidade de Poder Concedente, e a empresa UTE GNA I Geração de Energia S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.449.511/0001-90, visando a outorga de autorização para construção e exploração de instalação portuária na modalidade de Terminal de Uso Privado - TUP, localizada no município de São João da Barra/RJ, para movimentação e/ou armazenagem de granel líquido e gasoso, eis que atendidas as exigências de que trata a Lei nº 12.815 e o Decreto nº 8.033, de 2013, bem como o disposto no Instrumento Convocatório de Anúncio Público nº 03/2018-ANTAQ.

Art. 2º Determinar o envio dos autos ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, para que, na qualidade de Poder Concedente, adote os procedimentos inerentes à luz de sua esfera de competência consoante a legislação de regência, recomendando a realização de consulta prévia à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, nos termos do que dispõe o § 2º do art. 16 da Lei nº 12.815, de 2013, bem como a atualização de certidões que se encontrem com validade expirada.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.534, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.010421/2017-99 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 452ª Reunião Ordinária, realizada em 07/11/2018, resolve:

Art. 1º Conhecer da consulta formulada pela empresa Shell Brasil Petróleo LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.456.016/0001-67, para registrar que:

I - É considerada navegação de cabotagem a recepção de carga em embarcação localizada em área de transbordo que a descarregue em área de transbordo distinta da originária, caso ambas estejam localizadas em Águas Jurisdicionais Brasileiras - AJB;

II - É considerada navegação de longo curso a recepção de carga em embarcação localizada em área de transbordo que, não tendo mais transbordo a realizar, transporte a carga até o destino final no exterior;

III - A operação da embarcação que realizar transbordos intermediários, recebendo carga de mais de uma embarcação ou mesmo descarregando parte da carga embarcada, desde que não a descarregue em uma área distinta da originária, e posteriormente transporte a carga até seu destino final no exterior, também será considerada como navegação de longo curso;

IV - Embarcação estrangeira que adentre no Brasil para realizar transbordo com posterior transporte da carga para o exterior que, por motivos operacionais, necessite alterar o regime de navegação para cabotagem, deverá cumprir o regramento estabelecido na Resolução Normativa nº 01-ANTAQ, de 2015, em especial no tocante às restrições relativas aos prazos mínimos de antecedência para circularização, vedada a realização de circularização ou alteração do regime de navegação caso a carga já esteja embarcada;

V - As operações de transbordo descritas somente poderão ser assim enquadradas se a embarcação utilizada para receber a carga transbordada atender às seguintes condições: (a) permanecer em AJB por, no máximo, 30 (trinta) dias corridos; (b) ocorrendo a operação em áreas abrigadas de portos ou terminais, a transferência da carga deverá se dar diretamente para outra embarcação, não se utilizando de quaisquer infraestruturas de armazenagem, dutos ou terminal portuário; e (c) mediante armazenagem ou transbordo somente de carga própria, vedada a prestação de serviços a terceiros ou a realização de atividades de instalações flutuantes de apoio ao transporte aquaviário em caráter continuado ou permanente; e

VI - A embarcação utilizada para o transbordo somente poderá realizar operação similar decorrido o prazo mínimo de 30 (trinta) dias da data da última operação de transbordo em AJB.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Regulação - SRG, desta Agência, que promova avaliação acerca da necessidade de regulamentação normativa da matéria no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da publicação da presente deliberação.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.539, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.001728/2018-80 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 452ª Reunião Ordinária, realizada em 07/11/2018, resolve:

Art. 1º Declarar insubsistente o Auto de Infração nº 3029-5, lavrado em 20/04/2018, em desfavor da Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA.

Art. 2º Determinar o arquivamento do Processo Administrativo Sancionador nº 50300.001728/2018-80, sem a aplicação de quaisquer penalidades em face da empresa autuada.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

ACÓRDÃO Nº 122, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo: 50306.002039/2015-90
Parte: ADMINISTRAÇÃO DAS HIDROVIAS DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (04.892.707/0033-98)
Ementa:

Trata o presente Acórdão do Pedido de Reconsideração formulado pela Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental - AHIMOC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.892.707/0033-98, domiciliada na Rua Marquês de Santa Cruz, nº 264 - Manaus/AM, em face de decisão proferida no âmbito da 429ª Reunião Ordinária de Diretoria - ROD, realizada em 14/09/2017, levada a efeito por meio do Acórdão nº 82/2017-ANTAQ, que julgou subsistente o Auto de Infração nº 001972-0, de 18/09/2015, lavrado pela Unidade Regional de Manaus - UREMN, desta Agência, e lhe aplicou a penalidade de multa pecuniária no montante de R$ 17.500,00 pela prática da infração capitulada no inciso XVI do art. 32 da norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ, consubstanciada no fato de deixar de encaminhar documentos requisitados pela equipe de fiscalização desta Agência; e ainda multa de R$ 175.000,00 pela prática da infração capitulada no inciso XXXVIII do art. 32 da mesma norma, em razão de permitir a utilização de infraestrutura pública por parte de empresa privada sem instrumento contratual válido.

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 451ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada realizada em 25 de outubro de 2018, o Diretor Relator Mário Povia, votou como segue:

"por conhecer do Pedido de Reconsideração formulado pela Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental - AHIMOC, dada a sua regularidade e tempestividade, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente o teor da decisão levada a efeito por meio do Acórdão nº 82/2017-ANTAQ."

O Diretor Adalberto Tokarski proferiu o seguinte voto-vista:

"por conhecer do Pedido de Reconsideração formulado pela Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental - AHIMOC, dada a sua regularidade e tempestividade, para, no mérito, dar-lhe provimento, modificando a decisão consubstanciada Acordão nº 82, de 21/09/2017, para julgar insubsistente o Auto de Infração nº 001972-0, 18/09/2015, lavrado pela Unidade Regional de Manaus - UREMN, desta Agência, quanto à prática das infrações tipificadas nos incisos XVI e XXXVIII, do artigo 32, da Resolução nº 3.274-Antaq, para determinar o arquivamento do presente Processo Administrativo Sancionador, sem a aplicação de quaisquer penalidades em face da recorrente. Ficará à cargo da UREMN o acompanhamento do desenvolvimento do caso para posterior análise quanto às medidas administrativas que se mostrarem necessárias, à luz das disposições da Resolução Normativa nº 13-Antaq, de 11 de outubro de 2016."

O Diretor Francisval Mendes acompanhou, na íntegra, o voto proferido pelo Diretor Relator.

Assim, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, com base no que dispõe o art. 67 da Lei nº 10.233, de 2001, em fazer prevalecer o entendimento expresso no voto proferido pelo Diretor Mário Povia, acompanhado pelo Diretor Francisval Mendes, ficando vencido o Diretor Adalberto Tokarski.

Participaram da reunião o Diretor-Geral, Relator, Mário Povia, o Diretor Francisval Mendes, o Diretor Adalberto Tokarski, a Procuradora-Chefe Natália Moyses, e a Secretária-Geral, Joelma Maria Costa Barbosa.

MÁRIO POVIA
Diretor-Geral Relator

FRANCISVAL MENDES
Diretor

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor

ACÓRDÃO Nº 125, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo: 50300.003128/2017-75
Parte: AMAZONVALE ARMAZENAGEM TRANSPORTES DE NAVEGAÇÃO E SERVIÇOS LTDA (05.257.843/0002-72)
Ementa:

Trata o presente Acórdão de Processo Administrativo Sancionador - PAS instaurado em desfavor da empresa AMAZONVALE ARMAZENAGEM TRANSPORTES DE NAVEGAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.257.843/0002-72, domiciliada na Estrada do Belmont, nº 11.669, Setor Zona Rural - Porto Velho/RO, oriundo da lavratura do Auto de Infração nº 2588-7, de 20/04/2017, por parte da Unidade Regional de Porto Velho - UREPV, desta Agência.

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 451ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 25/10/2018, o Diretor Relator, Francisval Mendes, votou como segue:

"I - declarar subsistente o Auto de Infração nº 2588-7, de 20/04/2017, lavrado pela Unidade Regional de Porto Velho - UREPV; e II - Alternativamente à aplicação de penalidade, possibilitar à AMAZONVALE ARMAZENAGEM TRANSPORTES DE NAVEGAÇÃO E SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.257.843/0002-72, a celebração de Termo de Ajuste de Conduta - TAC, visando a regularização da infração capitulada no inciso XV, do art. 36 da norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 6 de fevereiro de 2014, com o estabelecimento de prazo razoável para a correção da irregularidade apontada. Determino à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC que adote as providências pertinentes junto à empresa autorizada visando o cumprimento da medida ora aprovada. Em caso de recusa na celebração do TAC ou na hipótese de seu descumprimento, os autos deverão regressar a esta relatoria para a conclusão do julgamento do feito."

O Diretor Mário Povia divergiu verbalmente do voto proferido pelo Relator, pugnando pela aplicação de multa no valor de R$ 87.500,00 (oitenta e sete mil e quinhentos reais), combinada com a celebração do TAC.

O Diretor Adalberto Tokarski acompanhou, na íntegra, o voto proferido pelo Diretor Francisval Mendes.

Assim, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, com base no que dispõe o art. 67 da Lei nº 10.233, de 2001, em fazer prevalecer o entendimento expresso no voto proferido pelo Diretor Relator, Francisval Mendes, acompanhado pelo Diretor Adalberto Tokarski, ficando vencido o voto proferido pelo Diretor Mário Povia.

Torna-se sem efeito a Resolução nº 6.500-ANTAQ, de 1º de novembro de 2018.

Participaram da reunião o Diretor-Geral, Mário Povia, o Diretor Relator Francisval Mendes, o Diretor Adalberto Tokarski, a Procuradora-Chefe Natália Moyses, e a Secretária-Geral, Joelma Maria Costa Barbosa.

MÁRIO POVIA
Diretor-Geral

FRANCISVAL MENDES
Diretor Relator

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor

ACÓRDÃO Nº 126, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Processo: 50300.006215/2017-84
Parte: PETRÓLEO SABBA S.A (04.169.215/0001-91)
Ementa:

Trata o presente Acórdão de Processo Administrativo Sancionador - PAS instaurado em desfavor da empresa PETRÓLEO SABBÁ S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.169.215/0001-91, domiciliada na Rua Rio Quixito, nº 02, Vila Buriti - Manaus/AM, oriundo da lavratura do Auto de Infração nº 2722-7, de 06/07/2017, por parte da Unidade Regional de Manaus - UREMN, desta Agência.

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 451ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 25/10/2018, o Diretor Relator, Francisval Mendes, votou como segue:

"I - declarar subsistente o Auto de Infração nº 2722-7, de 06/07/2017, lavrado pela Unidade Regional de Manaus - UREMN; e II - Alternativamente à aplicação de penalidade, possibilitar à PETRÓLEO SABBA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.169.215/0001-91, a celebração de Termo de Ajuste de Conduta - TAC, visando a regularização das infrações capituladas no inciso XV, do art. 36 da norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 6 de fevereiro de 2014, com o estabelecimento de prazo razoável para a correção da irregularidade apontada. Determino à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC que adote as providências pertinentes junto à empresa autorizada visando o cumprimento da medida ora aprovada. Em caso de recusa na celebração do TAC ou na hipótese de seu descumprimento, os autos deverão regressar a esta relatoria para a conclusão do julgamento do feito."

O Diretor Mário Povia divergiu verbalmente do voto proferido pelo Relator, pugnando pela aplicação da penalidade de multa no valor de R$ 202.500,00 (duzentos e dois mil e quinhentos reais), combinada com a celebração do TAC.

O Diretor Adalberto Tokarski acompanhou, na íntegra, o voto proferido pelo Diretor Francisval Mendes.

Assim, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, com base no que dispõe o art. 67 da Lei nº 10.233, de 2001, em fazer prevalecer o entendimento expresso no voto proferido pelo Diretor Relator, Francisval Mendes, acompanhado pelo Diretor Adalberto Tokarski, ficando vencido o voto proferido pelo Diretor Mário Povia.

Torna-se sem efeito a Resolução nº 6.501-ANTAQ, de 1º de novembro de 2018.

Participaram da reunião o Diretor-Geral, Mário Povia, o Diretor, Relator, Francisval Mendes, o Diretor Adalberto Tokarski, a Procuradora-Chefe Natália Moyses, e a Secretária-Geral, Joelma Maria Costa Barbosa.

MÁRIO POVIA
Diretor-Geral

FRANCISVAL MENDES
Diretor Relator

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 893, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2018 (*)

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 313, de 30 de outubro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.118286/2015-19, delibera:

Art. 1º Alterar os artigos 6° e 7º do Anexo à Resolução n° 5.818, de 3 de maio de 2018, incluindo os incisos V e XIII, respectivamente, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º ...

...

V - fazer análise de anuência prévia em financiamentos contratados por concessionárias de rodovias federais. (NR)

Art. 7º ...

....

XIII - fazer análise de anuência prévia em financiamentos contratados por concessionárias de ferrovias federais. (NR)

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

(*) Republicado por incorreção no texto original, por ter saído no DOU nº 216, de 9.11.2018, seção 1, pág. 118.

DELIBERAÇÃO Nº 904, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2018 (*)

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 309, de 30 de outubro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.434328/2016-39, DELIBERA:

Art. 1º Os artigos 5º e 6º do Anexo à Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º ...

...

VI - cancelar a habilitação do Operador de Transporte Multimodal; e

VII - suspender a Licença Originária e a Licença Complementar nos casos de descumprimento dos requisitos para outorga.

Parágrafo único. Para os casos de renovação de outorga de Licença Originária e de Licença Complementar, não se aplica o previsto no art. 10 desta Resolução, cabendo à Superintendência informar mensalmente à Diretoria a publicação dos respectivos atos de renovação." (NR).

"Art. 6º ...

...

VI - aprovar a postergação no cronograma de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER para o ano subsequente, em função de inexecuções apuradas no exercício anterior. (NR)

Parágrafo único. Para o disposto no inciso V deste artigo, os efeitos financeiros na Tarifa Básica de Pedágio dependem de autorização da Diretoria Colegiada na ocasião das revisões ordinárias.". (NR)

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

(*) Republicado por incorreção no texto original, por ter saído no DOU nº 216, de 9.11.2018, seção 1, pág. 120

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 1.753, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a redistribuição temporária dos 1°, 2° e 3º Ofícios Gerais da PTM de Anápolis/GO para a sede da PRT da18ª Região, em Goiânia/GO.

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de1993, e considerando a necessidade de redistribuição temporária de ofícios no âmbito do Ministério Público do Trabalho, conforme o artigo 12 do Ato Conjunto PGR/CASMPU N° 1/2014, resolve:

Art. 1º Redistribuir temporariamente o 1° Ofício Geral da Procuradoria do Trabalho no Município de Anápolis/GO, provido pelo Procurador do Trabalho Luiz Carlos Michele Fabre, para a sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região, em Goiânia/GO.

Art. 2º Redistribuir temporariamente o 2° Ofício Geral da Procuradoria do Trabalho no Município de Anápolis/GO, provido pelo Procurador do Trabalho Luís Fabiano de Assis, para a sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região, em Goiânia/GO.

Art. 3º Redistribuir temporariamente o 3° Ofício Geral da Procuradoria do Trabalho no Município de Anápolis/GO, provido pelo Procurador do Trabalho Meicivan Lemes Lima, para a sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região, em Goiânia/GO.

Art. 4º A redistribuição temporária dos 1°, 2º e 3°Ofícios Gerais da PTM de Anápolis/GO se dará pelo prazo de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, limitada ao máximo de 4 (quatro) anos, em atendimento ao art. 12 do Ato Conjunto n° 1/2014 PGR/CASMPU.

RONALDO CURADO FLEURY

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

2ª SUBCÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PAUTA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2018

Hora: 10:00h
Local: Sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho - SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, Edifício CNC, 16º Andar, Asa Norte, Brasília, DF.
1ª Parte - Expediente.
a) - Comunicados e Assuntos Gerais:
1 - Coordenador(a) da CCR.
2 - Membros da CCR.
2ª Parte - Ordem do Dia.
I - Feitos com Pedido de Vista
Processo NF-000096.2018.04.005/4 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: RICARDO SILVEIRA PINTO, NOTICIADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGA SECA, LÍQUIDA, INFLAMÁVEL, EXPLOSIVA E REFRIGERADA DE LINHAS INTERNACIONAIS DO RIOGRANDE DO SUL - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes.
Processo PP-000083.2018.10.001/8 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INVESTIGADO: SECETO - SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO NO ESTADO DO TOCANTINS - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes.
Processo NF-001106.2018.19.000/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: BANCO DO BRASIL S/A, NOTICIANTE: SIGILOSO, NOTICIADO: SINDICATO DOS BANCARIOS E FINANCIARIOS DO ESTADO DE ALAGOAS - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes.
Processo IC-001639.2014.10.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: COMANDO AUTOPEÇAS, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.
II - Recursos administrativos
Processo IC-001339.2017.18.000/0 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: O UNIVERSITARIO RESTAURANTE IND COM E AGROPECUARIA LTDA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.
Processo NF-000287.2018.01.001/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: CRUZ VERMELHA BRASILEIRA - FILIAL DO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA, NOTICIADO: MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.
Processo IC-000550.2017.02.005/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: KOMATSU DO BRASIL LTDA - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes.
Processo IC-000231.2017.15.003/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: GUSTAVO BRAGA SENRA, INQUIRIDO: PROVAC SERVIÇOS LTDA., INQUIRIDO: SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SÃO CARLOS) - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes.
Processo PP-003920.2018.02.000/1 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INVESTIGADO: COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM , NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO) - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes.
Processo NF-000217.2018.05.001/5 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: NESTLE NORDESTE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS DO ESTADO DA BAHIA - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes.
Processo NF-000321.2018.15.003/3 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: CGMP-CENTRO DE GESTÃO DE MEIOS DE PAGAMENTO S.A., NOTICIANTE: MPT - PRT 15ª REGIÃO - ARARAQUARA - Relator: Dr. Luercy Lino Lopes.
Processo IC-001342.2013.13.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: GETNET TECNOLOGIA EM CAPTURA E PROCESSAMENTO DE TRANSAÇÕES H.U.A LTDA, NOTICIANTE: PRT/13ª REGIÃO (PROCURADOR REGIONAL MÁRCIO ROBERTO DE FREITAS EVANGELISTA) - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.
Processo IC-000721.2016.01.006/7 - Assunto: 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: CSP AUTOMÓVEIS LTDA ME, INQUIRIDO: CSP1 VEÍCULOS LTDA, INQUIRIDO: CSP2 VEÍCULOS LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: YAMAHA MOTOR DO BRASIL LTDA - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.
Processo NF-002591.2018.02.000/4 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA, NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE ANÔNIMO), NOTICIANTE: SINTTARESP - SINDICATO DOS TECNÓLOGOS, TÉCNICOS E AUXILIAR EM RADIOLOGIA - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.
Processo NF-006758.2018.02.000/4 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: JOMAITA BAR E LANCHES LTDA ME, NOTICIANTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DE SÃO PAULO (SINTHORESP) - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.
Processo NF-000397.2018.09.001/9 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM POSTOS DE SERVIÇO DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO DE MARINGÁ E REGIÃO, NOTICIADO: VALIC COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.
Processo PP-000167.2018.15.003/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, INVESTIGADO: UNIMED DE ARARAQUARA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.
Processo NF-000353.2018.15.003/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: USINA SANTA RITA S/A - AÇÚCAR E ÁLCOOL - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.
Processo NF-001426.2017.17.000/6 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE MARECHAL FLORIANO , NOTICIANTE: ANÔNIMO - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna.
III - Declínios de atribuições
Processo PP-000004.2009.16.003/4 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE ARAGUANÃ - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.
Processo NF-000404.2018.04.007/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: LUCAS KRUGER DA SILVA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: VERA LUCIA DE SOUZA FONTANA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.
Processo NF-000262.2018.14.000/5 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO (artigo 2º, § 6º da Resolução n. 69/2007, do CSMPT), NOTICIANTE: LUZARDO RODRIGUES BANDEIRA, NOTICIADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES NO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA - SINJUR - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.
Processo IC-000164.2017.09.005/2 - Assunto: 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: JOSE LUIZ GERMANO, NOTICIANTE: MPT - PRT9 - PTM DE UMUARAMA - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.
Processo NF-002342.2018.10.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: LGD MATERIAIS ESCOLARES E DE ESCRITORIO LTDA ME , NOTICIANTE: RODRIGO STUDART WERNIK - Relator: Dr. José de Lima Ramos Pereira.
IV - Demais Procedimentos para análise revisional
PRT 1ª Região-RJ - IC-002157.2012.01.000/0, IC-000519.2013.01.000/0, IC-000897.2015.01.004/0, IC-003757.2016.01.000/0, IC-000259.2016.01.001/4, IC-000067.2016.01.002/6, IC-000577.2016.01.005/4, IC-000669.2016.01.005/8, IC-000753.2016.01.006/1, IC-002721.2017.01.000/1, IC-004726.2017.01.000/5, IC-005582.2017.01.000/5, IC-006188.2017.01.000/7, PP-006719.2017.01.000/1, IC-000321.2017.01.005/6, IC-000658.2017.01.006/8, NF-000523.2018.01.000/3, PP-002938.2018.01.000/2, IC-003378.2018.01.000/2, IC-000069.2018.01.003/0, NF-000405.2018.01.005/8, PP-000206.2018.01.006/9, NF-000730.2018.01.006/3, NF-000321.2018.01.007/0, PP-000028.2018.01.008/9, IC-002424.2014.01.000/0, IC-002932.2014.01.000/2, IC-001708.2015.01.000/5, IC-002939.2015.01.000/2, IC-003084.2015.01.000/0, IC-003205.2015.01.000/9, IC-000304.2015.01.005/5, IC-000075.2016.01.000/6, IC-003028.2016.01.000/5, IC-000441.2016.01.001/2, IC-000670.2016.01.005/8, IC-000106.2016.01.007/6, IC-000253.2016.01.007/1, IC-000043.2016.01.008/1, IC-000833.2017.01.000/2, IC-000842.2017.01.000/3, IC-005972.2017.01.000/8, PP-006816.2017.01.000/2, IC-000111.2017.01.001/9, IC-000160.2017.01.005/2, IC-000576.2017.01.006/1, IC-000693.2018.01.000/2, IC-001603.2018.01.000/6, IC-002154.2018.01.000/5, IC-002790.2018.01.000/2, NF-003641.2018.01.000/7, IC-004807.2011.01.000/4, IC-001646.2012.01.000/7, IC-001691.2013.01.000/3, IC-003944.2014.01.000/8, IC-004470.2014.01.000/7, IC-000696.2014.01.006/6, IC-005242.2015.01.000/4, IC-001191.2016.01.000/2, IC-004182.2016.01.000/6, IC-004731.2016.01.000/2, IC-005149.2016.01.000/7, IC-005262.2016.01.000/9, IC-000628.2016.01.004/1, IC-000247.2016.01.005/8, IC-000224.2017.01.000/2, IC-001191.2017.01.000/4, IC-001385.2017.01.000/4, IC-001882.2017.01.000/4, IC-002637.2017.01.000/3, IC-002658.2017.01.000/1, IC-002680.2017.01.000/7, NF-003704.2017.01.000/3, IC-004993.2017.01.000/8, IC-005631.2017.01.000/5, IC-006323.2017.01.000/6, IC-006746.2017.01.000/4, IC-000459.2017.01.001/3, IC-000051.2017.01.002/8, IC-000295.2017.01.004/3, IC-000500.2017.01.004/0, NF-001072.2017.01.004/2, IC-000343.2017.01.005/3, IC-000051.2017.01.007/7, IC-000206.2017.01.007/7, IC-000147.2018.01.000/0, IC-000316.2018.01.000/9, IC-000990.2018.01.000/8, IC-001267.2018.01.000/7, PP-002341.2018.01.000/7, NF-002747.2018.01.000/9, NF-003013.2018.01.000/5, NF-004004.2018.01.000/2, NF-004267.2018.01.000/1, IC-000198.2018.01.001/4, IC-000122.2018.01.003/7, NF-000296.2018.01.003/1, IC-000458.2018.01.006/4, NF-000727.2018.01.006/0, IC-000086.2018.01.007/1, IC-000657.2017.01.004/0 - PRT 2ª Região-SP - IC-000317.2013.02.000/3, IC-005122.2014.02.000/3, IC-000724.2015.02.000/0, IC-007798.2015.02.000/2, IC-000001.2015.02.002/4, IC-003226.2016.02.000/0, IC-000730.2017.02.001/8, IC-001056.2017.02.001/8, IC-000719.2017.02.002/1, IC-000690.2017.02.003/5, IC-000142.2017.02.005/4, IC-000165.2017.02.005/6, PP-000529.2018.02.000/3, PP-002799.2018.02.000/2, IC-003033.2018.02.000/9, NF-003763.2018.02.000/9, NF-004776.2018.02.000/0, PP-004856.2018.02.000/4, IC-005128.2018.02.000/3, IC-005379.2018.02.000/5, NF-005558.2018.02.000/1, NF-005650.2018.02.000/5, NF-005709.2018.02.000/0, NF-005760.2018.02.000/9, NF-005874.2018.02.000/4, NF-005961.2018.02.000/9, NF-006049.2018.02.000/2, NF-006086.2018.02.000/1, NF-006310.2018.02.000/6, NF-006370.2018.02.000/4, NF-006446.2018.02.000/5, NF-006542.2018.02.000/0, NF-006595.2018.02.000/9, NF-006610.2018.02.000/8, NF-006652.2018.02.000/4, NF-006776.2018.02.000/6, NF-006942.2018.02.000/0, NF-000639.2018.02.002/0, IC-000002.2007.02.004/0, PP-004025.2011.02.000/9, IC-005958.2012.02.000/0, IC-006305.2012.02.000/6, IC-004594.2014.02.000/0, IC-000191.2016.02.000/5, IC-002538.2016.02.000/0, IC-005680.2016.02.000/0, IC-005490.2017.02.000/4, IC-009730.2017.02.000/0, IC-000851.2017.02.001/7, PP-002868.2018.02.000/5, NF-003679.2018.02.000/0, NF-004437.2018.02.000/8, NF-004524.2018.02.000/2, NF-004626.2018.02.000/0, NF-004785.2018.02.000/0, NF-005555.2018.02.000/5, NF-005607.2018.02.000/1, NF-

005727.2018.02.000/1, NF-005830.2018.02.000/7, NF-005849.2018.02.000/2, NF-005900.2018.02.000/5, NF-006011.2018.02.000/0, NF-006286.2018.02.000/6, NF-006523.2018.02.000/3, NF-006730.2018.02.000/8, NF-000891.2018.02.001/9, PP-000549.2018.02.002/0, NF-000659.2018.02.002/5, IC-000996.2010.02.000/6, IC-000174.2013.02.000/1, IC-000525.2014.02.002/9, IC-000154.2014.02.003/2, IC-005080.2015.02.000/5, IC-000318.2015.02.003/8, IC-000291.2015.02.004/4, IC-004864.2016.02.000/6, IC-008160.2016.02.000/6, IC-000255.2016.02.003/2, IC-000479.2016.02.005/0, IC-000075.2017.02.000/2, IC-001909.2017.02.000/0, IC-000908.2017.02.001/3, IC-000467.2017.02.002/0, IC-000586.2017.02.002/7, IC-000826.2018.02.000/9, IC-001532.2018.02.000/3, IC-001739.2018.02.000/6, NF-001916.2018.02.000/1, IC-002691.2018.02.000/1, PP-002944.2018.02.000/8, PP-003060.2018.02.000/1, NF-003731.2018.02.000/9, NF-004472.2018.02.000/6, NF-004476.2018.02.000/8, IC-004532.2018.02.000/8, IC-004656.2018.02.000/0, NF-004788.2018.02.000/7, PP-004879.2018.02.000/3, PP-004894.2018.02.000/9, NF-004940.2018.02.000/2, IC-004986.2018.02.000/0, PP-005015.2018.02.000/3, NF-005090.2018.02.000/7, NF-005243.2018.02.000/6, NF-005309.2018.02.000/0, NF-005480.2018.02.000/0, NF-005525.2018.02.000/6, NF-005526.2018.02.000/1, NF-005599.2018.02.000/2, NF-005669.2018.02.000/0, NF-005764.2018.02.000/0, NF-005879.2018.02.000/1, NF-005885.2018.02.000/6, NF-005974.2018.02.000/1, NF-006029.2018.02.000/0, NF-006068.2018.02.000/0, NF-006107.2018.02.000/3, NF-006143.2018.02.000/7, NF-006197.2018.02.000/0, NF-006219.2018.02.000/8, NF-006245.2018.02.000/5, NF-006271.2018.02.000/2, NF-006337.2018.02.000/7, NF-006400.2018.02.000/7, NF-006734.2018.02.000/0, NF-006735.2018.02.000/5, NF-006750.2018.02.000/0, NF-006764.2018.02.000/9, IC-000827.2018.02.001/6, PP-000044.2018.02.002/8, NF-000614.2018.02.002/4, IC-000047.2018.02.003/1, IC-000065.2018.02.003/3, IC-000070.2018.02.003/5, PP-000166.2018.02.003/3, PP-000374.2018.02.003/4, NF-000511.2018.02.003/8, IC-000201.2018.02.005/8, IC-003393.2007.02.000/4, IC-006697.2014.02.000/0, IC-000242.2016.02.001/4 - PRT 3ª Região-MG - IC-000366.2014.03.001/9, IC-002435.2015.03.000/6, IC-000089.2015.03.005/4, IC-000323.2015.03.005/7, IC-000728.2016.03.001/0, IC-000405.2016.03.002/3, IC-000399.2016.03.010/5, IC-002076.2017.03.000/1, PP-000176.2018.03.000/0, IC-001372.2018.03.000/5, IC-002686.2018.03.000/3, IC-000350.2018.03.001/4, NF-000410.2018.03.001/3, PP-000349.2018.03.006/9, NF-000317.2018.03.007/5, NF-000393.2018.03.009/0, PP-000178.2018.03.010/3, IC-000195.2018.03.010/9, PP-000263.2018.03.010/2, IC-001808.2015.03.000/4, IC-000443.2016.03.001/9, IC-000307.2016.03.002/0, IC-000741.2017.03.002/4, IC-000485.2017.03.003/5, IC-000294.2017.03.005/1, IC-000496.2018.03.000/9, NF-003285.2018.03.000/7, IC-000062.2018.03.002/2, IC-000174.2018.03.002/9, PP-000508.2018.03.002/6, IC-000087.2018.03.006/2, IC-000028.2011.03.010/6, IC-000117.2014.03.000/1, IC-000462.2015.03.002/8, IC-000381.2015.03.009/1, IC-001666.2016.03.000/9, IC-000391.2016.03.002/5, IC-002226.2017.03.000/4, IC-002464.2017.03.000/3, IC-002638.2017.03.000/0, IC-000240.2017.03.002/7, IC-000512.2017.03.002/2, IC-000836.2017.03.002/7, IC-000919.2017.03.002/0, IC-000421.2017.03.003/6, IC-000279.2017.03.005/9, IC-000396.2017.03.005/2, IC-000088.2017.03.009/1, IC-000258.2017.03.010/4, IC-000058.2018.03.000/4, PP-001536.2018.03.000/6, PP-002449.2018.03.000/0, NF-003259.2018.03.000/0, IC-000256.2018.03.002/5, IC-000307.2018.03.002/3, PP-000483.2018.03.002/4, NF-000125.2018.03.005/1, NF-000380.2018.03.007/1, PP-000258.2018.03.010/7 - PRT 4ª Região-RS - IC-000438.2015.04.001/2, IC-000160.2015.04.007/4, IC-000642.2016.04.000/6, IC-001371.2017.04.000/9, IC-003803.2017.04.000/7, IC-000371.2017.04.001/8, IC-000043.2018.04.000/9, PP-001258.2018.04.000/8, PP-001755.2018.04.000/9, IC-002111.2018.04.000/5, IC-002259.2018.04.000/1, NF-002376.2018.04.000/5, NF-003530.2018.04.000/0, IC-000223.2018.04.004/3, IC-000034.2018.04.007/4, NF-000371.2018.04.008/8, IC-003360.2014.04.000/8, IC-000626.2017.04.000/0, IC-001317.2017.04.000/2, IC-004097.2017.04.000/6, IC-000131.2017.04.008/5, PP-002235.2018.04.000/8, PP-002613.2018.04.000/2, NF-002752.2018.04.000/0, NF-000345.2018.04.001/4, IC-000243.2018.04.007/2, IC-002521.2014.04.000/4, IC-000726.2014.04.006/9, IC-000106.2014.04.008/7, IC-000260.2015.04.004/0, IC-000397.2015.04.008/2, IC-000023.2016.04.000/5, IC-000167.2016.04.000/1, IC-002128.2016.04.000/6, IC-003272.2016.04.000/0, IC-004080.2016.04.000/0, IC-004223.2016.04.000/2, IC-004447.2016.04.000/1, IC-000330.2016.04.007/9, IC-000551.2016.04.008/4, IC-000620.2017.04.000/1, IC-001419.2017.04.000/0, IC-001468.2017.04.000/8, IC-001833.2017.04.000/0, IC-001968.2017.04.000/3, IC-002302.2017.04.000/8, IC-003014.2017.04.000/1, IC-004290.2017.04.000/2, IC-004387.2017.04.000/1, IC-000473.2017.04.006/0, IC-000393.2017.04.008/2, IC-000011.2018.04.000/0, IC-000564.2018.04.000/4, IC-000575.2018.04.000/4, IC-000576.2018.04.000/0, PP-000799.2018.04.000/0, IC-000982.2018.04.000/5, PP-001217.2018.04.000/7, IC-001232.2018.04.000/3, PP-001763.2018.04.000/4, IC-002226.2018.04.000/6, NF-002625.2018.04.000/0, IC-003145.2018.04.000/5, IC-000120.2018.04.001/8, NF-000366.2018.04.004/0, NF-000347.2018.04.006/8, IC-000025.2018.04.007/3, NF-000461.2018.04.007/0, NF-000466.2018.04.007/2, PP-000397.2017.04.002/9 - PRT 5ª Região-BA - IC-001784.2014.05.000/6, IC-002193.2017.05.000/7, IC-002883.2017.05.000/1, IC-003243.2017.05.000/0, PP-000031.2018.05.000/2, IC-000038.2018.05.000/3, IC-000136.2013.05.007/7, IC-001724.2015.05.000/0, IC-000308.2016.05.004/0, IC-001803.2017.05.000/2, IC-002093.2017.05.000/0, IC-003117.2017.05.000/6, IC-000033.2017.05.002/7, IC-000518.2017.05.006/8, NF-001519.2018.05.000/1, PP-000090.2018.05.002/8, IC-002541.2012.05.000/4, IC-000224.2015.05.005/9, IC-002608.2016.05.000/1, IC-000042.2016.05.004/3, IC-000627.2016.05.006/4, IC-000057.2017.05.000/9, IC-002665.2017.05.000/5, IC-003077.2017.05.000/7, IC-000049.2018.05.000/9, IC-000706.2018.05.000/1, IC-000781.2018.05.000/8, IC-000970.2018.05.000/0, IC-000980.2018.05.000/8, IC-001207.2018.05.000/2, NF-001902.2018.05.000/6, NF-002126.2018.05.000/0, IC-000054.2018.05.001/2, IC-000057.2018.05.002/6, IC-000074.2018.05.005/6, IC-000302.2018.05.006/9 - PRT 6ª Região-PE - IC-002377.2017.06.000/1, IC-003350.2017.06.000/9, NF-001993.2018.06.000/0, IC-002049.2018.06.000/3, NF-000298.2018.06.002/2, IC-001660.2016.06.000/9, IC-000295.2016.06.002/8, IC-003591.2017.06.000/4, NF-001698.2018.06.000/5, IC-000315.2016.06.000/6, IC-002478.2016.06.000/2, IC-002613.2016.06.000/1, IC-002651.2016.06.000/6, IC-002698.2017.06.000/1, IC-000834.2017.06.002/0, IC-000642.2018.06.000/9, IC-000982.2018.06.000/2, IC-001555.2018.06.000/6, IC-001739.2018.06.000/0, NF-002227.2018.06.000/4, NF-002448.2018.06.000/7, IC-000214.2018.06.002/9 - PRT 7ª Região-CE - IC-000453.2012.07.000/1, IC-001205.2014.07.000/7, IC-001507.2014.07.000/0, IC-000578.2015.07.000/8, IC-001963.2015.07.000/7, IC-000359.2017.07.000/9, IC-001021.2017.07.000/9, PP-000029.2018.07.000/1, PP-001594.2018.07.000/8, NF-000109.2018.07.002/5, IC-000672.2015.07.000/8, IC-002040.2015.07.000/0, IC-002074.2015.07.000/1, IC-000859.2016.07.000/7, IC-000003.2017.07.000/6, IC-002075.2017.07.000/0, PP-002596.2017.07.000/5, IC-000177.2018.07.000/7, IC-000266.2018.07.000/1, NF-001687.2018.07.000/5, IC-001010.2011.07.000/5, IC-000053.2013.07.000/0, IC-000724.2014.07.000/6, IC-000168.2015.07.000/8, IC-000761.2016.07.000/5, IC-002216.2016.07.000/0, IC-000583.2017.07.000/9, IC-000848.2017.07.000/6, IC-002017.2017.07.000/3, PP-002788.2017.07.000/3, PP-002845.2017.07.000/0, IC-000176.2017.07.001/6, PP-001417.2018.07.000/6, NF-001673.2018.07.000/7, NF-001693.2018.07.000/0, IC-000005.2018.07.002/0 - PRT 8ª Região-PA - IC-000437.2009.08.003/0, IC-000181.2015.08.003/8, IC-001749.2017.08.000/6, NF-000241.2018.08.001/4, IC-000370.2015.08.002/3, IC-001483.2017.08.000/7, IC-000793.2018.08.000/3, IC-001024.2014.08.000/0, IC-000378.2017.08.000/8, IC-001294.2017.08.000/4, IC-001644.2017.08.000/1, IC-000141.2017.08.001/3, PP-000191.2018.08.000/1, NF-000205.2018.08.002/1 - PRT 9ª Região-PR - IC-001792.2014.09.000/5, IC-002107.2014.09.000/0, IC-002357.2015.09.000/8, IC-000533.2016.09.001/0, PP-000436.2017.09.000/3, PP-002249.2017.09.000/9, IC-002428.2017.09.000/5, IC-002430.2017.09.000/8, IC-003117.2017.09.000/0, IC-000305.2017.09.001/8, IC-000211.2017.09.005/5, IC-001098.2018.09.000/4, PP-001954.2018.09.000/2, NF-002572.2018.09.000/3, IC-000127.2018.09.001/1, PP-000133.2018.09.003/5, IC-000210.2018.09.003/0, PP-000089.2018.09.006/3, IC-000044.2018.09.008/8, IC-000067.2018.09.009/8, NF-000126.2018.09.010/5, IC-000182.2013.09.004/2, IC-000226.2016.09.003/0, IC-001121.2017.09.000/7, IC-002163.2017.09.000/1, IC-000685.2017.09.001/0, IC-000476.2017.09.007/9, IC-000285.2017.09.008/4, NF-002684.2018.09.000/8, IC-000159.2018.09.004/9, NF-000173.2018.09.006/7, NF-000178.2018.09.006/9, IC-000087.2018.09.007/0, NF-000319.2018.09.008/0, NF-000137.2018.09.010/9, IC-001542.2014.09.000/9, IC-002338.2014.09.000/9, IC-000284.2014.09.008/0, IC-000402.2015.09.000/0, IC-001552.2015.09.000/7, IC-000169.2016.09.005/1, IC-000229.2016.09.009/4, IC-000626.2017.09.000/2, IC-001203.2017.09.000/2, IC-001421.2017.09.000/9, IC-001981.2017.09.000/3, IC-003077.2017.09.000/0, IC-003257.2017.09.000/2, IC-000574.2017.09.001/9, IC-000234.2017.09.004/8, IC-000004.2017.09.006/4, IC-000478.2017.09.007/1, IC-000084.2017.09.009/9, IC-000163.2017.09.009/0, IC-000279.2017.09.009/3, IC-000267.2018.09.000/8, PP-001877.2018.09.000/4, NF-001941.2018.09.000/0, PP-002004.2018.09.000/3, NF-002190.2018.09.000/6, NF-002402.2018.09.000/1, IC-000012.2018.09.001/6, IC-000190.2018.09.005/1, IC-000227.2018.09.005/3, IC-000028.2018.09.006/7, IC-000113.2018.09.006/3, NF-000193.2018.09.006/1, IC-000002.2018.09.007/5, IC-000031.2018.09.007/6, IC-000068.2018.09.007/1, IC-000008.2018.09.008/7, IC-000143.2018.09.008/7, IC-000100.2018.09.009/0, IC-000110.2018.09.010/0, NF-000238.2018.09.004/6 - PRT 10ª Região-DF - NF-000181.2016.10.001/4, IC-002430.2017.10.000/0, IC-000075.2017.10.002/1, IC-000103.2017.10.002/0, IC-000362.2018.10.000/0, PP-000416.2018.10.000/7, IC-000610.2018.10.000/5, IC-001273.2018.10.000/1, IC-000926.2014.10.000/4, IC-000190.2015.10.001/2, IC-000419.2017.10.000/3, IC-000046.2017.10.002/7, IC-001331.2018.10.000/2, IC-001739.2018.10.000/5, NF-001907.2018.10.000/0, PP-000083.2018.10.001/8, IC-000075.2013.10.003/8, IC-002388.2016.10.000/7, IC-002457.2016.10.000/0, IC-002784.2017.10.000/6, IC-002928.2017.10.000/4, PP-000591.2018.10.000/1, IC-000843.2018.10.000/2, NF-001542.2018.10.000/9, NF-002364.2018.10.000/6, IC-000041.2018.10.001/0 - PRT 11ª Região-AM - IC-000947.2014.11.000/6, IC-001261.2014.11.000/5, IC-000030.2018.11.001/7, IC-001577.2015.11.000/8, IC-000249.2017.11.000/0, IC-000008.2018.11.000/9, IC-000484.2018.11.000/6, IC-000163.2015.11.000/2, IC-000161.2016.11.000/2, IC-000352.2017.11.000/0, IC-000557.2017.11.000/9, NF-000892.2017.11.000/0, NF-000683.2018.11.000/6, IC-000901.2018.11.000/0 - PRT 12ª Região-SC - IC-000740.2012.12.000/0, IC-000321.2014.12.005/6, PP-000615.2018.12.000/9, IC-000732.2018.12.000/2, NF-001016.2018.12.000/1, IC-000217.2018.12.004/1, IC-000379.2015.12.005/6, IC-000163.2016.12.003/0, IC-000234.2017.12.000/1, IC-000529.2008.12.000/0, IC-000111.2010.12.005/1, IC-000158.2014.12.003/4, IC-000124.2014.12.006/6, IC-000664.2015.12.000/0, IC-000050.2015.12.004/7, IC-001337.2016.12.000/8, IC-001420.2016.12.000/0, IC-000256.2016.12.002/2, IC-000102.2017.12.000/9, IC-000287.2017.12.000/7, IC-000418.2017.12.001/7, PP-000210.2018.12.000/4 - PRT 13ª Região-PB - IC-010105.2007.13.000/9, IC-001146.2012.13.000/5, IC-000069.2013.13.000/1, IC-001347.2013.13.000/7, IC-001566.2015.13.000/2, IC-000334.2015.13.001/1, IC-001393.2016.13.000/2, IC-000622.2017.13.001/3, IC-000159.2018.13.000/3, NF-000059.2018.13.002/3, IC-000148.2015.13.000/1, IC-000747.2016.13.000/7, IC-000804.2017.13.000/0, IC-001413.2017.13.000/0, IC-000062.2018.13.001/0, PP-000224.2018.13.001/6, IC-000696.2011.13.000/5, IC-001283.2013.13.000/3, IC-001194.2014.13.000/0, IC-001429.2014.13.000/4, IC-000356.2015.13.000/2, IC-000432.2015.13.000/0, IC-000622.2015.13.000/0, IC-000734.2015.13.000/8, IC-000822.2015.13.000/6, IC-001248.2015.13.000/9, IC-000239.2016.13.000/1, IC-001118.2016.13.000/4, IC-001418.2016.13.000/6, PP-000445.2017.13.000/2, IC-000501.2017.13.000/6, IC-000597.2017.13.000/0, IC-000631.2017.13.001/4, IC-000038.2018.13.000/8, PP-000118.2018.13.000/8, IC-000552.2018.13.000/1, NF-001055.2018.13.000/0, IC-000291.2018.13.001/8, IC-001005.2012.13.000/7 - PRT 14ª Região-RO - NF-000138.2018.14.001/1, IC-000255.2016.14.000/1, IC-000526.2014.14.000/5, IC-000365.2014.14.002/8, IC-000073.2016.14.001/0, IC-000017.2018.14.000/6, IC-000048.2018.14.001/9 - PRT 15ª Região-Campinas - IC-002887.2015.15.000/7, IC-000264.2016.15.004/6, IC-000444.2016.15.007/2, IC-003253.2017.15.000/4, IC-000662.2017.15.001/4, IC-000363.2017.15.007/5, IC-000716.2017.15.008/9, NF-002804.2018.15.000/5, IC-000736.2014.15.000/0, IC-000370.2016.15.007/0, IC-003844.2017.15.000/7, IC-001665.2018.15.000/6, NF-003094.2018.15.000/2, NF-000242.2018.15.003/6, IC-000135.2018.15.005/6, IC-000337.2018.15.006/3, IC-000105.2014.15.004/5, IC-000462.2015.15.000/4, IC-002421.2016.15.000/9, IC-000562.2016.15.007/2, IC-000695.2016.15.008/5, IC-000656.2017.15.000/4, IC-001241.2017.15.000/0, IC-002433.2017.15.000/8, IC-002876.2017.15.000/9, IC-002910.2017.15.000/5, IC-004028.2017.15.000/6, IC-004143.2017.15.000/9, IC-000178.2017.15.004/3, IC-000165.2017.15.005/5, PP-000049.2018.15.000/7, PP-000499.2018.15.000/9, IC-000587.2018.15.000/7, IC-000728.2018.15.000/6, PP-000730.2018.15.000/2, PP-001076.2018.15.000/4, IC-001935.2018.15.000/9, PP-002592.2018.15.000/0, PP-002610.2018.15.000/5, IC-000171.2018.15.001/7, PP-000462.2018.15.001/0, PP-000598.2018.15.001/9, PP-000721.2018.15.001/0, IC-000502.2018.15.002/3, PP-000196.2018.15.003/0, IC-000040.2018.15.005/6, PP-000332.2018.15.006/1, IC-000007.2018.15.007/4, IC-000604.2018.15.008/3 - PRT 16ª Região-MA - PP-000367.2011.16.000/8, IC-000722.2013.16.000/5, IC-000252.2018.16.000/0, NF-000903.2018.16.000/7, NF-000904.2018.16.000/3, IC-000149.2016.16.001/1, IC-000120.2017.16.002/0, NF-000852.2018.16.000/9, NF-000924.2018.16.000/8, NF-000943.2018.16.000/6, IC-000636.2018.16.000/3, NF-000702.2018.16.000/4, NF-000803.2018.16.000/9, NF-000882.2018.16.000/0, NF-000905.2018.16.000/0, NF-000082.2018.16.002/2, NF-000115.2018.16.002/8, NF-000116.2018.16.002/4 - PRT 17ª Região-ES - IC-001398.2017.17.000/4, IC-000205.2018.17.000/3, NF-001215.2018.17.000/1, NF-001261.2018.17.000/1, IC-001550.2017.17.000/0, PP-000433.2018.17.000/9, NF-001013.2018.17.000/6, NF-001174.2018.17.000/7, IC-000359.2015.17.000/5, IC-000194.2017.17.000/1, IC-001234.2017.17.000/7, IC-000139.2017.17.003/4, NF-000976.2018.17.000/8, NF-000992.2018.17.000/7, NF-001053.2018.17.000/1, NF-001110.2018.17.000/7, PP-000105.2018.17.002/1 - PRT 18ª Região-GO - IC-000238.2015.18.001/5, IC-002116.2016.18.000/2, IC-000773.2018.18.000/3, PP-001035.2018.18.000/8, NF-001175.2018.18.000/0, IC-001477.2017.18.000/1, IC-000479.2017.18.003/9, IC-000482.2017.18.003/1, PP-000167.2018.18.000/2, NF-000651.2018.18.000/8, NF-001568.2018.18.000/0, IC-000289.2013.18.001/2, IC-001896.2016.18.000/6, IC-001422.2017.18.000/2, IC-002015.2017.18.000/1, IC-000382.2017.18.003/3, IC-000186.2018.18.000/0, NF-000652.2018.18.000/4, IC-000717.2018.18.000/5, IC-001307.2018.18.000/1, NF-001397.2018.18.000/9, NF-001500.2018.18.000/8, NF-001566.2018.18.000/9, NF-000110.2018.18.001/0, IC-000028.2018.18.003/1, IC-000071.2018.18.003/1, IC-000086.2018.18.003/6, IC-000297.2018.18.003/7, IC-000988.2018.18.000/9 - PRT 19ª Região-AL - IC-000111.2018.19.000/9, IC-000152.2018.19.000/4, IC-000749.2018.19.000/0, IC-000184.2016.19.000/3, IC-000854.2016.19.000/9, IC-001342.2016.19.000/4, PP-000984.2018.19.000/4, IC-001151.2017.19.000/2, IC-001255.2017.19.000/1, IC-001693.2017.19.000/5, IC-000550.2018.19.000/4, IC-000764.2018.19.000/3, IC-000821.2018.19.000/3, PP-000990.2018.19.000/6, IC-000179.2018.19.001/1, IC-000290.2016.19.001/1 - PRT 20ª Região-SE - IC-002467.2016.20.000/7, IC-000429.2018.20.000/5, NF-000527.2018.20.000/0, IC-001097.2018.20.000/2, NF-001457.2018.20.000/6, IC-000599.2013.20.000/0, IC-000707.2014.20.000/1, IC-001516.2015.20.000/7, IC-001599.2016.20.000/6, IC-000201.2017.20.000/0, IC-000854.2018.20.000/8, NF-001355.2018.20.000/8 - PRT 21ª Região-RN - IC-000514.2015.21.000/7, IC-000085.2017.21.002/4, PP-000309.2018.21.000/3, IC-000683.2018.21.000/8, IC-000087.2017.21.001/8, IC-000089.2017.21.002/3, IC-000104.2017.21.002/9, IC-001603.2016.21.000/1, PP-001121.2017.21.000/9 - PRT 22ª Região-PI - IC-000076.2016.22.001/0, NF-000974.2018.22.000/2, NF-000064.2018.22.001/5, NF-000190.2018.22.001/4, IC-001462.2017.22.000/0, IC-000192.2017.22.001/4, IC-001195.2016.22.000/1, IC-000187.2017.22.000/0, IC-001754.2017.22.000/6, IC-000328.2017.22.001/8, IC-000014.2017.22.002/1, IC-000378.2018.22.000/9, IC-000738.2018.22.000/2, NF-001188.2018.22.000/5, NF-001230.2018.22.000/7 - PRT 23ª Região-MT - IC-001004.2015.23.000/8, IC-000831.2017.23.000/4, IC-000561.2017.23.001/0, IC-000280.2017.23.003/0, IC-000131.2018.23.003/4, IC-000401.2014.23.000/1, IC-001238.2016.23.000/5, IC-000561.2017.23.000/1, NF-000491.2018.23.001/6, IC-000239.2012.23.004/5, IC-000236.2017.23.000/7, IC-000160.2017.23.004/5, NF-

000723.2018.23.000/4, NF-000838.2018.23.000/1, IC-000913.2018.23.000/3, NF-000487.2018.23.001/7 - PRT 24ª Região-MS - IC-000249.2016.24.002/8, IC-000082.2018.24.000/0, IC-000495.2018.24.000/4, IC-000210.2017.24.002/1, IC-000494.2018.24.000/8, PP-000087.2018.24.001/7, NF-000149.2018.24.002/5, IC-000131.2015.24.001/0, IC-000010.2016.24.002/2, IC-000783.2017.24.000/6, IC-000198.2017.24.002/2, PP-000428.2018.24.000/2, PP-000702.2018.24.000/4, PP-000152.2018.24.001/0.

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

ELIANE ARAQUE DOS SANTOS
Coordenadora da 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 321, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Indica a Unidade Técnica responsável pelo manejo e administração do intercâmbio de informações junto ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das suas atribuições legais e regimentais,

considerando o Acordo de Cooperação Técnica, de 29 de outubro de 2018, firmado entre o TCU e o COAF para intercâmbio de dados, informações e capacitação;

considerando o disposto no inciso II do artigo 3º da Resolução-TCU nº 301, de 31 de outubro de 2018, bem como a cláusula 1.4 do Acordo de Cooperação firmado entre o TCU e o COAF, no dia 29 de outubro de 2018; e tendo em vista as informações contantes do TC 034.724/2017-6 e TC 039.205/2018-5, resolve:

Art. 1º Designar a Secretaria de Relações Institucionais de Controle no Combate à Fraude e Corrupção (Seccor) como unidade do TCU responsável por manejar e administrar o intercâmbio de informações junto ao COAF, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-C).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO CARREIRO

PLENÁRIO

ATA Nº 21, DE 24 DE OUTUBRO DE 2018
(Sessão Extraordinária Reservada do Plenário)

Presidência: Ministros Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro (Vice-Presidente)
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretário das Sessões: AUFC Marcio André Santos de Albuquerque
Subsecretária do Plenário, em substituição: AUFC Lorena Medeiros Bastos Corrêa

Às 19 horas e 53 minutos, o Presidente Raimundo Carreiro declarou aberta a sessão extraordinária reservada do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Vital do Rêgo) e Marcos Bemquerer Costa, bem como da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao TCU Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes o Ministro Vital do Rêgo e os Ministros-Substitutos André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira, em férias, e os Ministros Augusto Nardes e Aroldo Cedraz, com causa justificada (v. Anexo II desta Ata).

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata 20, referente à sessão extraordinária realizada em 10 de outubro de 2018 (Regimento Interno, artigo 101).

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 2477 a 2481.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-027.743/2018-7 e TC-031.991/2015-7, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes; e

TC-010.359/2017-6, TC-012.688/2015-0, TC-031.217/2018-4 e TC-031.420/2018-4, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-024.236/2018-7, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo; e

TC-031.649/2016-5, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

ACOMPANHAMENTO DE JULGAMENTO DE PROCESSO

Na apreciação do processo TC-004.910/2018-4, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, nos termos do parágrafo único do art. 97 do Regimento Interno, foi autorizada a presença na Sala das Sessões do Dr. Fernando Salles Xavier.

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Nos termos do § 3º do art. 119 do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-012.688/2015-0, que trata de denúncia acerca de irregularidades em procedimentos de licitação e na área de pessoal no âmbito da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz e revisor o Ministro Benjamin Zymler. Acórdão 2482.

Ao apregoar o processo, o Presidente indagou ao Plenário se haveria, por parte dos ministros, alguma objeção para que o processo fosse apreciado sem a presença do relator, uma vez que ele já havia votado na sessão do pedido de vista, não havendo manifestação em contrário. Na oportunidade, esclareceu que, consoante o disposto no art. 119, § 3º, do RITCU, os votos já proferidos pelos ministros ou ministros-substitutos convocados, ainda que não compareçam à sessão, são computados.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário deliberou sobre os processos listados a seguir e aprovou os seguintes acórdãos:

MINISTRO-SUBSTITUTO MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-004.910/2018-4 - Acórdão 2484

MINISTRO-SUBSTITUTO AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-025.014/2017-0 - Acórdão 2483

MINISTRO AROLDO CEDRAZ

TC-012.688/2015-0 - Acórdão 2482

ALTERNÂNCIA NA PRESIDÊNCIA

O Vice-Presidente José Múcio Monteiro assumiu a cadeira da Presidência, em substituição ao Presidente Raimundo Carreiro.

MINISTRO RAIMUNDO CARREIRO

TC-029.671/2018-3 - Acórdão 2485

ALTERNÂNCIA NA PRESIDÊNCIA

Presidente Raimundo Carreiro reassumiu a cadeira da Presidência.

LEVANTAMENTO DE SIGILO DE PROCESSOS

Em razão do levantamento de sigilo dos respectivos processos, tornaram-se públicos os acórdãos de nºs 2477 a 2483.

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

Os acórdãos de nºs 2477 a 2481, apreciados por relação, estão transcritos a seguir. Da mesma forma, seguem transcritos os acórdãos de nº 2482 e 2483, apreciados de forma unitária, que constam também do Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram. O referido anexo, de acordo com a Resolução nº 184/2005, está publicado na página do Tribunal de Contas da União na internet.

RELAÇÃO Nº 38/2018 - Plenário
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 2477/2018 - TCU - Plenário

Trata-se de denúncia acerca de possíveis irregularidades na condução dos processos de contratação de imóveis pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, "assim como prováveis desvios funcionais que culminaram inclusive em falsas denúncias em processo de contratação mais vantajoso para a Administração a fim de subsidiar justificativa para contratações excessivamente mais onerosas para o erário".

Considerando que a presente denúncia não contém dados que possibilitem a identificação do autor;

considerando que o denunciante não descreve em linguagem clara e objetiva as supostas irregularidades, limitando-se, em diversos pontos, a se referir a "suspeitas" sem especificações quanto à natureza dessas suspeitas ou de que forma poderiam ser prejudiciais ao interesse público, ou, ainda, não fornece indícios da veracidade das alegações;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 235, 236, § 1º, e 250, inciso I, do Regimento Interno, 103, §1º, e 105 da Resolução TCU 259/2014, em não conhecer da documentação apresentada como denúncia por não preencher os requisitos de admissibilidade; em encaminhar cópia desta deliberação, bem como da instrução à peça 18, à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; em retirar a chancela de sigilo aposta; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-029.088/2018-6 (DENÚNCIA)
1.1. Classe de Assunto: VII.
1.2. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2478/2018 - TCU - Plenário

Trata-se de denúncia acerca de possíveis irregularidades na condução "da Concorrência 1/CEL/Funai/2013, Tomada de Preços 2/MI/2015, Pregão Eletrônico 33/2015, e/ou nos contratos administrativos firmados em decorrência dessas licitações, realizadas pelo Museu do Índio, órgão da Fundação Nacional do Índio (Funai), para a contratação de obras e a aquisição de materiais destinados ao Centro Audiovisual de Goiânia no estado de Goiás."

Considerando que o denunciante não descreve em linguagem clara e objetiva as supostas irregularidades, limitando-se, em diversos pontos, a se referir a "suspeitas" sem especificações quanto à natureza dessas suspeitas ou de que forma poderiam ser prejudiciais ao interesse público, ou, ainda, não fornece indícios da veracidade das alegações;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 235 e 236, § 1º, do Regimento Interno, 103, §1º, e 105 da Resolução TCU 259/2014, em não conhecer da documentação apresentada como denúncia por não preencher todos os requisitos de admissibilidade, visto não estar acompanhada de indícios suficientes acerca da irregularidade ou ilegalidade denunciada e não estar redigida de forma clara e objetiva; em encaminhar cópia desta deliberação, bem como da instrução à peça 3, ao denunciante; em retirar a chancela de sigilo aposta, mantendo-a em relação ao denunciante; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-031.487/2018-1 (DENÚNCIA)
1.1. Classe de Assunto: VII.
1.2. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.3. Unidade: Fundação Nacional do Índio - Funai.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (Secex-MT).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 31/2018 - Plenário
Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 2479/2018 - TCU - Plenário

Considerando que o papel do denunciante consiste em iniciar a ação fiscalizatória, quando, então, o próprio Tribunal toma o curso das apurações;

Considerando inexistir para o denunciante, a não ser que admitido como interessado, prerrogativa de comparecer aos autos para a defesa de seus pontos de vista;

Considerando que o exercício de denúncia perante esta Corte, com o objetivo de proteger o interesse público, foi respeitado;

Considerando que o recorrente demonstra mero inconformismo com o entendimento adotado por esta Corte;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 32, parágrafo único, e 48 da Lei 8.443/1992, art. 285, § 2º, e 286, parágrafo único, do Regimento Interno, em não conhecer do pedido de reexame interposto por Identidade Preservada (art. 55, Caput, da Lei 8.443/1992) em face do Acórdão 1.905/2018-TCU-Plenário, em razão da ausência de legitimidade e interesse recursal do denunciante, nos termos do artigo 146 e 282 do RI/TCU, e em dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 11), ao recorrente e à unidade jurisdicionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.529/2018-8 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992 c/c art. 31 da Lei 12.527/2011)
1.2. Recorrente: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992 c/c art. 31 da Lei 12.527/2011)
1.3. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992 c/c art. 31 da Lei 12.527/2011)
1.4. Órgão/Entidade: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
1.5. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.6. Representante do Ministério Público: não atuou
1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro
1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.9. Representação legal: não há.
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2480/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, e 53, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso XXIV; 15, inciso I, alínea "p"; 165, inciso V; 143, inciso III; 234 e 235, todos do Regimento Interno/TCU, em considerar cumprido o item 9.2 do Acórdão 249/2017-TCU-Plenário, e em arquivar os presentes autos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.652/2016-6 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.3. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.7. Representação legal: Flavio Antonio Leles Carvalho (89869/OAB-MG) e outros, representando Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 30/2018 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 2481/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 234 e 235, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente denúncia, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no caput do referido art. 235, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com o parecer da Sefip:

1. Processo TC-034.250/2018-2 (DENÚNCIA)
1.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2482/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 012.688/2015-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Denúncia.
3. Responsáveis: Jorge Alberto Santana de Jesus (CPF 887.749.965-68); Juliana Pedrosa Korinfsky (CPF 022.728.054-77); Julianeli Tolentino de Lima (CPF 965.575.594-00); Sileide Dias das Neves (CPF 661.680.314-72); Centro de Diagnóstico Clínico e por Imagem Ltda. (12.657.631/0001-67).
4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex-PE).
8. Representação legal: Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior (OAB/PE 14.265), Saulo Miranda de Moura (OAB/PE 25.013), Renata Celly Carvalho Miranda de Moura (OAB/PE 24.998), Silvia Helena Silva de Miranda (OAB/PE 14.258), Katia Fonseca Konda (OAB/DF 53.021), Leucio Lemos Filho (OAB/PE 5.807) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os autos de denúncia acerca de irregularidades em procedimentos de licitação e na área de pessoal no âmbito da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária Reservada do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 53 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 234 e 235, do Regimento Interno do TCU, e 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, conhecer da presente denúncia para, no mérito, considerá-la procedente;
9.2. acatar as razões de justificativa apresentadas por Jorge Alberto Santana de Jesus, Julianeli Tolentino de Lima e Sileide Dias das Neves;
9.3. excluir da relação processual a Sra. Juliana Pedrosa Korinfsky, por restar afastada sua responsabilidade nos fatos apurados;
9.4. declarar a inidoneidade da empresa Centro de Diagnóstico Clínico e por Imagem Ltda. (12.657.631/0001-67), para participar, pelo período de 01 (um) ano, de licitação e contratação no âmbito da administração pública federal, com fundamento no art. 46 da Lei 8.443/92;
9.5. com fundamento no art. 234, § 4º, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, determinar à Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco que:
9.5.1. se abstenha de prorrogar o Contrato 64/2015, firmado com a empresa Centro de Diagnóstico Clínico por Imagem Ltda. (CDI), a qual possuía, à época da contratação, servidor público participando da gerência ou administração, em afronta ao que dispõe o inciso X, art. 117, da Lei 8.112/1990, informando a esta Corte de Contas, em até 60 (sessenta) dias, contados da ciência da deliberação, as providências adotadas;
9.5.2 apure a situação dos servidores abaixo indicados, quanto à irregularidade prevista no inciso X do art. 117 da Lei 8.112/1990, informando a esta Corte de Contas, em até 60 (sessenta dias), contados da ciência da deliberação, as providências adotadas:
9.5.2.1. José Carlos de Moura (CPF 076.594.404-97), professor permanente da Univasf, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais, visto ter figurado como sócio administrador de diversas sociedades empresariais, consoante informado nos autos;
9.5.2.2. Elivânia de Amorim Marques Gomes (CPF 631.545.794-00), professora permanente da Univasf, com jornada de vinte horas semanais, visto ter figurado como sócia administradora da empresa Ciamed Ltda.;
9.5.3. verifique, informando a esta Corte de Contas em até 60 (sessenta) dias, contados da ciência desta deliberação, as providências adotadas, relativamente à regularidade da acumulação de cargos públicos e eventual incompatibilidade de horários entre as diversas funções ocupadas pelo servidor José Carlos de Moura, em possível afronta ao disposto na Lei 8.112/1990, art. 118, § 2º, considerando a ocupação de cargo federal de professor de medicina da Univasf (carga de quarenta horas semanais); cargo estadual de médico da Secretaria de Saúde do estado de Pernambuco, com lotação no Hospital Universitário (carga de oito horas semanais); e ainda o fato de eventualmente figurar como sócio administrador/dirigente nas empresas identificadas nos autos da denúncia;
9.6. dar ciência desta deliberação ao denunciante; à Fundação Universidade do Vale do São Francisco; aos Srs. Jorge Alberto Santana de Jesus, Julianeli Tolentino de Lima, Juliana Pedrosa Korinfsky e Sileide Dias das Neves; e ao Centro de Diagnóstico Clínico e por Imagem Ltda. (CDI);
9.7. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 21/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 24/10/2018 - Extraordinária de Caráter Reservado.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2482-21/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Revisor), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.
13.2. Ministro que votou na sessão de 31/01/2018: Aroldo Cedraz (Relator).
13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.4. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2483/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.014/2017-0.
2. Grupo: II - Classe: VII - Assunto: Denúncia.
3. Interessado: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992).
4. Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (Crea/RS).
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secex/RS.
8. Representação legal: não consta.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia, dando conta do possível descumprimento da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (Crea/RS), ao mesmo tempo que solicita a entrega de documentos e a realização de auditoria na entidade,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária reservado do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. não conhecer da presente denúncia, por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno do TCU;
9.2. apensar os presentes autos ao processo apartado eventualmente constituído em relação ao Crea/RS em atendimento ao subitem 9.3.1 do Acórdão 1877/2018-TCU-Plenário;
9.3. retirar a chancela de sigilo que recai sobre este processo, exceto quanto à autoria da denúncia;
9.4. dar ciência desta deliberação ao denunciante.

10. Ata n° 21/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 24/10/2018 - Extraordinária de Caráter Reservado.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2483-21/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

SIGILO DE PROCESSOS

Foi mantido o sigilo dos acórdãos proferidos nos seguintes processos:

Acórdão nº 2484, adotado no processo TC-004.910/2018-4, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa; e
Acórdão nº 2485, adotado no processo TC-029.671/2018-3, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro.

Os acórdãos de nºs 2484 e 2485 constam do Anexo II desta Ata, que será arquivado eletronicamente na Secretaria das Sessões.

ENCERRAMENTO

O Presidente Raimundo Carreiro convocou sessão extraordinária de caráter reservado para o dia 7 de novembro, a ser realizada logo após o encerramento da sessão ordinária, e, às 19 horas e 58 minutos, encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pela Presidência e homologada pelo Plenário.

LORENA MEDEIROS BASTOS CORRÊA
Subsecretária do Plenário
Em substituição

Aprovada em 7 de novembro de 2018.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

EXTRATO DE PAUTA
Sessão Ordinária de Plenário, de 14/11/2018, às 14h30

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

004.196/2018-0
Natureza: Representação
Representante: Procuradoria da República no Município de Pelotas/RS
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Representação legal: Flavio Luis Barbosa Nunes e outros, representando Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

036.725/2018-8
Natureza: Denuncia
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Representação legal: não há

Ministro BENJAMIN ZYMLER

001.961/2017-9
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.; Caixa Econômica Federal; Conselho da Justiça Federal; Tribunal Regional Federal da 1ª Região; Tribunal Regional Federal da 2ª Região; Tribunal Regional Federal da 3ª Região; Tribunal Regional Federal da 4ª Região; Tribunal Regional Federal da 5ª Região
Representação legal: Adam Luiz Alves Barra (OAB/DF 19.786) e outros, representando Caixa Econômica Federal

010.638/2016-4
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados; Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional do Ministério Público; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Senado Federal; Tribunal de Contas da União
Responsáveis: Blal Yassine Dalloul; Eduardo Monteiro de Rezende; Fabricio Bittencourt da Cruz; Marcelo Daniel Pagotti; Romulo de Sousa Mesquita
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados; Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional do Ministério Público; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Senado Federal; Tribunal de Contas da União
Representação legal: Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda, representando Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

013.501/2008-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério do Meio Ambiente, dos Rec. Hídricos e da Amazônia Legal - Sec. de Rec. Hídricos; Ministério do Meio Ambiente
Responsáveis: Deusiclea Barboza de Castro; Faleta e Bomfim Industria e Comercio de Aço e Serviços Ltda.; Israel Beserra de Farias; Itazil Fonseca Benicio dos Santos; Jose Eduardo Athayde de Almeida; Lauro Sergio de Figueiredo; Mestra Ltda.; Milton de Santana Faleta; Moreira Trindade Engenharia e Construções Ltda. - Me; Oscar Cabral de Melo; Paulo José Borba da Trindade; Paulo Ramiro Perez Toscano; Pedro Thadeu Miranda de Argollo Pereira; Rui Melo de Carvalho; Tl Construtora Ltda; Uma - Universidade Livre da Mata Atlantica
Representação legal: Bruno Degrazia Mohn (OAB/DF 18.161), representando Jose Eduardo Athayde de Almeida; Iuri Mattos de Carvalho (OAB/BA 16.741), representando Moreira Trindade Engenharia e Construções Ltda. - Me, Paulo José Borba da Trindade, Mestra Ltda. e Pedro Thadeu Miranda de Argollo Pereira; Manoel de Santana Neto (OAB/DF 13.708), representando Itazil Fonseca Benicio dos Santos; Alexandre Melo Soares (OAB/DF 24.518), representando Paulo Ramiro Perez Toscano

018.176/2018-6
Natureza: Monitoramento
Órgãos/Entidades/Unidades: Caixa Econômica Federal; Governo do Estado de Santa Catarina; Ministério das Cidades; Prefeitura Municipal de Bombinhas/SC; Prefeitura Municipal de Porto Belo/SC

Representação legal: não há

031.714/2017-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

Ministro AUGUSTO NARDES

011.742/2018-6
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

015.391/2012-4
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da Unição
Responsáveis: Alexandre Matuzalem Sparns; Luis Adriano Alves Pinto; Marco Aurelio Beck; Marco Tulio Pinto Bernardo; Marcos Antonini; Maurício Sponton Rasi; Terra Azul Alimentação Coletiva e Serviços Ltda; Verdurama Comércio Atacadista de Alimentos Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Porto Ferreira/SP
Representação legal: Alexandre Melo Soares (OAB/RS 51.040) e outros, representando Maurício Sponton Rasi; Heloísa Dias Pinto Lopes da Silva, representando Marco Tulio Pinto Bernardo; Fulvio Temple de Moraes (OAB/SP 264088) e outros, representando Alexandre Matuzalem Sparns

034.427/2018-0
Natureza: Solicitação
Solicitante: Megawork Consultoria e Sistemas Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Centrais Elétricas Brasileiras S.A
Representação legal: não há

036.844/2018-7
Natureza: Solicitação
Solicitante: Casa Civil da Presidência da República
Órgão/Entidade/Unidade: Casa Civil da Presidência da República
Representação legal: não há

036.867/2018-7
Natureza: Solicitação
Solicitante: Camila Rocha Morais
Representação legal: Camila Rocha Morais

037.170/2018-0
Natureza: Solicitação
Solicitante: Gustavo Magno Goskes Briggs de Albuquerque, Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro
Interessado: Gustavo Magno Goskes Briggs de Albuquerque, Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro;
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

034.434/2018-6
Natureza: Representação
Representante: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. - EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior do Trabalho
Representação legal: Renato Lopes (OAB/SP 406.595-B)

034.574/2018-2
Natureza: Representação
Representante: Viaseg Monitoria 24 HS Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: Roberto Luz de Barros Barreto (OAB/DF 10.463)

034.607/2018-8
Natureza: Representação
Representante: DFTI Comércio e Serviços de Informática Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho da Justiça Federal
Representação legal: Renata Arnaut Araújo Lepsch (OAB/DF 18.641) e outros

Ministra ANA ARRAES

023.693/2018-5
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

014.957/2018-3
Representante: Construtora Queiroz Galvão S/A
Interessado: Secretaria de Infraestrutura do Governo
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Ceará
Representação legal: Aline Saldanha de Lima Ferreira (OAB/CE 12.575), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/MG 94.049) e outros

037.346/2018-0
Natureza: Representação
Representante: Moacir Guimarães Morais Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

031.703/2018-6
Natureza: Consulta
Consulente: Município de Feira de Santana/BA
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Feira de Santana/BA
Representação legal: não há

031.886/2016-7
Natureza: Representação
Representante: Gerson Ferreira Tajes
Órgãos/Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil; Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil/SP
Representação legal: Giovanni Charles Paraizo (OAB/MG 105.420), representando Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil-SP e Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil; Vitor Miranda Tauffer Padilha e outros, representando Gerson Ferreira Tajes

033.513/2012-0
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsável: Roberto Cavalcanti Tavares
Interessados: Congresso Nacional; Consorcio Siena Emcosa Scave
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Pernambucana de Saneamento; Ministério da Integração Nacional
Representação legal: Rodrigo Soares de Azevedo (OAB/PE 18030), representando Consorcio Siena Emcosa Scave

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

026.468/2011-5
Auditoria em convênios que tinham por objeto a qualificação de agentes de viagens. Análise das razões de justificativa.
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Ceará
Responsáveis: Advance Comunicação e Marketing Ltda.; Associação Brasileira de Agências de Viagens Ceará; Carlos Paulo de Sousa; Exibidoor Propaganda Ltda.; Expressão Gráfica e Editora Ltda.; Francisca Regina Magalhaes Cavalcante; Frederico Silva da Costa; Fundação XXVII de Setembro; Gráfica Encaixe Ltda.; Gráfica Sérgio Eirelli; Gráfica e Editora Pouchain Ramos Ltda.; José Colombo de Almeida Cialdini Neto; Jurema Camargo Monteiro; Luciano Paixão Costa; Mario Augusto Lopes Moyses; Marta Feitosa Lima Rodrigues; Márcio Ferreira do Nascimento; Print Soluções Gráficas e Eventos Eireli; Suemy Andrade Vasconcelos; Sérgio Flores de Albuquerque
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação legal: Hilder Magno de Souza (OAB/DF 18.444), Mariana de Carvalho Nery (OAB/DF 41.292) e outros, representando Sérgio Flores de Albuquerque; Antônio Braga Neto (OAB/CE 17.713) e outros, representando José Colombo de Almeida Cialdini Neto; Daniela Soares da Cruz (OAB/SP 337.401) e outros, representando Mario Augusto Lopes Moyses; Francisca Regina Magalhaes Cavalcante e outros, representando Luciano Paixão Costa; Adrian Aubrey Pouso Sue e outros, representando Carlos Paulo de Sousa
Interessada em sustentação oral:
- Mariana de Carvalho Nery (OAB/DF 41.292), representando SÉRGIO FLORES DE ALBUQUERQUE.

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Ministro AUGUSTO NARDES

033.061/2010-6
Recurso de reconsideração contra acórdão que julgou irregulares as contas dos recorrentes, condenando-lhes ao pagamento de débito e de multa em razão de irregularidades na execução do Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e do Programa Saúde da Família (PSF).
Recorrentes: Maria Nélia Helcias Moura Vasconcelos; Bruno Rogério Morais; Ângela Célia Lima Vasconcelos; Pedro Rogério Morais; Francisco José Soeiro; Márcio Roney Mota Lima; Eliesio Rocha Adriano; Antonio Keydson Morais Carvalho; e Rogério Teixeira Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Bela Cruz/CE
Representação legal: José Candido Lustosa Bittencourt de Albuquerque (OAB/CE 4.040) e outros, representando EPB Projetos Construções e Serviços Ltda.
Revisor: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho (37/2018)

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

008.584/2016-8
Auditoria com o objetivo de avaliar as desvinculações de recursos do superávit financeiro do ano de 2014, por meio da Medida Provisória 704/2015, bem como a possível utilização desses valores para pagar passivos junto a bancos estatais e ao FGTS.
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há
1º Revisor: Ministro Aroldo Cedraz (2/2018)
2º Revisor: Ministro-Substituto Weder de Oliveira (2/2018)

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Ministro BENJAMIN ZYMLER

033.048/2008-4
Tomada de contas especial acerca de possíveis operações irregulares de venda de contratos futuros de dólar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) ao Banco Marka S.A.
Responsáveis: Cláudio Ness Mauch; Demósthenes Madureira de Pinho Neto; Francisco de Pádua Lopes; Salvatore Alberto Cacciola; Antônio Sérgio do Carmo Dupin; Cinthia Costa e Souza; Gustavo Wanderley Dias de Freitas; Gilberto Gilberti; Carlos Eduardo Tavares de Andrade; Paolo Enrico Maria Zaghen; Marka Nikko Asset Management Sociedade Civil Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil - Bacen
Representação legal: Antonio Newton Soares de Matos (OAB/DF 22.998) e Arthur Lima Guedes (OAB/DF 18.073), representando Cláudio Ness Mauch e Demósthenes Madureira de Pinho Neto; José Augusto Rangel de Alckmin (OAB/DF 7.118), José Eduardo Rangel de Alckmin (OAB/DF 2.977) e André Quinderé Castelo Branco Domingos Mourão (OAB/DF 54.143), representando Salvatore Alberto Cacciola; Ariadna Bohomoletz Gaal (OAB/RJ 36.591) e Maria Joanez Muniz de Sousa (OAB/DF 12.918), representando Gilberto Gilberti; Arthur Brant de Carvalho (OAB/SP 196.755) e J. A. Lima Gonçalves (OAB/SP 66.510), representando Gustavo Wanderley Dias de Freitas; Cinthia Costa e Souza (OAB/RJ 60.402), representando Cinthia Costa e Souza; Renata Moritz Serpa Coelho (OAB/RJ 80.133) e Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154), representando Antônio Sérgio do Carmo Dupin
Revisor: Ministro Walton Alencar Rodrigues (15/2011)

Ministro AUGUSTO NARDES

018.198/2015-5
Consulta sobre a possibilidade de pagamento de parcelas relativas a exercícios anteriores de pensão militar antes da apreciação de sua legalidade pelo TCU.
Consulente: Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
Representação legal: não há
1º Revisor: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti (14/2016)
2º Revisor: Ministro-Substituto Weder de Oliveira (14/2016)

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

023.736/2014-3
Pedido de reexame interposto contra deliberação que proferiu determinação à recorrente em processo de auditoria operacional realizada na Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), cujo objetivo foi avaliar a gestão de obras da estatal.
Recorrente: Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Centrais Elétricas Brasileiras S.A.; Companhia Hidroelétrica do São Francisco e Ministério de Minas e Energia
Representação legal: Camila Batista Rodrigues Costa (OAB/DF 46475); André de Avellar Torres (OAB/RJ 130.947) e outros
Revisor: Ministro Vital do Rêgo (37/2017)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

032.908/2017-2
Representação de unidade técnica do TCU formulada em virtude da recusa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP em fornecer, de forma integral, dados para realização de auditoria operacional.
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Representação legal : não há

Ministro BENJAMIN ZYMLER

000.168/2016-5
Tomada de contas especial instaurada em virtude dos indícios de superfaturamento observados em contratos relativos às obras de implantação das Unidades de Destilação Atmosférica (UDA) e de Hidrotramento (UHDT) da Refinaria do Nordeste. Análise das alegações de defesa e das razões de justificativa.
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A
Responsáveis: Agenor Franklin Magalhães Medeiros; Consórcio Rnest - Conest; Construtora Norberto Odebrecht S.A.; Construtora OAS S.A. em Recuperação Judicial; César Ramos Rocha; José Adelmário Pinheiro Filho; José Sérgio Gabrielli de Azevedo; Marcelo Bahia Odebrecht; Márcio Faria da Silva; Odebrecht Plantas Industriais e Participações S.A.; Paulo Roberto Costa; Pedro José Barusco Filho; Renato de Souza Duque; Rogério Santos de Araújo; Venina Velosa da Fonseca

Representação legal: Taísa Oliveira Maciel (OAB/RJ 118.488), Hélio Siqueira Júnior (OAB/RJ 62.929) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.; Antônio Perilo de Sousa Teixeira Netto (OAB/DF 21.359) e outros, representando José Sérgio Gabrielli de Azevedo; Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108), Marcos José Santos Meira (OAB/BA 35.560) e outros, representando Construtora Norberto Odebrecht S.A.; Marcio Gomes Leal (OAB/RJ 84.801) e outros, representando Renato de Souza Duque; Cristiano Nascimento e Figueiredo (OAB/MG 101.334), Ademir Antônio de Carvalho (OAB/MG 121.890) e outros, representando César Ramos Rocha, Marcelo Bahia Odebrecht, Márcio Faria da Silva e Rogério Santos de Araújo; João Mestieri (OAB/RJ 13.645) e outros, representando Paulo Roberto Costa; João Berchmans Correia Serra (OAB/DF 6.122) e outros, representando Venina Velosa da Fonseca; José Carlos Cal Garcia Filho (OAB/PR 19.114) e outros, representando José Adelmário Pinheiro Filho e Agenor Franklin Magalhães Medeiros; Bruno Menezes Brasil (OAB/SP 199.522); Marçal Justen Filho (OAB/PR 7.468); Camila Batista Rodrigues Costa (OAB/DF 46.475) e outros, representando Construtora OAS S.A. em Recuperação Judicial; Igor Fellipe Araújo de Sousa (OAB/DF 41.605) e outros, representando César Ramos Rocha, Marcelo Bahia Odebrecht, Márcio Faria da Silva, Rogério Santos de Araújo e Consórcio Rnest-Conest

006.614/2013-2
Embargos de declaração opostos em face deliberação que negou provimento a pedidos de reexame contra acórdão que aplicou sanções aos recorrentes em processo de auditoria que examinou a execução de diversos convênios.
Embargantes: Maria Jailene Franco de Carvalho; Arko Construções Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Natal/RN
Representação legal: Cortez Meira de Medeiros (OAB/RN 3.640), Afonso Adolfo de Medeiros Fernandes (OAB/RN 3.937) e outros

011.014/2014-8
Auditoria de conformidade com objetivo de avaliar os projetos padronizados do Ministério da Saúde (MS) para obras de construção de Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs).
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Interessado: Congresso Nacional
Responsável: Ademar Arthur Chioro dos Reis
Representação legal: não há

011.577/2018-5
Representação, oferecida pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, contra a Portaria 1.287/2017, do Ministério do Trabalho, alusiva à operacionalização do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).
Representante: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (Procurador Rodrigo Medeiros de Lima)
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Trabalho
Representação legal: não há

012.352/2018-7
Acompanhamento com objetivo de elaborar Relatório de Políticas e Programas de Governo (RePP) para subsidiar a discussão do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2019.
Órgãos/Entidades/Unidades: Agência Nacional de Águas; Agência Nacional de Telecomunicações; Banco Central do Brasil; Banco do Brasil S.A.; Banco do Nordeste do Brasil S.A.; Caixa Econômica Federal; Câmara dos Deputados; Casa Civil da Presidência da República; Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional do Ministério Público; Departamento de Serviço de Inclusão Digital - MC; Departamento Penitenciário Nacional; Embrapa/SCT; Governo do Distrito Federal; Governo do Estado de Mato Grosso; Governo do Estado de Rondônia; Governo do Estado de Roraima; Governo do Estado de Santa Catarina; Governo do Estado do Acre; Governo do Estado do Amapá; Governo do Estado do Amazonas; Governo do Estado do Espírito Santo; Governo do Estado do Mato Grosso do Sul; Governo do Estado do Pará; Governo do Estado do Paraná; Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Gabinete de Segurança Institucional; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Cultura; Ministério da Defesa; Ministério da Fazenda; Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Ministério da Integração Nacional; Ministério da Justiça; Ministério da Pesca e Aquicultura; Ministério da Saúde; Ministério das Relações Exteriores; Ministério de Minas e Energia; Ministério do Desenvolvimento Social; Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Ministério do Trabalho; Ministério dos Direitos Humanos; Prefeitura Municipal de João Pessoa/ PB; Secretaria da Receita Federal do Brasil; Secretaria de Direitos Humanos; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Governo da Presidência da República; Secretaria de Política de Informática; Secretaria de Telecomunicações - MC; Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário; Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional; Secretaria Executiva do Ministério das Cidades; Senado Federal; Telecomunicações Brasileiras S.A.; Tribunal de Contas da União
Interessado: Congresso Nacional
Representação legal: Daniel Andrade Fonseca e outros, representando Agência Nacional de Telecomunicações

Ministro AUGUSTO NARDES

018.335/2018-7
Solicitação do Congresso Nacional para realização de na Agência Nacional de Vigilância Sanitária sobre a aplicação e quitação das multas às empresas sob a sua área de atuação.

Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

024.230/2018-9
Representação a respeito de possíveis irregularidades em edital de pregão eletrônico com o objetivo de contratar empresa para prestação de serviços de gerenciamento informatizado do abastecimento, por meio do uso da tecnologia de cartões chipados, paralelamente com o credenciamento de posto de combustíveis, no âmbito de todo o Estado do Piauí.
Representantes: Link Card Administradora de Benefícios Eireli,; Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Energética do Piauí
Representação legal: Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB/AL 12170) e outros, representando Companhia Energética do Piauí; Renato Lopes (OAB/SP 406595-B), representando Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda; Epaminondas Alves Ferreira Junior (OAB/SP 387560), representando Link Card Administração de Benefícios Ltda

026.069/2008-4
Embargos de declaração contra deliberação que proferiu determinações e recomendações à Secretaria do Tesouro Nacional em processo de acompanhamento que teve por objetivo avaliar a legalidade de alterações em procedimentos contábeis que provocaram impactos nos demonstrativos contábeis exigidos pela Lei 4.320/1964, bem como das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.
Embargante: Ministério Público junto ao TCU
Unidade jurisdicionada: Secretaria do Tesouro Nacional
Representação legal: não há

032.152/2017-5
Solicitação do Congresso Nacional requerendo informações sobre o valor pago pelos consumidores brasileiros, nas tarifas de energia, com a implementação da bandeira vermelha pela Agência Nacional de Energia Elétrica.
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há

035.129/2011-5
Recurso de revisão contra acórdão que julgou regulares com ressalva as contas dos responsáveis.
Recorrente: Ministério Público junto ao TCU
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Agrário (extinta)
Responsáveis: Altemir Antônio Tortelli; Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
Representação legal: Geferson Luís Chetsco (OAB/PR 45333) e outros, representando Altemir Antônio Tortelli, Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul, Altemir Antônio Tortelli, Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul e Celso Ricardo Ludwig

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

011.987/2005-0
Recurso de reconsideração contra deliberação que julgou irregulares as contas dos recorrentes, aplicando-lhes multa em razão de irregularidades apuradas no processo de contas anuais, exercício de 2004.
Recorrentes: Orlando Silva de Jesus Júnior, Ricardo Leyser Gonçalves e Júlio César Soares da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Executiva do Ministério dos Esportes
Representação legal: não há

027.045/2018-8
Auditoria inserida na Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) Inclusão Socioeconômica, que tem por objetivo avaliar políticas públicas federais de inclusão social e produtiva da população carente e em vulnerabilidade social.
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério do Trabalho, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Educação, Secretarias Municipais de Educação (SEMED) de São Luís/MA e Imperatriz/MA, Secretaria Estadual de Educação do Maranhão, Secretaria Estadual do Trabalho e da Economia Solidária do Maranhão, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Imperatriz, Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social de São Luís e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Imperatriz
Representação legal: não há

029.350/2017-4
Monitoramento de deliberações do Tribunal atinentes à renúncia de receitas.
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Casa Civil da Presidência da República
Representação legal: não há

Ministra ANA ARRAES

006.399/2012-6
Auditoria realizada com o objetivo de fiscalizar as obras de construção da BR-429/RO (km 78,96 ao km 382,29). Análise de respostas a audiências, oitivas e diligência.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Interessados: Congresso Nacional, Consórcio Fidens-Mendes Júnior (atual Consórcio FDS-Mendes Júnior), Direção Consultoria e Engenharia Ltda. e JDS - Engenharia e Consultoria Ltda.
Responsáveis: Félix Júnior Alves da Silva, Nilson Celso Machado, Pedro Katusyoshi Nakayama, Plínio José Gomes e Salatiel Leonardo Rasia da Silva
Representação legal: Alexandre Aroeira Salles (OAB/MG 28.108) e outros representando o Consórcio Fidens-Mendes Júnior; Frederico Peçanha Couto representando a Direção Consultoria e Engenharia Ltda.; e Felipe Furtado Morais (OAB/RJ 142.387) representando a JDS - Engenharia e Consultoria Ltda

010.348/2018-2
Auditoria com o objetivo de avaliar se os controles de prevenção e detecção relacionados a fraude e corrupção das instituições federais do Poder Executivo estão compatíveis com seus poderes econômico e de regulação.
Órgãos/Entidades/Unidades: Casa Civil da Presidência da República, Agência Nacional de Aviação Civil, Agência Nacional de Mineração, Banco do Brasil S/A, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho.
Interessado: Tribunal de Contas da União.
Representação legal: Adriano Augusto de Souza e Rodrigo Duarte Dourado

015.077/2017-9
Representação acerca de possíveis irregularidades em registro de preços para o fornecimento de solução de gerenciamento, verificação e análise de desempenho digital de atividades atinentes à tecnologia da informação, associado à prestação de serviços de suporte técnico.
Representante: Tribunal de Contas da União
Interessada: XYS Tecnologia Ltda.
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e Ministério da Integração Nacional
Representação legal: Rodrigo de Araújo Freitas Resende (OAB/DF 18.683), Ricardo Barreto de Andrade (OAB/DF 32.163), Izabela Pacheco Telles (OAB/SP 368.195) e outros representando a XYS Tecnologia Ltda.; Diego Silva Abreu representando o Ministério da Educação

017.255/2017-1
Acompanhamento dos atos de gestão relacionados a aquisições de bens ou serviços de tecnologia da informação no âmbito do MEC e das autarquias a ele vinculadas.
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério da Educação, Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Responsáveis: não há
Representação legal: não há

019.346/2017-4
Representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Telebras relacionadas a pregão eletrônico que tem
por objeto a contratação de empresa ou consórcio de empresas especializadas para execução de serviços de operação e manutenção a serem realizados de forma contínua, na Planta da Rede Nacional de Telecomunicações, em todo o território nacional.
Representante: Consórcio Seteh Engenharia Ltda. e B2IT Serviços de Multimídia e Telecom Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Telecomunicações Brasileiras S.A.
Interessada: Padtec S/A
Representação legal: Bruno Correa Burini (OAB/DF 42.841) e outros representando a Padtec S/A; Caricio Rodrigues de Souza (OAB/DF 45.101) e outros representando a Telecomunicações Brasileiras S.A. e Rodrigo Monteiro Augusto (OAB/DF 12.693) e outros representando a Seteh Engenharia Ltda. e a B2IT Serviços de Multimídia e Telecom Ltda

032.725/2017-5
Representação em face de indícios de prejuízos ao erário verificados na execução de convênio destinado à aquisição de equipamentos para hospital. Análise de respostas a diligências e oitivas.
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Responsável: Associação Portuguesa de Beneficência
Interessada: Associação Beneficente São Miguel
Representação legal: Augusto Veit Júnior representando a Associação Portuguesa de Beneficência; Jorge Ricardo Fischer Pigatto representando a ABSM; Eunice Ferreira Nequete (OAB/RS 13.656) e outros representando o prefeito e o secretário municipal de Saúde de Porto Alegre/RS

Ministro VITAL DO RÊGO

002.538/2014-8
Auditoria que teve por escopo avaliar licitação conduzida pelo regime diferenciado de contratação (RDC), cujo objeto eram as obras de implantação e pavimentação da Rodovia BR-316/AL.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Responsáveis: Fernando Fortes Melro Filho, Francisco de Assis Dias Xavier e Roger da Silva Pêgas

Representação legal: Gustavo Felipe Costa e Silva (OAB/MG 105.657); Paulo Aristóteles Amador de Sousa

021.149/2018-6
Representação acerca de supostas irregularidades em licitação destinada à contratação de empresa para implementação e fornecimento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica no Sistema de Transporte Integrado de Porto Alegre/RS.
Representante: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A
Representação legal: Jussandra Rigo (OAB/RS 33.531) e outros

025.493/2013-2
Recursos de reconsideração interpostos contra deliberação que julgou irregulares as contas dos recorrentes, condenou-os em débito e aplicou-lhes multa, em razão de irregularidades na prestação de contas de convênio que teve por objeto a promoção de seminários para sensibilização de policiais rodoviários federais no enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes nos segmentos turísticos que utilizam as rodovias federais.
Recorrentes: Gilson Dias da Silva e Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais/DF
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Representação legal: Emanuel Santos de Lima (OAB/DF 15.693); Marcos Joel dos Santos (OAB/DF 21.203); Rudi Meira Cassel (OAB/DF 22.256) e outros

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

021.107/2018-1
Representação acerca de possíveis irregularidades na execução de três contratos de repasse que tinham por objeto a execução de obras de pavimentação e drenagem no bairro de Intermares, no Municipal de Cabedelo/PB.
Representante: Tribunal de Contas da União
Responsáveis: Erika Moreno de Gusmao; Vitor Hugo Peixoto Castelliano; Wellington Viana Franca.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cabedelo/PB.
Representação legal: Felipe Augusto Forte de Negreiros Deodato (OAB/PB 8.596), representando Wellington Viana Franca; Francisco Bezerra de Carvalho Junior (OAB/PB 15.638) e Marcelo Antonio Rodrigues de Lucena (OAB/PB 21734)

039.049/2018-3
Solicitação de prorrogação de prazo para encaminhamento de tomada de contas especial ao TCU.
Solicitante: Centro de Controle Interno da Aeronáutica
Órgão/Entidade/Unidade: Comando-Geral do Pessoal da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

006.582/2009-4
Denúncia sobre irregularidades praticadas na execução de contrato de repasse objetivando a implantação e a ampliação de sistemas de drenagem urbana no Município de Maués - AM.
Órgãos/Entidades/Unidades: Caixa Econômica Federal e Município de Maués/AM
Responsáveis: Ana Lúcia Lima do Nascimento; Audizia Donizete Gomes Lobo; Augusto Manoel de Siqueira Cavalcanti Carvalho; Caixa Econômica Federal; Carlos Alberto Bonin; Carlos Alberto Valente Viana; Chrysologo Rocha de Oliveira Júnior; Cristiane de Oliveira Batista; Daleth da Cruz Lima; Eliany Mendonça da Silva; Evandro Narciso de Lima; Guilherme Lancini Bello; Hamilton César Pacheco Bandeira; Jucely Lima Albuquerque; Manoel Cardoso Neto; Márcia Maria de Miranda Santos Souza; Márcio Ávila de Lima; Maria Luíza de Andrade Picanço Meleiro; Maria das Dores Nepomuceno Batanhe; Maruem de Castro Hatem; Noemia de Sousa Jacob; Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva; Reginaldo de Matos Pantoja; Roney de Oliveira Granemann; Sérgio Augusto Mineiro; Sidney Ricardo de Oliveira Leite; e Solange Cristina da Costa Rocha
Representação legal: Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos (OAB/DF 23.409) e outros, representando a Caixa Econômica Federal; Helen Susane Machado de Miranda (OAB/AM 7.627) e outros, representando Sidney Ricardo de Oliveira Leite; Diogo de Mendonça Melim (OAB/DF 35.188), representando Guilherme Lancini Bello; e Fernanda Moreira de Faria (não-advogada), representando Chrysologo Rocha de Oliveira Junior

007.460/2017-1
Auditoria para verificar a regularidade das obras de construção do novo sistema de pistas, do pátio de aeronaves, do terminal de passageiros, da central de utilidades, dos sistemas viários, do estacionamento e da macrodrenagem interna, além das obras complementares, no aeroporto Eurico de Aguiar Salles em Vitória - ES.
Órgãos/Entidades/Unidades: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária e Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: Márcia Uchôa de Oliveira da Rocha e outros, representando a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

030.126/2018-5
Levantamento com o objetivo de conhecer problemas sistêmicos em editais e/ou planilhas orçamentárias de obras, publicados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit e analisadas pela Caixa Econômica Federal - Caixa, na qualidade de mandatária da União.
Órgãos/Entidades/Unidades: Caixa Econômica Federal, Caixa e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Responsáveis: José da Silva Tiago e Nelson Antônio de Souza
Representação legal: não há

033.980/2018-7
Monitoramento de cumprimento de determinação proferida em processo de levantamento que teve por objetivo verificar o atendimento, por parte do Estado de Roraima e de seus municípios, a determinadas condicionantes impostas pela legislação federal, em especial pelo Plano Plurianual da Administração Pública Federal, pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Lei 4.320/1964.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

012.191/2018-3
Representação, com pedido de medida cautelar, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas em pregões eletrônicos, os quais tinham como objeto a aquisição de equipamentos agrícolas (trator de pneus, carreta agrícola e grade aradora hidráulica).
Representante: Marmoré Máquinas Agrícolas Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado da Agricultura no Estado de Rondônia (Seagri/RO)
Responsável: Casa da Lavoura Maquinas e Implementos Agrícolas Ltda
Interessado: Ministério da Defesa
Representação legal: Daniel Penha de Oliveira (OAB/MG 87.318) e outros, representando Casa da Lavoura Maquinas e Implementos Agrícolas Ltda

Em 9 de novembro de 2018.
DANIELA DUARTE DO NASCIMENTO
Subsecretária do Plenário

2ª CÂMARA

ATA Nº 41, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2018
(Sessão Ordinária da 2ª Câmara)

Presidente: Ministro José Múcio Monteiro
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Subsecretária das Câmaras: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 16 horas, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Ana Arraes e Vital do Rêgo e do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho e do Representante do Ministério Público Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

Ausente, por estar substituindo ministro integrante da Primeira Câmara, o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a Ata n.º 40 referente à Sessão Ordinária realizada em 30 de outubro de 2018.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC006.789/2014-5 e TC-009.059/2015-6, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-005.215/2018-8, TC-007.001/2016-9, TC-008.294/2018-6, TC-011.664/2018-5, TC-012.442/2018-6, TC-015.258/2018-1, TC-019.960/2018-2, TC-020.551/2015-0, TC-023.264/2018-7, TC-026.132/2014-1, TC-026.803/2018-6, TC-026.804/2018-2, TC-026.805/2018-9, TC-026.806/2018-5, TC-026.807/2018-1, TC-026.808/2018-8, TC-026.809/2018-4, TC-026.810/2018-2, TC-026.811/2018-9, TC-026.812/2018-5, TC-026.813/2018-1, TC-026.814/2018-8, TC-026.815/2018-4, TC-026.816/2018-0, TC-026.818/2018-3, TC-026.819/2018-0, TC-026.820/2018-8, TC-026.821/2018-4, TC-026.824/2018-3, TC-026.828/2018-9, TC-026.832/2018-6, TC-026.837/2018-8, TC-026.843/2018-8, TC-026.845/2018-0, TC-026.851/2018-0, TC-026.852/2018-2, TC-026.868/2018-0, TC-026.873/2018-4, TC-026.877/2018-0, TC-026.884/2018-6, TC-026.888/2018-1, TC-027.266/2018-4, TC-028.753/2018-6, TC-028.760/2018-2, TC-028.915/2018-6, TC-029.149/2018-5, TC-029.153/2018-2, TC-029.764/2018-1, TC-029.772/2018-4, TC-029.774/2018-7, TC-029.778/2018-2, TC-029.977/2018-5, TC-030.215/2018-8, TC-030.226/2018-0, TC-030.232/2018-0, TC-030.238/2018-8, TC-030.246/2018-6, TC-030.347/2018-1, TC-030.358/2018-3, TC-030.362/2018-0, TC-030.369/2018-5, TC-030.374/2018-9, TC-030.380/2018-9, TC-030.411/2018-1, TC-030.415/2018-7, TC-030.622/2018-2, TC-030.624/2018-5, TC-030.627/2018-4, TC-030.628/2018-0, TC-030.630/2018-5, TC-030.635/2018-7, TC-030.637/2018-0, TC-030.639/2018-2, TC-030.643/2018-0, TC-030.645/2018-2, TC-030.647/2018-5, TC-030.652/2018-9, TC-030.653/2018-5, TC-030.656/2018-4, TC-030.657/2018-0, TC-030.662/2018-4, TC-030.665/2018-3, TC-030.667/2018-6, TC-030.670/2018-7 TC-030.672/2018-0, TC-030.679/2018-4, TC-030.680/2018-2, TC-030.682/2018-5, TC-030.691/2018-4, TC-030.693/2018-7, TC-030.696/2018-6 TC-030.700/2018-3, TC-030.701/2018-0, TC-030.704/2018-9, TC-030.707/2018-8 TC-030.709/2018-0, TC-030.711/2018-5, TC-030.715/2018-0, TC-030.716/2018-7, TC-030.720/2018-4, TC-030.722/2018-7, TC-030.726/2018-2, TC-030.728/2018-5, TC-030.730/2018-0, TC-030.734/2018-5, TC-030.735/2018-1, TC-030.739/2018-7, TC-030.740/2018-5, TC-030.742/2018-8, TC-030.745/2018-7, TC-030.751/2018-7 TC-030.752/2018-3, TC-030.760/2018-6, TC-030.761/2018-2, TC-030.762/2018-9, TC-030.766/2018-4, TC-030.771/2018-8, TC-030.774/2018-7, TC-030.776/2018-0, TC-030.789/2018-4, TC-030.791/2018-9, TC-030.793/2018-1, TC-030.922/2018-6, TC-030.942/2018-7, TC-030.946/2018-2, TC-030.949/2018-1, TC-030.957/2018-4, TC-030.962/2018-8, TC-030.965/2018-7, TC-030.967/2018-0, TC-030.969/2018-2, TC-030.972/2018-3, TC-031.040/2018-7, TC-031.050/2018-2, TC-031.059/2018-0, TC-031.072/2018-6, TC-031.197/2018-3, TC-031.203/2018-3, TC-031.219/2018-7, TC-031.463/2018-5, TC-031.464/2018-1, TC-031.468/2018-7, TC-031.470/2018-1, TC-031.474/2018-7, TC-031.475/2018-3, TC-031.480/2018-7, TC-031.481/2018-3, TC-031.482/2018-0, TC-031.483/2018-6, TC-031.575/2018-8, TC-031.576/2018-4, TC-031.579/2018-3, TC-031.580/2018-1, TC-031.584/2018-7, TC-031.585/2018-3, TC-031.880/2018-5, TC-031.917/2017-8, TC-032.099/2018-5, TC-032.101/2018-0, 032.128/2018-5, 032.598/2018-1, 032.601/2018-7, 032.608/2018-7, 032.806/2018-3, 032.811/2018-7, 032.980/2018-3, 033.011/2018-4, 033.132/2018-6, 033.160/2018-0, 033.173/2018-4, 033.273/2018-9 e TC-033.851/2015-8, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa; e

TC-002.510/2016-2, TC-004.970/2018-7, TC-016.051/2018-1, TC-016.330/2018-8, TC-018.760/2016-3, TC-027.631/2017-6, TC-028.085/2014-0, TC-035.823/2015-1, TC-036.409/2018-9, TC-036.532/2018-5 e TC-036.545/2018-0, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº TC-010.614/2013-3, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz, a Dra. Joisa Maciel Guerra de Souza - OAB/AM nº 7.774, não compareceu para apresentar sustentação oral em nome de Norma Sueli Risso, Roberto Rui Guerra de Souza e Joel Jairo Guerra de Souza.

Na apreciação do processo nº TC-001.532/2014-6, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes, o Dr. Cícero Krupp da Luz - OAB/RS nº 71.572, não compareceu para apresentar sustentação oral em nome de Rúbia Abs da Cruz e Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gêneros.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 10705 a 10850:

RELAÇÃO Nº 30/2018 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 10705/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Marjorie Bilibio Nassralah, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.629/2014-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marjorie Bilibio Nassralah (425.686.920-49).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10706/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de João Domingos Lionço, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.409/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: João Domingos Lionço (220.576.170-68).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10707/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Iracy Maria Vieira Porcino, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.669/2018-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Iracy Maria Vieira Porcino (156.043.731-68).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso do Sul.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10708/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.689/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Josenita Maia do Nascimento (063.042.494-20); Josélia Maria de Carvalho e Silva (106.674.074-72); Luis Firmo (020.024.694-15); Sérgio Augusto dos Reis (052.022.997-53); Ângela Maria Freire Rodrigues (154.701.134-34).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10709/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.720/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Benedita Nilva de Queiroz Vanderlei (081.067.891-87); Jose Barbosa de Melo (098.641.304-63); Maria Tavares da Silva (020.026.204-15); Romeu Gomes de Sena (112.420.944-15).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10710/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.751/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Dasio Antonio Pereira Marcondes (258.495.227-00); Isa Kazu Yoshikawa de Sousa (866.295.228-34); Jaime Antonio de Araujo Oliveira (295.981.417-72).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10711/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Dionizio Cordeiro Lima Filho, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.909/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Dionizio Cordeiro Lima Filho (367.240.846-87).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10712/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Maria Jose Goncalves Pinheiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.914/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Jose Goncalves Pinheiro (154.045.951-91).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10713/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.938/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Lucia Bradaschia (055.297.348-39); Antonia de Souza (412.544.658-04); Antonio Aquino Neto (570.349.748-53).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10714/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Tomas Vilanova Nascimento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.268/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Tomas Vilanova Nascimento (046.837.815-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa Na Bahia
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10715/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Jorge Gointi Magori, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.970/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jorge Gointi Magori (039.895.618-98).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10716/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Marino Zapatero Bugallo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.972/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marino Zapatero Bugallo (137.748.910-87).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10717/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Angela Maria Gomes de Queiroz, sem prejuízo da determinação consignada no subitem 1.7 desta deliberação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.974/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Angela Maria Gomes de Queiroz (086.897.764-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 10718/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Paulo Roberto Rangearo Peres, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo da seguinte providência:

1. Processo TC-034.976/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Roberto Rangearo Peres (036.355.598-65)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 10719/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Sebastião Souza, sem prejuízo da determinação do subitem 1.7 desta deliberação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.977/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Sebastião Souza (043.659.411-00).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 10720/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Jose de Ribamar Lopes, sem prejuízo da determinação consignada no subitem 1.7 desta deliberação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.979/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose de Ribamar Lopes (068.052.563-72).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 10721/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.131/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Joana Darc Rodrigues Teles (223.456.801-30); Joaquim de Lima (369.536.019-49); Joelita Dias dos Santos (227.930.704-91); Jose Rodrigues Meira (118.994.091-49); Jussinelia Vieira Silva (210.405.241-68); Lucia Cristina Sampaio Santos (115.366.325-20); Luiz Alberto Reis (057.249.021-68); Madalena Vieiera da Cruz Aquino (145.979.261-00); Manoel Geraldo Ferreira (028.795.141-34); Maria dos Santos Barros (327.094.121-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10722/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Deurides Ribeiro Navega Cruz, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.148/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Deurides Ribeiro Navega Cruz (153.090.701-25).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10723/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.166/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Andre de Jesus Cairo (116.102.205-87); Antonio Luiz Mendonça de Oliveira (166.075.975-72); Josafá Santana Cardoso (144.154.885-87).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10724/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.177/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eduardo Carneiro Campello (052.561.277-72); Elzair Farias Pontes (207.632.397-04); Isabel Cristina Oliveira Vital (371.580.827-68); Lais Turqueto Veiga (007.726.077-53); Mauricio Guimaraes Pedro (108.678.997-00); Paulo Miguel Pires Galvão Hemais (010.016.557-53); Suzana Chiapetti Viana de Carvalho (147.783.350-15); Terezinha Aparecida Evangelista Bareli (312.294.507-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10725/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.182/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Iara de Lourdes Palma Glovinsky (025.850.137-58); Maria de Fatima Lameirão Fernandes (633.160.307-78).
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Federal Ipanema.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10726/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.189/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ivone Rodrigues (246.010.470-72); Jorge Lucas Ferreira (783.222.868-72); Jose Antonio de Almeida Lima (042.783.302-78); Jose Reginaldo Siqueira Mendes (055.929.253-87); Josefa Helena de Lima Silva Souza (296.999.831-91); José Ribamar Serra Araujo (042.142.343-91); Laura Lucia Wastowski (247.332.700-97); Leila Duarte Lacerda (321.205.169-87); Luiz Carlos Silva (683.680.118-68); Luiz Smanio Neto (822.995.368-68).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10727/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.192/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Vanderlei Correa Peres (008.989.700-59)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10728/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.252/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Gilza Maria Soares Bulhões Calheiros (136.680.724-34); José Márcio Benning Araújo (653.143.608-53); Sergio Rubens Fontes Lima (036.497.094-49).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Alagoas.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10729/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.258/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edna Maria Batista da Conceição de Santana (135.483.015-68); Edvaldo Batista (120.712.855-49); Eliete Lima Ferreira (253.535.865-49); Elitania Ribeiro de Oliveira Brito (126.450.795-04); Emerson Jose Campelo Soares (073.573.625-15); Epitacio Viana (064.818.765-91); Ernesto Leite da Silveira (663.284.707-20); Gerson dos Santos Carvalho (088.774.245-91); Gilda Maria Araujo dos Santos (251.466.455-15); Hamilton José Castro Meira (110.592.225-15).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10730/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho

de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.263/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Luiza Madalena Souza de Miranda (383.544.707-68); Luzia Cruz Sheehan (110.623.985-72); Luísa Adoni Salinas (183.374.495-00); Marcia Antonia Chaves da Silva (152.727.295-87); Marcia Nalu Assis Rosas Batista (254.243.785-87); Marco Aurelio Oliveira Mendes (053.915.045-20); Margareth Santa Cruz Santos (133.922.985-49); Maria Alves dos Santos (112.274.435-87); Maria Angelica Silva Lima (073.731.475-34); Maria Barretto de Almeida (706.417.817-68).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10731/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.266/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Nilzete Gomes Santos (185.964.795-20); Paulo Roberto Soares Machado (124.487.295-49); Pedro Batista Lemos dos Santos (188.564.975-49); Pedro Ferreira dos Santos (575.529.328-72); Raildava Reis de Jesus (169.630.915-87); Raimundo Miranda Rodrigues (104.330.235-20); Renilda Mª da Silva Costa (114.323.905-97); Rita Luciana de Sousa (114.871.275-53); Rita de Cassia Abreu Maluf (177.031.315-04); Rita de Cássia Sousa Grisi (245.764.415-15).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10732/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.272/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria Helena Eloy Abranques de Oliveira (045.063.163-04); Maria Nancy de Alencar Barroso (014.006.903-82); Raimundo Eduardo Cartaxo Melo (016.541.363-87); Sergio Miranda Ferreira (031.260.648-68); Ubirajara Teixeira Bezerra (049.582.763-00).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10733/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.278/2018-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ely das Graças Reis Nogueira Lima (054.723.263-20); Ezon Raimundo Pinto Ferraz (056.162.125-04); Francisco Viana Filho (044.556.063-00); Heloina Maria Siqueira de Sousa (088.636.443-49); Heloiza Helena de Souza Aragao (252.438.613-91); Iomar Ferreira Santos (175.253.813-72); Joana D'arc Chagas Costa (791.775.733-15); Jose Agnaldo Fertunes dos Reis (054.564.283-34); Jose Antonio Figueiredo Ferreira (044.921.613-68); Jose de Ribamar Barros Frazão (242.460.343-04).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10734/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Therezinha de Jesus Atayde Martins Pinto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.281/2018-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Therezinha de Jesus Atayde Martins Pinto (022.184.103-20).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10735/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.287/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Edmundo Vasconcelos de Carvalho (040.018.774-49); Ivanilda de Souza Soares (686.226.008-15); Maria Izabel Arruda Meira (338.284.584-91); Maurilio Petrucci (072.519.634-34); Paulo Roberto Gomes de Siqueira (730.704.918-04).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10736/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.289/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adelermo Santos de Almeida (081.072.972-53); Ana Lucia Braga Guimaraes (086.282.972-00); Ana Vicentina Santiago de Souza (023.519.272-49); Angela Maria Miranda da Silva (121.818.032-34); Antonilson Vieira Macario (033.700.032-87); Antonino Pereira Dias (039.695.842-72); Antonio Ferreira Pinho Neto (007.692.902-72); Celia Maria Ribeiro Melo (107.684.162-72); Clemente dos Santos (030.032.052-34); Djalma Augusto de Miranda Cerqueira (046.192.692-04).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Pará.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10737/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.295/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Georgina Domingues Silva (701.474.777-00); Helio Rodrigues (312.858.307-25); Jandira Barbosa Nunes de Lara (368.806.477-15); Jose Carlos da Silva (308.156.497-20); Jose Dias Rego (025.954.787-53); José Mário Encinas Beramendi (104.487.647-68); Luciene Ribeiro Eva (412.807.847-68); Marluce Ferreira Juca (566.849.837-91); Nelio Pinheiro de Andrade (332.814.167-72); Oscar Rodolpho Bittencourt Cox (100.443.027-20).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10738/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.924/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Patricia Aparecida da Cruz (820.685.696-04); Poliana dos Santos Ribeiro (006.249.671-90); Priscilla Oliveira Pires (707.910.231-68); Raysa Sales da Costa (984.310.301-78); Renata Cristina Marques Maia (046.108.684-07); Ronaldo Tonioli Iglezias (268.814.818-45); Vanessa Andrade de Mendonça Coimbra (046.022.434-44).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (extinto).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10739/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Carlos Victor Rocha dos Anjos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.022/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Carlos Victor Rocha dos Anjos (008.678.406-41).

1.2. Órgão/Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10740/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Zuleika Barbosa Bittencourt de Freitas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.036/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Zuleika Barbosa Bittencourt de Freitas (770.491.607-68).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10741/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.377/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rodrigo Frota Indio do Brasil Ferraz (042.951.267-80); Sandro Gilberto Barbosa de Araujo (070.007.817-77); Suelem Frian Couto Dias (100.891.597-13); Tatiane Iba de Oliveira (117.361.487-70)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10742/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Luciana Canello, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.384/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Luciana Canello (984.850.320-04).
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10743/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de William da Costa Paulo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.420/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: William da Costa Paulo (646.744.791-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10744/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.470/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rodolfo Eduardo de Andrade Espinoza (072.796.177-27); Shirley Moreira Burburan (958.208.927-04); Valeska Martins Lisboa (080.789.417-65).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Câncer.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10745/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Maria Jose de Sa Moreira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.960/2014-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Jose de Sa Moreira (575.020.136-87).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Juiz de Fora/MG - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10746/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Tânia Leonor Romualdo Alves, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.885/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Tânia Leonor Romualdo Alves (537.542.127-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10747/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.900/2018-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Igor Miguel da Silva Santos (116.943.186-05); Johnny Stefano Santos Oliveira (117.003.586-85); Lucas Barreto da Silva (096.402.376-80); Luiz Henrique Etelvino Cordeiro Oliveira (018.422.826-38); Maria Eliza Santos Oliveira (784.289.126-53); Mariana Santos Oliveira (133.590.896-00); Maristela Celeste de Oliveira Souza (989.044.856-49); Tania Aparecida Santos Silva (868.035.906-82).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10748/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Maria Natalina Santos da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.885/2018-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Natalina Santos da Silva (093.250.002-10).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Pará.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10749/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Jandira Venancio da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.905/2018-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Jandira Venancio da Silva (458.855.241-49).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Mato Grosso do Sul.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10750/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.070/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Maria Jose Vidal Nogueira (576.487.602-82); Maria Jucimar da Silva Marinho (573.201.602-34).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10751/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.075/2018-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Josefa Francisca Santos da Silva (781.200.805-30); Marilena Ribeiro de Figueiredo (512.366.305-30); Rosalina de Jesus Novaes (344.846.715-49).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10752/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.089/2018-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Henrique Adolfo Monteiro Calil (116.443.667-89); Jorge Henrique Monteiro Calil (106.403.767-46); Maria Nazare Monteiro Calil (603.622.867-87); Regina Coeli de Almeida Calil (900.398.237-68).
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Federal dos Servidores do Estado.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10753/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Helvice Moreira de Carvalho, sem prejuízo da determinação consignada no subitem 1.7 desta deliberação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.571/2018-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Helvice Moreira de Carvalho (058.225.135-49).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 10754/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.759/2018-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Cecilia Gonçalves Salvador (404.886.628-18); Helia Firmino de Oliveira (955.355.788-00); Maria Clarice Guimaraes (016.366.946-59); Maria Luiza da Conceicao Santos (947.610.945-91); Maria Matias Lima Verde da Silva (779.058.573-87); Rubens Alberto de Oliveira Rigo (034.949.507-68).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (extinto).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10755/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil dos integrantes do presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.775/2018-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alysson Luiz da Silva (904.450.825-34); Maria da Regina da Silva (663.226.695-91)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa Em Sergipe

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10756/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil de Rosa de Oliveira Moraes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.805/2018-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Rosa de Oliveira Moraes (117.291.981-04)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado de Goiás

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10757/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.833/2018-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Andrew Tobias Borcem Oliveira (063.062.712-60); Maria Engracia Baia da Silva (584.068.322-15); Maria da Conceição Lima Oliveira (158.096.332-34).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Evandro Chagas.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10758/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.896/2018-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Cristina de França dos Santos (589.567.515-87); Elizete Xavier Melo Araujo (170.923.615-91); Fernando Antonio dos Santos (047.843.835-49); Jaci Vieira dos Santos (918.172.265-68); Jane Maria Mourelhe Cardoso (283.609.234-34); Maria Solange Feitosa Cardoso (199.203.345-53); Marta França dos Santos (061.870.115-03); Mateus França dos Santos (061.871.345-08); Raimunda de Lourdes Almeida (137.890.075-87).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10759/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.920/2018-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Beliza de Carvalho Pena (373.117.603-30); Hilda de Abreu Barbosa (536.285.003-20); Ivanildes Cardoso de Sousa (446.601.623-20); Maria da Conceição Silva Dias (679.674.933-20); Maria de Lourdes Alves de Sousa (916.452.633-04); Oniranda Alves Pereira (439.584.603-30); Pedrina Belarmino de Moraes Silva (629.981.883-20).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Piauí.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10760/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.996/2018-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Eny Botelho Baptista (706.983.257-53); Susana Pereira de Moura (080.956.787-32); Terezinha Aparecida Moreira (432.709.806-04); Yone Cypreste Ferreira (024.646.347-35).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10761/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.999/2018-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Luciola de Moura Oliveira (864.047.846-53); Mariana Vilela Valias (345.752.196-49).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10762/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.001/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Erina Baggio Simeoni (256.284.109-34); Fabiola Baggio Simeoni (011.931.759-17).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10763/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.004/2018-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Manoel Jesus Memoria Campelo (591.532.103-87); Maria Clara Silva Memoria (052.875.603-62); Maria Rodrigues Santos Nobre (001.424.793-30); Maria Vitoria Silva Memoria (067.333.033-88); Maria dos Santos Pereira da Silva (671.979.063-34); Maysa de Nazare Santos Nobre (092.137.983-85); Márcio Nogueira Portella Nunes (412.518.143-87).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Piauí.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10764/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.006/2018-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Flora Braun Schermann (529.190.800-91); Maria Medianeira Ferreira de Vargas (497.008.390-87).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10765/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.007/2018-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Rosi Nelma Sell May (702.910.129-49); Silvana Cristhina Silva (909.161.909-00); Walquiria Cruz Milioli (341.556.359-68); Zelia Maria de Amorim Agostini (444.013.379-72).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Santa Catarina.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10766/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002; 38 e Anexo VI da Resolução nº 164/2003, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 7440/2018-

TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 14/8/2018, inserido na Ata nº 29/2018-Ordinária, relativamente ao seu subitem 9.2, onde se lê: "julgar irregulares (...) da Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux FBC&VB (CNPJ: 03.487.391/0001-09) (...)", leia-se: "julgar irregulares (...) da Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux FBC&VB (CNPJ: 07.359.752/0001-92) (...)" e ao subitem 9.3, onde se lê: "aplicar (...) à Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux FBC&VB (CNPJ: 03.487.391/0001-09) (...)", leia-se: "aplicar (...) à Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux FBC&VB (CNPJ: 07.359.752/0001-92) (...)", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.028/2016-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux (07.359.752/0001-92); João Luiz dos Santos Moreira (077.061.890-15); Paulo Cesar Boechat Lemos da Silva (151.717.016-87).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (vinculador).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10767/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, inciso VII do Regimento Interno do TCU; no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, e de acordo com a proposta de encaminhamento da unidade técnica nos autos, em conhecer da Representação para, no mérito, considerá-la procedente, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC-016.088/2018-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Luiz Carlos de Jesus e outros, representando Rondave Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. Determinar ao Distrito Sanitário Especial Indígena Guamá-Tocantins (Dsei/Guatoc) que:

1.6.1.1.abstenha-se de prorrogar o Contrato 3/2018, firmado com a empresa Executiva Serviços Técnicos Especializados Eireli, decorrente da licitação em análise;

1.6.1.2.adote as medidas necessárias para a realização de novo certame com vistas à substituição do contrato decorrente do Pregão Eletrônico 2/2018, excluindo do futuro edital as irregularidades apontadas nesta Representação, informando ao Tribunal, no prazo 90 (noventa dias), as medidas adotadas com vistas ao cumprimento da determinação;

1.6.2. Dar ciência ao Dsei/Guatoc, com fundamento no art. 7º da Resolução - TCU 265/2014, sobre as seguintes irregularidades, identificadas no Pregão Eletrônico 2/2018, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

1.6.2.1.exigência indevida, como requisito de habilitação, de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacionais - PCMSO, Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho - LTCAT e Plano de Emergência e Contingência, previstos, respectivamente, nos subitens 8.6.6, 8.6.7, 8.6.8 e 8.6.9 do edital, uma vez que tais documentos não se enquadram ao disposto nos arts. 27 a 31 da Lei 8.666/1993;

1.6.2.2.obrigatoriedade de realização de visita técnica, prevista no subitem 8.6.12 do edital, sem que fosse demonstrada a sua imprescindibilidade para a execução do objeto, conforme entendimento consolidado na jurisprudência do TCU, a exemplo do Acórdão 234/2015-TCUPlenário;

1.6.2.3.exigência, sem a devida justificativa, de que os veículos disponibilizados para a execução do objeto sejam licenciados no Detran/PA (subitem 6.1.9 do Termo de Referência), em afronta ao inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal e ao inciso I do § 1º do art. 3º da Lei 8.666/1993;

1.6.3. Recomendar à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno/TCU, considerando questões relativas à racionalidade administrativa, que avalie a conveniência e oportunidade de elaborar minutas de editais que possam ser utilizadas pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, informando ao TCU, em 90 dias, as medidas adotadas e os respectivos resultados;

1.6.4. Diligenciar o Dsei/Guatoc, com fundamento nos artigos 157 e 187 do Regimento Interno/TCU, para que, no prazo de quinze dias:

1.6.4.1.identifique os responsáveis (nome, CPF, cargo/função) pela elaboração da versão final do edital do Pregão Eletrônico 2/2018;

1.6.4.2.manifeste-se sobre a informação prestada por meio do Ofício nº 672/2018/GUATO/DSEI/SESAI/MS, de 26/7/2018, de que, naquele momento, o contrato decorrente do Pregão Eletrônico 2/2018 já estaria assinado, divergindo daquilo que consta do Portal de Compras do Governo Federal, segundo o qual o contrato foi assinado somente em 20/8/2018;

1.6.4.3.considerando a informação prestada pela empresa Executiva Serviços Técnicos Especializados Eireli de que a execução do contrato decorrente do Pregão Eletrônico 2/2018 teve início em 22/6/2018, informe ao Tribunal a forma pela qual os serviços foram prestados entre essa data e 20/8/2018, quando houve a formalização do Contrato 3/2018;

1.6.5. Encaminhar cópia da instrução (peça 47), bem como das anteriores (peças 13 e 27), ao Dsei/Guatoc, a fim de orientar a elaboração de sua manifestação.

RELAÇÃO Nº 31/2018 - 2ª Câmara
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 10768/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-011.600/2017-9 (PEDIDO DE REEXAME EM APOSENTADORIA)

2. Recorrente: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul

2.1. Interessado: Cassio Vieira da Costa Filho (293.394.050-72)

3. Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul

4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

4.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz

5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

6. Unidade Técnica: Serur

7. Advogado constituído nos autos: não há

8. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul contra o Acórdão 5.870/2017-TCU-2ª Câmara, que considerou legais, para fins de registro, os atos de aposentadoria constantes dos autos, incluindo o de interesse de Cassio Vieira da Costa Filho.

Considerando que esse inativo requereu ao órgão de origem, em 25/6/2018, a alteração do fundamento legal de sua aposentadoria;

Considerando que o art. 2º, § 1º, alínea "a", da Instrução Normativa TCU 78/2018 estabelece que modificações do fundamento legal configuram hipóteses que exigem o encaminhamento de ato de alteração da concessão à apreciação pelo Tribunal, sejam decorrentes de pedido do interessado, de decisão administrativa ou de ordem judicial, enquanto o art. 7º, inciso III, fixa prazo de 90 (noventa) dias, contados da data do apostilamento, no caso de alteração, para o órgão de pessoal providenciar o cadastramento do ato no e-Pessoal para fins de exame e registro pela Corte de Contas;

Considerando que, de acordo com os arts. 48 da Lei 8.443/1992 e 282 do Regimento Interno, não cabe conhecer de pedido de reexame de decisão que não impingiu qualquer sucumbência, sanção ou prejuízo ao recorrente;

Considerando o parecer da Serur pelo não conhecimento do recurso, em razão da ausência de interesse recursal;

Considerando que o Ministério Público junto ao TCU endossou a proposta oferecida pela unidade técnica;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, em não conhecer do presente recurso.

ACÓRDÃO Nº 10769/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992; c/c os arts. 259, inciso II, e 260, §§ 4º e 5º, do Regimento Interno/TCU, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito de um ato de concessão de aposentadoria, assim como legais para fins de registro os demais atos constantes do processo a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.278/2008-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Maria Neomezia Silva Nunes (054.617.823-53); Maria Vitoria Santos Soares (375.529.453-20); Odete Hossoe Sakamoto (038.006.443-04); Pompea Suzart dos Santos (044.574.713-72)

1.2. Unidade: Fundação Roquete Pinto (extinta)

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: Antônio de Jesus Leitão Nunes (4311/OAB-MA) e outros, representando Odete Hossoe Sakamoto, Maria Vitoria Santos Soares e Maria Neomezia Silva Nunes.

1.7. Considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de concessão de interesse de Pompea Suzart Dos Santos, haja vista o falecimento da inativa.

1.8. Considerar legais para fins de registro os atos de aposentadoria de Maria Neomezia Silva Nunes, Maria Vitoria Santos Soares e Odete Hossoe Sakamoto.

ACÓRDÃO Nº 10770/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992; c/c os arts. 259, inciso II, e 260, §§ 4º e 5º, do Regimento Interno/TCU, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão de aposentadoria de um servidor, assim como legais para fins de registro os demais atos constantes do processo a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.444/2010-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adir Pires Maia (244.328.907-97); Angélica Nunes Dourado (163.984.081-87); Hermes Duarte Lacerda (663.003.048-68); Higino da Costa Soares (063.585.271-34)

1.2. Unidade: Superintendência Estadual do INSS - Campo Grande/MS - INSS/MPS

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de concessão de interesse de Hermes Duarte Lacerda, haja vista o falecimento do inativo.

1.8. Considerar legais para fins de registro os atos de aposentadoria de Adir Pires Maia, Angélica Nunes Dourado e Higino da Costa Soares.

ACÓRDÃO Nº 10771/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.344/2018-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Alberto Oliveira Viegas (119.746.481-68); Carlos Roberto Rissato (560.142.608-20); Carlos Valério Rodrigues de Almeida (096.634.871-00); Cláudio Lysias de Toledo Pereira (510.394.948-20); Cláudio de Sá (937.932.008-68); Cleber Pinto dos Santos (232.538.276-15); Clebia Chagas da Silva Mello (329.655.917-53); Denise Domingues Santiago (678.005.307-44); Derci Enrique Mendes (767.494.018-72); Edesio Pires Nogueira (151.423.701-63)

1.2. Unidade: Banco Central do Brasil

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10772/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.771/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Nilvanete Ferreira da Costa (314.047.154-87); Norberto Antônio Gomes (943.708.348-72); Odette Maria Rocha Reis (851.772.027-04); Orozino Ribeiro da Silva Tallarico (280.109.496-04); Paulo Cesar Pereira Diniz (359.881.506-91); Paulo Roberto Bezerra Moraes (036.371.152-04); Paulo Roberto Zakarewicz (039.572.171-72); Paulo Tsutomu Oda (661.490.538-49); Raimundo Nonato Pereira (098.825.881-15); Regina Lucia de Oliveira (733.806.367-20)

1.2. Unidade: Banco Central do Brasil

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10773/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.615/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Afonso Manoel de Morais (057.185.201-78); Aloysio José da Silva Xavier (475.192.157-68); Eraldo Acioli da Rocha (020.865.814-91); Jesus Antônio Silveira Delfino (003.988.388-44); José Nelito Carneiro de Souza (097.794.421-20);

Maurício Paulo Silva Furtado (171.800.409-59); Messias Antônio Vilalta (371.125.548-53); Olavo Milton Albino de Morais (030.290.184-15); Oldemar Brum Pires (010.998.840-04); Regina Kurcbaum Futer (369.024.891-49)

1.2. Unidade: Banco Central do Brasil

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10774/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.679/2018-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Nevyr Santiago Gonçalves (074.673.382-87) e Severino Gomes da Silva (219.925.334-15)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Paraíba

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10775/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.684/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Hugo Carlos de Novaes (182.170.521-15)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10776/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.827/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Lígia Maria de Miranda Azevedo Menezes (864.210.857-68)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10777/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.834/2018-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Luisa Ruivo Marques (187.114.608-90)

1.2. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10778/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.016/2018-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Leide Fonseca Neves (220.554.601-53); Antônia Rodrigues da Costa (224.322.561-15); Cláudia Regina Gusmão Cordeiro (310.234.101-25); Dinamarques Barreto Bastos (159.047.413-91); Dorilene Gomes Milanez (255.194.501-10); Edil de Araújo Filho (112.500.621-87); Edis Machado Canedo (402.950.527-91); Elza Maria da Costa Zaidem (183.866.441-68); Filomena Maria Moreira Rosal (031.401.641-49); Flávio de Oliveira Nogueira (922.645.738-72)

1.2. Unidade: Ministério da Fazenda

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10779/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.216/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Damião Osvaldo Ribeiro de Oliveira (716.552.637-49); Hélio da Silva Delgado (095.030.997-49); Paulo Cesar Cordeiro Nunes (305.670.097-34); Roberto Antônio da Motta (002.760.816-68); Rosana de Queiroz Lima Guerra (037.529.347-78)

1.2. Unidade: Justiça Federal de Primeiro Grau/RJ

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10780/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.224/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alexandre de Figueiredo Melo (013.418.096-84); Antônio Nunes de Farias (092.024.552-87); Maria Natividade Albuquerque Bastos (094.532.702-10); Matias Quaresma Machado (126.031.712-91); Raphael Araújo Melo (968.438.963-91); Segisnando Pinto de Araújo Filho (613.825.583-68)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10781/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.447/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: James William de Souza Guedes (036.860.834-42); José Horácio Rodrigues da Silva (015.930.361-32); Luis de Sousa Lima Filho (841.382.203-30); Éwerton Magno Araújo da Costa (015.198.203-13)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10782/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.457/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alessandro Gaburro Trevisol (031.631.337-89) e Marcelo Cardoso Peisino (054.374.897-90)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10783/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.034/2018-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria de Nazaré Rodrigues Cabrinha (372.499.162-20)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Pará

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10784/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.893/2018-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Elenice Maria da Silva Ferreira (979.629.379-04); Maria Aparecida Domingues (125.302.348-41); Vilma Rocha Avelino (171.934.009-91)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Paraná

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 28/2018 - 2ª Câmara
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 10785/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Marli Batista Rodrigues.

1. Processo TC-032.591/2018-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessada: Marli Batista Rodrigues (CPF 374.774.396-04).

1.3. Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10786/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Jose Augusto Cardoso de Santana.

1. Processo TC-032.596/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessado: Jose Augusto Cardoso de Santana (CPF 056.298.298-15).
1.3. Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10787/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Jupira Soares Cavalcante Reinaldo.

1. Processo TC-036.022/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Jupira Soares Cavalcante Reinaldo (CPF 059.697.193-15).
1.3. Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Piauí.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10788/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Geraldo Magela de Carvalho Campos.

1. Processo TC-036.124/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Geraldo Magela de Carvalho Campos (CPF 073.042.426-04).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10789/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-030.824/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Guilherme Ribeiro Terencio (CPF 086.592.366-37); Joel Alexandre Ribeiro (CPF 760.077.741-04); Jose Carlos Mourao Melo Filho (CPF 048.278.233-16); Juscelino Pereira de Araujo Junior (CPF 028.756.781-83); Marcelo Roldrin Barros Silva (CPF 091.003.464-89); Raimundo Nonato Lima Diniz (CPF 795.800.681-00); Regina Saudania de Sousa Alves (CPF 972.209.901-97).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10790/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Rafael Assuncao da Hora.

1. Processo TC-030.938/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Rafael Assuncao da Hora (CPF 007.986.153-97).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10791/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-031.361/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Adailton Ferreira da Paixao (CPF 006.736.021-17); Alexandre Silva Leandro (CPF 564.866.691-87); Alexsandro Bezerra Veras (CPF 909.381.001-49); Amarilson de Oliveira Avelino (CPF 012.368.921-00); Ana Claudia Martins da Silva (CPF 031.937.861-60); Anderson Evangelista dos Santos (CPF 986.809.271-04); Anderson Pereira da Silva (CPF 013.560.171-18); Anderson da Rocha Nunes (CPF 011.080.411-24); Andre Luis Feitosa Fonseca (CPF 017.447.301-05); Antonio Francisco de Sousa Soares (CPF 602.450.771-20).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10792/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-031.370/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Carlos Eduardo Lopes da Silva (CPF 712.652.951-15); Cicero Junior Avelar (CPF 024.903.791-27); Cleidson Silveira de Souza Araujo (CPF 012.936.901-20); Cosmino Evangelista de Souza Neto (CPF 727.809.162-49); Daniel Alexandre Moreira (CPF 880.763.691-34); Danielle Silva Costa (CPF 017.593.521-10); Danilo de Oliveira e Oliveira (CPF 989.227.501-20); Davi Cardoso da Silva (CPF 713.654.781-49); Deni de Mendonca Porto (CPF 084.257.157-41); Diego Correa da Silva de Oliveira (CPF 732.869.741-53).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10793/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Sabrina de Oliveira Linhares.

1. Processo TC-031.618/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessada: Sabrina de Oliveira Linhares (CPF 620.829.063-53).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10794/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-031.936/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Adalto Pereira Cardoso (CPF 735.010.181-34); Adelce Soares Paula de Souza (CPF 853.256.861-00); Adriano Gonçalves da Silva (CPF 038.452.711-67); Adriano de Sousa Almeida (CPF 034.354.851-83); Alanda Alves de Araujo (CPF 041.318.501-09); Alexander da Motta Silva (CPF 022.988.191-22); Alinny Roma Pereira (CPF 045.507.583-25); Ana Carolina Matias Marinho (CPF 662.145.803-72); Andre Markes Melo de Sousa (CPF 030.480.571-88); Antonio Neto Gomes de Almeida (CPF 987.224.411-15).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT em Tocantins.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10795/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Victor Rocha da Conceicao.

1. Processo TC-032.027/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Victor Rocha da Conceicao (CPF 834.869.685-72).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10796/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Felipe da Silva Conceicao.

1. Processo TC-032.205/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Felipe da Silva Conceicao (CPF 803.815.450-91).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10797/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Isalino Antonio Giacomet Junior.

1. Processo TC-035.394/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Isalino Antonio Giacomet Junior (CPF 020.290.399-00).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10798/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Luiz Carlos Bertolino.

1. Processo TC-035.479/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Luiz Carlos Bertolino (CPF 049.369.048-48).
1.3. Unidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10799/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a Olga de Moraes Rocha.

1. Processo TC-033.022/2018-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Olga de Moraes Rocha (CPF 731.118.137-20).
1.3. Unidade: Laboratório Nacional de Computação Científica.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10800/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil às interessadas relacionadas abaixo.

1. Processo TC-033.051/2018-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessadas: Marilena de Nasare Jomar Santos (CPF 089.575.037-65); Suellen Jomar Santos (CPF 140.965.457-59).
1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10801/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil às interessadas relacionadas abaixo.

1. Processo TC-033.057/2018-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessadas: Ambrosina do Socorro Almeida (CPF 602.795.162-15); Bárbara Maria Gomes Gabeto (CPF 284.966.121-04); Célia Rodrigues de Assunção (CPF 379.669.791-72); Zilma Silva Portela (CPF 113.785.491-04).
1.3. Unidade: Ministério da Defesa (vinculador).
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10802/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de pensão civil a Vanda Oliveira Gonçalves Beck.

1. Processo TC-035.761/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Vanda Oliveira Gonçalves Beck (CPF 064.276.005-59).
1.3. Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Rio Grande do Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10803/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a Areolina Moraes de Campos.

1. Processo TC-035.829/2018-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Areolina Moraes de Campos (CPF 082.765.522-34).
1.3. Unidade: Superintendência Regional do Incra em Belém.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10804/2018 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de prestação de contas do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), relativa ao exercício de 1999.

Considerando os pareceres uniformes por levantar o sobrestamento destes autos, tendo em vista o julgamento do recurso de reconsideração interposto em face do Acórdão 2.716/2009-2ª Câmara, retificado pelo Acordão 4.616/2009-2ª Câmara - proferido no âmbito do TC 001.753/2002-3 (processo sobrestante) -, que foi provido por intermédio do Acórdão 4.506/2016-2ª Câmara, não subsistindo mais motivos para sua manutenção;

considerando, em concordância com a Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional - Secex Fazenda e o Ministério Público junto ao TCU - MPTCU, que as determinações sugeridas à peça 7, p. 35-36, em face do tempo decorrido, perderam seu objeto, sendo desnecessária a sua emissão;

considerando que o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União manifestou concordância com o encaminhamento proposto, mas discordou, apenas, quanto ao julgamento pela regularidade plena das contas dos membros da Diretoria (Diretor-Presidente, Diretor Superintendente, e demais diretores - peça 1, p. 10), em face da natureza das ocorrências noticiadas, que ensejaram, originalmente, a proposição de determinações saneadoras;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com a ressalva apresentada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, em levantar o sobrestamento dos autos, em razão do encerramento do TC 001.753/2002-3; com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas e dar quitação a Sérgio de Otero Ribeiro, Wolney Mendes Martins, Raimundo Nonato da Costa, Carlos Luiz Moreira de Oliveira, Celso Luiz Barreto dos Santos, Kleber Campos Rodrigues Filho e Nabuco Francisco Barcelos da Silva; com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas dos demais responsáveis relacionados abaixo e dar-lhes quitação plena; em encaminhar cópia desta deliberação e da instrução à peça 18 ao Serviço Federal de Processamento de Dados; e, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno, em arquivar este processo.

1. Processo TC-010.427/2000-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 1999)
1.1. Classe de Assunto: II.
1.2. Responsáveis: Cincinato Rodrigues de Campos (CPF 009.800.990-72); Luiz Tacca Júnior (CPF 580.208.378-68); Sérgio de Otero Ribeiro (CPF 008.241.271-53); Eduardo Refinetti Guardia (CPF 088.666.638-40); Gildenora Batista Dantas Milhomem (CPF 368.724.071-15); Lytha Battiston Spíndola (CPF 310.031.681-91); Selma Elina Pantel Moreira (CPF 017.976.378-43); Solon Lemos Pinto (CPF 198.782.300-15); Rainer Weiprecht (CPF 056.529.360-53); Paulo Jobim Filho (CPF 032.213.937-68); George Hermann Rodolfo Tormin (CPF 247.119.341-20); Luiz Antonio de Souza Cordeiro (CPF 097.834.401-44); Mario Antonio Marconini (CPF 151.182.988-57); Kleber Campos Rodrigues Filho (CPF 225.831.301-53); Marco Aurélio de Melo Vieira (CPF 003.061.859-20); Claudiano Manoel de Albuquerque (CPF 084.565.931-68); Wilson Calvo Mendes de Araújo (CPF 232.370.668-34); Américo Munhoz Junior (CPF 097.923.681-91); Irineu Carvalho de Aguiar (CPF 000.435.591-15); Wolney Mendes Martins (CPF 184.958.931-34); Raimundo Nonato da Costa (CPF 096.575.841-91); Carlos Luiz Moreira de Oliveira (CPF 260.410.737-68); Celso Luiz Barreto dos Santos (CPF 023.633.137-04); Kleber Campos Rodrigues Filho (CPF 225.831.301-53); Nabuco Francisco Barcelos da Silva (CPF 009.668.860-20).
1.3. Unidade: Serviço Federal de Processamento de Dados.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10805/2018 - TCU - 2ª Câmara

Vistas estas contas anuais da Universidade Federal de Itajubá - Unifei, relativas ao exercício de 2016.

Considerando que, no certificado de auditoria emitido pela Secretaria Federal de Controle Interno, foi proposto que as contas dos integrantes do rol de responsáveis sejam julgadas regulares (peças 8/9);

considerando que a Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais - Secex/MG, ao analisar inicialmente as contas (peças 21/2), entendeu necessário efetuar diligência com o objetivo de solicitar informações sobre as medidas adotadas e plano de ação para saneamento acerca de cada um dos apontamentos constantes no relatório de auditoria anual de contas que tenham sido objeto de recomendações por parte do Controle Interno, referentes ao relacionamento entre a Unifei e suas fundações de apoio e à implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil - Pnaes (peça 7), bem como dos constantes no relatório e parecer da Auditoria Interna da entidade (peça 3) e nas declarações sobre a conformidade contábil (peça 6, p. 5/7);

considerando que, após analisar as respostas à diligência, a unidade técnica, apesar de apontar como desnecessária a expedição de recomendações pelo Tribunal quanto à maioria dos pontos em razão das providências tomadas para resolução dos problemas, realizou oitiva da Unifei e audiência de alguns gestores a fim de que justificassem os indícios de ausência/deficiência de controles para evitar e/ou regularizar as seguintes ocorrências (peças 21/2):

a) Dagoberto Alves de Almeida (reitor da Unifei) e Marcos Aurelio de Souza (pró-reitor de Extensão):

a.1) falta de definição do conteúdo completo e de rotinas de levantamento das informações que devem ser divulgadas e permitam verificar o cumprimento dos requisitos legais para a participação de servidores e docentes da universidade em projetos desenvolvidos em parceria com suas fundações de apoio;

a.2) ausência de rotina de análise de projetos pelo Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração (Cepead) com vistas a evitar a execução de projeto sem a apreciação pelo conselho;

a.3) inexistência de rotinas de análise de prestação de contas de ajustes celebrados com as fundações de apoio, bem como de relatórios finais de avaliação de projetos executados por essas fundações;

a.4) falta de controle finalístico e de gestão do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração na execução de ajustes firmados com as fundações de apoio;

a.5) ausência de registro centralizado e de publicidade de projetos desenvolvidos pela Unifei em parceria com as fundações de apoio;

a.6) inexistência de rotina de monitoramento quanto à publicação na rede mundial de computadores pelas fundações de apoio das informações requeridas no art. 4º-A da Lei 8.958/1994;

b) Dagoberto Alves de Almeida (reitor da Unifei) e Egon Luiz Muller Junior (pró-reitor de Graduação):

b.1) falta de monitoramento acerca da elaboração de relatório de avaliação semestral do Programa de Auxílio Alimentação;

b.2) ausência de estudos com o objeto de conhecer as reais necessidades dos alunos e avaliar a efetividade das ações implantadas pelo Pnaes na melhoria das taxas de retenção e evasão dos beneficiários do programa;

considerando que a Secex/MG, ao final, com o aval do Ministério Público junto a este Tribunal - MPTCU, defendeu a suficiência das medidas anunciadas para solução da maior parte dessas falhas remanescentes e propôs a regularidade com ressalva das contas dos referidos gestores, ante a manutenção apenas das impropriedades indicadas nas alíneas "a.6" e "b.2", retro, que merecem ser objeto de determinações (peças 46/7);

considerando que, na instrução à peça 21, a unidade técnica, na análise da ocorrência pertinente à "execução orçamentária inapropriada no valor de R$ 42.300,00 em contratação de empresa de consultoria na Ação 4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior", consignou que caberia "dar ciência à universidade de que deve atentar para a compatibilidade do Grupo Natureza de Despesa na execução do orçamento com os objetivos descritos para os Programas/Ações executados" (itens 34.1 a 34.5), porém não replicou essa proposta no encaminhamento contido na última instrução (peça 46);

considerando, por outro lado, que é dispensável a ciência inicialmente cogitada, porque é possível defluir que a unidade jurisdicionada está a par da impropriedade ao esclarecer que a recomendação do Controle Interno foi atendida e que a Administração, após a auditoria daquele órgão, não mais alocou recursos do Pnaes para a contratação de serviços terceirizados (peça 17, p. 6);

considerando, ainda, que a Secex/MG constatou a ausência de informações previstas no art. 11 da Instrução Normativa TCU 63/2010 (atos formais de nomeação, designação ou exoneração, datas de publicação desses atos, endereço residencial completo e endereço de correio eletrônico) no rol de responsáveis (peça 2) e somente cadastrou no sistema deste Tribunal como responsáveis os gestores chamados em audiência, sob a alegação de que estaria atendendo as disposições do art. 15, § 3º, da Resolução TCU 234/2010 (instrução à peça 21, itens 19 e 20);

considerando, entretanto, que o art. 15, § 3º, da Resolução TCU 234/2010 atribui às unidades técnicas do TCU a obrigação de adotar as medidas necessárias para garantir que a relação de responsáveis inserida no sistema de controle de processos seja idêntica à contida no cabeçalho do acórdão proferido em processo de contas, o qual, segundo a norma, deve conter os responsáveis a que se refere o art. 10 da Instrução Normativa TCU 63/2010, ou seja, os titulares e seus substitutos que ocuparem os cargos de: dirigente máximo (inciso I); membro de diretoria ou dirigente no nível de hierarquia imediatamente inferior e sucessivo ao do dirigente máximo (inciso II); e membro de órgão colegiado que seja responsável por ato de gestão que possa causar impacto na economicidade, eficiência e eficácia da gestão da unidade (inciso III);

considerando que a exclusão de responsáveis do rol deve ser motivada em item da deliberação que julga as contas, nos termos do art. 15, § 2º, da citada Resolução TCU 234/2010, mas essa hipótese não é aplicável ao caso, haja vista que o Controle Interno constatou ter a Unifel apresentado as peças componentes das contas de acordo com as normas deste Tribunal, inclusive no que diz respeito ao rol de responsáveis (peças 7, p.

5; e 8), e que, ao contrário do verificado na norma específica relativa às contas de 2018 (art. 6º, § 3º, da Decisão Normativa TCU 170/2018), não houve, em relação ao exercício de 2016, autorização para as unidades jurisdicionadas deixarem de informar no Sistema e-Contas os membros de órgãos colegiados referidos no inciso III do art. 10 da Instrução Normativa TCU 63/2010;

considerando, assim, que, conforme as disposições dos arts. 8º, parágrafo único, da Decisão Normativa TCU 154/2016 e 10 e 12 da Decisão Normativa TCU 156/2016, caberá incluir no cadastro deste processo os demais integrantes do rol à peça 2, que devem ter suas contas julgadas regulares com quitação plena, em vista da ausência de apontamentos que evidenciem impropriedades na sua gestão;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em: i) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, julgar regulares com ressalva as contas de Dagoberto Alves de Almeida, Egon Luiz Muller Junior e Marcos Aurelio de Souza e dar-lhes quitação; ii) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, julgar regulares as contas dos demais responsáveis relacionados no subitem 1.2 abaixo e dar-lhes quitação plena; iii) encaminhar cópia desta deliberação, bem como da instrução à peça 46, à Unifei e aos responsáveis ouvidos em audiência; e iv) efetuar as determinações indicadas no subitem 1.8.

1. Processo TC-029.828/2017-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)

1.1. Classe de Assunto: II.

1.2. Responsáveis: Agenor Pina da Silva (CPF 657.485.497-00), Alexandre Ferreira e Pinho (CPF 000.232.166-11), Alice Cristina Figueiredo (CPF 075.960.716-86), Ana Angelica Silva de Resende (CPF 087.104.686-50), Ana Luiza Faine Gomes (CPF 145.386.147-50), Andre Chaves Magalhaes (CPF 072.278.206-37), Andre Luiz Medeiros (CPF 040.306.556-96), Antonio Jose Faria Bombard (CPF 655.327.596-34), Antonio Sergio da Silva (CPF 054.573.556-40), Ariel Renno Chaves (CPF 358.623.928-90), Arlen Douglas de Oliveira (CPF 122.115.486-95), Aurelio Luiz Magalhaes Coelho (CPF 013.215.973-20), Benedito Gomes Vieira (CPF 712.469.086-20), Bernardo Vasconcelos de Carvalho (CPF 056.216.146-58), Caique Furtado Reis (CPF 419.311.058-39), Carlos Alberto Murari Pinheiro (CPF 487.184.086-72), Carlos Eduardo Sanches da Silva (CPF 516.685.646-53), Claudio Ferreira (CPF 286.855.556-04), Claudio Kirner (CPF 742.947.928-68), Cleide Beatriz Gomes dos Reis (CPF 009.518.756-12), Cristiano de Castro Bernardes Costa (CPF 420.909.538-96), Dagoberto Alves de Almeida (CPF 461.182.336-91), Dair Jose de Oliveira (CPF 030.512.446-35), Daniel Ribeiro dos Santos Silva (CPF 039.710.836-25), Deisemara Cristina Mendes (CPF 102.648.166-09), Demetrio Artur Werner Soares (CPF 520.599.018-04), Edison Oliveira de Jesus (CPF 369.890.298-20), Edmilson Marmo Moreira (CPF 929.309.136-49), Edson da Costa Bortoni (CPF 495.813.766-15), Edson de Oliveira Pamplona (CPF 353.545.266-04), Egon Luiz Muller Junior (CPF 255.123.402-63), Eider Batista Pereira (CPF 472.639.706-00), Elizabete Ribeiro Sanches da Silva (CPF 658.302.376-87), Eugenio Claudio de Andrade Muller (CPF 593.746.756-68), Everson Henrique Rodrigues (CPF 129.226.116-12), Fabricio Leao Renno Salomon (CPF 099.640.159-84), Fernando Neves Lima (CPF 095.626.936-27), Francisco Moura Filho (CPF 271.001.703-20), Fredmarck Goncalves Leao (CPF 007.478.156-15), Gabriel Dambros (CPF 327.586.438-63), Genesio José Menon (CPF 158.797.396-00), Geraldo Lucio Tiago Filho (CPF 258.352.896-34), Gilbert Silva (CPF 071.136.968-21), Gilberto Duarte Cuzzuol (CPF 055.275.257-60), Gisele Leite da Silva (CPF 099.465.577-03), Glauber Marcio da Silva Luz (CPF 296.365.848-69), Guilherme Monteiro de Rezende (CPF 085.739.906-35), Guilherme Sousa Bastos (CPF 077.862.227-40), Gustavo Henrique Oliveira Salgado (CPF 044.730.836-08), Herlane Costa Calheiros (CPF 017.147.577-14), Iris Silva Lopes (CPF 106.285.836-05), Jamil Haddad (CPF 375.664.746-34), Jessica Virginio Chaves (CPF 129.199.546-36), Joao Roberto Ferreira (CPF 461.341.406-78), José Alberto Ferreira Filho (CPF 532.266.746-68), José Arnaldo Barra Montevechi (CPF 413.849.466-91), José Carlos Grilo Rodrigues (CPF 376.188.226-20), Jose Eugenio Lopes de Almeida (CPF 434.797.406-00), Jose Juliano de Lima Junior (CPF 487.151.236-34), Jose Renato Castro Milanez (CPF 050.977.696-51), Julia Barbosa Domingues (CPF 083.512.716-83), Juliana Cordeiro Fernandes Machado (CPF 111.136.086-33), Julio Navarro Santos (CPF 172.295.886-34), Karen Goncalves Campos (CPF 016.477.546-31), Karina Arruda Almeida (CPF 027.489.456-46), Kelton Andrade Pereira (CPF 103.245.686-81), Leandro Lopes Trindade (CPF 032.284.296-44), Leticia Ferreira Roberto (CPF 389.061.488-44), Lucas Campos Bueno (CPF 109.776.476-17), Lucas Russi Mendes de Oliveira (CPF 428.637.508-01), Luiz Antonio Goncalves (CPF 352.518.916-87), Luiz Eduardo Borges da Silva (CPF 310.620.836-87), Luiz Felipe Silva (CPF 310.667.986-72), Luiz Lenarth Gabriel Vermaas (CPF 772.784.886-72), Marcel Fernando da Costa Parentoni (CPF 302.421.568-94), Marcelo de Paula Correa (CPF 146.620.248-38), Marcelo Egidio de Avila Junior (CPF 232.802.058-59), Marcio Dimas Ramos (CPF 653.233.866-49), Marcio Tsuyoshi Yasuda (CPF 167.369.988-08), Marcos Aurelio de Souza (CPF 047.744.608-69), Mariza Suely Assis Meireles (CPF 816.210.946-34), Maurilio Pereira Coutinho (CPF 310.014.596-87), Mirian de Lourdes Noronha Motta Melo (CPF 39.024.896-34), Nelson Manzanares Filho (CPF 352.517.606-63), Otavio Augusto Salgado Carpinteiro (CPF 745.669.547-49), Paulo Cesar Crepaldi (CPF 907.505.948-53), Paulo Cesar Paroli Santos Junior (CPF 117.944.736-02), Paulo Sizuo Waki (CPF 937.058.088-34), Pedro Augusto de Andrade Novaes (CPF 334.348.388-56), Rafael Balbino Cardoso (CPF 074.706.396-67), Rafael Emilio Lopes (CPF 005.212.506-84), Raoni Rocha Simoes (CPF 013.361.326-71), Raphael Sanches da Silva Rocha (CPF 051.248.116-41), Renata dos Santos (CPF 969.462.616-15), Renato da Silva Lima (CPF 170.557.698-25), Renato Klippert Barcellos (CPF 675.611.010-15), Rero Marques Rubinger (CPF 915.125.496-49), Ricardo Risso Chaves (CPF 178.956.418-24), Rita de Cassia Magalhaes Trindade Stano (CPF 570.142.806-00), Roberto Cezar de Almeida Monte Mor (CPF 038.335.616-45), Roberto Claudino da Silva (CPF 952.773.078-34), Rogerio Frauendorf de Faria Coimbra (CPF 065.170.038-86), Rogerio Jose da Silva (CPF 333.222.286-49), Rosana das Gracas Pereira (CPF 772.138.746-91), Silmara Cristina Baldissera Kabayama (CPF 102.855.158-45), Tales Cleber Pimenta (CPF 495.514.776-34), Thiago Cle de Oliveira (CPF 269.966.438-30), Valberto Ferreira da Silva (CPF 341.952.387-49), Valeria Fonseca Leite (CPF 289.267.301-15), Vinicius Rodrigues Costa de Oliveira (CPF 050.063.866-73), Vitor Monteiro de Andrade (CPF 418.674.378-99), Washington Batista Vieira (CPF 069.841.916-29) e Willians Cesar da Silva (CPF 352.257.936-49).

1.3. Unidade: Universidade Federal de Itajubá - Unifei.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais - Secex/MG.

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações:

1.8.1. determinar à Universidade Federal de Itajubá - Unifei que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência desta deliberação:

1.8.1.1. adote providências a fim de aprimorar o atendimento às exigências de transparência e controle previstas na Lei 8.958/1994 e alterações posteriores, bem como no Decreto 7.423/2010, até que esteja em pleno funcionamento o sistema *online* específico de registro de contratos, convênios, acordos e ajustes celebrados entre fundações de apoio e instituições federais de ensino superior e demais instituições científicas e tecnológicas, a ser instituído pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em cumprimento às disposições do subitem 9.2 do Acórdão 1.178/2018 - Plenário, da minha relatoria;

1.8.1.2. estruture sistemática de prospecção de problemas que afetem o rendimento, a retenção e a evasão de alunos na universidade, acompanhada das respectivas propostas de ações saneadoras, para compor o planejamento da Coordenação de Assistência Estudantil, de modo a otimizar a aplicação dos recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil - Pnaes, em conformidade com as disposições dos artigos 2º, inciso III, 4º, parágrafo único, e 5º, parágrafo único, inciso II, do Decreto 7.234/2010;

1.8.1.3. informe a este Tribunal, ao término do referido prazo, as medidas efetivamente implementadas em cumprimento ao deliberado nos subitens anteriores;

1.8.2. determinar à Secex/MG que efetue o cadastramento no sistema de todos os responsáveis integrantes do rol à peça 2.

ACÓRDÃO Nº 10806/2018 - TCU - 2ª CÂMARA

Esta tomada de contas especial foi instaurada pela Empresa Brasil de Comunicação S.A., vinculada à Presidência da República (EBC/PR), contra a extinta Fundação de Telecomunicação do Pará, da qual é sucessora a Fundação Paraense de Radiodifusão (Funtelpa), em razão de irregularidades na execução do Convênio EBC/DAF/GECAP 6/2008, cujo objeto era a implantação de estúdio equipado de teleinformação na sede da fundação e a instalação de pontos de recepção nos 143 municípios do estado do Pará, além do custo de pessoal para programação dos seminários, palestras e debates durante a realização do Fórum Social Mundial 2009.

Considerando que o dano ao erário foi relacionado à: (i) ausência de aquisição de 25 kits de tele informação; e (ii) aquisição de 52 receptores digitais em quantidade superior à prevista no plano de trabalho;

considerando que o débito calculado pela Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado foi de R$ 102.510,80 (valor histórico), sendo R$ 80.600,00 decorrentes da ausência de aquisição de 25 kits de tele informação e R$ 19.910,80 decorrentes dos receptores digitais adquiridos em excesso;

considerando o decurso de mais de seis anos entre a apresentação da prestação de contas dos recursos do convênio e a instauração da tomada de contas especial e que, anteriormente à citação válida neste TCU, a EBC ajuizou ação de cobrança contra a Funtelpa na Vara Federal da Seção Judiciaria do Distrito Federal, objetivando a restituição do débito originalmente calculado por aquela empresa pública no valor de R$ 94.818,58 e que a sentença proferida pelo Juiz Federal da 14ª Vara do Distrito Federal - a qual transitou em julgado em 19/5/2017 - condenou a ré à obrigação de pagar o referido débito acrescido de juros e atualização monetária;

considerando que o ordenamento jurídico brasileiro prevê o princípio da independência das instâncias; que esta Corte de Contas possui competências próprias e privativas, estatuídas pela Constituição Federal e por sua Lei Orgânica; que a existência de ação no Poder Judiciário não obsta que este TCU cumpra sua missão constitucional; e que, ainda que haja a condenação ao ressarcimento do dano ao erário por mais de uma instância, o pagamento da quantia necessária à reparação ocorre somente uma vez, não havendo afronta ao princípio do *non bis in idem*;

considerando que o processo se encontra pendente de citação válida neste TCU, que o parecerista técnico da EBC afirma não ter havido comprometimento do objetivo pretendido com a execução do convênio, que o custo da cobrança é superior ao valor da importância a ser ressarcida, e, ainda, a observância de preceitos relacionados à racionalização administrativa e a economia processual;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 213 do Regimento Interno, em arquivar o presente processo, sem cancelamento do débito, e dar ciência desta deliberação, bem como da instrução da unidade técnica, à Empresa Brasil de Comunicação S.A.

1. Processo TC-000.339/2018-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Classe de assunto: II.

1.2. Unidade: Presidência da República (vinculador).

1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.4. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10807/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c a súmula TCU 145, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 6.305/2018 - 2ª Câmara, prolatado na sessão de 24/7/2018, para que, em seu subitem 9.2, onde se lê: (...) ao recolhimento aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, (...)", leia-se: "(...) ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, (...)", mantidos os demais termos da deliberação ora retificada; e em encaminhar os autos à Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão para adoção das providências constantes do item 3 da instrução daquela unidade técnica.

1. Processo TC-003.420/2013-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Classe de Assunto: II.

1.2. Responsáveis: município de Imperatriz/MA (CNPJ 06.158.455/0001-16); Rosilene Linhares Cunha (CPF 264.845.792-53).

1.3. Unidade: município de Imperatriz/MA.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex-MA).

1.7. Representação legal: José Mourão Neto (OAB/PA 11.935) e outros, representando Rosilene Linhares Cunha; Elisângela Conceição Silva (OAB/MA 5.424) e outros representando o município de Imperatriz/MA.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10808/2018 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de recurso de reconsideração interposto por José Reinaldo de Sá Falcão contra o Acórdão 4.088/2018 - 2ª Câmara, que julgou irregulares suas contas especiais e condenou-o ao pagamento de débito e multa.

Considerando a intempestividade do recurso, eis que, notificado da deliberação em 3/7/2018, o recorrente interpôs o presente expediente em 3/8/2018;

considerando que a documentação intempestiva não traz "fato novo" a ensejar o conhecimento deste recurso no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, previsto no Regimento Interno;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 32, inciso I e parágrafo único, da Lei 8443/1992, c/c o art. 285, *caput* e §2º, do Regimento Interno, em não conhecer do recurso de reconsideração, por ser intempestivo e não apresentar fatos novos; e em enviar os autos à Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe para que dê ciência desta deliberação e da instrução à peça 51 ao recorrente e demais interessados.

1. Processo TC-005.747/2017-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 006.365/2016-7 (MONITORAMENTO).

1.2. Classe de Assunto: I.

1.3. Recorrente: José Reinaldo de Sá Falcão (CPF 073.683.644-68).

1.4. Unidade: Instituto de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico Xingó.

1.5. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.

1.7. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto André Luís de Carvalho.

1.8. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

1.9. Representação legal: Daniel Salgueiro da Silva (OAB/AL 3.284) e outros, representando José Reinaldo de Sá Falcão.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10809/2018 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) contra a Sociedade de Investigações Florestais (SIF), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos dos Convênios 0090-00/02 (Siafi 434368) e 0094-00/02 (Siafi 434372).

Considerando que o processo ainda se encontra em fase de citação e audiência dos responsáveis;

considerando que a Sociedade de Investigações Florestais solicitou o parcelamento do débito indicado no ofício de notificação 1.615/2018-TCU/Secex-MG (peça 160);

considerando que, em relação à possibilidade de parcelamento do débito em 60 vezes, em precedentes da jurisprudência o Tribunal já se manifestou favoravelmente, em caráter excepcional, em relação a pedidos desta natureza;

considerando os pareceres uniformes da unidade técnica;

considerando que o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União manifestou concordância com o encaminhamento proposto;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "b", e 217 do Regimento Interno, em autorizar, em caráter excepcional, o pagamento do débito indicado no ofício de notificação 1.615/2018-TCU/Secex-MG, atribuído à Sociedade de Investigações Florestais, em 60 (sessenta) parcelas mensais consecutivas; em fixar o vencimento da primeira parcela em 15 dias a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada uma; e em alertar a responsável que a inadimplência de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor.

1. Processo TC-020.829/2014-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Classe de Assunto: II.

1.2. Interessada: Sociedade de Investigações Florestais (CNPJ 18.134.684/0001-80).

1.3. Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).

1.7. Representação legal: Sergio Cortes de Siqueira (OAB/MG 109.325) e outros, representando Sociedade de Investigações Florestais.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10810/2018 - TCU - 2ª Câmara

Cuidam os autos de monitoramento instaurado para verificar o cumprimento de determinações expedidas pelo Acórdão 1.287/2014 - 2ª Câmara para que a Secretaria Municipal de Saúde de Valença/RJ informasse as providências adotadas para elidir irregularidades identificadas em pregões destinados a utilizar os recursos recebidos por meio de emendas parlamentares na aquisição de medicamentos da assistência farmacêutica básica.

Considerando que, constatado o não cumprimento de parte das determinações pela Secretaria Municipal de Saúde de Valença/RJ, foi realizada audiência do prefeito do município de Valença/RJ, Luiz Fernando Furtado da Graça;

considerando que a unidade instrutiva concluiu que as razões de justificativa e a documentação apresentadas são suficientes para afastar as irregularidades subsistentes;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 169, inciso V, 243 e 250, inciso I, do Regimento Interno, em acatar as razões de justificativa apresentadas por Luiz Fernando Furtado da Graça; em considerar cumprida a determinação do subitem 9.11 do Acórdão 1.287/2014 - 2ª Câmara; em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 20, à Prefeitura Municipal de Valença-RJ; e em encerrar e apensar este processo ao TC 036.520/2012-8, no qual foi proferida a deliberação monitorada.

1. Processo TC-031.783/2018-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Classe de Assunto: III.

1.2. Unidade: Município de Valença - RJ.

1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10811/2018 - TCU - 2ª CÂMARA

Trata-se de expedientes apresentados como "*pedidos de reexame*" por Cláudio Gilberto Dalcortivo (peça 117), Luiz Carlos Gotardi (peça 124) e Rejanesy Aparecida Nesi Artifon (peça 125) em face do Acórdão 3.477/2018-2ª Câmara, que conheceu e negou provimento a embargos de declaração interpostos contra o Acórdão 11.988/2016-2ª Câmara, o qual, por sua vez, rejeitou as justificativas apresentadas pelos recorrentes e determinou a formação de processo apartado de tomada de contas especial.

Considerando que os requerentes interpuseram anteriormente embargos de declaração que resultaram no citado Acórdão 3.477/2018-2ª Câmara, o que caracteriza preclusão consumativa;

considerando que, conforme estabelece o art. 279 do Regimento Interno desta Corte de Contas, não cabe recurso de decisão que converter processo em tomadas de contas especial ou determinar sua instauração;

considerando que o parágrafo único desse mesmo artigo do RITCU define que, sempre que possível, a documentação encaminhada seja aproveitada como defesa, sem prejuízo da realização da citação ou da audiência;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 279 do Regimento Interno, em acolher os expedientes às peças 117, 124 e 125 como elementos de defesa, extraindo cópia para juntada ao processo de tomada de contas especial TC 033.588/2016-7 e apensar em definitivo estes autos ao mencionado processo.

1. Processo TC-004.536/2014-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 008.701/2018-0 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Cláudio Gilberto Dalcortivo (525.037.639-87); Josi Mara Dallo (018.828.519-94); Luiz Carlos Gotardi (391.939.269-87); Medix Brasil Produtos Hospitalares e Odontologicos Ltda - Me (10.268.780/0001-09); Rejanesy Aparecida Nesi Artifon (856.029.149-00); Sobieski e Sobieski Ltda - Me (10.387.902/0001-86).

1.3. Recorrentes: Cláudio Gilberto Dalcortivo (525.037.639-87); Luiz Carlos Gotardi (391.939.269-87); Rejanesy Aparecida Nesi Artifon (856.029.149-00).

1.4. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).

1.5. Unidade: Município de Salto do Lontra - PR.

1.6. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.7. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.8. Relator da deliberação recorrida: ministro Raimundo Carreiro.

1.9. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

1.10. Representação legal: Roger de Castro Gotardi (47165/OAB-PR) e outros, representando Josi Mara Dallo; Roosevelt Arraes (34.724/OAB-PR) e outros, representando Cláudio Gilberto Dalcortivo; Marijani Blasius Ribeiro (42599/OAB-PR) e outros, representando Rejanesy Aparecida Nesi Artifon, Josi Mara Dallo, Cláudio Gilberto Dalcortivo e Luiz Carlos Gotardi.

1.11. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10812/2018 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de representação apresentada pelo Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul - CES/RS sobre possíveis irregularidades cometidas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que geraram a superlotação do Hospital Universitário de Santa Maria - HUSM e seu agravamento diante do não funcionamento do Hospital Regional de Santa Maria - HRSM.

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade;

considerando que foi inaugurado o Hospital Regional de Santa Maria, no dia 6/7/2018 e funcionará como referência regional e estadual, atendendo às demandas da 4ª Coordenadoria de Saúde, que abrange 32 municípios e cerca de 500 mil pessoas, com previsão de que mais de cinco mil pessoas sejam atendidas no primeiro ano de funcionamento;

considerando as conclusões uniformes da unidade técnica no sentido de que a situação motivadora da representação - a superlotação do Hospital Universitário de Santa Maria - já se encaminha para a regularização, não havendo, assim, a necessidade de adoção de ação de controle específica por parte deste Tribunal sobre a questão;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 169, inciso V, 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno, em considerar parcialmente procedente esta representação; em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 6, à representante; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-010.806/2018-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VI.

1.2. Representante: Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul - CES/RS.

1.3. Unidade: Município de Santa Maria/RS.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex-RS).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10813/2018 - TCU - 2ª CÂMARA

Vista esta representação, com pedido de cautelar, da empresa Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda. (CNPJ 06.980.064/0168-52), nos termos do art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c o inciso VII do art. 237 do Regimento Interno, acerca de supostas irregularidades no edital do Leilão 02/2018, promovido pela Companhia Docas do Pará (CDP) com a finalidade de "Cessão de Uso Onerosa de área e infraestrutura pública não afeta às operações portuárias, localizada no Porto de Belém/PA, no Terminal Petroquímico de Miramar, destinada à armazenagem e distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, denominada BEL06" (peças 1e 2).

considerando que a representante apontou, em síntese, como irregularidades do certame: (i) indevida determinação da reversibilidade dos equipamentos, em especial os tanques, ao final do contrato de cessão de uso da área; (ii) impossibilidade de modelagem do empreendimento por meio do fluxo de caixa descontado; (iii) necessidade de oitiva da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) antes da realização do leilão; e (iv) exigência indevida de apresentação do acordo de acionistas, contida no item 19.1.3 do edital;

considerando que o processo de licitação do terminal BEL06 foi apreciado no âmbito do TC 029.083/2013-3 e, por meio do Acórdão 2.666/2017-TCU-Plenário, de minha relatoria, concluiu-se que, dentro do escopo delimitado para a análise do primeiro estágio sob o rito da Instrução Normativa TCU 27/1998, não haviam sido encontradas irregularidades ou impropriedades que desaconselhassem o prosseguimento do certame;

considerando que a Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia), após analisar todos os itens ditos como irregulares pela representante, os quais também foram objeto de pedido de impugnação junto à CDP devidamente instruído pela Presidente da Comissão Especial de Licitação daquele órgão, concluiu pela improcedência dos pedidos formulados;

considerando que, apesar de o rol de documentos constantes no art. 28 da Lei 8.666/1993 ser exaustivo, não havendo previsão legal para a apresentação do acordo de acionistas - demanda contida no item 19.1.3 do edital do Leilão 02/2018-CDP -, essa exigência não restringe o universo de empresas que poderiam ser habilitadas para participar do certame;

considerando que, embora se verificasse o requisito do perigo da demora em razão da iminência da licitação, encontrava-se ausente o requisito da fumaça do bom direito e o perigo da demora reverso mostrava-se relevante para o caso;

considerando que a própria representante venceu a licitação, arrematando a área BEL06 do Porto de Miramar (PA);

considerando que, estando os autos sob exame em meu gabinete, a representante protocolou documento desistindo do pedido de cautelar, fato que, apesar de não vincular a decisão do TCU sobre o feito, demonstra a perda de interesse por parte da licitante que contestou o certame;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 235 e 237 do Regimento Interno, em conhecer desta representação, considerá-la improcedente, dar ciência desta deliberação, bem como da instrução da unidade técnica à representante e à Companhia Docas do Pará e arquivar o presente processo.

1.Processo TC-034.010/2018-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VI.

1.2. Representante: Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda.

1.3.Unidade: Companhia Docas do Pará.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).

1.7. Representação legal: não há. Nacional

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10814/2018 - TCU - 2ª Câmara

VISTA, relatada e discutida a representação acerca de supostas irregularidades no Pregão Eletrônico para Registro de Preços 24/2018 - SE/BSB destinado à contração de serviço de vigilância ostensiva desarmada em unidades dos Correios da Superintendência Estadual de Brasília.

Considerando que a empresa representante questionou sua desclassificação no certame por não possuir, na fase de habilitação, autorização para funcionamento no local da prestação do serviço, sob o argumento principal de a exigência contida no subitem 11.1 do projeto básico (anexo 3 do edital) ser ilegal, restritiva e desarrazoada, além de ir de encontro à jurisprudência do TCU;

considerando que a representação atende aos requisitos de admissibilidade pertinentes;

considerando que a Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog demonstrou que a exigência questionada encontra amparo em legislação específica relativa a serviços de vigilância (Lei 7.102/1983, Decreto 89.056/1983 e Portaria 3.233/2012-DG/DPF);

considerando que, em situação similar, este Tribunal entendeu que a transferência dessa exigência para o momento de assinatura do contrato contraria as disposições do art. 30, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e coloca em risco a Administração, "que pode convocar para assinatura do ajuste empresa que não cumpre os requisitos para prestação dos serviços, resultando na ineficácia do procedimento licitatório" (Acórdão 1.274/2018 - Plenário, da relatoria do ministro Walton Alencar);

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 143, inciso III, 169, inciso V, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, 250, inciso I, do Regimento Interno c/c o art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, em i) conhecer desta representação; ii) indeferir o pedido de concessão de medida cautelar; iii) considerar a representação improcedente; iv) dar ciência deste acórdão à empresa representante e à unidade jurisdicionada; e v) arquivar o presente processo.

1. Processo TC-036.414/2018-2 Representação.

1.1. Classe de Assunto: VI .

1.2. Representante: WN Serviços de Vigilância Armada Eireli (CNPJ 09.596.888/0001-41).

1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog.

1.7. Representação legal: Wilson Araújo Neto (CPF 630.534.893-68) representando a empresa WN Serviços de Vigilância Armada Eireli.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10815/2018 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de representação formulada pela empresa Sulminas Pátio Sociedade Empresarial Ltda. ME em razão de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 11/2018, conduzido pela Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - Minas Gerais (SRPRF/MG) com o objetivo de realizar a contratação de "serviços de remoção e guarda de veículos de terceiros", compreendendo as atividades de recolhimento (por guincho ou condução por meios próprios), guarda, transbordo de carga, destombamento, içamento, segurança de cargas recolhidas de veículos acidentados e guarda de veículos sujeitos a medidas administrativas previstas na Lei 9.503/1997, aplicadas por agentes da Polícia Rodoviária Federal, bem como os demais veículos abandonados, avariados, recuperados e acidentados ao longo das rodovias federais sob circunscrição da SRPRF/MG e áreas de interesse da União.

Considerando que a representação não preenche os requisitos de admissibilidade, em razão da inexistência de indícios de irregularidade;

considerando que o contrato em questão não envolve a aplicação de recursos federais, vez que os serviços contratados serão custeados pelos usuários das rodovias federais mineiras;

considerando a inexistência dos pressupostos necessários à concessão de medida cautelar;

considerando os pareceres uniformes da unidade técnica pela não comprovação das irregularidades suscitadas;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 169, inciso II, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, 250, inciso I, do Regimento Interno e 103, § 1º e 105 da Resolução TCU 259/2014, em não conhecer desta representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade, haja vista não estar acompanhada de indícios suficientes acerca da irregularidade ou ilegalidade denunciada; em indeferir a medida cautelar pleiteada; em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 9, à representante e à Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - Minas Gerais; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-036.598/2018-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VI.

1.2. Representante: Sulminas Pátio Sociedade Empresarial Ltda. ME.

1.3.Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

1.4. Relatora: Ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 7/2018 - 2ª Câmara
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 10816/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 243, 259, inciso II, e 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em arquivar o presente processo, sem prejuízo de se fazer a determinação especificada no item 1.7.

1. Processo TC-019.220/2011-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Carlos Roberto de Souza (342.686.009-06).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Sefip que, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento da Ação Ordinária 5007428-97.2018.4.04.7200/SC, que tramita junto à Justiça Federal de Santa Catarina, em favor de Carlos Roberto de Souza (CPF 342.686.009-06).

ACÓRDÃO Nº 10817/2018 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de atos de concessão de pensão civil instituídos pelos ex-servidores João Paulo Dias e Orlando Silva, lotados, à época, na Superintendência Estadual da Funasa no Estado da Bahia.

Considerando que o Acórdão 2.459/2011-TCU-2ª Câmara considerou ilegais os atos de concessão de pensões civis emitidas em favor das Sras. Esperdionice Bispo de Souza e Maria Francisca de Jesus, na condição de companheiras, respectivamente, dos Srs. João Paulo Dias e Orlando Silva;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, nos autos do Mandado de Segurança 30.699/DF, transitado em julgado em 6/6/2018, anulou, exclusivamente para a pensionista Maria Francisca de Jesus, os efeitos do sobredito Acórdão proferido por esta Corte de Contas;

Considerando, contudo, que a verificação da legalidade desse ato, após a manifestação daquela Egrégia Corte, encontra-se prejudicada em razão do falecimento da Sra. Maria Francisca de Jesus, em 5/10/2011, vide certidão de óbito acostada à peça 11;

Considerando, no que concerne a pensionista Esperdionice Bispo de Souza, houve decisão favorável nos autos do Processo 044736620114013302, conduzido perante a Seção Judiciária da Bahia, Subseção Judiciária de Campo Formoso, reconhecendo a existência de vínculo conjugal e determinando o reestabelecimento do pagamento do benefício à interessada, vide peça 6, fls. 4/5;

Considerando que, para a percepção simultânea de pensão vitalícia à mulher e à companheira, nos termos do Acórdão 1.348/2010-TCU-Plenário, faz-se necessária a existência de decisão judicial que reconheça a união estável e a separação de fato;

Considerando que a decisão judicial nos autos do Processo 044736620114013302, conduzido perante a Seção Judiciária da Bahia, Subseção Judiciária de Campo Formoso supre tal exigência e, consequentemente, possibilita a revisão de ofício do acórdão anterior que decidiu por considerar ilegal o ato de pensão civil instituído em favor da Sra. Esperdionice Bispo de Souza;

Considerando, por fim, que nos termos do item 9.2 do Acórdão 2.459/2011-TCU-2ª Câmara, consideraram-se legais os atos emitidos em favor das Sras. Helena dos Santos Dias (Número de Controle 10545123-05-2002-100043-0) e Almerinda Nunes Silva (Número de Controle 10545123-05-2002-100032-5), e, em consequência, promoveu-lhes o registro, tornando, portanto, desnecessária nova análise na presente oportunidade.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, § 1º, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a)tornar insubsistente o item 9.3 do Acórdão 2.459/2011-TCU-2ª Câmara, em razão do que restou decidido nos autos do Mandado de Segurança 30.699/DF, que tramitou no Supremo Tribunal Federal, e da decisão favorável nos autos do Processo 044736620114013302, conduzido perante a Seção Judiciária da Bahia, Subseção Judiciária de Campo Formoso;

b)considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil em favor da Sra. Esperdionice Bispo de Souza (Número de Controle 10545123-05-2002-200009-4);

c)considerar prejudicado, por perda do objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil em favor das Sras. Maria Francisca de Jesus e Sônia de Jesus Silva (Número de Controle 10545123-05-2002-100058-9);

d)encaminhar cópia desta decisão, acompanhada instrução da unidade técnica e do parecer do Ministério Público junto ao TCU, à Superintendência Estadual da Funasa no Estado da Bahia e aos interessados arrolados nos autos; e

e)arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.

1. Processo TC-031.305/2008-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Almerinda Nunes Silva (248.566.905-82); Esperdionice Bispo de Souza (675.262.335-04); Helena dos Santos Dias (333.914.755-87); Maria Francisca de Jesus (504.751.775-68); Paulo Henrique Bispo Dias (837.975.215-53); Poliana Bispo Dias (837.975.305-44); Sônia de Jesus Silva (839.061.505-34).

1.2. Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Bahia.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10818/2018 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de monitoramento das determinações proferidas no Acórdão 688/2013-TCU-2ª Câmara (peça 5), por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de concessão de pensão civil emitido em favor da interessada Maria do Socorro Maciel (263.685.873-34), ante a impossibilidade jurídica de se conceder pensão civil a beneficiário instituído, com base no entendimento firmado, à época, no Acórdão 2.515/2011-TCU-Plenário.

Considerando que a beneficiária em epígrafe ingressou com ação perante o Poder Judiciário com vistas a manter seu benefício, obtendo decisão favorável, nos autos da ação ordinária 0803498-54.2014.4.05.8100, que tramita na Justiça Federal do Ceará;

Considerando que a tese firmada no Acórdão 2.515/2011-TCU-Plenário, de que o art. 5º da Lei 9.717, de 1998, teria derrogado, do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos civis da União, a pensão instituída à categoria de beneficiário instituído, foi superada por meio do Acórdão 2.379/2015-TCU-Plenário, decisum que alinhou o posicionamento desta Corte de Contas ao entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça;

Considerando que, com base nesse novo entendimento, tornaram-se insubsistentes os fundamentos pelos quais o ato em epígrafe foi apreciado pela ilegalidade;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 243, 259, inciso II e 260, §2º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer do MPTCU, em:

a)tornar insubsistente o Acórdão 688/2013-TCU-2ª Câmara em razão do novo entendimento inaugurado a partir da prolação do Acórdão 2.379/2015-TCU-Plenário;

b)fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-041.819/2012-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Maria do Socorro Maciel (263.685.873-34).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Ceará.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: Yuri Gondim de Amorim (OAB/CE 28.141) e outros, representando Maria do Socorro Maciel.

1.7. Determinar à Sefip que adote as medidas pertinentes à reanálise da pensão civil integrante dos presentes autos, em conformidade com o entendimento firmado nos Acórdãos 2.376, 2.377, 2.378, 2.379 e 2.380/2015-TCU, todos do Plenário, no que tange à comprovação da dependência econômica da beneficiária em relação ao instituidor.

ACÓRDÃO Nº 10819/2018 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de expediente nominado de "Pedido de Reexame" apresentado por Maz Construções Eireli (peça 230), contra os termos do Acórdão 1.452/2016-TCU-2ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas julgou embargos de declaração manejados pela aludida empresa e pelo responsável Leon Leonam Von Grap Marinho Filho em face do Acórdão 7.489/2015-TCU-2ª Câmara.

Considerando que a espécie recursal cabível nos processos deste Tribunal que versam sobre contas é o recurso de reconsideração, conforme arts. 32 e 33 da Lei 8.443/92;

Considerando que essa peça apelativa já foi ajuizada neste processo, o qual restou conhecido e, no mérito, desprovido, conforme Acórdão 4.826/2017-TCU-2ª Câmara (peça 223);

Considerando que este cenário inviabiliza novo recurso da mesma espécie, quer contra a decisão originária (RI/TCU, art. 278, § 3º), quer contra o julgamento do recurso (RI/TCU, art. 278, § 4º), em face da preclusão consumativa;

Considerando que não seria possível receber o expediente como recurso de revisão, pois este expediente recursal somente pode ser conhecido em hipóteses específicas e excepcionais, descritas no artigo 35 da Lei 8.443/92;

Considerando, por fim, que o recurso de revisão se constitui na última oportunidade recursal existente neste processo, e o recebimento do presente expediente nessa modalidade seria prejudicial à responsável, que teria encerrado, em definitivo, sua oportunidade de revisão da decisão.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso IV, alínea "b", e § 3º; e 278, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 50, § 3º, da Resolução-TCU 259/2014, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a)receber o expediente como mera petição e negar provimento ao pleito, diante da ocorrência de preclusão consumativa; e

b)encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à peticionária e aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-013.340/2012-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Carlos Albino Figueiredo de Magalhães (145.415.132-34); Leonam Von Grap Marinho Filho (057.543.482-15); Marco Aurelio Leite Nunes (037.327.972-87); Maz Construções Eireli (05.145.171/0001-22); Pierre Nader Mattar (319.670.782-20); S. R. Construções Ltda. (05.573.924/0001-09).

1.2. Recorrente: Maz Construções Eireli (05.145.171/0001-22).

1.3. Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).

1.8. Representação legal: Luis Fellipe dos Santos Pereira (OAB/PA 19.222); Ricardo Nunes Polaro (OAB/PA 16.748); João Jorge Hage Neto (OAB/PA 5.916) e outros.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10820/2018 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de expediente apresentado por Paulo Fernando Rodrigues de Souza (peça 149) contra o Acórdão 6.039/2013-TCU-2ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas julgou irregulares as suas contas, imputando-lhe débito solidário e multa individual (peça 70).

Considerando que, contra o referido Acórdão, foi interposto recurso de reconsideração (peça 87), o qual restou conhecido e, no mérito, desprovido, conforme o Acórdão 10.330/2017-TCU-2ª Câmara;

Considerando que este cenário inviabiliza a interposição de novo recurso da mesma espécie, quer contra a decisão originária, quer contra o julgamento do recurso, conforme art. 278, §§ 3º e 4º do RITCU, em face da preclusão consumativa;

Considerando que não seria possível receber o expediente como recurso de revisão, pois este expediente recursal somente pode ser conhecido em hipóteses específicas e excepcionais, nos termos do artigo 35 da Lei 8.443/92;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º e 278, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a)receber o expediente como mera petição e negar seguimento ao pleito, diante da ocorrência de preclusão consumativa; e

b)encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao peticionário e aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-019.101/2009-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 028.513/2014-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL).

1.2. Responsáveis: Carlos Augusto de Abreu Vivas (440.631.647-72); Cosme José Salles (494.136.787-15); Lucio Henrique Bandeira (183.629.317-87); Paulo Fernando Rodrigues de Souza (791.332.237-34); Sheila da Silva Rezende (366.758.491-15).

1.3. Recorrente: Paulo Fernando Rodrigues de Souza (791.332.237-34).

1.4. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde; Prefeitura Municipal de Itaboraí - RJ; Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu - RJ; Prefeitura Municipal de Paracambi - RJ; Prefeitura Municipal de Rio Claro - RJ; Prefeitura Municipal de São Gonçalo - RJ; Prefeitura Municipal de Seropédica - RJ; Prefeitura Municipal de Tanguá - RJ; Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro.

1.5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

1.8. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

1.9. Representação legal: Andreive Ribeiro de Sousa (OAB/DF 31.072); Nilza Maria Izolani e Oliveira; Antônio Luiz Soares da Silva (OAB/RJ 179.750) e outros.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 40/2018 - 2ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 10821/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.644/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Celia de Oliveira (CPF 126.743.975-00).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Aracaju - SE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10822/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.652/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Vera Lucia Molinos Souza (CPF 459.015.620-20)

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Santa Maria - RS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10823/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.695/2018-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Marinalva Antunes de Oliveira (CPF 110.264.215-00); Rita de Cassia Carvalho de Assis (CPF 309.939.545-53); Solange Dantas da Silva (CPF 094.559.575-15) e Stelamary Silva Maia (CPF 340.860.645-53).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Salvador - BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10824/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado e fazer a determinação abaixo indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.963/2018-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Dinacy Barreto Della Cella (CPF 226.683.495-91).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Salvador - BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Sefip que corrija o fundamento legal do ato de Dinacy Barreto Della Cella no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 10825/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato pela reversão da interessada na base Sisac, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.684/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Rejane Pires Calazans Matos (CPF 072.037.507-01.

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional do Cinema - Ancine/MinC.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10826/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato pela reversão do interessado na base Sisac, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.698/2018-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Ricardo Bordini (CPF 088.629.138-00).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo - Centro - SP.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10827/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.722/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Edson Jose de Souza (CPF 194.310.904-49).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan/MinC.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10828/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.063/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Luís Antônio Roderjan Manfroni (CPF 166.919.629-15).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Chapecó - SC.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10829/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.078/2018-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Marta Maria Cassini (CPF 117.797.560-20) e Rachid Miguel (CPF 057.378.930-49).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Caxias do Sul - RS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10830/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.082/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Stela Maris Demario Santos (CPF 405.272.639-15).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Curitiba - PR.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip.

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10831/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.083/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Edicia Adalice do Nascimento (CPF 025.624.722-68) e Maria de Nazare Pereira (CPF 076.155.232-49).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Manaus - AM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10832/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.107/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Humberto Aguiar Andrade (CPF 273.367.947-34); Mario Dias Pires (CPF 102.621.566-87) e Tânia Duarte Ferreira (CPF 370.823.707-25).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Juiz de Fora - MG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10833/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.115/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Silas Ribeiro Quintanilha (CPF 306.242.747-72); Silvia dos Santos Siqueira Silva (CPF 615.909.327-49); Sueli Inez Gama Rosa (CPF 989.656.387-04); Valdemiro da Silva Correa (CPF 502.727.307-00); Vanda Maria de Bragança Doin (CPF 517.990.307-68); Vera Regina Escorcio de Azevedo (CPF 641.641.017-68) e Wanderley Soares dos Santos (CPF 650.178.627-49).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Niterói - RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10834/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.171/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Flavio Araújo Lima Bittencourt (CPF 405.987.727-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan/MinC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10835/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.400/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marcia Edy Majszak Fernandes (CPF 507.688.599-72).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Maringá - PR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10836/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.407/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Eusa Silveira Lage Duarte (CPF 305.162.696-15).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Governador Valadares - MG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10837/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado e fazer a determinação abaixo indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.473/2018-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Pedro Pedebos Andrade (CPF 346.780.930-87).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Uruguaiana - RS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Sefip que corrija o fundamento legal do ato em favor de Jose Pedro Pedebos Andrade no Sisac ou e-Pessoal, nos termos do art. 6º, § 1º, II, da Resolução TCU nº 206, de 2007.

ACÓRDÃO Nº 10838/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado e fazer a determinação abaixo indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.478/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ciléa Maria Ovídio (CPF 775.949.247-20).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Casa de Rui Barbosa - FCB/MinC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Sefip que corrija o fundamento legal do ato em favor de Ciléa Maria Ovídio no Sisac ou e-Pessoal, nos termos do art. 6º, § 1º, II, da Resolução TCU nº 206, de 2007.

ACÓRDÃO Nº 10839/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.594/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Valter da Silva Lessa (CPF 021.544.804-97).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro - Centro - RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10840/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.441/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Claudio da Cunha Cavalcanti Neto (CPF 906.722.914-87) e Mercedes Miranda Leite Pezzuti (CPF 512.822.086-91).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10841/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.006/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Oswaldo Bessoni Barroso (CPF 913.039.318-34).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo - Norte - SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10842/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.027/2018-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Neusa Ângela Webber de Massena (CPF 963.959.820-87).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Porto Alegre - RS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10843/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.874/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Marcelo Luiz Belan (CPF 439.363.349-00).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Maringá - PR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip.
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10844/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.879/2018-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: José Camilo da Silva (CPF 348.360.202-04).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Goiânia - GO.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10845/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.898/2018-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Manoel de Almeida Queiroz (CPF 000.692.485-91) e Valdice Silva dos Passos (CPF 278.385.105-97).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Salvador - BA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10846/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.903/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria das Graças Silveira Correa (CPF 026.632.396-07).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Juiz de Fora - MG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10847/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.489/2018-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Lucas Machado Araldi (CPF 141.773.256-35) e Rita de Cassia Machado (CPF 764.209.496-53).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Poços de Caldas - MG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10848/2018 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa em desfavor do Sr. Ferdinando Lima de Carvalho, como ex-prefeito de Parnamirim - PE (gestões: 2009-2012 e 2013-2016), diante do não encaminhamento da documentação exigida para a prestação de contas do Convênio 850/2004 - Siafi 530066 destinado à implantação do sistema de esgotamento sanitário no referido município, tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 28/6/2004 a 3/12/2008;

Considerando que, no âmbito do TCU, foi promovida a citação do aludido responsável pelo Ofício 0577/2017-TCU/SECEX-ES em face da não apresentação dos documentos essenciais a regular prestação de contas do aludido convênio, a partir das falhas evidenciadas pelo tomador de contas;

Considerando que as alegações de defesa foram tempestivamente acostadas à Peça nº 19;

Considerando que, após a análise da aludida documentação, a unidade técnica anotou que, apesar da falta de emissão da licença ambiental de operação, o objeto pactuado teria sido 100% executado e estaria em pleno funcionamento, não havendo indícios de superfaturamento, de desvio ou de dano ao erário, de modo que a ausência da referida licença não impediria a fruição do benefício pelo sistema de abastecimento de água em prol da comunidade local;

Considerando, diante disso, que as alegações de defesa do responsável podem ser parcialmente acatadas;

Considerando que as falhas documentais teriam, assim, natureza formal, não devendo macular as contas do responsável;

Considerando, pelo exposto, que as presentes contas podem ser julgadas regulares com ressalvas;

Considerando, enfim, que estão nesse sentido os pareceres da unidade técnica (Peça nº 21) e do Ministério Público junto ao TCU (Peça nº 24);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Ferdinando Lima de Carvalho para lhe dar quitação, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, sem prejuízo de prolatar a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.568/2016-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Ferdinando Lima de Carvalho (CPF 461.112.124-00).
1.2. Entidade: Município de Parnamirim - PE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.3.1. Ministra que alegou impedimento na sessão: Ana Arraes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
1.6. Representação legal: Carlos Gilberto Dias Júnior (OAB/PE 98l-B) e outros, representando Ferdinando Lima de Carvalho.
1.7. Determinar que a Secex-TCE envie a cópia do presente Acórdão, acompanhado de cópia do parecer da unidade técnica, ao responsável, para ciência, e à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e à Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH/PE, para ciência e adoção das providências cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 10849/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em julgar regulares as contas do Sr. José Genivaldo dos Santos para lhe dar quitação plena, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.922/2016-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: José Genivaldo dos Santos (CPF 215.413.104-20).
1.2. Entidade: Município de Cortês - PE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.3.1. Ministra que alegou impedimento na sessão: Ana Arraes.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 10850/2018 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que a presente representação foi formulada pelo Exma. Sra. Lidiane Vieira Bomfim Pinheiro de Meneses, como Juíza Federal da 5ª Vara da Seção Judiciária de Sergipe - 5ª Vara/SJSE, encaminhando, por intermédio do Ofício nº 130/2017 - 5ª Vara Federal, a "*cópia de peças extraídas dos autos do processo nº OOS07084-39.2014.4.0S.8S00, em que são partes ODETE SOUZA SANTOS DA CONCEIÇÃO e INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL, para as devidas providências nos termos do art. 74, 920 da CF/88, c/c art. 8° da Lei nº 8.443/92*";

Considerando que, a partir da análise da aludida documentação, constatou-se que, na sentença de 1º grau proferida na ação movida pela Sra. Odete Souza Santos da Conceição para pleitear judicialmente a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria por idade na condição de pescadora artesanal, o INSS foi intimado a apresentar a cópia integral do processo administrativo inerente ao benefício requerido pela parte autora, no prazo de dez dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00;

Considerando que, como o INSS não atendeu à requisição de documentos, a decisão judicial acostada à Peça nº 1 (p. 6) considerou devida a aludida multa sob o valor de R$ 1.000,00 em desfavor da referida autarquia, correspondendo a cinco dias de atraso no cumprimento da ordem judicial;

Considerando que, ao apreciar o recurso interposto pela autora da ação contra a sentença pela improcedência do seu pedido de concessão da aludisa aposentadoria, a Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Sergipe confirmou a multa de R$ 1.000,00 aplicada ao INSS e decidiu por representar ao TCU com vistas à apuração de responsabilidades pelos prejuízos eventualmente causados em face da inobservância dos prazos fixados para o cumprimento de decisões judiciais (Peça nº 1, p. 11);

Considerando, assim, que deve o INSS acompanhar o desfecho da ação judicial noticiada nestes autos, cabendo primariamente à aludida autarquia, caso haja a comprovação do suscitado dano, a apuração de responsabilidades e a adoção de medidas imediatas com vistas ao ressarcimento do prejuízo apurado, aí incluída a eventual instauração de tomada de contas especial se o dano apurado for superior ao limite de R$ 100.000,00 estipulado pela a IN TCU n.º 71, de 2012, com as alterações promovidas pela IN TCU n.º 76, de 2016;

Considerando, pelo exposto, que, como o dano informado ao TCU pela ilustre representante situa-se em patamar inferior ao limite de R$ 100.000,00, a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística do INSS deverá adotar as providências administrativas internas cabíveis para o ressarcimento do eventual prejuízo, caso confirmado o suscitado prejuízo no bojo do transito em julgado da aludida ação judicial, em sintonia com a IN TCU n.º 71, de 2012, e com as alterações promovidas pela IN TCU n.º 76, de 2016;

Considerando, dessa forma, que resta prejudicada a apreciação de mérito da presente representação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso III e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la prejudicada, e prolatar as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.930/2017-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Exma. Sra. Lidiane Vieira Bonfim Pinheiro de Meneses, como Juíza Federal da 5ª Vara da Seção Judiciária de Sergipe - 5ª Vara/SJSE.
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (Secex-SE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar que a Secex-SE adote as seguintes medidas:
1.7.1. informe a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística do INSS sobre a necessidade de adotar as medidas previstas no art. 6º, § 2º, da IN TCU n.º 71, de 2012, com as alterações promovidas pela IN TCU n.º 76, de 2016, em face da possível ocorrência de dano ao erário pela aplicação da multa no bojo da ação judicial noticiada nesta representação, encaminhando a cópia deste Acórdão para a Controladoria Regional da União no Estado de Sergipe;
1.7.2. envie a cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, à Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social, para ciência e avaliação das providências adotadas pelo INSS nos próximos relatórios de gestão da aludida autarquia, nos termos do art. 106, § 5º, da Resolução TCU nº 259, de 2014; e
1.7.3. envie a cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, à ilustre representante, para ciência, e ao INSS, para ciência e adoção das medidas prolatadas pelo item 1.7.1 deste Acórdão, devendo informar o resultado dessas medidas nos próximos relatórios de gestão da aludida autarquia, nos termos do art. 106, § 5º, da Resolução TCU nº 259, de 2014.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 10851 a 10883, a seguir transcritos, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios, votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 10851/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 023.049/2013-8.
1.1. Apensos: 000.439/2016-9; 006.727/2012-3; 003.401/2017-0; 010.358/2017-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Recurso de Reconsideração).
3. Embargantes: Construtora Caiapó Ltda. (00.237.518/0001-43); Manoel das Graças Barbosa da Costa (019.511.732-87).
4. Órgão: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Tocantins - DNIT/MT.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Paulo Sérgio Marques (OAB/TO 2.054-B) e outros; Marcelo da Silva Nunes (OAB/DF 27.932) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que nesta etapa cuidam de embargos de declaração opostos pela Construtora Caiapó Ltda. e por Manoel das Graças Barbosa da Costa, em face do Acórdão 835/2018-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por Manoel das Graças Barbosa da Costa em face do Acórdão 835/2018-TCU-2ª Câmara, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade dos arts. 32, inciso II, e 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. não conhecer dos embargos de declaração opostos pela Construtora Caiapó Ltda., uma vez não preenchidos os requisitos de admissibilidade para esta espécie recursal; e

9.3. dar ciência desta deliberação aos embargantes.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10851-41/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministra que não participou da votação: Ana Arraes.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10852/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 042.154/2012-0.

1.1. Apensos: 013.124/2009-9; 017.771/2009-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de contas especial).

3. Recorrente: Theodorico de Assis Ferraço (014.849.077-87).

4. Entidade: Município de Cachoeiro de Itapemirim - ES.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Ricardo Gobbi Filho (OAB/ES 2.4733); Andre Luiz de Barros Alves (OAB/ES 10.407) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração em tomada de contas especial interposto pelo Sr. Theodorico de Assis Ferraço, ex-prefeito de Cachoeiro de Itapemirim/ES, em face do Acórdão 2.731/2016-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração, uma vez presentes os requisitos previstos nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 285 do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, tornando insubsistente o item 9.3 do Acórdão 2.731/2016-TCU-2ª-Câmara;

9.2. julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Theodorico de Assis Ferraço, dando-lhe quitação, nos termos dos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU;

9.3. dar ciência da presente deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10852-41/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministra que não participou da votação: Ana Arraes.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10853/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 010.614/2013-3.

1.1. Apensos: 028.758/2016-1; 025.727/2016-8

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71)

3.2. Responsáveis: Joel Jairo Guerra de Souza (111.588.592-87); Norma Sueli Risso (797.732.308-72); Roberto Rui Guerra de Souza (032.576.492-15)

3.3. Recorrentes: Roberto Rui Guerra de Souza (032.576.492-15); Joel Jairo Guerra de Souza (111.588.592-87); Norma Sueli Risso (797.732.308-72).

4. Órgão/Entidade: Município de Humaitá - AM.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex-AM).

8. Representação legal:

8.1. Joisa Maciel Guerra de Souza (7774/OAB-AM) e outros, representando Norma Sueli Risso, Roberto Rui Guerra de Souza e Joel Jairo Guerra de Souza;

8.2. Robson Gonçalves de Menezes (3895/OAB-AM), representando o Município de Humaitá - AM.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interpostos por Roberto Rui Guerra de Souza, Joel Jairo Guerra de Souza e Norma Sueli Risso contra o Acórdão 7496/2015-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento nos art. 32, inciso I e 33, da Lei 8.443/1992 e art. 285, caput, do Regimento Interno/TCU, conhecer dos Recursos de Reconsideração para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. reduzir, de ofício, o valor da multa do art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicada à recorrente Norma Sueli Risso, por intermédio do item 9.3 do Acórdão 7496/2015-TCU-2ª Câmara, de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para R$ 1.000,00 (mil reais).

9.3. dar ciência do presente acórdão aos recorrentes e à Procuradoria da República no Estado do Amazonas.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10853-41/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10854/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 001.532/2014-6

2. Grupo II - Classe I - Recurso de Reconsideração.

3. Recorrentes: Rúbia Abs da Cruz (CPF 548.425.060-91) e Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero (atual Themis, Gênero, Justiça e Direitos Humanos - CNPJ 97.002.406/0001-45).

4. Unidades: Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres da Presidência da República e Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero (atual Themis, Gênero, Justiça e Direitos Humanos).

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: Cícero Krupp da Luz (OAB/RS 71.572) e outros representando a Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero e Rúbia Abs da Cruz.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes recursos de reconsideração contra o Acórdão 3.606/2017- 2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto por Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero e negar-lhe provimento;

9.2. conhecer do recurso de reconsideração interposto por Rúbia Abs da Cruz e dar-lhe provimento parcial para excluir a multa do art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 20.000,00, aplicada pelo subitem 9.2 do Acórdão 3.606/2017-2ª Câmara;

9.3. dar ciência deste acórdão aos recorrentes e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10854-41/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10855/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.929/2015-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (em Aposentadoria).

3. Recorrente: Gerência Executiva do INSS em São João da Boa Vista/SP.

4. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS em São João da Boa Vista/SP.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos ao Acórdão 2.853/2018-TCU-2ª Câmara, que conheceu pedido de reexame contra o Acórdão 3.494/2016-TCU-2ª Câmara, para no mérito dar-lhe provimento parcial,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 277 e 287 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer dos embargos e, no mérito, dar-lhes provimento parcial, de forma a dar a seguinte redação ao subitem 9.2 do Acórdão 2.853/2018-TCU-2ª Câmara, mantendo em seus exatos termos os demais itens da deliberação recorrida;

"9.2. recomendar à unidade de origem, caso entenda necessário, à luz dos dados constantes de seus arquivos indicados na peça 48, o envio de novos atos de alteração de aposentadoria, considerando eventuais ajustes nas proporcionalidades das inativações de Ana Maria Casalli Piovezan, Dário José Ambrósio e Fátima de Lúcia Esbrile"; e

9.2. dar ciência deste acórdão à Gerência Executiva do INSS em São João da Boa Vista/SP.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10855-41/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10856/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.532/2018-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Fatima Maria Penha Reis (128.754.143-72); Fatima Regina da Silva Oratz (143.226.412-53); Mauro José de Oliveira (105.271.841-87).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam atos de concessão de aposentadoria a ex-servidores vinculados ao Ministério da Saúde,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. considerar legal o ato de interesse de Fatima Regina da Silva Oratz, concedendo-lhe registro;

9.2. considerar ilegais os atos de Fatima Maria Penha Reis e Mauro José de Oliveira, negando-lhes registro;

9.3 dispensar a reposição das importâncias indevidamente percebidas pelos interessados, de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar ao Ministério da Saúde que:

9.4.1. faça cessar, a partir da ciência do presente acórdão, os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas nos termos dos arts. 45 da Lei 8.443/1992, 262, caput, do RI/TCU, 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007 e 15, caput, da IN/TCU 55/2007;

9.4.2. exclua, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da ciência desta decisão, da estrutura de proventos da interessada Fatima Regina da Silva Oratz, a parcela relativa à irregularidade apontada, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.4.3. comunique aos interessados, em igual prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação, acerca da presente deliberação, alertando-os de que os efeitos suspensivos decorrentes de eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;

9.4.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, cópias dos documentos que comprovem a data em que os interessados tiveram ciência desta deliberação;

9.5. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que verifique o cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10856-41/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10857/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.724/2015-9.
1.1. Apenso: 028.444/2017-5
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Antonio Pereira de Figueiredo (112.252.114-68); Instituto Brazil Global (04.147.014/0001-93); Ronaldo da Silva Pereira (400.274.061-72).
4. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (vinculador).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (Secex/ES).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este processo de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria-Executiva do Ministério do Turismo (Mtur) em razão de irregularidades na execução física e financeira do Convênio MTur 789/2009 (Siconv 704.316/2009), cujo objeto consistiu em "incentivar o turismo, por meio de apoio a festa junina fora de época intitulada 'O MAIOR SÃO JOÃO DO CERRADO' - terceira edição do projeto",
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. julgar irregulares as contas de Antônio Pereira de Figueiredo, Instituto Brazil Global e Ronaldo da Silva Pereira, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 209, inciso III, do Regimento Interno, e condená-los, solidariamente, ao pagamento da quantia de R$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 15/10/2009, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;
9.2. aplicar aos responsáveis indicados no subitem anterior multa de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), individualmente, com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente na data dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, desde logo, com amparo no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.4. autorizar, desde já, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;
9.5. autorizar a formação de processo apartado, com natureza de representação, a partir das cópias dos documentos constantes das peças 21 a 24, 26, e 44 a 48 (até a página 112), a fim de analisar possíveis irregularidades referentes aos Convênios 748.553/2010 e 748.340/2010, firmados com o Instituto Brasileiro de Integração - Cultura, Turismo e Cidadania - IBI, para a realização da 4ª edição do evento "O Maior São João do Cerrado", especialmente ante os indícios de que a real executora dos objetos pactuados foi a empresa Eco Organização de Eventos e Consultoria Ltda. (nome de fantasia: Edilane Produções & Eventos) e de que houve outras receitas advindas da realização do evento sem a demonstração da sua destinação; e
9.6. dar ciência desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o § 6º do art. 209 do Regimento Interno, e ao Ministério do Turismo.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10857-41/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10858/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.918/2017-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério da Integração Nacional (vinculador) (03.353.358/0001-96).
3.2. Responsável: Jose Raimundo de Souza da Silva (622.731.832-91).
4. Órgão/Entidade: Município de Sena Madureira - AC.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (Secex-AC).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional (MI), em virtude de omissão no dever de prestar contas da transferência obrigatória de recursos autorizada pelas Portarias MI 31 e 61/2015 (Siafi 683122), destinados pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec/MI) ao município de Sena Madureira-AC, dos recursos a serem aplicados em ações de resposta à situação de emergência (socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, em:
9.1. considerar revel o Sr. José Raimundo de Souza da Silva, dando-se prosseguimento ao processo, de acordo com o art.12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. julgar irregulares as contas do Sr. José Raimundo de Souza, na condição de prefeito do município de Sena Madureira-AC, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso I, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
20/3/2015	222.565,00
27/4/2015	460.467,00

9.3. aplicar ao Sr. José Raimundo de Souza da Silva, com fundamento no art. 19 da Lei 8.443/1992, a multa no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), prevista no art. 57 da mesma Lei, c/c o art. 267 do Regimento Interno/TCU, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendida a notificação;
9.5. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Acre, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis.
10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10858-41/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10859/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 021.416/2018-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Jose Paulino Rocha (013.601.242-68); Josemar Estevam Camara (019.982.694-34) e Josemar Estevam Camara (019.982.694-34).
4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de aposentadorias de Jose Paulino Rocha (013.601.242-68) e Josemar Estevam Camara (019.982.694-34),
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/1992, e art. 260 do Regimento Interno, em:
9.1. considerar legal e determinar o registro dos atos de aposentadoria de Jose Paulino Rocha (013.601.242-68) e Josemar Estevam Camara (019.982.694-34);
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data de ciência pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte desta deliberação, com fundamento no Enunciado de Súmula 106 da jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte que:
9.3.1. exclua da estrutura de proventos dos interessados a rubrica Siape "82898 DIFERENCA INDIVIDUAL L.12998", comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, do RI TCU, 8º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;
9.3.2. . informe aos interessados o teor deste acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência pela interessada, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução TCU 170/2004, alertando-os de que o não provimento de eventuais recursos não os exime da devolução de valores indevidamente recebidos após a ciência do presente acórdão;
9.4. dar ciência desta deliberação ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte e aos interessados.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10859-41/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10860/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.411/2018-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Cleusa Gabriela de Souza Mello (295.007.106-68); Gabriel Romero Martins (084.073.146-92) e Iolanda Romero Martins (355.183.166-15).
4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil deferida pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de interesse de Gabriel Romero Martins, recusando seu registro;
9.2. considerar legal e determinar o respectivo registro da concessão de interesse de Cleusa Gabriela de Souza Mello;
9.3. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado no item 9.1, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. dê ciência aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os interessados tiveram ciência desta deliberação;
9.3.4. emita novo ato de pensão em favor de Iolanda Romero Martins e o submeta ao exame desta Corte pelo sistema E-Pessoal.
9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas acima.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10860-41/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10861/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 002.791/2015-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Anchieta Promoções, Eventos e Serviços Eireli (07.306.113/0001-69); José Petronilo de Araújo (676.014.804-53).

4. Órgão/Entidade: Município de Nova Palmeira - PB; Ministério do Turismo.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex-PB).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo pelo Ministério do Turismo em desfavor de José Petronilo de Araújo, ex-prefeito do município de Nova Palmeira - PB, em razão da impugnação total de despesas do Convênio 184/2010;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno, em:

9.1. excluir da relação processual a empresa Anchieta Promoções, Eventos e Serviços Eireli;

9.2. julgar irregulares as contas de José Petronilo de Araújo e condená-lo ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
52.380,00	30/6/2010

9.3. aplicar a José Petronilo de Araújo a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde logo, o pagamento das dívidas do responsável em trinta e seis parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, caso solicitado, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, com a incidência dos encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.7. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República na Paraíba, nos termos do art. 209, § 7º do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10861-41/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10862/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 006.844/2013-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (29.470.333/0001-66); Gilson Cantarino O'Dwyer (366.486.637-15).

4. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em desfavor de Rosângela Rosinha Garotinho Barros Assed Matheus de Oliveira, Gilson Cantarino O'Dwyer e Alcione Maria Mello Oliveira Athayde, em razão da impugnação total de despesas quanto aos recursos repassados à Secretaria de Estado da Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro, por força do convênio s/n., de 21/6/2005, celebrado com aquele fundo, que teve por objeto a implantação e operação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu - 192), no município do Rio de Janeiro;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Gilson Cantarino O'Dwyer e da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - Ceperj e condená-los solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
1.155.000,00	12/7/2005
1.155.000,00	4/8/2005
1.155.000,00	13/9/2005
1.155.000,00	1/11/2005
2.333.333,33	14/11/2005
2.333.333,33	3/1/2006
2.333.333,33	8/2/2006
2.333.333,33	22/2/2006
2.333.333,33	14/3/2006
2.333.333,33	12/4/2006
2.333.333,33	19/5/2006
2.333.333,33	10/7/2006
1.750.000,00	13/7/2006
1.750.000,00	4/9/2006
1.750.000,00	11/9/2006
1.750.000,00	6/10/2006
1.750.000,00	22/11/2006
1.750.000,00	19/12/2006

9.2. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendidas as notificações;

9.3. autorizar, desde logo, o pagamento da dívida dos responsáveis em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, caso solicitado, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem o recolhimento das demais parcelas, com a incidência dos encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, § 3º da Lei 8.443/1992, c/c o art. 209, § 7º do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10862-41/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10863/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.726/2015-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (CNPJ 05.457.283/0001-19)

3.2. Responsável: José Jeová Souto Mota (CPF 275.952.263-68)

3.3. Recorrente: José Jeová Souto Mota (CPF 275.952.263-68).

4. Entidade: Município de Tamboril - CE.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

8. Representação legal:

8.1. Ricardo Gomes de Souza Pitombeira (31566/OAB-CE) e outros, representando José Jeová Souto Mota.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de declaração opostos pelo Sr. José Jeová Souto Mota, em face do Acórdão 7.195/2018 - TCU - 2ª Câmara, por meio do qual foi conhecido e não provido Recurso de Reconsideração interposto pelo responsável, contra o Acórdão 4.216/2017 - TCU - 2ª Câmara, prolatado nestes autos de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pelo Ministério do Turismo, em razão da impugnação total das despesas realizadas com recursos repassados ao município de Tamboril/CE, por meio do Convênio 1.690/2009, registro Siconv 723189;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer dos Embargos de declaração opostos pelo Sr. José Jeová Souto Mota para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar conhecimento desta deliberação ao recorrente e demais interessados.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10863-41/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10864/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 025.333/2014-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (03.112.386/0001-11); Ministério da Saúde (vinculador)

3.2. Responsáveis: Gabriel Novis Neves (001.957.231-04); João Batista Calabresi Villa (863.909.378-49); Julio Strubing Muller Neto (161.530.141-00); Luzia das Graças Prado Leão (057.306.601-97); Marcos Henrique Machado (424.438.301-87); Márcia Beatriz Cattini de Mello (214.651.261-04); Secretaria de Estado de Saúde Em Mato Grosso (03.507.415/0002-25).

4. Órgão/Entidade: Secretaria de Estado de Saúde em Mato Grosso.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (Secex-MT).

8. Representação legal:

8.1. Ronan de Oliveira Souza (4099/OAB-MT), representando João Batista Calabresi Villa.

8.2. Rafael Pereira Corrêa (21342/0/OAB-MT) e outros, representando Márcia Beatriz Cattini de Mello.

8.3. Mauricio Magalhaes Faria Neto (15436/OAB-MT), representando Gabriel Novis Neves.

8.4. Saulo Rondon Gahyva (13216/OAB-MT) e outros, representando Marcos Henrique Machado.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em desfavor dos Srs. Júlio Strubing Müller Neto, Gabriel Novis Neves, Luzia das Graças Prado Leão e Marcos Henrique Machado, os quais ocuparam o cargo de Secretário de Estado de Saúde de Mato Grosso entre 2000-2005, e em desfavor dos Srs. João Batista Calabresi Villa e Márcia Beatriz Cattini de Mello, ocupantes do cargo de Diretor do Lacen/MT, bem como da própria Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso em razão do não cumprimento do objeto do Convênio 42/2000 (Siafi 405976), orçado em R$ 579.271,00 (quinhentos e setenta e nove mil duzentos e setenta e um reais), sendo desse valor R$

52.661,00 (cinquenta e dois mil seiscentos e sessenta e um reais) referentes à contrapartida;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator:

9.1. considerar prejudicado o pedido de prorrogação de prazo formulado pelo estado de Mato Grosso à peça 77, em face da sua perda de objeto;

9.2. com fundamento nos arts. 12, § 1º, da Lei 8.443/1992 e 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do TCU, rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo estado de Mato Grosso e fixar-lhe novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias para o recolhimento, aos cofres da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do débito de R$ 526.610,00 (quinhentos e vinte e seis mil seiscentos e dez reais), atualizado monetariamente desde 28/3/2001, até a data do pagamento, abatendo-se os valores já ressarcidos, a exemplo da quantia de R$ 72.815,20 (setenta e dois mil oitocentos e quinze reais e vinte centavos), restituída em 1º/8/2005;

9.3. dar ciência ao estado de Mato Grosso de que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo, hipótese em que o Tribunal julgará as suas contas regulares com ressalva e lhe dará quitação.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10864-41/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10865/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 044.334/2012-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Everest Tecnologia em Serviços Ltda. (13.947.569/0001-00); Valter Luiz Potratz (394.914.397-15)

3.2. Recorrentes: Everest Tecnologia em Serviços Ltda. (13.947.569/0001-00); Valter Luiz Potratz (394.914.397-15).

4. Órgão/Entidade: Município de Piúma - ES.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (Secex-ES).

8. Representação legal:

8.1. Ana Caroline Ribeiro Furlani (23309/OAB-ES) e outros, representando Everest Tecnologia em Serviços Ltda.

8.2. Anelia Conceição Barone (14087/OAB-ES), representando Valter Luiz Potratz.

8.3. Mauro Augusto Peres de Araújo (12608/OAB-ES) e outros, representando José Ricardo Pereira da Costa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes recursos de Recursos de Reconsideração interpostos pelo Sr. Valter Luiz Potratz e pela empresa Everest Tecnologia em Serviços Ltda., em face do Acórdão 4808/2016-TCU-2ª Câmara, que julgou irregulares suas contas, condenando-os, solidariamente, pelo débito apurado nos autos, além de aplicar-lhes as multas previstas nos arts. 57 e 58, II, da Lei 8.443/1992;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos presentes Recursos de Reconsideração, para, no mérito, dar-lhes provimento parcial, no sentido de alterar os termos dos subitens 9.3, 9.4 e 9.5 do Acórdão 4808/2016-TCU-2.ª Câmara, que passam a ter as seguintes redações:

"9.3 em consequência ao disposto no subitem precedente, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, e § 5º, 210 e 214, inciso III, estes do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas do Sr. Valter Luiz Potratz e da empresa Everest Tecnologia em Serviços Ltda., condenando-os, solidariamente, na forma a seguir discriminada, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor	Data da ocorrência
55.000,00	2/1/2007

9.4. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, aplicar multa ao Sr. Valter Luiz Potratz e à empresa Everest Tecnologia em Serviços Ltda., de forma individual, no valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. com fundamento no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, inciso II do Regimento Interno, aplicar ao Sr. Valter Luiz Potratz multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;"

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes.

9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10865-41/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10866/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 001.466/2009-2

2. Grupo II - Classe de Assunto V - Aposentadoria.

3. Interessado: Sólon Moreira Santiago (CPF 048.232.066-49).

4. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba (atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais).

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: Ana Cristina Carneiro de Souza (OAB/MG 130.360) e outros representando Sólon Moreira Santiago.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Sólon Moreira Santiago, ex-servidor do então Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 4º, do Regimento Interno, 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007 e 15 da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar legal o ato de aposentadoria de Sólon Moreira Santiago e autorizar o seu registro;

9.2. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais que:

9.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, proceda aos ajustes pertinentes nos cálculos dos proventos do interessado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente, de forma que:

9.2.1.1. a parcela correspondente à VPNI (art. 62 da Lei 8.112/1990 - rubrica 82107) passe a considerar o valor da função efetivamente ocupada pelo interessado (FG-4), haja vista a falta de amparo legal para as conversões realizadas por meio das apostilas datadas de 22/5/2006 e 26/2/2008, ante a revogação do art. 10 da Lei 8.911/1994 pelo art. 18 da Lei 9.527/1997; e

9.2.1.2. o percentual de 3,17% ("decisão judicial trans jug apo" - rubrica 16171) incida apenas sobre aquela parcela de VPNI, em observância às disposições do art. 10 da Medida Provisória 2.225-45/2001.

9.2.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de não provimento do apelo; e

9.2.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência deste acórdão, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado dele tomar conhecimento.

9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada; e

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip que:

9.4.1. adote as providências necessárias para proceder ao exame do ato autuado no Sisac sob o número 1-044280-4-04-2005-000001-7, que se encontra no Controle Interno e aguarda parecer;

9.4.2. monitore o cumprimento das medidas contidas no subitem 9.2 deste acórdão.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10866-41/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10867/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 008.934/2013-4

1.1. Apensos: TC 034.554/2016-5, TC 029.839/2017-3, TC 010.896/2018-0, TC 004.014/2017-0 e TC 027.787/2018-4

2. Grupo II - Classe I - Embargos de declaração.

3. Embargante: Ivan Rodrigues (CPF 224.510.218-53).

4. Unidades: município de São José dos Pinhais/PR e Fundo Nacional de Saúde - FNS.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Inácio Bento de Loyola Alencastro (OAB/DF 15.083), Getúlio Humberto Barbosa de Sá (OAB/DF 12.244), Lucy Marangon Barbosa (OAB/DF 35.328) e outros representando o embargante.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração apresentados por Ivan Rodrigues contra o Acórdão 7.790/2018 - 2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Paraná (Inquérito Civil 1.25.000.000840/2013-71) e aos demais destinatários da deliberação que originou a autuação deste processo (Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Ministério Público do Estado do Paraná, Secretaria de Saúde do Estado do Paraná e Conselho Municipal de Saúde de São José dos Pinhais/PR).

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10867-41/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10868/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 009.069/2015-1

2. Grupo II - Classe VI - Representação.

3. Representante: Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Amazonas.

3.1. Responsáveis: Júlio César Araújo de Freitas (CPF 043.295.972-68) e Péricles Teixeira Veiga (CNPJ 744.741.542-15).

4. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - Ifam.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas - Secex/AM.

8. Representação legal: Fábio Nunes Bandeira de Melo (OAB/AM 4.331) e outros representando Júlio Cesar Araújo de Freitas; João Martins Dias (CPF 012.062.142-87) representando o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta representação acerca de possíveis irregularidades nas obras de reforma do Ginásio Elias Jacob Benzecry do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - Ifam, no campus Manaus-Centro, objeto do Contrato 10/2011-CMC, celebrado com a construtora Therbras ME (atual Construtora Therbras e Terraplanagem Ltda.), no valor de R$ 1.838.977,53.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, com fundamento nos arts. 26, 28, 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 e nos arts. 237, inciso I e parágrafo único, e 268, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, em:

9.1. conhecer da representação e considerá-la parcialmente procedente;

9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas por Péricles Teixeira Veiga e aplicar-lhe multa de R$ 6.000,00 (seis mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo a seguir estipulado;

9.3. rejeitar as razões de justificativa apresentadas por Júlio César Araújo de Freitas e aplicar-lhe multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo a seguir estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.8. alertar os responsáveis de que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas que, caso notificado pelo TCU da não comprovação do recolhimento da multa, efetue o desconto da dívida imputada na remuneração dos responsáveis, em favor do Tesouro Nacional, na forma estabelecida pela legislação pertinente;

9.10. dar ciência desta deliberação aos responsáveis, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas e ao Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Amazonas.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10868-41/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10869/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 014.432/2015-3

2. Grupo II - Classe I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Augusta Brito de Paula (CPF 816.087.133-34).

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (CNPJ 00.530.493/0001-71).

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Graça/CE.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: Antônio Braga Neto (OAB/CE 17.713) e outros representando Augusta Brito de Paula.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração, interposto por Augusta Brito de Paula, ex-prefeita de Graça/CE, contra o Acórdão 8.958/2016-2ª Câmara, que julgou irregulares suas contas e lhe aplicou multa.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pela relatora, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 285 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração e dar-lhe provimento parcial;

9.2. dar a seguinte redação ao subitem 9.1 do acórdão 8.958/2016 - 2ª Câmara:

"9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea 'b', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, parágrafo único, 23, inciso III, e 58, II, da mesma Lei, julgar irregulares as contas de Augusta Brito de Paula, aplicando-se-lhe multa individual no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor"

9.3. tornar sem efeito o subitem 9.2 do Acórdão 8.958/2016-2ª Câmara;

9.4. manter inalterados os demais subitens do referido acórdão;

9.5. dar ciência desta deliberação à recorrente e à Procuradoria da República no Estado do Ceará.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10869-41/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10870/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 020.700/2010-5

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessada: Maria Wanda da Glória Maciel (CPF 433.776.967-68).

4. Unidade: Colégio Pedro II.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Maria Wanda da Glória Maciel, ex-servidora do Colégio Pedro II.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 19, §3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de Maria Wanda da Glória Maciel e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Colégio Pedro II que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação em caso de não provimento dos apelos;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência deste acórdão, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada dele tomar conhecimento; e

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão, emita novo ato, em que sejam suprimidas as irregularidades verificadas, e o submeta ao TCU para nova apreciação.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10870-41/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10871/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 024.066/2018-4

2. Grupo II - Classe VI - Representação.

3. Representante: Felipe Teixeira Neto, promotor de Justiça Regional do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

4. Unidades: Governo do Estado do Rio Grande do Sul e Ministério das Cidades (vinculador).

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul - Secex/RS.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida a representação de promotor de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul acerca de possíveis irregularidades ocorridas na Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan) do Estado do Rio Grande do Sul relacionadas ao Termo de Compromisso 0402.532-34/2012-RS, firmado com o Ministério das Cidades, cujo objeto é a elaboração de estudos e projetos de engenharia para macrodrenagem na Bacia do Rio Rolante - Barragem S 38.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso XXIV, 169, inciso V, § 1º, 235 e 237, inciso IV e parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal e art. 106, § 3º, inciso I, da Resolução TCU 259/2014, em:

9.1. conhecer da representação;

9.2.encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada de cópia da inicial da representação, ao Ministério das Cidades e à Caixa Econômica Federal para adoção das providências de sua alçada;

9.3. dar ciência deste acórdão ao representante;

9.4. arquivar estes autos.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10871-41/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10872/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 029.531/2017-9

2. Grupo II - Classe I - Embargos de declaração (Prestação de Contas Anuais).

3. Recorrente: Hospital de Clínicas de Porto Alegre (CNPJ 87.020.517/0001-20).

3.1. Responsáveis: Alberto Beltrame (CPF 308.910.510-15), Alberto Scofano Mainieri (CPF 297.350.250-00), Alberto Tamagna (CPF 339.697.360-72), Amarílio Vieira de Macedo Neto (CPF 289.473.470-00), Ario Zimmermann (CPF 140.209.710-72), Édison Luís da Silva Vasconcelos (CPF 416.770.480-34), Eva Neri Rubim Pedro (CPF 289.509.170-68), Fausto Figueira de Mello Júnior (CPF 193.431.918-04), Francisco de Assis Figueiredo (CPF 758.088.386-49), Gleisson Cardoso Rubin (CPF 605.814.921-53), Hélio Henkin (CPF 335.065.580-72), Jair Ferreira (CPF 101.045.500-15), Jane Fraga Tutikian (CPF 802.583.280-53), Jorge Luís Bajerski (CPF 417.433.770-53), José Geraldo Lopes Ramos (CPF 378.873.780-87), Luciane Moni Soares (CPF 736.971.170-68), Luiz Cláudio Costa (CPF 235.889.696-91), Marcelo Kalume Reis (CPF 416.167.663-87), Maria Helena Guimarães de Castro (CPF 059.237.468-83), Milton Berger (CPF 334.521.050-91), Nadine Oliveira Clausell (CPF 349.600.310-34), Rui Vicente Oppermann (CPF 148.516.100-25) e Tanira Andreatta Torelly Pinto (CPF 370.941.810-00).

4. Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul - Secex/RS.

8. Representação legal: Jair H. Gonçalves (OAB 12.226/RS) representando o Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração opostos pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre em face do Acórdão 6.557/2018 - 2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los; e

9.2. dar ciência deste acórdão ao embargante.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10872-41/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10873/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 035.144/2012-2

2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (Representação).

3. Recorrente: João de Paula Gomes Neto (CPF 068.340.354-00).

3.1. Interessada: Procuradoria da República em Alagoas (CNPJ 26.989.715/0007-06).

4. Unidade: município de Capela/AL.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: Dagoberto Costa Silva de Omena (OAB/AL 9.013) e outros representando João de Paula Gomes Neto; Marcelo Henrique Brabo Magalhães (OAB/AL 4.577) e outros representando Maria Cândida Bastos da Silva.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame, interposto por João de Paula Gomes Neto, ex-prefeito do município de Capela/AL, contra o Acórdão 9.960/2016-2ª Câmara, que lhe aplicou multa de R$ 15.000,00.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 286 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10873-41/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10874/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 000.791/2016-4.

2. Grupo I - Classe III - Assunto: Monitoramento

3. Responsáveis: José Maria de Oliveira Lucena (CPF 002.016.183-20); Paulo Carlos Silva Duarte (CPF 096.594.803-00).

4. Entidade: Município de Limoeiro do Norte - CE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento da determinação prolatada pelo Acórdão 8.908/2015-TCU-2ª Câmara no âmbito do TC 033.289/2014-0 (Relação nº 31//2015), ao apreciar a representação formulada pela Câmara de Municipal de Limoeiro do Norte - CE sobre possíveis irregularidades no Convênio nº 16/2013 (Siafi nº 677507) firmado entre o correspondente município e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para a execução de sistema de abastecimento d'água em áreas rurais sob o valor total de R$ l1.105.878,71;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar parcialmente cumprida a determinação proferida pelo item 1.7.1 do Acórdão 8908/2015-TCU-2ª Câmara no bojo da representação autuada sob o TC 033.289/2014-0;

9.2. aplicar em desfavor de José Maria de Oliveira Lucena e de Paulo Carlos Silva Duarte, individualmente, a multa prevista no art. 58, IV, da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 268, IV, do RITCU, sob o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações;

9.5. determinar que a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) adote as seguintes medidas:

9.5.1. informe o TCU sobre os desdobramentos do Parecer Financeiro Conclusivo nº 42, de 10/4/2018, aí incluída a efetiva instauração da tomada de contas especial, em relação ao TC/PAC 16/2013 (Siafi 677507) firmado entre o Município de Limoeiro do Norte - CE e a Funasa, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da notificação, sem prejuízo de, se já não fez, emitir os novos pareceres técnico-financeiros conclusivos sobre o referido empreendimento, esclarecendo detalhadamente, além das irregularidades já apontadas nos pareceres anteriores, os seguintes pontos:

9.5.1.1. funcionalidade da obra supostamente executada;

9.5.1.2. existência física, ou não, da JK Projetos e Construções e Serviços Ltda. - ME (CNPJ 09.368.684/0001-53), como empresa contratada para a execução da obra, confirmando se, de fato, os itens de serviço teriam sido executados pela referida empresa;

9.5.1.3. regularidade, ou não, do referido empreendimento e economicidade, ou não, dos correspondentes itens de serviço, apresentando o correspondente memorial de cálculo;

9.5.2. realize e conclua, se ainda não fez, a análise da prestação de contas do referido Convênio nº 16/2013 (Siafi nº 677507), devendo apresentar ao TCU o eventual resultado da subsequente tomada de contas especial, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da notificação, com a expressa manifestação sobre a impugnação técnica dos serviços não executados, sob o valor de R$ 167.276,72, e sobre a não apresentação dos documentação comprobatórios dos dispêndios, sob o valor de R$ 6.434.130,49, entre as demais irregularidades detectadas no referido ajuste, devendo se pronunciar conclusivamente, ainda, sobre a regularidade e a economicidade de todos os itens de serviço inerentes a esse vultoso empreendimento relacionado com a execução de sistema de abastecimento d'água em áreas rurais sob o valor total de R$ l1.105.878,71;

9.6. determinar que a Secex-CE adote as seguintes medidas:

9.6.1. promova, nos termos dos arts. 157 e 250 do RITCU, a audiência de José Maria de Oliveira Lucena e de Paulo Carlos Silva Duarte, entre outros gestores porventura responsáveis, para apresentarem as suas razões de justificativa sobre todas as falhas detectadas nos autos, aí incluídos os indícios de irregularidade nos pagamentos contratuais inicialmente efetivados e sobre a real existência, ou não, da JK Projetos e Construções e Serviços Ltda. - ME, e, especialmente, sobre as falhas anotadas no Parecer Financeiro nº 42, de 10/4/2018 (Peça 54), quando a Funasa apontou para a total impugnação dos correspondentes recursos federais, com exceção do valor de R$ 45.207,53 já restituído a título de saldo remanescente, em face das seguintes irregularidades:

(i) impugnação técnica no valor de R$ 167.276,72 por serviços não executados;

(ii) não regularização da posse dos terrenos para a estação de tratamento e os reservatórios;

(iii) não apresentação da documentação alusiva a dispêndios na ordem de R$ 6.434.130,49 (notas fiscais e tributos);

(iv) ausência dos extratos da conta corrente e dos rendimentos de aplicação financeira, no período de julho de 2014 a agosto de 2017;

(v) ausência do número do convênio e do carimbo de atesto na Nota Fiscal nº 130, contrariando o disposto no art.63, § 2º, III, da Lei n.º 4.320, de 1964; e

(vi) ausência da notificação dos partidos políticos, dos sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais em relação à liberação dos últimos 60% de recursos federais, em desacordo com o art. 2º da Lei n.º 9.452, de 2007;

9.6.2. envie, desde já, a cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, além da integral cópia do presente processo e do TC 033.289/2014-0, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, diante dos peculiares indícios de irregularidade detectados no presente feito;

9.6.3. envie a cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, à Funasa, para ciência e adoção das providências cabíveis, e aos Srs. José Maria de Oliveira Lucena e Paulo Carlos Silva Duarte, para ciência e atendimento à audiência determinada pelo item 9.6.1 deste Acórdão; e

9.6.4. dê o necessário prosseguimento ao monitoramento sobre o item 1.7.1 do Acórdão 8908/2015-TCU-2ª Câmara (Relação nº 31//2015), com a urgência que o caso requer.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10874-41/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10875/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.884/2016-3.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Hernani Tenório Falcão (CPF 943.539.804-91); Luiz Tenório Falcão (CPF 100.153.024-15).

4. Entidade: Município de Iati - PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex-RS).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa em desfavor de Luiz Tenório Falcão (gestão: 2001-2004), como então prefeito de Itaí - PE, e da Megaplan Consultoria Administrativa Ltda., como empresa contratada, diante da não consecução dos objetivos pactuados pelo Convênio nº 451/2002 (Siafi nº 477496) celebrado sob o valor total de R$ 404.040,40 para a execução dos sistemas de abastecimento de água no aludido município, tendo a vigência do ajuste sido fixada para 9/10/2003 e sucessivamente prorrogada até 1º/4/2005;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Hernani Tenório Falcão, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas dos Srs. Hernani Tenório Falcão e Luiz Tenório Falcão, nos termos dos arts. 16, III, alíneas "b" e "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-los ao pagamento do débito apurado nos autos, atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora calculados desde a data informada até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância em favor da Fundação Nacional de Saúde, nos termos do art. 23, III, "a", da citada lei e do art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU) , sob as seguintes condições:

VALOR	DATA
R$ 160.000,00	9/6/2003
R$ 120.000,00	7/1/2004
R$ 120.000,00	3/6/2004

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento da dívida fixada por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida fixada por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.5. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10875-41/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10876/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.414/2013-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Janaínna Pinto Marques (CPF 440.055.803-78).

4. Entidade: Município de Luzilândia - PI.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex-PI).

8. Representação legal:

8.1. Luciana Ferreira Gonçalves (OAB-DF15.038) e outros, representando Janaínna Pinto Marques.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor da Sra. Janaínna Pinto Marques, como então prefeita de Luzilândia - PI (gestão: 2005-2012), diante da omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos à referida municipalidade, no exercício de 2006, com vistas à execução do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (Peja);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões apresentadas pelo Relator, em:

9.1. julgar regulares com ressalva as contas de Janaínna Pinto Marques, nos termos dos arts. 1º, I, 16, II, 19, parágrafo único, e 23, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 202, §§ 2º, 3º e 4º, do RITCU, dando-lhe quitação, diante do tempestivo recolhimento do superveniente débito fixado pelo Acórdão 5.326/2018-TCU-2ª Câmara em substituição ao Acórdão 9.430/2016-TCU-2ª Câmara; e

9.2. determinar que a unidade técnica envie a cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à aludida responsável, para ciência.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10876-41/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10877/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 021.399/2017-4.

2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Ato de Admissão

3. Interessada: Virginia Maria de Macedo Barbosa (CPF 025.031.088-06).

4. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de admissão da Sra. Virgínia Maria de Macedo Barbosa no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição de 1988 e nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de admissão em favor de Virginia Maria de Macedo Barbosa, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. determinar, nos termos do art. 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência deste Acórdão, o Instituto Nacional do Seguro Social adote as seguintes providências:

9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, no caso de não provimento do recurso, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação ao TCU no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.3. determinar, nos termos do art. 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, que o Instituto Nacional do Seguro Social adote as seguintes medidas:

9.3.1. autue e conclua, se ainda não fez, o devido processo destinado à apuração da aludida inassiduidade habitual pela referida servidora, promovendo a subjacente devolução dos recursos percebidos indevidamente pela Sra. Virgínia Maria de Macedo Barbosa, sem prejuízo da autuação e da conclusão do devido processo disciplinar de demissão pela indevida acumulação de cargos públicos e pelo inadequado exercício de atividade gerencial em empresa privada;

9.3.2. informe o TCU, no prazo de 140 (cento e quarenta) dias contados da ciência deste Acórdão, sobre o resultado das medidas determinadas pelo item 9.3.1 deste Acórdão, sem prejuízo da eventual instauração e conclusão da subsequente tomada de contas especial em desfavor da Sra. Virgínia Maria de Macedo Barbosa com vistas a promover a necessária reparação do erário, diante da evidente possibilidade de a interessada ter percebido os valores remuneratórios sem a necessária contraprestação laboral; e

9.4. determinar que a Sefip promova o arquivamento do presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento das determinações prolatadas pelos itens 9.2 e 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se mostre necessário.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10877-41/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10878/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.561/2017-5.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Centro de Cultura, Informação e Meio Ambiente (CNPJ 00.468.786/0001-76); Iafa Britz (CPF 944.046.827-00); Marcos Didonet (CPF 275.672.901-97); Vilma Lustosa Barbosa (CPF 465.724.067-68).

4. Órgão: Ministério da Cultura.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Fomento e Inventivo à Cultura do Ministério da Cultura (SFIC-MinC) em desfavor do Centro de Cultura, Informação e Meio Ambiente (CIMA), como entidade beneficiária, e da Sra. Iafa Britz, do Sr. Marcos Didonet e da Sra. Vilma Lustosa, como então diretores do CIMA, diante da total impugnação dos dispêndios inerentes ao Pronac 00-3584 firmado para a implementação do "Arte na Praça" nos Municípios de Guapimirim, São Gonçalo e Magé - RJ, tendo a captação dos recursos no referido projeto sido aprovada sob o valor de R$ 806.070,48 durante o período de 8/1/2001 a 31/12/2003;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões apresentadas pelo Relator, em:

9.1. arquivar a presente tomada de contas especial sem o julgamento de mérito, em caráter excepcional, nos termos dos arts. 169, VI, e 212 do RITCU, por falta dos pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, diante do prejuízo ao pleno exercício da ampla defesa pelos responsáveis; e

9.2. determinar que a unidade técnica envie a cópia do presente Acórdão aos responsáveis, para ciência, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e da Proposta de Deliberação que a fundamenta, está disponível para a consulta em www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer as correspondentes cópias, em mídia impressa, aos interessados e aos responsáveis arrolados nestes autos.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10878-41/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10879/2018 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo nº TC 034.943/2018-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Aurea Mirabelli Stepanow (CPF 484.991.960-04) e Maria Lúcia Lunkes (CPF 293.037.610-49).

4. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em Porto Alegre - RS.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias deferidas em favor de Aurea Mirabelli Stepanow e de Maria Lúcia Lunkes pela Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em Porto Alegre - RS;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegais os atos iniciais de aposentadoria em favor de Aurea Mirabelli Stepanow (Peça 1) e de Maria Lúcia Lunkes (Peça 2), negando-lhes os respectivos registros;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Gerência Executiva do INSS em Porto Alegre - RS adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação às interessadas, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, no caso de não provimento do recurso, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação ao TCU no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, se for o caso, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, os novos atos de concessão das aludidas aposentadorias, livres das ilegalidades indicadas nesta deliberação, para que sejam submetidos à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU; e

9.4. arquivar o presente processo, sem prejuízo de determinar que a Sefip promova o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10879-41/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 10880/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 011.752/2015-7

2. Grupo I - Classe: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Recorrente: Marcos Antônio Ribeiro de Sousa Almeida, ex-prefeito (CPF 139.114.653-00)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Palmeirais/PI

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR) e Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX/PI)

8. Advogados constituídos nos autos: Lucas de Melo Souza Veras (OAB/PI 11.560) e outros, representando Marcos Antônio Ribeiro de Sousa Almeida

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que, nesta fase processual, tratam de recurso de reconsideração interposto por Marcos Antônio Ribeiro de Sousa Almeida, ex-prefeito de Palmeirais/PI, em face do Acórdão 5.445/2017-2ª Câmara, que julgou irregulares suas contas e o condenou-o ao pagamento de débito e multa.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos artigos 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. notificar o recorrente.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10880-41/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10881/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC-019.086/2015-6

2. Grupo I, Classe I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Recorrentes: Instituto de Pesquisa e Ação Modular - Ipam (CNPJ 01.883.949/0001-40) e Liane Maria Muhlenberg (presidente, CPF 807.015.177-72)

4. Unidade: Instituto de Pesquisa e Ação Modular - Ipam

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da Decisão Recorrida: Ministro Augusto Nardes

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

7. Unidades Técnicas: Secex/RN e Serur

8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em fase de recurso de reconsideração interposto por Instituto de Pesquisa e Ação Modular - Ipam e por sua presidente, Liane Maria Muhlenberg, contra o Acórdão 7.230/2017-2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/92, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10881-41/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10882/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.309/2018-4

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria

3. Interessada: Clarice Ciardullo Girafa (CPF 680.112.107-34)

4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de aposentadoria concedida a servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Clarice Ciardullo Girafa, recusando o registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela inativa;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que adote medidas para:

9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à aposentada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.3.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que a interessada teve conhecimento do acórdão;

9.4. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10882-41/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 10883/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.692/2018-3
2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria
3. Interessado: Herley Jorge (CPF 269.621.958-34)
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de aposentadoria a servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação, para fins de registro, do ato de concessão de aposentadoria a Herley Jorge, em decorrência da cessação dos efeitos financeiros, motivada pelo falecimento do inativo.

10. Ata n° 41/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/11/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-10883-41/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Augusto Nardes, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Ministro José Múcio Monteiro.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 25 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária das Câmaras

Aprovada em 8 de novembro de 2018.

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Presidente

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PORTARIA Nº 296, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Supremo Tribunal Federal, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 45, § 1º, inc. II, da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, no artigo 4º, caput, inc. III, alínea "d", item "1" da Lei 13.587, de 2 de janeiro de 2018, e na Portaria SOF nº 487, de 15 de janeiro de 2018,, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Supremo Tribunal Federal crédito suplementar no valor de R$ 3.451.363,00 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, trezentos e sessenta e três reais) para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos compensatórios necessários à execução do disposto no art. 1º provêm de cancelamento de dotação, conforme Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. DIAS TOFFOLI

ANEXO I

ÓRGÃO: 10000 - Supremo Tribunal Federal

UNIDADE: 10101 - Supremo Tribunal Federal

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0565		Prestação Jurisdicional do Supremo Tribunal Federal							3.451.363
		Atividades							
02 061	0565 6359	Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal							3.451.363
02 061	0565 6359 5664	Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal - Em Brasília - DF							3.451.363
			F	4	2	90	0	100	3.451.363
TOTAL - FISCAL									3.451.363
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.451.363

ANEXO II

ÓRGÃO: 10000 - Supremo Tribunal Federal

UNIDADE: 10101 - Supremo Tribunal Federal

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0565		Prestação Jurisdicional do Supremo Tribunal Federal							3.451.363
		Atividades							
02 061	0565 6359	Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal							3.451.363
02 061	0565 6359 5664	Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal - Em Brasília - DF							3.451.363
			F	3	2	90	0	100	3.451.363
TOTAL - FISCAL									3.451.363
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.451.363

SECRETARIA DO TRIBUNAL

PORTARIA Nº 202, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de sua atribuição prevista no art. 65, inc. IX, al. b, do Regulamento da Secretaria, considerando o art. 3º da Resolução 421, de 14 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo Administrativo Eletrônico 000666/2016, resolve:

Art. 1º Os valores de venda das publicações editadas pelo Supremo Tribunal Federal e das reproduções dos programas exibidos pelas TV Justiça e Rádio Justiça passam a ser os constantes da tabela abaixo:

PUBLICAÇÕES	VALOR UNITÁRIO (R$)
	COMPRA DIRETA
A Constituição e o Supremo - 6ª edição	65,00
Calendário	20,00
Coletânea Temática de Jurisprudência: Direito Eleitoral	10,00
Cartilha do Poder Judiciário	4,00
Catálogo comemorativo de 30 anos da Constituição	60,00
Coletânea Temática de Jurisprudência: Direito Penal e Processual Penal - 3ª edição	28,00
Coletânea Temática de Jurisprudência: Direitos Humanos	12,00
Constituição da República Federativa do Brasil - edição de bolso	5,00
Constituição da República Federativa do Brasil: edição comemorativa de 30 anos	20,00
Constituição da República Federativa do Brasil? (impressão sob demanda)	30,00
Direitos da Criança e do Adolescente (impressão sob demanda)	10,00
Informativos STF 2014: teses e fundamentos	15,00
Informativos STF 2015: teses e fundamentos (impressão sob demanda)	35,00
Informativos STF 2016 (impressão sob demanda)	20,00
Informativos STF 2017: teses e fundamentos	20,00
Kit Postais - Envelope Timbrado - STF	10,00
Livro Memória Jurisprudencial	14,00
Ministro Marco Aurélio: 25 anos no STF	15,00
Notas sobre o Supremo Tribunal (Império e República) - 4ª edição	5,00
Regimento Interno - STF (impressão sob demanda)	16,00
Revista Trimestral de Jurisprudência - RTJ (Até a RTJ 201 - Tomo III)	13,00
Revista Trimestral de Jurisprudência - RTJ (A partir da RTJ 202- Tomo I)	14,00
Revista Trimestral de Jurisprudência - RTJ 202 - Tomo III - contém Acórdãos e Súmulas	28,00

Revista Trimestral de Jurisprudência - RTJ (RTJs 226, 227 e 228)	25,00
Revista Trimestral de Jurisprudência - RTJ (RTJ 229)	30,00
Revista Trimestral de Jurisprudência - RTJ 230	38,00
Súmulas Vinculantes: Aplicação e Interpretação pelo STF - 2ª edição	13,00

Art. 2º No caso de envio da compra pelos Correios, o valor de venda de cada produto varia de acordo com as despesas referentes ao frete.

Art. 3º Os valores dos produtos adquiridos devem ser recolhidos ao Supremo Tribunal Federal mediante pagamento de Guia de Recolhimento da União - GRU Cobrança, gerada mediante utilização de sistema informatizado do Tribunal.

Art. 4º Fica revogada a Portaria GDG 139, de 29 de agosto de 2018.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO S. TOLEDO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 502, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a Política de Segurança Institucional no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO as competências estabelecidas no art. 105, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal de 1988, e no art. 5º, inciso III, da Lei n. 11.798, de 29 de outubro de 2008;

CONSIDERANDO a relevância da segurança institucional para o livre exercício das funções constitucionais da Justiça Federal, por meio da gestão de riscos do órgão;

CONSIDERANDO que a Lei n. 12.694, de 24 de julho de 2012, autoriza a tomada de medidas para reforçar a segurança nos prédios do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO as disposições contidas na Resolução CNJ n. 104, de 6 de abril de 2010, alteradas pelas Resoluções CNJ n. 124, de 17 de novembro de 2010, e n. 176, de 10 de junho de 2013;

CONSIDERANDO a necessidade de definir diretrizes gerais de segurança institucional, visando à implementação, no âmbito da Justiça Federal, da Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ n. 239, de 6 de setembro de 2016;

CONSIDERANDO o decidido pelo Plenário do CNJ nos autos do Procedimento de Controle Administrativo n. 0005286-37.2010.2.00.000, no sentido de caber ao próprio Judiciário exercer o poder de polícia dentro de suas instalações;

CONSIDERANDO o decidido no Processo n. CJF-PPN-2018/00011, na sessão realizada em 25 de outubro de 2018, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política de Segurança Institucional da Justiça Federal - PSI/JF no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

Art. 2º A PSI/JF rege-se pelos seguintes princípios:

I - integração das ações de planejamento e de execução das atividades de segurança institucional, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus;

II - estabelecimento das diretrizes gerais que orientarão a tomada de decisões e a elaboração de normas, protocolos, rotinas e procedimentos de segurança institucional;

III - articulação da proteção integral das unidades da Justiça Federal e de seus integrantes, a segurança da informação, da imagem e do patrimônio do órgão;

IV - respeito aos direitos humanos e valores fundamentais do Estado Democrático de Direito;

V - atuação preventiva e proativa, buscando a neutralização de ameaças e atos de violência;

VI - profissionalização e especialização permanente da atividade, visando à proteção integral do órgão e de seus integrantes;

VII - efetividade da prestação jurisdicional e livre exercício da magistratura federal;

VIII - integração e interoperabilidade com outros órgãos do Poder Judiciário, instituições de segurança pública e inteligência;

IX - gestão de riscos voltada para a salvaguarda de ativos da Justiça Federal;

X - proteção à imagem do órgão, evitando exposição negativa.

Art. 3° São diretrizes da PSI/JF:

I - promoção do planejamento estratégico de ações de segurança de modo coordenado e integrado a partir do Conselho da Justiça Federal, na condição de órgão central do sistema, respeitadas as atribuições dos tribunais regionais federais, conforme as peculiaridades de suas seções e subseções judiciárias, especialmente as que envolvam situações emergenciais e casos de calamidade decretados pelo Poder competente, assim como os incidentes que coloquem em risco o regular funcionamento, a segurança do público interno e externo, as instalações físicas, os bens patrimoniais e a imagem dos órgãos da Justiça Federal;

II - busca permanente pela qualidade e eficiência nas atividades de segurança institucional da Justiça Federal;

III - integração e cooperação entre as unidades de segurança institucional, com o compartilhamento de boas práticas nesse domínio com outros órgãos do Poder Judiciário, instituições de segurança pública e inteligência;

IV - elaboração de medidas que promovam a modernização da segurança institucional da Justiça Federal;

V - capacitação técnica permanente;

VI - condicionamento físico adequado dos servidores, em conformidade com o tipo de atividade institucional de segurança desempenhada;

VII - promoção da cultura de segurança;

VIII - priorização das ações preventivas baseadas em Inteligência.

§ 1º A segurança institucional da Justiça Federal será estruturada em ações de Inteligência, Segurança e Transporte, nos termos desta resolução.

§ 2º Os serviços de segurança devem priorizar a aplicação de técnicas e equipamentos menos lesivos.

§ 3º Quando os meios ordinários se mostrarem ineficazes, ou não permitirem, de modo adequado, a preservação do ativo protegido com o necessário grau de eficiência, permitir-se-á o uso seletivo e proporcional da força.

§ 4º O emprego de arma de fogo ocorrerá exclusivamente quando houver risco efetivo e iminente à vida.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL

Seção I

Dos comitês

Art. 4º Para implementação, execução e avaliação da Política de Segurança Institucional da Justiça Federal, fica instituído o Sistema de Segurança Institucional da Justiça Federal - SSI/JF, composto da seguinte forma:

I - Comissão de Segurança da Justiça Federal - CS/JF;

II - Comissões Permanentes de Segurança do Conselho da Justiça Federal e dos tribunais regionais federais;

III - Comitês de Segurança das Seccionais.

Art. 5º O Sistema de Segurança Institucional da Justiça Federal - SSI/JF será coordenado pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal.

Art. 6º A Comissão de Segurança da Justiça Federal - CS/JF tem como principal atribuição elaborar propostas de ações institucionais, buscando a uniformização, a padronização e a integração da segurança no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundos graus.

Art. 7º A Comissão de Segurança da Justiça Federal - CS/JF funcionará junto ao Conselho da Justiça Federal, sendo composta pelos seguintes membros:

I - o Corregedor-Geral da Justiça Federal;

II - um representante de cada um dos tribunais regionais federais;

III - o Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal;

IV - um representante da Corregedoria-Geral da Justiça Federal;

V - o Assessor Especial de Segurança Institucional e de Transporte do Conselho da Justiça Federal;

VI - um representante da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE.

Parágrafo único. A presidência da Comissão competirá ao Corregedor-Geral da Justiça Federal, o qual será substituído, nas suas ausências e impedimentos, pelo mais antigo dos ministros do Superior Tribunal de Justiça integrante do Conselho da Justiça Federal.

Art. 8º São atribuições da Comissão de Segurança da Justiça Federal - CS/JF:

I - submeter ao Plenário do Conselho da Justiça Federal propostas visando à:

a) implementação, alteração ou supressão das normas, protocolos, rotinas e procedimentos constantes no Plano de Segurança Institucional da Justiça Federal - PSI/JF;

b) indicação da ordem de prioridade de destinação de insumos e recursos orçamentários e humanos para o desenvolvimento, a implantação e a manutenção das iniciativas constantes do PSI/JF;

c) criação de sistema de informação de segurança institucional, de âmbito nacional e de uso obrigatório, cujo desenvolvimento poderá ser realizado de forma colaborativa entre os órgãos da Justiça Federal, sob a coordenação do Conselho da Justiça Federal, observado os termos da Resolução n. CJF-RES-2017/00442, de 2 de maio de 2017;

d) proposição de instrumentos de cooperação técnica e convênios com instituições públicas para formação e capacitação continuada dos servidores que atuarão na área de segurança institucional, bem como de convênios com instituições públicas de segurança e de inteligência para acesso a bancos de dados úteis para as atividades de segurança institucional;

e) definição de planos acessórios e manuais de procedimentos, no sentido de uniformizar as metodologias para produção do conhecimento de atividade de inteligência e de gestão dos riscos;

f) fixação de critérios para a aquisição de bens e serviços para a área de segurança institucional, observadas as normas vigentes;

g) especificação de padrões e identidade visual para a compra de uniformes, acessórios, distintivos e equipamentos de proteção a serem utilizados pelos agentes de segurança judiciária, bem como para a aquisição, a preparação e a caracterização de veículos, a serem empregados em patrulhamento ostensivo de áreas adjacentes, nos termos das Resoluções CJF n. 72, de 26 de agosto de 2009, e n. CJF-RES-2018/00488, de 18 de junho de 2018;

h) proposição de normas gerais para a regulamentação de aquisição de armas, munições e acessórios letais e não letais, permitidos na legislação em vigor, baseando-se em estudos técnicos para a padronização de calibres, tipos de armas e equipamentos de segurança;

i) definição de diretrizes para a elaboração de planos de segurança orgânica, bem como de normas, rotinas e procedimentos necessários à sua execução, observando a autonomia e a realidade local de cada órgão da Justiça Federal.

II - fomentar a integração e a cooperação entre as áreas de segurança institucional dos órgãos que compõem a Justiça Federal, propiciando o intercâmbio de inovações e boas práticas;

III - orientar e subsidiar a elaboração de planos de segurança orgânica pelas unidades de segurança institucional;

IV - prestar consultoria e assessoria técnica, na área de segurança institucional, em procedimentos em tramitação no Conselho da Justiça Federal;

V - coordenar e avaliar o desenvolvimento da Política de Segurança Institucional no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus;

VI - propor conteúdos programáticos, com base em problemas identificados, destinados à conscientização e à capacitação dos recursos para a consecução dos objetivos estabelecidos para a segurança da informação;

VII - propor regulamentação sobre matérias afetas à segurança da informação, com a finalidade de padronizar as atividades, observados os termos das Resoluções CJF n. 6, de 7 de abril de 2008, e n. CJF-RES-2014/00318, de 04 de novembro de 2014;

VIII - realizar auditorias nos órgãos da Justiça Federal, com o intuito de aferir o nível de segurança dos respectivos sistemas de informação;

IX - propor normas, padrões, rotinas e procedimentos para o emprego de equipamentos que incorporem recursos criptográficos, com a finalidade de assegurar a confidencialidade, a autenticidade, a integridade e a interoperabilidade entre os sistemas de segurança da informação;

X - propor normas inerentes à implantação dos instrumentos e mecanismos necessários à emissão de certificados de conformidade para os produtos que incorporem recursos criptográficos;

XI - desenvolver sistema de classificação de dados e informações, com vistas à garantia dos níveis de segurança desejados, assim como à normatização do acesso às informações;

XII - propor normas relativas à implementação dos sistemas de segurança da informação, com vistas a garantir a sua interoperabilidade e a obtenção dos níveis de segurança desejados, assim como assegurar a permanente disponibilização dos dados e das informações de interesse da Justiça Federal;

XIII - propor metodologias de gestão de riscos específica, a ser adotada no âmbito da Justiça Federal, por meio de norma própria, observada a Política de Gestão de Riscos do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e de segundo graus de que trata a Resolução n. CJF-RES-2017/00447, de 7 de junho de 2017;

XIV - praticar todo e qualquer ato visando ao alcance de seus objetivos, desde que compatíveis com as atribuições disciplinadas nesta resolução.

§ 1º As revisões do PSI/JF serão realizadas quando necessárias.

§ 2º Cabe, às áreas técnicas e de segurança do Conselho da Justiça Federal, prestar assessoramento técnico à CS/JF.

§ 3º A CS/JF deverá reunir-se, pelo menos, uma vez a cada semestre.

Art. 9º Integram as Comissões Permanentes de Segurança dos tribunais regionais federais - CPSR, que serão vinculadas às respectivas presidências:

I - um desembargador federal indicado pela Presidência, em ato próprio, ou em decorrência de processo de escolha, em conformidade com o que dispuser cada tribunal;

II - um juiz federal indicado pela Presidência;

III - um juiz federal indicado pela respectiva associação regional de juízes federais ou, onde não houver, pela Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE.

IV - o Diretor-Geral do tribunal;

V - o dirigente da área de segurança do tribunal.

§ 1º A coordenação da Comissão caberá ao desembargador federal.

§ 2º Os tribunais regionais federais poderão promover a ampliação do número de integrantes da respectiva Comissão, sujeita à aprovação da Comissão de Segurança da Justiça Federal - CS/JF.

§ 3º A Comissão Permanente de Segurança do Conselho da Justiça Federal - CPS/CJF será integrada pelo Secretário-Geral, por um juiz auxiliar da Corregedoria-Geral, indicado pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal, e pelo responsável pela segurança orgânica do órgão.

§ 4º Pelo menos um dos membros das Comissões Permanentes de Segurança deverá contar com capacitação na área de inteligência; ou, na impossibilidade, deverá a Comissão ser assessorada por servidor com formação ou com reconhecida experiência na área.

Art. 10. São atribuições das Comissões de Segurança do Conselho da Justiça Federal e dos tribunais regionais federais:

I - encaminhar à CS/JF proposta de:

a) normas, diretrizes e recomendações para o aperfeiçoamento da segurança institucional do órgão;

b) conteúdos na área de segurança institucional para formação continuada, informação e divulgação para todos os integrantes do órgão;

c) atualização do PSI/JF;

d) pautas temáticas.

II - elaborar e submeter à aprovação do presidente do Conselho da Justiça Federal ou do tribunal:

a) o Plano de Segurança Orgânica do Conselho da Justiça Federal ou do tribunal, que deverá prever inclusive medidas de cooperação entre os Grupos Especiais de Segurança de seccionais vinculadas a tribunais diferentes;

b) planos acessórios e manuais de procedimentos para áreas específicas da segurança.

III - orientar e subsidiar a elaboração de planos de segurança orgânica pelas seções judiciárias, bem como as medidas de apoio às respectivas subseções;

IV - implementar, no âmbito do Conselho da Justiça Federal e das Regiões, o Plano de Segurança Institucional da Justiça Federal;

V - garantir os insumos e recursos, orçamentários e humanos, para o desenvolvimento, a implantação e a manutenção das iniciativas estratégicas e alcance de metas no Conselho da Justiça Federal e na Regiões, na área de segurança institucional;

VI - promover reuniões semestrais para avaliação dos serviços de segurança;

VII - promover a articulação com o Conselho Nacional de Justiça e com outros órgãos do Poder Judiciário, de segurança pública e inteligência, buscando a concretização das ações relativas à área de segurança;

VIII desenvolver e difundir uma cultura de segurança institucional, fazendo com que todos os integrantes do órgão compreendam a necessidade e relevância das medidas adotadas;

IX - supervisionar e avaliar, quando solicitado, as medidas de proteção adotadas em favor de magistrados, servidores e respectivos familiares em situação de risco em razão de suas funções;

X - executar outras atividades correlatas que lhe forem determinadas pelo presidente do Conselho ou do tribunal, observado o estabelecido nesta resolução.

§ 1º Os objetivos, os princípios e as diretrizes constantes da Política de Segurança Institucional da Justiça Federal devem ser contemplados e priorizados no Plano de Segurança Orgânica dos seus respectivos órgãos.

§ 2º Cabe às áreas técnicas e de segurança institucional prestar assessoramento técnico à CPSR e à CPS/CJF.

§ 3º Os presidentes do Conselho da Justiça Federal e dos tribunais regionais federais darão conhecimento das deliberações da CPS/CJF aos integrantes do colegiado por cada qual presidido; no caso dos tribunais regionais federais, seus membros deverão ser informados igualmente das decisões advindas de suas respectivas CPSR.

Art. 11. O Conselho da Justiça Federal, os tribunais regionais federais e as seções judiciárias deverão elaborar, revisar ou adaptar seus planos orgânicos e manuais de procedimentos em matéria de segurança, visando à implementação das diretrizes, dos serviços e das recomendações estabelecidos nesta resolução no prazo máximo de um ano, considerando a disponibilidade orçamentária.

Art. 12. O Conselho da Justiça Federal e os tribunais regionais federais deverão encaminhar, à Comissão de Segurança da Justiça Federal - CS/JF, no primeiro bimestre de cada ano, relatório de diagnóstico de segurança institucional, contendo as principais ações e os resultados obtidos no ano anterior.

Art. 13. Os tribunais regionais federais instituirão Comitês de Segurança em cada uma das seções judiciárias vinculadas, os quais terão como função auxiliar o planejamento da segurança local, inclusive em caráter consultivo, sem prejuízo de atribuições propositivas nos termos do regulamento respectivo.

§ 1º Os Comitês de Segurança terão em sua composição um magistrado, o diretor administrativo, um diretor de secretaria judiciária, o coordenador do Grupo Especial de Segurança e um servidor do setor de Inteligência.

§ 2º As seções judiciárias poderão ampliar o número de integrantes da Comissão, sujeita à aprovação da Comissão da Segurança da Justiça Federal - CS/JF.

Seção II

Do Grupo Especial de Segurança - GES

Art. 14. O Conselho da Justiça Federal e os tribunais regionais federais deverão criar Grupos Especiais de Segurança - GES em suas sedes e nas seções judiciárias vinculadas, com a incumbência de executar atividades de segurança especializada, para a proteção de magistrados, servidores e usuários de suas dependências, com o emprego de técnicas especiais e protocolos de segurança próprios.

§ 1º O Grupo Especial de Segurança - GES será formado por agentes de segurança judiciária dos quadros efetivos do Conselho da Justiça Federal, dos tribunais regionais federais e das seções judiciárias.

§ 2º Os integrantes do GES participarão de cursos e treinamentos periódicos, destinados à manutenção e ao aprimoramento de seus conhecimentos, da aptidão técnica, física e psicológica, na área de segurança, sem prejuízo da participação anual nos cursos de capacitação exigidos para fins de percepção da Gratificação de Atividade de Segurança - GAS, conforme o previsto no art. 17, § 3º, da Lei n.11.416, de 15 de dezembro de 2006.

§ 3º A composição, a formação técnica e as atribuições, bem como os requisitos para o recrutamento e a seleção de integrantes para o GES, serão deliberados pela Comissão de Segurança Regional, conforme regulamento próprio, podendo a comissão valer-se de consultoria de unidades administrativas acerca das regras de gestão de pessoas e de segurança orgânica, para estabelecimento das diretrizes.

§ 4º As seções judiciárias poderão firmar convênios com órgãos locais de segurança pública para fins do previsto no parágrafo anterior.

Art. 15. O Conselho da Justiça Federal, os tribunais regionais federais e as seções judiciárias poderão criar serviço de transporte de seus magistrados, em conformidade com a Resolução n. 83, de 10 de junho de 2009, do Conselho Nacional de Justiça e com a Resolução CJF n. 72, de 26 de agosto de 2009, mediante o emprego de agentes de segurança que não integrem o Grupo Especial de Segurança - GES.

CAPÍTULO III

DA SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Seção I

Disposições gerais

Art. 16. A Segurança Institucional da Justiça Federal tem como missão precípua preservar a segurança de pessoas, áreas, instalações, documentos, materiais e sistemas de informações do órgão, com a finalidade de garantir o pleno exercício de suas funções e uma efetiva prestação jurisdicional.

Art. 17. A Segurança Institucional da Justiça Federal compreende o conjunto de medidas voltadas a prevenir, detectar, obstruir e neutralizar ações de qualquer natureza que constituam ameaça à salvaguarda do órgão e de seus integrantes.

§ 1º As medidas de segurança institucional compreendem a segurança orgânica e a atividade de inteligência.

§ 2º A segurança orgânica é composta pelos seguintes grupos de medidas:

I - segurança de pessoas;

II - segurança das áreas e instalações;

III - segurança do material;

IV - segurança da informação.

§ 3º A atividade de inteligência abrange o exercício permanente e sistemático de ações especializadas voltadas para a gestão de riscos do órgão, com a finalidade de produzir conhecimentos necessários ao processo decisório.

Seção II

Da segurança de pessoas

Art. 18. A segurança de pessoas compreende o conjunto de medidas voltadas a preservar a integridade física de magistrados, autoridades, servidores, colaboradores, usuários e visitantes que estejam presentes nas edificações da Justiça Federal.

§ 1º A segurança de pessoas abrange as atividades planejadas e com emprego de pessoal, material, armamento e equipamento especializado, subsidiadas por conhecimentos de inteligência.

§ 2º A segurança de pessoas será realizada por agentes com formação especial, sendo admitida a cooperação de servidores públicos de outros órgãos.

§ 3º As medidas de que trata o caput deste artigo poderão ser ostensivas ou veladas, devendo ser detalhadas em plano de segurança orgânica ou manual de procedimentos de segurança a ser elaborado pelo Conselho da Justiça Federal e pelos tribunais regionais federais, seções e subseções judiciárias, conforme suas peculiaridades e com atenção especial aos juízes corregedores de presídios federais, onde houver.

§ 4º Os planos de segurança orgânica e os manuais de procedimentos serão documentos de caráter reservado, com acesso restrito à área de segurança e aos dirigentes do órgão.

§ 5º A Corregedoria-Geral da Justiça Federal criará o sistema eletrônico, de acesso reservado, contendo as normas e manuais de segurança, inteligência e transporte elaborados pelo Conselho da Justiça Federal, pelos tribunais regionais federais, seções e subseções judiciárias, a fim de serem consultados e utilizados como paradigmas.

Seção III

Da Segurança das áreas e das instalações

Art. 19. A segurança de áreas e instalações engloba o conjunto de medidas protetivas voltadas para a salvaguarda dos seguintes ativos:

I - locais onde atuam e circulam magistrados, servidores, colaboradores e público externo;

II - patrimônio público sob a guarda do órgão;

III - locais onde são elaborados, tratados, manuseados ou guardados documentos sigilosos ou equipamentos sensíveis.

Art. 20. As áreas de segurança são classificadas em:

I - áreas livres: dependências que tenham por finalidade o atendimento ao público em geral, bem como calçadas e adjacências às edificações do órgão, desde que não sejam classificadas em outra categoria;

II - áreas restritas: dependências internas sujeitas a sistema de controle específico;

III - áreas sigilosas: dependências cujo ativo protegido seja de grande sensibilidade para o órgão, tais como o depósito de armas apreendidas, os storages de mídias de processos judiciais, os arquivos de documentos e demais informações de conhecimento restrito, as instalações do Serviço de Inteligência, dentre outros.

Parágrafo único. O acesso à área sigilosa está sujeito ao sistema de controle específico, além do controle de acesso regular do órgão da Justiça Federal.

Subseção I

Das barreiras físicas e do sistema integrado de proteção

Art. 21. As barreiras físicas são efetivadas por meio de equipamentos ou sistemas que visam controlar, dificultar ou impedir o acesso às dependências do órgão de pessoas, bens e veículos não autorizados.

Art. 22. O sistema integrado de proteção é composto por:

I - circuito fechado de televisão - CFTV: câmeras de vídeo e equipamentos de vigilância eletrônica, que possibilitam controle visual remoto das instalações físicas e áreas adjacentes do órgão;

II - sistema de alarme: equipamentos de sinalização sonora ou luminosa que visam alertar sobre situações anormais de segurança;

III - controle de acesso: conjunto de mecanismos físicos e eletrônicos de triagem do acesso às instalações físicas;

IV - saídas de emergência: caminhos contínuos, devidamente sinalizados, a serem percorridos, em caso de necessidade de evacuação dos prédios, de qualquer ponto no interior da edificação até espaços abertos.

Art. 23. Posto de serviço de segurança é o local designado para a atuação do profissional de segurança institucional, devendo ser instalado, preferencialmente, junto à área livre da edificação, de forma a garantir o controle de acesso aos demais ambientes restritos e sigilosos.

§ 1º O grau de segurança e as características físicas das áreas e instalações condicionarão a quantidade mínima de postos de serviço de segurança necessários em cada edificação.

§ 2º Os postos de serviço de segurança poderão ser armados ou desarmados, podendo, ainda, funcionar nas modalidades diurna ou 24 horas, dependendo da necessidade e das situações extraordinárias.

Subseção II

Do controle de acesso de pessoas

Art. 24. O sistema de controle de acesso de pessoas às dependências do órgão da Justiça Federal destina-se à organização e à fiscalização da entrada e saída de pessoas nos prédios em que funcionam as unidades judiciárias e administrativas.

Art. 25. O sistema de controle de acesso de pessoas compreende a identificação, o cadastro, o registro de entrada e saída, a inspeção de segurança e o uso de instrumento de identificação, sendo composto pelos seguintes dispositivos físicos e eletrônicos:

I - crachás de identificação pessoal;

II - pórticos detectores de metal;

III - detectores de metal portáteis;

IV - catracas;

V - circuito fechado de televisão - CFTV;

VI - equipamentos de raios X;

VII - cofre para guarda de armas;

VIII - outros dispositivos aplicáveis ao controle de que trata este plano.

§ 1º A instalação dos dispositivos previstos nos incisos relacionados acima será efetivada em todos os locais de acesso público às dependências da sede do órgão.

§ 2º Todas as pessoas que ingressarem nos prédios que compõem a sede do órgão deverão ser submetidas à triagem de acesso, com utilização dos dispositivos eletrônicos de detecção de metais instalados nas portarias.

§ 3º Proceder-se-á, excepcionalmente, à revista pessoal diante da indisponibilidade ocasional dos dispositivos eletrônicos de detecção de metais, garantida sua realização por agente de mesmo gênero e em ambiente reservado, de forma a não gerar constrangimento ou exposição indevida da pessoa inspecionada.

§ 4º A recusa de submissão ao controle de detecção de metais, ou da revista pessoal, impede o acesso ao interior dos prédios da Justiça Federal, nos termos do art. 24 desta resolução, devendo o incidente ser registrado em livro próprio.

Art. 26. Ato normativo, expedido pelo dirigente do órgão, regulamentará os requisitos e procedimentos para o acesso, a circulação e a permanência de pessoas nas dependências do Conselho da Justiça Federal, dos tribunais regionais federais e das seções e subseções judiciárias, observando o previsto no art. 9º, inciso VII, da Resolução CNJ n. 176, de 10 de junho de 2013, no que diz respeito ao ingresso de pessoas armadas.

Art. 27. O sistema de controle de acesso de pessoas aos órgãos da Justiça Federal observará às normas gerais previstas nesta resolução, incumbindo, à área de segurança, a fiscalização do cumprimento destas.

Art. 28. Os setores de recepção dos prédios da Justiça Federal terão a incumbência de identificar e cadastrar as pessoas que ingressarem em suas dependências, promovendo o registro de entrada e saída, que poderá ser realizado em base eletrônica.

§ 1º Poderá ser negado, justificadamente, o acesso às edificações do órgão de pessoas que representem algum tipo de risco, real ou potencial, à integridade física e moral do órgão e de seus integrantes, sendo a ocorrência registrada em livro próprio.

§ 2º O serviço de recepção poderá ser realizado por meio de contratação de empresa especializada.

Subseção III

Do controle de acesso de veículos

Art. 29. O controle de acesso, a circulação e a permanência de veículos nas dependências da sede do órgão da Justiça Federal observará às normas gerais previstas nesta resolução, sujeitando-se a elas os magistrados, autoridades, servidores, colaboradores, prestadores de serviços e visitantes em geral.

Art. 30. O sistema de controle de acesso de veículos abrange a identificação, o cadastro, o registro de entrada e saída, a inspeção de segurança e o uso dos seguintes equipamentos físicos e eletrônicos:

I - credencial de identificação veicular;

II - cancelas ou outros meios físicos equivalentes;

III - circuito fechado de televisão - CFTV;

IV - outros dispositivos aplicáveis ao controle de acesso de veículos.

Art. 31. O acesso às garagens e aos estacionamentos será permitido apenas aos servidores cadastrados que estiverem de posse do respectivo instrumento de identificação.

Parágrafo único. A área de segurança manterá atualizado o cadastro dos servidores autorizados a estacionar nas dependências do órgão, contendo a identificação dos veículos utilizados, com o registro de placa, modelo, cor e ano, podendo ser extraída cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV.

Art. 32. Ato normativo, expedido pelo dirigente do órgão, regulamentará os requisitos e procedimentos para o acesso, a circulação e a permanência de veículos nas edificações da Justiça Federal, dispondo, ainda, sobre o cadastro, a identificação de veículos e o uso de vagas nas garagens e nos estacionamentos.

Art. 33. A área de segurança poderá sugerir regras específicas de utilização das vagas de estacionamento, por ocasião de solenidades e eventos extraordinários realizados nas dependências do órgão, que serão previstas em planejamento operacional.

Art. 34. Todos os usuários de vagas da garagem ou dos estacionamentos devem manter atualizados seus dados funcionais e de seus veículos junto à área de segurança, com o objetivo de agilizar o contato em caso de necessidade.

Art. 35. Os veículos que adentrarem aos órgãos da Justiça Federal poderão, mediante determinação da área de segurança e prévia justificativa, passar por inspeção de segurança, a fim de garantir a ordem, bem como a integridade patrimonial e física do órgão e das pessoas presentes em suas dependências, observados os princípios da legalidade, isonomia e impessoalidade. Em caso de verificação por amostragem, será obedecido o critério de aleatoriedade.

Subseção IV

Da segurança preventiva e da Brigada de Incêndio

Art. 36. Medidas e procedimentos preventivos devem ser adotados para evitar sinistros, de qualquer espécie, capazes de colocar em risco não só a integridade física de pessoas, mas também de documentos, materiais e equipamentos do órgão, adotando-se os procedimentos corretivos para os casos de emergência.

Art. 37. O planejamento de segurança preventiva inclui a formação e o treinamento de brigadistas voluntários, como também a elaboração e atualização do Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio e Pânico - PPCI, em conformidade com as normas e regulamentos vigentes.

Art. 38. O planejamento de segurança preventiva seguirá as seguintes etapas:

I - identificação, qualificação e tratamento dos riscos;

II - elaboração, divulgação e atualização do PPCI;

III - educação do público interno e de visitantes;

IV - capacitação dos brigadistas voluntários;

V - realização de exercícios simulados.

Parágrafo único. Compete à área de segurança elaborar e divulgar o planejamento de segurança preventiva, em conjunto com as demais áreas interessadas, fiscalizando o cumprimento das normas e os procedimentos estabelecidos.

Art. 39. A Brigada de Incêndio será composta preferencialmente por voluntários, conforme o quantitativo definido em estudo técnico da área de segurança, podendo ser firmado convênio com os bombeiros militares para a elaboração do estudo técnico, para a formação dos brigadistas e para definição dos protocolos de acionamento imediato, em caso de necessidade.

§ 1º Os brigadistas voluntários atuarão sem prejuízo do exercício de suas funções no órgão.

§ 2º Os brigadistas voluntários receberão instruções teóricas e práticas sobre:

a) noções de primeiros socorros;

b) noções de extinção de princípios de incêndios;

c) sistemas preventivos contra incêndio;

d) noções de brigada de incêndio;

e) procedimentos de abandono de área.

§ 3º Caberá ao dirigente do órgão regulamentar a composição, as atribuições e o funcionamento da Brigada de Incêndio Voluntária, bem como as atribuições da área de segurança na segurança preventiva.

Art. 40. Serviço de vigilância é o desempenho das atividades destinadas à fiscalização e à segurança nas áreas de acesso ao órgão, podendo ser utilizado nas demais dependências, por orientação do órgão.

Art. 41. O serviço de vigilância será executado por empresa especializada, de acordo com as normas e regulamentos de segurança do órgão.

Art. 42. O serviço de vigilância será executado de forma integrada com o serviço de segurança judiciária.

Art. 43. O dirigente do órgão regulamentará as funções a serem desempenhadas pelo serviço de vigilância, incumbindo à área de segurança a fiscalização da execução dos serviços contratados.

Subseção V

Dos ambientes de julgamento, das inspeções judiciais e visitas a presídios federais

Art. 44. A equipe de segurança atuará em auxílio ao órgão julgador para garantir o regular andamento das sessões de julgamento e inspeções judiciais, inclusive dos presídios federais, principalmente no que diz respeito à ordem e à preservação da integridade física dos participantes.

Art. 45. Em caso de tumulto generalizado nas áreas da Justiça Federal, compete à área de segurança identificar, obter e aplicar, em conformidade com a legislação vigente e com o emprego das técnicas especializadas, os recursos adequados para a solução da crise, a fim de assegurar o completo restabelecimento da ordem pública e da normalidade da situação, devendo o ocorrido ser registrado em livro próprio e comunicado às autoridades competentes.

Art. 46. Serão realizadas inspeções de segurança nos ambientes de julgamento e adjacências, com a finalidade de detectar riscos reais ou potenciais, antes do início e ao término dos trabalhos.

Parágrafo único. Nas inspeções judiciais externas e visitas aos presídios federais, as atividades de inteligência e segurança deverão ser prestadas por agentes com formação especial, preferencialmente dos Grupos Especiais de Segurança da Justiça Federal, sendo admitida a cooperação de servidores públicos de outros órgãos.

Art. 47. Os Agentes de Segurança Judiciária, durante as sessões, postar-se-ão em pontos estratégicos predefinidos pelo chefe de equipe, com visão privilegiada do ambiente de julgamento, com o objetivo de possibilitar ações de segurança oportunas e eficientes.

Art. 48. Incumbe à área de segurança elaborar e atualizar manuais de procedimentos, de acesso restrito, com a finalidade de detalhar rotinas e protocolos de segurança utilizados nos ambientes de julgamento e adjacências, obedecidas as diretrizes e normas gerais definidas neste plano.

Seção IV

Da segurança do material

Art. 49. A segurança do material compreende o conjunto de medidas voltadas para a proteção, guarda e preservação do material de uso do órgão.

Parágrafo único. As medidas citadas no caput deste artigo aplicam-se aos materiais usados como suportes de dados sigilosos, alvos potenciais de ações adversas, em particular de espionagem e sabotagem.

Art. 50. O material que constituir objeto de prova em processo judicial receberá tratamento específico, com a finalidade de preservar a sua cadeia de custódia.

Parágrafo único. Os procedimentos utilizados para documentar a história cronológica da prova material e garantir o seu rastreamento serão definidos em normas próprias.

Seção V

Da Segurança da informação

Art. 51. A segurança da informação consiste na proteção dos sistemas de informação do órgão contra a negação de serviço a usuários autorizados, assim como contra a intrusão e a modificação desautorizada de dados ou informações, armazenados, em processamento ou em trânsito.

Art. 52. A segurança da informação é um conjunto de ferramentas, estratégias e medidas de segurança voltadas para a salvaguarda de dados e informações sensíveis ou sigilosos, cujo acesso ou divulgação não autorizados possa acarretar prejuízos de qualquer natureza ao órgão.

§ 1° A segurança da informação, pela sua relevância e complexidade, desdobra-se nos seguintes subgrupos:

I - segurança nos meios de tecnologia da informação;

II - segurança nos recursos humanos;

III - segurança na documentação;

IV - segurança nas áreas e instalações.

§ 2º Todo dado ou toda informação devem ser classificados de acordo com o grau de sigilo exigido por seu conteúdo, de forma a assegurar que receba nível adequado de proteção, nos termos da legislação pertinente.

§ 3º Os órgãos da Justiça Federal deverão proporcionar, à área de segurança institucional, o acesso aos bancos de dados e sistemas disponíveis no órgão, para subsidiar as atividades de segurança orgânica e de inteligência, observados os procedimentos de segurança e controle.

Art. 53. A segurança da informação em meios tecnológicos, eletrônicos e virtuais compreende o conjunto de medidas para a salvaguarda das informações sensíveis ou sigilosas neles geradas, armazenadas e processadas, além da própria integridade dos sistemas utilizados pelo órgão nas áreas de informática e da comunicação.

Parágrafo único. Os princípios, conceitos e procedimentos relativos à segurança nos meios de tecnologia da informação são definidos em normas próprias.

Art. 54. A segurança da informação nos recursos humanos compreende um conjunto de medidas para assegurar comportamentos adequados dos integrantes do órgão ou de terceiros, que garantam a salvaguarda de informações sensíveis ou sigilosas, em especial:

I - segurança no processo seletivo, no desempenho da função e no desligamento da função ou do órgão;

II - detecção, identificação, prevenção e gerenciamento de infiltrações, recrutamentos e outras ações adversas de obtenção indevida de informações;

III - identificação precisa, atualizada e detalhada das pessoas em atuação no respectivo órgão da Justiça Federal;

IV - verificação e monitoramento de ações de prestadores de serviços ao órgão.

§ 1º Todos os integrantes do órgão ou terceiros que, de algum modo, possam ter acesso a informações sensíveis ou sigilosas deverão assinar Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo - TCMS.

§ 2° Toda instituição com a qual a Justiça Federal compartilhe informações sensíveis ou sigilosas deverá possuir normas e instrumentos para compartimentação e preservação do sigilo dessas informações, assim como sistema de credenciamento de segurança.

Art. 55. A segurança da informação na documentação compreende o conjunto de medidas para proteger informações sensíveis ou sigilosas contidas na documentação arquivada ou em trâmite no órgão, observados os termos da Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§ 1º As medidas a que se reporta o caput deste artigo deverão ser adotadas em cada fase de produção, classificação, tramitação, difusão, arquivamento e descarte da documentação.

§ 2º Os documentos deverão ser classificados de acordo com o grau de sigilo exigido por seu conteúdo, de forma a receber o nível adequado de proteção.

§ 3° O órgão deverá adotar os procedimentos que garantam uma gestão documental adequada para documentos ostensivos e sigilosos, inclusive com o estabelecimento dos respectivos protocolos de segurança, observados os termos das normas vigentes que tratam do tema no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

CAPÍTULO IV

DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

Seção I

Disposições gerais

Art. 56. A atividade de inteligência consiste na produção e difusão de conhecimentos sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório, em assuntos afetos à segurança institucional.

Art. 57. Para a atividade de inteligência, conhecimento é o produto final resultante da análise e da interpretação, pelo profissional de inteligência, com metodologia própria, dos dados coletados durante as atividades.

Art. 58. A produção do conhecimento para a atividade de inteligência será desempenhada preferencialmente por agente de segurança com formação específica na área e deverá ser realizada nas seguintes situações:

I - em atendimento a um plano de inteligência;

II - em atendimento à determinação de autoridade competente;

III - por iniciativa própria do agente.

Art. 59. A atividade de inteligência compreende a salvaguarda de conhecimentos, a prevenção, a identificação, a detecção, a obstrução e a neutralização de ações, no tocante à segurança institucional, que ameacem:

I - a integridade física e moral do órgão e de pessoas que nele atuam;

II - os magistrados, servidores, estagiários e prestadores de serviço, em virtude do acesso a assuntos ou processos sigilosos;

III - as áreas, os materiais, as instalações e os sistemas de comunicação;

IV - a salvaguarda de informações restritas, sensíveis ou sigilosas;

Art. 60. Os servidores que atuarem na área de inteligência deverão ter designação específica do tribunal ou da diretoria do foro para desempenhar a atividade no âmbito da Justiça Federal.

Parágrafo único. A designação de que trata o caput deste artigo será precedida de assinatura do Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, nos termos da legislação vigente, estabelecendo o nível de informação a que o servidor poderá ter acesso.

Art. 61. Incumbe à área de inteligência:

I - realizar a análise permanente e sistemática de situações de interesse da segurança institucional, a fim de propor medidas para garantir o pleno exercício das funções do órgão;

II - realizar a avaliação de riscos para subsidiar o planejamento e a execução de medidas para salvaguardar os ativos do órgão;

III - elaborar e apresentar, no primeiro bimestre, relatório de diagnóstico de segurança institucional, contendo relato das principais ações e os resultados obtidos no ano anterior;

IV - realizar investigação social prévia, coletando dados sobre antecedentes criminais e conduta social de candidatos, com a finalidade de subsidiar os gestores na contratação de prestadores de serviços e estagiários, observada a devida impessoalidade exigida pela lei nas contratações públicas.

Art. 62. A área de inteligência terá acesso aos bancos de dados cadastrais dos servidores, estagiários e prestadores de serviço, preservando-se o sigilo e a inviolabilidade das informações.

Art. 63. A área de inteligência funcionará em local sigiloso, com controle de acesso restrito aos servidores que atuam na atividade, podendo adotar sistema exclusivo para esta finalidade.

Art. 64. A área de inteligência trabalhará preferencialmente com a coleta de dados fornecidos pelas áreas de Inteligência de órgãos públicos.

Art. 65. Os documentos produzidos pela área de inteligência deverão ser armazenados e difundidos em sistema informatizado próprio, a ser implantado pelo Conselho da Justiça Federal, para garantir o sigilo necessário na gestão de documentos sigilosos, bem como a sua adequação às normas que regulamentam as atividades do órgão.

Art. 66. Ato normativo próprio regulamentará o controle da atividade de inteligência.

Seção II

Da gestão de riscos

Art. 67. São princípios da gestão de riscos na Justiça Federal:

I - proteção dos ativos e valores institucionais;

II - dinamismo, interatividade e melhoria contínua;

III - visão sistêmica e alinhamento estratégico;

IV - qualidade e tempestividade das informações;

V - assessoramento ao processo decisório.

Art. 68. Para fins desta resolução, considera-se:

I - risco: a situação que o órgão, magistrado ou servidor, no exercício ou em decorrência de suas funções, tenham sido vítimas de ameaça de qualquer natureza;

II - gestão de riscos: conjunto de atividades coordenadas para dirigir e controlar uma situação de ameaça, contribuindo para a sua redução ou neutralização;

III - gestor de riscos: é o responsável pela unidade organizacional que possui a responsabilidade e o poder de decisão no processo de gerenciamento dos riscos institucionais;

IV - processo de gestão de riscos: aplicação sistemática de políticas, procedimentos e práticas de gestão para as atividades de comunicação, registro, estabelecimento do contexto, e na identificação, na avaliação, no tratamento, no monitoramento e na análise crítica de riscos;

V - monitoramento: verificação, supervisão, observação crítica ou identificação da situação, executadas de forma contínua, a fim de verificar o resultado esperado;

VI - análise crítica: atividade realizada para determinar a adequação, suficiência e eficácia do assunto em questão para atingir os objetivos estabelecidos;

VII - nível de risco: magnitude do risco expressa em termos da combinação das consequências e de suas probabilidades.

Art. 69. O processo de gestão de riscos compreende as seguintes etapas:

I - estabelecimento do contexto;

II - identificação dos riscos;

III - análise dos riscos;

IV- avaliação dos riscos;

V- tratamento dos riscos;

VI - monitoramento e análise crítica;

VII - consulta e comunicação tempestiva.

Art. 70. Os órgãos da Justiça Federal adotarão as medidas necessárias para que os riscos sejam identificados, analisados, avaliados, tratados e monitorados de modo dinâmico, permanente, profissional e proativo.

§ 1° A gestão de riscos deverá preceder o processo de planejamento estratégico e tático do órgão e de tomada de decisões, inclusive orientando a operacionalização de controles, o planejamento de contingência e o controle de danos.

§ 2º O processo de avaliação de risco tem a finalidade de determinar as necessidades de proteção, para monitorar as situações de risco e acompanhar a evolução de ameaças, procedendo, sempre que necessário, às modificações para ajustar as medidas de proteção, sem prejuízo de reavaliação periódica.

§ 3º Os critérios utilizados na gestão de riscos devem ser adequados e específicos às características e peculiaridades de cada órgão, considerando aspectos geográficos e culturais da região.

Seção III

Do transporte

Art. 71. Compete à área de segurança fiscalizar o cumprimento das normas que dispõem sobre a utilização, a manutenção e o abastecimento de veículos oficiais da Justiça Federal, bem como os procedimentos a serem adotados em caso de acidente, dano, furto, roubo ou infração de trânsito.

Art. 72. Os servidores com especialidades nas áreas de segurança e transporte poderão conduzir veículos oficiais no estrito cumprimento de suas funções, a serviço do órgão.

Parágrafo único. Em caráter excepcional e unicamente por razões de segurança devidamente motivadas, poderá o presidente do Conselho, do tribunal ou o diretor do foro, dentro de suas respectivas atribuições, autorizar a condução de veículo particular do magistrado por agente de segurança quando não se mostrar possível o fornecimento de veículo oficial.

Art. 73. A Comissão Permanente de Segurança do Conselho da Justiça Federal e dos tribunais regionais federais poderá propor a aquisição de viaturas ostensivas para emprego em atividades de segurança, bem como de veículos blindados para uso no transporte de magistrados em situação de risco.

Art. 74. Incumbe à área de segurança elaborar e propor a edição de atos normativos, com a finalidade de manter atualizadas as normas de controle administrativo de veículos oficiais, bem como a aquisição de novos equipamentos e tecnologias para modernizar o controle de frota.

CAPÍTULO V

DA EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM SEGURANÇA

Seção I

Da educação em segurança

Art. 75. A educação em segurança tem como objetivo disseminar a cultura de proteção de pessoas, áreas, instalações, equipamentos, sistemas de comunicação, documentos, sobretudo os de natureza sigilosa, dentro e fora do órgão.

§ 1º A educação em segurança é composta pela seguinte orientação:

I - geral acerca das medidas de segurança adotadas no âmbito do órgão;

II - específica com a finalidade de apresentar aos servidores os procedimentos de segurança inerentes às respectivas funções;

III - periódica que oferte conhecimentos com a finalidade de oportunizar a reciclagem e a consolidação da mentalidade de segurança.

§ 2º O órgão poderá realizar campanhas internas com o objetivo de oferecer a magistrados, servidores e colaboradores informações úteis para melhoria da segurança.

Seção II

Da capacitação em segurança

Art. 76. A capacitação em segurança consiste na formação, na atualização e no aperfeiçoamento contínuo, com a finalidade de desenvolver e aprimorar competências necessárias para o exercício das funções de segurança institucional.

Art. 77. O Programa Nacional de Capacitação para a Segurança Institucional da Justiça Federal - PNCSeg-JF será desenvolvido de acordo com o Plano Nacional de Capacitação dos servidores do Conselho e da Justiça Federal - PNC, considerando a formação inicial e continuada, inclusive para capacitação de docentes e multiplicadores.

Parágrafo único. O curso de formação inicial poderá ser incluído como a última fase do processo seletivo para ingresso na carreira ou como primeira etapa da formação inicial do servidor empossado.

Art. 78. Fica a cargo do Comitê Técnico-Operativo do Plano Nacional de Capacitação dos servidores do Conselho e da Justiça Federal - PNC a elaboração do PNCSeg-JF, com base nas competências e nos requisitos para o exercício do cargo na área de segurança.

Art. 79. O PNCSeg-JF terá as seguintes diretrizes:

I - adequação das técnicas de segurança para a Justiça Federal e uniformização dos protocolos, das metodologias de produção do conhecimento, das rotinas e medidas e dos procedimentos no âmbito da Justiça Federal;

II - compartilhamento de boas práticas na área de segurança institucional;

III - criação de trilhas de aprendizagem, visando o desenvolvimento de competências inerentes aos cargos da área de segurança institucional.

Art. 80. O Conselho da Justiça Federal e os tribunais regionais federais celebrarão termos de cooperação técnica com órgãos de segurança pública, visando à realização de ações de capacitação com ênfase nas áreas de inteligência, segurança de dignitários e de instalações, gestão de riscos, gerenciamento de crises, redação técnica, estatuto do desarmamento, armamento e tiro, direção operacional, defesa pessoal, uso seletivo e proporcional da força, segurança orgânica e da informação, primeiros socorros, prevenção e combate a incêndio, técnicas de abordagem, controle de distúrbios civis, educação física e demais disciplinas de interesse institucional.

Art. 81. O Centro de Estudos Judiciários oferecerá ações educacionais, com periodicidade mínima de uma vez por ano, destinadas aos servidores da área de segurança do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, sem prejuízo da participação em programas de reciclagem anual, para fins de percepção da Gratificação de Atividade de Segurança - GAS, em conformidade com o PNCSeg-JF.

§ 1º As ações de capacitação citadas no caput deste artigo poderão ser presenciais ou virtuais, visando alcançar o maior número possível de servidores da área de segurança.

§ 2º A participação no PNCSeg-JF enquadra-se na definição de ações de educação para fins de promoção na carreira e será computada para o adicional de qualificação a que se referem o art. 9º, § 2º, e o art. 14 da Lei n. 11.416/2006.

§ 3º As ações de capacitação presenciais e virtuais deverão ser submetidas a avaliação de aproveitamento.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 82. No prazo de seis meses, a contar da vigência desta resolução, o Conselho da Justiça Federal, os tribunais regionais federais, as seções e subsecções judiciárias deverão instituir plantões de segurança, visando prestar imediata assistência a magistrados em situação emergencial de risco a sua vida ou de seus familiares diretos, ocorrida fora do expediente Judiciário, inclusive em feriados e finais de semana.

Parágrafo único. A fim de conferir proteção aos interessados, os protocolos dos plantões mencionados no caput deste artigo devem prever adicionalmente o acionamento de outros órgãos de Segurança Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 83. O porte de arma de fogo para os servidores que exercem funções de segurança, em conformidade com a Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e Portaria Conjunta n. 4 CNJ/CNMP, de 28 de fevereiro de 2014, será objeto de ato normativo próprio, assim como o porte de arma de fogo nas dependências da Justiça Federal.

Art. 84. Os servidores que atuam na área de segurança deverão portar armas e instrumentos de menor potencial ofensivo, bem como equipamentos de proteção necessários à atuação específica, independentemente de portar ou não arma de fogo.

§ 1º O emprego de armas e instrumentos de menor potencial ofensivo obedecerá aos princípios da legalidade, da moderação, da necessidade, da proporcionalidade, da conveniência e da progressividade.

§ 2º Os servidores da área de segurança deverão cumprir estritamente as regras de uso progressivo da força, respondendo por quaisquer abusos e excessos, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

Art. 85. Ato normativo do Conselho da Justiça Federal uniformizará e disciplinará os equipamentos básicos coletivos e individuais, o fardamento e os instrumentos de menor potencial ofensivo a serem empregados pelos servidores que atuam na área de segurança institucional.

Art. 86. As informações e os registros dos sistemas informatizados utilizados na segurança institucional, no âmbito da Justiça Federal, são de caráter reservado, permanecendo sob a gestão da área de segurança.

Parágrafo único. Os registros e as informações mencionados no caput deste artigo somente poderão ser fornecidos por despacho do dirigente do órgão ou mediante requisição de autoridade policial ou judicial competente, comissão de sindicância ou de processo administrativo disciplinar.

Art. 87. Os atos administrativos, cuja publicidade possa comprometer a efetividade das ações de segurança institucional, deverão ser publicados em extrato.

Art. 88. Caberá ao Conselho da Justiça Federal, aos tribunais regionais federais e às seções judiciárias promover a publicidade das normas sobre a Política de Segurança Institucional da Justiça Federal aos órgãos e entidades essenciais à administração da Justiça e aos demais usuários da Justiça Federal, observadas as orientações da Comissão de Segurança da Justiça Federal - CS/JF.

Art. 89. Fica assegurada aos tribunais regionais federais competência concorrente para editar normas de segurança institucional visando atender suas peculiaridades locais, respeitadas as regras desta resolução.

Art. 90. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

RESOLUÇÃO Nº 503, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a alteração do art. 4º, caput, da Resolução CJF n. 50, de 16 de março de 2009.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo n. CJF-PPN-2015/00054, resolve:

Art. 1º O art. 4º, caput, da Resolução n. 50, de 16 de março de 2009, republicada no Diário Oficial da União, de 14 de abril de 2009, Seção 1, p. 118, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Será paga aos magistrados requisitados a diferença remuneratória, de caráter temporário, correspondente à que é atribuída aos Juízes Auxiliares do Conselho Nacional de Justiça." (NR)

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RESOLUÇÃO Nº 594, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Aprova o Manual de Planejamento para Contratação no âmbito do Conselho Federal de Enfermagem, e dá outras providências.

O Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012, e

CONSIDERANDO o art. 8º, inciso IV, da Lei n° 5.905, de 12 de julho de 1973, que dispõe sobre a competência do Cofen em baixar provimentos e expedir instruções, para uniformidade de procedimento e bom funcionamento dos Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 22, X e XI, do Regimento Interno do Cofen, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem a baixar Resoluções, Decisões e demais instrumentos legais no âmbito da Autarquia;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional;

CONSIDERANDO a necessidade de instauração de processo visando identificar, avaliar, tratar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da organização, e assim identificar os principais riscos que permeiam o procedimento de contratação e das ações para controle, prevenção e mitigação dos impactos;

CONSIDERANDO a necessidade de o Conselho Federal de Enfermagem contar com documento que contenha os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo, pela Administração, com a contratação e os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o serviço a ser contratado e orientar a execução e a fiscalização contratual;

CONSIDERANDO as disposições das Leis nºs 8.666/1993 e 10.520/2002, e ainda a deliberação do Plenário do Cofen, durante a realização de sua 505ª Reunião Ordinária, e tudo mais que consta dos autos do Processo Administrativo Cofen nº 0941/2018, resolve:

Art. 1º Aprovar o Manual de Planejamento para Contratação no âmbito do Conselho Federal de Enfermagem, na forma do anexo que é parte integrante desta Resolução.

Parágrafo único. O Manual de Planejamento para Contratação no âmbito do Conselho Federal de Enfermagem está disponível no sítio de internet do Cofen (www.portalcofen.gov.br).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, revogadas as disposições em contrário.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do Conselho

LAURO CESAR DE MORAIS
Primeiro-Secretário

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

O Presidente do Conselho Federal de Farmácia, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 3.820/60, determina a inclusão dos seguintes processos para julgamento na sessão plenária dos dias 21, 22 e 23 de novembro de 2018, ou em sessões ulteriores, a partir das 9:00 horas, a realizar-se à sede desta Autarquia Federal, sito à SHIS QI 15 Lote "L" Lago Sul - Brasília/DF, intimando as partes e os advogados legalmente constituídos nos autos que, quando for o caso, poderão promover sustentação oral, na forma regimental:

PROCESSO ADMINISTRATIVO CFF Nº 2372/2018. SINDICANTE: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. SINDICADO: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE ALAGOAS.

PROCESSO ADMINISTRATIVO ÉTICO DISCIPLINAR Nº 3246/2018. RECORRENTE: G.G.A.S. ADVOGADOS: MARCELO ARMANDO RODRIGES - OAB/MG nº 40.953; MICHELLE ARAÚJO RODRIGUES - OAB/MG nº 87.349. RECORRIDO: CRF-MG. CONSELHEIRO RELATOR: FORLAND OLIVEIRA SILVA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO ÉTICO DISCIPLINAR N.º: 3222/2018. RECORRENTE: G. H. S. ADVOGADA: KARYME MUHAMMAD HASSAN FRAGA OAB/RS nº 107.172. RECORRIDO: CRF-RS. CONSELHEIRO RELATOR: FORLAND OLIVEIRA SILVA.

Em 9 de novembro de 2018.
WALTER DA SILVA JORGE JOÃO

CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS - CONFERE

RESOLUÇÃO Nº 1.121, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

Fixa as regras para elaboração e formalização do processo da Proposta Orçamentária para o exercício financeiro de 2019 dos Conselhos integrantes do Sistema Confere/Cores.

O CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS, usando da faculdade prevista no inciso V do art. 10 da Lei nº 4.886/1965, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 8.420/1992 e 12.246/2010, c/c os incisos VIII e IX do art. 12 e incisos X e XII do art. 6º do Regimento Interno;

CONSIDERANDO as determinações para elaboração e controle dos orçamentos oriundas da Lei nº 4.320/1964;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar os procedimentos dos Conselhos integrantes do Sistema Confere/Cores para a apresentação do processo da Proposta Orçamentária para o exercício financeiro de 2019;

CONSIDERANDO as disposições contidas nas deliberações do Tribunal de Contas da União - TCU, compreendidas nas Instruções Normativas, Decisões Normativas e Portarias específicas sobre o assunto, resolve:

Art. 1º - O processo da Proposta Orçamentária dos Conselhos integrantes do Sistema Confere/Cores, para o exercício financeiro de 2019, deverá ser apresentado ao Conselho Federal, em uma única via.

Art. 2º - O processo da Proposta Orçamentária deverá ser encaminhado ao Conselho Federal até o dia 23 de novembro do exercício vigente, composto das seguintes peças:

a) Plano de Trabalho (programas, projetos e atividades);

b) Pareceres da Comissão Fiscal específicos sobre a Proposta Orçamentária e o Plano de Trabalho para o exercício financeiro de 2019;

c) Demonstrativos Analíticos da Receita e da Despesa;

d) Ata da Reunião do Plenário do Conselho Regional, onde constem aprovados, de forma clara e individualizada, a Proposta Orçamentária e o Plano de Trabalho (norma 01 do Manual de Normas e Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis do Sistema Confere/Cores).

Parágrafo único - Especificamente para o Conselho Federal, a letra "b" não se aplica e, com relação à letra "d", deverá ser apresentada a Ata da Reunião de Diretoria-Executiva, onde conste a aprovação do processo da Proposta Orçamentária, ad referendum do Plenário da entidade.

Art. 3º - Os demonstrativos analíticos da Receita e da Despesa deverão obedecer ao módulo de Orçamento do Sistema Contábil utilizado por todos os Conselhos integrantes do Sistema Confere/Cores, devendo ser preenchidas, somente, as rubricas que apresentem valor orçado de acordo com o Plano de Trabalho elaborado pela entidade.

Art. 4º - Na determinação dos valores a alocar em cada conta, seja de Receita ou de Despesa, não poderão ser utilizadas importâncias inferiores a R$ 100,00 (cem reais), devendo ser desprezadas as casas das dezenas, unidades e centavos de reais.

Art. 5º - No ofício de remessa deverão ser informados, obrigatoriamente, os critérios adotados para o cálculo do orçamento da Receita, devendo o total da previsão ser igual ao da fixação da Despesa.

§ 1º - A dotação inicial para o exercício de 2019, não poderá exceder a 10% (dez por cento) da receita arrecadada nos 2 (dois) últimos exercícios, ou seja, nos anos de 2017 e 2016, tomando-se por base a maior arrecadação do período. O ano em curso, também, poderá ser utilizado como base em substituição ao ano de 2016, desde que projetadas as arrecadações para os meses restantes, informando o critério utilizado para o cálculo dessas projeções, que deverá considerar a tendência do exercício, a partir das arrecadações verificadas nos respectivos meses dos 2 (dois) últimos exercícios.

§ 2º - Desta base de cálculo deverão ser excluídas:

a) as Receitas de doações ou auxílios;

b) as Receitas correspondentes aos empréstimos tomados;

c) as Receitas eventuais de alienação de bens.

§ 3º - Conforme determina o parágrafo 2º, do artigo 7º da Lei nº 4.886/1965, deverá ser orçado o percentual de 20% (vinte por cento) da renda bruta estimada do Conselho Regional para a despesa com quota-parte, considerando o cálculo conforme a definição da Resolução nº 334/2005 - Confere. Também, deverá constar dotação orçamentária, caso aplicável, no percentual de 4% (quatro por cento) da receita bruta, para a amortização de empréstimos concedidos pelo Conselho Federal ao Regional, conforme o artigo 2º, § 1º da Resolução nº 440/2007 - Confere.

§ 4º - As letras "a" e "b" do parágrafo 2º e o parágrafo 3º não se aplicam ao Conselho Federal.

Art. 6º - Os Demonstrativos Analíticos da Receita e da Despesa serão, obrigatoriamente, assinados em conjunto pelo gestor do Conselho e pelo contabilista responsável por sua elaboração.

Art. 7º - A elaboração dos Demonstrativos Analíticos da Receita e da Despesa, em consonância com o Plano de Trabalho, compreende a fixação de objetivos concretos para o período considerado, bem como o cálculo dos recursos financeiros, humanos e materiais necessários a sua materialização e concretização, baseados em programas, projetos e atividades. Ressalta-se a concordância com o Plano Estratégico, parte integrante do Relatório de Gestão a ser elaborado para encaminhamento ao TCU, em data oportuna, no que tange ao Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional da entidade.

Art. 8º - O processo da Proposta Orçamentária que apresentar incorreção será devolvido ao Conselho de origem para as devidas retificações.

Art. 9º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, ad referendum do Plenário do Conselho Federal.

MANOEL AFFONSO MENDES DE FARIAS MELLO
Diretor-Presidente

RODOLFO TAVARES
Diretor-Tesoureiro

SOLANGE BARBOSA AZZI
Procuradora-Geral

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
3ª CÂMARA

AUTOS COM VISTA

Os processos a seguir relacionados encontram-se com vista aos Recorridos/Interessados para, querendo, apresentarem contrarrazões ou manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, considerando os recursos interpostos. RECURSO N. 49.0000.2017.010582-3/TCA. Recte: Caixa de Assistência dos Advogados de Minas Gerais - CAA/MG. Repte Legal: Sérgio Murilo Diniz Braga OAB/MG 47969. (Advs: Francielle de Fátima Vasante dos Reis OAB/MG 135482 e outra). Recdo: Wanderley Tiago Velano OAB/MG 10811. (Adv: Wanderley Tiago Velano OAB/MG 10811). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. RECURSO N. 49.0000.2018.000845-2/TCA. Recte: Jadyael Rodrigues de Albuquerque OAB/SP 301486. (Adv: Jadyael Rodrigues de Albuquerque OAB/SP 301486). Recdo: Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo - CAASP. Repte Legal: Braz Martins Neto OAB/SP 32583. (Adv: André Aranha Rossignoli OAB/SP 125739). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. RECURSO N. 49.0000.2018.002228-0/TCA. Recte: Caixa de Assistência dos Advogados de Minas Gerais - CAA/MG. Repte Legal: Sérgio Murilo Diniz Braga OAB/MG 47969. (Advs: Francielle de Fátima Vasante dos Reis OAB/MG 135482 e outras). Recdo: Espólio de Carlos Eduardo Leite Martins. Repte Legal: Lygia Marina Leite Martins. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais.

Brasília-DF, 9 de novembro de 2018.
ANTONIO ONEILDO FERREIRA
Presidente

ATENÇÃO PARA AS PRINCIPAIS MUDANÇAS NAS NORMAS DE PUBLICAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO QUE JÁ ESTÃO VALENDO COM A ENTRADA EM VIGOR DA PORTARIA Nº 283, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Formatação de textos, tabelas e imagens
- O texto deverá ser formatado em fonte Calibri e corpo 9
- As tabelas passarão e ser em largura de 12 ou 25 centímetros
- No tratamento de imagens, os novos padrões são largura de 12 ou 25 centímetros e altura máxima de 37 centímetros
- Arquivos em formato JPG passam a ser aceitos para envio de imagens, enquanto o EPS não poderá mais ser encaminhado

Envio de matérias
- O horário limite para transmissão ou sustação dos atos para publicação na edição seguinte será estendido até as 19 horas
- Os atos para o INCom poderão ser transmitidos por sistemas de processo eletrônico de órgãos e entidades da administração pública, como o Sistema Eletrônico de Informação - SEI

Pagamento/isenção das publicações
- Não serão mais cobradas as republicações e retificações de atos normativos e de pessoal originários de órgãos da administração direta

Cadastramento no INCom
- Os formulários para cadastramento de órgãos e entidades no INCom, bem como do gerente, estão disponíveis apenas no portal da Imprensa Nacional e não mais como anexo à portaria